Balanço Geral do
Estado do Tocantins

Relatório Gerencial das Contas do Governo

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

Exercício de 2009

PROCESSO Nº 2010/2540/000001 - VOLUME VIII

GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS
CARLOS HENRIQUE AMORIM

SECRETÁRIO-CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
JACQUES SILVA DE SOUSA

CHEFE DE GABINETE DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
VINICIUS PIÑEIRO MIRANDA

SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E SUPERVISÃO DO CONTROLE INTERNO
EDIVALDO GOMES DA SILVA SOUSA

DIRETOR DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO E AVALIAÇÃO DAS CONTAS DO GOVERNO
ISMAEL CARVALHO DO NASCIMENTO

COORDENADOR DE NORMATIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS
FLEURY PEREIRA DOS SANTOS

COORDENADOR DE TECNOLOGIA E CAPACITAÇÃO TÉCNICA
ALLYSSON GUSTAVO MOURA GUIMARÃES

EQUIPE TÉCNICA
FABIANE OLIVEIRA MASCARENHAS
JANETE MONTEIRO GOMES
KELSENE RAMOS ALENCAR
SILVANO LIMA DA SILVA

EQUIPE DE APOIO
CLEBÉR BARROS ARRAES
FLORIANO RODRIGUES ALVES
KÁTIA SILVA MACÊDO MIRANDA
REINALDO PAGANI PEREIRA CARDOSO
SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
VALÉRIA MARIA ALMADA GOMES DE C. FONTES

ÍNDICE

1 APRESENTAÇÃO 2058

2 ANÁLISES ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 2059

2.1 ORÇAMENTO GERAL AUTORIZADO 2061

2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ESTADO 2066

2.2.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA 2066

2.2.1.1 QUADROS DAS RECEITAS 2067

- Receita Corrente Líquida 2068-2071
- Receita Primária Líquida 2070

2.2.1.2 QUADROS DAS DESPESAS 2071

- Despesa por tipo de crédito 2071
- Despesa por categoria econômica 2072
- Despesa realizada por Poderes e Ministério Público 2073
- Despesa com pessoal em relação a RCL – por Poderes 2075
- Despesa executada por função 2075
- Despesa por órgãos, entidades e Fundos 2077
- Cumprimento de Metas Fiscais 2078
- Superávit Orçamentário 2078
- Resultado Primário 2079

2.2.1.3 LIMITES CONSTITUCIONAIS 2079

- Despesa realizada com educação 2079
- Despesa realizada com saúde 2080

2.2.2 GESTÃO FINANCEIRA 2081

Quadros do resumo financeiro das receitas e das despesas 2081-2082

2.3 POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DO ESTADO, POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E POR PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO, E DO MINISTÉRIO PÚBLICO 2083

2.3.1 POSIÇÃO PATRIMONIAL 2083

2.3.1.1 RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL DO ESTADO – 2008/2009 RELATIVO AO ATIVO E AO PASSIVO 2083

2.3.1.1.1 GRÁFICOS E QUADROS DA SITUAÇÃO DA DÍVIDA E DAS GARANTIAS 2084
- Dívida Fundada Interna e Externa 2086-2087
- Situação dos Restos a Pagar 2088
- Empréstimos e Financiamentos 2090
2.3.1.2 RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA – 2008/2009 2091
2.3.1.2.1 RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO 2091
2.3.1.2.2 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – 2008/2009 – AUTARQUIAS DO PODER EXECUTIVO 2092
2.3.1.2.3 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – 2008/2009 – FUNDAÇÕES DO PODER EXECUTIVO 2093
2.3.1.2.4 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL– 2008/2009 – FUNDOS ESPECIAIS DO PODER EXECUTIVO 2093
2.3.1.3 RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL POR PODERES – 2008/2009 2094
2.3.1.3.1 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – PODER EXECUTIVO 2094
2.3.1.3.2 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – PODER LEGISLATIVO 2095
2.3.1.3.3 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – PODER JUDICIÁRIO 2096
2.3.1.3.4 RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – MINISTÉRIO PÚBLICO 2097
2.3.2 POSIÇÃO FINANCEIRA 2098
2.3.2.1 PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO 2099
- Despesa de caráter continuado 2100
2.3.2.2 RESUMO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA 2101
2.3.2.3 RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – GERAL DO ESTADO 2101
2.3.2.4 RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER EXECUTIVO 2102
2.3.2.4.1 RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA 2103

2.3.2.4.2 RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – AUTARQUIAS 2103
2.3.2.4.3 RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – FUNDAÇÕES 2104
2.3.2.4.4 RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – FUNDOS 2105
2.3.2.5. RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER LEGISLATIVO 2106
2.3.2.6. RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER JUDICIÁRIO 2107
2.3.2.7. RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – MINISTÉRIO PÚBLICO 2108
2.3.3 DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADA POR PODER DO ESTADO E POR ÓRGÃOS INDEPENDENTES 2109
3. DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS CONSTANTES DO ORÇAMENTO ANUAL 2110
3.1 UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA 2110
3.1.1 GABINETE DO GOVERNADOR 2110
3.1.2 CASA CIVIL 2112
3.1.3 COMANDO GERAL DA POLICIA MILITAR 2113
3.1.4 CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO 2115
3.1.5 SECRETARIA DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO 2116
3.1.6 PROCURADORIA GERAL DO ESTADO 2117
3.1.7 CASA MILITAR 2120
3.1.8 VICE-GOVERNADORIA 2122
3.1.9 CORPO DE BOMBEIROS 2124
3.1.10 SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO 2127
3.1.11 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE 2128
3.1.12 SECRETARIA DO ESPORTE 2132
3.1.13 SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA 2134
3.1.14 SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2137
3.1.15 SECRETARIA DO GOVERNO 2139
3.1.16 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO 2140
3.1.17 SECRETARIA DA FAZENDA 2142

3.1.18 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA 2145
3.1.19 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA 2153
3.1.20 SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO 2156
3.1.21 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO 2160
3.1.22 SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA 2164
3.1.23 SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE 2170
3.1.24 SECRETARIA DO TRABALHO E DESENV. SOCIAL 2177
3.1.25 SECRETARIA DA JUVENTUDE 2181
3.1.26 ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO – RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEFAZ 2183
3.1.27 PROGRAMAÇÃO ESPECIAL DO ESTADO – RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEPLAN 2184
3.1.28 SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO 2185
3.1.29 SECRETARIA DE SAÚDE 2189
3.1.30 DEFENSORIA PÚBLICA 2190
3.2. UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDOS ESPECIAIS 2193
3.2.1 AUTARQUIAS 2193
3.2.1.1 INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS – NATURATINS 2193
3.2.1.2 AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO-ATR 2198
3.2.1.3 ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DO TOCANTINS – ETSUS 2200
3.2.1.4 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN 2202
3.2.1.5 AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - ADAPEC 2204
3.2.1.6 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO TOCANTINS – RURALTINS 2209
3.2.1.7 INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DO TOCANTINS – ITERTINS 2212
3.2.1.8 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS – JUCETINS 2215
3.2.1.9 INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO TOCANTINS – IPEM 2217

3.2.1.10 AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO – ADTUR 2219
3.2.1.11 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DERTINS 2222
3.2.1.12 INSTITUTO SOCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO – PRODIVINO 2226
3.2.1.13 AGÊNCIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO TOCANTINS – AHDU 2227
3.2.1.14 INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - IGEPREV 2229
3.2.2 FUNDAÇÕES PÚBLICAS 2230
3.2.2.1 FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO TOCANTINS 2230
3.2.2.2 FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL DO TOCANTINS 2232
3.2.3 FUNDOS ESPECIAIS 2234
3.2.3.1 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUMCB 2234
3.2.3.2 FUNDO ESPECIAL DE COMBATE AS CALAMIDADES PÚBLICAS 2235
3.2.3.3 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - FUNDES 2236
3.2.3.4 FUNDO DE FARDAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS 2241
3.2.3.5 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR – FUMPM 2242
3.2.3.6 FUNDO DE FARDAMENTO DA POLÍCIA MILITAR – FUNFARDA 2243
3.2.3.7 FUNDO ESTADUAL DE MODERNIZAÇÃO JURÍDICA 2244
3.2.3.8 FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR 2245
3.2.3.9 FUNDO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 2247
3.2.3.10 FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER 2249
3.2.3.11 FUNDO ESTADUAL ANTIDROGAS 2250
3.2.3.12 FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2251
3.2.3.13 FUNDO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO - FUNCASE 2257
3.2.3.14 FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO TOCANTINS 2259
3.2.3.15 FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO TOCANTINS 2261
3.2.3.16 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA 2262
3.2.3.17 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO 2263

3.2.3.18 FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE 2265
3.2.3.19 FUNDO DE DEFESA AGROPECUÁRIA 2274
3.2.3.20 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 2277
3.2.3.21 FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2280
3.2.3.22 FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DO TOCANTINS 2286
3.2.3.23 FUNDO ESTADUAL DE DEFENSORIA PÚBLICA 2288
3.2.3.24 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 2289
3.2.3.25 FUNDO DE APOIO A MORADIA POPULAR 2290
3.2.3.26 FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE POPULAR 2291

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE MATÉRIAS ECONÔMICA, ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E SOCIAL 2294
4.1 ÁREA ECONÔMICA 2296
4.2 ÁREAS ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA 2297
4.3 ÁREA SOCIAL 2299
4.4 SÍNTESE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS 2302
4.4.1 CONSOLIDAR O ESTADO DO TOCANTINS COMO PÓLO INDUSTRIAL, ESTADO COMPETITIVO, PROPICIANDO A ATRAÇÃO E MANUTENÇÃO DE INVESTIMENTOS NOS DIVERSOS SETORES DA ECONOMIA, COM ÊNFASE NA MULTIMODALIDADE DE TRANSPORTES, AGRONEGÓCIO E TURISMO 2303
4.4.2 BUSCAR A OCUPAÇÃO ADEQUADA DOS ESPAÇOS VISANDO A HARMONIZAÇÃO DA EXPANSÃO PRODUTIVA E SOCIAL AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 2311
4.4.3 PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS, GARANTINDO ACESSO DA POPULAÇÃO A SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE, ESPECIALMENTE EM ÁREAS ESSENCIAIS COMO SAÚDE E EDUCAÇÃO 2314
4.4.4 AMPLIAR E PRESERVAR A QUALIDADE DE VIDA DOS CIDADÃOS, PROPORCIONANDO ELEVADO GRAU DE AUTO-ESTIMA EM TODOS OS TOCANTINENSES 2323
4.4.5 DESENVOLVER UMA CULTURA MODERNA DE GESTÃO PÚBLICA TRANSPARENTE, DEMOCRÁTICA E ORIENTADA PARA RESULTADOS 2329
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 2337

1- APRESENTAÇÃO

Em obediência às disposições legais vigentes e, em especial, à Constituição Estadual, à Lei Estadual nº 1.415/2003, à Lei de Responsabilidade Fiscal, à Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado e ao seu Regimento Interno, a Controladoria-Geral do Estado do Tocantins apresenta o Relatório e Parecer sobre as contas do Governo, referentes ao exercício de 2009, observando as matérias econômica, administrativa, financeira e social, concernentes às informações apuradas nas descrições analíticas das diversas atividades das unidades gestoras do Poder Executivo.

A Prestação de Contas do Governo é ato privativo do Chefe do Poder Executivo, conforme disposto na Constituição Estadual, artigo 40, inciso VII, e atende aos princípios basilares do direito administrativo, tais como a Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Nesse sentido, a Lei Orgânica do TCE/TO define prestação de contas, no artigo 74:

> I – prestação de contas, o procedimento pelo qual pessoa fisica, órgão ou entidade, por final de gestão ou por execução de contrato formal, no todo ou em parte, ou convênio, prestarão contas ao órgão competente da legalidade, legitimidade e economicidade da utilização dos recursos orçamentários e extra-orçamentários, da fidelidade funcional e do programa de trabalho.

Dessa forma, o Relatório Gerencial das Contas do Governo, emitido por esta Controladoria, contém uma análise circunstanciada dos orçamentos fiscal e da seguridade social, executados no exercício de 2009, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e também o Ministério Público e a Defensoria Pública, mencionando os recursos e as fontes vinculadas.

Para melhor entendimento, os temas estão apresentados de forma contextual e técnica, especificando as execuções das Gestões: Orçamentária, Financeira e Patrimonial. A realização das despesas está demonstrada por funções, programas, ações e outros indicadores, a exemplo do índice de participação de cada função em relação à aplicação dos recursos arrecadados, bem como os orçamentos autorizados e o cumprimento das metas fiscais, que garantem a manutenção do equilíbrio das contas públicas, evidenciando assim os limites legais e constitucionais.

No que se refere à composição das contas, procurou-se demonstrar o desempenho dos Programas e Ações realizadas pelas Unidades Orçamentárias, bem como a aplicabilidade dos recursos, mensurando a efetividade, economicidade e eficácia dos seus resultados físicos e financeiros.

Pelos dados, detalhadamente apresentados nesta prestação de contas, constata-se que, no decorrer do exercício de 2009, o Governo preocupou-se em manter o equilíbrio das contas públicas, tomando medidas de contenção de gastos em razão da frustração na arrecadação da receita que foi afetada pela crise

econômica mundial, sem, contudo comprometer o andamento dos principais programas do governo como: educação, saúde, assistência social, segurança pública e transporte.

Observa-se, crescimento significativo nas atividades primárias, a exemplo do cultivo do milho, do arroz e da soja, e da exportação desta. Verifica-se também o esforço do Governo na implementação da infraestrutura hídrica, com investimentos específicos na construção de barragens visando ao desenvolvimento da agricultura irrigada tais como: Projeto Sampaio, Manuel Alves e São João.

Verifica-se, pois, que o governo buscou gerar emprego e renda, aumentar a exportação de produtos genuinamente tocantinenses e estimular o desenvolvimento sustentado, indispensável para a permanência do homem no campo com dignidade e para a proteção do meio ambiente, linha que o Estado tem seguido, principalmente nos últimos anos.

Assim, denota-se pelo trabalho desenvolvido que o Executivo, em conjunto com os demais poderes constituídos, tem-se pautado pela valorização do ser humano, posto que o modelo de desenvolvimento adotado contempla nas suas metas o incremento da economia, o incentivo à iniciativa privada, a melhoria da qualidade do ensino e da saúde, bases para o crescimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os balanços e demais demonstrações contábeis, apresentados pela Secretaria da Fazenda, estão divididos em 7 (sete) volumes assim distribuídos:

Volume I e II – Balanço Geral do Estado: - 1ª parte - Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Gestão Fiscal (LRF);

Volume III - Balanço do Poder Executivo;

Volume IV – Balanço dos poderes: Legislativo, Judiciário e do Ministério Público;

Volume V – Balanço da Administração Direta;

Volume VI – Balanço das Autarquias, Fundações e Fundos.

Volume VII – Balanço Geral do Estado – 2ª parte - Relatórios Gerenciais; Nota Explicativa; Relatório da Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Fiscal; Balanço Social e Considerações Finais.

2 – ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A análise consiste na avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado, comprovando os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração

Pública, especialmente do Poder Executivo, demonstrando, inclusive, o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos respectivos direitos e haveres, em consonância aos princípios constitucionais e legais.

A avaliação confere maior confiabilidade às contas públicas e justifica os conceitos técnicos e práticos pertinentes aos instrumentos de gestão, a exemplo do PPA, LDO e LOA que orientam:

a) o orçamento geral autorizado;

b) a execução orçamentária e financeira;

c) o resultado patrimonial e financeiro no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário bem como do Ministério Público e da Defensoria Pública.

É importante destacar o orçamento público como instrumento de planejamento que o governo utiliza para materializar seus planos e programas de trabalho em determinado período, por meio da previsão da receita e fixação da despesa.

O processo de planejamento obedece à formalidade definida na Constituição Federal, tendo início no primeiro ano de mandato do Chefe do Poder Executivo, quando é elaborado o plano plurianual para quatro exercícios, com vigência a contar do segundo ano de seu mandato até o primeiro ano do mandato seguinte.

Nesse contexto, a Constituição Federal estabelece os seguintes instrumentos de planejamento que deverão ser instituídos por lei de iniciativa do Poder Executivo:

a) Plano Plurianual (PPA);

b) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);

c) Lei Orçamentária Anual (LOA).

O PPA é um instrumento de planejamento estratégico, que estabelece as políticas mais adequadas para os programas, ações, objetivos e metas da administração pública do Governo Estadual, para um período de quatro anos, iniciando, tendo como principal resultado a produção de bens e serviços visando à promoção do bem-estar social.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreende as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, além de orientar a elaboração da lei orçamentária anual e dispor sobre as alterações da legislação tributária, configurando, desta forma, o planejamento tático necessário à definição dos rumos e limites na gestão dos recursos público.

A Lei Orçamentária Anual é o instrumento de planejamento operacional utilizado pelo governo para gerenciar as receitas e despesas públicas,

em cada exercício financeiro, com fundamento nos princípios norteadores do orçamento público.

A receita pública é o recebimento de recursos financeiros efetuados por pessoas de direito público, para atender à cobertura das despesas necessárias aos investimentos, às operações e à manutenção da administração. Distingue-se em receita orçamentária e receita extra-orçamentária.

A receita extra-orçamentária compreende os recursos de terceiros que transitam pelos cofres públicos, enquanto a receita orçamentária pertence de fato ao Estado e se classifica economicamente em receitas correntes e de capital.

A despesa pública é o gasto programado, na forma da lei autorizativa, que se realiza por ato de empenho com dotação orçamentária suficiente, liquidação e pagamento das obrigações financeiras para consecução dos objetivos da Administração Pública.

Consideram-se recursos orçamentários todos aqueles contemplados pela Lei de Orçamento Anual - LOA e recursos extra-orçamentários aqueles que não dependem de prévia autorização legislativa para seu recebimento ou pagamento.

2.1 ORÇAMENTO GERAL AUTORIZADO

O Orçamento Geral do Estado do Tocantins, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, compreendendo os orçamentos fiscal e da seguridade social, referentes ao exercício financeiro de 2009, tem suas diretrizes na Lei Estadual nº 1.969 de 31 de outubro de 2008 (LDO) e aprovado pela Lei n° 2.010, de 18 de dezembro de 2008 (LOA), que **estimou a receita** no valor de **R$ 4.714.461.112,00** e **fixou a despesa** em igual valor, na forma a seguir:

a) Recursos Ordinários: R$ 2.905.505.808,00;

b) Recursos Vinculados: R$ 707.820.185,00;

c) Recursos de Outras Fontes: R$ 1.101.135.119,00.

O valor do orçamento **inicial** foi acrescido de R$ 398.208.505,00 em decorrência das seguintes alterações: Suplementações, Reduções, Remanejamentos, Transposições e Transferências, passando o orçamento **autorizado** para R$ 5.112.669.617,00, assim distribuído:

a) Recursos Ordinários: R$ 2.909.885.565,00;

b) Recursos Vinculados: R$ 752.615.621,00;

c) Recursos de Outras Fontes: R$ 1.450.168.431,00.

Com as alterações efetivadas, o Orçamento Geral disponibilizou despesas autorizadas nos orçamentos fiscal, no valor de **R$ 4.006.351.393,00** e da Seguridade Social **R$ 1.106.318.224,00**.

Ressalte-se que estas alterações contaram com recursos disponíveis a título de excesso de arrecadação, apurado durante o exercício, por nível de detalhamento das fontes específicas, no valor de **R$ 127.351.958,00;** operações de crédito, observando-se o que determina a LRF, no valor de **R$ 173.600,008,00** e superávit financeiro apurado no balanço patrimonial, no valor de **R$ 97.256.539,00.** Esses valores justificam a diferença entre o orçamento inicial e o autorizado.

Do total de R$ 5.112.669.617,00 - Orçamento Geral do Estado – foram consignados R$ 2.948.588.676,00 – 57,67% - na Administração Direta e R$ 2.164.080.941,00 – 42,33% - na Administração Indireta.

A Gestão da receita e da despesa pública, por meio do SIAFEM, para efeito orçamentário, financeiro e patrimonial, envolve os Órgãos e Entidades que compõem a estrutura orçamentária da Administração Pública Estadual, com os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social demonstrados nos quadros abaixo:

QUADRO 01 - Resumo Geral da Receita Atualizada – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO (1)	RECURSOS VINCULADOS (2)	TOTAL (1+2)
RECEITAS CORRENTES	**3.556.182.890,00**	**585.617.906,00**	**4.141.800.796,00**
Receita Tributária	1.137.878.363,00	61.620.204,00	1.199.498.567,00
Receita de Contribuições	305.000,00	165.625.726,00	165.930.726,00
Receita Patrimonial	33.556.003,00	171.446.581,00	205.002.584,00
Receita de Serviços	2.400,00	2.631.898,00	2.634.298,00
Transferências Correntes	2.975.192.183,00	171.865.764,00	3.147.057.947,00
Outras Receitas Correntes	27.680.977,00	12.427.733,00	40.108.710,00
Restituição	(3.060.000,00)	-	(3.060.000,00)
Dedução para o FUNDEB	**(615.372.036,00)**	**-**	**(615.372.036,00)**
RECEITAS DE CAPITAL	**709.939.382,00**	**22.106.626,00**	**732.046.008,00**
Operações de Crédito	456.010.910,00	-	456.010.910,00
Alienação de Bens	12.700.000,00	-	12.700.000,00
Transferências de Capital	241.228.472,00	10.950.102,00	252.178.574,00
Amort. de Empréstimos	-	11.156.524,00	11.156.524,00
CONTRIBUIÇÕES INTRA-GOVERNAMENTAIS	**5.500.000,00**	**136.066.274,00**	**141.566.274,00**
TOTAL	**4.271.622.272,00**	**743.790.806,00**	**5.015.413.078,00**

FONTE – Anexo 10 por fonte de recursos – Geral do Estado – dezembro/2009 Receita Atualizada.

QUADRO 02 – Resumo Geral da Receita Atualizada – Orçamento Fiscal

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO (1)	RECURSOS VINCULADOS (2)	TOTAL (1+2)
RECEITAS CORRENTES	**3.556.182.890,00**	**84.291.263,00**	**3.640.474.153,00**
Receita Tributária	1.137.878.363,00	61.620.204,00	1.199.498.567,00
Receita de Contribuições	305.000,00	7.200.000,00	7.505.000,00
Receita Patrimonial	33.556.003,00	1.101.428,00	34.657.431,00
Receita de Serviços	2.400,00	2.631.898,00	2.634.298,00
Transferências Correntes	2.975.192.183,00	210.000,00	2.975.402.183,00
Outras Receitas Correntes	27.680.977,00	11.527.733,00	39.208.710,00
Restituição	(3.060.000,00)	-	(3.060.000,00)
Dedução para o FUNDEB	**(615.372.036,00)**	**-**	**(615.372.036,00)**
RECEITAS DE CAPITAL	**709.939.382,00**	**11.156.524,00**	**721.095.906,00**
Operações de Crédito	456.010.910,00	-	456.010.910,00
Alienação de Bens	12.700.000,00	-	12.700.000,00
Transferências de Capital	241.228.472,00	-	241.228.472,00
Amort. de Empréstimos	-	11.156.524,00	11.156.524,00
CONTRIBUIÇÕES INTRA-GOVERNAMENTAIS	**5.500.000,00**	**-**	**5.500.000,00**
TOTAL	**4.271.622.272,00**	**95.447.787,00**	**4.367.070.059,00**

FONTE – Anexo 10 por fonte de recursos – Geral do Estado – dezembro/2009 Receita Atualizada.
OBS.: exceto as fontes 0237, 0241, 0242, 0244 e 0245.

QUADRO 03 – Resumo Geral da Receita Atualizada – Orçamento da Seguridade Social

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO (1)	RECURSOS VINCULADOS (2)	TOTAL (1+2)
RECEITAS CORRENTES	**-**	**501.326.643,00**	**501.326.643,00**
Receita Tributária	-	-	-
Receita de Contribuições	-	158.425.726,00	158.425.726,00
Receita Patrimonial	-	170.345.153,00	170.345.153,00
Receita de Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	171.655.764,00	171.655.764,00
Outras Receitas Correntes	-	900.000,00	900.000,00
Restituição	-	-	-
Dedução para o FUNDEB	**-**	**-**	**-**
RECEITAS DE CAPITAL	**-**	**10.950.102,00**	**10.950.102,00**
Operações de Crédito	-	-	-

Alienação de Bens	-	-	-
Transferências de Capital	-	10.950.102,00	10.950.102,00
Amort. de Empréstimos	-	-	-
CONTRIBUIÇÕES INTRA-GOVERNAMENTAIS	**-**	**136.066.274,00**	**136.066.274,00**
TOTAL	**-**	**648.343.019,00**	**648.343.019,00**

FONTE – Anexo 10 por fonte de recursos – Geral do Estado – dezembro/2009 Receita Atualizada, fontes: 0237, 0241, 0242, 0244 e 0245.

QUADRO 04 - Resumo Geral da Despesa Autorizada – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	**3.043.286.380,00**	**519.120.132,00**	**3.562.406.512,00**
Pessoal e Encargos Sociais	1.831.539.862,00	16.816.518,00	1.848.356.380,00
Juros e Encargos da Dívida	34.244.909,00	-	34.244.909,00
Outras Despesas Correntes	1.177.501.609,00	502.303.614,00	1.679.805.223,00
DESPESAS DE CAPITAL	**1.316.767.616,00**	**46.490.336,00**	**1.363.257.952,00**
Investimentos	1.175.140.121,00	35.389.874,00	1.210.529.995,00
Inversões Financeiras	15.049.639,00	11.100.462,00	26.150.101,00
Amortização da Dívida	126.577.856,00	-	126.577.856,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	-	**187.005.153,00**	**187.005.153,00**
TOTAL	**4.360.053.996,00**	**752.615.621,00**	**5.112.669.617,00**

FONTE – Anexo 11, por fonte - Geral do Estado – dezembro/2009 - Orçamento Autorizado.

Comparando o total da receita prevista atualizada no Quadro 01 – **R$ 5.015.413.078,00** com o total da despesa autorizada demonstrada no Quadro 04 – **R$ 5.112.669.617,00**, comprova-se diferença no valor de **R$ 97.256.539,00**, referente ao aumento de despesa com base no superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.

QUADRO 05 – Resumo Geral da Despesa Autorizada – Orçamento Fiscal

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	**2.513.143.023,00**	**168.365.194,00**	**2.681.508.217,00**
Pessoal e Encargos Sociais	1.507.813.460,00	13.416.518,00	1.521.229.978,00
Juros e Encargos da Dívida	34.244.909,00	-	34.244.909,00
Outras Despesas Correntes	971.084.654,00	154.948.676,00	1.126.033.330,00
DESPESAS DE CAPITAL	**1.299.432.849,00**	**25.410.327,00**	**1.324.843.176,00**
Investimentos	1.157.805.354,00	25.150.327,00	1.182.955.681,00
Inversões Financeiras	15.049.639,00	260.000,00	15.309.639,00

Amortização da Dívida	126.577.856,00	-	126.577.856,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			-
TOTAL	**3.812.575.872,00**	**193.775.521,00**	**4.006.351.393,00**

FONTE – Anexo 11 por fonte, Geral do Estado - Orçamento Autorizado
OBS.: exceto as fontes 0237, 0241, 0242, 0244 e 0245.

QUADRO 06 – Resumo Geral da Despesa Autorizada – Orçamento da Seguridade Social

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	**530.143.357,00**	**350.754.938,00**	**880.898.295,00**
Pessoal e Encargos Sociais	323.726.402,00	3.400.000,00	327.126.402,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Outras Despesas Correntes	206.416.955,00	347.354.938,00	553.771.893,00
DESPESAS DE CAPITAL	**17.334.767,00**	**21.080.009,00**	**38.414.776,00**
Investimentos	17.334.767,00	10.239.547,00	27.574.314,00
Inversões Financeiras	-	10.840.462,00	10.840.462,00
Amortização da Dívida	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		**187.005.153,00**	**187.005.153,00**
TOTAL	**547.478.124,00**	**558.840.100,00**	**1.106.318.224,00**

FONTE – Anexo 11 por fonte - Geral do Estado - Orçamento Autorizado **Obs.:** fontes 0237, 0241, 0242, 0244 e 0245.

Alterações Orçamentárias

Entende-se por alterações orçamentárias as movimentações e os créditos adicionais abertos mediante novas autorizações que acontecem durante o exercício financeiro, em decorrência de fatos novos que provocam o surgimento de necessidades reduzindo ou ampliando as existentes, por meio de decretos governamentais autorizados em Lei.

Valendo-se de autorização constante da própria LOA e obedecendo aos ditames da Lei n.° 4.320/64 e da LDO, foram abertos os créditos suplementares e especiais demonstrados nos quadros a seguir:

QUADRO 07 – Demonstrativo das Alterações Orçamentárias

DESCRIÇÃO	VALOR R$
Orçamento Inicial (Lei 2010/2008)	
Orçamento Inicial	4.714.461.112,00
(+) Créditos Suplementares	1.055.515.344,00
(+) Remanejamento	100.000,00
(+) Transposição	540.371.615,00
(+) Transferência	187.548.334,00
(-) Reduções	1.385.326.788,00
= Créditos Orçamentários Autorizados	**5.112.669.617,00**

FONTE – Lei 2010/08 e Balanço Geral do Estado Volume II, fl. 0500

O Orçamento Geral do Estado, inicialmente no valor de R$ 4.714.461.112,00, aprovado pela Lei nº 2010/2008, foi acrescido pelos créditos suplementares de R$ 1.055.515.344,00, remanejamento R$ 100.000,00, transposição R$ 540.371.615,00, transferência R$ 187.548.334,00 e sofreu reduções de R$ 1.385.326.788,00, constituindo-se no orçamento autorizado de R$ 5.112.669.617,00, para o exercício financeiro 2009.

QUADRO 08 – Demonstrativo do Aumento Orçamentário

DESCRIÇÃO	VALOR R$
(+) Excesso de Arrecadação	127.351.958,00
(+) Operações de Crédito	173.600.008,00
(+) Superávit Financeiro	97.256.539,00
= TOTAL DOS ACRÉSCIMOS ORÇAMENTÁRIOS	**398.208.505,00**

FONTE – Balanço Geral do Estado Volume II, fl. 0500

Os créditos adicionais realizados no exercício de 2009 elevaram o orçamento geral autorizado em 7,79%, distribuídos em: excesso de arrecadação – 2,49%, operações de crédito – 3,40% e superávit financeiro – 1,90%, reforçando as dotações orçamentárias insuficientes. Os recursos necessários a elevação do orçamento decorreram do excesso de arrecadação, das operações de crédito e do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Para oficializar a abertura dos créditos na forma demonstrada, editaram-se decretos e portarias, conforme indicação às fls. 294 a 353 do Balanço Geral, Volume I.

Os créditos suplementares foram previamente autorizados por leis, abertos por decretos do Poder Executivo e portarias de autoridade designada, em consonância aos dispositivos do art. 6º e aos limites previstos no art. 7º, ambos da Lei nº 2010, de 18 de dezembro de 2008. Já as movimentações por intermédio de transferência, transposição e remanejamento foram outorgadas ao executivo pela Lei 1.969 de 31 de outubro de 2008 em seu artigo 45.

2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ESTADO

A execução orçamentária, patrimonial e financeira é entendida como processo de formular diretrizes para elaboração das propostas de programação setorial de desembolso, e procura manter, durante o exercício, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, por meio da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial de modo a reduzir eventuais insuficiências financeiras.

2.2.1 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Gestão Orçamentária é o ato que compreende a execução e o gerenciamento do fluxo dos recursos, sua origem e aplicação, mediante registro da

receita e despesa pública, na forma de créditos e dotações orçamentárias, liberadas por cotas ou duodécimos, obedecendo à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso.

A execução da despesa é o processo pelo qual os créditos orçamentários consignados na LOA são aplicados na realização dos programas e ações governamentais.

Como se observa, a Gestão Orçamentária obedeceu à programação, às diretrizes, aos objetivos e metas do PPA, bem como às prioridades estabelecidas pela LDO, sendo evidenciada pelos atos de que resultam na arrecadação da receita, na realização da despesa, no nascimento e/ou extinção de direitos e obrigações do Estado.

A arrecadação da Receita foi realizada por meio das agências do Banco do Brasil, com o recolhimento à conta única do Tesouro Estadual, havendo efetivação de **93,21%** comparada com a previsão inicial, mostrando em relação ao ano anterior um crescimento de **4,85%,** o que evidencia a utilização correta da técnica e controle do planejamento e da execução orçamentária.

A Receita e a Despesa Orçamentárias se desdobram nas categorias econômicas Correntes e de Capital. Nesse sentido, o Balanço Orçamentário tem por objetivo apresentar as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com os valores realizados, permitindo, assim, a apuração do resultado orçamentário.

Outro conceito importante é o da Receita Corrente Líquida que se constitui pelo somatório das receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais, as contribuições de servidores para o plano de seguridade social, bem como as receitas oriundas de compensação entre sistemas de previdência.

De acordo com o parágrafo 3° do artigo 2° da LRF apura-se a receita corrente líquida somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

Encontram-se demonstradas nos quadros a seguir, a Execução Orçamentária das Receitas (previsão e realização) e Despesas (fixação e execução, incluídos os acréscimos e reduções orçamentários), com os valores detalhados por tipo de crédito, acompanhados das respectivas análises:

2.2.1.1 QUADROS DAS RECEITAS

QUADRO 09 - Receitas - Recursos de Todas as Fontes

RECEITAS	ORÇAMENTO INICIAL	ARRECADADA	% REALIZAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	**4.718.798.828,00**	**4.321.248.163,16**	**91,58**
Receita Tributária	1.197.607.242,00	1.142.739.124,45	95,42
» ICMS	957.620.113,00	919.564.636,79	96,03
» Outras	239.987.129,00	223.174.487,66	92,99
Receita de Contribuições	165.930.726,00	179.530.752,59	108,20
Receita Patrimonial	205.002.584,00	251.812.197,45	122,83
Receita de Serviços	2.634.298,00	1.413.012,87	53,64

Transferências Correntes	3.107.875.202,00	2.696.091.965,13	86,75
» FPE	2.311.743.873,00	1.878.154.649,78	81,24
» Outras	796.131.329,00	817.937.315,35	102,74
Outras Receitas Correntes	39.748.776,00	49.661.110,67	124,94
RECEITAS DE CAPITAL	**472.528.046,00**	**460.851.815,02**	**97,53**
Operações de Crédito	191.247.759,00	310.244.374,86	162,22
Alienação de Bens	12.700.000,00	17.434.619,84	137,28
Amortização de Empréstimos	12.037.162,00	3.975.052,45	33,02
Transferências de Capital	256.543.125,00	129.197.767,87	50,36
TOTAL DAS RECEITAS	**5.191.326.874,00**	**4.782.099.978,18**	**92,12**
(-) RESTITUIÇÃO	**3.060.000,00**	**10.011.239,64**	327,16
(-) DEDUÇÃO P/ O FUNDEB	**615.372.036,00**	**523.260.513,41**	85,03
Receitas de C. Intra-Governamental	141.566.274,00	145.685.706,82	102,91
TOTAL	**4.714.461.112,00**	**4.394.513.931,95**	**93,21**

FONTE: Anexo 10 Geral do Estado volume I, fl. 033

QUADRO 10 - Balanço Orçamentário do Estado – Discriminação das Receitas – 2009

RECEITAS					
RECEITAS	**PREVISTA ATUALIZADA (R$)**	**REALIZADA (R$)**	**% REALIZADA S/PREVISTA**	**% S/MONTANTE REALIZADO**	**DIFERENÇA (REALIZADA - PREVISTA) (R$)**
RECEITAS CORRENTES	**4.760.232.832,00**	**4.321.248.163,16**	**90,78**	**90,36**	**(438.984.668,84)**
Receita Tributária	1.199.498.567,00	1.142.739.124,45	95,27	23,90	(56.759.442,55)
» ICMS	957.620.113,00	919.564.636,79	96,03	19,23	(38.055.476,21)
» Outras	241.878.454,00	223.174.487,66	92,27	4,67	(18.703.966,34)
Receita de Contribuições	165.930.726,00	179.530.752,59	108,20	3,75	13.600.026,59
Receita Patrimonial	205.002.584,00	251.812.197,45	122,83	5,27	46.809.613,45
Receita de Serviços	2.634.298,00	1.413.012,87	53,64	0,03	(1.221.285,13)
Transferências Correntes	3.147.057.947,00	2.696.091.965,13	85,67	56,38	(450.965.981,87)
» FPE	2.311.743.873,00	1.878.154.649,78	81,24	39,27	(433.589.223,22)
» Outras	835.314.074,00	817.937.315,35	97,92	17,10	(17.376.758,65)
Outras Receitas Correntes	40.108.710,00	49.661.110,67	123,82	1,04	9.552.400,67
RECEITAS DE CAPITAL	**732.046.008,00**	**460.851.815,02**	**62,95**	**9,64**	**(271.194.192,98)**
Operações de Crédito	456.010.910,00	310.244.374,86	68,03	6,49	(145.766.535,14)
Alienação de Bens	12.700.000,00	17.434.619,84	137,28	0,36	4.734.619,84
Amortização de Empréstimos	11.156.524,00	3.975.052,45	35,63	0,08	(7.181.471,55)
Transferências de Capital	252.178.574,00	129.197.767,87	51,23	2,70	(122.980.806,13)
TOTAL DAS RECEITAS	**5.492.278.840,00**	**4.782.099.978,18**	**87,07**	**100,00**	**(710.178.861,82)**
(-) RESTITUIÇÃO	**3.060.000,00**	**10.011.239,64**	**327,16**	**0,21**	**6.951.239,64**
(-) DEDUÇÃO P/ O FUNDEB	**615.372.036,00**	**523.260.513,41**	**85,03**	**10,94**	**(92.111.522,59)**
Receitas de C. Intra-Governamental	141.566.274,00	145.685.706,82	102,91	3,05	4.119.432,82
TOTAL	**5.015.413.078,00**	**4.394.513.931,95**	**87,62**	**91,90**	**(620.899.146,05)**

FONTE – Anexo 10 Geral do Estado -Volume I, fl. 029

QUADRO 11 - Desempenho das Receitas Correntes do Estado – Exercício 2008 e 2009

RECEITAS CORRENTES ARRECADADAS	VALOR R$		% 2009/2008	% S/TOTAL	
	2008	2009		2008	2009
Receita Tributária	1.112.888.581,48	1.142.739.124,45	102,68	25,70	26,44
Receita de Contribuições	153.443.394,44	179.530.752,59	117,00	3,54	4,15
Receita Patrimonial	216.588.898,08	251.812.197,45	116,26	5,00	5,83
Receita de Serviços	1.274.643,19	1.413.012,87	110,86	0,03	0,03
Transferências Correntes	2.804.587.332,27	2.696.091.965,13	96,13	64,76	62,39
Outras Receitas Correntes	41.754.574,82	49.661.110,67	118,94	0,96	1,15
TOTAL	**4.330.537.424,28**	**4.321.248.163,16**	**99,79**	**100**	**100**

FONTE – Anexo 10 Geral do Estado - Exercício de 2008/2009

QUADRO 12 - Desempenho da Receita Tributária do Estado (Principais Impostos/Taxas)

IMPOSTO - ARRECADADO	2008	2009	% 2009/2008
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	97.701.533,09	100.948.468,99	103,32
IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	54.842.898,83	59.899.699,72	109,22
ICMS – Imposto sobre Operações Relativas a Mercadorias e Prestação de Serviços	900.315.128,50	919.564.636,00	102,14
TOTAL	**1.052.859.560,42**	**1.080.412.804,71**	**102,62**

FONTE – Anexo 10 do Ano de 2008 e 2009

QUADRO 13 - Desempenho das Receitas de Capital do Estado - Exercícios 2008 e 2009

RECEITAS EFETIVADAS					
RECEITAS DE CAPITAL - ARRECADADA	VALOR R$		% 2009/2008	%	
	2008	2009		2008	2009
Operações de Crédito	58.079.034,36	310.244.374,86	534,18	22,10	67,32
Alienação de Bens	12.801.719,92	17.434.619,84	136,19	4,87	3,78
Amortização de Empréstimos	4.997.760,31	3.975.052,45	79,54	1,90	0,86
Transferências de Capital	186.946.549,22	129.197.767,87	69,11	71,13	28,03
TOTAL	**262.825.063,81**	**460.851.815,02**	**175,35**	**100**	**100**

FONTE: Anexo 10 Geral do Estado.

QUADRO 14 - Resumo Comparativo da Receita Corrente Líquida 2008/2009

DESCRIÇÃO	2008	2009
RECEITAS CORRENTES	**4.323.631.476,01**	**4.311.242.462,18**
DEDUÇÕES:		
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	-257.097.525,60	-270.027.407,20
DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-520.695.155,64	-523.260.513,41
CONTRIBUIÇÃO PARA SEGURIDADE SOCIAL	-94.610.547,40	-111.196.855,25

COMP. FINANCEIRA ENTRE REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-220.758,80	-341.368,24
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**3.451.007.488,57**	**3.406.416.318,08**
PERCENTUAL DE REDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2009/2008		**-1,29**

FONTE –- Geral do Estado/08 volume III, fl. 847- Geral do Estado/09 volume II, fl. 553

Conforme demonstra o quadro 10, houve superação do valor estimado na realização da Receita de Contribuições de 8,20%, da Receita Patrimonial de 22,83%, Outras Receitas Correntes de 23,82% e Receita de Alienação de Bens com 37,28%, mantendo-se as demais realizações dentro da previsão atualizada.

A arrecadação das **receitas correntes** em 2009 comparada ao ano anterior apresentou uma ligeira queda **(0,21%)** correspondente a **R$(9.289.261,12)**, reflexo da crise financeira mundial que nos atingiu ao longo do ano.

As **receitas de capital**, no valor de **R$ 460.851.815,02** aumentaram em **175,35%** se comparadas ao ano anterior e representam **9,64%** da receita total arrecadada no exercício de 2009.

Verificou-se também neste ano uma redução de (1,29%) na receita corrente líquida em relação ao exercício de 2008, valor em R$ 44.591.170,49, influenciando negativamente na realização orçamentária.

QUADRO 15 – Demonstrativo da Receita Primária Líquida

RECEITAS PRIMÁRIAS	RECEITAS REALIZADAS	
	2009	2008
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I)	**4.015.754.120,65**	**3.718.016.210,34**
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**460.851.302,17**	**262.818.991,80**
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS (III)	310.244.374,86	58.079.034,36
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (IV)	3.974.539,60	4.995.648,30
ALIENAÇÃO DE ATIVOS (V)	**17.434.619,84**	**12.797.759,92**
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	**129.197.767,87**	**186.946.549,22**
RECEITAS PRIMÁRIAS LÍQUIDAS (VII) = (I + VI)	**4.144.951.888,52**	**3.904.962.759,56**

Receitas primárias correspondem ao total das receitas orçamentárias, deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimento de aplicações financeiras, de amortizações de empréstimos concedidos e alienação de ativos.

QUADRO 16 - Demonstrativo de Apuração da Receita Corrente Líquida

ESPECIFICAÇÃO	2009
Receitas Correntes	**4.311.242.462,18**
(-) Transferências Constitucionais	270.027.407,20
(-) Contribuição - Plano Seguridade Social Servidor	111.196.855,25
(-) Compensação Financeira Entre Regimes de Previdência	341.368,24
(-) Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	523.260.513,41
Receita Corrente Líquida (A)	**3.406.416.318,08**

QUADRO 17 – Comparativo entre a Receita Corrente Líquida de 2008 e 2009

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		
ANO DE 2008	**ANO DE 2009**	**% EVOLUÇÃO**
3.451.007.488,57	3.406.416.318,08	-1,29

2.2.1.2 QUADROS DAS DESPESAS

QUADRO 18 - Balanço Orçamentário do Estado - despesas por tipo de crédito – 2009

DESPESAS	AUTORIZADA	EXECUTADA	% EXECUTADA S/ AUTORIZADA	% S/ MONTANTE EXECUTADA	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	**4.946.119.541,00**	**3.906.302.477,41**	**78,98**	**96,09**	**1.039.817.063,59**
Despesas Correntes	**3.395.856.436,00**	**2.994.155.257,11**	**88,17**	**73,66**	**401.701.178,89**
Pessoal e Encargos Sociais	1.689.297.786,00	1.627.053.735,54	96,32	40,02	62.244.050,46
Juros/Encargos da Dívida	34.244.909,00	33.837.311,83	98,81	0,83	407597,17
Outras Despesas Correntes	1.672.313.741,00	1.333.264.209,74	79,73	32,80	339.049.531,26
Despesas de Capital	**1.363.257.952,00**	**912.147.220,30**	**66,91**	**22,44**	**451.110.731,70**
Investimentos	1.210.529.995,00	772.646.329,97	63,83	19,01	437.883.665,03
Inversões Financeiras	26.150.101,00	16.003.338,77	61,20	0,39	10.146.762,23
Amortização da Dívida	126.577.856,00	123.497.551,56	97,57	3,04	3080304,44
Reserva de Contingência	**187.005.153,00**	**-**	**0,00**	**0,00**	**187.005.153,00**
CRÉDITOS INTRA-ORÇAMENTÁRIOS	**166.550.076,00**	**158.793.203,36**	**95,34**	**3,91**	**7.756.872,64**
Despesas Correntes	**166.550.076,00**	**158.793.203,36**	**95,34**	**3,91**	**7.756.872,64**
Pessoal e Encargos Sociais	159.058.594,00	153.407.018,44	96,45	3,77	5651575,56
Outras Despesas Correntes	7.491.482,00	5.386.184,92	71,90	0,13	2.105.297,08
Despesas de Capital	**-**	**-**			
Investimentos	-	-			-
Inversões Financeiras	-	-			-
TOTAL	**5.112.669.617,00**	**4.065.095.680,77**	**79,51**	**100,00**	**1.047.573.936,23**
SUPERÁVIT (*)		**329.418.251,18**			

FONTE – Balanço Orçamentário – Geral do Estado - volume I, fl. 0027
* Total arrecadado (Quadro 10) menos total da despesa (Quadro 18).

Os quadros de n.° 10 e 18 demonstram, além da receita arrecadada e das despesas por tipo de crédito, o superávit orçamentário no valor

R$ 329.418.251,18, decorrente da diferença positiva entre a receita efetivada e a despesa executada.

As **despesas correntes** relativas à manutenção, ao funcionamento da máquina administrativa e a outras tipicamente administrativas somam **R$ 3.152.948.460,47,** representando **77,57%** do total das despesas realizadas.

As **despesas de capital**, no referido exercício financeiro, somaram **R$ 912.147.220,30,** destacando-se os dispêndios realizados com investimentos na ordem de **R$ 772.646.329,97**, que representam **84,71%** do total das despesas de capital.

QUADRO 19 – Análise Comparativa da Despesa por Categoria Econômica

CATEGORIAS ECONÔMICAS	2008		2009		% 2009/2008
	DESPESA	% PART	DESPESA	% PART	
Pessoal e Encargos Sociais	1.481.381.659,43	36,91	1.780.460.753,98	43,80	20,19
Juros e Encargos da Divida	34.973.974,36	0,87	33.837.311,83	0,83	-3,25
Outras Despesas Correntes	1.354.184.819,50	33,74	1.338.650.394,66	32,93	-1,15
DESPESAS CORRENTES	**2.870.540.453,29**	71,53	**3.152.948.460,47**	77,56	9,84
Investimentos	1.007.020.346,61	25,09	772.646.329,97	19,01	-23,27
Inversões Financeiras	15.675.839,01	0,39	16.003.338,77	0,39	2,09
Amortização da Dívida	119.971.815,76	2,99	123.497.551,56	3,04	2,94
DESPESAS DE CAPITAL	**1.142.668.001,38**	28,47	**912.147.220,30**	22,44	-20,17
TOTAL	**4.013.208.454,67**	100,00	**4.065.095.680,77**	100,00	1,29

Fonte – Anexo IMPBY/2008 e 2009

No exercício de 2009, o volume de despesas realizadas atingiu um valor de R$ **4.065.095.680,77**. Dos recursos aplicados **77,56%** foram concentrados nas despesas correntes e **22,44%** aplicado nas despesas de capital. Avaliando o volume de despesas realizadas entre 2008 e 2009, evidencia-se um aumento de **1,29%**, todavia os investimentos apresentaram queda substancial de (23,27%).

QUADRO 20 – Comparativo de Despesa Realizada por Poderes e Ministério Público / Categoria e Grupo

2009								
PODER	**PESSOAL**	**%**	**OUTROS CUSTEIOS**	**%**	**CAPITAL**	**%**	**TOTAL**	**%**
Executivo	1.504.623.929,87	84,51	1.301.096.039,39	94,80	901.239.513,12	98,80	3.706.959.482,38	91,19
Legislativo	102.098.357,05	5,73	23.460.355,47	1,71	1.974.594,37	0,22	127.533.306,89	3,14
Judiciário	117.823.224,92	6,62	30.646.644,04	2,23	8.239.808,91	0,90	156.709.677,87	3,86
Ministério Público	55.915.242,14	3,14	17.284.667,59	1,26	693.303,90	0,08	73.893.213,63	1,82
TOTAL	**1.780.460.753,98**	**100,00**	**1.372.487.706,49**	**100,00**	**912.147.220,30**	**100,00**	**4.065.095.680,77**	**100,00**

2008								
PODER	**PESSOAL**	**%**	**OUTROS CUSTEIOS**	**%**	**CAPITAL**	**%**	**TOTAL**	**%**
Executivo	1.243.258.657,10	83,93	1.337.818.958,47	96,3	1.130.493.516,48	98,93	3.711.571.132,05	92,48
Legislativo	80.347.086,58	5,42	20.996.694,64	1,51	2.456.528,81	0,21	103.800.310,03	2,59
Judiciário	107.905.556,48	7,28	19.832.138,32	1,43	6.519.179,35	0,57	134.256.874,15	3,35
Ministério Público	49.870.359,27	3,37	10.511.002,43	0,76	3.198.776,74	0,28	63.580.138,44	1,58
TOTAL	**1.481.381.659,43**	**100**	**1.389.158.793,86**	100	**1.142.668.001,38**	**100**	**4.013.208.454,67**	**100**

PODER	**PESSOAL**			**OUTROS CUSTEIOS**			**CAPITAL**		
	2008	**2009**	**%**	**2008**	**2009**	**%**	**2008**	**2009**	**%**
Executivo	1.243.258.657,10	1.504.623.929,87	21,02	1.337.818.958,47	1.301.096.039,39	-2,74	1.130.493.516,48	901.239.513,12	-20,28
Legislativo	80.347.086,58	102.098.357,05	27,07	20.996.694,64	23.460.355,47	11,73	2.456.528,81	1.974.594,37	-19,62
Judiciário	107.905.556,48	117.823.224,92	9,19	19.832.138,32	30.646.644,04	54,53	6.519.179,35	8.239.808,91	26,39
Ministério Público	49.870.359,27	55.915.242,14	12,12	10.511.002,43	17.284.667,59	64,44	3.198.776,74	693.303,90	-78,33
TOTAL	**1.481.381.659,43**	**1.780.460.753,98**	**20,19**	**1.389.158.793,86**	**1.372.487.706,49**	**-1,20**	**1.142.668.001,38**	**912.147.220,30**	**-20,17**

QUADRO 21- Resumo das Despesas Realizadas por Categoria/Grupo de Despesa

CATEGORIA/ GRUPO DE DESPESA	2008	% PART	2009	% PART	% 2009/2008
PESSOAL	1.481.381.659,43	36,91	1.780.460.753,98	43,80	20,19
CUSTEIO	1.389.158.793,86	34,61	1.372.487.706,49	33,76	-1,20
CAPITAL	1.142.668.001,38	28,47	912.147.220,30	22,44	-20,17
TOTAL	**4.013.208.454,67**	**100,00**	**4.065.095.680,77**	**100,00**	**1,29**

A Execução da despesa no exercício de 2009 apresentou aplicação de recursos da seguinte forma: pessoal e encargos - 43,80%, custeio - 33,76% e capital - 22,44%. Em relação ao biênio 2008/2009, observou-se um aumento bastante significativo das despesas com pessoal e encargos sociais correspondente a 20,19%, porém as despesas de custeio e capital apresentaram redução de (-1,20%) e (-20,17), respectivamente.

A aplicação dos recursos orçamentários, no exercício de 2009, importou em R$ 4.065.095.680,77, assim distribuídos: 91,19%, pelo poder executivo, 3,14% pelo Legislativo, 3,86% pelo Judiciário e 1,82% pelo Ministério Público.

As despesas com pessoal e encargos sociais (sem deduções) tiveram um incremento nominal de 20,19% em 2009 comparando ao exercício de 2008. Sua participação aumentou de 36,91% em 2008 para 43,80% em 2009.

QUADRO 22 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal em relação à RCL

PODERES	DESPESA DE PESSOAL		% Gasto com pessoal/ RCL 2009	% Limite Máximo da LRF	% Limite Prudencial	% Evolução da Despesa 2009 / 2008
	2008	2009				
Executivo	1.242.313.575,19	1.500.843.692,38	44,06	49,00%	46,55%	20,81
Legislativo	72.787.472,91	91.916.552,53	2,70	3,00%	2,85%	26,28
Judiciário	98.657.775,92	115.635.330,59	3,39	6,00%	5,70%	17,21
Ministério Público	49.870.359,27	55.915.242,14	1,64	2,00%	1,90%	12,12
TOTAL	**1.463.629.183,29**	**1.764.310.817,64**	**51,79**	**60,00%**	**57,00%**	**20,54**

FONTE – Volume II Balanço Geral - fl 567

Com base na Receita Corrente Líquida, para fins de limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, os gastos com pessoal mantiveram-se abaixo dos limites prudenciais em todos os Poderes.

QUADRO 23 - Demonstrativo da Despesa de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida – Poder Executivo – 2009

Despesa de Pessoal	**1.626.642.607,47**
Pessoal Ativo	1.504.623.929,87
Pessoal Inativo e Pensionista	122.018.677,60
Despesas não Computadas (art. 19, § 1° da LRF)	125.798.915,09
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	38.706,71
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	4.447.029,85
(-) Inativos com Recursos Vinculados	121.313.178,53
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP	**1.500.843.692,38**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	3.406.416.318,08
% DO TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO TDP/RCL	**44,06**
LIMITE MÁXIMO 49%	**1.699.143.995,86**
LIMITE PRUDENCIAL 46,55%	**1.585.686.796,07**

FONTE – Volume II Balanço Geral do Estado – fl. 0572

Os gastos com pessoal e encargos, relativos ao Poder Executivo, representam 44,06% da Receita Corrente Líquida, situando-se abaixo do limite prudencial de 46,55% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – art. 22.

QUADRO 24 - Demonstrativo das Despesas Executadas por Função

DESPESAS POR FUNÇÃO	VALOR	% S/TOTAL
	2009	2009
ADMINISTRAÇÃO	**1.050.047.278,58**	**25,83**
EDUCAÇÃO	**662.158.424,76**	**16,29**
SAUDE	**606.437.202,40**	**14,92**
TRANSPORTE	**485.539.815,15**	**11,94**
SEGURANÇA PÚBLICA	**339.417.325,64**	**8,35**
JUDICIÁRIA	**180.409.687,48**	**4,44**
ENCARGOS ESPECIAIS	**156.997.572,41**	**3,86**
PREVIDÊNCIA SOCIAL	**130.677.170,01**	**3,21**

LEGISLATIVA	127.533.306,89	3,14
AGRICULTURA	108.731.942,78	2,67
ASSISTÊNCIA SOCIAL	52.950.161,59	1,30
COMUNICAÇÕES	37.292.289,74	0,92
HABITAÇÃO	21.292.330,17	0,52
CULTURA	15.391.107,17	0,38
ESSENCIAL A JUSTIÇA	14.470.085,50	0,36
GESTÃO AMBIENTAL	12.685.720,00	0,31
URBANISMO	11.061.036,60	0,27
TRABALHO	8.771.280,41	0,22
SANEAMENTO	8.284.924,28	0,20
ENERGIA	7.468.161,87	0,18
DIREITOS DA CIDADANIA	7.303.635,27	0,18
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	7.078.400,38	0,17
DESPORTO E LAZER	5.369.890,49	0,13
COMÉRCIO E SERVIÇOS	3.237.199,05	0,08
INDÚSTRIA	2.252.823,16	0,06
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	2.236.908,99	0,06
TOTAL	4.065.095.680,77	100,00

FONTE – Balanço Geral do Estado – Volume I, fls. 0095 a 0273

GRÁFICO 01 – Despesas por Função de Governo

Observa-se, por meio do gráfico acima, que as cinco funções de Governo que obtiveram maiores participações nas despesas foram: Administração com **R$ 1.050.047.278,58**; Educação com **R$ 662.158.424,76**; Saúde com

R$ 606.437.202,40; Transporte com **R$ 485.539.815,15** e Segurança Pública com **R$ 339.417.325,64**.

GRÁFICO 02 – Despesas Executada por Órgãos, Entidades (Autárquicas e Fundações) e Fundos

Os orçamentos autorizados estão distribuídos entre os órgãos, autarquias, fundações e fundos especiais, no âmbito dos poderes do Estado, conforme valores constantes do Gráfico n.° 02. Chama-se atenção para as Fundações, estas, com a menor consignação orçamentária e só tiveram realização de apenas **R$ 15.392.079,79** do orçamento geral do Estado, e para os Órgãos, pois estes detêm a maior parcela orçamentária, o equivalente a **R$**. **2.451.342.847,48**.

GRÁFICO 03 - Cumprimento de Metas Fiscais

O gráfico acima reflete o esforço do Governo em manter o equilíbrio das contas públicas, apurando-se nesse exercício, um **superavit orçamentário** de **R$ 329.418.251,18,** equivalente a **7,50%** da receita arrecadada. A despesa empenhada no valor de R$ 4.065.095.680,77 obedeceu aos Princípios da Administração Pública e a racionalidade dos gastos por meio de limitação de empenhos, melhorando a qualidade quanto ao aperfeiçoamento dos sistemas de planejamento, orçamentário, financeiro e de controle.

QUADRO 25 – Demonstrativo das Despesas Primárias Líquidas

DESPESAS PRIMÁRIAS	DESPESAS LIQUIDADAS	
	2009	2008
DESPESAS CORRENTES (I)	**3.134.033.012,85**	**2.868.823.654,93**
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (II)	33.835.848,76	34.973.974,36
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (III) = (I - II)	3.100.197.164,09	2.833.849.680,57
DESPESAS DE CAPITAL (IV)	**873.704.189,47**	**1.100.919.261,51**
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS (V)	15.001.971,96	14.652.193,47
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (VI)	123.497.551,56	119.971.815,76
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VII) = (IV - V - VI)	735.204.665,95	966.295.252,28
DESPESAS PRIMÁRIAS LÍQUIDAS (VIII) = (III + VII)	**3.835.401.830,04**	**3.800.144.932,85**

INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IX)	**57.357.015,38**	**43.465.538,23**
RESULTADO PRIMÁRIO (XI) (VIII) = (VII QUADRO 15 – VIII - IX QUADRO 25)	**252.193.043,10**	**61.352.288,48**
META DO RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE 2009		65.265.000,00

Despesa Primária Líquida corresponde ao total das despesas orçamentárias deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

No campo da despesa, também merece destaque o parâmetro **Resultado Primário** que tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado em honrar os compromissos assumidos com o serviço da dívida, apurado em valor positivo de **R$ 252.193.043,10,** que superou, em 286,41%, o valor de R$ 65.265.000,00, meta estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2009.

2.2.1.3 LIMITES CONSTITUCIONAIS

Os limites constitucionais são aqueles previstos diretamente nas constituições Federal e Estadual, devendo, por esta razão, serem rigorosamente observados, sob pena de sanções políticas e administrativas.

O Governo do Estado cumpriu todos os limites estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Destaca-se a aplicação nas áreas de Educação e Saúde, conforme demonstração abaixo:

QUADRO 26 - Comparativo das despesas realizadas com Educação – 2009/2008

ESPECIFICAÇÃO	2009	2008	% 2009/2008
Receita Liquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	**2.721.122.231,06**	**2.943.697.447,10**	**-7,56**
Aplicação na Educação	710.849.408,63	737.586.261,77	-3,62
% de Aplicação Realizada	26,12	25,06	
LIMITE CONSTITUCIONAL	25	25	

Na aplicação de recursos destinados à educação, em 2009, constatou-se uma redução de 3,62% em relação ao exercício de 2008. Essa redução foi proveniente da queda na arrecadação da Receita. A aplicação na área de educação atendeu ao Limite determinado na Constituição federal de 1988, em seu art. 212, que é de 25% da receita resultante de impostos. Em cumprimento a este dispositivo constitucional, o Governo do Estado do Tocantins aplicou 26,12%, equivalente a R$ 710.849.408,63.

GRÁFICO 04 – Limite de Despesas com Educação e Cultura

De acordo com o gráfico acima, o valor de R$ 710.849.408,63, correspondente a 26,12% da receita resultante de impostos, superando o percentual mínimo de 25% previsto no art. 212 da Constituição Federal para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

QUADRO 27 – Comparativo das despesas realizadas com Saúde – 2009/2008

ESPECIFICAÇÃO	2009	2008	% 2009/2008
Receita Liquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	**2.721.122.231,06**	**2.943.697.447,10**	**-7,56**
Aplicação na Saúde	426.358.873,24	405.814.986,80	5,06
% de Aplicação Realizada	15,67	13,79	
LIMITE CONSTITUCIONAL	12	12	

A Emenda Constitucional n° 29, no art. 77, determina a aplicação de recursos mínimos nas ações e serviços públicos de saúde de 12%. Conforme demonstrado no quadro acima foram gastos 15,67% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais e legais, superando 3,67% do limite da lei. Embora tenha havido queda na arrecadação, na comparação entre os recursos aplicados observa-se um crescimento em 2009 com relação a 2008 de 5,06%.

Comparando o período 2009 com o de 2008 constatou-se que, a Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais apresentou uma queda de 7,56%, consequência da crise econômica, ocorrida inicialmente nos Estados Unidos e posteriormente se desencadeando pelo resto do mundo.

GRÁFICO 05 – Limite de Despesas com Saúde

Em relação à Saúde, o gasto de R$ 426.358.873,24, correspondente a 15,67% da receita corrente líquida, superou o índice de 12% determinado pelo § 1º do art. 7º da Emenda Constitucional 29/2000, que assegura os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

2.2.2 GESTÃO FINANCEIRA

A Gestão Financeira cuida de registrar a movimentação de numerário, ou seja, os recebimentos e pagamentos de receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentárias, os ativos e passivos financeiros.

A Gestão Financeira tem como instrumento operacional o Sistema Informatizado de Administração Financeira dos Estados e Municípios – SIAFEM para o efetivo controle dos recursos financeiros movimentados na Conta Única do Tesouro Estadual e nas Contas Específicas, observando a programação financeira e respectivo cronograma mensal de desembolso, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, conforme demonstrativos e resumos de balanços financeiros apurados no exercício em análise, a seguir:

QUADRO 28 – Resumo Financeiro da Receita e da Despesa – Geral do Estado

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**4.248.833.250,94**	**ORÇAMENTÁRIA**	**3.906.302.477,41**
CORRENTES	3.787.981.948,77	CORRENTES	2.994.155.257,11
CAPITAL	460.851.302,17	CAPITAL	912.147.220,30

REC. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	145.680.681,01	**DESP. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA**	158.793.203,36
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.917.562.654,40	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS**	5.861.319.989,09
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**1.590.344.975,99**	**SALDO PARA O EXERCÍCO SEGUINTE**	**1.976.005.892,48**
TOTAL	**11.902.421.562,34**	**TOTAL**	**11.902.421.562,34**

FONTE – Balanço Financeiro **-** Volume I, fl. 053 - Geral do Estado.

QUADRO 29 - Participação da Receita e da Despesa – Geral do Estado – em percentual

RECEITA		**DESPESA**	
ORÇAMENTÁRIA	**35,70**	**ORÇAMENTÁRIA**	**32,82**
CORRENTES	31,83	CORRENTES	25,16
CAPITAL	3,87	CAPITAL	7,66
REC. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1,22	**DESP. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA**	1,33
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	49,72	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS**	49,24
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**13,36**	**SALDO PARA O EXERCÍCO SEGUINTE**	**16,60**
TOTAL	**100,00**	**TOTAL**	**100,00**

FONTE – Balanço Financeiro **-** Volume I, fl. 053 - Geral do Estado.

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos de receitas e dispêndios (despesas) de recursos financeiros, destacando-se as receitas e despesas, autorizadas por Lei (orçamentária), dos pagamentos e recebimentos executados, independentes da execução orçamentária (extra-orçamentária), conjugando-se, ainda, com os saldos das disponibilidades do exercício anterior e aqueles que passam para o exercício seguinte.

O ingresso de recursos está composto por **35,70%** de receita orçamentária, **49,72%** de receita extra-orçamentária, **1,22%** de receita intra-orçamentária e **13,36%** de saldo financeiro do exercício anterior.

O dispêndio de recursos Orçamentários alcançou percentual de **32,82%** desdobrados em Despesas Correntes - 25,16% e Despesas de Capital - 7,66%, as despesas Extra-Orçamentárias atingiram **49,24%,** as despesas correntes intra-orçamentárias **1,33%** e o saldo para o exercício seguinte corresponde a **16,60%**.

2.3 - POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DO ESTADO, POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E POR PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO, E DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.3.1 POSIÇÃO PATRIMONIAL

A gestão patrimonial registra e controla os bens móveis, imóveis, créditos, obrigações, valores, movimento de almoxarifado, inscrição e baixa de ativos e passivos, incorporações e desincorporações de bens dependentes da execução orçamentária, bem como superveniências e insubsistências ativas e passivas. Ela também mostra resultado significativo com a preservação dos bens, direitos e obrigações que evidenciam a situação Econômica e Financeira do Patrimônio Público, na forma dos quadros e gráficos a seguir:

2.3.1.1 – RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL – 2008/2009 RELATIVO AO ATIVO E AO PASSIVO

QUADRO 30 - Resumo dos Valores Patrimoniais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2008**	**2009**	**TÍTULO**	**2008**	**2009**
ATIVO FINANCEIRO	1.593.847.880,73	1.982.491.635,69	PASSIVO FINANCEIRO	200.952.151,44	269.040.787,16
DISPONÍVEL	442.276.583,29	618.550.280,64	DÍVIDA FLUTUANTE	199.273.351,86	267.175.485,16
REALIZÁVEL	1.151.571.297,44	1.363.941.355,05	PASSIVO PERMANENTE	2.753.459.522,96	3.556.244.904,52
PERMANENTE	2.574.430.090,82	2.786.006.420,00	SOMA DO PASSIVO REAL	2.954.411.674,40	3.825.285.691,68
SOMA DO ATIVO REAL	4.168.277.971,55	4.768.498.055,69	ATIVO REAL LÍQUIDO	1.213.866.297,15	943.212.364,01
ATIVO COMPENSADO	1.941.469.902,17	2.121.930.184,44	PASSIVO COMPENSADO	1.941.469.902,17	2.121.930.184,44
TOTAL	**6.109.747.873,72**	**6.890.428.240,13**	**TOTAL**	**6.109.747.873,72**	**6.890.428.240,13**

FONTE – Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Geral do Estado – Volume I, fl. 057

Chama atenção o crescimento de **39,86%**, no ativo disponível em relação ao exercício de 2008. Outros pontos destacados são aumento da Dívida Flutuante em **34,07%**, do Passivo Permanente de **29,16%** e uma redução no Ativo Real Líquido de (**22,30%)**. Contudo, em 2009, o Estado apresenta boa situação econômico-financeira, visto que a situação líquida acumulada é de R$ 943.212.364,01.

QUADRO 31 – Resumo dos Valores Patrimoniais em Percentuais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2008**	**2009**	**TÍTULO**	**2008**	**2009**
ATIVO FINANCEIRO	27,13	28,77	PASSIVO FINANCEIRO	1,19	3,90
DISPONÍVEL	5,03	8,98	DÍVIDA FLUTUANTE	1,17	3,88
REALIZÁVEL	22,11	19,79	PASSIVO PERMANENTE	28,92	51,61

PERMANENTE	40,33	40,43	SOMA DO PASSIVO REAL	30,11	55,52
SOMA DO ATIVO REAL	67,46	69,20	ATIVO REAL LÍQUIDO	37,35	13,69
ATIVO COMPENSADO	32,54	30,80	PASSIVO COMPENSADO	32,54	30,80
TOTAL	**100**	**100**	**TOTAL**	**100**	**100**

FONTE – Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Geral do Estado – Volume I, fl. 057

O demonstrativo acima evidencia que a composição patrimonial sofreu mudanças no exercício de 2009, em comparação com o ano de 2008, principalmente no passivo permanente onde a participação era de 28,92% passou para 51,61% e no ativo real líquido que apresentou redução em sua composição alterando de 37,35% para 13,69%.

QUADRO 32 - Evolução Patrimonial/2009 – Tomando-se por Base o Exercício de 2008

ATIVO	% 2009/2008	PASSIVO	% 2009/2008
ATIVO FINANCEIRO	24,38	PASSIVO FINANCEIRO	33,88
DISPONÍVEL	39,86	PASSIVO PERMANENTE	29,16
REALIZÁVEL	18,44	SOMA DO PASSIVO REAL	29,48
PERMANENTE	8,22	ATIVO REAL LÍQUIDO	-22,30

FONTE – Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Geral do Estado – Volume I, fl. 57

Este quadro demonstra os percentuais de comportamento patrimonial no exercício financeiro de 2009 em relação a 2008 do Balanço Geral do Estado. Todos os componentes em análise apresentaram crescimento exceto o Ativo Real Líquido, que sofreu redução de 22,30%.

2.3.1.1.1 GRÁFICOS E QUADROS DA SITUAÇÃO DA DÍVIDA E DAS GARANTIAS

A Dívida Pública Consolidada se caracteriza pelas obrigações financeiras assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, com base na Lei nº 101/2000 art. 29, I.

É classificada como Dívida Consolidada ou Fundada quando representa compromissos assumidos com vencimento superior a doze meses e que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate, com base na Lei 4.320/64 artigos 98 e 105 § 4º.

O limite da dívida é fixado em percentual da Receita Corrente Líquida (RCL) para cada esfera de governo e aplicado igualmente a todos os entes da Federação que façam parte de seu cálculo, constituindo, para cada um deles, limites máximos estabelecidos pela Resolução do Senado Federal n° 40.

QUADRO 33 – Demonstrativo dos Limites da Dívida e Operações de Crédito – 2008 e 2009

ESPECIFICAÇÃO	ANO DE 2008		ANO DE 2009		LIMITE MÁXIMO
	VALOR	% sobre a RCL	VALOR	% sobre a RCL	
RCL	**3.451.007.488,57**	**-**	**3.406.416.318,08**		**-**
Divida Consolidada Líquida	340.849.941,36	9,88	374.954.520,06	11,01	200%
Operações de Crédito	58.079.034,36	1,68	136.644.374,86	4,01	16%

Conforme demonstrado no quadro acima, o Estado encontra-se em situação bastante favorável em relação à dívida consolidada líquida e operações de crédito: a dívida atingiu 11,01% que tem como parâmetro máximo um percentual de 200% enquanto as operações de crédito alcançaram 4,01% do limite de 16%, definidos pelas Resoluções nº 40 e 43 do Senado Federal respectivamente, percentuais calculados em relação à Receita Corrente Líquida - RCL.

GRÁFICO 06 – Situação da Dívida Fundada e seus Encargos

No exercício de 2009 os pagamentos com a amortização, juros e encargos da dívida fundada, demonstrados no Gráfico – 06, atingiram a quantia de **R$ 178.306.463,14,** equivalente a **6,84%** dos gastos com recursos ordinários do Tesouro Estadual no exercício em comento, restando um saldo a pagar no valor de **R$ 811.334.773,34**, conforme gráfico acima.

GRÁFICO 07 – Dívida Fundada em Função da Receita Corrente Líquida

O Gráfico n.° 07 demonstra percentual de 11,01% da Dívida Consolidada Líquida sobre a Receita Corrente Líquida, situação favorável quanto ao endividamento do Estado, considerando o limite de 200% definido pela Resolução nº 40 do Senado Federal.

QUADRO 34 - Comparativo da Dívida Fundada (exceto regime previdenciário)

ESPECIFICAÇÃO	2008	2009	Variação %
	Valor (R$)	Valor (R$)	2009/2008
Divida consolidada	733.655.356,11	811.221.353,24	10,57
Deduções	392.805.414,75	436.266.833,18	11,06
Dívida Consolidada Líquida	**340.849.941,36**	**374.954.520,06**	**10,01**
Receita Corrente Líquida	**3.451.007.488,57**	**3.406.416.318,08**	**-1,29**
Percentual da Div. Consolidada/RCL	**21,26**	**23,81**	**12,02**
Percentual da Div. Consolidada Líquida/RCL	**9,88**	**11,01**	**29,63**
Limite de Comprometimento Permitido 200%	**6.902.014.977,14**	**6.812.832.636,16**	**-1,29**

FONTE – Balanço Geral do Estado – Volume II, fl. 0573

No exercício de 2009 a Dívida Consolidada Líquida do Estado, por Contratos, apresentou saldo no valor de R$ 374.954.520,06, que representa aumento de 10,01% em relação ao exercício de 2008. Constatou-se também uma elevação da Dívida Consolidada, no exercício de 2009 em relação a 2008, de 10,57%.

QUADRO 35 – Demonstrativo da Dívida Interna e Externa

Composição da Dívida	2008	2009	Variação % 2009/2008
Inscrição (a)	78.504.043,68	351.381.029,31	347,60
*Atualização Monetária (b)	147.135.522,33	(127.901.990,14)	-186,93
Amortização (c)	126.703.467,08	144.469.151,31	14,02
Cancelamento (d)	-	1.457.727,03	-
RESULTADO = a - b - c - d	**98.936.098,93**	**77.552.160,83**	**-21,61**

*Observação: 1 - resultado positivo = aumento da dívida
2 - resultado negativo = redução da dívida

Considerando as movimentações configuradas no quadro acima, verificou-se que a dívida em 2009 teve um crescimento apenas de R$ 77.552.160,83. Embora as operações de crédito tenham superado àquelas do ano anterior em mais de 300%, os efeitos provocados pela inscrição, em 2009, foram amenizados pela atualização monetária negativa.

QUADRO 36 – Demonstrativo Comparativo de pagamento da Dívida e seus encargos

Composição da Dívida	2008	2009	Variação % 2009/2008
Juros e Encargos da Dívida	34.973.974,36	33.837.311,83	-3,25
Amortização	119.971.815,76	144.469.151,31	20,42
TOTAL	**154.945.790,12**	**178.306.463,14**	15,08

O Estado, em 2009, pagou juros, encargos e amortização da dívida no valor de R$ 178.306.463,14, o que equivale em percentuais de crescimento em relação ao exercício anterior de 15,08.

QUADRO 37 – Situação dos Restos a Pagar dos exercícios de 2008/2009

Ano	Processados				Não Processados				Total Inscrito
	(*) Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar	
2008	137.791.532,48	1.191.023,91	126.200.420,95	10.400.087,62	43.465.538,23	678.020,31	41.137.517,92	1.650.000,00	181.257.070,71
2009	196.369.060,01	-	-	-	59.008.478,45	-	-	-	255.377.538,46
2009/2008	**42,51**				**35,76**				**40,89**

Obs.: (*) em 2009: inscritos mais o saldo anterior.

Os restos a pagar processados e não processados inscritos apresentaram aumento nominal de 40,89%, entre os exercicios 2008 e 2009.

Em dezembro de 2008, existia um saldo de R$ 181.257.070,71 de restos a pagar, dos quais 76,02% eram processados e 23,98% não processados, desse valor 1,03% foram cancelados, 92,33% foram pagos e 6,65% passaram pendentes de pagamento.

Em 2009, os restos a pagar inscritos mais o saldo anterior apresentaram um volume de R$ 255.377.538,46, em que 76,89% referem a restos a pagar processados e 23,11% não processados, de modo que a quitação dos mesmos deverá ocorrer durante o exercício de 2010.

Para efeito de esclarecimento conceitual, a definição de restos a pagar processados e não processados está fundamentada nos artigos 36 e parágrafo único da Lei nº 4.320/64, bem como nos artigos 65 da Lei Estadual nº 1.969/08, respectivamente transcritos a seguir:

> "Art.36 – Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.
>
> Parágrafo único – os empenhos que correm à conta de créditos com vigência plurianual, que não tenham sido liquidados, só serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito.

Art. 65 – Somente poderão ser inscritas em Restos a Pagar do exercício de 2008 as despesas empenhadas e efetivamente realizadas até em 31 de dezembro do referido exercício, cuja liquidação se tenha verificado no ano ou se verifique até o dia 31 de janeiro do exercício subseqüente, ressalvado o regulamento específico do Poder Executivo Estadual."

GRÁFICO 08 - Execução de Restos a Pagar em 2009

Os Restos a Pagar, regularmente registrados e demonstrados no Gráfico n.° 08, estão assim detalhados:

a) A soma dos valores cancelados, pagos e a pagar no gráfico acima totalizam **R$ 181.257.070,71** e representam os Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores sendo: - R$ 181.107.989,84 em 2008 e R$ 149.080,87, saldo remanescente de 2007. Destaca-se também que no Poder Executivo o montante foi de – **R$ 174.399.741,31** e nos demais Poderes de - **R$ 6.857.329,40,** (fonte: Balanço Geral do Estado Volume II, fl. 0558 e 0569).

b) No Exercício Financeiro de 2009 passou, juntamente com saldo remanescente, Restos a Pagar no valor de **R$ 255.377.538,46,** assim distribuído: Poder Executivo R$ 233.447.618,50 e demais Poderes R$ 21.929.919,96. (fonte: Balanço Geral do Estado Volume II, 0569).

QUADRO 38 - Demonstrativo da Dívida reconhecida como Despesa de Exercícios Anteriores

DESPESAS	AUTORIZADA	EXECUTADA	% EXECUTADA S/AUTORIZADA	% S/MONTANTE EXECUTADA	DIFERENÇA
Despesas Correntes	**96.915.569,00**	**86.691.921,51**	**89,45**	**36,12**	**10.223.647,49**
Pessoal e Encargos	17.566.004,00	17.399.199,37	99,05	7,25	166.804,63
Outras Despesas Correntes	79.349.565,00	69.292.722,14	87,33	28,87	10.056.842,86
Despesas de Capital	**157.241.137,00**	**153.329.379,50**	**97,51**	**63,88**	3.911.757,50
Investimentos	156.145.137,00	152.535.378,73	97,69	63,55	3.609.758,27
Inversões Financeiras	1.096.000,00	794.000,77	72,45	0,33	301.999,23
TOTAL	**254.156.706,00**	**240.021.301,01**	**94,44**	**100,00**	14.135.404,99

FONTE – Anexo 11 – Geral do Estado - volume I, fls. 0082 a 0084.

A execução de despesas de exercícios anteriores, demonstrada no Quadro n.° 38, no total de **R$ 240.021.301,01**, corresponde aos percentuais de **36,12%** com despesas correntes e de **63,88%** com despesas de capital.

QUADRO 39 – Comparativo das Operações de Créditos Sujeitas ao Limite para fins de Contratação – 2008 e 2009

Empréstimos e Financiamentos	2008	2009	% 2009/2008
Operações de Crédito	**58.079.034,36**	**136.644.374,86**	**135,27**
Internas	2.485.891,19	6.701.990,36	169,60
Externas	55.593.143,17	129.942.384,50	133,74
Por Antecipação da receita	-	-	-
Total das Operações de Crédito (A)	**58.079.034,36**	**136.644.374,86**	**135,27**
Receita Corrente Líquida – RCL (B)	**3.451.007.488,57**	**3.406.416.318,08**	**(1,29)**
% das Operações de Crédito Internas e Externas sobre a RCL (A/B)	**1,68**	**4,01**	**138,77**
Limite Constitucional para realização de Operações de Crédito Internas e Externas.	16%	16%	

FONTE – Geral do Estado - volume II, fl. 0575

Considera-se operação de crédito, na forma da LRF, art. 29, inciso III, como sendo compromisso financeiro assumido em razão de abertura de créditos, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivados financeiros.

Segundo a LRF, a contratação de operações de crédito em cada exercício fica limitada ao montante da despesa de capital.

O limite de 16% sobre a RCL é determinado pela resolução do Senado Federal n° 43, art. 7.

As informações acima registradas, referentes o exercício de 2009, demonstram que as operações de crédito internas e externas foram responsáveis pela totalidade dos compromissos financeiros assumidos por intermédio desse procedimento.

Denota-se também que foi respeitada a regra constante na Constituição Federal, art. 167, inc. III c/c. a LRF, além disso, houve crescimento das

Operações de Crédito sobre a Receita Corrente Líquida, passando de 1,68% no exercício anterior para 4,01% em 2009.

2.3.1.2 – RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA – 2008/2009

2.3.1.2.1 RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO

QUADRO 40 – Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2008	2009	TÍTULO	2008	2009
ATIVO FINANCEIRO	**386.855.710,16**	**387.976.547,29**	**PASSIVO FINANCEIRO***	**210.028.530,75**	**231.576.022,63**
DISPONÍVEL	306.576.700,45	384.665.293,80	DÍVIDA FLUTUANTE	208.442.776,54	229.804.942,22
REALIZÁVEL	80.279.009,71	3.311.253,49	PASSIVO PERMANENTE	715.546.470,99	795.248.055,48
PERMANENTE	2.170.944.071,92	2.340.208.978,71	SOMA DO PASSIVO REAL	925.575.001,74	1.026.824.078,11
SOMA DO ATIVO REAL	**2.557.799.782,08**	**2.728.185.526,00**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**1.632.224.780,34**	**1.701.361.447,89**
ATIVO COMPENSADO	1.409.536.369,29	1.565.192.536,77	PASSIVO COMPENSADO	1.409.536.369,29	1.565.192.536,77
TOTAL	**3.967.336.151,37**	**4.293.378.062,77**	**TOTAL**	**3.967.336.151,37**	**4.293.378.062,77**

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2009/2008	COMPOSIÇÃO/2009	TÍTULO	2009/2008	COMPOSIÇÃO/2009
ATIVO FINANCEIRO	**0,29**	**14,22**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**10,26**	**8,49**
DISPONÍVEL	25,47	14,10	DÍVIDA FLUTUANTE *	10,25	**8,42**
REALIZÁVEL	-95,88	0,12	PASSIVO PERMANENTE	11,14	29,15
PERMANENTE	7,80	85,78	SOMA DO PASSIVO REAL	10,94	**37,64**
SOMA DO ATIVO REAL	**6,66**	**100,00**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**4,24**	**62,36**
ATIVO COMPENSADO	11,04		PASSIVO COMPENSADO	11,04	
TOTAL	**8,22**		**TOTAL**	**8,22**	

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume V, fl. 1248
* incluído o valor pendente a curto prazo.

O demonstrativo constante do Quadro n.° 40 evidencia a situação Patrimonial da Administração Direta Estadual, cujas contas, em 2009, estão assim compostas:

I – Ativo:

a) Disponível – 14,10%;

b) Ativo Realizável – 0,12%;

c) Ativo Permanente – 85,78%;

II – Passivo:

a) Passivo Financeiro – 8,49%;

b) Passivo Permanente – 29,15%;

c) Ativo Real Líquido – 62,36%.

A situação líquida em 2008 era de R$ 1.632.224.780,34, e em 2009 passou para R$ 1.701.361.447,89. O crescimento foi de 4,24% que representa em valor R$ 69.136.667,55, revelando-se assim, um bom resultado,

2.3.1.2.2 - Resumo do Balanço Patrimonial - 2008/2009 – Autarquias do Poder Executivo

QUADRO 41 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2008	2009	TÍTULO	2008	2009
ATIVO FINANCEIRO	**86.325.727,43**	**131.310.632,24**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**5.351.533,75**	**21.515.880,55**
DISPONÍVEL	74.146.318,35	118.964.940,46	DÍVIDA FLUTUANTE	5.259.299,71	21.423.646,51
REALIZÁVEL	12.179.409,08	12.345.691,78	PASSIVO PERMANENTE	6.621.982,99	5.735.341,43
PERMANENTE	270.994.914,40	280.159.416,92	SOMA DO PASSIVO REAL	11.973.516,74	27.251.221,98
SOMA DO ATIVO REAL	**357.320.641,83**	**411.470.049,16**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**345.347.125,09**	**384.218.827,18**
ATIVO COMPENSADO	167.672.822,73	211.712.944,72	PASSIVO COMPENSADO	167.672.822,73	211.712.944,72
TOTAL	**524.993.464,56**	**623.182.993,88**	**TOTAL**	**524.993.464,56**	**623.182.993,88**

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2009/2008	COMPOSIÇÃO/2009	TÍTULO	2009/2008	COMPOSIÇÃO/2009
ATIVO FINANCEIRO	**52,11**	**31,91**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**302,05**	**5,23**
DISPONÍVEL	**60,45**	28,91	DÍVIDA FLUTUANTE	307,35	5,21
REALIZÁVEL	**1,37**	3,00	PASSIVO PERMANENTE	-13,39	1,39
PERMANENTE	**3,38**	68,09	SOMA DO PASSIVO REAL	127,60	6,62
SOMA DO ATIVO REAL	**15,15**	**100,00**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**11,26**	**93,38**
ATIVO COMPENSADO	**26,27**		PASSIVO COMPENSADO	26,27	
TOTAL	**18,70**		**TOTAL**	**18,70**	

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume V, fl.1494.

O Quadro de n.° 41 evidencia a composição da situação patrimonial das autarquias, cuja aplicação de recursos está distribuída em Disponível – 28,91%, Realizável 3,00% e no Ativo Permanente – 68,09%; e originada em Passivo Financeiro – 5,23%, Passivo Permanente – 1,39% e Ativo Real Líquido – 93,38%. Em relação ao exercício anterior, observa-se um acréscimo de 11,26% no Ativo Real Líquido.

2.3.1.2.3 - Resumo do Balanço Patrimonial - 2008/2009 – Fundações do Poder Executivo

QUADRO 42 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2008	2009	TÍTULO	2008	2009
ATIVO FINANCEIRO	**821.025,78**	**1.785.620,00**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**66.756,29**	**960.049,06**
DISPONÍVEL	801.527,01	1.726.453,85	DÍVIDA FLUTUANTE*	66.756,29	960.049,06
REALIZÁVEL	19.498,77	59.166,15	PASSIVO PERMANENTE	-	-
PERMANENTE	8.599.248,47	10.677.965,00	SOMA DO PASSIVO REAL	66.756,29	960.049,06
SOMA DO ATIVO REAL	**9.420.274,25**	**12.463.585,00**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**9.353.517,96**	**11.503.535,94**
ATIVO COMPENSADO	9.230.899,89	11.767.296,38	PASSIVO COMPENSADO	9.230.899,89	11.767.296,38
TOTAL	**18.651.174,14**	**24.230.881,38**	**TOTAL**	**18.651.174,14**	**24.230.881,38**

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2009/2008	COMPOSIÇÃO/2009	TÍTULO	2009/2008	COMPOSIÇÃO/2009
ATIVO FINANCEIRO	**117,49**	**14,33**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**1.338,14**	**7,70**
DISPONÍVEL	115,40	13,85	DÍVIDA FLUTUANTE*	1.338,14	7,70
REALIZÁVEL	203,44	0,48	PASSIVO PERMANENTE	-	-
PERMANENTE	24,17	85,67	SOMA DO PASSIVOREAL	1.338,14	7,70
SOMA DO ATIVO REAL	**32,31**	**100,00**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**22,99**	**92,30**
ATIVO COMPENSADO	27,48		PASSIVO COMPENSADO	27,48	
TOTAL	**29,92**	**14,33**	**TOTAL**	**29,92**	

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume VI, fls. 1609
* incluído o valor pendente a curto prazo.

Este demonstrativo evidencia a composição da situação patrimonial das Fundações, cuja aplicação de recursos está distribuída em Disponível – 13,85% – Ativo Realizável – 0,48% - e Ativo Permanente – 85,67%; e originada em Passivo Financeiro – 7,70% – e Ativo Real Líquido – 92,30%.

No Ativo Permanente houve acréscimo de 24,17% em relação ao ano anterior e no Ativo Real Líquido, aconteceu elevação de 22,99.

2.3.1.2.4 - Resumo do Balanço Patrimonial - 2008/2009 - Fundos Especiais do Poder Executivo

QUADRO 43 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2008	2009	TÍTULO	2008	2009
ATIVO FINANCEIRO	**1.147.887.809,40**	**1.498.572.998,97**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**13.547.722,69**	**52.142.997,73**
DISPONÍVEL	60.752.037,48	113.193.592,53	DÍVIDA FLUTUANTE*	13.546.911,36	52.141.010,18
REALIZÁVEL	1.087.135.771,92	1.385.379.406,44	PASSIVO PERMANENTE	2.031.291.068,98	2.755.261.507,61

PERMANENTE	123.891.856,03	154.960.059,37	SOMA DO PASSIVO REAL	2.044.838.791,67	2.807.404.505,34
SOMA DO ATIVO REAL	**1.271.779.665,43**	**1.653.533.058,34**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**-773.059.126,24**	**-1.153.871.447,00**
ATIVO COMPENSADO	355.029.810,26	333.257.406,57	PASSIVO COMPENSADO	355.029.810,26	333.257.406,57
TOTAL	**1.626.809.475,69**	**1.986.790.464,91**	**TOTAL**	**1.626.809.475,69**	**1.986.790.464,91**

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2009/2008**	**COMPOSIÇÃO/2009**	**TÍTULO**	**2009/2008**	**COMPOSIÇÃO/2009**
ATIVO FINANCEIRO	**30,55**	**90,63**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**284,88**	**3,15**
DISPONÍVEL	86,32	6,85	DÍVIDA FLUTUANTE*	284,89	3,15
REALIZÁVEL	27,43	83,78	PASSIVO PERMANENTE	35,64	166,63
PERMANENTE	25,08	9,37	SOMA DO PASSIVO REAL	37,29	169,78
SOMA DO ATIVO REAL	**30,02**	**100,00**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**49,26**	**-69,78**
ATIVO COMPENSADO	-6,13		PASSIVO COMPENSADO	-6,13	
TOTAL	**22,13**		**TOTAL**	**22,13**	

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl. 1675.
* incluído o valor pendente a curto prazo

O Quadro de n.° 43 mostra a composição da situação Patrimonial consolidada dos Fundos Estaduais, cuja aplicação de recursos (Ativo) está distribuída em Disponível – 6,85%, Ativo Realizável – 83,78% e Ativo Permanente – 9,37%; e originada em Passivo Financeiro – 3,15%, Passivo Permanente – 166,63% e Passivo Real a Descoberto (Ativo Real Líquido) – (69,78%).

Em relação ao ano anterior o Ativo Disponível teve aumento de 86,32%, o Realizável de 27,43% e o Permanente de 25,08%. O Passivo Financeiro aumentou em 284,88%, o Passivo Permanente em 35,64% e o do Ativo Real Líquido cresceu 49,26%.

2.3.1.3 – RESUMO GERAL DO BALANÇO PATRIMONIAL POR PODERES 2008/2009

2.3.1.3.1 - RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO

QUADRO 44 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	**2008**	**2009**	**TÍTULO**	**2008**	**2009**
ATIVO FINANCEIRO	**1.585.633.136,95**	**1.948.503.219,70**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**201.205.192,21**	**247.471.757,45**
DISPONÍVEL	434.062.203,00	584.562.538,14	DÍVIDA FLUTUANTE *	199.526.392,63	245.606.455,45
REALIZÁVEL	1.151.570.933,95	1.363.940.681,56	PASSIVO PERMANENTE	2.745.746.950,91	3.549.376.468,34
PERMANENTE	2.475.238.102,89	2.677.928.380,27	SOMA DO PASSIVO REAL	2.946.952.143,12	3.796.848.225,79
SOMA DO ATIVO REAL	**4.060.871.239,84**	**4.626.431.599,97**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**1.113.919.096,72**	**829.583.374,18**
ATIVO COMPENSADO	1.937.728.516,60	2.112.689.575,32	PASSIVO COMPENSADO	1.937.728.516,60	2.112.689.575,32
TOTAL	**5.998.599.756,44**	**6.739.121.175,29**	**TOTAL**	**5.998.599.756,44**	**6.739.121.175,29**

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2009/2008	COMPOSIÇÃO/2009	TÍTULO	2009/2008	COMPOSIÇÃO/2009
ATIVO FINANCEIRO	**22,88**	**42,12**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**22,99**	**5,35**
DISPONÍVEL	34,67	12,64	DÍVIDA FLUTUANTE *	23,09	**5,31**
REALIZÁVEL	18,44	29,48	PASSIVO PERMANENTE	29,27	**76,72**
PERMANENTE	8,19	57,88	SOMA DO PASSIVO REAL	28,84	**82,07**
SOMA DO ATIVO REAL	**13,93**	**100,00**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**-25,53**	**17,93**
ATIVO COMPENSADO	9,03		PASSIVO COMPENSADO	9,03	
TOTAL	**12,34**		**TOTAL**	**12,34**	

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume III, fl. 0629
* incluído o valor pendente a curto prazo

O Quadro n.° 44 evidencia a situação patrimonial do Poder Executivo, que em 2009, esta assim composta:

I – Ativo:

a) Disponível – 12,64%;

b) Ativo Realizável – 29,48%;

c) Ativo Permanente – 57,88%;

II – Passivo:

a) Passivo Financeiro – 5,35%;

b) Passivo Permanente – 76,72%;

c) Ativo Real Líquido – 17,93%.

O Ativo Permanente em 2008 era de R$ 2.475.238.102,89, em 2009 de R$ 2.677.928.380,27, revelando uma melhora no resultado com crescimento de 8,19%. No Passivo o aumento mais significativo aconteceu no Permanente, passando de R$ 2.745.746.950,91 para R$ 3.549.376.468,34.

2.3.1.3.2 - RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL - PODER LEGISLATIVO

QUADRO 45 - Resumo ao Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2008	2009	TÍTULO	2008	2009
ATIVO FINANCEIRO	**6.033.452,04**	**13.600.282,38**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**1.804.134,76**	**9.983.188,52**
DISPONÍVEL	2.396.452,04	13.183.782,38	DÍVIDA FLUTUANTE *	1.804.134,76	9.983.188,52
REALIZÁVEL	3.637.000,00	416.500,00	PASSIVO PERMANENTE	4.704.073,97	4.187.045,53
PERMANENTE	25.431.332,34	26.352.168,97	SOMA DO PASSIVO REAL	6.508.208,73	14.170.234,05
SOMA DO ATIVO REAL	**31.464.784,38**	**39.952.451,35**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**24.956.575,65**	**25.782.217,30**
ATIVO COMPENSADO	1.518.636,41	6.291.581,57	PASSIVO COMPENSADO	1.518.636,41	6.291.581,57
TOTAL	**32.983.420,79**	**46.244.032,92**	**TOTAL**	**32.983.420,79**	**46.244.032,92**

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2009/2008	COMPOSIÇÃO/2009	TÍTULO	2009/2008	COMPOSIÇÃO/2009
ATIVO FINANCEIRO	**125,41**	**34,04**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**453,35**	**24,99**
DISPONÍVEL	450,14	33,00	DÍVIDA FLUTUANTE *	453,35	24,99
REALIZÁVEL	-88,55	1,04	PASSIVO PERMANENTE	-10,99	10,48
PERMANENTE	3,62	65,96	SOMA DO PASSIVO REAL	117,73	35,47
SOMA DO ATIVO REAL	**26,98**	**100,00**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**3,31**	**64,53**
ATIVO COMPENSADO	314,29		PASSIVO COMPENSADO	314,29	
TOTAL	**40,20**		**TOTAL**	**40,20**	

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1028

O demonstrativo acima evidencia situação Patrimonial do Poder Legislativo Estadual, cujos grupos de contas, em 2009, estão assim compostos:

I – Ativo:

a) Disponível – 33,00%;

b) Realizável -1,04%

b) Ativo Permanente – 65,96%;

II – Passivo:

a) Passivo Financeiro – 24,99%;

b) Passivo Permanente – 10,48%;

c) Ativo Real Líquido – 64,53%.

O Ativo Financeiro apresentou crescimento de R$ 7.566.830,34, equivalente a 125,41%. Houve aumento do Passivo Financeiro que em 2008 era de R$ 1.804.134,76 passando em 2009 para R$ 9.983.188,52 e o Ativo Real Líquido teve aumento de R$ 825.641,65, que equivale ao percentual 3,31%.

2.3.1.3.3 - RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – PODER JUDICIÁRIO

QUADRO 46 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2008	2009	TÍTULO	2008	2009
ATIVO FINANCEIRO	**6.305.984,24**	**17.988.241,67**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**2.381.276,83**	**9.210.051,99**
DISPONÍVEL	2.557.232,05	17.398.074,18	DÍVIDA FLUTUANTE	2.381.276,83	9.210.051,99
REALIZÁVEL	3.748.752,19	590.167,49	PASSIVO PERMANENTE	2.271.489,61	2.024.515,51
PERMANENTE	49.875.555,15	55.707.426,29	SOMA DO PASSIVO REAL	4.652.766,44	11.234.567,50
SOMA DO ATIVO REAL	**56.181.539,39**	**73.695.667,96**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**51.528.772,95**	**62.461.100,46**
ATIVO COMPENSADO	983.966,60	1.027.694,75	PASSIVO COMPENSADO	983.966,60	1.027.694,75
TOTAL	**57.165.505,99**	**74.723.362,71**	**TOTAL**	**57.165.505,99**	**74.723.362,71**

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2009/2008	COMPOSIÇÃO/2009	TÍTULO	2009/2008	COMPOSIÇÃO/2009
ATIVO FINANCEIRO	**185,26**	**24,41**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**286,77**	**12,50**
DISPONÍVEL	580,35	23,61	DÍVIDA FLUTUANTE	286,77	12,50
REALIZÁVEL	-84,26	0,80	PASSIVO PERMANENTE	-10,87	2,74
PERMANENTE	11,69	75,59	SOMA DO PASSIVO REAL	141,46	15,24
SOMA DO ATIVO REAL	**31,17**	**100,00**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**21,22**	**84,76**
ATIVO COMPENSADO	4,44		PASSIVO COMPENSADO	4,44	
TOTAL	**30,71**		**TOTAL**	**30,71**	

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1091

O resumo acima evidencia a situação Patrimonial do Poder Judiciário Estadual, cujos grupos de contas, no exercício de 2009, estão assim distribuídos:

I – Ativo:

a) Disponível – 23,61%;

b) Ativo Realizável – 0,80%;

c) Ativo Permanente – 75,59%;

II – Passivo:

a) Passivo Financeiro – 12,50%;

b) Passivo Permanente – 2,74%;

c) Ativo Real Líquido – 84,76%.

O Ativo Realizável em 2008 foi de R$ 3.748.752,19 em 2009 R$ 590.167,49. O Ativo Real Líquido houve crescimento de 21,22%, esta situação revela uma melhoria substancial do patrimônio.

2.3.1.3.4 - RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL – MINISTÉRIO PÚBLICO

QUADRO 47 - Resumo do Ativo e Passivo - Valores em Reais

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2008	2009	TÍTULO	2008	2009
ATIVO FINANCEIRO	**3.457.059,69**	**3.406.559,43**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**3.143.299,83**	**3.382.456,69**
DISPONÍVEL	3.260.696,20	3.405.885,94	DÍVIDA FLUTUANTE	3.143.299,83	3.382.456,69
REALIZÁVEL	196.363,49	673,49	PASSIVO PERMANENTE	737.008,47	656.875,14
PERMANENTE	23.885.100,44	26.018.444,47	SOMA DO PASSIVO REAL	3.880.308,30	4.039.331,83
SOMA DO ATIVO REAL	**27.342.160,13**	**29.425.003,90**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**23.461.851,83**	**25.385.672,07**
ATIVO COMPENSADO	1.238.782,56	1.921.332,80	PASSIVO COMPENSADO	1.238.782,56	1.921.332,80
TOTAL	**28.580.942,69**	**31.346.336,70**	**TOTAL**	**28.580.942,69**	**31.346.336,70**

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULO	2009/2008	COMPOSIÇÃO/2009	TÍTULO	2009/2008	COMPOSIÇÃO/2009
ATIVO FINANCEIRO	**-1,46**	**11,58**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**7,61**	**11,50**
DISPONÍVEL	4,45	11,57	DÍVIDA FLUTUANTE	7,61	11,50
REALIZÁVEL	-99,66	0,01	PASSIVO PERMANENTE	-10,87	2,23
PERMANENTE	8,93	88,42	SOMA DO PASSIVO REAL	4,10	13,73
SOMA DO ATIVO REAL	**7,62**	**100,00**	**ATIVO REAL LÍQUIDO**	**8,20**	**86,27**
ATIVO COMPENSADO	55,10		PASSIVO COMPENSADO	55,10	
TOTAL	**9,68**		**TOTAL**	**9,68**	

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl. 1158

O extrato acima evidencia a situação Patrimonial do Ministério Público Estadual, cujos grupos de contas estão, em 2009, assim compostos:

I – Ativo:

a) Disponível – 11,57%;

b) Ativo Realizável – 0,01%

c) Ativo Permanente – 88,42%;

II – Passivo:

a) Passivo Financeiro – 11,50%;

b) Passivo Permanente – 2,23%;

c) Ativo Real Líquido – 86,27%.

O Ativo Disponível e apresentou crescimento em 2009 com relação ao ano anterior de R$ 145.189,74 e o Realizável uma redução de R$ 195.690,00. O Passivo Financeiro e o Ativo Real Líquido apresentaram aumento de um ano para o outro em R$ 239.156,86, e de R$ 1.923.820,24 respectivamente.

2.3.2 POSIÇÃO FINANCEIRA

A Posição Financeira demonstra o rigoroso cumprimento das metas financeiras do Estado, com base na programação e no cronograma mensal de desembolso, em cumprimento ao art. 8º da Lei 101/2000, ao art. 61 da Lei 1.969/2008 e divulgados por meio da Portaria SEFAZ n.° 140/2005, resultando na disponibilidade financeira apurada no final o exercício de 2009 e, a seguir, apresentada nos resumos e balanços específicos:

2.3.2.1 – PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

QUADRO 48 – Programação Financeira – Fonte 0100 – Exercício de 2009

RECEITAS PREVISTAS									
COMPETÊNCIA	1º SEMESTRE		%	2º SEMESTRE		%	EXERCÍCO 2009		%
	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO
ICMS	445.843.695,05	427.478.483,04	95,88	508.716.417,95	489.408.615,13	96,20	954.560.113,00	916.887.098,17	96,05
IPVA	29.290.782,14	30.346.253,87	103,60	32.033.917,86	29.462.259,08	91,97	61.324.700,00	59.808.512,95	97,53
Outros (ITCD/IRRF/TAXAS DIV)	51.319.478,08	44.428.687,89	86,57	67.614.071,92	65.696.932,24	97,16	118.933.550,00	110.125.620,13	92,59
TOTAL RECEITA TRIBUTÁRIA	**526.453.955,27**	**502.253.424,80**	**95,40**	**608.364.407,73**	**584.567.806,45**	**96,09**	**1.134.818.363,00**	**1.086.821.231,25**	**95,77**
Receita de Contribuições	**2.677,43**	**-**	**0,00**	**2.322,57**	**-**	**0,00**	**5.000,00**	**-**	**0,00**
Receita Patrimonial	**13.585.827,11**	**9.418.593,90**	**69,33**	**13.377.865,89**	**7.409.476,24**	**55,39**	**26.963.693,00**	**16.828.070,14**	**62,41**
Receita de Serviço	**804,19**	**3.491,08**	**434,11**	**1.595,81**	**85,18**	**5,34**	**2.400,00**	**3.576,26**	**149,01**
Transferências Constitucionais (FPE)	1.125.706.053,50	925.283.485,35	82,20	1.186.037.819,50	952.871.164,43	80,34	2.311.743.873,00	1.878.154.649,78	81,24
Outras Transf. / Demais Rec. Correntes	14.464.538,29	28.562.252,52	197,46	32.879.976,71	26.316.683,07	80,04	47.344.515,00	54.878.935,59	115,91
Outras Receitas Correntes	**1.140.170.591,79**	**953.845.737,87**	**83,66**	**1.218.917.796,21**	**979.187.847,50**	**80,33**	**2.359.088.388,00**	**1.933.033.585,37**	**81,94**
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	**1.680.213.855,79**	**1.465.521.247,65**	**87,22**	**1.840.663.988,21**	**1.571.165.215,37**	**85,36**	**3.520.877.844,00**	**3.036.686.463,02**	**86,25**
Dedução para o FUNDEF	(302.714.904,57)	(241.910.922,75)	79,91	(312.657.131,43)	(281.349.590,66)	89,99	(615.372.036,00)	(523.260.513,41)	85,03
TOTAL GERAL RECEITAS	**1.377.498.951,22**	**1.223.610.324,90**	**88,83**	**1.528.006.856,78**	**1.289.815.624,71**	**84,41**	**2.905.505.808,00**	**2.513.425.949,61**	**86,51**

FONTE: Balanço Geral do Estado – Volume VII, fls. 1917 e 1921.

QUADRO 49 – Cronograma de Desembolso – Fonte 0100 – Exercício de 2009.

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO									
COMPETÊNCIA	1º SEMESTRE			2º SEMESTRE			EXERCÍCIO 2009		
	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO	PREVISTO	REALIZADO	DESEMPENHO
DÍVIDA (Amortização e Encargos)	104.044.637,50	92.176.192,09	88,59	104.044.637,50	14.559.841,23	13,99	208.089.275,00	106.736.033,32	51,29
Pessoal e Encargos Sociais	594.214.646,76	672.887.262,47	113,24	693.250.421,24	731.798.214,52	105,56	1.287.465.068,00	1.404.685.476,99	109,10
Pioneiros Mirins/Jovem Cidadão/Ag.Mirins	21.530.413,02	9.988.792,33	46,39	21.530.412,98	9.698.816,89	45,05	43.060.826,00	19.687.609,22	45,72
PIS/PASEP	7.113.706,50	11.627.529,12	163,45	7.113.706,50	13.725.533,09	192,94	14.227.413,00	25.353.062,21	178,20
Quota Custeio	58.963.410,00	54.770.320,81	92,89	58.963.410,00	70.616.439,61	119,76	117.926.820,00	125.386.760,42	106,33
Transferência a Municípios IPVA	14.739.469,10	17.904.460,13	121,47	16.111.036,97	17.914.378,21	111,19	30.850.506,07	35.818.838,34	116,10
Transferência a Municípios ICMS/IPI	113.406.294,41	108.564.068,70	95,73	129.213.199,57	125.644.500,16	97,24	242.619.493,98	234.208.568,86	96,53
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	**914.012.577,29**	**967.918.625,65**	**105,90**	**1.030.226.824,76**	**983.957.723,71**	**95,51**	**1.944.239.402,05**	**1.951.876.349,36**	**100,39**
DISPONIBILIDADE A PROGRAMAR	**463.486.373,93**	**255.691.699,25**	**55,17**	**497.780.032,02**	**305.857.901,00**	**61,44**	**961.266.405,95**	**561.549.600,25**	**58,42**

FONTE: – Balanço Geral do Estado – Volume VII, fls. 1917 e 1921.

2.3.2.2 – RESUMO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

QUADRO 50– Resumo das Disponibilidades Financeiras 2009

DESCRIÇÃO	OUTROS ÓRGÃOS (1)	REGIME PREVIDÊNCIARIO (2)	GERAL ESTADO (.1) + (2)
ATIVO FINANCEIRO - I	**622.506.256,04**	**1.359.985.379,65**	**1.982.491.635,69**
BANCO CONTA MOVIMENTO (+) APLICAÇÃO	618.488.544,55	61.736,09	618.550.280,64
INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	-	1.356.053.123,90	1.356.053.123,90
OUTRAS DISPONIBILIDADES	4.017.711,49	3.870.519,66	7.888.231,15
OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS - II	**199.900.176,08**	**10.132.132,63**	**210.032.308,71**
RESTOS A PAGAR PROCESSADO (+) NÃO PROCESSADO	186.237.791,45	10.131.268,56	196.369.060,01
DEPÓSITOS	392.738,75	-	392.738,75
OUTRAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	13.269.645,88	864,07	13.270.509,95
TOTAL (I – II)	**422.606.079,96**	**1.349.853.247,02**	**1.772.459.326,98**

FONTE – Balancete Geral do Estado – Volume II, fl. 0568

2.3.2.3 – RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO - GERAL DO ESTADO

QUADRO 51 – Resumo das Receitas e Despesas - Valores em Reais - 2009

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**4.394.513.931,95**	**ORÇAMENTÁRIA**	**4.065.095.680,77**
RECEITAS CORRENTES	3.787.981.948,77	DESPESAS CORRENTES	2.994.155.257,11
RECEITAS DE CAPITAL	460.851.302,17	DESPESAS DE CAPITAL	912.147.220,30
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	145.680.681,01	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	158.793.203,36
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**5.917.562.654,40**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**5.861.319.989,09**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	5.646.343.157,35	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	5.576.549.195,64
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	271.032.994,63	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	274.015.987,60
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	186.502,42	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	754.805,85
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	10.000.000,00
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**1.590.344.975,99**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**1.976.005.892,48**
DISPONÍVEL	442.276.583,29	DISPONÍVEL	618.550.280,64
AGENTES ARRECADADORES	851.583,34	AGENTES ARRECADADORES	1.402.487,94
RECURSOS A RECEBER	88.091.154,24	RECURSOS A RECEBER	-
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	1.059.125.655,12	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	1.356.053.123,90
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**11.902.421.562,34**	**TOTAL**	**11.902.421.562,34**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume I, fl. 053

O Quadro de n.° 51 revela a situação financeira do Estado, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas do período, foi suficiente para atender as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2010, no valor de R$ 1.976.005.892,48.

2.3.2.4 - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER EXECUTIVO

QUADRO 52 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2009

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**4.383.446.843,35**	**ORÇAMENTÁRIA**	**4.057.355.871,64**
RECEITAS CORRENTES	3.778.073.560,17	ORÇAMENTÁRIAS	3.568.237.393,87
RECEITAS DE CAPITAL	459.692.602,17	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	350.396.389,26
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	145.680.681,01	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	138.722.088,51
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**5.509.312.417,26**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**5.475.515.834,69**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	5.241.399.427,00	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	5.194.051.858,03
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	267.726.487,84	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	270.709.170,81
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	186.502,42	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	754.805,85
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	10.000.000,00
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**1.582.130.595,70**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**1.942.018.149,98**
DISPONÍVEL	434.062.203,00	DISPONÍVEL	584.562.538,14
AGENTES ARRECADADORES	851.583,34	AGENTES ARRECADADORES	1.402.487,94
RECURSOS A RECEBER	88.091.154,24	RECURSOS A RECEBER	-
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	1.059.125.655,12	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	1.356.053.123,90
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**11.474.889.856,31**	**TOTAL**	**11.474.889.856,31**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume III, fl. 0625.

O Quadro de acima demonstra a situação financeira do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir todas as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício e sobrar saldo, para o exercício de 2010, no valor de R$ 1.942.018.149,98.

2.3.2.4.1 – RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

QUADRO 53 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2009

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**3.369.803.332,76**	**ORÇAMENTÁRIA**	**3.390.390.798,31**
RECEITAS CORRENTES	3.112.944.503,04	ORÇAMENTÁRIAS	2.336.641.490,81
RECEITAS DE CAPITAL	254.975.646,72	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	939.047.950,83
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.883.183,00	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	114.701.356,67
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**3.751.404.420,06**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**3.728.809.328,33**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	3.486.408.157,16	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	3.464.130.374,83
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	264.810.936,70	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	263.924.147,65
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	185.326,20	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	754.805,85
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**383.519.259,84**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**385.526.886,02**
DISPONÍVEL	306.576.700,45	DISPONÍVEL	384.665.293,80
AGENTES ARRECADADORES	411.393,63	AGENTES ARRECADADORES	861.592,22
RECURSOS A RECEBER	76.531.165,76	RECURSOS A RECEBER	-
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**7.504.727.012,66**	**TOTAL**	**7.504.727.012,66**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume V, fl. 1244

O Quadro de n.° 53 evidencia a situação financeira da Administração Direta do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas recebidas no período, foi suficiente para cobrir todas as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2010, no valor de R$ 385.526.886,02.

2.3.2.4.2 - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – AUTARQUIAS

QUADRO 54 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2009

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**710.668.354,98**	**ORÇAMENTÁRIA**	**681.867.554,44**
RECEITAS CORRENTES	76.846.145,40	ORÇAMENTÁRIAS	670.873.523,52
RECEITAS DE CAPITAL	195.402.835,17		
TRANSF. FINANACEIRAS RECEBIDAS	438.419.374,41	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	10.994.030,92

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**1.150.966.305,60**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**1.134.782.000,92**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	1.145.669.136,06	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	1.129.485.031,79
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	5.297.169,54	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	5.296.969,13
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**86.301.897,84**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**131.287.003,06**
DISPONÍVEL	74.146.318,35	DISPONÍVEL	118.964.940,46
AGENTES ARRECADADORES	440.189,71	AGENTES ARRECADADORES	540.895,72
RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	-
RECURSOS PRÓPRIOS	11.715.389,78	RECURSOS PRÓPRIOS	11.781.166,88
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**1.947.936.558,42**	**TOTAL**	**1.947.936.558,42**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl. 1490

O Quadro de n.° 54 revela a situação financeira das Autarquias do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2010, no valor de R$ 131.287.003,06.

2.3.2.4.3 - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – FUNDAÇÕES

QUADRO 55 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2009

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**15.461.381,24**	**ORÇAMENTÁRIA**	**15.392.079,79**
RECEITAS CORRENTES	1.534.248,80	ORÇAMENTÁRIAS	15.237.300,38
RECEITAS DE CAPITAL	17.500,00		
TRANSF. FINANACEIRAS RECEBIDAS	13.909.632,44	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	154.779,41
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**17.997.778,29**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**17.102.485,52**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	17.994.303,33	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	17.099.010,56
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	3.474,96	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	3.474,96
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**821.025,78**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**1.785.620,00**

DISPONÍVEL	801.527,01	DISPONÍVEL	1.726.453,85
AGENTES ARRECADADORES	-	AGENTES ARRECADADORES	-
RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	-
RECURSOS PRÓPRIOS	19.498,77	RECURSOS PRÓPRIOS	59.166,15
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**34.280.185,31**	**TOTAL**	**34.280.185,31**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl. 1605

O Quadro de n.° 55 demonstra a situação financeira das Fundações do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2010, no valor de R$ 1.785.620,00.

2.3.2.4.4- RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – FUNDOS

QUADRO 56 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2009

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**1.237.628.813,80**	**ORÇAMENTÁRIA**	**916.493.199,06**
RECEITAS CORRENTES	596.657.051,53	ORÇAMENTÁRIAS	883.550.162,70
RECEITAS DE CAPITAL	10.455.320,28		
TRANSF. FINANACEIRAS RECEBIDAS	486.718.943,98	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	143.797.498,01	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	32.943.036,36
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**1.072.049.129,56**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**1.046.369.382,66**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	1.071.126.539,91	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	1.031.577.986,80
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	921.413,43	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	4.791.395,86
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	1.176,22	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	10.000.000,00
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**1.147.745.184,57**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**1.494.560.546,21**
DISPONÍVEL	60.752.037,48	DISPONÍVEL	113.193.592,53
AGENTES ARRECADADORES	-	AGENTES ARRECADADORES	-
RECURSOS A RECEBER	11.559.988,48	RECURSOS A RECEBER	-
RECURSOS PRÓPRIOS	16.307.503,49	RECURSOS PRÓPRIOS	25.313.829,78
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	1.059.125.655,12	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	1.356.053.123,90
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS		REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**3.457.423.127,93**	**TOTAL**	**3.457.423.127,93**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume VI, fl. 1671

O Quadro de n.° 56 mostra a situação financeira dos Fundos do Poder Executivo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para suportar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2010, no valor de R$ 1.494.560.546,21.

2.3.2.5. - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER LEGISLATIVO

QUADRO 57 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2009

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**126.914.812,12**	**ORÇAMENTÁRIA**	**127.533.306,89**
RECEITAS CORRENTES	1.531.806,79	ORÇAMENTÁRIAS	122.779.051,47
RECEITAS DE CAPITAL	885.000,00		
TRANSF. FINANACEIRAS RECEBIDAS	124.498.005,33	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.754.255,42
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**149.057.070,42**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**140.871.745,31**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	148.491.852,20	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	140.306.527,09
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	565.218,22	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	565.218,22
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**6.033.452,04**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**13.600.282,38**
DISPONÍVEL	2.396.452,04	DISPONÍVEL	13.183.782,38
AGENTES ARRECADADORES	-	AGENTES ARRECADADORES	-
RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	-
RECURSOS PRÓPRIOS	3.637.000,00	RECURSOS PRÓPRIOS	416.500,00
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**282.005.334,58**	**TOTAL**	**282.005.334,58**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1024

O Quadro de n.° 57 demonstra a situação financeira do Poder Legislativo Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para cobrir as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2010, no valor de R$ 13.600.282,38.

2.3.2.6. - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – PODER JUDICIÁRIO

QUADRO 58 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2009

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**161.006.543,54**	**ORÇAMENTÁRIA**	**156.709.677,87**
RECEITAS CORRENTES	8.172.071,40	ORÇAMENTÁRIAS	146.309.188,38
RECEITAS DE CAPITAL	255.700,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-
TRANSF. FINANACEIRAS RECEBIDAS	152.578.772,14		
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	10.400.489,49
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**185.696.976,33**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**178.311.584,57**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	183.560.683,84	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	176.175.292,08
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	2.136.292,49	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	2.136.292,49
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**6.305.984,24**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**17.988.241,67**
DISPONÍVEL	2.557.232,05	DISPONÍVEL	17.398.074,18
AGENTES ARRECADADORES	-	AGENTES ARRECADADORES	-
RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	-
RECURSOS PRÓPRIOS	3.748.752,19	RECURSOS PRÓPRIOS	590.167,49
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**353.009.504,11**	**TOTAL**	**353.009.504,11**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 11087

O Quadro de n.° 58 revela a situação financeira do Poder Judiciário Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para suportar as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2010, no valor de R$ 17.988.241,67.

2.3.2.7. - RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO – CONSOLIDADO – MINISTÉRIO PÚBLICO

QUADRO 59 - Resumo das Receitas e Despesas – Valores em Reais – 2009

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	**73.542.122,20**	**ORÇAMENTÁRIA**	**73.893.213,63**
RECEITAS CORRENTES	204.510,41	ORÇAMENTÁRIAS	68.976.843,69
RECEITAS DE CAPITAL	18.000,00		
TRANSF. FINANACEIRAS RECEBIDAS	73.319.611,79	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-
REC. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-	DESP. CORR. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.916.369,94
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**82.605.899,00**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**	**82.305.617,83**
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	82.000.902,92	PAGAMENTO DA DÍVIDA FLUTUANTE	81.700.311,75
RECEBIMENTO DE VALORES REALIZÁVEIS	604.996,08	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZÁVEIS	605.306,08
VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-	VALORES PEND. A CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO CAMBIAL	-	VARIAÇÃO CAMBIAL	-
ATUALIZAÇÃO MONENTÁRIA FINANCEIRA	-	PROVISÕES	-
PROVISÕES	-	C. RECURSOS A RECEBER	-
SALDO DO PERÍODO ANTERIOR	**3.456.696,20**	**SALDO DO PERÍODO SEGUINTE**	**3.405.885,94**
DISPONÍVEL	3.260.696,20	DISPONÍVEL	3.405.885,94
AGENTES ARRECADADORES	-	AGENTES ARRECADADORES	-
RECURSOS A RECEBER	-	RECURSOS A RECEBER	-
RECURSOS PRÓPRIOS	196.000,00	RECURSOS PRÓPRIOS	-
INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-	INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO RPPS	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	-
TOTAL	**159.604.717,40**	**TOTAL**	**159.604.717,40**

FONTE: Balanço Geral do Estado - Volume IV, fl. 1154

O Quadro de n.° 59 demonstra a situação financeira do Ministério Público Estadual, evidenciando saldo do período anterior que, somado às receitas e transferências financeiras recebidas no exercício, foi suficiente para suprir as Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias do exercício, restando saldo, para o exercício de 2010, no valor de R$ 3.405.885,94.

2.3.3. – DEMONSTRATIVO DA DESPESA EXECUTADA POR PODER DO ESTADO E POR ÓRGÃOS INDEPENDENTES

QUADRO 60 - Resumo da Despesa Autorizada e Executada por Poder do Estado e Órgão Independente – 2009

PODER	DESPESA			
	AUTORIZADA	EXECUTADA	% DE REALIZAÇÃO	% DE PARTICIAPAÇÃO
EXERCUTIVO	4.739.059.338,00	3.706.959.482,38	78,22	91,19
LEGISLATIVO	132.522.419,00	127.533.306,89	96,24	3,14
JUDICIÁRIO	165.794.172,00	156.709.677,87	94,52	3,86
MINISTÉRIO PÚBLICO	75.293.688,00	73.893.213,63	98,14	1,82
TOTAL	**5.112.669.617,00**	**4.065.095.680,77**	**79,51**	**100,00**

FONTE: Balanço Geral do Estado – Volumes III e IV.

GRÁFICO 09 – Execução da Despesa por Poder do Estado e Órgão Independente

O gráfico nº 09 mostra a execução da despesa por Poder. Do total executado, R$ 4.065.095.680,77, o Poder Executivo com volume mais significativo realizou dispêndio de R$ 3.706.959.482,38, representa 91,19%, seguido do Poder Judiciário com uma execução de R$ 156.709.677,87, equivalente a 3,86%, na sequência o Poder Legislativo com R$ 127.533.306,89 - percentual de 3,14% e, em quadro e último lugar o Ministério Público com R$ 73.893.213,63, equivalente a 1,82% do orçamento executado.

3. DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS CONSTANTES DO ORÇAMENTO ANUAL

A Lei n.° 1.950, de 07 de agosto de 2008, e suas alterações, estabelece a Estrutura Básica e Operacional do Poder Executivo, permitindo, por ato do Chefe do Executivo, a promoção de reformas necessárias à adequação dos órgãos, entidades e unidades a que integram.

A Estrutura Básica acima referenciada compreende a administração direta, indireta e fundacional cuja composição é a seguinte:

3.1. UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

A Administração Direta, composta por 30 unidades gestoras, desenvolve atividades com o objetivo de alcançar as finalidades do Poder Executivo, obedecendo os limites de suas atribuições e competências estabelecidas e observando os quatro macroobjetivos definidos no Plano Plurianual 2008/2011.

3.1.1 GABINETE DO GOVERNADOR

Criado pelo Decreto n.º 1.069, de 27 de outubro de 2000, sob a denominação de Chefia do Gabinete Pessoal do Governador, tendo sido alterada sua denominação através do Decreto n.º 1.488, de 22 de abril de 2002, para Gabinete do Governador, estabelecendo a estrutura operacional e as suas competências. O Decreto n.º 1.697, de 27 de janeiro de 2003, ampliou suas atribuições e atividades, alterado pelo Decreto n.° 2.928, de 16 de janeiro de 2007.

A missão da Chefia de Gabinete do Governador é dar assistência direta e imediata ao Governador do Estado, especialmente na supervisão e execução de suas ordens e decisões, recepcionar, selecionar e estudar expedientes encaminhados ao Governador, bem como acompanhar a tramitação destes. Assistir a Administração e as finanças do Palácio Araguaia, da Residência Oficial, da Pousada do Jalapão e da Pousada do Cantão. Acompanhar os assuntos administrativos em matérias relacionadas ao Executivo, Legislativo, Judiciário e as Instituições vinculadas ou conveniadas a esse, bem como a execução das políticas de governo, observando a transparência, eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados.

As despesas realizadas no exercício de 2009 foram apropriadas por meio de 04 ações do Programa de Apoio Administrativo em de 10 ações do Programa de Gestão de Políticas Públicas - Gestão da Governadoria, constantes no PPA. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 56.742.837,00**, com execução de **83,75%**, ou seja, **R$ 47.519.610,36**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 61 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	6.307.000,00	5.273.552,05	83,61	1.033.447,95
Manutenção de Serviços de Transportes	22.275.692,00	18.671.018,07	83,82	3.604.673,93
Manutenção de Recursos Humanos	15.866.345,00	15.509.077,59	97,75	357.267,41
Ações de Informática	1.395.000,00	793.933,56	56,91	601.066,44
TOTAL	**45.844.037,00**	**40.247.581,27**	**87,79**	**5.596.455,73**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Gabinete do Governador.

QUADRO 62 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0086

PROGRAMA – GESTÃO DA GOVERNADORIA

Objetivo:	ASSISTIR AO GOVERNADOR E SUPERVISIONAR AS SUAS ORDENS E DECISÕES PARA AS DEFINIÇÕES DAS ESTRATÉGIAS E DIRETRIZES POLÍTICAS, PARA TOMADA DE DECISÃO.
Justificativa:	MELHORAR A QUALIDADE DAS AÇÕES DA GOVERNADORIA.
Estratégia:	COORDENAR AS AÇÕES DO GABINETE DO GOVERNADOR E AS RELAÇÕES COM AS DEMAIS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1251	MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO ESTADO E INTEGRAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS.	0,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	25	-	-
1252	AMPLIAÇÃO DA REDE DIGITAL DO ESTADO.	4.851.800,00	2.771.359,35	57,12	PERCENTUAL	32	-	-
2138	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PALÁCIO ARAGUAIA.	1.100.000,00	544.533,88	49,50	PERCENTUAL	25	-	-
2139	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA GARAGEM CENTRAL DO ESTADO.	270.000,00	174.205,16	64,52	ÁREA EM m²	10.000	-	-
2140	MANUTENÇÃO DA RESIDÊNCIA OFICIAL DO GOVERNADOR.	320.000,00	119.661,09	37,39	PERCENTUAL	25	-	-
2141	MANUTENÇÃO DO HANGAR DO ESTADO.	390.000,00	301.163,57	77,22	PERCENTUAL	25	-	-
2143	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE AJUDÂNCIA DE ORDEM.	800.000,00	610.840,68	76,36	PERCENTUAL	25	-	-
2144	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO AOS CIDADÃOS USUÁRIOS DO SERVIÇO PÚBLICO.	571.000,00	302.214,08	52,93	PERCENTUAL	25	-	-
2145	IMPLEMENTAÇÃO E COORDENAÇÃO DA ESTRATÉGIA GOVERNO MAIS PERTO DE VOCÊ.	2.576.000,00	2.448.051,28	95,03	UNIDADE	1	-	-
2314	ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.	20.000,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	25	-	-
TOTAL		**10.898.800,00**	**7.272.029,09**	**66,72**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Gabinete do Governador.
OBS.: NÃO FOI POSSÍVEL AFERIR AS METAS FÍSICAS DEVIDO A INCOMPATIBILIDADE NAS AÇÕES DO PROGRAMA, O MESMO ESTÁ EM REFORMULAÇÃO.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
56.742.837,00	47.519.610,36	83,75	9.223.226,64

3.1.2 CASA CIVIL

A Casa Civil constituí-se órgão da Administração Direta do Poder Executivo Estadual, com amparo na Lei n.° 1.950, de 7 de agosto de 2008, Decreto n.° 3.878, de 16 de novembro de 2009, Decreto n.° 3.454, de 08 de agosto de 2008, e Decreto nº. 3.456, de 08 de agosto de 2008.

São competências pertinentes a Casa Civil:

a) assistir e assessorar direta e imediatamente o Governador do Estado no desempenho de suas atribuições;

b) verificar previamente a constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos atos governamentais;

c) elaborar os projetos de leis e todos os atos do processo legislativo;

d) encaminhar a tramitação de matérias legislativas de interesse do Poder Executivo;

e) acompanhar a tramitação de matérias legislativas de interesse do Poder Executivo;

f) publicar os atos e decretos editados e as leis sancionadas ou promulgadas pelo Chefe do Executivo Estadual;

g) administrar o Diário Oficial do Estado;

h) controlar e guardar os Atos do Governador do Estado;

i) acompanhar as matérias inerentes aos Poderes do Estado e às instituições vinculadas e cooperantes;

j) acompanhar os assuntos administrativos em matérias relacionadas ao executivo, legislativo e Judiciário e às instituições vinculadas ou conveniadas a esses, e a execução das políticas de Governo.

As atribuições da Casa Civil foram desenvolvidas por meio do programa de Apoio Administrativo. Para este programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 3.387.386,00**, com execução de **99,85%**, ou seja, **R$ 3.212.983,27**, demonstrados no quadro a seguir.

QUADRO 63 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.461.000,00	1.414.040,02	96,79	46.959,98
Manutenção de Serviços de Transportes	14.032,00	12.898,69	91,92	1.133,31
Manutenção de Recursos Humanos	1.825.354,00	1.770.969,01	97,02	54.384,99
Ações de Informática	87.000,00	15.075,55	17,33	71.924,45
TOTAL	**3.387.386,00**	**3.212.983,27**	**94,85**	**174.402,73**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Casa Civil.

3.1.3 COMANDO GERAL DA POLICIA MILITAR

A missão da Instituição está prevista no art. 144, § 5º, da Constituição Federal, onde prevê que às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

De igual modo, a Constituição Estadual prevê como missão da Polícia Militar:

a) o policiamento ostensivo de prevenção criminal, de segurança, de trânsito urbano e rodoviário;

b) atividades relacionadas com a preservação e restauração da ordem pública e com a garantia do poder de polícia dos órgãos e entidades da administração púbica, em especial das áreas fazendária, sanitária, de proteção ambiental, de uso e ocupação do solo e de patrimônio cultural.

As atribuições do Comando Geral da Polícia Militar foram desempenhadas por meio das ações estruturadas no Programa de Apoio Administrativo e Finalístico – Polícia Militar na Defesa Social. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 204.791.116,00**, com percentual de execução de **87,98%**, ou seja, **R$ 180.184.256,23**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 64 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	3.527.492,00	2.831.066,48	80,26	696.425,52
Manutenção de Serviços de Transportes	19.659.500,00	15.868.364,16	80,72	3.791.135,84
Manutenção de Recursos Humanos	166.355.212,00	149.721.808,66	90,00	16.633.403,34

Ações de Informática	405.000,00	178.270,18	44,02	226.729,82
TOTAL	**189.947.204,00**	**168.599.509,48**	**88,76**	**21.347.694,52**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Polícia Militar do Estado do Tocantins.

QUADRO 65 - FINALÍSTICO - 0007

PROGRAMA - POLÍCIA MILITAR NA DEFESA SOCIAL	
Objetivo:	DEFENDER A SOCIEDADE CONTRA OS ATENTADOS DE TODA NATUREZA, ESPECIALMENTE CONTRA A VIDA, O PATRIMÔNIO, AS LIBERDADES INDIVIDUAIS E À CIDADANIA EM TODOS OS SEUS ASPECTOS.
Justificativa:	A VIOLÊNCIA TEM SE CONSTITUÍDO NUM DOS MAIS GRAVES PROBLEMAS QUE AFETAM A NAÇÃO BRASILEIRA, SENDO NECESSÁRIO QUE O PODER PÚBLICO INJETE NAS POLÍCIAS, DE FORMA A MODERNIZAR OS SEUS DIVERSOS SETORES DE GESTÃO TANTO O INSTITUCIONAL COMO DO CONHECIMENTO, UMA VEZ QUE AS NECESSÁRIAS EFICIÊNCIA E EFICÁCIA ESTÃO ATRELADAS ÀS CONDIÇÕES DE TRABALHO AFETAS AOS RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS. É NECESSÁRIO QUE O PODER PÚBLICO OFEREÇAM UMA MELHOR ESTRUTURA FÍSICA E ORGANIZACIONAL AOS SETORES ESSENCIAIS DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DE MODO A GARANTIR SEGURANÇA NO ENFRENTAMENTO DAS DEMANDAS CRIMINAIS E SOCIAIS, QUE A CADA DIA SE TORNAM MAIS VULTOSAS E COMPLEXAS. NO ESTADO DO TOCANTINS, EMBORA A SITUAÇÃO ATUAL NÃO SEJA ALARMANTE, A VIOLÊNCIA TEM SE MANIFESTADO CRESCENTE, PRINCIPALMENTE NA PRÁTICA DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO, O QUE TEM CONDUZIDO EM UM CLIMA INCÔMODO POR PARTE DA POPULAÇÃO, SENDO NECESSÁRIO, POIS, A ADOÇÃO DE UM CONJUNTO DE MEDIDAS, CONSTANTES DESTE PROGRAMA, A FIM DE EVITAR QUE O ESTADO TENHA A NECESSIDADE DE ADOTAR MEDIDAS EXTREMAS DE REPRESSÃO NO FUTURO, A EXEMPLO DO QUE ACONTECE EM OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO, ONDE A CRIMINALIDADE FUGIU AO CONTROLE DO PODER PÚBLICO.
Estratégia:	ESTE PROGRAMA SERÁ IMPLEMETADO ATRAVÉS DE CONVÊNIOS FIRMADOS COM O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ, COM O APOIO DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SENASP, E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS COM O INTUITO DE REDUZIR A CRIMINALIDADE E PROPORCIONAR SEGURANÇA A SOCIEDADE TOCANTINENSE, ATRAVÉS DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO DOS POLICIAIS, AMPLIAÇÃO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DOS POLICIAIS, AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, DA REDE DE COMUNICAÇÃO, DO ARMAMENTO, ASSISTÊNCIA BIO-PSICO-SOCIAL AOS PROFISSIONAIS DA PM, APARELHAMENTO DAS UNIDADES DA PM, AUMENTO DE EFETIVO POR MEIO DE CONCURSO PÚBLICO, IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DA PM, INFORMATIZAÇÃO DAS UNIDADES DA PM E REFORMAS DAS UNIDADES DA PM.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
VARIAÇÃO PERCENTUAL MÉDIA DOS CRIMES VIOLENTO CONTRA PESSOA	Nº DE CRIMES ATUAIS / Nº TOTAL DE CRIMES DO ANO ANTERIOR(2007) * 100-100	163,75	Dez/2007	30
VARIAÇÃO % DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO PRATICADOS POR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	Nº DE CRIMES ATUAIS/Nº DE CRIMES DO ANO ANTERIOR(2007)*100-100	-9,78	Dez/2007	-40

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1137	IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DA PM.	561.405,00	0,00	0,00	UNIDADE	7	0	0,00
1138	REFORMA DAS UINIDADES DA PM.	53.200,00	0,00	0,00	UNIDADE	320	0	0,00
1202	AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA POLÍCIA MILITAR.	687.500,00	520.700,00	75,74	UNIDADE	108	4	3,70
1203	INFORMATIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR.	116.500,00	35.604,59	30,56	UNIDADE	147	26	17,69
2216	CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA POLÍCIA MILITAR.	988.600,00	328.980,00	33,28	UNIDADE	38	43	113,16
2217	ASSISTÊNCIA BIO-PSICO-SOCIAL AOS PROFISSIONAIS DA POLÍCIA MILITAR.	12.100,00	0,00	0,00	UNIDADE	1.000	0	0,00
2218	AMPLIAÇÃO DO ARMAMENTO DA POLÍCIA MILITAR.	498.141,00	3.044,58	0,61	UNIDADE	648	182	28,09
2221	AMPLIAÇÃO DA REDE DE COMUNICAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR.	360.500,00	52.899,83	14,67	UNIDADE	188	31	16,49
2222	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL AOS POLICIAIS MILITARES.	706.230,00	6.144,80	0,87	UNIDADE	549	236	42,99
2223	REALIZAÇÃO DE MARKETING INSTITUCIONAL.	859.736,00	657.136,54	76,43	UNIDADE	12	0	0,00
6014	INDENIZAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES RELATIVOS AO MANDADO DE SEGURANÇA N. 698/93	10.000.000,00	9.980.236,41	99,80	UNIDADE	5.482	2.700	49,25
TOTAL		**14.843.912,00**	**11.584.746,75**	**78,04**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Polícia Militar do Estado do Tocantins.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
204.791.116,00	180.184.256,23	87,98	24.606.859,77

3.1.4 CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

A Controladoria-Geral do Estado, instituída pelo Decreto n.° 1.719, de 13 de março de 2003, foi reestruturada pelo Decreto n.° 3.777, de 22 de setembro de 2009, e pelo Decreto n.° 3.454, de 08 de agosto de 2008, exerce suas atribuições por força dos artigos 70 e 74 da Constituição Federal e pelos artigos 32 e 36 da Constituição Estadual, na forma da Lei n.° 1.415, de 20 de novembro de 2003, c/c o do decreto n.° 3.456, de 08 de agosto de 2008, que dispõe da organização, composição e funcionamento dos Núcleos Setoriais de Controle Interno .

Tem como missão assistir direta e imediatamente ao Governador do Estado quanto aos assuntos e providências pertinentes à defesa do patrimônio e ao controle da gestão administrativa, primando pela transparência, eficiência e eficácia dos serviços públicos prestados à sociedade.

As atividades da Controladoria foram executadas por meio das ações estruturadas nos Programas de Apoio Administrativo e de Gestão de Políticas Públicas, em conformidade com os objetivos e metas definidos no PPA 2008-2011, como se observa nas especificações abaixo.

QUADRO 66 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	192.462,00	150.194,71	78,04	42.267,29
Manutenção de Serviços de Transportes	78.915,00	50.157,38	63,56	28.757,62
Manutenção de Recursos Humanos	2.190.388,00	2.168.158,57	98,99	22.229,43
Ações de Informática	13.000,00	10.153,26	78,10	2.846,74
TOTAL	**2.474.765,00**	**2.378.663,92**	**96,12**	**96.101,08**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Controladoria-Geral do Estado.

QUADRO 67 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0014

PROGRAMA - GESTÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL	
Objetivo:	AUMENTAR A EFICIÊNCIA E A EFICÁCIA NA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS PELO PODER EXECUTIVO ESTADUAL ZELANDO PELA REGULARIDADE DA GESTÃO DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS ESTADUAIS, MEDIANTE A REALIZAÇÃO DE INSPEÇÕES, FISCALIZAÇÕES E AUDITORIAS DE GESTÃO E DE ACOMPANHAMENTO, E EXAME DE ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO E CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES, BEM COMO APOIAR AO TCE NO EXERCÍCIO DE SUA MISSÃO INSTITUCIONAL.

Justificativa:	CONSOLIDAR A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DO CONTROLE DOS ATOS DE GESTÃO DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS ESTADUAIS, POR INTERMÉDIO DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL, UTILIZANDO COMO INSTRUMENTOS A AUDITORIA, A FISCALIZAÇÃO E A INSPEÇÃO. INTEGRAM O SISTEMA A CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO, COMO ÓRGÃO CENTRAL DO CONTROLE INTERNO, E OS DEMAIS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ESTRUTURA BÁSICA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, COMO NÚCLEOS SETORIAIS DE CONTROLE INTERNO.
Estratégia:	AS AÇÕES SERÃO EXECUTADAS E GERENCIADAS DE FORMA DIRETA PELA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO, COM A PARTICIPAÇÃO DOS NÚCLEOS SETORIAIS DE CONTROLE INTERNO, INSTALADOS EM CADA ÓRGÃO OU ENTIDADE DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DE TÉCNICA PRÓPRIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, A EXEMPLO DA AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO, INSPEÇÃO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE AVALIAÇÕES REALIZADAS	(TOTAL DE ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO AVALIADOS/TOTAL DE ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO) X 100	100	2009	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2039	AVALIAÇÃO DA GESTÃO DOS ADMINISTRADORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL.	2.000,00	1.116,00	55,80	UNIDADE	47	73	155,32
2040	AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES INTEGRANTES DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS.	1.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	881	881	100,00
2041	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.	2.038,00	1.920,00	94,21	UNIDADE	250	241	96,40
TOTAL		**5.038,00**	**3.036,00**	**60,26**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Controladoria-Geral do Estado.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
2.479.803,00	2.381.699,92	96,04	98.103,08

3.1.5 SECRETARIA DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO

A Secretaria de Representação do Estado foi instituída através da Lei nº 1, de 23 de janeiro de 1989, e a sua estrutura atual está definida através do Decreto n.º 3.011, de 25 de abril 2007. Os Decretos n.º 3.454 e n.º 3.456, ambos do dia 08 de agosto de 2008, dispõem, respectivamente, que a Assessoria de Comunicação e o NUSCIN têm suas unidades setoriais nas respectivas estruturas operacionais dos órgãos e entidades.

A sua missão consiste em representar o Estado em Brasília juntos aos órgãos, Entidades e Parlamentares Federais e Estaduais, e apoiá-lo na busca de recursos para seu desenvolvimento; articular junto aos setores público e privado, no âmbito do Governo Federal, Instituições e Organismos Internacionais, para fins de captação de recursos, investimentos, desenvolvimento dos negócios e da economia do Estado; divulgar as ações

governamentais do Estado; promover o apoio logístico ao Governador e Secretários de Estado e aos dirigentes de entidades quando da sua permanência em Brasília; e, prestar apoio a outros órgãos do Estado no encaminhamento de assuntos que lhe forem afetos.

As atribuições da Secretaria de Representação do Estado foram desempenhadas por meio das ações estruturadas no Programa de Apoio Administrativo. Para esse programa foram destinados recursos na ordem de **R$ 3.326.968,00**, sendo utilizado **94,20%** na sua execução, conforme se observa no quadro abaixo.

QUADRO 68 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	446.000,00	390.703,15	87,60	55.296,85
Manutenção de Serviços de Transportes	84.500,00	59.843,17	70,82	24.656,83
Manutenção de Recursos Humanos	2.729.968,00	2.653.454,55	97,20	76.513,45
Ações de Informática	66.500,00	30.046,60	45,18	36.453,40
TOTAL	**3.326.968,00**	**3.134.047,47**	**94,20**	**192.920,53**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria de Representação.

3.1.6 PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

A Procuradoria Geral do Estado, prevista na Constituição do Estado do Tocantins de 1989 na Seção II, Art. 51, foi instituída inicialmente como Advocacia Geral do Estado por meio da Lei n.° 259, de 02 de fevereiro de 1991.

Por intermédio da Lei n.º 007, de 05 de fevereiro de 1994, fica revogada a Lei n.º 259/1991 e é reestruturada a Procuradoria Geral do Estado do Tocantins, definindo-se a sua competência, instituindo o seu plano de carreira e adotando outras providências.

A Lei complementar n.º 20, de 17 de julho de 1999, dispõe sobre a organização e funcionamento da Procuradoria Geral do Estado e adota outras providências.

A Lei n.º 1.237, de 29 de junho de 2001, institui a Função Especial Comissionada para os Procuradores do Estado e adota outras providências.

O Decreto n.º 1.268, de 24 de agosto de 2001, estabelece o subsídio de cargos de provimento em comissão da Procuradoria Geral do Estado.

A Lei complementar n.º 30, de 24 de janeiro de 2002, altera a Lei Complementar n.º 20, de 17 de junho de 1999, que dispõe sobre a organização e o funcionamento da Procuradoria Geral do Estado.

O Decreto n.º 1.653, de 06 de dezembro de 2002, dispõe sobre os quantitativos dos cargos de Procurador do Estado.

O Decreto n.º 1.690, de 17 de janeiro de 2003, dispõe sobre a estrutura operacional da Procuradoria Geral do Estado e estabelece o subsídio dos cargos de provimento em comissão quando ocupados por Procurador do Estado.

A Lei n.º 1.438, de 03 de março de 2004, disciplina os subsídios dos Procuradores de Estado.

A Lei n.º 1.531, de 22 de dezembro de 2004, que altera os subsídios dos Procuradores de Estado, acrescendo-lhes novos valores.

Atos governamentais de n.º 5.951 e n.° 5.963 – PRM, ambos de 2006, que elevou a mudança de níveis os Procuradores do Estado e o Decreto n.º 2.870, de 23 de outubro de 2006, que fixa o quadro permanente da PGE/TO.

O Decreto n.º 2.956, de 01 de março de 2007, que alterou o Decreto n.º 1.690, de 17 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a estrutura operacional da Procuradoria Geral do Estado do Tocantins estabelecendo subsídios dos cargos de provimento em comissão quando ocupados por Procurador do Estado.

A Lei n.° 1.968, de 23 de outubro de 2008, que aumentou os subsídios dos Procuradores do Estado.

Por último, a Lei Complementar n.° 59, de 14 de outubro de 2009, que altera a Lei Complementar n.° 20, de 17 de junho de 1999.

A Procuradoria Geral do Estado tem a missão de representar judicial e extrajudicialmente o Estado, incluindo os seus órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, promovendo-lhes a defesa em qualquer juízo ou instância e orientando-os quanto aos instrumentos e procedimentos jurídicos adequados à solução de problemas a eles inerentes, assim como também, assessoramento jurídico direto ao Chefe do Poder Executivo ao qual está diretamente subordinada.

Aqui procuramos destacar as atribuições desenvolvidas por esta Procuradoria Geral do Estado, por meio de ações estruturadas nos Programas de Apoio Administrativo, Finalístico e de Serviço ao Estado. Para estes programas, foram disponibilizados recursos autorizados na ordem de **R$ 37.215.610,00**, com execução de aproximadamente **99,97%**, ou seja, **R$ 37.204.438,73**, como demonstramos nos quadros a seguir.

QUADRO 69 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.422.006,00	1.418.387,67	99,75	3.618,33
Manutenção de Serviços de Transportes	174.324,00	171.369,83	98,31	2.954,17
Manutenção de Recursos Humanos	13.530.598,00	13.529.945,56	100,00	652,44
Ações de Informática	884.717,00	884.712,35	100,00	4,65
TOTAL	**16.011.645,00**	**16.004.415,41**	**99,95**	**7.229,59**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Procuradoria-Geral do Estado.

QUADRO 70 - SERVIÇO AO ESTADO - 0015

PROGRAMA - DEFESA DOS INTERESSES JURÍDICOS E PATRIMONIAIS DO ESTADO

Objetivo:	DEFENDER O ESTADO DO TOCANTINS JUDICIAL E EXTRA-JUDICIAL COM O INTUITO DE PRESERVAR SUA INTEGRIDADE SÓCIO-ECONÔMICA E PATRIMONIAL, BEM COMO DEFENDER O CHEFE DO PODER EXECUTIVO.
Justificativa:	O ESTADO ATRAVÉS DE SEUS ÓRGÃOS É, CONSTANTEMENTE, ACOMETIDO DE UM GRANDE NÚMERO DE PROCESSOS NA ÁREA JURÍDICA, CARECENDO, PORTANTO, DA REPRESENTAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, NA PESSOA DO PROCURADOR GERAL JUNTAMENTE COM OS DEMAIS PROCURADORES QUE LHE ASSESSORAM, SEM A QUAL O ESTADO SOFRERIA DANOS MATERIAIS, PATRIMONIAIS E FINANCEIROS IRREPARÁVEIS, UMA VEZ QUE AAS AÇÕES CORRERIAM A REVELIA, TORNANDO-SE INVIÁVEL A ADMINISTRAÇÃO.
Estratégia:	O PROGRAMA SERÁ IMPLEMENTADO ATRAVÉS DAS COORDENADORIAS DESTA PROCURADORIA, COM RECURSOS ORDINÁRIOS DO ESTADO. APESAR DE TER AÇÕES DE CARÁTER CONTÍNUO, EXISTEM PROJETOS COM TEMPO DETERMINADO DE IMPLANTAÇÃO. O PROJETO DE DEMARCAÇÃO DOS LIMITES DIVISÓRIOS DO ESTADO SERÁ IMPLEMENTADO PELO SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE PROCESSOS EXECUTADOS	NÚMERO PROCESSOS EXECUTADOS / TOTAL PROCESSOS PROGRAMAADOS X 100	38,41	30/06/2008	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1056	TRABALHO PERICIAL DE DEMARCAÇÃO DAS DIVISAS DO ESTADO.	0,00	0,00	0,00	km	480	0	0,00
2050	REGULARIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO.	0,00	0,00	0,00	PORCENTAGEM	25	0	0,00
6008	PAGAMENTO DECORRENTES DE PRECATÓRIOS.	21.044.993,00	21.041.051,34	99,98	UNIDADE	76	41	53,95
6011	INDENIZAÇÃO POR ACORDO EM FACE A DESISTÊNCIA DO PROCESSO JUDICIAL.	158.972,00	158.971,98	100,00	UNIDADE	10	2	20,00
TOTAL		**21.203.965,00**	**21.200.023,32**	**99,98**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Procuradoria-Geral do Estado.

QUADRO 71 - FINALÍSTICO - 0025

PROGRAMA - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ESTADUAL

Objetivo:	AUMENTAR O NÚMERO DE IMÓVEIS REGULARIZADOS, PERMITINDO ASSIM, AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR RURAL MAIOR ACESSO ÀS LINHAS DE CRÉDITO, BEM COMO, OBJETIVA ATUALIZAR O CADASTRO NACIONAL DE IMÓVEIS RURAIS.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS TEM UM GRANDE NÚMERO DE PROPRIEDADES RURAIS NECESSITANDO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, PARA QUE O PRODUTOR RURAL CONSIGA ACESSAR O CRÉDITO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E OS PROGRAMAS VOLTADOS PARA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA. BEM COMO O ACESSO AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL. DESTA FORMA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ESTÁ DIRETAMENTE RELACIONADA COM O AUMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO ESTADO.

Estratégia:	A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO ESTADO É A FINALIDADE PRECÍPUA DO ITERTINS, ONDE TODAS AS SUAS AÇÕES CONVERGEM PARA O SEU ATINGIMENTO. PARA ALCANÇARMOS A NOSSA META TORNA-SE NECESSÁRIO, A ARRECADAÇÃO E MATRÍCULA DAS TERRAS DEVOLUTAS PELO ESTADO, SEGUIDA DA MEDIÇÃO, DEMARCAÇÃO E VISTORIA OCUPACIONAL PARA COMPOR OS PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, CULMINANDO COM A EFETIVAÇÃO DA ENTREGA DO DOCUMENTO TITULATÓRIO. SABENDO-SE QUE A NOSSA AÇÃO DE CADASTRO RURAL TORNOU-SE NECESSÁRIA, UMA VEZ QUE ESTÁ SENDO CELEBRADO UM CONVÊNIO ENTRE OS ÓRGÃOS ESTADUAIS DE TERRAS, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA E BID. NA AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO HÁ PARCERIAS COM OUTROS ÓRGÃOS COMO: NATURATINS/SEPLAN/SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE/PGE.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE TÍTULOS EMITIDOS	Nº DE TÍTULOS DEFINITIVOS EMITIDOS / Nº DE IMÓVEIS A SEREM EMITIDOS X 100	1.497	2007	40

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2053	AÇÃO DISCRIMINATÓRIA DE TERRAS PÚBLICAS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	9	0	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Procuradoria-Geral do Estado.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
37.215.610,00	37.204.438,73	99,97	11.171,27

3.1.7 CASA MILITAR

A Casa Militar foi reestruturada através do Decreto n.º 1.488, de 22 de abril de 2002, alterado pelo Decreto n.º 1.532, de 19 de junho de 2002, sendo extinto automaticamente o Gabinete de Segurança Institucional, instituído pelo Decreto n.° 1.215, de 20 de junho de 2001.

Na reestruturação foram criadas as Diretorias de Transporte, de Administração e Finanças e de Serviço Aéreo, ficando a Garagem Central do Estado integrando a nova estrutura.

Conforme Decretos n.º 1.697, de 27 de janeiro de 2003, e n.º 1.710, de 20 de fevereiro de 2003, já sob novo Comando, a CAMIL passou por alterações na sua estrutura. Tais mudanças visaram uma melhor operacionalização dos serviços prestados pela pasta, tendo sido desvinculados da CAMIL o Serviço Aéreo do Estado e a Garagem Central do Estado, ficando vinculados diretamente ao Gabinete do Governador, bem como a desvinculação do CEAD (Conselho Estadual Anti-drogas), a cargo da Secretaria Estadual da Juventude. Retornou à responsabilidade da CAMIL a Coordenação da Defesa Civil do Estado, sendo criada a Secretaria Executiva de Defesa Civil. Também foi criada a Coordenadoria de Comunicação Social (DOE n.º 2.485, de 27/07/2005) que acrescentou na estrutura operacional da

CAMIL a Diretoria de Administração e Finanças, a Coordenadoria de Controle Interno e o Centro de Ensino e Pesquisa sobre Desastres e Assessoria Técnica de Avaliação de Danos, em conforme Lei Complementar n.º 45. de 03 de abril de 2006 (DOE n.° 2.139, de 04/04/06), foi desvinculado a Coordenadoria de Defesa Civil do Estado passando as suas atribuições para o Corpo de Bombeiros do Estado do Tocantins.

No exercício de 2007, já sob novo comando, a Casa Militar passou por alterações em sua estrutura, conforme Decretos n.º 2.915, de 02 de janeiro de 2007, n.º 2.928, de 16 de janeiro de 2007 e n.º 3.146, de 18 de setembro de 2007, acrescentando na estrutura operacional os seguintes cargos:

- Assessor Jurídico;

- Assessor de Comunicação;

- Coordenador de Administração;

- Coordenador de Finanças;

- Coordenador de Atividades de Inteligência;

- Coordenador de Tecnologia da Informação;

- Diretor de Inteligência e Segurança;

- Ajudante de Ordem da Vice Governadoria;

- Chefe da Assessoria Especial de Operacionalização e fiscalização de Aeronaves;

- Coordenador de Segurança das Comunicações.

Em 08/08/2008 o Decreto n.º 3.454, dispõe sobre a ASCOM – Assessoria de Comunicação, com unidades setoriais nas respectivas estruturas operacionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo. Ainda em 08/08/2008, o Decreto n.º 3.456, dispõe sobre a organização operacional, composição e funcionamento dos Núcleos Setoriais de Controle Interno.

Em 18/08/2008, através dos atos administrativos n.º 2.871 e n.º 2.930, todos os servidores ocupantes de cargos de natureza especial, em comissão, e de funções gratificadas, foram exonerados e nomeados.

Em 10/09/2009, em razão da mudança de governo da gestão 2007-2010 do Estado do Tocantins, a Casa Militar passou por nova alteração no seu comando, conforme Ato n.º 3.011, de 10/09/2009, publicado em Diário Oficial n.º 2.973, de 11 de setembro de 2009.

As demais mudanças ocorridas foram de ordens administrativas internas, todas inerentes a ajustamentos de funções.

A Missão da Casa Militar está em coordenar a supervisão e o controle das ações especiais, zelando pela segurança das autoridades governamentais e seus familiares, zelar pela segurança do Palácio Araguaia e residências oficiais, assessoramento pessoal em assuntos militares, coordenar as atividades de inteligência e segurança das comunicações e controlar e inspecionar os meios de transporte do governador.

Melhorar a organização das ações especiais direcionadas à função institucional da Casa Militar, que demandam aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, bem como melhor planejamento na promoção da defesa permanente garantindo a segurança das autoridades governamentais.

As atribuições da Casa Militar foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa de Apoio Administrativo. Para este programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 4.071.622,00**, com execução de **93,20%**, ou seja, **R$ 3.794.770,12**, como demonstrado no quadro abaixo.

QUADRO 72 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.358.578,00	1.269.558,54	93,45	89.019,46
Manutenção de Serviços de Transportes	618.794,00	501.888,84	81,11	116.905,16
Manutenção de Recursos Humanos	2.017.354,00	1.985.515,94	98,42	31.838,06
Ações de Informática	76.896,00	37.806,80	49,17	39.089,20
TOTAL	**4.071.622,00**	**3.794.770,12**	**93,20**	**276.851,88**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Casa Militar.

3.1.8 VICE-GOVERNADORIA

As normas de criação da Vice-Governadoria do Estado do Tocantins estão contidas no Decreto n.º 2.294, de 16 de dezembro de 2004, publicada no Diário Oficial n.º 1.825, de 21 de Dezembro de 2004, onde institui a Vice-Governadoria e dispõe sobre a estrutura operacional e o quadro de cargos em comissão e adota outras providências como pode ser visto no Anexo I (fls. 28) deste processo.

Posteriormente, houve alterações referentes às atividades, funções, estrutura operacional e o quadro de cargos em comissão desta pasta por meio do Decreto n.° 3.841, de 23 de outubro de 2009, publicado no Diário Oficial n.° 3.003, de 26 de outubro de 2009 como podem ser visto no anexo I (fls.29).

A Assessoria de Comunicação – ASCOM e o Núcleo Setorial de Controle Interno – NUSCIN que fazem parte do staff desta pasta são regulamentados respectivamente pelos Decretos N° 3.454 e 3.456, de 8 de agosto de 2008 (anexo I, às fls. 29-A,29-B,29-C e 29-D).

A missão da Vice-Governadoria é auxiliar o Governo do Estado na implementação de suas diretrizes de políticas, bem como a articulação com os segmentos da sociedade com vistas ao sucesso dos empreendimentos governamentais e exercer representação política e social. E tem o objetivo de fornecer o suporte técnico-administrativo para o pleno exercício das atribuições oriundas do cargo de Vice-Governador.

As atribuições da **Vice-Governadoria** foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos Programa de Apoio Administrativo e de Gestão de Políticas Públicas. Para esses programas, foram autorizados recursos da ordem de **R$ 1.891.044,00**, com execução de **91,53 %**, ou seja, **R$ 1.730.832,25**, como serão demonstrados no quadro a seguir.

QUADRO 73 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	135.705,00	98.292,41	72,43	37.412,59
Manutenção de Serviços de Transportes	100.600,00	47.541,73	47,26	53.058,27
Manutenção de Recursos Humanos	1.561.044,00	1.527.100,89	97,83	33.943,11
Ações de Informática	16.695,00	13.371,70	80,09	3.323,30
TOTAL	**1.814.044,00**	**1.686.306,73**	**92,96**	**127.737,27**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Vice-Governadoria.

QUADRO 74 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0086

PROGRAMA – GESTÃO DA GOVERNADORIA

Objetivo:	ASSISTIR AO GOVERNADOR E SUPERVISIONAR AS SUAS ORDENS E DECISÕES PARA AS DEFINIÇÕES DAS ESTRATÉGIAS E DIRETRIZES POLÍTICAS, PARA TOMADA DE DECISÃO.
Justificativa:	MELHORAR A QUALIDADE DAS AÇÕES DA GOVERNADORIA.
Estratégia:	COORDENAR AS AÇÕES DO GABINETE DO GOVERNADOR E AS RELAÇÕES COM AS DEMAIS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2156	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE AJUDÂNCIA DE ORDEM DO VICE-GOVERNADOR	77.000,00	44.525,52	57,83	PERCENTUAL	25	25	100,00
TOTAL		**77.000,00**	**44.525,52**	**57,83**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Vice-Governadoria.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
1.891.044,00	1.730.832,25	91,53	160.211,75

3.1.9 CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS

O Corpo de Bombeiro foi instituído pela Lei Complementar n.º 45, de 03 de abril de 2006, antes suas atribuições eram desenvolvidas pelo Comando Geral da Polícia Militar.

O Corpo de Bombeiros Militar, previsto pelo art. 144, § 5º, da Constituição Federal, tem suas missões definidas pela Constituição Estadual e pela Lei Complementar n.º 45, art. 2°, incisos I a VII, sendo:

- **Constituição Estadual:**

  Art. 117. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e disciplina militares, competindo, entre outras, as seguintes atividades para:

  I - .....

  II - o Corpo de Bombeiros Militar:

  a) a coordenação e execução de ações de defesa civil;

  b) a prevenção e o combate aos incêndios;

  c) proteção, busca e salvamento em alturas, terrestre e aquático de pessoas e bens;

  d) estabelecimento de normas relativas à segurança das pessoas e de seu patrimônio contra incêndio e catástrofes ou pânico;

  e) perícia de incêndios;

  f) resgate de vítimas de acidentes e sinistros;

  g) analisar projetos contra incêndio e pânico, fiscalizar sua execução, aplicar sanções e interdições em edificações ou locais de concentração de público que não apresente as condições de segurança exigidas por normas vigentes.

  III - A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, a função de polícia judiciária militar, nos termos da lei federal."

- **Lei Complementar nº 45, de 03/04/2006:**

  "Art. 2º. Compete ao CBMTO:

  I - o planejamento e execução de ações preventivas, emergenciais ou de socorro, assistenciais e recuperativas no âmbito da defesa civil, devendo dar atendimento pré-hospitalar a vítimas de acidentes e sinistros nos

locais em que estiver instalado sem prejuízo de outros sistemas de atendimento federal, estadual e municipal;

II - o estabelecimento de normas relativas à segurança do cidadão e de seu patrimônio contra incêndio e catástrofes ou pânico;

III - formação e coordenação de brigadas de incêndio;

IV - firmar convênios com órgãos federais, estaduais e municipais para execução de ações preventivas e relativas de defesa civil;

V - a perícia de incêndios:

a) preventiva, quanto a perigo potencial de incêndios e acidentes em edificações e estruturas temporárias;

b) nos locais de sinistros;

VI - o exercício do poder de polícia no âmbito de sua competência, especialmente:

a) na fiscalização:

1. de empresas especializadas na produção e comercialização de produtos destinados à prevenção de desastres e sinistros e à segurança contra incêndio e pânico em edificações, aplicando as penalidades e medidas administrativas previstas em lei;

2. e acompanhamento da execução de projetos, impondo sanção administrativa como notificação, multa, cassação de atestado, apreensão de produtos perigosos e seus respectivos meios de acondicionamento, embargo de obra e interdição de atividades;

3. das instalações e medidas de segurança contra pânico e incêndio nas edificações residenciais unifamiliares e multifamiliares, comerciais, industriais e de serviços em geral, inclusive, quando da construção, reforma, ampliação e mudança de ocupação;

4. das instalações e medidas de segurança contra incêndio e acidentes em eventos temporários;

b) na análise prévia de projetos em áreas de armazenagem, estocagem, manipulação e transporte de produtos perigosos;

c) na realização de vistorias em locais com ameaça de catástrofe ou sinistro, podendo requisitar apoio dos demais órgãos estaduais com a finalidade de minorar os riscos, remover pessoas, suspender licença de funcionamento e emissão de parecer técnico nestas condições para os fins legais ou por solicitação de outro órgão;

VII - as atribuições de polícia judiciária militar, nos termos da lei federal."

As atribuições do Corpo de Bombeiros Militar foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: Apoio Administrativo e Finalístico. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 18.897.399,00**, com execução de **93,12%**, ou seja, **R$ 17.597.958,06,** conforme demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 75 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	637.706,00	608.570,13	95,43	29.135,87
Manutenção de Serviços de Transportes	547.503,00	471.201,27	86,06	76.301,73
Manutenção de Recursos Humanos	15.635.597,00	15.630.932,66	99,97	4.664,34
Ações de Informática	216.716,00	74.897,93	34,56	141.818,07
TOTAL	**17.037.522,00**	**16.785.601,99**	**98,52**	**251.920,01**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Corpo de Bombeiros Militar.

QUADRO 76 - FINALÍSTICO - 0008

PROGRAMA - DEFESA CONTRA SINISTROS

Objetivo:	GARANTIR A POPULAÇÃO DO TOCANTINS UMA PROTEÇÃO GLOBAL FRENTE AOS DESASTRES DE QUALQUER NATUREZA.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS TEM CRESCIDO MUITO NA ÚLTIMA DÉCADA E JUNTO COM ESSE CRESCIMENTO HOUVE UM AUMENTO POPULACIONAL, NAS MESMAS PROPORCÕES AUMENTARAM OS RISCOS E A DEMANDA DE ATENDIMENTO AS EMERGÊNCIAS E DESASTRES. COMO AO CORPO DE BOMBEIROS COMPETE O PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES PREVENTIVAS, EMERGENCIAIS OU DE SOCORRO,ASSISTENCIAIS E RECUPERATIVAS NO ÂMBITO DA DEFESA CIVIL, DEVENDO DAR ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR A VÍTIMAS DE ACIDENTES E SINISTROS. ENTRETANTO, JUNTO A ESSE CRESCIMENTO TEM AUMENTADO O NÚMERO DE ACIDENTES, SEGUNDO DADOS ESTATÍSTICOS DO ORGÃO O AUMENTO PERCENTUAL DOS ÚLTIMOS 4 (QUATRO) ANOS FOI DE 61% EM RELAÇÃO A 2005. A FALTA DE IMPLANTAÇÃO DESSE PROGRAMA PROVOCA VÁRIAS CONDIÇÕES DESFAVORÁVEIS COMO: A NÃO REDUÇÃO DE TEMPO RESPOSTA, AGILIDADE, MEIOS DE COMUNICAÇÃO, DIFICULDADE NA FORMAÇÃO DOS BOMBEIROS NA MAIS DIVERSA ATIVIDADE VOLTADOS PARA A SOCIEDADE E OUTROS. PORTANTO, ESSA IMPLANTAÇÃO MINIMIZARÁ ESSAS CONDIÇÕES DESFAVORÁVEIS.
Estratégia:	A ESTRATÉGIA A SER IMPLEMENTADA CONSISTE NA EXECUÇÃO DAS AÇÕES SENDO ELAS: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO E COMBATE A INCÊNDIOS; CAPACITAÇÕES; MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO; CAMPANHAS DE ORIENTAÇÕES A SINISTROS; MATERIAL DIDÁTICO; APARELHAMENTO DAS UNIDADES; CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES E AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PARA O ATENDIMENTO DA DEMANDA REPRIMIDA EXISTENTE NO ESTADO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
VARIAÇÃO PERCENTUAL DE ATENDIMENTOS PRESTADOS À POPULAÇÃO	PERCENTUAL OBTIDO = Nº DE ATENDIMENTOS PRESTADOS EM 2009 MENOS Nº DE ATENDIMENTOS PRESTADOS EM 2008 * 100 / Nº DE ATENDIMENTOS PRESTADOS EM 2008.	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1140	REFORMA DE UNIDADE E SUB-UNIDADE DO CBMTO.	338.361,00	169.111,40	49,98	UNIDADE	1	1	100,00
1246	AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E EMBARCAÇÕES DO CBMTO.	895.396,00	384.600,00	42,95	UNIDADE	7	3	42,86
2231	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTOS E COMBATE A INCÊNDIO.	442.247,00	103.958,67	23,51	UNIDADE	15.251	3.322	21,78
2232	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO CBMTO.	147.470,00	147.170,00	99,80	UNIDADE	16	6	37,50
2234	AMPLIAÇÃO DA REDE DE COMUNICAÇÃO DO CBMTO.	36.403,00	7.516,00	20,65	UNIDADE	406	23	5,67
2439	REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS DE ORIENTAÇÃO ASSISTENCIAL E DE CONSCIENTIZAÇÃO CONTRA SINISTRO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	16	0	0,00
2440	AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	100	0	0,00
6015	INDENIZAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES RELATIVOS AO	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	180	0	0,00

	MANDADO DE SEGURANÇA N. 698/93.							
TOTAL		**1.859.877,00**	**812.356,07**	**43,68**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Corpo de Bombeiros Militar.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
18.897.399,00	17.597.958,06	93,12	1.299.440,94

3.1.10 SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

A Secretaria da Comunicação foi criada pela Lei estadual n.° 1.124, de 01 de fevereiro de 2000, que foi revogada pela Lei Estadual n.° 1.950, de 07 de agosto de 2008, tendo como finalidade o planejamento, a execução, a supervisão e acompanhamento das ações do governo, voltadas às divulgações institucionais, conforme Decreto n.° 3.460, de 12 de agosto de 2008. Podemos ressaltar o Decreto n.° 3.454/2008 e o Decreto n.° 3.456/2008, respectivamente. Tem como missão a criação e implantação de meios destinados a atender a divulgação de campanhas institucionais e educativas do Governo.

As atribuições da Secretaria da Comunicação foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos Programas de Apoio Administrativo e de Gestão de Políticas Públicas. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 46.674.061,00** com execução de **84,46%**, ou seja, **R$ 39.419.826,53**, como demonstrado nos quadros a seguir.

QUADRO 77 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.014.713,00	579.395,39	57,10	435.317,61
Manutenção de Serviços de Transportes	776.195,00	489.263,22	63,03	286.931,78
Manutenção de Recursos Humanos	6.517.929,00	6.505.028,22	99,80	12.900,78
Ações de Informática	257.300,00	96.544,43	37,52	160.755,57
TOTAL	**8.566.137,00**	**7.670.231,26**	**89,54**	**895.905,74**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Comunicação.

QUADRO 78 – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0093

PROGRAMA – GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO ESTADO	
Objetivo:	PROMOVER O PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO ESTADO, ARTICULANDO E DIVULGANDO AS AÇÕES DE GOVERNO, ASSESSORANDO O GOVERNADOR NO SEU RELACIONAMENTO COM A IMPRENSA E A COMUNIDADE, DISPONIBILIZANDO INFORMAÇÕES AO PODER EXECUTIVO E AOS DEMAIS PODERES, COORDENANDO, SUPERVISIONANDO E CONTROLANDO A PUBLICIDADE NO ÂMBITO DAS ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÕES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO.
Justificativa:	CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DE PUBLICIDADE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM OBSERVÂNCIA A NORMA CONSTITUCIONAL, PARA APRIMORAR A COMUNICAÇÃO E PERMITIR MAIOR PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL, MELHORANDO A QUALIDADE DOS RESULTADOS DE GESTÃO.
Estratégia:	LEVANTAR INFORMAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E AS AÇÕES DESENVOLVIDAS POR CADA UM DOS ÓRGÃOS DO GOVERNO, E TRANSFORMÁ-LAS EM CAMPANHAS E PEÇAS PUBLICITÁRIAS, E DIVULGÁ-LAS À SOCIEDADE, ATRAVÉS DOS DIVERSOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, COMO: TELEVISÃO, RÁDIO, JORNAIS IMPRESSOS, REVISTAS, FOLDERS, CARTAZES E OUTROS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PRODUÇÃO E VEICULAÇÃO DE MATERIAIS INSTITUCIONAIS	TOTAL DO ORÇAMENTO EXECUTADO / TOTAL ORÇAMENTO APROVADO * 100	83,31	31/12/2009	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1227	CAPACITAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIDORES.	11.000,00	6.124,00	55,67	UNIDADE	20	6	30,00
1228	APOIO A GESTÃO DE ENTIDADE PÚBLICA DE COMUNICAÇÃO DE DIREITO PRIVADO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2133	DIVULGAÇÃO DE MATERIAL INSTITUCIONAL DO GOVERNO.	36.679.923,00	30.485.271,69	83,11	UNIDADE	80.000	64.321	80,40
2134	IMPLANTAÇÃO DE OUVIDORIA.	1.417.001,00	1.258.199,58	88,79	UNIDADE	1	1	100,00
TOTAL		**38.107.924,00**	**31.749.595,27**	**83,31**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Comunicação.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
46.674.061,00	39.419.826,53	84,46	7.254.234,47

3.1.11 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

A Secretaria do Planejamento – SEPLAN, foi criada pela Lei n.° 1.046, de 28 de janeiro de 1999, e tem por finalidade executar as funções de planejamento, ordenamento regional e urbano, meio ambiente, ciência e tecnologia, e tem como missão:

- A elaboração, a coordenação e o gerenciamento dos planos de governo;

- A formulação, coordenação e implementação dos sistemas estatísticos e de pesquisas sócio-econômicas;

- A elaboração, coordenação e acompanhamento da programação orçamentária;

- O acompanhamento e assessoramento, no âmbito do planejamento estratégico, das unidades da estrutura básica do Poder Executivo e da administração pública direta e indireta;

- A condução das relações intersubjetivas dos órgãos do Estado e da União;

- As negociações econômico-financeiras com entidades nacionais, internacionais e estrangeiras;

- A representação supletiva do Estado no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ e junto aos organismos regionais de desenvolvimento;

- A realização do zoneamento ecológico-econômico.

As atribuições da Secretaria do Planejamento foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos Programas de Apoio Administrativo, Finalísticos, Gestão de Políticas Pública e de Serviços ao Estado. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 17.406.399,00**, com execução de **R$ 9.578.106,42**, como demonstrado nos quadros a seguir.

QUADRO 79 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	637.100,00	500.620,29	78,58	136.479,71
Manutenção de Serviços de Transportes	579.949,00	343.369,04	59,21	236.579,96
Manutenção de Recursos Humanos	5.117.134,00	5.047.354,10	98,64	69.779,90
Ações de Informática	734.066,00	239.783,73	32,67	494.282,27
TOTAL	**7.068.249,00**	**6.131.127,16**	**86,74**	**937.121,84**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria do Planejamento.

QUADRO 80 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0018

PROGRAMA - GESTÃO PARA RESULTADOS	
Objetivo:	MODERNIZAR OS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO VISANDO A MELHORIA NA QUALIDADE DA ELABORAÇÃO, DO ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.
Justificativa:	A DEFICIÊNCIA NO PLANEJAMENTO E NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, NA ALOCAÇÃO DE RECURSOS, E A INEXISTÊNCIA DE SISTEMATICA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, FAZ NECESSÁRIO A MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. A NÃO MODERNIZAÇÃO ACARRETARÁ NO DESCOLAMENTO ENTRE O PLANEJADO, O EXECUTADO E AS DEMANDAS DA SOCIEDADE, INVIABILIZANDO O ALCANCE DE RESULTADOS.

Estratégia:	A IMPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA SE DARÁ A PARTIR DA SINERGIA ENTRE ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E MUNICIPAL, INSTITUIÇÕES, SERVIDORES PÚBLICOS E ATORES SOCIAIS. O GERENCIAMENTO SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA SEPLAN/DPPP. A SECAD TERÁ RESPONSABILIDADE NA ESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL E NA IMPLEMENTAÇÃO DO SICAP. SERÃO DESENVOLVIDOS SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA E SISTEMA INFORMATIZADO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA GESTÃO PARA RESULTADO	SOMATÓRIO DOS PERCENTUAIS DE EXECUÇÃO DE CADA AÇÃO/N° DE AÇÕES EXECUTADAS	15,80	31/12/2009	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1144	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA SEPLAN.	390.000,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	30	0	0,00
1257	IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO PNAGE-TO.	1.517.176,00	181.013,42	11,93	UNIDADE	1	0,07	7,00
2236	ASSESSORAMENTO TÉCNICO EM PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.	160.000,00	43.077,13	26,92	UNIDADE	1	1	100,00
2238	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES EM PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.	162.033,00	31.628,49	19,52	UNIDADE	110	4	3,6
2242	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.	15.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2243	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA INFORMATIZADO EM PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.	651.553,00	34.295,05	5,26	UNIDADE	30	0	0,00
2263	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO ESTADO DO TOCANTINS – PPPS.	98.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**2.993.762,00**	**290.014,09**	**9,69**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria do Planejamento.

QUADRO 81 - FINALÍSTICO - 0019

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	
Objetivo:	CONTRIBUIR PARA O AUMENTO DO PADRÃO DE VIDA DAS COMUNIDADES REGIONAIS, POR MEIO DA MELHORIA DO ACESSO AOS MERCADOS, ÀS OPORTUNIDADES DE TRABALHO, À INFRA-ESTRUTURA E AOS SERVIÇOS SOCIAIS, AO MESMO TEMPO EM QUE ASSEGURA O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E A PROTEÇÃO DE ECOSSISTEMAS FRÁGEIS, SEMPRE CONTANDO COM A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA SELEÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS, GARANTIDAS A TRANSPARÊNCIA E A GOVERNABILIDADE.
Justificativa:	FORMULADO EM 1999 COMO UMA CONTINUIDADE DO PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CONSERVAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA DO ESTADO (3714-BR). A PARTIR DE 2002 O PROJETO EVOLUIU-SE PARA UMA MAIOR ABRANGÊNCIA EM TRERMOS DE ÁREAS DE ATUAÇÃO, VISTO QUE A INTEGRAÇÃO DE AÇÕES DE PLANEJAMENTO, MEIO AMBIENTE E INFRA-ESTRUTURA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL SÃO INTERDEPENDENTES NA BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. ABORDA A QUESTÃO DO TERRITÓRIO E PRIORITARIAMENTE QUATRO REGIÕES DO ESTADO: SUDESTE (ARRAIAS, TAGUATINGA, DIANÓPOLIS, NATIVIDADE E PARANÂ), NORTE (BICO DO PAPAGAIO), NORDESTE (GOIATINS E PEDRO AFONSO) E LESTE (JALAPÃO).
Estratégia:	SERÁ EXECUTADO DE FORMA MULTISETORIAL, ENVOLVENDO A SEPLAN, A SEINF E O DERTINS. SERÃO ESTABELECIDOS TRÊS MACRO-COMPONENTES: A) PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL; B) CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO TERRITORIAL; E C) MELHORAMENTO E CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
IMPACTO DA MELHORIA GERENCIAL NA APLICAÇÃO DE RECURSOS POR KM CONSERVADOS	1° - KM CONSERVADOS / VOLUME DE RECURSOS X 100 = KM CONSERVADOS ANO-BASE; 2° - KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE / VOLUME DE RECURSOS X 100 = KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE; 3° - KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE / KM CONSERVADOS ANO-BASE X 100.	100	2007	115

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1141	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.	190.800,00	8.479,66	4,44	UNIDADE	3	0,5	16,67
1142	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.	387.536,00	53.965,14	13,93	UNIDADE	335	400	119,40
1143	CAPACITAÇÃO DE ATORES LOCAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL.	167.926,00	6.997,50	4,17	UNIDADE	670	250	37,31
1148	IMPLANTAÇÃO DE CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.	170.160,00	1.266,00	0,74	UNIDADE	15	20	133,33
1149	ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.	144.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
1152	IMPLANTAÇÃO DE MDL - MECANISMOS DE DESENVOLVIMENTO LIMPO.	4.650,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1162	FOMENTO AOS APL'S NO ESTADO.	355.592,00	54.176,43	15,24	UNIDADE	10	10	100,00
1256	REFORMA DE PRÉDIO PÚBLICO.	627.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1258	GESTÃO DE LOGÍSTICA: TOCANTINS INTEGRADO.	442.440,00	430.056,75	97,20	UNIDADE	1	1	100,00
2245	FOMENTO À IMPLANTAÇÃO DE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL.	107.200,00	4.042,50	3,77	UNIDADE	2	0	0,00
2246	OPERACIONALIZAÇÃO DAS UNIDADES TÉCNICAS REGIONAIS.	926.640,00	267.650,72	28,88	UNIDADE	4	4	100,00
2247	ATUALIZAÇÃO DO LABORATÓRIO DE GEOPROCESSAMENTO.	15.712,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0,6	60,00
2249	LEVANTAMENTOS DOS RECURSOS NATURAIS.	1.408.544,00	1.064.958,96	75,61	UNIDADE	139	125	89,93
2250	MANUTENÇÃO DO CENTRO ESTADUAL DE USUÁRIOS DO TOCANTINS.	79.998,00	3.680,10	4,60	UNIDADE	1	0,9	90,00
2251	ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA GEOGRÁFICO DE INFORMAÇÕES.	54.280,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	1	100,00
2252	REALIZAÇÃO DO ZONEAMENTO AMBIENTAL DO TOCANTINS.	1.480.510,00	1.241.382,65	83,85	UNIDADE	139	0	0,00
2255	DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS NATURAIS.	40.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0,2	20,00
2258	AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL.	130.400,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0,5	50,00
2260	ESTUDOS PARA REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO.	226.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**6.959.388,00**	**3.136.656,41**	**45,07**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria do Planejamento.

QUADRO 82 - SERVIÇO AO ESTADO - 0115

PROGRAMA - INFORMAÇÃO PARA O PLANEJAMENTO	
Objetivo:	DISPONIBILIZAR EM TEMPO REAL INFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DO ESTADO E SEUS MUNICÍPIOS PARA A TOMADA DE DECISÕES NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO.
Justificativa:	ESSE PROGRAMA SE JUSTIFICA PELA NECESSIDADE DE CONHECER A REALIDADE DO ESTADO EM SUAS DIVERSAS DIMENSÕES E PARA SUBSIDIAR A TOMADA DE DECISÕES, BEM COMO, DIVULGAR AS POTENCIALIDADES DO ESTADO.
Estratégia:	ESSE PROGRAMA CONSISTE BASICAMENTE NA COMPILAÇÃO, TABULAÇÃO, PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS DISPONÍVEIS E A ELABORAÇÃO DE PUBLICAÇÕES SOBRE O ESTADO DO TOCANTINS. A METODOLOGIA DE IMPLANTAÇÃO SERÁ: 1 - OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS ATRAVÉS DE PESQUISAS DE CAMPO; 2 - COMPILAÇÃO DE INFORMAÇÕES SECUNDÁRIAS EM MEIO ON-LINE E/OU IMPRESSO; 3 - PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÕES; 4 - ANÁLISE CRITICA E ELABORAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES; 5 - PUBLICAÇÃO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA	NÚMERO DE SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÃO ATENDIDAS / NÚMERO TOTAL DE SOLICAÇÕES DE INFORMAÇÃO X 100	90	31/12/2009	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1082	CADASTRO ÚNICO DE PROGRAMAS SOCIAIS.	50.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2266	ESTUDO DE CÁLCULO DO ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO.	150.000,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	1	0	0,00
2268	ELABORAÇÃO DO PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO MUNICIPAL E REGIONAL.	100.000,00	81,00	0,08	UNIDADE	1	0,9	90,00
2269	CONSTRUÇÃO DE INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS.	30.000,00	3.550,07	11,83	UNIDADE	1	0,9	90,00
2270	REALIZAÇÃO DO CÁLCULO DO PRODUTO INTERNO BRUTO ESTADUAL E MUNICIPAL.	55.000,00	16.677,69	30,32	UNIDADE	2	2	100,00
2271	ATUALIZAÇÃO DO ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	1	100,00
TOTAL		**385.000,00**	**20.308,76**	**5,28**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria do Planejamento.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
17.406.399,00	9.578.106,42	55,03	7.828.292,58

3.1.12 SECRETARIA DO ESPORTE

A Secretária do Esporte foi criada por meio da Medida Provisória n.° 328, de 01 de janeiro de 1999, sendo o primeiro órgão a difundir o esporte mais efetivamente no Estado do Tocantins, ocorrendo sua primeira reestruturação por meio do Decreto n.° 1.038, de 16 de outubro de 2000, atribuindo-lhe a promoção e difusão do esporte tocantinense em todas as suas modalidades e níveis. Em 12 de agosto de 2008, foi publicado o Decreto n.° 3.460, redefinindo a estrutura da Secretaria.

Por meio do Decreto n.° 3.881, de 20 de novembro de 2009, que dispõe sobre a estrutura operacional da Secretaria do Esporte, em seu art. 2° fora definido seu objetivo no desenvolvimento da Política Estadual de incentivo ao esporte, visando a excelência esportiva de nossos atletas e a inclusão social do individuo, levando a todos a oportunidade da prática esportiva e de lazer, contribuindo assim para o desenvolvimento integral da população e tendo como missão fomentar e desenvolver ações que visem fortalecer a prática esportiva em todo território Tocantinense, através das diversas modalidades esportivas.

No exercício de 2009, por meio do Decreto n.º 3.454, de 08 de agosto de 2008, que dispõem sobre a Assessoria de Comunicação – ASCOM, foi definido o nível estrutural da Ascom desta pasta, bem como através do Decreto n.º 3.456, de 08 de agosto de 2008, que dispõe sobre a organização operacional, composição e funcionamento dos Núcleos Setoriais de Controle Interno, também foi alterado o nível estrutural do Nuscin desta Pasta.

A Secretaria do Esporte tem como missão divulgar, disseminar e desenvolver o esporte em sua melhor forma, contribuindo para a inserção social e identidade cultural da população de nosso estado. Tendo como objetivo o desenvolvimento de Política Estadual para o esporte, visando a excelência esportiva de nossos atletas, a inclusão social do individuo, levando a todos a oportunidade da prática esportiva e de lazer, contribuindo assim para o desenvolvimento integral da população (pessoas comuns, jovens, estudantes, atletas amadores e profissionais) como objetivo maior. A atuação da SESPO, justifica-se por ser como instrumento de operacionalização da política estadual do esporte, para que esta seja estendida e alcançada por todos no Estado.

As atribuições da Secretaria do Esporte foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos Programas de Apoio Administrativo e Finalístico - Esporte para Todos. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 22.862.759,00**, com execução de **R$ 12.209.004,97**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 83 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.097.400,00	739.675,13	67,40	357.724,87
Manutenção de Serviços de Transportes	665.000,00	265.477,56	39,92	399.522,44
Manutenção de Recursos Humanos	5.780.068,00	5.749.449,76	99,47	30.618,24
Ações de Informática	232.000,00	154.512,03	66,60	77.487,97
TOTAL	**7.774.468,00**	**6.909.114,48**	**88,87**	**865.353,52**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria do Esporte.

QUADRO 84 – FINALÍSTICO - 0043

PROGRAMA - ESPORTE PARA TODOS	
Objetivo:	PROPORCIONAR AOS ATLETAS AMADORES E PROFISSIONAIS ESPORTE DE BASE, E A POPULAÇÃO EM GERAL, SUBSÍDIOS PARA PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES ESPORTIVAS.
Justificativa:	SABE-SE QUE A PRÁTICA ESPORTIVA, OS VALORES ÉTICOS QUE O ESPORTE PROPORCIONA, BEM COMO A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LAZER, SÃO FATORES QUE PROMOVEM A INCLUSÃO SOCIAL DAS COMUNIDADES, SENDO RELEVANTES PARA OPORTUNIZAR O EXERCÍCIO DA CIDADANIA E A MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA. EM VISTA DISSO, HÁ A NECESSIDADE DE SE OFERECER À POPULAÇÃO TOCANTINENSE E ATLETAS EM GERAL, ESPAÇOS FÍSICOS ADEQUADOS A PRÁTICA ESPORTIVA, MATERIAIS DISTRIBUÍDOS GRATUITAMENTE, A REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E O APOIO FINANCEIRO ÀS ENTIDADES DESPORTIVAS E AOS ATLETAS.
Estratégia:	ESTABELECER CONVÊNIOS COM ENTIDADES ESPORTIVAS E MUNICÍPIOS; APOIAR OS ATLETAS NA PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES ESTADUAIS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS; PROMOVER CURSO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA TÉCNICOS E PESSOAS ENVOLVIDAS EM ATIVIDADES ESPORTIVAS; PROMOVER A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE MATERIAL ESPORTIVO COMO INCENTIVO ÀS ATIVIDADES ESPORTIVAS, DE RECREAÇÃO E DE LAZER; IMPLANTAR ESCOLINHAS DE INICIAÇÃO ESPORTIVA; INCENTIVAR PÚBLICO FEMININO À PRÁTICA DE ATIVIDADES ESPORTIVAS; DIVULGAR TODOS OS EVENTOS REALIZADOS POR ESTA PASTA; REALIZAR EVENTOS ESPORTIVOS EM TODAS AS REGIONAIS TOCANTINENSES; CAPACITAR OS TÉCNICOS E O PESSOAL ADMINISTRATIVO DA SESPO; DIAGNOSTICAR QUAIS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES NÃO POSSUI INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA PARA ATENDER A COMUNIDADE EM GERAL, PARA PROCEDER A NECESSIDADE DE CONSTRUÇÃO DA MESMA; DIAGNOSTICAR OS MUNICÍPIOS QUE POSSUEM INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA, MAS QUE NÃO ESTÃO EM CONDIÇÕES DE USO E NECESSITAM DE REFORMA OU ADEQUAÇÃO; CONSTRUIR E REFORMAR: ESTÁDIOS DE FUTEBOL COM PISTAS DE ATLETISMO, GINÁSIOS E QUADRAS POLIESPORTIVAS, E CENTROS OLÍMPICOS; APARELHAR AS UNIDADES ESPORTIVAS DE RESPONSABILIDADE DA SESPO, COM MOBILIÁRIO EM GERAL E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICES DE EVENTOS REALIZADOS	SOMATORIO DAS TAXAS DAS AÇÕES / NUMERO TOTAL DAS AÇÕES	28	30/06/2008	100
ÍNDICE DE SOLICITAÇÕES ATENDIDAS	SOMATORIO DAS TAXAS DE SOLICITAÇÕES DAS AÇÕES / NUMERO TOTAL DAS AÇÕES	0	30/06/2008	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1119	CONSTRUÇÃO DE ESTÁDIO DE FUTEBOL.	3.839.683,00	2.025.702,43	52,76	UNIDADE	1	1	100,00
1120	CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO POLIESPORTIVO.	988.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	1	50,00
1121	CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA.	1.329.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	4	0	0,00
1122	REFORMA DA INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA.	2.007.500,00	389.646,11	19,41	UNIDADE	6	2	33,33
2178	PRODUÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS POR DETENTOS - PINTANDO A LIBERDADE.	1.202.405,00	748.190,12	62,22	UNIDADE	90.236	2.650	2,94
2179	CAPACITAÇÃO PARA TÉCNICOS, PESSOAL ADM. E PESSOAS ENVOLVIDAS EM ATIVIDADES ESPORTIVAS.	60.000,00	20.708,00	34,51	UNIDADE	15	195	1.300,00
2180	DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DO ESPORTE.	359.561,00	222.285,06	61,82	UNIDADE	10	12	120,00
2181	REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE ESPORTE E LAZER.	907.889,00	503.772,76	55,49	UNIDADE	72	73	101,39
2182	ATENDIMENTO AOS CLUBES PROFISSIONAIS E AMADORES E AO DESPORTO COMUNITÁRIO.	1.404.000,00	761.462,73	54,24	UNIDADE	31	18	58,06
2183	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS.	1.410.970,00	109.322,36	7,75	UNIDADE	166	209	125,90
2184	IMPLANTAÇÃO DE ESCOLINHA DE INICIAÇÃO ESPORTIVA.	723.220,00	67.804,00	9,38	UNIDADE	21	16	76,19
2308	APARELHAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA.	586.063,00	283.518,56	48,38	UNIDADE	8	2	25,00
2428	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESPORTIVAS.	270.000,00	167.478,36	62,03	UNIDADE	14	8	57,14
TOTAL		**15.088.291,00**	**5.299.890,49**	**35,13**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria do Esporte.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
22.862.759,00	12.209.004,97	53,40	10.653.754,03

3.1.13 SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA

A Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins foi instituída pelo Decreto n.° 1.717, de 13 de março de 2003, posteriormente sendo revogado pelo Decreto n.º 2.751, de 22 de maio de 2006, n.° 3.407, de 11 de junho de 2008, e, n.° 3.460, de 12 de agosto de 2008, combinado com os Decretos n.° 3.454 e n.° 3.456, ambos do dia 08 de agosto de 2008, que alterou sua estrutura organizacional, cabendo-lhe a promoção e a defesa dos direitos humanos, a política judiciária, o monitoramento da execução penal, a administração das atividades relacionadas à política criminal e penintenciária do Estado, a defesa e proteção dos direitos da criança e adolescente, a articulação com os outros Poderes do Estado e com os segmentos organizados e as lideranças sociais e comunitárias, a promoção do relacionamento com a

sociedade civil organizada, que de fato, é quem tem mais interesse que as políticas tanto de prevenção quanto de benefícios realmente aconteçam.

Vinculados a Secretaria da Cidadania e Justiça estão:

- Fundo Estadual Antidrogas;
- Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor;
- Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Conselho Estadual dos Direitos Humanos;
- Conselho Estadual Antidrogas;
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Conselho de Gestão do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor;
- Conselho Penintenciário.

As atribuições da Secretaria da Cidadania e Justiça foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos Programas de Apoio Administrativo e Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 40.200.315,00**, com execução de **82,16%**, ou seja, de **R$ 33.029.385,86**, como demonstrados no quadro a seguir.

QUADRO 85 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	4.068.571,00	3.319197,58	81,58	749.373,42
Manutenção de Serviços de Transportes	793.011,00	690.605,21	87,09	102.405,79
Manutenção de Recursos Humanos	22.431.328,00	22.302.414,13	99,43	128.913,87
Ações de Informática	190.000,00	117.159,59	61,66	72.840,41
TOTAL	**27.482.910,00**	**26.429.376,51**	**96,17**	**1.053.533,49**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Cidadania e Justiça.

QUADRO 86 - FINALÍSTICO - 0100

PROGRAMA - ADMINISTRAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	
Objetivo:	GARANTIR A RESSOCIALIZAÇÃO E CUSTÓDIA DOS REEDUCANDOS E SEGURANÇA À ADMINISTRAÇÃO.
Justificativa:	EXISTEM ÁREAS DEFICIENTES DE ESTABELECIMENTOS CORRECIONAIS E DE ESTRUTURAS DE SEGURANÇA E APARELHAMENTO, QUE VIABILIZEM A RESSOCIALIZAÇÃO, NÃO EXISTINDO A DIFERENCIAÇÃO DOS DETENTOS PROVISÓRIOS DOS CONDENADOS, DE AMBOS OS SEXOS, NÃO CUMPRINDO INTEGRALMENTE COM A LEI DE EXECUÇÃO PENAL; AS DIFICULDADES DE LOCOMOÇÃO E TRANSFERÊNCIA, SUPERLOTAÇÃO, INSUFICIÊNCIA APARELHAGEM E CONSEQUENTEMENTE, DIFICULDADE NO MONITORAMENTO DOS PRESÍDIOS E SEU CORPO FUNCIONAL SÃO SITUAÇÕES PRESENTES E QUE SE NADA FOR FEITO O PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO ESTARÁ COMPROMETIDO COM RISCOS CRESCENTES DE FUGAS E REINCIDÊNCIA CRIMINAL.
Estratégia:	CONSTRUÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS, PRESÍDIO FEMININO, CASAS DE ALBERGADO, COM REAPARELHAMENTO E MONITORAMENTO DOS REFERIDOS PRESÍDIOS, BEM COMO A COM APLICAÇÃO DE PROGRAMAS ASSISTENCIAIS. SERÃO ESTABELECIDAS PARCERIAS COM OS MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS. O

	GERENCIAMENTO SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E PRISIONAL DO SISTEMA PENITENCIÁRIO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMEROS DE PRESOS	10% SOBRE O NÚMERO MAIS RECENTE	1.947	20/09/2007	2.849

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1222	CONSTRUÇÃO DO PRESÍDIO FEMININO.	895.300,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	40	0	0,00
1223	CONSTRUÇÃO DO PRESÍDIO DE SEGURANÇA MÁXIMA NA REGIÃO SUDESTE.	197.979,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	40	0	0,00
1224	CONSTRUÇÃO DE CASA DE ALBERGADOS PARA EGRESSOS.	62.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1225	CONSTRUÇÃO DE PENITENCIÁRIA MASCULINA.	1.755.000,00	7.432,00	0,42	PERCENTUAL	20	0	0,00
1226	CONCURSO PÚBLICO PARA AGENTE PRISIONAL.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1239	IMPLANTAÇÃO DA CORREGEDORIA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO.	0,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	1	0	0,00
1240	IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DOS SERVIDORES PENITENCIÁRIOS.	244.000,00	133.042,19	54,53	UNIDADE	1	0,5	50,00
1241	APARELHAMENTO E ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NO ESTADO DO TOCANTINS.	748.640,00	14.081,53	1,88	PORCENTAGEM	75	10	13,33
1242	IMPLANTAÇÃO DE LAVANDERIA NOS PRESÍDIOS.	64.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
1243	ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO.	40.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	1	100,00
2288	CAPACITAÇÃO PARA SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL.	15.200,00	0,00	0,00	UNIDADE	552	0	0,00
2289	FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA REEDUCANDOS E EGRESSOS.	29.000,00	2.805,00	9,67	UNIDADE	120	0	0,00
2291	ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS APENADOS E EGRESSOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	140	0	0,00
2293	ALIMENTAÇÃO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA.	4.532.000,00	3.763.103,50	83,03	UNIDADE	1.409	1.409	100,00
2297	REMUNERAÇÃO DO TRABALHO DOS PRESOS.	10.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	200	0	0,00
TOTAL		**8.593.119,00**	**3.920.464,22**	**45,62**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Cidadania e Justiça.

QUADRO 87 - FINALÍSTICO - 0107

PROGRAMA - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	
Objetivo:	DESENVOLVER AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, BEM COMO ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE CULTURA DE RESPEITO, DE TOLERÂNCIA E DE VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE, IMPLANTANDO SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO COM VISTAS A PERMITIR O ACESSO A DIREITOS BÁSICOS DE CIDADANIA.
Justificativa:	DEVIDO AO ALTO ÍNDICE DE VIOLÊNCIA E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO ESTADO, TENDO 40 CASOS REGISTRADOS EM 2003, CONSTANDO INCLUSIVE NO RANKING INTERNACIONALDA ONU, BEM COMO, A PRECARIEDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.
Estratégia:	O PROGRAMA SERÁ DESENVOLVIDO POR UMA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR, QUE ELABORARÁ CONVÊNIOS E PARCERIAS COM ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES DOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO, NO SENTIDO DE DISPONIBILIZAR AOS SETORES MAIS VULNERÁVEIS DA SOCIEDADE TOCANTINENSE PRODUTOS E SERVIÇOS DESTINADOS À PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS. PARA TANTO, NECESSÁRIO SE FAZ CRIAR UM BANCO DE DADOS ATUALIZADO, COM CADASTRO DE TODOS OS COLABORADORES E VOLUNTÁRIOS E TODAS AS INFORMAÇÕES ATINENTES AO PROGRAMA. PARA O APOIO PEDAGÓGICO, PSICOSSOCIAL E JURÍDICO, NECESSÁRIA A CONTRATAÇÃO OU DISPONIBILIZAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO, TAIS COMO PEDAGOGOS, PSICÓLOGOS, ADVOGADOS ETC. SERÃO FIRMADOS AINDA, CONVÊNIOS COM AS POLÍCIAS MILITAR E CIVIL, A FIM DE GARANTIR A SEGURANÇA E PROTEÇÃO DOS ENVOLVIDOS NO PROGRAMA. REUNIÕES DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO SERÃO FEITAS TRIMESTRALMENTE, E AINDA, VISITAS DE INTERCÂMBIO E TROCA DE EXPERIÊNCIAS COM OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO. AS AÇÕES SERÃO DESENVOLVIDAS EM ÂMBITO ESTADUAL, MAS, DE FORMA GRADATIVA.

Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Nº DE PESSOAS ATENDIDAS	(TOTAL DE DENÚNCIAS INVESTIGADAS / TOTAL DE CASOS DENUNCIADOS) X 100	16.819	31/10/2007	32.819

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1238	CRIAÇÃO DE BANCO DE DADOS RELATIVO A COMUNIDADE TRADICIONA AFRO-DESCENDENTES E POVOS INDÍGENAS.	16.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	33	0	0,00
1244	IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	20	0	0,00
2298	CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIDORES DA SECIJU.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	150	0	0,00
2300	REALIZAÇÃO DE EVENTOS SOBRE OS DIREITOS HUMANOS.	210.000,00	20.175,75	9,61	UNIDADE	5	3	60,00
2301	BALCÃO DA CIDADANIA.	1.994.981,00	997.556,32	50,00	UNIDADE	24.300	67.407	277,40
2302	DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES E EVENTOS PROMOVIDOS ATRAVÉS DA SECIJU.	1.888.305,00	1.653.893,06	87,59	UNIDADE	10	10	100,00
2306	IMPLANTAÇÃO DE ESTUDO VISANDO PROMOVER AUTONOMIA E AUTO-SUSTENTABILIDADE DOS POVOS INDÍGENAS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
2307	REALIZAÇÃO DE EVENTOS VOLTADOS À PREVENÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
2429	INCENTIVO AO PROCESSO DE AUTO RECONHECIMENTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS.	15.000,00	7.920,00	52,80	PORCENTAGEM	20	10	50,00
TOTAL		**4.124.286,00**	**2.679.545,13**	**64,97**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Cidadania e Justiça.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
40.200.315,00	33.029.385,86	82,16	7.170.929,14

3.1.14 SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Secretaria de Ciência e Tecnologia, foi criada em 29 de novembro de 2005, por meio do Decreto n.º 2.588, sob forma de órgão Público do Poder Executivo Estadual, como pessoa jurídica de direito público, porém, somente no dia 1º de fevereiro de 2006, iniciou suas atividades com a nomeação do primeiro secretário desta pasta, através do Ato n.º 706 NM, de 31 de janeiro de 2006, Diário Oficial n.º 2.097, de 01 de fevereiro de 2006. A estrutura operacional do órgão está combinado com os Decretos n.º 3.454 e n.º 3.456, ambos do dia 08 de agosto de 2008 (dispõem, respectivamente, que a Assessoria de Comunicação e o NUSCIN têm sua unidades setoriais nas respectivas estruturas operacionais dos órgãos e entidades), e por meio do Anexo Único ao Decreto n.° 3.460, de 12 de agosto de 2008, Diário Oficial n.º 2.711, de 14 de agosto de 2008, onde hoje encontra-se constituída de 3 Assessorias diretas ao Gabinete do Secretário, 4 Diretorias e 12

Coordenações. O Decreto n.° 3.337, de 9 de abril de 2008, Diário Oficial n.° 2.627, de 10 de abril de 2008, dispõe sobre a transferência da competência das escolas técnicas para esta Pasta.

A Secretaria tem vinculado em sua estrutura um órgão de decisão colegiada, o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia - CECT, que é composto por treze membros e respectivos suplentes de entidades que reconhecidamente têm em suas atividades envolvimento com Ciência, e Tecnologia. Esse Conselho, dentre as suas várias competências, deve formular a Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de acordo com os interesses do Estado, apreciando e aprovando os planos e programas que traduzam tal política. Ainda, vinculada a estrutura da Pasta a Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS e REDESAT.

Tem como missão fomentar as atividades de pesquisa científica e tecnológica que possam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Estado. Tem por finalidade e competência: formular, fomentar e executar as ações de política estadual de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação; planejar; promover e apoiar ações e atividades de incentivo à ciência, as ações de ensino superior, pesquisa científica e extensão; instituir e gerir centros tecnológicos; e gerenciar os fundos estaduais pertinentes, respeitando as suas legislações específicas. Os objetivos são: contribuir para a consolidação, expansão e aprimoramento da base física de apoio às iniciativas científicas e de desenvolvimento tecnológico, instalada no Estado; concorrer para a capacitação dos recursos humanos dedicados ao ensino, pesquisa científica, desenvolvimento experimental e serviços técnicos, atuantes nas instituições que integram o Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia; contribuir para a capacitação profissional da força de trabalho do Estado, no sentido de viabilizar investimentos geradores de trabalho e renda; contribuir para a modernização do sistema produtivo do Estado e para transformação da sua base técnica, através do uso intensivo da ciência, tecnologia, inovação, educação profissional e educação superior; contribuir para inserção de conhecimento científico e tecnológico nos processos de produção de bens e serviços, com resultados na melhoria da produtividade e da qualidade dos produtos gerados; contribuir para a conservação dos recursos naturais renováveis, de maneira a torná-los fonte permanente de renda para suporte de desenvolvimento sócio-econômico. Têm como público alvo à sociedade acadêmica, pesquisadores, IES – Instituição de Ensino Superior, empresas públicas e privadas de base tecnológicas.

As atribuições da Secretaria de Ciência e Tecnologia foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa Apoio Administrativo. Para este programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 12.015.400,00**, com execução de **R$ 11.755.361,61**, como demonstrados no quadro a seguir.

QUADRO 88 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	735.150,00	588.369,73	80,03	146.780,27
Manutenção de Serviços de Transportes	116.050,00	78.543,87	67,68	37.506,13
Manutenção de Recursos Humanos	11.050.000,00	11.002.613,98	99,57	47.386,02
Ações de Informática	114.200,00	85.834,03	75,16	28.365,97
TOTAL	**12.015.400,00**	**11.755.361,61**	**97,84**	**260.038,39**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria de Ciência e Tecnologia.

3.1.15 SECRETARIA DO GOVERNO

A Secretaria do Governo instituída pelo Decreto n.º 1.128, de 19 de fevereiro de 2001, teve sua estrutura alterada quando da edição do Decreto n.º 1.483, de 12 de abril de 2002, que incorporou suas atribuições às da então Secretaria da Justiça denominando-a Secretaria do Interior e Justiça, situação que perdurou até a março de 2003, quando a Secretaria do Governo foi recriada em 13 de março de 2003, pelo Decreto Nº 1.718, sucessora da antiga Secretaria teve sua última alteração na estrutura com base na Lei Estadual n.º 1.950, de 7 de agosto de 2008, e no Decreto n.º 3.460, de 12 de agosto de 2008, e com a competência de coordenar as ações políticas do Governo; acompanhar as matérias afetas aos Poderes do Estado e às instituições vinculadas e cooperantes e da execução das ordens emanadas do Governador do Estado; a articulação com os municípios, os Poderes Legislativo e Judiciário, a representação do Estado no Congresso Nacional, os segmentos organizados e as comunidades, as lideranças políticas e sociais.

A estrutura atual da Secretaria de Governo está organizada com base no Decreto n.° 2.928, de 16 de janeiro de 2007.

Essas atribuições e atividades foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos Programas de Apoio Administrativo e de Gestão de Políticas Públicas. Para este programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 36.878.827,00**, com execução de **R$ 36.283.566,02**, como demonstrado nos quadros a seguir.

QUADRO 89 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.001.915,00	756.407,61	75,50	245.507,39
Manutenção de Serviços de Transportes	639.500,00	510.932,12	79,90	128.567,88
Manutenção de Recursos Humanos	34.061.778,00	34.004.411,99	99,83	57.366,01

Ações de Informática	120.000,00	100.462,95	83,72	19.537,05
TOTAL	**35.823.193,00**	**35.372.214,67**	**98,74**	**450.978,33**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria do Governo.

QUADRO 90 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0132

PROGRAMA – GESTÃO DAS POLÍTICAS DE GOVERNO	
Objetivo:	FORTALECER A GESTÃO DA POLÍTICA DE GOVERNO, ARTICULANDO OS DIVERSOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS, NÃO-GOVERNAMENTAIS, ENTIDADES CIVIS REPRESENTATIVAS E INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM A FINALIDADE DE INTEGRAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS.
Justificativa:	PROPORCIONAR AOS GESTORES MUNICIPAIS E VEREADORES, CONHECIMENTOS TECNICOS ATRAVES DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO, ENCONTROS REGIONAIS, QUE OS LEVEM A ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DISPONIBILIZADOS PELOS MINISTERIOS, REALIZANDO OFICINAS E/OU SEMINARIOS SOBRE ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA CAPACITAÇÃO DE RECURSOS E FORMALIZANDO CONSORCIOS INTERDISCIPLINARES PARA APROVEITAMENTO E MULTIPLICAÇÃO DA CAPITAL INTELECTUAL NOS MUNICIPIOS.
Estratégia:	INTEGRAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GOVERNO POR MEIO DE MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE E POLÍTICOS, DESENVOLVENDO AÇÕES QUE ARTICULEM OS DIVERSOS SEGMENTOS DA SOCIEDADE COM UMA MESMA FINALIDADE; CAPACITANDO E CERTIFICANDO SOCIAL E PROFISSIONALMENTE DIVERSOS GRUPOS DA SOCIEDADE, POR MEIO DE CURSOS DISPONIBILIZADOS PELA SECRETARIA, ELABORANDO E DISTRIBUINDO CARTILHAS E APOSTILAS EDUCATIVAS; REALIZANDO PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICAS E POLÍTICAS; DESCENTRALIZANDO AS AÇÕES SOCIAIS EM DEMANDAS ITINERANTES, CONTRATANDO CONSULTORIAS; CERTIFICANDO RESULTADOS ALCANÇADOS PELAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO GOVERNO
Prazo de Execução:	2009-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	NÚMERO DE MUNICÍPIO ATENDIDOS / NÚMERO TOTAL DE MUNICÍPIO X 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2242	INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.	450.312,00	383.351,35	85,13	UNIDADE	50	56,82	113,64
2243	ASSESSORAMENTO A GESTÃO MUNICIPAL.	46.322,00	0,00	0,00	UNIDADE	50	0	0,00
2244	ASSISTÊNCIA A ENTIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS.	31.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	50	0	0,00
2245	IMPLANTAÇÃO DE BANCO DE DADOS INSTITUCIONAL.	528.000,00	528.000,00	100,00	UNIDADE	1	1,51	151,00
TOTAL		**1.055.634,00**	**911.351,35**	**86,33**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria do Governo.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
36.878.827,00	36.283.566,02	98,39	595.260,98

3.1.16 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

A Secretaria da Administração tem a missão de buscar o fortalecimento e a excelência da gestão pública estadual, promovendo a modernização da atividade administrativa, com foco no acompanhamento de resultados e na qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado do Tocantins. Tendo o Poder Executivo como público alvo, a Secretaria da Administração

deve ser referência em modernização da gestão pública. Sua finalidade é a orientação normativa e o controle técnico dos sistemas administrativos de Pessoal, Material, Patrimônio e Serviços Gerais, gerindo os subsistemas de registro e controle de pessoal, recrutamento, seleção e treinamento, correição administrativa e regime disciplinar, direitos e deveres dos servidores públicos estaduais, bem como controlar e coordenar a situação dos bens móveis e semoventes do Poder Executivo Estadual.

As atribuições da Secretaria da Administração foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos Programas de Apoio Administrativo e de Gestão de Políticas Públicas. Para esses ações foram autorizados recursos da ordem de **R$ 12.870.478,00**, com execução de **93,72%**, ou seja, de **R$ 12.061.593,04**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 91 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	848.453,00	813.126,89	95,84	35.326,11
Manutenção de Serviços de Transportes	81.615,00	81.613,79	100,00	1,21
Manutenção de Recursos Humanos	10.347.587,00	10.347.460,14	100,00	126,86
Ações de Informática	350.850,00	341.488,98	97,33	9.361,02
TOTAL	**11.628.505,00**	**11.583.689,80**	**99,61**	**44.815,20**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Administração.

QUADRO 92 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0055

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO DA GESTÂO PÚBLICA

Objetivo:	BUSCAR O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO SERVIDOR E SOCIEDADE ATREAVÉS DA GESTÃO INSTITUCIONAL, DE LOGÍSTICA E DE RECURSOS HUMANOS.
Justificativa:	NO DIAGNÓSTICO ELABORADO POR OCASIÃO DOS ENCONTROS REGIONAIS REALIZADOS NO ESTADO, FORAM IDENTIFICADOS, DENTRE OUTROS, PROBLEMAS DE DEFICIÊNCIA GERENCIAL, AUSÊNCIA DO SETOR PÚBLICO, CENTRALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E BUROCRACIA. NA BUSCA DE SOLUÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DESSES PROBLEMAS, FOI CONCEBIDO O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA, SOB A ÓTICA DA MODERNA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÉGIDE DA VONTADE POLÍTICA DO GOVERNO ESTADUAL, SURGINDO COM ISSO A NECESSIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM NOVO MODELO GERENCIAL VOLTADO PARA O CUMPRIMENTO DE METAS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS, TENDO COMO PRINCÍPIOS BÁSICOS A GESTÃO PARTICIPATIVA, A GERÊNCIA DE PROCESSOS, A TRANSPARÊNCIA, A MELHORIA CONTÍNUA DOS SERVIÇOS E A GARANTIA DA SATISFAÇÃO DO CIDADÃO. O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA APRESENTA COMO CONDICIONANTES FAVORÁVEIS À SUA IMPLEMENTAÇÃO, DENTRE OUTROS, A FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA ENTRE O ESTADO DO TOCANTINS E O GOVERNO FEDERAL, NO TOCANTE À IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DO PORTE DO PNAGE - PROGRAMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO DOS ESTADOS E DO GESPÚBLICA - PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA E DESBUROCRATIZAÇÃO, AMBOS VOLTADOS PARA A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E CONSEQUENTEMENTE, PARA A EXCELÊNCIA DA PERFORMANCE DA MÁQUINA PÚBLICA. A NÃO-PRIORIZAÇÃO DO PROGRAMA PROPOSTO E SUAS AÇÕES ESTRUTURANTES PODERÁ ACARRETAR EM CONSEQÜÊNCIAS IMPREVISÍVEIS QUANTO À VIDA ÚTIL DOS SISTEMAS DESATUALIZADOS QUE ORA OPERAMOS E, EM FACE DA MODERNIZAÇÃO PREVISTA PARA O ESTADO, EM ENTRAVES E DANOS SIGNIFICATIVOS PARA AS AÇÕES FINALÍSTICAS EXECUTADAS PELOS DEMAIS ÓRGÃOS E UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, DEPENDENTES DIRETAMENTE DA EFICIÊNCIA DA ATIVIDADE-MEIO PARA O ALCANCE DOS SEUS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS.
Estratégia:	APERFEIÇOAMENTO E MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS, DOS MODELOS E SISTEMAS DE GESTÃO, DOS SISTEMAS DE PESSOAL E DE PATRIMÔNIO, BEM COMO O APRIMORAMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS PARA O EXERCÍCIO DE UMA FUNÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE, REGIDA PELOS PRINCÍPIOS DA TRANSPARÊNCIA, RESPONSABILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO, FORMATANDO ASSIM UMA GESTÃO PÚBLICA ORIENTADA PARA RESULTADOS E PARA O CIDADÃO, ATRAVÉS DE PARCERIAS COM A SEPLAN, SEFAZ E OUTROS ÓRGÃOS DE GESTÃO.

Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	(TOTAL DE CIDADÃOS SATISFEITOS / TOTAL DE CIDADÃOS ATENDIDOS) * 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1109	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DOS PROCESSOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1110	IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE FORTALECIMENTO DE RECURSOS HUMANOS.	669.246,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1111	IMPLANTAÇÃO DE MODELOS DE GESTÃO NO PODER EXECUTIVO.	68.251,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1115	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA E DESBUROCRATIZAÇÃO NO PODER EXECUTIVO ESTADUAL – GESPÚBLICA.	800,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	25	0	0,00
1116	REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA SECAD.	22.750,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	50	0	0,00
1221	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE SERVIÇO RÁPIDO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO – É PRA JÁ.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
2157	SERVIÇO RÁPIDO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO – É PRA JÁ.	480.926,00	477.903,24	99,37	UNIDADE	193.000	392.787	203,52
TOTAL		**1.241.973,00**	**477.903,24**	**37,48**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Administração.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
12.870.478,00	12.061.593,04	93,72	808.884,96

3.1.17 SECRETARIA DA FAZENDA

A Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins – SEFAZ, tem sua base legal instituída na Lei n.º 001, de 23 de janeiro de 1989, publicada no DOE n.º 004, de 16 de fevereiro de 1989, com as alterações posteriores, bem como o Decreto n.º 3.899, de 3 de dezembro de 2009, publicado no DOE nº 3.030, de 4 de dezembro de 2009.

À Secretaria da Fazenda são atribuídas as seguintes com petências:

I – formular, coordenar e executar funções do sistema tributário do Estado, compreendendo tributação, arrecadação e fiscalização;

II – gerir os sistemas financeiro e contábil do Tesouro Estadual;

III – elaborar, coordenar e executar a programação financeira e contábil mensal e anual do Tesouro do Estado;

IV – manter e controlar:

a) o equilíbrio financeiro do Tesouro Estadual;

b) os compromissos que onerem direta ou indiretamente o Tesouro Estadual;

c) as operações de crédito de responsabilidade direta ou indireta do Estado;

d) os sistemas de informação destinados a realizar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentário-financeira do Tesouro;

V – gerir a Conta Única do Tesouro Estadual;

VI – adquirir bens e serviços;

VII – emitir atestado ou declaração de regularidade do Estado quanto ao cumprimento das obrigações principais e acessórias previstas nas Constituições Federal e Estadual e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tem como missão maximizar a arrecadação para suprir o Estado com os recursos financeiros necessários ao seu desenvolvimento econômico e social, e seu objetivo é dotar a Secretaria da Fazenda de condições técnicas, instrumentais e de instalações objetivando o incremento da arrecadação e introduzir a Educação Tributária para o melhor atendimento ao cidadão.

As atribuições da Secretaria da Fazenda foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos Programas de Apoio Administrativo, Finalísticos e de Gestão de Políticas Públicas. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 136.125.442,00**, com execução de **R$ 121.519.918,31**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 93 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	19.714.500,00	18.080.229,17	91,71	1.634.270,83
Manutenção de Serviços de Transportes	1.794.704,00	1.403.514,65	78,20	391.189,35
Manutenção de Recursos Humanos	96.586.873,00	96.555.911,88	99,97	30.961,12
Ações de Informática	1.374.000,00	995.489,41	72,45	378.510,59
TOTAL	**119.470.077,000**	**117.035.145,11**	**97,96**	**2.434.931,89**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Fazenda.

QUADRO 94 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0021

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRAÇÃO FISCAL	
Objetivo:	DOTAR A SECRETARIA DA FAZENDA DE CONDIÇÕES TÉCNICAS, TECNOLÓGICAS, INSTRUMENTAIS E DE INSTALAÇÕES, OBJETIVANDO O INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO, APRIMORANDO A EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA PARA O MELHOR ATENDER AO CIDADÃO.
Justificativa:	A SECRETARIA DA FAZENDA ESTÁ REALIZANDO ESFORÇOS NO SENTIDO DE APRIMORAR O PLANEJAMENTO O QUE IRÁ PROPORCIONAR MAIOR AGILIDADE NA GESTÃO DE SUA ADMINISTRAÇÃO, BEM COMO MELHORAR O DESEMPENHO DOS SERVIDORES E A SEGURANÇA NO ACESSO AS INFORMAÇÕES, NECESSÁRIAS AO BOM ATENDIMENTO AO CIDADÃO, OBJETIVANDO O CONSTANTE CRESCIMENTO DA ARRECADAÇÃO.
Estratégia:	IMPLEMENTAR AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E COLOCÁ-LAS EM FUNCIONAMENTO; DOTAR AS DELEGACIAS, POSTOS FISCAIS E AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO E SEDE DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS NECESSÁRIOS PARA O SEU FUNCIONAMENTO; CONTRATAR CONSULTORIA PARA REDESENHAR PROCESSOS E DESENVOLVER SISTEMAS INTEGRADOS DE INFORMAÇÕES; INTERLIGAR AS UNIDADES DA SEFAZ; CONSTRUIR, REFORMAR, MANTER E MOBILIAR A SEDE E UNIDADES DA SEFAZ; FIRMAR CONVÊNIOS E PARCERIAS COM ÓRGÃOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS PARA IMPLEMENTAR AS AÇÕES DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL; TODAS AS AÇÕES SERÃO REALIZADAS DENTRO DAS NORMAS VIGENTES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ICMS AÇÃO FISCAL EM AUDITORIA DE EMPRESAS	-	6,76	2009	15
PARTICIPAÇÃO DO ICMS AÇÃO FISCAL DE MERCADORIAS TRÂNSITO	-	1,56	2009	5
VOLUME DE RECEITA TRIBUTÁRIA PARCELADA	(ESTOQUE DE VALORES PARCELADOS / RECEITA TRIBUTÁRIA ARRECADADA) X 100	38,67	2009	0
RECEITA TRIBUTÁRIA RECUPERADA	(RECEBIMENTO DE DÉBITOS VENCIDOS / ESTOQUE DE DÉBITOS VENCIDOS) X 100	2,37	2009	3
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	(QUANTIDADE DE SISTEMAS DESENVOLVIDOS E IMPLEMENTADOS / QUANTIDADE DE SISTEMAS PLANEJADOS) X 100	80	2009	100
PREVISÃO E REALIZAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA	(RECEITA REALIZADA / RECEITA ORÇADA) X 100	95,62	2009	98
ALCANCE DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	(QUANTIDADE DE SERVIDORES CAPACITADOS E TREINADOS/QUANTIDADE TOTAL DE SERVIDOR) X 100	52	2009	100
OMISSÃO IPVA	-	82,43	2009	5
RECEITA TRIBUTÁRIA SUSPENSA POR CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO	-	3,15	2009	100
QUANTIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE COBRANÇA	(QUANTIDADE TOTAL DAS AÇÕES DE COBRANÇA / QUANTIDADE TOTAL DE DÉBITOS VENCIDOS) X 100	90	2009	95
PARTICIPAÇÃO DE DECLARANTES NA BASE CADASTRAL	TOTAL DE DECLARANTES DO ICMS / TOTAL DE INSCRITOS NO CADASTRO ATIVO) X 100	55,10	2009	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1130	CONSTRUÇÃO DO AMBIENTE FISICO DAS UNIDADES FISCAIS.	3.054.021,00	1.584.369,67	51,88	UNIDADE	2	1	50,00
1131	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO AMBIENTE FISICO DAS UNIDADES FISCAIS.	1.740.623,00	1.472.984,56	84,62	UNIDADE	10	6	60,00
1132	AMPLIAÇÃO E RENOVAÇÃO DAS UNIDADES MÓVEIS DAS REGIONAIS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	25	0	0,00
1133	IMPLEMENTAÇÃO E RENOVAÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS DAS REGIONAIS.	235.640,00	88.300,00	37,47	UNIDADE	262	109	41,60
1134	MODERNIZAÇÃO DA SEDE E ANEXOS DA SECRETARIA DA FAZENDA.	251.311,00	175.515,19	69,84	UNIDADE	1	1	100,00
1135	AMPLIAÇÃO E RENOVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DAS REGIONAIS.	150.000,00	61.509,00	41,01	UNIDADE	318	75	23,58
1136	IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS TRIBUTÁRIO, ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO.	10.493.124,00	690.966,00	6,58	PERCENTAGEM	100	7	7,00
2200	DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DE GOVERNO.	495.687,00	270.113,82	54,49	UNIDADE	6.000	5.790	96,50
2201	MANUTENÇÃO DO AMBIENTE FÍSICO DAS UNIDADES FISCAIS.	80.400,00	67.923,71	84,48	UNIDADE	25	5	20,00
TOTAL		**16.500.806,00**	**4.411.681,95**	**26,74**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Fazenda.

QUADRO 95 – FINALÍSTICO - 0023

PROGRAMA - PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FISCAL	
Objetivo:	IMPLEMENTAR, PROMOVER E INSTITUCIONALIZAR O PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FISCAL.
Justificativa:	O ESTADO PARA SE MODERNIZAR NECESSITA PROPORCIONAR CAPACITAÇÕES, APRIMORAMENTO E FORMAR UMA A CONSCIÊNCIA CIVICA, CULTURAL E FISCAL DOS SERVIDORES PUBLICOS, ALUNOS E SOCIEDADE EM GERAL, OBJETIVANDO A RESPONSABILIDADE SOCIAL.
Estratégia:	CAPACITAR GESTORES E SERVIDORES PÚBLICO, FORMAR MULTIPLICADORES DO PROGRAMA, COORDENAR E MONITORAR O PROGRAMA ATRAVÉS DE VISITAS TÉCNICAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PROFESSORES E TÉCNICOS FORMADOS	(PROFESSORES E TÉCNICOS FORMADOS / NÚMERO VAGAS OFERTADAS PELO PNEF) X 100.	37	2009	100
GESTORES E SERVIDORES PÚBLICOS QUALIFICADOS	(GESTORES E SERVIDORES PUBLICO CAPACITADO/NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS PELO PNEF) x 100	74	2009	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2202	CAPACITAÇÃO DE GESTORES E SERVIDORES PÚBLICOS.	29.547,00	7.563,25	25,60	UNIDADE	65	48	73,85
2203	FORMAÇÃO CONTINUADA DOS AGENTES MULTIPLICADORES.	95.012,00	51.540,00	54,25	UNIDADE	1.800	670	37,22
2204	COORDENAÇÃO E MONITORAMENTO DO PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FISCAL.	30.000,00	13.988,00	46,63	PERCENTAGEM	100	46,63	46,63
TOTAL		**154.559,00**	**73.091,25**	**47,29**	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Fazenda.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
136.125.442,00	121.519.918,31	89,27	14.605.523,69

3.1.18 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

A Secretaria da Educação e Cultura foi criada por meio da Lei n.º 001, de 23 de janeiro de 1989, alterada pela Lei n.º 1.124, de 1° de fevereiro de 2000, revogada pela Lei n.° 1.950, de 7 de agosto de 2008, bem como pelo Decreto n.° 2.916, de 2 de janeiro de 2007, revogado pelo Decreto n.° 3.453, de 8 de agosto de 2008, com a função de garantir a execução, supervisão e controle da ação de Governo relativa à Educação e Cultura, com vistas a promover a expansão do atendimento e a melhoria da qualidade do Ensino.

Sua missão consiste em garantir a todos o acesso, a permanência e o sucesso na educação básica, assegurando a gestão democrática e a inovação educacional.

As atribuições institucionais da Secretaria da Educação e Cultura foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos Programas de Apoio

Administrativo e Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 793.860.756,00**, com execução de **83,16%**, ou seja, de **R$ 660.171.309,62,** como demonstram os quadros a seguir.

QUADRO 96 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	16.607.997,00	13.050.977,04	78,58	3.557.019,96
Manutenção de Serviços de Transportes	4.546.890,00	1.898.426,03	41,75	2.648.463,97
Manutenção de Recursos Humanos	65.469.381,00	60.575.359,85	92,52	4.894.021,15
Ações de Informática	1.015.740,00	712.646,29	70,16	303.093,71
TOTAL	**87.640.008,00**	**76.237.409,21**	**86,99**	**11.402.598,79**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Educação e Cultura.

QUADRO 97 – FINALÍSTICO - 0027

PROGRAMA - QUALIDADE DA ESTRUTURA FÍSICA E EQUIPAMENTOS

Objetivo:	GARANTIR A ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E EQUIPAMENTOS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, DOTANDO-A DOS MEIOS NECESSÁRIOS À SEGURANÇA DOS USUÁRIOS E DE ELEMENTOS FAVORÁVEIS À APRENDIZAGEM.
Justificativa:	DURANTE OS ENCONTROS REGIONAIS PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2008-2011, A COMUNIDADE ALERTOU PARA A NECESSIDADE DE MELHORAR A ESTRUTURA FÍSICA E O APARELHAMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES. NOS ÚLTIMOS ANOS A SEDUC TEM INVESTIDO SIGNIFICATIVAMENTE EM ADEQUAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E EQUIPAMENTOS, COM VISTAS A PROPORCIONAR AMBIÊNCIA SALUBRE E CONFORTÁVEL, ADEQUADOS AO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM. PORÉM, AINDA FAZ-SE NECESSÁRIO A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS, AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS EDUCACIONAIS.
Estratégia:	O PROGRAMA SERÁ IMPLEMENTADO A PARTIR DE LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DE CONSTRUÇÕES, REFORMAS, MELHORIAS E AMPLIAÇÕES NA REDE FÍSICA ESTADUAL DE ENSINO E DEMAIS ESTRUTURAS QUE INTEGRAM O COMPLEXO EDUCACIONAL DO ESTADO. OS PROJETOS, ORÇAMENTOS, LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS QUE EXECUTARÃO AS OBRAS, BEM COMO A FISCALIZAÇÃO E MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO REALIZADOS PELA SEDUC E/OU SEINF, OU AINDA, DE FORMA DESCENTRALIZADA PELA UNIDADE ESCOLAR. O ACOMPANHAMENTO E PAGAMENTO DE TODAS AS ETAPAS ATÉ A CONCLUSÃO DAS OBRAS FICARÃO A CARGO DA SEDUC.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE UNIDADES ESCOLARES REFORMADAS E/OU AMPLIADAS	(NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES REFORMADAS E/OU AMPLIADAS DIVIDIDO PELO NÚMERO DE ESCOLAS DO ESTADO) VEZES CEM	37	2008	83
TAXA DE UNIDADES ESCOLARES CONSTRUÍDAS	(NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES CONSTRUÍDAS DIVIDIDO PELO NÚMERO DE ESCOLAS DO ESTADO) VEZES CEM	4,07	2008	7,77

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1086	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES.	276.536,00	0,00	0,00	PERCENTAGEM	50	0	0,00
1087	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL.	16.069.317,00	1.516.700,65	9,44	UNIDADE	34	0	0,00
1088	AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL.	4.871.290,00	3.929.271,13	80,66	UNIDADE	39	0	0,00
1089	AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO MÉDIO.	5.756.574,00	4.289.716,62	74,52	UNIDADE	8	0	0,00
1090	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO.	5.444.948,00	4.179.311,78	76,76	UNIDADE	7	0	0,00
1091	AMPLIAÇÃO DE DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO.	336.136,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
1092	CONSTRUÇÃO DE NÚCLEO DE ENSINO ESPECIAL.	2.600.000,00	0,00	0,00	PERCENTAGEM	25	0	0,00

1093	REFORMA DAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO MÉDIO.	5.120.426,00	2.946.680,18	57,55	UNIDADE	9	0	0,00
1094	REFORMA DE DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO.	2.525.789,00	1.247.039,31	49,37	UNIDADE	6	2	33,33
1095	REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL.	3.724.969,00	2.913.220,56	78,21	UNIDADE	31	0	0,00
1096	CONSTRUÇÃO DE DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
1207	RESTAURAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DIDÁTICOS MÓVEIS DE CIÊNCIAS DAS UNIDADES ESCOLARES.	440.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	111	0	0,00
2071	APARELHAMENTO DE UNIDADE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMANTAL.	10.962.255,00	9.872.449,72	90,06	UNIDADE	416	416	100,00
2072	APARELHAMENTO DE UNIDADE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO.	15.409.333,00	8.610.095,62	55,88	UNIDADE	293	210	71,67
2402	REFORMA DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS ESCOLARES.	500.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	12.500	0	0,00
TOTAL		**74.037.573,00**	**39.504.485,57**	**53,36**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Educação e Cultura

OBS.: O PROGRAMA TEVE DESEMPENHO SATISFATÓRIO NO QUE SE REFERE À REALIZAÇÃO DAS AÇÕES RELATIVAS AS ATIVIDADES DE APARELHAMENTO. QUANTO AS DEMAIS AÇÕES, POR SE TRATAREM DE PROJETOS, CUJAS TAXAS DE AFERIÇÃO SÓ PODEM SER MEDIDAS APÓS A CONCLUSÃO DAS OBRAS, NÃO FOI POSSÍVEL MEDI-LAS FISICAMENTE, UMA VEZ QUE AS OBRAS NÃO FORAM CONCLUÍDAS NO EXERCÍCIO, PORÉM, COMO SE PODE PERCEBER PELA EXECUÇÃO FINANCEIRA, O PROGRAMA ATINGIU UM ÍNDICE RAZOÁVEL DE EXECUÇÃO, PRINCIPALMENTE EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES DE AMPLIAÇÃO E REFORMA QUE APRESENTARAM OS SEGUINTES DESEMPENHOS: AÇÃO 1088 - DAS 39 OBRAS PREVISTAS, 35 SE ENCONTRAM EM ANDAMENTO; AÇÃO 1089 - 35 OBRAS SE ENCONTRAM EM ANDAMENTO, SUPERANDO EM 27 A META PREVISTA; AÇÃO 1093 - 24 OBRAS SE ENCONTRAM EM ANDAMENTO, SUPERANDO EM 15 A META PREVISTA; AÇÃO 1095 - DAS 31 OBRAS PREVISTAS, 27 ESTÃO EM ANDAMENTO. DESTA FORMA, GARANTIU-SE A REALIZAÇÃO DESSAS OBRAS, EM 2010, COM A DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS ÀS ASSOCIAÇÕES DE APOIO ÁS UNIDADES ESCOLARES, ATRAVÉS DO PROGRAMA ESCOLA COMUNITÁRIA DE GESTÃO COMPARTILHADA, ASSEGURANDO DESTA FORMA, A EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DA REDE FÍSICA ESCOLARES.

QUADRO 98 - FINALÍSTICO - 0049

PROGRAMA - VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	
Objetivo:	PROMOVER A VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO, POR MEIO DE AÇÕES VOLTADAS PARA A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA, AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO SERVIDOR, IMPLEMENTAÇÃO DO PCCS, PROMOÇÃO DA SAÚDE E MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DESTES SERVIDORES.
Justificativa:	A SEDUC POSSUI UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA GESTORES ESCOLARES, PROFESSORES, COORDENADORES E ALGUMAS FUNÇÕES DE SUPORTE ADMINISTRATIVO, TODAVIA, OBSERVA-SE QUE AINDA HÁ DESARTICULAÇÃO ENTRE O PROGRAMA DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA, PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE SERVIDORES E LOTAÇÃO DE PESSOAS. MEDIANTE O EXPOSTO, FAZ-SE NECESSÁRIO À IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS QUE CONTEMPLE UM SISTEMA DE AVALIAÇÃO CAPAZ DE IDENTIFICAR, ORIENTAR, ARTICULAR E SUBSIDIAR A QUALIFICAÇÃO E A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LOTADOS NESTA SECRETARIA BEM COMO A MELHORIA NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA COM FOCO NAS NECESSIDADES DESSES PROFISSIONAIS E DO SISTEMA EDUCACIONAL. NO QUADRO ATUAL DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO 35% ESTÃO ATUANDO FORA DA DISCIPLINA DE SUA FORMAÇÃO, 20% ENCONTRAM-SE AFASTADOS POR PROBLEMA DE SAÚDE E, COM OBJETIVO DE MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS, ANUALMENTE 100% DOS SERVIDORES TÊM SEU DESEMPENHO AVALIADO.
Estratégia:	IMPLEMENTAÇÃO DE MÚLTIPLAS AÇÕES VOLTADAS PARA A PROMOÇÃO, A QUALIFICAÇÃO, A VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO, COMPREENDENDO A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA, AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO SERVIDOR, IMPLEMENTAÇÃO DO PCCS, PROMOÇÃO À SAÚDE, PREMIAÇÃO DOS SERVIDORES PELO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES EXITOSAS E MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO. AS AÇÕES SERÃO IMPLEMENTADAS DE FORMA DIRETA, ATRAVÉS DA SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO/DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS, ARTICULADA COM OS DEMAIS SETORES DA SEDUC.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE SERVIDORES AFASTADOS POR MOTIVO DE DOENÇA	RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE O NÚMERO DE LICENÇAS CONCEDIDAS E O NÚMERO DE SERVIDORES	20	dez/2006	8
TAXA DE PROFESSORES CAPACITADOS	PERCENTUAL ENTRE O NÚMERO DE PROFESSORES CAPACITADOS E O NÚMERO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA	98	dez/2006	100
TAXA DE GESTORES E TÉCNICOS CAPACITADOS	RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE O NÚMERO DE GESTORES E TÉCNICOS CAPACITADOS E O TOTAL DE SERVIDORES NESTAS FUNÇÕES	39,07	dez/2007	60
TAXA PROFESSORES EM EXERCÍCIO DE DOCÊNCIA ATUANDO FORA DA DISCIPLINA DE FORMAÇÃO	RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE O NÚMERO DE PROFESSORES ATUANDO FORA DA DISCIPLINA DE FORMAÇÃO E O NÚMERO TOTAL DE PROFESSORES EM EXERCÍCIO DE DOCÊNCIA	35	out/2007	29

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2073	FORMAÇÃO CONTINUADA DOS	5.422.907,00	4.593.936,86	84,71	UNIDADE	7.414	6.314	85,16

	PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL.							
2074	AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA.	100.000,00	74.790,00	74,79	UNIDADE	25	20	80,00
2075	FORMAÇÃO INICIAL DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO.	1.290.785,00	391.378,43	30,32	UNIDADE	6.925	2.250	32,49
2076	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE PROMOÇÃO À SAÚDE DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.	70.000,00	15.012,50	21,45	UNIDADE	13.589	15.000	110,38
2077	FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES E TÉCNICOS.	3.492.596,00	503.626,63	14,42	UNIDADE	5.722	3.317	57,97
2078	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO SERVIDOR.	116.707,00	71.853,16	61,57	UNIDADE	21.000	0	0,00
2079	MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - ENSINO FUNDAMENTAL.	357.976.984,00	349.721.674,84	97,69	UNIDADE	16.087	17.207	106,96
2080	MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - ENSINO MÉDIO.	85.893.209,00	54.841.586,76	63,85	UNIDADE	3.120	2.000	64,10
2081	FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO.	3.005.198,00	498.785,64	16,60	UNIDADE	3.261	580	17,79
2082	PREMIAÇÃO PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.	127.570,00	3.424,90	2,68	UNIDADE	48	0	0,00
2403	REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO.	179.600,00	33.970,56	18,91	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**457.675.556,00**	**410.750.040,28**	**89,75**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Educação e Cultura.

OBS.: O PROGRAMA ESTÁ SENDO EXECUTADO A CONTENTO, CONSIDERANDO QUE EM 2009, CONTABILIZOU-SE OS SEGUINTES INDICADORES: TAXA DE SERVIDORES AFASTADOS POR MOTIVO DE DOENÇA REDUZIDA DE 20% PARA 10%; TAXA DE PROFESSORES EM EXERCÍCIO DE DOCÊNCIA ATUANDO FORA DA DISCIPLINA DE FORMAÇÃO REDUZIDO DE 35% PARA 3%; TAXA DE GESTORES E TÉCNICOS CAPACITADOS ELEVADO DE 39,07% PARA 58% E TAXA DE PROFESSORES CAPACITADOS, TODOS OS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL RECEBERAM FORMAÇÃO CONTINUADA NO EXERCÍCIO DE 2008, PORÉM, EM 2009, PARTICIPARAM DA FORMAÇÃO CONTINUADA 65% DOS PROFESSORES EM EFETIVO EXERCÍCIO, NO ENTANTO, NÃO COMPROMETEU A EFICÁCIA DO PROGRAMA QUANTO AO PRESNTE INDICADOR, TENDO EM VISTA QUE A MAORIA DOS PROFESSORES QUE ATUAM NO ENSINO MÉDIO (ONDE APRESENTOU MENOR INDICE), ATUAM TAMBÉM NO ENSINO FUNDAMENTAL, SENDO ASSIM, COMTEMPLADOS COM A FORMAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL.

QUADRO 99 - FINALÍSTICO - 0061

PROGRAMA - PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Objetivo:	CONSOLIDAR A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO COLABORADORA NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE AMBIENTAL, SOB A ÓTICA DA EDUCAÇÃO FORMAL, NÃO-FORMAL E DA COMUNICAÇÃO SOCIAL.
Justificativa:	O PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL /PEEA É UM INSTRUMENTO DE GESTÃO QUE COLABORA NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE AMBIENTAL, FUNDAMENTAL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO, ENVOLVENDO DIVERSOS ATORES SOCIAIS COMO CO-RESPONSÁVEIS NA FORMAÇÃO DE UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL, VISANDO À FORMAÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA DOS CIDADÃOS. O TOCANTINS VEM IMPLEMENTANDO GRADUALMENTE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PEEA. ENTRETANTO ESSAS AÇÕES SÃO INSUFICIENTES PARA ATENDER A DEMANDA DO ESTADO, NECESSITANDO DE MAIS APORTE TÉCNICO E FINANCEIRO A FIM DE FORTALECER O PROCESSO EDUCATIVO, A MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO DOS INDIVÍDUOS TORNANDO-OS APTOS A AGIR INDIVIDUAL E COLETIVAMENTE RESOLVENDO OS PROBLEMAS AMBIENTAIS.
Estratégia:	ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO COLETIVA DE FORMA ARTICULADA, QUE FAÇAM AS PESSOAS REPENSAREM SUAS POSTURAS DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE, PROPICIANDO OS CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS À COMPREENSÃO DO MEIO AMBIENTE, DE MODO A FOMENTAR UMA CONSCIÊNCIA SOCIAL QUE PRODUZA ATITUDES E COMPORTAMENTOS SUSTENTÁVEIS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL, POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS CONTÍNUOS EM PARCERIA COM AS INSTITUIÇÕES QUE COMPÕEM A COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL /CIEA TO E DIVERSAS REDES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL; FORTALECER AS DIRETORIAS REGIONAIS DE ENSINO OFERECENDO, BIMESTRALMENTE, CAPACITAÇÃO AOS TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PELAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES, ABORDANDO A TEMÁTICA AMBIENTAL COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA EM PARCERIA COM OS ÓRGÃOS AMBIENTAIS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS COM AÇÕES ESTRATÉGICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	(Nº DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS / TOTAL DE MUNICÍPIOS DO ESTADO) X 100	-	-	-
TAXA DE ESCOLAS COM FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇAO AMBIENTAL	(NÚMERO DE ESCOLAS ATENDIDAS / TOTAL DE ESCOLAS DO ESTADO) X 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.

2083	IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMAL.	259.400,00	192.288,43	74,13	UNIDADE	352	225	63,92
TOTAL		**259.400,00**	**192.288,43**	**74,13**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Educação e Cultura.

OBS.: ESTE É UM PROGRAMA MULTISETORIAL DO QUAL A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PARTICIPA POR MEIO DA EXECUÇÃO DA AÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMAL. NO QUE COMPETE À SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA, PODE-SE AFIRMAR QUE O PROGRAMA ESTÁ SENDO EXECUTADO COM ÊXITO, UMA VEZ QUE JÁ FORAM CONTEMPLADOS 93% DOS MUNICÍPIOS E 79% DE ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL COM FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA TEMÁTICA AMBIENTAL. OS ÍNDICES ATUAL E DESEJADO INFORMADOS NO PROGRAMA, SÃO DE COMPETÊNCIA DA SECRETARIA DE RECURSOS HIDRICOS E MEIO AMBIENTE, GESTORA DO PROGRAMA. NO ENTANTO, ESTA SECRETARIA TEM COMO META ATINGIR 100% DOS MUNICÍPIOS E 80% DE ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL.

QUADRO 100 - FINALÍSTICO - 0062

PROGRAMA - APRIMORAMENTO DA GESTÃO EDUCACIONAL	
Objetivo:	APRIMORAR A QUALIDADE DA GESTÃO EDUCACIONAL NO SENTIDO DE ADEQUAR O PERFIL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, EFETIVAR A PARTICIPAÇÃO E O ENVOLVIMENTO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS E COMUNIDADE EM GERAL NAS DIVERSAS DIMENSÕES DA GESTÃO ESCOLAR.
Justificativa:	DO UNIVERSO DE 444 ESCOLAS COM MAIS DE 100 ALUNOS QUE REALIZARAM A AUTO-AVALIAÇÃO, SOMENTE 173 SE INSCREVERAM PARA PARTICIPAR DO PRÊMIO EM GESTÃO ESCOLAR, EM 2006 E, DESSAS SOMENTE 23,12% ATINGIRAM A MÉDIA DE 70% OU MAIS NOS INDICADORES DE QUALIDADE. EMBORA A GESTÃO DEMOCRÁTICA ESTEJA ASSEGURADA EM LEI, A PARTICIPAÇÃO DE ÓRGÃOS COLEGIADOS E COMUNIDADE NÃO ATINGIRAM NÍVEL SATISFATÓRIO; O PERFIL DA EQUIPE GESTORA NECESSITA SER MELHORADO; O PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A ESTRUTURA TECNOLÓGICA PARA A COLETA, TABULAÇÃO E AVALIAÇÃO DE DADOS SÃO INCIPIENTES. FAZ-SE NECESSÁRIA O FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA COM AÇÕES FOCADAS NA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS IDENTIFICADOS. A NÃO CRIAÇÃO DO PROGRAMA PODERÁ COMPROMETER A EFETIVIDADE NA DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL.
Estratégia:	IMPLANTAR SISTEMA DE GERENCIAMENTO INTEGRADO CAPAZ DE SUBSIDIAR A TOMADA DE DECISÕES, POR MEIO DA CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS PARA DESENVOLVER E IMPLANTAR FERRAMENTA GERENCIAL (SOFTWARE); CAPACITAÇÃO DE MEMBROS DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS NA MODALIDADE PRESENCIAL E A DISTÂNCIA; REALIZAR PROCESSO SELETIVO E CERTIFICAÇÃO DE LIDERANÇAS, IMPLEMENTAR AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL ATRAVÉS DA REALIZAÇÃO DE PESQUISA E PRODUÇÃO DE RELATÓRIOS; EXPANDIR O VOLUNTARIADO NA ESCOLA POR MEIO DE MAPEAMENTO DA DEMANDA, MOBILIZAÇÃO E CADASTRAMENTO DE VOLUNTÁRIOS EM PARCERIA COM OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO E DO TERCEIRO SETOR; APOIAR OS SISTEMAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS; REALIZAR O CENSO ESCOLAR, POR MEIO DA COLETA DE DADOS; REALIZAR A INSPEÇÃO ESCOLAR COM ACOMPANHAMENTO "IN-LOCO" NAS DIRETORIAS DE ENSINO E ESCOLAS; APRIMORAR A COMUNICAÇÃO ATRAVÉS DA DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS E MANTER A DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS ÀS UNIDADES ESCOLARES DA REDE ESTADUAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE ESCOLAS COM IDEB MAIOR OU IGUAL A 4,5 NA 1ª FASE DO ENS. FUNDAMENTAL	IDEB = N X P INDICADOR SINTÉTICO QUE COMBINA INFORMAÇÕES DE DESEMPENHO - N (PROFICIÊNCIA MÉDIA DOS ALUNOS NA PROVA BRASIL / SAEB) E DE RENDIMENTO ESCOLAR - P (TAXA MÉDIA DE APROVAÇÃO NA ETAPA DE ENSINO)	17,5	dez/2005	50
TAXA DE ESCOLAS COM MÉDIA SUPERIOR A 70 NA AUTO-AVALIAÇÃO	(RELAÇÃO PERCENTUAL DO N° DE ESCOLAS QUE ATINGIRAM A MÉDIA DE 70% OU MAIS, NOS INDICADORES DE QUALIDADE DO PRÊMIO ESCOLA COMUNITÁRIA DE GESTÃO COMPARTILHADA EM RELAÇÃO AO N° DE ESCOLAS EXISTENTES)	23,12	jun/2006	32,12
TAXA DE ESCOLAS COM IDEB MAIOR OU IGUAL A 3,8 NA 2ª FASE DO ENS. FUNDAMENTAL	IDEB = N X P INDICADOR SINTÉTICO QUE COMBINA INFORMAÇÕES DE DESEMPENHO - N (PROFICIÊNCIA MÉDIA DOS ALUNOS NA PROVA BRASIL / SAEB) E DE RENDIMENTO ESCOLAR - P (TAXA MÉDIA DE APROVAÇÃO NA ETAPA DE ENSINO)	35,18	dez/2005	50

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2084	DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS À GESTÃO COMUNITÁRIA - ENSINO MÉDIO.	6.318.731,00	6.272.897,50	99,27	UNIDADE	281	284	101,07
2085	DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS À GESTÃO COMUNITÁRIA - ENSINO FUNDAMENTAL.	15.282.338,00	15.266.682,00	99,90	UNIDADE	496	501	101,01
2086	EXPANSÃO DO VOLUNTARIADO NA ESCOLA.	169.064,00	30.863,00	18,26	UNIDADE	1.992	2.179	109,39
2087	APOIO AOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS.	109.916,00	68.919,75	62,70	UNIDADE	139	139	100,00
2088	REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES.	345.401,00	291.405,25	84,37	UNIDADE	2.091	2.091	100,00
2089	IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.	87.541,00	8.090,00	9,24	UNIDADE	1	0	0,00
2090	REALIZAÇÃO DO CENSO ESCOLAR.	224.431,00	146.703,32	65,37	UNIDADE	1	1	100,00

2092	CAPACITAÇÃO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS.	337.608,00	199.235,24	59,01	UNIDADE	1.650	447	27,09
2093	IMPLANTAR O SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ESCOLAR.	625.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	34	0	0,00
2094	DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS.	2.613.420,00	2.285.870,37	87,47	UNIDADE	60	58	96,67
2404	PREMIAÇÃO DAS ESCOLAS BEM SUCEDIDAS EM GESTÃO ESCOLAR.	126.617,00	71.423,64	56,41	UNIDADE	13	13	100,00
2405	REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIOS DE GESTORES ESCOLARES.	177.883,00	45.916,12	25,81	UNIDADE	3	2	66,67
TOTAL		**26.417.950,00**	**24.688.006,19**	**93,45**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Educação e Cultura.

OBS.: O PROGRAMA FOI IMPLEMENTADO COM SUCESSO, POIS PROPORCIONOU: O FORTALECIMENTO DA GESTÃO EDUCACIONAL COM FOCO NA ESCOLA, POR MEIO DA DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO PEDAGÓGICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA EM 100% DAS UNIDADES ESCOLARES, A REALIZAÇÃO DE INSPEÇÃO DE TODOS OS MUNICÍPIOS, A SUPERVISÃO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO, A REALIÇÃO DA DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS E A AVALIAÇÃO DE 43% (225) DAS UNIDADES ESCOLARES, PREMIANDO 13 DESTA. QUANTO AO INDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB, ACONTECE A CADA 2 ANOS, ASSIM, O RESULTADO DO BIÊNIO 2008/2009, SÓ SERÁ DISPONIBILIZADO NO 1ª SEMESTRE DE 2010. DESSA FORMA, PERMANECE O ÍNDICE INFORMADO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2008 (BIÊNIO 2006-2007), QUE REGISTROU: TAXA DE ESCOLAS COM IDEB MAIOR OU IGUAL A 3,8 NA 2ª FASE DO ENSINO FUNDAMENTAL - INDICE 44,2% E TAXA DE ESC COM IDEB MAIOR OU IGUAL A 4,5 NA 1ª FASE DO ENSINO FUNDAMENTAL -INDICE 26,9%.

QUADRO 101 - FINALÍSTICO - 0065

PROGRAMA - ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Objetivo:	ALFABETIZAR JOVENS E ADULTOS COM MAIS DE 15 ANOS DE IDADE, QUE NÃO TIVERAM OPORTUNIDADE À EDUCAÇÃO NA IDADE REGULAR.
Justificativa:	O PERCENTUAL DE ANALFABETISMO NO TOCANTINS SEGUNDO CENSO/2000 FOI DE 18.78%, 140.820 MIL EM NÚMEROS ABSOLUTOS. NA PNAD/2005 O PERCENTUAL PASSOU PARA 16,3%. ESTES NÚMEROS DEMONSTRAM O DESAFIO QUE O ESTADO ENFRENTA NA BUSCA DA UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO. POR ESTE MOTIVO JUSTIFICA-SE O PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, COMO FORMA DE MELHORAR A FORMAÇÃO DOS ALFABETIZADORES, MONITORAMENTORAR OS PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO E DE ARTICULAR O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO AO SISTEMA REGULAR DE ENSINO. IMPORTA CONSIDERAR QUE FORAM PROPOSTAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO DESTA PROBLEMÁTICA E O ESTADO TEM ASSUMIDO SUA PARCELA DE RESPONSABILIDADE OFERECENDO EDUCAÇÃO AOS QUE POR VÁRIOS MOTIVOS, NÃO TIVERAM OPORTUNIDADE NA IDADE APROPRIADA.
Estratégia:	REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO PARA ALFABETIZADORES REGENTES E ALFABETIZADORES NA FUNÇÃO DE COORDENAÇÃO NA SEDE E/OU REGIONAIS DE ENSINO; MONITORAMENTO DAS TURMAS DE ALFABETIZAÇÃO PELOS ALFABETIZADORES COM FUNÇÃO DE COORDENADOR E POR AMOSTRAGEM PELOS TÉCNICOS DA SEDUC/SEDE; DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO PARA ALFABETIZANDORES ALOCADOS NAS TURMAS E PARA ALFABETIZADORES PARA SUBSIDIAR NO TRABALHO PEDAGÓGICO; E OFERTA DE SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR PARA OS ALFABETIZANDOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE ANALFABETISMO NA FAIXA ETÁRIA DOS 40 ANOS OU MAIS	RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE A POPULAÇÃO NÃO-ALFABETIZADA ACIMA DE 40 ANOS E A POPULAÇÃO TOTAL	78,7	dez/05	62,96
TAXA DE ANALFABETISMO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 39 ANOS	RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE A POPULAÇÃO NÃO-ALFABETIZADA DE 15 A 39 ANOS E A POPULAÇÃO TOTAL	21,3	dez/05	10,6

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2095	MONITORAMENTO DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.	90.689,00	67.169,25	74,07	UNIDADE	499	450	90,18
2096	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.	132.000,00	71.280,20	54,00	UNIDADE	10.000	10.000	100,00
2097	CAPACITAÇÃO DOS ALFABETIZADORES.	654.259,00	616.340,50	94,20	UNIDADE	528	593	112,31
2098	ALIMENTAÇÃO DO ALFABETIZANDO.	200.748,00	142.857,30	71,16	UNIDADE	10.000	10.000	100,00
TOTAL		**1.077.696,00**	**897.647,25**	**83,29**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Educação e Cultura.

OBS.: O PROGRAMA ESTÁ SENDO EXECUTADO CONFORME O PLANEJADO, TENDO ATENDIDO NO PERÍODO DE 2008-2009, 17000 ALFABETIZANDO, CONCORRENDO PARA AS TAXAS DE ANALFABETISMO DO ESTADO DO TOCANTINS, CUJOS ÍNDICES OFICIAIS, CONSOLIDADOS PELO SISTEMA DO MEC, SÓ SERÃO DISPONIBILIZADOS A PARTIR DO 1ª SEMESTRE DE 2010.

QUADRO 102 – FINALÍSTICO - 0067

PROGRAMA - ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Objetivo:	FORTALECER A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA COM O OBJETIVO DE REVITALIZAR E PRESERVAR OS PROCESSOS EDUCATIVOS, PRÓPRIOS DAS SOCIEDADES INDÍGENAS, COM AÇÕES VOLTADAS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL, GESTÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E MELHORIA NA QUALIDADE DO ENSINO.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS POSSUI UMA DIVERSIDADE CULTURAL INSTIGADA, SOBRETUDO PELOS POVOS INDÍGENAS QUE AQUI HABITAM, COMPOSTA DE UMA POPULAÇÃO DE MAIS DE 10.000 INDÍOS, DISTRIBUÍDOS ENTRE: KRAHÔ, APINAJÉ, KARAJÁ, KARAJÁ-XAMBIOÁ, KRAHÔ-CANELA, JAVAÉ E XERENTE, QUE COM SABERES, COSTUMES E VALORES CONSTRUÍDOS AO LONGO DO TEMPO POR ESTAS SOCIEDADES INDÍGENAS QUE FALAM TRÊS LÍNGÜAS: TIMBIRA, YNÃ E AKWEM E IDENTIFICAM CADA POVO COM CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS A SEREM PRESERVADAS OU REVITALIZADAS, ASSIM COMO ALGUNS COSTUMES E TRADIÇÕES. CABE À ESCOLA ENTÃO, CONTEXTUALIZAR CONCEITOS, TEORIAS E PROCEDIMENTOS DOS CONHECIMENTOS UNIVERSAIS E DA SOCIEDADE NÃO-INDÍGENA ENVOLVENTE NO FOMENTO DE ATITUDES QUE POSSAM SUBSIDIAR OS PROJETOS DE FUTURO DESTES POVOS PARA SUA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E ECONÔMICA. COM UM QUADRO DE 200 PROFESSORES, SENDO 137 ÍNDIOS DE SUAS RESPECTIVAS ETNIAS E 63 NÃO ÍNDIOS, A SEDUC/TO VIABILIZA UMA EDUCAÇÃO ESCOLARIZADA ESPECÍFICA, INTERCULTURAL, DIFERENCIADA E BILÍNGÜE, EM 84 ESCOLAS, QUE CONTEMPLAM OS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL 1ª A 8ª (MODALIDADES REGULAR E EJA) E ENSINO MÉDIO, PERFAZENDO UM TOTAL APROXIMADAMENTE DE 4000 ALUNOS. DIANTE DO EXPOSTO, FAZ-SE NECESSÁRIO À IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, A FIM DE CONTINUAR DESENVOLVENDO AÇÕES VOLTADAS PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS EM NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. POSSIBILITANDO TAMBÉM MELHORAR A ESTRUTURA FÍSICA DAS ESCOLAS ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO, REFORMA/AMPLIAÇÃO, APARELHAMENTO. OBJETIVANDO A MELHORIA DO PROCESSO EDUCATIVO, OFERECIDO A ESTAS COMUNIDADES, SERÁ OFERECIDA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA EXERCEREM A GESTÃO PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA COM UM CURRÍCULO QUE BUSCA PRESTIGIAR AS PRÁTICAS E MEMÓRIAS CULTURAIS INDÍGENAS, E ACRESCIDOS DOS CONHECIMENTOS UNIVERSAIS SECULARES.
Estratégia:	DESENCADEAMENTO DE MÚLTIPLAS AÇÕES VOLTADAS PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, MONITORAMENTO, ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA, FORMAÇÃO INICIAL EM NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR, FORMAÇÃO CONTINUADA, MANUTENÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. AS AÇÕES SERÃO IMPLEMENTADAS DE FORMA DIRETA, ATRAVÉS DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO INDÍGENA, ARTICULADA COM A COORDENADORIA DE INFRA-ESTRUTURA, DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS E DIRETORIAS REGIONAIS DE ENSINO, EM PARCERIA COM A FUNAI, UFG E CTI, MEC.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS HABILITADOS EM NÍVEL MÉDIO	N° DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS HABILITADOS EM NÍVEL MÉDIO / N° DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS A SEREM HABILITADOS EM NÍVEL MÉDIO X 100	11,1	jan/2007	35
NÚMEROS DE ALUNOS INDÍGENAS ATENDIDOS COM EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	N° DE ALUNOS ATENDIDOS	4.034	jan/2007	6.194
TAXA DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS HABILITADOS EM NÍVEL SUPERIOR	N° DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS HABILIDADOS EN NÍVEL SUPERIOR / N° DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS A SEREM HABILITADOS EM NÍVEL SUPERIOR X 100	0	jan/2007	13
TAXA DE COMUNIDADES INDÍGENAS ATENDIDAS COM UNIDADES ESCOLARES	N° DE COMUNIDADES INDÍGENAS COM U.E´S / N° DE COMUNIDADES INDÍGENAS TOTAL X 100	93,30	jan/2007	95

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1097	AMPLIAÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR INDÍGENA.	468.000,00	468.000,00	100,00	UNIDADE	1	0	0,00
1098	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR INDÍGENA.	4.389.393,00	179.036,00	4,08	UNIDADE	28	0	0,00
1099	APARELHAMENTO DE UNIDADE ESCOLAR INDÍGENA.	531.884,00	64.781,39	12,18	UNIDADE	94	0	0,00
1100	REFORMA DE UNIDADE ESCOLAR INDÍGENA.	676.987,00	659.430,00	97,41	UNIDADE	3	0	0,00
2100	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.	1.082.454,00	31.032,69	2,87	UNIDADE	360	15	4,17
2101	FORMAÇÃO INICIAL DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS EM NÍVEL MÉDIO.	1.084.937,00	214.706,13	19,79	UNIDADE	115	115	100,00
2102	FORMAÇÃO INICIAL DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS EM NÍVEL SUPERIOR.	758.180,00	232.077,00	30,61	UNIDADE	80	80	100,00
2103	IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO PARA OS POVOS INDÍGENAS.	722.220,00	159.085,25	22,03	UNIDADE	90	55	61,11
2104	MANUTENÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.	87.500,00	40.331,00	46,09	UNIDADE	1	1	100,00
2105	PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO ESPECÍFICO INDÍGENA.	152.390,00	59.605,94	39,11	UNIDADE	94	0	0,00
2106	MONITORAMENTO ÀS UNIDADES ESCOLARES INDÍGENAS.	76.151,00	70.089,75	92,04	UNIDADE	94	94	100,00
2107	MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - EDUCAÇÃO	2.018.000,00	842.338,21	41,74	UNIDADE	135	67	49,63

	INDÍGENA/ENSINO MÉDIO.							
2108	MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - EDUCAÇÃO INDÍGENA/ENSINO FUNDAMENTAL.	5.974.000,00	5.434.213,59	90,96	UNIDADE	400	421	105,25
TOTAL		**18.022.096,00**	**8.454.726,95**	**46,91**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011– Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Educação e Cultura.

OBS: O OBJETIVO DO PROGRAMA ESTÁ SENDO ALCANÇADO, CONSIDERANDO OS ÍNDICES DOS INDICADORES AFERIDOS, CONFORME SEGUE: NºS DE ALUNOS INDÍGENAS ATENDIDOS COM EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA ELEVADO DE 4.034 PARA 5.379; TAXA DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS HABILITADOS EM NÍVEL SUPERIOR ATÉ O MOMENTO NÃO HÁ NENHUM PROFISSIONAL INDÍGENA HABILITADO EM NÍVEL SUPERIOR, NO ENTANTO EXISTEM 80 PROFISSIONAIS EM HABILITAÇÃO, SENDO QUE 55 DESSES PROFISSIONAIS COM CONCLUSÃO PREVISTA PARA 2011; TAXA DE PROFISSIONAIS INDÍGENAS HABILITADOS EM NÍVEL MÉDIO ELEVADA DE 11,1% PARA 43%. TAXA DE COMUNIDADES ATENDIDAS COM UNIDADES ESCOLARES ELEVADA DE 93,30% PARA 99%, PORÉM, TODAS AS COMUNIDADES INDÍGENAS SÃO ASSISTIDAS COM A OFERTA DE ENSINO.

QUADRO 103 – FINALÍSTICO - 0069

PROGRAMA - MELHORIA DO DESEMPENHO ACADÊMICO	
Objetivo:	PROMOVER A MELHORIA DO DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ALUNOS DA REDE ESTADUAL ATRAVÉS DE AÇÕES QUE CONTRIBUAM PARA ELEVAÇÃO DOS INDICADORES DE APROVAÇÃO E DE QUALIDADE DE ENSINO EVIDENCIADOS NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS E INTERNAS, BEM COMO REDUÇÃO DO ABANDONO E DA EVASÃO ESCOLAR, EVIDENCIADAS NO SISTEMA DE MONITORAMENTO DO RENDIMENTO ESCOLAR DA SEDUC E CENSO ESCOLAR.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS, ATRAVÉS DA SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA, TEM BUSCADO INCESSANTEMENTE ELEVAR O DESEMPENHO ACADÊMICO DE SEUS ALUNOS. O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CRIOU RECENTEMENTE UM INDICADOR PARA MENSURAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA- IDEB- ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA , AFERINDO OS RESULTADOS DA 1ª E 2ª FASE DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO E APESAR DO ESTADO DO TOCANTINS TER ALCANÇADO O 10° , 8° E 12° LUGAR, RESPECTIVAMENTE, OS ÍNDICES ESTÃO ABAIXO DO IDEAL. NOS ÚLTIMOS ANOS A SECRETARIA IMPLEMENTOU PROGRAMAS VOLTADOS PARA CORREÇÃO DE FLUXO, REDUÇÃO DO ANALFABETISMO, REDUÇÃO DE ABANDONO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E APESAR DOS RESULTADOS DE RENDIMENTO ESCOLAR APURADOS NO CENSO ESCOLAR/INEP E SISTEMA INTERNO DA SEDUC MOSTRAREM MELHORIAS, AINDA TEMOS MUITOS DESAFIOS. ESTE PROGRAMA VISA DAR CONTINUIDADE ÀS AÇÕES BEM SUCEDIDAS, BEM COMO IMPLENTAR AÇÕES QUE PROPORCIONEM AOS EDUCANDOS O ACESSO E PERMANÊNCIA BEM SUCEDIDA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.
Estratégia:	AS AÇÕES SERÃO IMPLEMENTADAS DE FORMA DIRETA, POR MEIO DA SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO, ONDE SE DARÁ: A IMPLEMENTAÇÃO DAS PROPOSTAS CURRICULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, EM TODOS OS NÍVEIS E MODALIDADES, COMBINADA AO ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO JUNTO AS ESCOLAS, O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS EDUCACIONAIS E A REALIZAÇÃO DO MONITORAMENTO DA APRENDIZAGEM.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE APROVAÇÃO DOS ALUNOS DA 1ª FASE DO ENS. FUNDAMENTAL	NÚMERO DE APROVADOS DIVIDIDO PELA MATRÍCULA INICIAL MAIS ADMITIDOS APÓS MATRÍCULA INICIAL MENOS TRANSFERIDOS VEZES CEM	87	mar/2005	94
TAXA DE APROVAÇÃO DOS ALUNOS DA 2ª FASE DO ENS. FUNDAMENTAL	NÚMERO DE APROVADOS DIVIDIDO PELA MATRÍCULA INICIAL MAIS ADMITIDOS APÓS MATRÍCULA INICIAL MENOS TRANSFERIDOS VEZES CEM	84,6	mar/2005	89,6
IDEB - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - 1ª FASE	IDEB = N X P INDICADOR SINTÉTICO QUE COMBINA INFORMAÇÕES DE DESEMPENHO - N (PROFICIÊNCIA MÉDIA DOS ALUNOS NA PROVA BRASIL / SAEB) E DE RENDIMENTO ESCOLAR - P (TAXA MÉDIA DE APROVAÇÃO NA ETAPA DE ENSINO)	3,6	mar/2005	4,5
IDEB - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - 2ª FASE	IDEB = N X P INDICADOR SINTÉTICO QUE COMBINA INFORMAÇÕES DE DESEMPENHO - N (PROFICIÊNCIA MÉDIA DOS ALUNOS NA PROVA BRASIL / SAEB) E DE RENDIMENTO ESCOLAR - P (TAXA MÉDIA DE APROVAÇÃO NA ETAPA DE ENSINO)	3,4	dez/2005	3,8
TAXA DE APROVAÇÃO DOS ALUNOS DO ENS. MÉDIO	NÚMERO DE APROVADOS DIVIDIDO PELA MATRÍCULA INICIAL MAIS ADMITIDOS APÓS MATRÍCULA INICIAL MENOS TRANSFERIDOS VEZES CEM	75,9	mar/2005	80,5
IDEB - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENS. MÉDIO	IDEB = N X P INDICADOR SINTÉTICO QUE COMBINA INFORMAÇÕES DE DESEMPENHO - N (PROFICIÊNCIA MÉDIA DOS ALUNOS NA PROVA BRASIL / SAEB) E DE RENDIMENTO ESCOLAR - P (TAXA MÉDIA DE APROVAÇÃO NA ETAPA DE ENSINO)	2,9	dez/2005	3,2

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2109	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.	15.335.764,00	13.495.903,91	88,00	UNIDADE	227.013	243.767	107,38
2110	REALIZAÇÃO DE ENCONTROS EDUCACIONAIS.	837.877,00	75.316,25	8,99	UNIDADE	7	2	28,57
2111	MONITORAMENTO DA APRENDIZAGEM DO ENSINO FUNDAMENTAL.	3.008.284,00	1.623.214,02	53,96	UNIDADE	580	580	100,00
2112	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL.	49.507.035,00	48.792.333,88	98,56	UNIDADE	13.179	13.440	101,98
2113	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO.	20.352.862,00	19.885.011,29	97,70	UNIDADE	7.244	7.244	100,00
2114	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO AOS	8.043.157,00	1.373.691,72	17,08	UNIDADE	95.439	53.500	56,06

	ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL.							
2115	REALIZAÇÃO DO SALÃO DO LIVRO.	9.705.000,00	8.967.235,48	92,40	UNIDADE	1	1	100,00
2117	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁDICO PEDAGÓGICO PARA ENSINO MÉDIO.	16.595.094,00	2.380.078,39	14,34	UNIDADE	15.943	16.000	100,36
2120	IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL.	1.771.689,00	83.101,81	4,69	UNIDADE	60.174	77.000	127,96
2121	REALIZAÇÃO DE EXAME DE SUPLÊNCIA.	50.000,00	9.350,00	18,70	UNIDADE	1	0	0,00
2122	IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO MÉDIO.	803.770,00	0,00	0,00	UNIDADE	34.905	0	0,00
2123	REALIZAÇÃO DOS JOGOS ESTUDANTIS DO TOCANTINS - ENSINO FUNDAMENTAL.	72.170,00	71.560,24	99,16	UNIDADE	1	1	100,00
2124	REALIZAÇÃO DOS JOGOS ESTUDANTIS DO TOCANTINS - ENSINO MÉDIO.	189.866,00	186.032,75	97,98	UNIDADE	1	1	100,00
2125	MONITORAMENTO DA APRENDIZAGEM DO ENSINO MÉDIO.	419.723,00	318.710,75	75,93	UNIDADE	255	255	100,00
2126	REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PEDAGÓGICOS - ENSINO MÉDIO.	52.335,00	14.868,50	28,41	UNIDADE	46	4	8,70
2127	REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PEDAGÓGICOS - ENSINO FUNDAMENTAL.	63.530,00	16.997,75	26,76	UNIDADE	52	3	5,77
2128	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS EDUCACIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.	103.100,00	0,00	0,00	UNIDADE	31	0	0,00
2312	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO.	2.050.000,00	2.050.000,00	100,00	UNIDADE	10	11	110,00
2406	IMPLEMENTAÇÃO DA MONITORIA DISCENTE NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO.	28.000,00	28.000,00	100,00	UNIDADE	704	1.229	174,57
2407	MANUTENÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS À EDUCAÇÃO – ENSINO MÉDIO.	31.200,00	30.549,00	97,91	UNIDADE	1	1	100,00
2408	MANUTENÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS À EDUCAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL.	157.000,00	44.750,00	28,50	UNIDADE	1	1	100,00
2409	REALIZAÇÃO DE CURSOS BÁSICOS VOLTADO A VIDA PRODUTIVA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS.	66.830,00	0,00	0,00	UNIDADE	260	0	0,00
TOTAL		**129.244.286,00**	**99.446.705,74**	**76,94**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011– Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Educação e Cultura.

OBS.: OS INDICADORES PARA AFERIÇÃO DA MELHORIA DO DESEMPENHO ACADÊMICO NO QUADRIÊNIO 2008/2011, TIVERAM COMO BASE O ÍNDICE APURADO EM 2005. O RESULTADO DO BIÊNIO 2008/2009, SÓ SERÁ DISPONIBILIZADO NO 1ª SEMESTRE DE 2010, DESSA FORMA, PERMANECE O ÍNDICE INFORMADO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2008 (BIÊNIO 2006-2007), QUE SEGUNDO OS DADOS DO IDEB, EM 2007, HOUVE UMA EVOLUÇÃO SIGNIFICATIVA NOS REFERIDOS ÍNDICES, PASSANDO DE: 3,6 PARA 4,2% NA 1ª FASE; 3,4% PARA 3,6%, NA 2º FASE ; 2,9% PARA 3,1% NO ENSINO MÉDIO; 75,9% PARA 79,6% NA TAXA DE APROVAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO; 87 PARA 92,6% NA TAXA DE APROVAÇÃO DOS ALUNOS DA 1ª FASE DO ENSINO FUNDAMENTAL; 84,6 PARA 85,9% NA TAXA DE APROVAÇÃO DOS ALUNOS DA 2ª FASE DO ENSINO FUNDAMENTAL. ASSIM, A EXECUÇÃO DESTE PROGRAMA ESTÁ GARANTINDO A PROGRESSÃO DOS INDICADORES EDUCACIONAIS.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
793.860.756,00	660.171.309,62	83,16	133.689.446,38

3.1.19 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

A Secretaria da Segurança Pública foi criada por meio da Medida Provisória n.º 01, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 01, de 1º de janeiro de 1989. A Secretaria Segurança Pública deve exercer o planejamento e o desenvolvimento de políticas de segurança objetivando garantir a preservação da ordem pública, a incolumidade do indivíduo e do patrimônio, em defesa da paz social. Tem como base legal:

- Regimento Interno foi aprovado pelo Decreto n.º 5.685, de 11 de maio de 1992, publicado no Diário Oficial do Estado n.º 137, de 19 de maio de 1992;

- Decreto n.º 1.734, de 09 de abril de 2003, dispõe sobre as competências, a estrutura operacional e o quadro de cargos de provimento em comissão da Secretaria de Segurança Pública;

- Decreto n.º 3.780, de 22 de setembro de 2009, publicado no Diário Oficial n.º 2.983, de 25 de setembro de 2009. Dispõe sobre a estrutura operacional da Secretaria de Segurança Pública;

- Decreto n.º 3.454, de 08 de agosto de 2009, publicado no Diário Oficial n.º 2.709, de 11 de agosto de 2009. Dispõe sobre a Assessoria de Comunicação, ASCOM;

- Decreto n.º 3.456, de 08 de agosto de 2009, publicado no Diário Oficial n.º 2.709, de 11 de agosto de 2009. Dispõe sobre a organização operacional, composição e funcionamento dos Núcleos Setoriais de Controle Interno;

- Decreto n.º 3.859, de 6 de novembro de 2009, publicado no Diário Oficial nº 3.011, de 09 de novembro de 2009. Cria na estrutura operacional da Secretaria de Segurança Pública Delegacia Regional de Policia Civil.

As atribuições da Secretaria de Segurança Pública foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos Programas - Apoio Administrativo e Finalísticos. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 153.075.747,00**, com execução de **85,81%**, ou seja, de **R$ 131.353.360,75**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 104 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	5.420.182,00	4.186.253,22	77,23	1.233.928,78
Manutenção de Serviços de Transportes	3.921.531,00	2.921.822,81	74,51	999.708,19
Manutenção de Recursos Humanos	117.223.176,00	117.203.494,90	99,98	19.681,10
Ações de Informática	861.590,00	604.834,49	70,20	256.755,51
TOTAL	**127.426.479,00**	**124.916.405,42**	**98,03**	**2.510.073,58**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Segurança Pública.

QUADRO 105 - FINALÍSTICO - 0104

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL E REAPARELHAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA	
Objetivo:	DOTAR AS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA, REAPARELHAMENTO E QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS PARA OTIMIZAR OS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA À POPULAÇÃO TOCANTINENSE.
Justificativa:	O CRESCIMENTO DA CRIMINALIDADE ATRAVÉS NO ESTADO, PRINCIPALMENTE NAS FRONTEIRAS DO ESTADO, O DESPREPARO DOS POLICIAIS PARA O ENFRENTAMENTO DE CRIMINOSOS QUE UTILIZAM EQUIPAMENTOS MODERNOS E NOVAS ESTRATÉGIAS, AUMENTAM A INCIDÊNCIA CRIMINAL, DIMINUINDO A CONFIANÇA DA COMUNIDADE EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA, EXIGINDO, PARA TANTO, ATUAÇÕES CONJUNTAS QUE BUSQUEM A RAIZ DA CRIMINALIDADE E, DE FORMA INTENSA, PROMOVAM A REDUÇÃO E O CONTROLE DA CRIMINALIDADE E DA VIOLÊNCIA, MELHORANDO A SENSAÇÃO DE SEGURANÇA À SOCIEDADE.
Estratégia:	A IMPLEMENTAÇÃO NOS TERMOS DESTE PROGRAMA CONSISTE NA ESTRUTURAÇÃO FÍSICO-MATERIAL PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA, COM INCLUSÃO DE NOVAS METODOLOGIAS TECNOLÓGICAS, ATUAÇÃO ARTICULADA E INTEGRADA COM DIVERSOS ÓRGÃOS DAS ESFERAS MUNICIPAL, ESTADUAL, INTERESTADUAL E FEDERAL, MEDIANTE AÇÕES ESTRATÉGICAS, PROPICIANDO MAIOR QUALIDADE E AGILIDADE NAS INVESTIGAÇÕES EM PROL DO CONTROLE E REPRESSÃO DA CRIMINALIDADE, RESGATANDO A CREDIBILIDADE E RESPEITO DA SOCIEDADE PARA COM OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA. SANAR A INSUFICIÊNCIA DE PESSOAL ATRAVÉS DA ADMISSÃO DE NOVOS PROFISSIONAIS FORMADOS NA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, BEM COMO, O CONTÍNUO APERFEIÇOAMENTO DO EFETIVO EXISTENTE.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE UNIDADES POLICIAIS MODERNIZADAS	Nº DE UNIDADES POLICIAIS MODERNIZADAS / Nº TOTAL DE UNIDADES POLICIAIS IMPLANTADAS X 100	10	2009	30

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1118	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA.	636.638,00	477.837,12	75,06	UNIDADE	4	1	25,00
1245	ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA.	821.364,00	21.478,03	2,61	UNIDADE	27	2	7,41
1247	IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.	3.034.076,00	448.065,00	14,77	PERCENTUAL	100	25	25,00
2169	REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA POLICIA CIVIL.	10.152.115,00	750.242,37	7,39	UNIDADE	45	15	33,33
2170	VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL.	3.895.728,00	2.058.070,02	52,83	UNIDADE	245	316	128,98
2172	DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DA SEGURANÇA PÚBLICA.	498.430,00	256.038,45	51,37	UNIDADE	1	1	100,00
2318	REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA.	13.425,00	13.425,00	100,00	UNIDADE	5	2	40,00
TOTAL		**19.051.776,00**	**4.025.155,99**	**21,13**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Segurança Pública.

QUADRO 106 - FINALÍSTICO - 0105

PROGRAMA - SEGURANÇA CIDADÃ: INTELIGÊNCIA E ESTRATÉGIA CONTRA A CRIMINALIDADE	
Objetivo:	CONTROLAR A CRIMINALIDADE ATRAVÉS DA ATUAÇÃO INTEGRADA: POLÍCIA E COMUNIDADE, UTILIZANDO A INTELIGÊNCIA E A ESTRATÉGIA NA PREVENÇÃO E COMBATE AO CRIME.
Justificativa:	O AUMENTO DO NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS DE GRANDE PORTE, O CORREDOR MULTIMODAL EM INSTALAÇÃO, O CRESCIMENTO DOS GRANDES CENTROS URBANOS, A CRIMINALIZAÇÃO NAS DIVISAS E NOS ASSENTAMENTOS, O DESPREPARO DO POLICIAL EM DETRIMENTO DA MODERNA CRIMINALIDADE E A FALTA DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE, EXIGEM UMA INTENSIFICAÇÃO DE INVESTIMENTOS EM INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA E EM INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE, BUSCANDO AUMENTAR A CONFIANÇA NOS SERVIÇOS PRESTADOS E A REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE.
Estratégia:	A OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA SE DARÁ ATRAVÉS DA EXPANSÃO DOS SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA, DA FILOSOFIA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA COM ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA, DA FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL, DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE GRUPOS MINORITÁRIOS, E DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE CRIMINALIDADE P/ 100.000 HABITANTES	NÚMERO ABSOLUTO DE OCORRÊNCIA / POPULAÇÃO X 100.000	493,2	2009	246

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2173	PREVENÇÃO E ATENDIMENTO DA VIOLÊNCIA A GRUPOS VULNERÁVEIS.	504.904,00	37.600,50	7,45	PORCENTAGEM	1.300	1.300	100,00
2174	ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS DE REPRESSÃO QUALIFICADA.	3.647.129,00	533.716,08	14,63	UNIDADE	42	15	35,71
2175	REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA POLICIAL.	0,00	0,00	0,00	PORCENTAGEM	25	0	0,00
2176	POLÍCIA COMUNITÁRIA: IMPLEMENTAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO.	783.459,00	270.822,61	34,57	UNIDADE	9	6	66,67
2177	ALIMENTAÇÃO AOS PRESOS SOB CUSTÓDIA DA POLÍCIA.	1.662.000,00	1.569.660,15	94,44	UNIDADE	550	550	100,00
TOTAL		**6.597.492,00**	**2.411.799,34**	**36,56**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Segurança Pública.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
153.075.747,00	131.353.360,75	85,81	21.722.386,25

3.1.20 SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Criada pelo Decreto n.º 1.122, de 07 de fevereiro de 2001, tem como missão o planejamento, gerenciamento e a coordenação geral das políticas voltadas para o setor agropecuário e de abastecimento do Estado do Tocantins, normatizando, captando e difundindo tecnologias, sendo assim desencadeadora do processo de modernização do setor agropecuário, fomentando o desenvolvimento ordenado do setor produtivo rural, contribuindo de forma singular para o crescimento auto-sustentável da economia do Estado, durante o quadriênio 2008-2011.

Tem a sua legalidade: no Decreto n.º 3.460, de 12 de agosto de 2008, alterado pelo Decreto n.° 3.704, de 04 de junho de 2009, que dispõe sobre a organização dos órgãos e entidades do Poder Executivo; e, no Decreto n.° 3.833, de 15 de outubro de 2009, alterado pelo Decreto n.° 3.886, de 24 de novembro de 2009, que dispõe sobre a estrutura operacional da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e adota outras providências.

As atribuições da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas constantes no PPA, sendo: 01 de Apoio Administrativo, 01 Finalístico e 02 de Gestão de Políticas Públicas. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 20.892.780,00**, com execução de **R$ 15.881.782,66**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 107 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	620.244,00	430.281,77	69,37	189.962,23
Manutenção de Serviços de Transportes	592.046,00	353.691,21	59,74	238.354,79
Manutenção de Recursos Humanos	9.816.793,00	9.794.958,01	99,78	21.834,99
Ações de Informática	205.000,00	113.944,49	55,58	91.055,51
TOTAL	**11.234.083,00**	**10.692.875,48**	**95,18**	**541.207,52**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAGRO.

QUADRO 108 – FINALÍSTICO - 0063

PROGRAMA - VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR - ORGANIZAR, PRODUZIR E AGREGAR

Objetivo:	CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO ATRAVÉS DE INICIATIVAS QUE ENVOLVAM ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS, PESQUEIRAS, DE EXTRATIVISMO E OUTRAS, TENDO COMO CENTRO O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, BENEFICIANDO-OS INCLUSIVE COM O FINANCIAMENTO PARA O ACESSO À TERRA E A ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS, OBJETIVANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS RURAIS.
Justificativa:	A AGROPECUÁRIA É O SUSTENTÁCULO DA ECONOMIA TOCANTINENSE. NESTE CONTEXTO, A AGRICULTURA FAMILIAR REPRESENTA CERCA DE 80% DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. ENTRETANTO, OS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE SÃO BAIXOS EM VIRTUDE DO BAIXO NÍVEL TECNOLÓGICO. UMA DAS CAUSAS IDENTIFICADA NOS ENCONTROS REGIONAIS É A ASSISTÊNCIA TÉCNICA INSUFICIENTE EM ALGUNS MUNICIPIOS E AUSENTE EM OUTROS.
Estratégia:	AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICAS AOS AGRICULTORES FAMILIARES SERÃO DESENVOLVIDAS PELAS UNIDADES LOCAIS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS - ULES, APOIDAS PELAS SUPERVISÕES REGIONAIS E ESCRITÓRIO CENTRAL. AS ULES SERÃO FORTALECIDAS COM RECURSOS: HUMANOS TANTO QUANTITATIVO QUANTO QUALITATIVAMENTE, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, VEÍCULOS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTOS DOS TRABALHOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL.SERÃO UTILIZADAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS VISANDO FORTALECER OS AGRICULTORES FAMILIARES E SUAS ORGANIZAÇÕES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA	(N° DE FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA / N° DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS FAMILIARES) X 100	-	-	-
RENDA FAMILIAR MÉDIA ANUAL	RENDA FAMILIAR MÉDIA = (RENDAMONETÁRIA + RENDA NÃO MONETÁRIA)/NÚMERO DE AGRICULTORES	6.000,00	Junho/2005	12.000,00
ÍNDICE DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS FAMILIARES COM ACESSO AO CRÉDITO	(N° DE FAMÍLIAS QUE ACESSARAM O CRÉDITO / N° DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS FAMILIARES) X 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1005	REESTRUTURAÇÃO DOS PROJETOS DO FUNDO DE TERRAS CRÉDITO FUNDIÁRIO.	978.101,00	244.484,87	25,00	PERCENTUAL	65	40	61,54
2018	ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO.	52.500,00	27.649,55	52,67	UNIDADE	800	410	51,25
2019	QUALIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS E REDE DE APOIO DO CRÉDITO FUNDIÁRIO.	134.250,00	30.944,15	23,05	UNIDADE	200	52	26,00
2021	MONITORAMENTO DOS PROJETOS DO CRÉDITO FUNDIÁRIO.	98.553,00	66.479,01	67,46	UNIDADE	100	88	88,00
2022	PROMOÇÃO DE EVENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.	187.636,00	83.908,51	44,72	UNIDADE	30	10	33,33
2023	GERENCIAMENTO DE VISTORIAS DOS IMÓVEIS RURAIS DO CREDITO FUNDIÁRIO.	98.604,00	33.772,32	34,25	UNIDADE	60	43	71,67
2024	ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA	49.780,00	34.548,40	69,40	UNIDADE	3.000	1.719	57,30

	PROMOÇÃO DO PRONAF.							
2025	MONITORAMENTO DAS AÇÕES DO PRONAF INFRA-ESTRUTURA E DOS TERRITÓRIOS RURAIS.	190.351,00	47.880,03	25,15	UNIDADE	60	71	118,33
TOTAL		**1.789.775,00**	**569.666,84**	**31,83**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAGRO.

QUADRO 109 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0085

PROGRAMA - GESTÃO DA POLÍTICA DO AGRONEGÓCIO - TOCANTINS RURAL

Objetivo:	PROMOVER O CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO E DA PRODUTIVIDADE AGROPECUÁRIA VISANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DOS PRODUTOS TOCANTINENSES, GARANTINDO A ABERTURA DE NOVOS MERCADOS INTERNOS E EXTERNOS, PARA CONTRIBUIR NA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, OPORTUNIZANDO MAIOR QUALIDADE DE VIDA AOS CIDADÃOS TOCANTINENSES.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS APRESENTOU NO ANO DE 2006, SEGUNDO ÍNDICES APURADOS PELO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, CRESCIMENTO NA EXPORTAÇÃO DE CARNE DE 489%. OS INDICADORES DA SAFRA AGRÍCOLA 2006/2007, APURADOS PELA CONAB E IBGE, APRESENTOU ÍNDICES DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DE GRÃOS NA ORDEM DE 18%. COM A IMPLANTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE APOIO LOGÍSTICO NA CONSTRUÇÃO DA FERROVIA NORTE-SUL, HIDROVIA ARAGUAIA-TOCANTINS, ENERGIA LIMPA E RENOVÁVEL, PROMOVERÃO A ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO DO SETOR PRODUTIVO, COM FOCO PRINCIPAL NO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. O INSTRUMENTO DE POTENCIALIZAÇÃO DAS OPORTUNIDADES LATENTES NAS REGIÕES DO ESTADO ESTÁ INSERIDO NO PROGRAMA TOCANTINS RURAL, QUE AGREGA AÇÕES EFETIVAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PERTINENTES AO SETOR RURAL. POSSIBILITARÁ A GESTÃO INTEGRADA PARA MINIMIZAR AS CARÊNCIAS E DEMANDAS E MAXIMIZAR AS OPORTUNIDADES APONTADAS NOS ENCONTROS REGIONAIS, POR MEIO DA ORGANIZAÇÃO DO SETOR, FORTALECIMENTO DA PESQUISA AGROPECUÁRIA, INTRODUÇÃO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS, ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NAS RESPECTIVAS CADEIAS PRODUTIVAS E DOS PRODUTORES EM FORMAS ASSOCIATIVISTAS, COM ÊNFASE NA AGRICULTURA FAMILIAR, SOMADAS AS AÇÕES DE FORTALECIMENTO DOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO, OBJETIVANDO A PERMANÊNCIA DO HOMEM NO CAMPO.
Estratégia:	A SEAGRO PROMOVERÁ A ORGANIZAÇÃO DAS CÂMARAS DE ARTICULAÇÃO INTERSETORIAIS, DISPONIBILIZANDO APOIO TÉCNICO E GERENCIAL POR MEIO DA ADAPEC, ITERTINS E RURALTINS, COM O ENVOLVIMENTO DE PARCERIAS PÚBLICAS E PRIVADAS, POTENCIALIZANDO AS PESQUISAS EM FUNÇÃO DAS DEMANDAS ESPECÍFICAS DO SETOR AGROPECUÁRIO, COM A INTRODUÇÃO DE SISTEMAS SUSTENTÁVEIS. O VETOR DE MELHORAMENTO GENÉTICO ANIMAL DAR-SE-Á POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DO LABORATÓRIO MÓVEL DE REPRODUÇÃO ANIMAL E A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE RENOME NACIONAL E INTERNACIONAL PARA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA. A ORGANIZAÇÃO GERENCIAL DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO, APÓS VALIDAÇÃO DAS CADEIAS TRABALHADAS EM PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES DURANTE A VIGÊNCIA DO PPA 2008-2011, SERÁ REALIZADA DE FORMA INTEGRADA COM AS ENTIDADES VINCULADAS: ADAPEC, ITERTINS, RURALTINS, DEMAIS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO: SETAS, SRH, SEINF, SEPLAN, UNITINS-AGRO, E OUTROS PARCEIROS: UFT, MAPA, MDA, EMBRABA E O SISTEMA 5 S.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
IDADE DE ABATE DO REBANHO BOVINO	NÚMERO DE MESES MÉDIO DE IDADE DE REBANHO BOVINO ABATIDO	40	dez/2006	10
TAXA DE CRESCIMENTO DO REBANHO CAPRINO E OVINO	(NÚMERO DE ANIMAIS PRODUZIDOS ATUAL / NÚMERO DE ANIMAIS PRODUZIDOS ANTERIOR) -1 X 100	9	dez/2006	10
TAXA DE CRESCIMENTO DA ÁREA COM FRUTÍFERAS	TAXA DE CRESCIMENTO DA ÁREA COM FRUTÍFERAS = [(ÁREA PLANTADA ATUAL / ÁREA PLANTADA ANTERIOR) - 1] X 100	18,5	jul/2007	20
TAXA DE CRESCIMENTO DE ÁREAS CULTIVADAS COM ESPÉCIES FLORESTAIS	TAXA DE CRESCIMENTO CULTIVADA DE ESPÉCIES FLORESTAIS = [(ÁREA PLANTADA COM ESPÉCIES FLORESTAIS / ÁREA PLANTADA ANTERIOR) - 1] X 100	50	jul/2007	55
PRODUTIVIDADE LEITEIRA BOVINA	TOTAL DE LEITE PRODUZIDO POR VACA AO DIA	2,9	dez/2006	4,5
TAXA DE AUMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA = [(VOLUME PRODUZIDO ATUAL / VOLUME PRODUZIDO ANTERIOR - 1) X 100]	8,30	jul/2007	10
PRODUTIVIDADE LEITEIRA DO REBANHO CAPRINO	QUANTIDADE DE LITROS DE LEITE PRODUZIDO POR CABRA POR DIA	1,5	dez/2006	2
PRODUTIVIDADE APÍCOLA	QUANTIDADE DE KG DE MEL PRODUZIDO POR CAIXA AO ANO	13	dez/2006	30
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO APÍCOLA	(TONELADAS DE MEL PRODUZIDAS ATUAL/ TONELADAS DE MEL PRODUZIDAS ANTERIOR) -1X100	150	dez/2008	-
CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AVÍCOLA	(Nº DE AVES PRODUZIDAS ATUAL/ Nº DE AVES PRODUZIDAS ANTERIOR) - 1X100	9.000.000	dez/2007	-
TAXA DE CRESCIMENTO DO REBANHO BOVINO	(Nº DE ANIMAIS PRODUZIDOS ATUAL/ Nº DE ANIMAIS PRODUZIDOS ANTERIOR) - 1X100	3,5	dez/2007	-
CAPACIDADE DE SUPORTE DAS PASTAGENS	Nº DE UNIDADES ANIMAL/HECTARE DE PASTAGEM	0,5	dez/2007	1
TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DE PEIXE EM CATIVEIRO	VOLUME DE PEIXE PRODUZIDO ATUAL / VOLUME DE PEIXE PRODUZIDO ANTERIOR - 1 X 100	14	dez/2006	17

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1006	CONSTRUÇÃO DE ABATEDOUROS REGIONAIS.	33.420,00	33.420,00	100,00	UNIDADE	1	0,5	50,00
1008	REVITALIZAÇÃO DOS PONTOS DE DISTRIBUIÇÃO.	144,00	144,00	100,00	UNIDADE	1	0	0,00
1009	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE ABASTECIMENTO.	299.796,00	180.942,50	60,36	UNIDADE	1	1	100,00
2006	ORGANIZAÇÃO GERENCIAL DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO.	772.320,00	353.807,49	45,81	UNIDADE	56	25	44,64
2007	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROMOÇÃO DAS PESQUISAS AGROPECUÁRIAS.	414.575,00	229.446,96	55,35	UNIDADE	33	28	84,85
2008	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES INTEGRADAS PARA O ASSOCIATIVISMO E O COOPERATIVISMO.	206.305,00	58.725,04	28,47	UNIDADE	7	6	85,71
2009	MONITORAMENTO DOS PROJETOS HIDROAGRÍCOLAS.	1.243,00	1.233,75	99,26	UNIDADE	3	0	0,00
2010	MELHORAMENTO GENÉTICO DOS REBANHOS.	472.200,00	403.429,68	85,44	UNIDADE	12	12	100,00
2011	INTRODUÇÃO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS.	392.076,00	87.781,83	22,39	UNIDADE	24	4	16,67
2012	MANUTENÇÃO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO – CEASA.	85.112,00	76.772,89	90,20	UNIDADE	100	100	100,00
2013	CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL.	85.800,00	47.275,32	55,10	TONELADA	63.000	88.627,84	140,68
2400	APOIO A REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS AGROPECUÁRIOS.	763.178,00	707.178,00	92,66	UNIDADE	9	40	444,44
TOTAL		**3.526.169,00**	**2.180.157,46**	**61,83**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAGRO.

QUADRO 110 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0092

PROGRAMA - GESTÃO DO ATENDIMENTO AO HOMEM DO CAMPO - NOSSO CLIENTE CIDADÃO RURAL	
Objetivo:	PROPORCIONAR ATENDIMENTO DE EXCELÊNCIA, GARANTINDO A DIVULGAÇÃO E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO SETOR PRODUTIVO RURAL, VISANDO O AUMENTO DA PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE COM INCLUSÃO SOCIAL E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA.
Justificativa:	CONSIDERANDO AS TENDÊNCIAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA TOCANTINENSE E A CONSOLIDAÇÃO COMO NOVA FRONTEIRA DO DESENVOLVIMENTO E OPORTUNIDADES PARA O AGRONEGÓCIO, O TOCANTINS NECESSITA DE AÇÕES NO SENTIDO DE DIVULGAR SUAS POTENCIALIDADES, QUALIFICANDO OS PRODUTORES, RESPEITANDO A CULTURA DO HOMEM DO CAMPO COM A DEFESA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO, E OPORTUNIZANDO A INCORPORAÇÃO DE INOVAÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL, GARANTINDO A PERMANÊNCIA DO CIDADÃO NO MEIO RURAL E EM HARMONIA COM O AMBIENTE EM QUE VIVE. O EXCESSO DE BUROCRACIA, HERANÇA DA COLONIZAÇÃO BRASILEIRA, ALVO DE CRESCENTES CRÍTICAS PELA SOCIEDADE, INCLUÍNDO OS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS, NECESSITA SER ATACADA EM SUAS RAÍZES. A CENTRALIZAÇÃO E A PULVERIZAÇÃO DE AÇÕES E RECURSOS PÚBLICOS ALIMENTAM A INEFICIÊNCIA E A INEFICÁCIA DAS SOLUÇÕES DOS PROBLEMAS E ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO CIDADÃO, OBJETOS QUE CONTRIBUEM PARA O AUMENTO DA VIOLÊNCIA, PRINCIPALMENTE A CRIMINALIDADE, A PROSTITUIÇÃO INFANTIL, O TRABALHO ESCRAVO, DENTRE OUTRAS CONSEQUÊNCIAS DANOSAS À SOCIEDADE ATUAL. A FALTA DE INFORMAÇÃO E A SUPERPOSIÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS PROVOCAM A ACELERAÇÃO DOS FATORES DE RISCOS DO MUNDO ATUAL. CASO O PODER PÚBLICO NÃO ALICERCE SUAS AÇÕES EM PROGRAMAS QUE PARTICIPEM EFETIVAMENTE NA MELHORIA DA GESTÃO DAS SUAS FUNÇÕES, FATALMENTE A SOCIEDADE EM BREVE FUTURO, SERÁ ONERADA COM O DÉFICIT ECONÔMICO E SOCIAL INIMAGINÁVEL. O ESTADO DO TOCANTINS, POR MEIO DA SEAGRO, ATENTO AS TENDÊNCIAS MUNDIAIS, PRETENDE PORTUNIZAR A CAPTAÇÃO DE RECURSOS E PARCERIAS, PRINCIPALMENTE DO GOVERNO FEDERAL, PARA DAR SUSTENTAÇÃO A MELHORIA DA GESTÃO DO AGRONEGÓCIO COM ÊNFASE AO PEQUENO PRODUTOR RURAL E AO AGRICULTOR FAMILIAR, OFERECENDO MELHORES SERVIÇOS COM A OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS, HAJA VISTA A DISPONIBILIDADE DE PROGRAMAS E AÇÕES DESENHADOS NO PLANO PLURIANUAL 2008-2011, COM FOCO NA MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA E A DESBUROCRATIZAÇÃO, OBJETIVANDO O AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DO PAÍS.
Estratégia:	A COORDENAÇÃO DA GESTÃO DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO RURAL DAR-SE-Á POR INTERMÉDIO DA SEAGRO EM CONJUNTO COM SUAS VINCULADAS ADAPEC, ITERTINS E RURALTINS E EM PARCERIA COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS ALIADAS NO PROPÓSITO DA DESBUROCRATIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
RENDA FAMILIAR MÉDIA ANUAL DOS AGRICULTORES	RENDA FAMILIAR MÉDIA = (RENDA MONETÁRIA + RENDA NÃO MONETÁRIA) / NÚMERO DE AGRICULTORES	6.000	jun/2005	12.000
ÍNDICE DE ATENDIMENTO PELO SOS RURAL	(NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS ATENDIDOS / TOTAL DE REGISTROS DAS OCORRÊNCIAS) X 100	-	-	60

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1001	REALIZAÇÃO DA FEIRA DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA – AGROTINS.	771.244,00	695.605,97	90,19	UNIDADE	1	1	100,00
1002	CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE REFERÊNCIA AGROTECNOLÓGICA.	363.499,00	59.303,63	16,31	UNIDADE	2	0,20	10,00
1003	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS REGIONALIZADOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - SOS RURAL.	3.500,00	1.895,22	54,15	PERCENTUAL	20	5	25,00
1004	REESTRUTURAÇÃO FÍSICA DO ÓRGÃO SEDE.	48.372,00	11.500,00	23,77	PERCENTUAL	20	10	50,00
1007	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO DO AGRONEGÓCIO.	40.000,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	20	2	10,00
2014	MANUTENÇÃO DOS PROJETOS IMPLANTADOS.	862.412,00	311.074,81	36,07	UNIDADE	13	12	92,31
2015	PROMOÇÃO DE CAMPANHAS DE VALORIZAÇÃO DAS POTENCIALIDADES DO AGRONEGÓCIO.	2.167.980,00	1.338.756,59	61,75	UNIDADE	14	6	42,86
2016	CAPACITAÇÃO TÉCNICA E GERENCIAL DOS SERVIDORES DA GESTÃO DO AGRONEGÓCIO.	61.528,00	10.272,63	16,70	UNIDADE	40	5	12,50
2017	MONITORAMENTO DAS AÇÕES DA GESTÃO DO AGRONEGÓCIO.	24.218,00	10.674,00	44,07	UNIDADE	28	28	100,00
TOTAL		**4.342.753,00**	**2.439.082,85**	**56,16**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAGRO.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
20.892.780,00	15.881.782,66	76,02	5.010.997,34

3.1.21 SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A Secretaria de Indústria e Comércio foi instituída por meio do Decreto n.º 1.112, de 07 de fevereiro de 2001, passando a denominar-se Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo por força do Decreto n.º 1.465, de 04 de abril de 2002 e, após as alterações realizadas mediante os Decretos n.º 2.915/2007 e n.º 3.460/2008, passou a denominar-se Secretaria de Indústria e Comércio.

As competências e a atual estrutura operacional de cargos comissionados desta Secretaria foram estabelecidas pelo Decreto Estadual n.º 3.460, de 12 de agosto de 2008, que foi modificado pelo Decreto n.º 3.831, de 15 de novembro de 2009, o qual manteve inalteradas as competências e a estrutura operacional estabelecida no Decreto anterior, promovendo apenas a redução na quantidade de vagas disponíveis, que passaram de 78 para 53 vagas.

A missão da Secretaria de Indústria e Comércio é fomentar o desenvolvimento econômico do Estado gerando melhor qualidade de vida aos seus habitantes. Assim sendo, o objetivo desta Secretaria é fundamentalmente

captar investimentos de empresários dos segmentos da indústria, da agroindústria, do comércio e dos serviços empresariais, incentivando a implantação de empresas e fomentando o desenvolvimento empresarial no Estado.

Conforme o Decreto n.º 3.831, de 15 de outubro de 2009, a Secretaria de Indústria e Comércio possui as seguintes competências:

a) planejar, coordenar e executar as políticas voltadas para o desenvolvimento dos setores agroindustrial, industrial, comercial e de serviços;

b) captar e difundir tecnologias nas áreas da indústria, do comércio, da agroindústria e de serviços;

c) formular políticas de apoio às micro e pequenas empresas e ao artesanato;

d) executar atividades de registro do comércio;

e) gerir a metrologia, normalização e qualidade industrial;

f) representar o Estado no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI.

As atribuições da Secretaria da Indústria e Comércio foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: Apoio Administrativo, 03 Programas Finalísticos e 01 Programa de Gestão de Políticas Públicas. Para esses Programas foram autorizados gastos orçamentários à ordem de **R$ 10.645.972,00,** com execução de **43,84%,** ou seja, **R$ 4.667.225,19,** conforme demonstram os quadros a seguir.

QUADRO 111 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	428.469,00	249.795,81	58,30	178.673,19
Manutenção de Serviços de Transportes	248.374,00	117.494,95	47,31	130.879,05
Manutenção de Recursos Humanos	23.964.351,00	2.719.289,56	11,35	245.061,44
Ações de Informática	96.500,00	33.962,94	35,19	62.537,06
TOTAL	**24.737.694,00**	**3.120.543,26**	**12,61**	**617.150,74**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria de Indústria e Comércio – SIC.

QUADRO 112 - FINALÍSTICO - 0111

PROGRAMA - TOCANTINS COMPETITIVO	
Objetivo:	FOMENTAR O EMPREGO DE TECNOLOGIAS ADEQUADAS E A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DA PRODUÇÃO POSSIBILITANDO GERAR CAPACIDADE COMPETITIVA AOS SETORES INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS, QUE ATUAM NO ESTADO DO TOCANTINS, RESULTANDO EM MELHORIAS NA GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA, ARRECADAÇÃO FISCAL E ERRADICAÇÃO DA INFORMALIDADE.
Justificativa:	A ECONOMIA DO ESTADO AINDA SE BASEIA NO SETOR PRIMÁRIO COM BAIXO EMPREGO DE MODERNAS TECNOLOGIAS E MÉTODOS DE GESTÃO PRODUTIVA. O GOVERNO ESTADUAL DEVE CONTRIBUIR PARA A

	SUPERAÇÃO DESTE QUADRO BUSCANDO DISPONIBILIZAR RECURSOS PÚBLICOS E OUTROS MEIOS QUE POSSIBILITEM AOS EMPREENDEDORES O ACESSO A TAIS TECNOLOGIAS E INSTRUMENTOS MODERNOS, GARANTINDO-LHES MAIS POSSIBILIDADE DE SOBREVIVÊNCIA NESSE MERCADO CADA VEZ MAIS COMPETITIVO. PRETENDE-SE TAMBÉM PROMOVER E DIVULGAR AS NOSSAS POTENCIALIDADES ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS, SEMINÁRIOS, CONGRESSOS E OUTROS EVENTOS.
Estratégia:	DIAGNOSTICAR OPORTUNIDADES E POTENCIALIDADES DE NEGÓCIOS; PROMOVER A IMPLANTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE CENTROS PRODUTIVOS E PEQUENOS NEGÓCIOS, ATRAVÉS DE PRESTAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA, CAPACITAÇÃO, PROMOÇÃO DO ACESSO A LINHAS DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO DE CAPITAL FIXO E DE GIRO PARA IMPLANTAÇÃO, RECUPERAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PRESTADORES DE SERVIÇO, OFERECIDAS POR INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E FOMENTO VINCULADAS AO ESTADO; PATROCÍNIO PARA REALIZAÇÃO DE FEIRAS, ATRAVÉS DE PARCERIAS COM AS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSE, ETC.; PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS PARA DIVULGAÇÃO DOS PRODUTOS TOCANTINENSES E FACILITAÇÃO DO ACESSO A NOVAS TECNOLOGIAS E GESTÃO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
INDICE DE EFICÁCIA	RELAÇÃO ENTRE AS METAS REALIZADAS E AS METAS PLANEJADAS	0,46	31/12/2009	25,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1101	COMPRE NO TOCANTINS.	180.275,00	43.750,00	24,27	UNIDADE	45	4	8,89
1102	BR/TO COMERCIALIZAÇÃO.	240.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	4	0	0,00
1104	REALIZAÇÃO DE FEIRAS.	300.000,00	220.515,00	73,51	UNIDADE	9	7	77,78
1248	PROJETO FOGÃO DE LENHA – IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS.	359.796,00	4.500,00	1,25	UNIDADE	6	0	100,00
2146	FORTALECER O DESENVOLVIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS.	150.000,00	5.480,00	3,65	UNIDADE	4	1	25,00
2153	FOMENTO A CAPACITAÇÃO DO MICRO, PEQUENOS E MÉDIOS EMPRESÁRIOS E TRABALHADORES.	275.700,00	0,00	0,00	UNIDADE	1.600	211	13,19
2448	TOCANTINS PRODUTIVO – FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO.	180.132,00	37.223,50	20,66	UNIDADE	48	20	41,67
TOTAL		**1.685.903,00**	**311.468,50**	**18,47**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria de Indústria e Comércio – SIC.

QUADRO 113 - FINALÍSTICO - 0114

PROGRAMA - ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS	
Objetivo:	ATRAIR INVESTIDORES PARA IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE INTERESSE ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO, PROMOVENDO A DIVULGAÇÃO DAS POTENCIALIDADES E OPORTUNIDADES QUE O ESTADO OFERECE PRINCIPALMENTE NO SETOR DE LOGÍSTICA, INCENTIVOS FISCAIS E OUTROS, COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.
Justificativa:	O NOSSO ESTADO DISPÕE DE RECURSOS NATURAIS E POTENCIAL LOGÍSTICO QUE LHE CONFEREM GRANDES POSSIBILIDADES NOS MERCADOS INTERNO E EXTERNO. PORÉM, NA ATUAL ETAPA DO SEU DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO A POUCA DISPONIBILIDADE DE POUPANÇA INTERNA EXIGE A ATRAÇÃO DE INVESTIDORES COM CAPITAL E TECNOLOGIA CAPAZES DE OCUPAR ESSE ESPAÇO.
Estratégia:	REALIZAR MISSÕES EMPRESARIAIS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, RODADAS DE NEGÓCIOS, SEMINÁRIOS E CONGRESSOS TANTO NO ESTADO QUANTO NOS CENTROS DESENVOLVIDOS DO PAÍS E DO EXTERIOR, ONDE HAJA POTENCIAIS INVESTIDORES E MANIFESTAÇÃO DE INTERESSES PARA EMPREENDIMENTOS QUE POSSAM CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO. PREVÊ-SE RECORRER A PALESTRAS, EVENTOS EMPRESARIAIS, INSTRUMENTOS DE MÍDIA, VISITAS TÉCNICAS A INDÚSTRIAS, DEPARTAMENTOS COMERCIAIS DE EMBAIXADAS, PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS E OUTROS EVENTOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE EFICÁCIA	RELAÇÃO ENTRE AS METAS REALIZADAS E AS METAS PLANEJADAS	38,65	04/01/2010	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1105	IMPLANTAÇÃO DE PÓLOS TECNOLÓGICOS NO TOCANTINS.	1.303.000,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	40	4	10,00
2148	PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS, SIMPÓSIOS E CONGRESSOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS.	80.000,00	10.691,90	13,36	UNIDADE	5	2	40,00
2149	MISSÕES INTERNACIONAIS DE ATRAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO ESTADO.	480.992,00	453.968,56	94,38	UNIDADE	30	20,00	66,67
2151	IMPLANTAÇÃO DE PÓLO ÓTICO NO TOCANTINS.	1.120.000,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	45	7,00	15,56
2152	ESTUDOS DE VIABILIDADE EMPRESARIAL.	60.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	5	2	40,00
TOTAL		3.043.992,00	464.660,46	15,26	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria de Indústria e Comércio – SIC.

QUADRO 114 - FINALÍSTICO - 0117

PROGRAMA - ESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL	
Objetivo:	IMPLANTAR, VIABILIZAR, REVITALIZAR E MANTER AS ESTRUTURAS DE SUPORTE E LOGÍSTICA PARA RECEBER PLANTAS INDUSTRIAIS EM DISTRITOS JÁ EXISTENTES OU A SEREM INSTALADOS, COM IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA QUE VENHA DAR SUPORTE E VIABILIDADE AOS INVESTIDORES, GARANTINDO CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA ATRAÇÃO, INSTALAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS NO TOCANTINS.
Justificativa:	O TOCANTINS AINDA NÃO DISPÕE DE INFRA-ESTRUTURA EM TERMO DE DISTRITOS E ÁREAS DESTINADAS A EMPREENDIMENTOS COM OFERTA DE LOGÍSTICA, TECNOLOGIAS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA ABRIGAR INVESTIMENTOS DOS MAIS DIFERENTES SEGUIMENTOS PRODUTIVOS. APRESENTA-SE COMO NECESSÁRIA A AÇÃO DO ESTADO NO PREPARO DESSAS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES PARA ATRAIR EMPRESAS, POSSIBILITAR E ACELERAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.
Estratégia:	PREPARAR A INFRA-ESTRUTURA PARA PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM DIVERSAS REGIÕES DO ESTADO, INCLUINDO OFERTA DE ENERGIA, ILUMINAÇÃO, ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIOS, ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS PARA DISTRITOS E/OU LOCAIS ONDE SEJA NECESSÁRIO, SISTEMA VIÁRIO PAVIMENTADO, SINALIZAÇÃO, ACOSTAMENTOS, PÁTIOS, ESTACIONAMENTOS, ALAMBRADOS, GUARITAS, SISTEMAS DE SEGURANÇA, COMUNICAÇÃO, SAÚDE, CRECHES, ÁREAS DE LAZER, ARMAZÉNS OU GALPÕES; PROMOÇÃO DO ACESSO A LINHAS DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO DE CAPITAL FIXO E DE GIRO PARA IMPLANTAÇÃO, RECUPERAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PRESTADORES DE SERVIÇO, OFERECIDAS POR INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E FOMENTO VINCULADAS AO ESTADO. É PREVISTA A CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS E/OU CONVÊNIOS COM O SETOR PRIVADO. AS EXECUÇÕES SERÃO FEITAS POR APLICAÇÃO DIRETA OU CONVÊNIO COM PREFEITURAS OU INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS DE CLASSE SEM FINS LUCRATIVOS, NA FORMA DA LEI.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE EFICÁCIA	RELAÇÃO ENTRE AS METAS REALIZADAS E AS METAS PLANEJADAS	24,72	04/01/2010	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1106	VIABILIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE DISTRITOS E ÁREAS INDUSTRIAIS.	162.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	129	0	0,00
1107	ESTRUTURAÇÃO DE CENTROS LOGÍSTICOS – CL.	780.000,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	36	9	25,00
2147	REVITALIZAÇÃO DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS.	60.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	9	0	0,00
TOTAL		1.002.000,00	0,00	0,00	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria de Indústria e Comércio – SIC.

QUADRO 115 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0118

PROGRAMA - GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS	
Objetivo:	COORDENAR, AVALIAR E CONTROLAR A EXECUÇÃO DAS AÇÕES E PROGRAMAS FINALÍSTICOS DA SECRETARIA, MENSURANDO OS RESULTADOS E FAZENDO AS CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS SOBRE NECESSIDADES DE

	READEQUAÇÕES DOS MESMOS DE MODO A PROMOVER O SEU APERFEIÇOAMENTO CONTÍNUO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS SEGMENTOS INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS.
Justificativa:	A SECRETARIA NECESSITA DE AVALIAÇÕES, DIAGNÓSTICOS ATUALIZADOS, ESTUDOS E PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS SEUS PROGRAMAS E AÇÕES PARA DESENVOLVER UM PROCESSO CONTÍNUO DE MELHORIAS DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS. TENDO POR FINALIDADE SEU PERMANENTE APERFEIÇOAMENTO, A PRODUÇÃO DE DADOS COMPATÍVEIS SERVIRÁ PARA SUBSIDIAR A REVISÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES E A ELABORAÇÃO DE PLANOS SETORIAIS VOLTADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.
Estratégia:	SERÃO REALIZADOS ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÕES PERIÓDICAS DOS PROGRAMAS E AÇÕES DA SECRETARIA, ATRAVÉS DE ANÁLISES DE DESEMPENHOS E RESULTADOS ALCANÇADOS PELOS MESMOS, DE FORMA A OFERTAR SUBSÍDIOS AOS GESTORES PARA TOMADAS DE DECISÃO SOBRE AS FORMAS DE GESTÃO OU EVENTUAIS NECESSIDADES DE REDIMENSIONAMENTO OU REDIRECIONAMENTO AS DAS POLÍTICAS SETORIAIS. ESSAS ATIVIDADES SERÃO EXECUTADAS POR TÉCNICOS DA UNIDADE GESTORA. AS ATIVIDADES QUE TIVEREM MAIOR COMPLEXIDADE PODERÃO SER OBJETO DE PARCERIAS COM OS ÓRGÃOS DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO, DE FISCALIZAÇÃO DAS SUAS EXECUÇÕES OU, CONTRATADAS INSTITUIÇÕES OU ESPECIALISTAS ATRAVÉS DE CONVÊNIO OU CONSULTORIA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE EFICÁCIA	RELAÇÃO ENTRE AS METAS REALIZADAS E AS METAS PLANEJADAS	-	31/12/2009	25

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2154	DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS.	722.847,00	600.586,13	83,09	UNIDADE	1	1	100,00
2313	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS.	428.536,00	146.660,84	34,22	UNIDADE	1	1	100,00
2449	QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DA SIC.	25.000,00	23.306,00	93,22	UNIDADE	12	12	100,00
TOTAL		**1.176.383,00**	**770.552,97**	**65,50**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria de Indústria e Comércio – SIC.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
10.645.972,00	4.667.255,19	43,84	5.978.746,81

3.1.22 SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA

A Secretaria da Infra-Estrutura tem como finalidade precípua definir no campo econômico a política da Infra-Estrutura do Estado visando integrar as diversas regiões, no intuito de maximizar o desenvolvimento estadual.

O Decreto nº 3.460, de 12 de agosto de 2008, republicado em 14 de agosto de 2008, lhe atribui as seguintes competências:

a) administrar, executar, manter e fiscalizar obras públicas de infra-estrutura, sistemas viários e saneamento;

b) formular, coordenar e executar programas de saneamento básico;

c) administrar, executar e manter obras dos setores de energia e saneamento básico;

d) promover licitação de obras públicas e de serviços;

e) fiscalizar, supervisionar, acompanhar, avaliar, controlar e receber obras e serviços de engenharia;

f) gerenciar os transportes intermodais;

g) elaborar os estudos e/ou projetos técnicos para a conservação, ampliação e recuperação de prédios públicos do Estado, nos termos propostos pelos Órgãos da Administração Direta;

h) promover a execução de:

1. construção, ampliação, conservação e recuperação de prédios públicos;

2. obras e serviços de engenharia decorrentes de acordos e convênios.

As atribuições da Secretaria da Infra-Estrutura foram desenvolvidas por meio das ações estruturadas nos programas: 01 de Apoio Administrativo, 01 de Serviços ao Estado, 01 de Gestão de Políticas Públicas e 06 Finalísticos. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 83.862.176,00**, com execução de **60,90%**, ou seja, de **R$ 51.073.666,49**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 116 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.865.000,00	1.210.914,71	64,93	654.085,29
Manutenção de Serviços de Transportes	638.218,00	498.635,15	78,13	139.582,85
Manutenção de Recursos Humanos	9.720.146,00	9.607.366,42	98,84	112.779,58
Ações de Informática	511.200,00	145.213,48	28,41	365.986,52
TOTAL	**12.734.564,00**	**11.462.129,76**	**90,01**	**1.272.434,24**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Infra-Estrutura – SEINF.

QUADRO 117 - FINALÍSTICO - 0019

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	
Objetivo:	CONTRIBUIR PARA O AUMENTO DO PADRÃO DE VIDA DAS COMUNIDADES REGIONAIS, POR MEIO DA MELHORIA DO ACESSO AOS MERCADOS, ÀS OPORTUNIDADES DE TRABALHO, À INFRA-ESTRUTURA E AOS SERVIÇOS SOCIAIS, AO MESMO TEMPO EM QUE ASSEGURA O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E A PROTEÇÃO DE ECOSSISTEMAS FRÁGEIS, SEMPRE CONTANDO COM A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA SELEÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS, GARANTIDAS A TRANSPARÊNCIA E A GOVERNABILIDADE.
Justificativa:	FORMULADO EM 1999 COMO UMA CONTINUIDADE DO PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CONSERVAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA DO ESTADO (3714-BR). A PARTIR DE 2002 O PROJETO EVOLUIU-SE

	PARA UMA MAIOR ABRANGÊNCIA EM TRERMOS DE ÁREAS DE ATUAÇÃO, VISTO QUE A INTEGRAÇÃO DE AÇÕES DE PLANEJAMENTO, MEIO AMBIENTE E INFRA-ESTRUTURA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL SÃO INTERDEPENDENTES NA BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. ABORDA A QUESTÃO DO TERRITÓRIO E PRIORITARIAMENTE QUATRO REGIÕES DO ESTADO: SUDESTE (ARRAIAS, TAGUATINGA, DIANÓPOLIS, NATIVIDADE E PARANÂ), NORTE (BICO DO PAPAGAIO), NORDESTE (GOIATINS E PEDRO AFONSO) E LESTE (JALAPÃO).
Estratégia:	SERÁ EXECUTADO DE FORMA MULTISETORIAL, ENVOLVENDO A SEPLAN, A SEINF E O DERTINS. SERÃO ESTABELECIDOS TRÊS MACRO-COMPONENTES: A) PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL; B) CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO TERRITORIAL; E C) MELHORAMENTO E CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
IMPACTO DA MELHORIA GERENCIAL NA APLICAÇÃO DE RECURSOS POR KM CONSERVADOS	1º - KM CONSERVADOS / VOLUME DE RECURSOS X 100 = KM CONSERVADOS ANO-BASE; 2º - KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE / VOLUME DE RECURSOS X 100 = KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE; 3º - KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE / KM CONSERVADOS ANO-BASE X 100.	100,00	2007	115,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1057	CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA.	169.700,00	4.755,25	2,80	UNIDADE	10	4	40,00
1259	APARELHAMENTO DA GERÊNCIA ADMINISTRATIVA DO PDRS.	257.500,00	31.990,00	12,42	UNIDADE	19	1	5,26
2054	ASSISTÊNCIA TÉCNICA À GERÊNCIA ADMINISTRATIVA DO PROJETO.	3.243.543,00	645.718,88	19,91	UNIDADE	1	1	100,00
2055	AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DO PROJETO.	129.591,00	44.940,00	34,68	UNIDADE	1	0,40	40,00
TOTAL		**3.800.334,00**	**727.404,13**	**19,14**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Infra-Estrutura – SEINF.

QUADRO 118 – FINALÍSTICO - 0029

PROGRAMA - INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	
Objetivo:	PROPORCIONAR À POPULAÇÃO MEIOS DE TRANSPORTE SEGUROS E EFICIENTES, INTEGRANDO TODO O ESTADO.
Justificativa:	ASSEGURAR AO ESTADO CONTROLE LOGÍSTICO DOS TRANSPORTES MULTIMODAIS (RODOVIÁRIO; FERROVIÁRIO; HIDROVIÁRIO E AEROVIÁRIO).
Estratégia:	PROGRAMA PREVIAMENTE IMPLANTADO. EXECUÇÃO DE MANEIRA DIRETA ATRAVÉS DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS AEROPORTUÁRIOS, PORTUÁRIOS E DE PLATAFORMAS MULTIMODAIS (RODOVIÁRIO; FERROVIÁRIO; HIDROVIÁRIO E AEROVIÁRIO), EXECUÇÃO DAS RESPECTIVAS CONSTRUÇÕES, E MANUTENÇÕES DOS AERÓDROMOS E DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO AO VÔO. BOA PARTE DA EXECUÇÃO DAS METAS DESTE PROGRAMA SE DARÁ ATRAVÉS DE REPASSES DO GOVERNO FEDERAL E DE CONVÊNIOS COM O MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E INICIATIVA PRIVADA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM AEROPORTOS; PORTOS OU PLATAFORMAS MULTIMODAIS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS ONDE SE ENCONTRA INSTALADO UM AEROPORTO, OU UMA PLATAFORMA MULTIMODAL, OU UM PORTO FLUVIAL SOB A JURISDIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO	9	2009	16

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1059	ELABORAÇÃO DE PROJETOS AEROPORTUÁRIOS.	365.000,00	175.708,55	48,14	UNIDADE	3	2	66,67
1060	IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO AO VÔO.	482.175,00	0,00	0,00	UNIDADE	4	0	0,00
1061	CONSTRUÇÃO DE AERÓDROMOS NO ESTADO.	2.230.083,00	1.212.597,36	54,37	UNIDADE	4	1	25,00
1217	ELABORAÇÃO DE PROJETOS HIDROVIÁRIOS E DE PLATAFORMAS MULTIMODAIS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1063	CONSTRUÇÃO DE PORTOS HIDROVIÁRIOS E DE PLATAFORMAS	296.063,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00

	MULTIMODAIS.							
2056	MANUTENÇÃO DE AERÓDROMOS E DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO AO VÔO.	404.550,00	172.508,59	42,64	UNIDADE	5	1	20,00
TOTAL		**3.777.871,00**	**1.560.814,50**	**41,31**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Infra-Estrutura – SEINF.

QUADRO 119 - FINALÍSTICO - 0030

PROGRAMA - ENERGIZAÇÃO URBANA	
Objetivo:	AMPLIAR A INFRA-ESTRUTURA DOS SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA DOS MUNICÍPIOS; DISTRIBUIR ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA SETORES E BAIRROS NÃO ATENDIDOS.
Justificativa:	MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO ASSEGURANDO CONFORTO E SEGURANÇA. AUMENTAR A EFICIÊNCIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA TORNANDO-A EFICAZ COM A DIMINUIÇÃO DE GASTOS PÚBLICOS. ATENDER AS DEMANDAS LEVANTADAS NOS ENCONTROS REGIONAIS.
Estratégia:	PROGRAMA PREVIAMENTE IMPLANTADO. EXECUÇÃO DE MANEIRA DIRETA ATRAVÉS DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS E TAMBÉM DE MANEIRA INDIRETA ATRAVÉS DA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS COM AS DEMAIS ESFERAS DE GOVERNO E COM A COMPANHIA DE ENERGIA DO ESTADO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE SETORES ATENDIDOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	34	2007	139

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1065	CONSTRUÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO URBANA.	2.901.546,00	1.703.875,26	58,72	METRO	13.520	9.022	66,73
1066	EFICIENTIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.	4.620.197,00	0,00	0,00	UNIDADE	28.004	0	0,00
TOTAL		**7.521.743,00**	**1.703.875,26**	**22,65**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Infra-Estrutura – SEINF.

QUADRO 120 - FINALÍSTICO - 0036

PROGRAMA - SANEAMENTO BÁSICO	
Objetivo:	PROMOVER A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO ESTADO, CONTRIBUINDO PARA A PROTEÇÃO À SAÚDE, A QUALIDADE DE VIDA E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DAS ÁREAS URBANAS E RURAIS (DISTRITOS, VILAS E POVOADOS).
Justificativa:	DOTAR A POPULAÇÃO DO TOCANTINS COM SISTEMAS DE ÁGUA POTÁVEL, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES COM O INTUITO DE OFERECER MELHOR QUALIDADE DE VIDA.
Estratégia:	OS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE SE DEVEM AO FATO DA INEXISTÊNCIA, DEFICIÊNCIA OU INSUFICIÊNCIA DE AÇÕES DE SANEAMENTO NO ESTADO; ÁREAS DESPROVIDAS DE INFRA-ESTRUTURA; ÁREAS COM MAIOR INCIDÊNCIA DE DOENÇAS EVITÁVEIS POR AÇÕES DE SANEAMENTO (DENGUE, DIARRÉIAS, ETC) E ÁREAS COM MENOR CUSTO BENEFÍCIO. O PROGRAMA SERÁ IMPLEMENTADO DE FORMA DESCENTRALIZADA COM PARCERIAS: 1º NOS INVESTIMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DAS ESTRUTURAS FÍSICAS COM RECURSOS ORIUNDOS DE PROGRAMAS E PROJETOS ESPECIAIS DOS TRÊS NÍVEIS DE GOVERNO; NO NÍVEL FEDERAL É ORIUNDO DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO - OGU; NO NÍVEL ESTADUAL É ORIUNDO DO TESOURO ESTADUAL E DA COMPANIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS; NO NÍVEL MUNICIPAL É ORIUNDO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL E OS GERADOS PELAS RECEITAS DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO ARRECADADOS. 2º OS RECURSOS NECESSÁRIOS À SUSTENTABILIDADE DOS SITEMAS DEVERÃO SER CONSOLIDADOS ATRAVÉS DE MECANISMOS PERMANENTES DE FINANCIAMENTO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, NOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO E NO ORÇAMENTO MUNICIPAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	8	2007	10

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1067	ATENDIMENTO À POPULAÇÃO COM MELHORIAS SANITÁRIAS.	1.761.458,00	0,00	0,00	UNIDADE	1.220	0	0,00
1068	ATENDIMENTO À POPULAÇÃO COM SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.	8.671.823,00	4.601.186,42	53,06	UNIDADE	7	4	57,14
1069	ATENDIMENTO À POPULAÇÃO COM SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL.	8.262.691,00	32.683.737,86	395,56	UNIDADE	6	3	50,00
1205	CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO.	1.985.626,00	0,00	0,00	UNIDADE	4	0	0,00
TOTAL		20.681.598,00	37.284.924,28	180,28	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Infra-Estrutura – SEINF.

QUADRO 121 - SERVIÇO AO ESTADO - 0039

PROGRAMA - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	
Objetivo:	OFERECER INFRA-ESTRUTURA PARA PROPORCIONAR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO AOS SERVIDORES PÚBLICOS; OFERECER MELHOR ATENDIMENTO E MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA À POPULAÇÃO.
Justificativa:	CONSTRUÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO E MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO.
Estratégia:	PROGRAMA PREVIAMENTE IMPLANTADO. EXECUÇÃO DE MANEIRA DIRETA ATRAVÉS DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS, LAUDOS, EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÕES, REFORMAS E MANUTENÇÕES DAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS E PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE METROS QUADRADOS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS CONSTRUÍDOS	NÚMERO DE METROS QUADRADOS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS CONSTRUÍDOS	23.818,75	2009	19.695,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1070	SERVIÇOS DE PROJETOS E CONSULTORIA PARA OBRAS PÚBLICAS.	285.361,00	0,00	0,00	m²	9.167	0	0,00
1071	SERVIÇOS DE PROJETOS DE PLANIALTIMÉTRIA E SANEAMENTO.	200.000,00	96.675,00	48,34	m²	1.000.000	150.861,61	15,09
1072	LAUDOS DE SONDAGEM.	0,00	0,00	0,00	METRO	3.300	0	0,00
1073	ADEQUAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS ÀS LEIS DE ACESSIBILIDADE.	90.785,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1074	CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS.	4.121.488,00	3.349.958,43	81,28	m²	2.775	23.818,75	858,33
1075	REFORMA DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS.	186.850,00	183.282,54	98,09	m²	1.593	250,44	15,72
1076	PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS.	446.898,00	323.632,18	72,42	UNIDADE	16	3	18,75
2057	MANUTENÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS.	16.479.189,00	16.098.774,52	97,69	UNIDADE	150	57	38,00
TOTAL		21.810.571,00	20.052.322,67	91,94	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Infra-Estrutura – SEINF.

QUADRO 122 – FINALÍSTICO - 0040

PROGRAMA - ELETRIFICAÇÃO RURAL	
Objetivo:	PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DOS SETORES AGROPECUÁRIO E INDUSTRIAL, COM A FINALIDADE DE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO, FIXANDO-O À TERRA E REDUZINDO O ÊXODO RURAL.
Justificativa:	LEVAR ENERGIA AO HOMEM DO CAMPO, BUSCANDO FORTALECER O DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E INDUSTRIAL DO ESTADO. ATENDER AS DEMANDAS VERIFICADAS NOS ENCONTROS REGIONAIS.
Estratégia:	PROGRAMA PREVIAMENTE IMPLANTADO, EXECUÇÃO DE MANEIRA DIRETA ATRAVÉS DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DAS REDES DE ENERGIA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE QUILÔMETROS DE REDE RURAL IMPLANTADOS	NÚMERO DE QUILÔMETROS DE REDE RURAL IMPLANTADOS	3.229,28	2007	4.595,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1078	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO RURAL.	70.000,00	43.912,44	62,73	km	560	152,85	27,29
1250	ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS DE REDES DE ELETRIFICAÇÃO.	10.450.551,00	5.720.374,17	54,74	km	454	162,87	35,88
TOTAL		**10.520.551,00**	**5.764.286,61**	**54,79**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Infra-Estrutura – SEINF.

QUADRO 123 - FINALÍSTICO - 0071

PROGRAMA - PROGRAMA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO - PED	
Objetivo:	PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DOS MUNICÍPIOS, OFERECENDO MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA PARA A POPULAÇÃO.
Justificativa:	PROGRAMA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO FOI CRIADO NO INTUITO DE DISTRIBUIR O REPASSE DO GOVERNO FEDERAL AO ESTADO DO TOCANTINS, DEVIDO A SUA CRIAÇÃO. ESTE ORÇAMENTO FOI DESTINADO PARA APLICAÇÃO NA ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA.
Estratégia:	ESTABELECIMENTO DE CONVÊNIOS COM OS MUNICÍPIOS E REPASSE DE RECURSOS PARA EXECUÇÃO DAS AÇÕES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	137	2009	139

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1079	URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES.	528.500,00	119.500,00	22,61	UNIDADE	3	1	33,33
1080	DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DOS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES.	206.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
1081	INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA.	265.000,00	70.000,00	26,42	UNIDADE	3	1	33,33
TOTAL		**999.500,00**	**189.500,00**	**18,96**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Infra-Estrutura – SEINF.

QUADRO 124 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0131

PROGRAMA – GESTÃO DAS POLÍTICAS DE INFRA-ESTRUTURA	
Objetivo:	PROMOVER A MELHORIA DA CAPACIDADE DE GERENCIAMENTO DO ÓRGÃO E DOS PROCESSOS DE CONVÊNIOS E EMPRÉSTIMOS INTERNOS E EXTERNOS.
Justificativa:	NECESSIDADE DE MELHORIA DO GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES QUE ENVOLVEM A EXECUÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS E CONVÊNIOS.
Estratégia:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS TÉCNICAS ESPECIALIZADAS PARA CONSULTORIAS, TREINAMENTOS E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E AUDITORIA.
Prazo de Execução:	2009-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1064	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS.	60.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
2058	DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DE GOVERNO.	1.955.444,00	1.328.409,28	67,93	PORCENTAGEM	100	67,93	67,93
TOTAL		2.015.444,00	1.328.409,28	65,91	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Infra-Estrutura – SEINF.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
83.862.176,00	51.073.666,49	60,90	32.788.509,51

3.1.23 SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE

A Secretaria Estadual dos Recursos Hídricos, foi instituída pelo Decreto n.º 1.461, de 22 de março de 2002, posteriormente, foi publicado o Decreto n.º 2.928, de 16 de janeiro de 2007, que alterou a denominação da Secretaria dos Recursos Hídricos para Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente.

A Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e Meio Ambiente é um órgão da Administração Direta, que tem como missão o planejamento, coordenação e acompanhamento das Políticas Estaduais de Meio Ambiente, de Recursos Hídricos, visando a conservação e utilização sustentável dos recursos naturais do Tocantins, além de desenvolver atividades de obras de infraestrutura hídrica e estruturas hidráulicas.

São suas competências:

a) planejar, coordenar e acompanhar:

1. a política estadual de recursos hídricos;

2. a política estadual do meio ambiente, as políticas de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, biodiversidade e florestas;

b) formular e conduzir a política estadual de irrigação, em conjunto com a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

c) propor diretrizes e articular ações destinadas a incentivar:

1. a gestão integrada de resíduos sólidos em bacias hidrográficas urbanas;

2. o conhecimento sobre mudanças climáticas;

d) programar, implantar e coordenar a rede hidrometeorológica estadual, em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas que a integram ou que dela sejam usuários;

e) desenvolver atividades informativas e educativas, visando a divulgação do conhecimento e a compreensão, pela sociedade, dos problemas ambientais, principalmente quanto à utilização e à preservação do recurso natural água;

f) planejar, implantar, operar, manter e recuperar obras de infra-estrutura hídrica e estruturas hidráulicas;

g) formular e coordenar ações destinadas a prevenir ou minimizar os efeitos de eventos hidrológicos críticos, em articulação com o órgão estadual de Defesa Civil;

h) apoiar a organização associativa dos usuários dos perímetros públicos de irrigação, promovendo-lhes autonomia administrativa e operacional;

i) coordenar as ações institucionais do setor público, com vistas ao incentivo do desenvolvimento da irrigação pública e privada;

j) promover a articulação com órgãos e entidades nacionais, internacionais e estrangeiros, visando a preservação do meio ambiente e recursos naturais.

As atribuições da Secretaria dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: 01 (um) Apoio Administrativo, 01 (um) Gestão de Políticas Públicas e 05 (cinco) Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 157.810.243,00**, com execução de **62,79%**, ou seja, **R$ 99.095.452,20**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 125 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	505.623,00	393.429,07	77,81	112.193,93
Manutenção de Serviços de Transportes	226.500,00	161.278,16	71,20	65.221,84
Manutenção de Recursos Humanos	3.790.848,00	3.748.256,90	98,88	42.591,10
Ações de Informática	58.000,00	25.572,74	44,09	32.427,26
TOTAL	**4.580.971,00**	**4.328.536,87**	**94,49**	**252.434,13**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da SRHMA.

QUADRO 126 – FINALÍSTICO - 0050

PROGRAMA - TOCANTINS BIODIVERSIDADE E FLORESTAS	
Objetivo:	FORMULAR E IMPLEMENTAR ESTUDOS E PROJETOS PARA CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, VISANDO A CONSERVAÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA E DOS RECURSOS GENÉTICOS COM A PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, A RECUPERAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS DEGRADADOS, O COMBATE A DESMATAMENTOS ILEGAIS E INCÊNDIOS FLORESTAIS ASSEGURANDO A CONSERVAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS.
Justificativa:	O PROGRAMA SE PROPÕE A TRABALHAR OS PROBLEMAS ELENCADOS DURANTE A OFICINAS DO PPA, SÃO ELES: QUEIMADAS, DESMATAMENTOS ILEGAIS, CAÇA E PESCA PREDATÓRIA; OS ECOSSISTEMAS NATURAIS ABRIGAM UMA IMENSA DIVERSIDADE BIOLÓGICA, PRESTANDO SERVIÇOS ESSENCIAIS PARA VIDA NO PLANETA. A BIODIVERSIDADE É UMA DAS GRANDES RIQUEZAS DO NOSSO ESTADO, DEVENDO SER ESPECIALMENTE PROTEGIDA E CONSERVADA. A NÃO IMPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA PROPICIARÁ O AUMENTO NA PRESSÃO ANTRÓPICA SOBRE OS RECURSOS NATURAIS EM FUNÇÃO DA NECESSIDADE DE ESPAÇO FÍSICO E UTILIZAÇÃO DESTES RECURSOS COMO MATÉRIA-PRIMA, DEVENDO PARA TANTO DEFINIR ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO QUE ESTABELEÇAM ESTRATÉGIAS PARA USO E CONSERVAÇÃO DA MESMA E AÇÕES ESTRUTURANTES IMPRESCINDÍVEIS PARA GARANTIR A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E ORIENTAR O USO DESTES ATIVOS AMBIENTAIS DE FORMA SUSTENTÁVEL.
Estratégia:	A SECRETARIA, DE FORMA DIRETA, DEVERÁ ELABORAR PLANOS E PROGRAMAS QUE ESTABELEÇAM ESTRATÉGIAS PARA O USO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA BIODIVERSIDADE, PROPOR A CRIAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, IMPLANTAR INFRA-ESTRUTURA BÁSICA NESTAS UNIDADES, E RECUPERAR ÁREAS DEGRADADAS NO ENTORNO DAS UC'S E DEMAIS ÁREAS PROTEGIDAS COM VISTAS A FORTALECER AÇÕES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, APOIANDO E FORTALECENDO A GESTÃO DAS UNIDADES EXECUTADA PELO NATURATINS; PARA A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELACIONADAS AO CONTROLE DO DESMATAMENTO E COMBATE A QUEIMADAS DEVERÁ PROPOR PARCERIAS COM ÓRGÃOS DE CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E EXTENSÃO RURAL TANTO ESTADUAL (NATURATINS, CIPAMA E RURALTINS) QUANTO MUNICIPAL (OEMAS, SECRETARIAS DE AGRICULTURA E BRIGADAS DE INCÊNDIOS).
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
HECTARES CRIADAS E CONSOLIDADAS DE UC	HECTARES UC CRIADAS E CONSOLIDADA	-	-	-
HECTARES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO REGULARIZADA	HECTARES UC REGULARIZADA	-	-	-
TAXA DE COBERTURA VEGETAL NO ESTADO	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1011	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.	352.880,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
1012	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA IDENTIFICAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS.	1.037.600,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
1014	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA CONHECIMENTO, CONSERVAÇÃO E USO DA BIODIVERSIDADE.	848.398,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
1015	IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DEMONSTRATIVOS.	968.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
2026	CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.	2.091.490,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
TOTAL		**5.298.368,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da SRHMA.

QUADRO 127 - FINALÍSTICO - 0052

PROGRAMA - ÁGUAS DO TOCANTINS	
Objetivo:	IMPLEMENTAR O SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS, PROMOVER A RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS E O EQUACIONAMENTO DOS CONFLITOS, COM O ENVOLVIMENTO E A PARTICIPAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS NO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DAS ÁGUAS.
Justificativa:	O PROGRAMA PROPOSTO VISA ATENDER AOS PROBLEMAS IDENTIFICADOS DURANTE AS OFICINAS DO PPA REALIZADAS EM 14 REGIÕES DO ESTADO, SENDE ELES: ASSOREAMENTO DOS CORPOS DE ÁGUAS, SECAS EXTREMAS, DESMATAMENTOS E POLUIÇÃO AMBIENTAL; E OUTROS IDENTIFICADOS PELA EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA, COMO: O COMPROMETIMENTO DA QUALIDADE E QUANTIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS EM AMBIENTES URBANOS E RURAIS; A AUSÊNCIA DE DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS PARA TOMADA DE DECISÕES; A OCUPAÇÃO DESORDENA DO SOLO NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS; O POUCO CONHECIMENTO DOS ATORES ENVOLVIDOS COM A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NAS BACIAS. A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS, COM BASE NOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DEFINIDAS NA POLÍTICA ESTADUAL, PRESSUPÕE A MINIMIZAÇÃO DOS CONFLITOS DE USOS, OCASIONADAS PELOS INTERESSES CONCORRENTES E O PLANEJAMENTO RACIONAL COM VISTAS A GARANTIR A TODOS O ACESSO À ÁGUA EM QUANTIDADE E QUALIDADE SATISFATÓRIAS, INCENTIVANDO AÇÕES CONSERVACIONISTAS DE USO DO SOLO E DA ÁGUA, ALÉM DE FOMENTAR OS USOS MÚLTIPLOS. A NÃO

	IMPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA ACARRETARÁ DANOS A QUALIDADE DAS ÁGUAS, REFLETINDO NA QUALIDADE DE VIDA DA COMUNIDADE, BEM COMO, A MANUTENÇÃO DA QUANTIDADE DAS ÁGUAS, COM PREJUÍZOS AOS PROCESSOS PRODUTIVOS IMPLANTADO EM TODO O ESTADO. O ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE LOCAL, NA BUSCA POR SOLUÇÕES E O INTERESSE DOS USUÁRIOS DAS ÁGUAS EM MINIMIZAR OS CONFLITOS DE USOS SÃO FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA, JÁ A QUANTIDADE DE RECURSOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA O MESMO PODERÁ SER UM FATOR DESFAVORÁVEL A SUA IMPLEMENTAÇÃO.
Estratégia:	A ESTRATÉGIA DO PROGRAMA PREVÊ PARCERIAS ENTRE MUNICÍPIOS, USUÁRIOS DE ÁGUA E SOCIEDADE CIVIL, BEM COMO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E CAPACITAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS DA BACIA, CUJO OBJETIVO PRINCIPAL É A SUSTENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS E DO SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS. PARA ESSE PROGRAMA SÃO NECESSÁRIAS DIÁRIAS PARA AS VIAGENS DOS SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELAS ATIVIDADES. OS PRODUTOS ORIUNDOS DAS AÇÕES DESSE PROGRAMA TERÃO DIVULGAÇÃO EM MASSA E SERÃO ACESSÍVEIS VIA PORTAL WEB E OUTROS MEIOS DE DIVULGAÇÃO DE FÁCIL ACESSO DO PÚBLICO ALVO. AS AÇÕES SERÃO EXECUTADAS COM O APORTE INSTITUCIONAL, TÉCNICO E OPERACIONAL DA SRHMA, COMPLEMENTADAS QUANDO FOR NECESSÁRIO, COM SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, PARCEIROS LOCAIS E ESTADUAIS ENVOLVIDOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ESTAÇÃO HIDROMETEREOLÓGICA ESTRUTURADA	EHE = SOMATÓRIO DAS ESTAÇÕES HIDROMETEOROLÓGICAS ESTRUTURADAS	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1017	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS.	4.195.698,00	3.203.352,54	76,35	UNIDADE	6	4	66,67
1018	MOBILIZAÇÃO SOCIAL COM VISTAS A IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS.	159.308,00	141.369,27	88,74	UNIDADE	2	2	1000,00
1019	REVITALIZAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL.	1.075.200,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1031	ESTRUTURAÇÃO DA REDE HIDROMETEOROLOGICA ESTADUAL.	1.898.813,00	180.812,86	9,52	UNIDADE	30	8	26,67
TOTAL		**7.329.019,00**	**3.525.534,67**	**48,10**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da SRHMA.

QUADRO 128 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0059

PROGRAMA - GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE E DE RECURSOS HÍDRICOS	
Objetivo:	COORDENAR O PLANEJAMENTO E A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS SETORIAIS E A AVALIAÇÃO E CONTROLE DOS PROGRAMAS NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE E DE RECURSOS HÍDRICOS COM VISTA AO FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE E DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS.
Justificativa:	O PROGRAMA FOI PROPOSTO TENDO EM VISTA SOLUCIONAR OS SEGUINTES PROBLEMAS: QUEIMADAS, DESMATAMENTOS ILEGAIS, CAÇA E PESCA PREDATÓRIA, ASSOREAMENTO DE RIOS, LIXÃO A CÉU ABERTO; FALTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMAL E INFORMAL; POLUIÇÃO AMBIENTAL. O USO INADEQUADO DOS RECURSOS NATURAIS NO ESTADO, ESPECIFICAMENTE QUANTO À CAÇA E PESCA PREDATÓRIAS, DESMATAMENTO ILEGAL, QUEIMADAS DESCONTROLADAS, EXPLORAÇÃO MINERÁRIA, POLUIÇÃO DAS ÁGUAS, USO DO SOLO, ENTRE OUTROS, VEM CONTRIBUINDO PARA A DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. OUTRA AÇÃO IMPORTANTE PARA O FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL E DE RECURSOS HÍDRICOS É A DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO A NÍVEL MUNICIPAL ATRAVÉS DA CAPACITAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS. A NÃO IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA PREJUDICARÁ A REVERSÃO DESTE QUADRO POR NÃO DEFINIR AS ESTRATÉGIAS E AÇÕES QUE SERÃO NECESSÁRIAS PARA ORIENTAR O USO DOS RECURSOS NATURAIS E NÃO PROMOVER O FORTALECIMENTO DOS ÓRGÃOS GESTORES DA POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E DE RECURSOS HÍDRICOS. NESTE SENTIDO, O INTERESSE E AS POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO DE AÇÕES DOS DIFERENTES SETORES E AGENTES SOCIAIS, PARA DEFINIR E ACORDAR PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS PARA O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS, BUSCANDO A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA SOCIEDADE TOCANTINENSE, É O FATOR CONDICIONANTE PARA A IMPLANTAÇÃO DESTE PROGRAMA.
Estratégia:	DEVERÃO SER REALIZADAS REUNIÕES TÉCNICAS E OFICINAS, DE FORMA ARTICULADA COM A COMUNIDADE CIENTÍFICA, SERVIDORES PÚBLICOS DE ÁREAS AFINS E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, PARA DISCUSSÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E PROGRAMAS, BEM COMO ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE IMPLEMENTADOS PELO ESTADO COM VISTAS A CORREÇÃO DE RUMOS, E ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PARA O ORDENAMENTO DO USO DOS RECURSOS NATURAIS VISANDO O FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS; A SECRETARIA DEVERÁ PROPOR PARCERIAS JUNTO AOS GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA CRIAÇÃO E/OU FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL; E PROPORCIONARÁ A GESTÃO INTEGRADA E PARTICIPATIVA, ENTRE OS DIVERSOS ENTES DE GOVERNOS E A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, ATRAVÉS DA REALIZAÇÃO DE REUNIÕES DOS ORGANISMOS VINCULADOS COMO O COEMA E O CERH.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS REGULAMENTADAS	NPA = SOMATÓRIO DE POLITICAS AMBIENTAIS REGULAMENTADAS	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1016	CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE.	1.085.145,00	115.840,00	10,68	PERCENTUAL	50	0	0,00
1021	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS.	192.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
1022	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA O MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.	268.800,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1025	ELABORAÇÃO DA AGENDA 21 LOCAL E ESTADUAL.	544.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
1026	ESTUDOS PARA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS, PLANOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS E DE RECURSOS HÍDRICOS.	173.527,00	144.075,00	83,03	UNIDADE	3	1	33,33
1027	ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS, PLANOS E PROJETOS AMBIENTAIS E DE RECURSOS HÍDRICOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	5	0	0,00
1028	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL.	2.645.601,00	172.752,37	6,53	PORCENTAGEM	30	1,96	6,55
1030	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA.	490.781,00	233.142,66	47,50	UNIDADE	10	1	10,00
TOTAL		**5.399.854,00**	**665.810,03**	**12,33**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da SRHMA.

QUADRO 129 - FINALÍSTICO - 0061

PROGRAMA - PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Objetivo:	CONSOLIDAR A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO COLABORADORA NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE AMBIENTAL, SOB A ÓTICA DA EDUCAÇÃO FORMAL, NÃO-FORMAL E DA COMUNICAÇÃO SOCIAL.
Justificativa:	O PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL /PEEA É UM INSTRUMENTO DE GESTÃO QUE COLABORA NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE AMBIENTAL, FUNDAMENTAL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO, ENVOLVENDO DIVERSOS ATORES SOCIAIS COMO CO-RESPONSÁVEIS NA FORMAÇÃO DE UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL, VISANDO À FORMAÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA DOS CIDADÃOS. O TOCANTINS VEM IMPLEMENTANDO GRADUALMENTE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PEEA. ENTRETANTO ESSAS AÇÕES SÃO INSUFICIENTES PARA ATENDER A DEMANDA DO ESTADO, NECESSITANDO DE MAIS APORTE TÉCNICO E FINANCEIRO A FIM DE FORTALECER O PROCESSO EDUCATIVO, A MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO DOS INDIVÍDUOS TORNANDO-OS APTOS A AGIR INDIVIDUAL E COLETIVAMENTE RESOLVENDO OS PROBLEMAS AMBIENTAIS.
Estratégia:	ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO COLETIVA DE FORMA ARTICULADA, QUE FAÇAM AS PESSOAS REPENSAREM SUAS POSTURAS DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE, PROPICIANDO OS CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS À COMPREENSÃO DO MEIO AMBIENTE, DE MODO A FOMENTAR UMA CONSCIÊNCIA SOCIAL QUE PRODUZA ATITUDES E COMPORTAMENTOS SUSTENTÁVEIS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL, POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS CONTÍNUOS EM PARCERIA COM AS INSTITUIÇÕES QUE COMPÕEM A COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL /CIEA TO E DIVERSAS REDES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL; FORTALECER AS DIRETORIAS REGIONAIS DE ENSINO OFERECENDO, BIMESTRALMENTE, CAPACITAÇÃO AOS TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PELAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES, ABORDANDO A TEMÁTICA AMBIENTAL COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA EM PARCERIA COM OS ÓRGÃOS AMBIENTAIS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS COM AÇÕES ESTRATÉGICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	(Nº DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS / TOTAL DE MUNICÍPIOS DO ESTADO) X 100	-	-	-
TAXA DE ESCOLAS COM FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇAO AMBIENTAL	(NÚMERO DE ESCOLAS ATENDIDAS / TOTAL DE ESCOLAS DO ESTADO) X 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1032	FORMAÇÃO DE AGENTES EDUCADORES EM EDUCAÇÃO	164.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	20	0	0,00

	AMBIENTAL.							
2027	IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL JUNTO AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.	160.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	1	100,00
2030	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS SOBRE AS QUESTÕES AMBIENTAIS E DE RECURSOS HÍDRICOS.	206.615,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
TOTAL		**530.615,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da SRHMA.

QUADRO 130 – FINALÍSTICO - 0090

PROGRAMA - INFRA ESTRUTURA HÍDRICA PARA USOS MÚLTIPLOS	
Objetivo:	ASSEGURAR A OFERTA DE ÁGUA DE BOA QUALIDADE E A PROMOÇÃO DA RESERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES MÚLTIPLAS NAS ÁREAS DE AGROPECUÁRIA, ABASTECIMENTO PÚBLICO, GERAÇÃO DE ENERGIA, CONSUMO INDUSTRIAL, PISCICULTURA, LAZER E TURISMO, ATRAVÉS DE CONSTRUÇÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES.
Justificativa:	COM A INSTALAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA NOS RIOS, OBJETIVANDO-SE ALÉM DA RESERVAÇÃO DE ÁGUA A PERENIZAÇÃO DOS CURSOS D'ÁGUA, TEM-SE A OPORTUNIDADE DE IMPLANTAR EM CONJUNTO COM A OBRA DE BARRAMENTO, UM PROJETO DE APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA. TAIS EMPREENDIMENTOS TEM A CAPACIDADE DE PROMOVER A GERAÇÃO DE EMPREGO, INCREMENTO DE RENDA DA POPULAÇÃO LOCAL, DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS AFETADOS DIRETAMENTE E INDIRETAMENTE E A INSERÇÃO DE TECNOLOGIA AOS PRODUTORES REGIONAIS.
Estratégia:	INSTALAÇÃO DE OBRAS DE BARRAMENTO E DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA NOS MUNICÍPIOS DE PALMAS, DIANÓPOLIS, ARRAIS, SAMPAIO, FORMOSO DO ARAGUAIA, PEDRO AFONSO ENTRE OUTROS, COM PARCERIAS(CONVÊNIOS) ENTRE O ESTADO DO TOCANTINS E GOVERNO FEDERAL PARA SUPRIR A DEMANDA DE ÁGUA PARA AGRICULTURA, COM ESTUDOS DE OUTROS APROVEITAMENTOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	NÚMERO DE OBRAS EXECUTADAS / TOTAL DE OBRAS X 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1033	CONSTRUÇÃO DE BARRAMENTOS VISANDO O ARMAZENAMENTO DE ÁGUA PARA USOS MÚLTIPLOS - EIXO 3.	1.470.142,00	879.834,07	59,85	PERCENTUAL	3	3	100,00
1034	CONSTRUÇÃO DE BARRAMENTO VISANDO O ARMAZENAMENTO DE ÁGUA PARA USOS MÚLTIPLOS - EIXO 16 ARRAIAS.	32.832.022,00	22.748.191,88	69,29	PERCENTUAL	60	60	100,00
1035	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA E BARRAMENTO PARA USOS MÚLTIPLOS - EIXO-01 PROJETO CHAPADA.	1.154.201,00	761.780,24	66,00	PERCENTUAL	35	24	68,57
1036	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA E BARRAMENTO PARA USOS MÚLTIPLOS - EIXO–20 PROJETO TAGUATINGA.	343.600,00	342.809,43	99,77	PERCENTUAL	5	5	100,00
1037	PERENIZAÇÃO DO RIO GAMELEIRA.	0,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	20	0	0,00
1038	INTEGRAÇÃO DAS BACIAS DOS RIOS PALMA E SÃO DOMINGOS.	0,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	40	0	0,00
1039	CONSTRUÇÃO DE BARRAMENTOS E OBRAS ESTRUTURANTES PARA USOS MÚLTIPLOS NAS REGIÕES SUDOESTE E SUDESTE.	16.386.115,00	1.851.838,21	11,30	PERCENTUAL	35	5	14,29
1040	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO SÃO JOÃO.	48.076.258,00	47.631.331,08	99,07	PERCENTUAL	30	30	100,00
1041	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO MANUEL ALVES.	8.597.529,00	1.237.120,90	14,39	PERCENTUAL	15	3	20,00
1043	CONSTRUÇÃO DE OBRAS HÍDRICAS VISANDO ARMAZENAMENTO DE ÁGUA PARA USOS MÚLTIPLOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	4	0	0,00
1044	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO SAMPAIO.	8.549.154,00	7.094.254,93	82,98	PERCENTUAL	15	10	66,67

1045	INICIATIVA PARA CONVIVÊNCIA COM A ESTIAGEM.	1.828.100,00	186.921,00	10,22	PERCENTUAL	18	2	11,11
1046	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO PARANA.	761.640,00	821,25	0,11	PERCENTUAL	20	4	20,00
1047	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO TAIPAS.	1.014.067,00	919.559,50	90,68	PERCENTUAL	10	10	100,00
1049	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO ARRAIAS.	121,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	15	0	0,00
1050	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO GURITA II.	4.100,00	1.032,75	25,19	PERCENTUAL	10	0	0,00
1051	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO PEDRO AFONSO.	2.731.620,00	1.398,00	0,05	PERCENTUAL	40	1	2,50
1052	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO DUERÉ.	20,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	29	0	0,00
1053	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO PROJETO GOIANORTE.	40,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	10	0	0,00
1058	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS PARA APROVEITAMENTO MÚLTIPLO DOS RECURSOS HÍDRICOS.	2.561.800,00	1.674,00	0,07	UNIDADE	4	0	0,00
1201	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS PARA A CONSERVAÇÃO DOS SOLOS E DAS ÁGUAS.	1.700,00	1.692,00	99,53	UNIDADE	6	0	0,00
2031	CONSERVAÇÃO DOS BARRAMENTOS DO ESTADO.	100,00	87,75	87,75	PERCENTUAL	25	0	0,00
2032	MANUTENÇÃO DE OBRAS HÍDRICAS PARA APROVEITAMENTO MÚLTIPLOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2033	REVITALIZAÇÃO DO PROJETO RIO FORMOSO.	1.699.375,00	1.518.122,25	89,33	PERCENTUAL	25	25	100,00
2450	ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO E CADASTRO DAS INFRA-ESTRUTURAS HÍDRICAS DO ESTADO.	100,00	0,00	0,00	UNIDADE	12	0	0,00
2451	REALIZAÇÃO DE INTERVENÇÕES HIDROGEOLÓGICAS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	6	0	0,00
TOTAL		**128.011.804,00**	**85.178.469,24**	**66,54**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da SRHMA.

QUADRO 131 – FINALÍSTICO - 0122

PROGRAMA – DESENVOLVIMENTO DA IRRIGAÇÃO	
Objetivo:	PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA IRRIGAÇÃO NO ESTADO DO TOCANTINS, COM O APROVEITAMENTO RACIONAL E SUSTENTÁVEL DAS ÁGUAS E TERRAS AGRICULTÁVEIS, COM BASE EM CRITÉRIOS DE VIABILIDADE ECONÔMICA E INCLUSÃO SOCIAL.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS ESTÁ INSERIDO EM UMA REGIÃO QUE POSSUI CONDIÇÕES ENDAFO-CLIMÁTICAS FAVORÁVEIS À EXPLORAÇÃO INTENSIVA DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS, FICANDO LIMITADA APENAS PELA SAZONALIDADE DO REGIME DE CHUVAS, POREM TEM DISPONIBILIDADE HÍDRICA CAPAZ DE SUPRIR AS DEMANDAS NO PERÍODO DE ESTIAGEM ATRAVÉS DA IRRIGAÇÃO. O PROGRAMA IRRIGA TOCANTINS PROMOVE IRRIGAÇÃO EM FACE DAS PERSPECTIVAS QUE OFERECE PARA A ECONOMIA TOCANTINENSE, DETECTANDO E FOMENTANDO ESTA PRATICA EM TODAS AS REGIÕES DO ESTADO PASSIVEIS DE EXPLORAÇÃO SUSTENTÁVEL, SENDO EXTREMAMENTE ADERENTE A INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E POTENCIALIZANDO GANHOS DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE, PERMITINDO AMPLIAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E CUMPRIMENTO DE UM PAPEL ESTRATÉGICO NO ABASTECIMENTO INTERNO, ALÉM DE OUTRAS IMPLICAÇÕES DE RELEVÂNCIA COMO GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA PERMANENTES, DIRETOS E INDIRETOS, NO MEIO RURAL DO TOCANTINS. ASSIM, O PROGRAMA POR MEIO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO DESENVOLVE AÇÕES INTEGRADAS, A PARTIR DE UMA VISÃO SISTÊMICA, ENVOLVENDO PRODUTORES RURAIS, AGROINDÚSTRIAS, INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DO SETOR RURAL, ORIENTADOS PARA O INCREMENTO SUSTENTADO DOS NÍVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE, OBJETIVANDO EFICIÊNCIA ECONÔMICA NAS CADEIAS DE PRODUÇÃO E BEM ESTAR SOCIAL À POPULAÇÃO. CABE RESSALTAR QUE ESTE VEM PARA ATENDER AS COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA CONFORME DETERMINADA PELO DECRETO ESTADUAL Nº. 3.460, DE 12 DE AGOSTO DE 2008.
Estratégia:	FORMULAÇÃO DA POLÍTICA DE IRRIGAÇÃO, ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA DESENVOLVIMENTO DA IRRIGAÇÃO, INCENTIVO PARA A ORGANIZAÇÃO DE PRODUTORES EM PERÍMETROS IRRIGADOS, GESTÃO DE PERÍMETROS IRRIGADOS, COMERCIALIZAÇÃO DE LOTES EM PROJETOS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DE NOVOS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO, PESQUISA E DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, FOMENTO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E ADMINISTRAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PERÍMETROS IRRIGADOS ATRAVÉS DA TRANSFERÊNCIA DAS COMPETÊNCIAS NA GESTÃO DOS MESMOS.
Prazo de Execução:	2009-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
INCREMENTO NA COMERCIALIZAÇÃO DE LOTES EM PROJETOS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO	N = SOMATÓRIO DO NÚMERO DE LOTES COMERCIALIZADOS NO TRIÊNIO 2009-2011	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1200	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA DESENVOLVIMENTO DA IRRIGAÇÃO.	1.012.123,00	777.248,63	76,79	UNIDADE	1	0	0,00
2446	COMERCIALIZAÇÃO DE LOTES EM PROJETOS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	447	144	32,21
2447	GESTÃO DE PERÍMETROS IRRIGADOS.	5.647.489,00	4.619.852,76	81,80	UNIDADE	4	2	50,00
2452	INCENTIVO PARA CRIAÇÃO DE DISTRITO DE IRRIGAÇÃO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
TOTAL		**6.659.612,00**	**5.397.101,39**	**81,04**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da SRHMA.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
157.810.243,00	99.095.452,20	62,79	58.714.790,80

3.1.24 SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A primeira entidade responsável pela Ação Social, Trabalho e Emprego no Estado do Tocantins foi a Fundação Santa Rita de Cássia, criada pelo Decreto n.º 561/89. Diante da expansão administrativa do Estado houve a necessidade de uma melhor adequação estrutural com amplitude necessária para atender a área da ação social, com personalidade de Secretaria de Estado. Desse modo, foi criada a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, com suas atribuições embasadas através da Lei n.º 791/95, consequentemente foi extinta a Fundação Santa Rita de Cássia, através da Lei n.º 815/96, sendo que seus programas, projetos e atividades foram absorvidas pela nova secretaria. Sua denominação foi alterada para Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, por meio do Decreto n.º 2.928, de 16 de janeiro de 2007. Sendo que a Estrutura do Órgão foi disposta por meio do Decreto n.° 3.793, de 23 de setembro de 2009 e, também, a organização operacional, composição e funcionamento do Núcleo Setorial de Controle Interno por meio do Decreto n.° 3.456, de 08 de agosto de 2008 e, por fim, a Assessoria de Comunicação estabelecida por meio do Decreto n.° 3.454, de 08 de agosto de 2008.

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social tem como missão direcionar e consolidar a política de desenvolvimento social e de relações do trabalho para o Estado, concretizando a política da descentralização e participação mútua, promovendo a inclusão social, a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, aos portadores de necessidades especiais, aos trabalhadores empregados e desempregados, estabelecendo, assim, de forma inter-setorial a garantia e o atendimento dos direitos sociais e trabalhistas, conforme descreve o inciso XXV do art. 3. º do Decreto nº. 2.928, de 16 de janeiro 2.928, conforme segue:

Art. 3º, compete as unidades da estrutura básica, da administração direta:

XXV- Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social:

a) formular, coordenar e executar as políticas públicas referentes à promoção do trabalhador e à geração de emprego e renda, em articulação com Órgãos e entidades da administração federal, estadual e municipal e não-governamentais;

b) acompanhar e avaliar as relações sindicais e do trabalho;

c) promover a segurança, a higiene e a saúde no trabalho;

d) primar pela qualidade, capacitação, desenvolvimento e valorização da mão-de-obra;

e) a coordenação, acompanhamento, execução e avaliação das coordenar, acompanhar, executar e avaliar políticas de assistência social;

f) prestar assistência social, em especial, à criança, ao adolescente e ao idoso;

g) contribuir para elevação do bem estar social a fim de reduzir a exclusão e a desigualdade;

h) atuar como agente de integração, identificando às instituições de ensino as oportunidades de estágios em Órgãos públicos e privados para adolescentes, alunos de escola pública e advindos de programas sociais;

i) prestar assistência devida a pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade;

j) desenvolver programas voltados para o atendimento aos grupos de maior risco, os menos favorecidos, com ênfase na segurança alimentar e vigilância nutricional;

k) realizar e disponibilizar estudos e pesquisas no âmbito de políticas sociais;

l) gerir o Programa Estadual de Alimentação e Melhoria da Qualidade de Vida – PROVIDA.

As atribuições da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: Apoio Administrativo, Estímulo ao Emprego e Gestão de Política da Secretaria do Trabalho de Desenvolvimento Social. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 33.348.480,00**, com execução de **86,03%,** ou seja, **R$ 28.690.513,57**, como demonstrados a seguir.

QUADRO 132 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.958.115,00	1.260.618,85	64,38	697.496,15
Manutenção de Serviços de Transportes	1.082.544,00	508.989,61	47,02	573.554,39
Manutenção de Recursos Humanos	24.131.345,00	24.116.810,93	99,94	14.534,07
Ações de Informática	283.000,00	17.721,67	6,26	265.278,33
TOTAL	**27.455.004,00**	**25.904.141,06**	**94,35**	**1.550.862,94**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – SETAS.

QUADRO 133 – FINALÍSTICO - 0028

PROGRAMA - ESTÍMULO AO EMPREGO

Objetivo:	INCENTIVAR A GERAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO, PROMOVER A INTERMEDIAÇÃO DE MÃO DE OBRA A INCLUSÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DO TRABALHADOR.
Justificativa:	CONSIDERANDO A DINÂMICA DA ECONOMIA LOCAL, REGIONAL E NACIONAL TORNA-SE NECESSÁRIA A ADOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ESTIMULEM A INSERÇÃO DE TRABALHADORES NO MERCADO. O PROGRAMA ESTÍMULO AO EMPREGO EXECUTARÁ AÇÕES INTEGRADAS QUE VISAM ATENDER TRABALHADOR E EMPREGADOR, ELEVAR O ÍNDICE DE EMPREGO POR MEIO DA INTERMEDIAÇÃO DESTA RELAÇÃO, RESULTANDO NO CRESCIMENTO SÓCIO ECONÔMICO DO ESTADO.
Estratégia:	O PROGRAMA DE ESTÍMULO AO EMPREGO COMPÕE-SE DE UM CONJUNTO DE 4 AÇÕES A SABER: CULTURA PREVENCIONISTA NO TRABALHO, IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA O SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA, INTERMEDIAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E SEGURO-DESEMPREGO, QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL, AS MESMAS CONCORREM DE FORMA HARMÔNICA PARA O AUMENTO QUALITATIVO DA OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO, BEM COMO A MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS PROPÍCIOS AO DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS VOLTADAS AO CONTROLE E ESTÍMULO AO EMPREGO. TODAS AS AÇÕES SÃO EXECUTADAS DE FORMA DIRETA PELA SETDS OU TERCEIRIZADAS NO CASO DOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL. OS SERVIÇOS OFERTADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA SÃO DISPONIBILIZADOS DE FORMA AMPLA À SOCIEDADE, SENDO PRIORIZADOS, NO ENTANTO À TRABALHADORES DE BAIXA RENDA OS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL. A IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DO PROGRAMA É DE RESPONSABILIDADE DA SUPERINTENDÊNCIA DO TRABALHO, RESPALDADA PELA DIRETORIA DE MONITORAMENTO E ESTATÍSTICA, DIRETORIA DE QUALIFICAÇÃO E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA, DIRETORIA DE EMPREGOS E PROGRAMAS ESPECIAIS E DIRETORIA DE GESTÃO DOS NÚCLEOS DO SINE. COMO SUBSIDIO TECNOLÓGICA NA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES A SUPERINTENDÊNCIA DO TRABALHO UTILIZARÁ O SISTEMA DE GESTÃO DE AÇÕES DE EMPREGO - SIGAE E O SISTEMA DE CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS CAGED, NOTADAMENTE NO TOCANTE ÀS AÇÕES DE INTERMEDIAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E SEGURO-DESEMPREGO E QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL. O MENCIONADOS SISTEMAS DE INFORMÁTICA DISPONIBILIZADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO - SINE QUE POSSIBILITAM O REGISTRO E ANÁLISE DE DADOS DOS TRABALHADORES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
APROVEITAMENTO DE VAGAS	NÚMERO DE VAGAS PREENCHIDAS / NÚMERO DE VAGAS DISPONIBILIZADAS PELO SINE X100	63	2007	70
NÚMEROS DE TRABALHADORES INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO COM RELAÇÃO A META ANUAL	NÚMERO TOTAL DE TRABALHADORES INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO	16.986	2007	90.418

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2410	INTERMEDIAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E SEGURO-DESEMPREGO.	2.063.868,00	931.408,05	45,13	UNIDADE	22.014	40.033	181,85
2411	QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL.	1.477.708,00	411.535,84	27,85	UNIDADE	2.229	2.519	113,01
2412	CULTURA PREVENCIONISTA NO TRABALHO.	27.390,00	0,00	0,00	UNIDADE	8	0	0,00
TOTAL		3.568.966,00	1.342.943,89	37,63	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – SETAS.

QUADRO 134 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0035

PROGRAMA - GESTÃO DAS POLÍTICAS DA SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
Objetivo:	FORMULAR E COORDENAR POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE GESTORES TÉCNICOS E CONSELHEIROS; REALIZAR EVENTOS E PESQUISAS SOCIAIS; ELABORAR ESTUDOS, PESQUISA E PROJETOS TÉCNICOS; MONITORAR, AVALIAR E DIVULGAR PROGRAMAS E AÇÕES; BEM COMO, IMPLANTAR SISTEMA DE INFORMAÇÃO QUE CONTRIBUA PARA O APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Justificativa:	O NOVO SISTEMA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRAZ MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS A PARTIR DA LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS - LEI Nº 8.742 DE 07/12/1993 E DA NOB-SUAS, QUE ESTABELECEM DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PNAS. ESSES INSTRUMENTOS LEGAIS DISCIPLINAM RESPONSABILIDADES E COMPETÊNCIAS DAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO DE FORMA COMPARTILHADA. O ESTADO ASSUME A GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, DENTRO DO SEU ÂMBITO DE COMPETÊNCIA TENDO A RESPONSABILIDADE DE ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES E APOIO TÉCNICO PARA A ESTRUTURAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS MUNICÍPIOS. QUANTO A POLÍTICA PÚBLICA DO TRABALHO O ESTADO TAMBÉM ASSUME NO ÂMBITO DE SUA COMPETÊNCIA A RESPONSABILIDADE DE ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO, EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E AÇÕES QUE CONTRIBUAM PARA REDUÇÃO ÍNDICE DE DESEMPREGO, AMPLIAÇÃO DAS POSSIBILIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHADOR. NESSE SENTIDO A IMPLANTAÇÃO DESTE PROGRAMA PREVENIRÁ O OCASIONAMENTO DE DISFUNÇÕES NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS E NA PRECARIZAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DO CORPO TÉCNICO E, AINDA, POSSIBILITARÁ AMPLIAÇÃO DA ATUAÇÃO DAS ENTIDADES DE CONTROLE SOCIAL NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Estratégia:	A SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL CRIOU NO ÂMBITO DA SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL O NÚCLEO DE GESTÃO DO SUAS, ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 105 EM 30 DE MAIO DE 2007, QUE COORDENARÁ A GESTÃO DE POLÍTICAS DO SUAS, PROPORCIONANDO ASSESSORIA TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PAS. O NÚCLEO SERÁ RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDAMENTADO NA REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA A PARTIR DAS REFERÊNCIAS: VIGILÂNCIA SOCIAL, PROTEÇÃO SOCIAL E DEFESA SOCIAL E INSTITUCIONAL. O CUMPRIMENTO DAS REFERÊNCIAS ACIMA MENCIONADAS SERÁ EFETIVADO A PARTIR DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA, IMPLANTAÇÃO DE OUVIDORIA, SISTEMA DE INFORMAÇÃO, CAPACITAÇÕES, ARTICULAÇÕES REGIONAIS E MUNICIPAIS, APOIO ÀS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL, REALIZAÇÃO DE PESQUISAS, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL E OUTROS SERVIÇOS QUE FORTALEÇAM OS DIREITOS SÓCIO-ASSISTÊNCIAS. NO ÂMBITO DO TRABALHO O PLANEJAMENTO E A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES SERÃO DESENVOLVIDAS DE FORMA INTEGRADA PELA DIRETORIA DE MONITORAMENTO E ESTATÍSTICA, EM PARCERIA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO, AS DIRETORIAS DE GESTÃO DOS NÚCLEOS DO SINE, DE EMPREGOS E PROGRAMAS ESPECIAIS, DE QUALIFICAÇÃO E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA E COM O CONSELHO ESTADUAL DE RELAÇÕES DO TRABALHO. O MINISTÉRIO DO TRABALHO AINDA SERÁ PARCEIRO NO CO-FINANCIAMENTO DA QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS E GESTORES, BEM COMO NO FORNECIMENTO DE DADOS ESTATÍSTICOS ATRAVÉS DO CADASTRO GERAL DE EMPREGO E DESEMPREGO - CAGED, E DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DAS AÇÕES DE EMPREGO - SIGAE. A SUPERINTENDÊNCIA DO TRABALHO, ATRAVÉS DA DIRETORIA DE MONITORAMENTO E ESTATÍSTICA, CABERÁ O GERENCIAMENTO, A EXECUÇÃO E A ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO DO PROGRAMA, BEM COMO O MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE ESTÍMULO AO EMPREGO E INCLUSÃO PRODUTIVA E, O DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTOS PARA AVALIAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE EXECUÇÃO DA METAS FÍSICAS DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS	SOMATÓRIA DOS PERCENTUAIS DE EXECUÇÃO DAS METAS FÍSICAS DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS / PELO NÚMERO DE PROGRAMAS FINALÍSTICOS	65,52	2007	80
ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS METAS FINANCEIRAS DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS	SOMATÓRIA DOS PERCENTUAIS DE EXECUÇÃO DAS METAS FINANCEIRAS DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS / PELO NÚMERO DE PROGRAMAS FINALÍSTICOS	59,03	2007	80

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1216	REALIZAÇÃO DE EVENTOS DO TRABALHO.	18.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
2185	DIVULGAÇÃO DOS SERVIÇOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO TRABALHO.	2.257.510,00	1.424.788,87	63,11	UNIDADE	100	75	75,00
2413	CAPACITAÇÃO DE GESTORES E TÉCNICOS DA SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.	39.000,00	11.580,00	29,69	UNIDADE	30	5	16,67
2427	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS, PESQUISAS, PROJETOS E ANÁLISES DE DADOS ESTATÍSTICOS.	10.000,00	7.059,75	70,60	UNIDADE	10	6	60,00
TOTAL		**2.324.510,00**	**1.443.428,62**	**62,10**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – SETAS.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
33.348.480,00	28.690.513,57	86,03	4.657.966,43

3.1.25 SECRETARIA DA JUVENTUDE

A Secretaria Estadual da Juventude foi instituída pelo Decreto n.º 1.465, de 04 de abril de 2002, e a Assessoria de Comunicação – ASCOM, foi instituída pelo Decreto n.° 3.454, de 08 de agosto de 2008, e o Núcleo de Controle Interno foi instituída pelo Decreto n.° 3.456, de 08 de agosto de 2008.

A Secretaria Estadual da Juventude é um Órgão Público, voltado para a promoção do seu público alvo, o jovem, na faixa etária de 15 a 29 anos, que tem como missão a criação e implantação de políticas públicas voltadas para o jovem, estimulando-o para o desempenho do seu papel de protagonista na sociedade, preparando-o para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade, bem como, na formação de verdadeiros cidadãos.

As atribuições da Secretaria da Juventude foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos Programas de Apoio Administrativo e Finalístico – Jovem Cidadão. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 30.230.638,00**, com execução de **67,73%**, ou seja, de **R$ 22.476.597,32**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 135 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.255.327,00	999.718,53	79,64	255.608,47

Manutenção de Serviços de Transportes	205.885,00	108.336,34	52,62	97.548,66
Manutenção de Recursos Humanos	3.843.253,00	3.836.752,34	99,83	6.500,66
Ações de Informática	117.253,00	88.778,64	75,72	28.474,36
TOTAL	**5.421.718,00**	**5.033.585,85**	**92,84**	**388.132,15**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Juventude – SEJUV.

QUADRO 136 – FINALÍSTICO - 0056

PROGRAMA - JOVEM CIDADÃO	
Objetivo:	PROMOVER A REINTEGRAÇÃO E PERMANÊNCIA DO JOVEM NO PROCESSO EDUCACIONAL, SUA QUALIFICAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL, INCLUSÃO DIGITAL PARA O ACESSO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO, E O DESENVOLVIMENTO HUMANO E CULTURAL, GERANDO PROTAGONISMO JUVENIL.
Justificativa:	PROGRAMAS PARA A JUVENTUDE DEVEM SER AQUELES QUE COMPÕEM A PRÓPRIA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS OU ESTADO, COM TEMAS COMO: EDUCAÇÃO, SAÚDE, ESPORTE, MEIO AMBIENTE, CULTURA, JUSTIÇA, TRABALHO, E LAZER. SÃO 34 MILHÕES DE BRASILEIROS COM IDADE ENTRE 15 E 24 ANOS. É A PARCELA MAIS ATINGIDA PELA MÁ DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS IMEDIATAS; 40% DELES VIVEM EM FAMÍLIAS SEM RENDIMENTOS OU COM ATÉ MEIO SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA. NESTE CONTEXTO, ESTÃO INCLUÍDOS JOVENS QUE SOFREM AGRESSÕES E MARGINALIDADES E JOVENS QUE PODEM TRABALHAR PARA PROMOVER O BEM DE TODOS, ATRAVÉS DO PROTAGONISMO JUVENIL.
Estratégia:	ATRAVÉS DESTE PROGRAMA SE CRIA UMA REDE DE ATENDIMENTO AO JOVEM QUE PASSA POR TRABALHOS DIRECIONADOS A INCLUSÃO SOCIAL, COM BOLSAS E CAPACITAÇÕES, APOIO AO ESTUDANTE SECUNDARISTA, TÉCNICO E SUPERIOR COM BOLSAS AUXÍLIO E ESTÁGIO, ALÉM DAS CAPACITAÇÕES PARA A INSERÇÃO DESTES JOVENS NA SOCIEDADE E NO MERCADO, MERCADO ESTE QUE TERÁ AÇÕES VOLTADAS A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, QUE ATRAVÉS DAS DEMANDAS DO EIXO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO SERÁ REALIZADO CURSOS VOLTADOS A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO JOVENS, TAMBÉM COM O APOIO DE BOLSAS, ALÉM DESTAS ÁREAS O PRINCIPAL EIXO DE IMPLEMENTAÇÃO DESTAS POLÍTICAS PASSA PELO CENTRO DA JUVENTUDE QUE JÁ É E CONTINUARÁ SENDO UMA REFERÊNCIA PARA O JOVEM BUSCAR APOIO, ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO, SENDO QUE DENTRO DESTES CENTROS TERÁ TODA UMA INFRA-ESTRUTURA DE SALAS, TELE-CENTROS, TELE-AULAS E ESPAÇO PARA ATIVIDADES CULTURAIS E ESPORTIVAS, CRIANDO UMA AMBIENTE INTEGRADO DE SOCIALIZAÇÃO, LAZER E PROFISSIONALIZAÇÃO, FORMANDO ASSIM UM JOVEM MAIS PREPARADO PARA A SOCIEDADE E O MERCADO, AUMENTANDO A QUALIDADE DE VIDA DELE E DE SUA FAMÍLIA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE ATENDIMENTO DE JOVENS	Nº DE JOVENS ATENDIDOS / Nº DE JOVENS A SEREM ATENDIDOS X 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1219	ESTRUTURAÇÃO DA CASA DO ESTUDANTE.	5.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
1220	IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DOS CENTRO DA JUVENTUDE.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	5	0	0,00
2210	CONFERÊNCIAS PARA JUVENTUDE.	279.243,00	246.191,12	88,16	UNIDADE	24	50	208,33
2213	CAPACITAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO.	9.586.475,00	3.487.813,50	36,38	UNIDADE	13.143	4.800	36,52
2214	DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DA JUVENTUDE.	271.569,00	107.684,57	39,65	UNIDADE	40	49	122,50
2215	JUVENTUDE SEM DROGAS.	41.866,00	0,00	0,00	UNIDADE	3.000	0	0,00
2322	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	139	0	0,00
2421	JOVEM CIDADÃO UNIVERSITÁRIO.	693.779,00	469.214,25	67,63	UNIDADE	775	357	46,06
2422	JOVEM CIDADÃO MODALIDADE TRABALHADOR.	7.482.033,00	7.409.696,77	99,03	UNIDADE	6.080	5.450	89,64
2423	JOVEM CIDADÃO MODALIDADE CAMPO.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	50	0	0,00
2424	JOVEM CIDADÃO MODALIDADE BOLSA-ESTÁGIO.	1.470.003,00	1.112.790,29	75,70	UNIDADE	245	248	101,22
2425	JOVEM CIDADÃO MODALIDADE ADOLESCENTE.	3.689.167,00	2.527.631,47	68,51	UNIDADE	4.885	3.500	71,65
2426	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE APOIO AOS JOVENS.	1.289.785,00	81.989,50	6,36	UNIDADE	139	20	14,39
TOTAL		**24.808.920,00**	**15.443.011,47**	**62,25**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria da Juventude – SEJUV.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
30.230.638,00	20.476.597,32	67,73	9.754.040,68

3.1.26 ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO – RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEFAZ

Recursos sob a Supervisão da SEFAZ tem sua base legal instituída na Lei n.º 1.969, de 31 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 2.767, de 3 de novembro de 2008.

Constituem atividades inerentes à unidade orçamentária:

- a aplicação dos recursos observados os princípios legais da Constituição Federal, mediante os repasses de ICMS, IPVA, IPI e CIDE a todos municípios tocantinenses;
- a execução dos serviços da dívida pública;
- a liquidação dos contratos bancários referente às tarifas de arrecadação de tributos estaduais e sobre a folha de pagamento dos servidores do Executivo.

As atribuições desta unidade gestora foram desenvolvidas por ações inseridas no programa de Gestão de Políticas Públicas. Para este programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 479.453.352,00**, com a execução de **R$ 463.895.354,77**, como demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 137 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0022

PROGRAMA - GESTÃO FISCAL E DE EXECUÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL	
Objetivo:	CONTROLAR E APERFEIÇOAR OS PROCEDIMENTOS DAS ÁREAS DE EXECUÇÃO FISCAL, FINANCEIRA E CONTÁBIL, COM A FINALIDADE DE PLANEJAR COM EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE PARA REDUZIR CUSTOS E AMPLIAR A APLICAÇÃO DE RECURSOS EM PROL DA SOCIEDADE.
Justificativa:	CONTROLAR OS GASTOS PÚBLICOS VISANDO MAIOR TRANSPARÊNCIA E MAXIMIZAÇÃO NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS.
Estratégia:	CONTROLAR TODOS OS CONTRATOS PACTUADOS COM ORGANISMOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS E EFETUAR PAGAMENTOS, ADMINISTRAR OS CONTRATOS FIRMADOS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS NA EXECUÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL, CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS, EFETUAREM INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE TÍTULOS E REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES À UNIÃO.
Prazo de Execução:	2008-2011

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
2227	ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA DE SERVIÇOS DE INTERESSE PÚBLICO.	3.400.000,00	967.959,67	28,47	UNIDADE	1	1	100,00
2229	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES.	350.000,00	163.926,90	46,84	UNIDADE	396	331	83,59
6003	ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA DE SERVIÇOS BANCÁRIOS.	4.400.000,00	4.238.164,26	96,32	UNIDADE	10	9	90,00
6004	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS.	283.628.200,00	274.807.623,09	96,89	UNIDADE	139	139	100,00

6005	CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP.	27.227.413,00	26.720.108,44	98,14	PERCENTUAL	2	2	100,00
6006	ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA E DE SEUS SERVIÇOS.	45.855.490,00	44.788.628,13	97,67	UNIDADE	32	54	168,75
6007	ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA E DE SEUS SERVIÇOS.	114.592.249,00	112.208.944,28	97,92	UNIDADE	7	7	100,00
TOTAL		**479.453.352,00**	**463.895.354,77**	**96,76**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 dos Recursos sob a Supervisão da SEFAZ.

3.1.27 PROGRAMAÇÃO ESPECIAL DO ESTADO – RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEPLAN

A unidade orçamentária foi criada pela Lei n.º 727, de 18 de janeiro de 1995. A Reserva de Contingência destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, sendo a sua forma de utilização e o respectivo montante definidos com base na Receita Corrente Líquida, e estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO. O valor da reserva inicialmente prevista na LOA foi de **R$ 77.311.223,00**, tendo sido utilizado para atender aos créditos adicionais, como demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 138 – FINALÍSTICO - 0119

PROGRAMA – FOMENTO AO CAPITAL DE EMPRESAS ESTATAIS	
Objetivo:	PROMOVER O FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO QUE GEREM BENEFÍCIOS ECONÔMICOS E/OU SOCIAIS ÀS ÁREAS DE SUA INFLUÊNCIA, EM CONSONÂNCIA COM O PLANO DO GOVERNO E COM AS NECESSIDADES E POTENCIALIDADES LOCAIS
Justificativa:	A IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE MECANISMOS DE FOMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS TORNA-SE VITAL PARA A INDUÇÃO E ESTÍMULO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO ESTADO VISANDO O MELHOR APROVEITAMENTO DE NOSSAS POTENCIALIDADES ECONÔMICAS E A AMPLIAÇÃO DAS OPORTUNIDADES DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA. EM NENHUM MOMENTO PODE SER DESCURADA A ATRAÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS AGRÍCOLAS,AGROINDUSTRIAIS E INDUSTRIAIS, BEM COMO A SUA EXPANSÃO REGIONAL DE FORMA DESCENTRALIZADA E EFICIENTE. ASSIM ESTAREMOS CONTRIBUINDO PARA ACELERAR AS TAXAS DE INOVAÇÃO E DE INTRODUÇÃO DE NOVOS PROCESSOS E TECNOLOGIAS, TRAZENDO PROGRESSO E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL PARA AS DIVERSAS REGIÕES DO ESTADO.
Estratégia:	SERÁ DADO CONTINUIDADE À GESTÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO, INSTITUÍDA PELA LEI 1.298, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2002. SERÃO ALOCADOS RECURSOS HUMANOS, ALOCAÇÃO DE AMBIENTE FÍSICO APROPRIADO, APARELHAMENTO E REALIZADO TREINAMENTO DE SERVIDORES. SERÃO SUBSCRITOS R$ 6.000.000,00 (SEIS MILHÕES DE REAIS) COMO CAPITAL SOCIAL DA AGÊNCIA EM AÇÕES NOMINATIVAS ORDINÁRIAS, SEM VALOR NOMINAL E COM DIREITO A VOTO.
Prazo de Execução:	2008-2011

AÇÃO		**METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS**			**METAS FÍSICAS**			
		RECURSOS (R$)						
N.°	**Descrição**	**Autorizado**	**Empenhado**	**% Util.**	**Unid. Medida**	**Prev.**	**Exec.**	**% Exec.**
6001	AUMENTO DE CAPITAL DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
6002	AUMENTO DE CAPITAL DA COMPANHIA DE MINERAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS – MINERATINS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 dos Recursos sob a Supervisão da SEPLAN.

QUADRO 139 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA

PROGRAMA – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
Objetivo:	Reserva de contingência.
Prazo de Execução:	2008-2011

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)				
N.°	Descrição	Orç. Inical	Redução	Autorizado	Empenhado	% Exec.
9999	Reserva de Contingência	73.811.223,00	-73.811.223,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		73.811.223,00	-73.811.223,00	0,00	0,00	0,00

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 dos Recursos sob a Supervisão da SEPLAN.

3.1.28 SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Lei n.º 1.950, de 7 de agosto de 2008, que dispõe sobre a organização da estrutura básica do Poder Executivo e adota outras providências.

Decreto n.º 3.460, de 12 de agosto de 2008, dispõe sobre a organização dos órgãos e entidades do Poder Executivo e adota outras providências.

Decreto n.º 3.794, de 23 de setembro de 2009, que dispõe sobre a estrutura operacional da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano e adota outras providências.

A Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, órgão integrante da Administração Direta do Poder Executivo, dotado de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com personalidade jurídica de direito público, vinculada ao Governador do Estado tem a finalidade da formulação e da implementação das políticas de habitação e desenvolvimento urbano do Estado do Tocantins, integradas e abrangentes, compatíveis com o desenvolvimento sustentado dos aglomerados urbanos, cabendo-lhe, dentre outros:

I – a gestão do patrimônio imobiliário urbano pertencente ao Estado;

II – a execução de projetos e empreendimentos habitacionais, inclusive na zona rural;

III – fomentar as iniciativas públicas e privadas que tenham por finalidade a melhoria tecnológica e a redução de custos da habitação popular;

IV – operacionalizar a política de desenvolvimento urbano;

V – organização de banco de dados sobre habitação;

VI – a administração do processo liquidante das empresas Cia. De Desenvolvimento do Estado do Tocantins – CODETINS e Cia. de Armazéns e Silos do Estado do Tocantins – CASETINS, enquanto perdurar a liquidação.

Em consonância com as macrodiretrizes nacionais e em cumprimento com aos macroobjetivos do Governo do Estado, sua missão está pautada na gestão eficiente dos programas habitacionais e desenvolvimento urbano, promovendo a qualidade de vida com inclusão social dos cidadãos, beneficiando a toda população urbana em situação precária e famílias carentes em áreas urbanas e rurais.

O principal objetivo da gestão das políticas do setor é assegurar o cumprimento das funções inerentes à formulação, o planejamento, o gerenciamento, a execução e a supervisão das políticas voltadas ao setor habitacional e desenvolvimento urbano, mantendo a sinergia entre as entidades e os municípios do Estado com a implementação dos programas por eles executados, utilizando como estratégia fundamental à celebração de convênios, acordos e parcerias que garantam a continuidade e a interiorização das ações de Governo fortalecendo a gestão das cidades.

As atribuições da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos Programas de Apoio Administrativo, Finalísticos e de Serviço ao Estado. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 135.630.716,00**, com execução de **R$ 30.170.307,94,** como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 140 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	894.580,00	395.686,31	44,23	498.893,69
Manutenção de Serviços de Transportes	553.200,00	344.399,30	62,26	208.800,70
Manutenção de Recursos Humanos	4.509.024,00	4.447.150,88	98,63	61.873,12
Ações de Informática	252.240,00	37.163,92	14,73	215.076,08
TOTAL	**6.209.044,00**	**5.224.400,41**	**84,14**	**984.643,59**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

QUADRO 141 - FINALÍSTICO - 0097

PROGRAMA – HABITAÇÃO PARA TODOS NÓS	
Objetivo:	CONTRIBUIR PARA A REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO E QUALITATIVO, VIABILIZANDO O ACESSO À MORADIA DIGNA.
Justificativa:	COM A DIVISÃO DO ESTADO DE GOIÁS, OS MUNICÍPIOS INCORPORADOS AO ESTADO DO TOCANTINS,APRESENTAVAM DEMASIADA CARÊNCIA HABITACIONAL, SITUAÇÃO AGRAVADA COM O PROCESSO MIGRATÓRIO CHEGANDO AO DÉFICIT DE 70.000 UNIDADES HABITACIONAIS (FONTE MIN.DAS CIDADES/2000). ATÉ 2002 OS PROGRAMAS HABITACIONAIS DESENVOLVIDOS NO ESTADO ERAM CONCENTRADOS E VINCULADOS A POLÍTICAS CLIENTELISTAS, NÃO INTEGRADAS E DESCONTÍNUAS. APÓS ESSE PERÍODO, INSTITUI-SE NO ESTADO A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL DESCENTRALIZADA E DEMOCRÁTICA QUE SERÁ CONSOLIDADA A PARTIR DO PROGRAMA HABITAÇÃO PARA TODOS NÓS, ONDE A INCLUSÃO SOCIAL, A PARTICIPAÇÃO POPULAR E A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DO RECURSO PÚBLICO, DARÁ CUMPRIMENTO AO COMANDO CONSTITUCIONAL E PLENO ATENDIMENTO À LEI Nº 10.257/2001 QUE REGE O ESTATUTO DAS CIDADES GARANTINDO O EXERCÍCIO DA CIDADANIA.

Estratégia:	O GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS POR MEIO DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANOSEHAB, ESTARÁ DESENVOLVENDO A POLÍTICA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, EM PARCERIA COM O GOVERNO FEDERAL, PREFEITURAS, ASSOCIAÇÕES, COMUNIDADES E MOVIMENTOS DE LUTA PELA MORADIA, ATENDENDO O MÁXIMO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO INADEQUADA DE MORADIA: CASAS DE ADOBE/LONA/PALHA/MADEIRA OU EM ÁREAS DE RISCO. ESSAS PARCERIAS DOS ENVOLVIDOS NA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA E TÉCNICA NA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA, NA CAPACITAÇÃO DO CORPO TÉCNICO, NO APOIO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS QUANTO À ELABORAÇÃO/EXECUÇÃO DO PROJETO TÉCNICO SOCIAL, FISCALIZAÇÃO DAS ETAPAS INERENTES AO PROGRAMA E AINDA A MOBILIZAÇÃO, FORTALECIMENTO E ORGANIZAÇÃO DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS SERÃO EFETIVADAS POR MEIO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E/OU OUTROS INSTRUMENTOS LEGAIS, SENDO FUNDAMENTAIS PARA A CONSECUÇÃO DO OBJETIVO DO PROGRAMA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL CONSIDERADA A EVOLUÇÃO NACIONAL	NÚMERO DE FAMÍLIAS CONTEMPLADAS COM UNIDADES HABITACIONAIS E CHEQUE MORADIA / DÉFICIT HABITACIONAL NO TOCANTINS X 100	28,14	dez/2007	48

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1160	PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.	80.030.326,00	20.967.132,98	26,20	UNIDADE	5.000	1.335	26,70
2278	REALIZAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO SOCIAL.	1.362.039,00	252.250,19	18,52	UNIDADE	165	6	3,64
2279	ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA PROJETOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.	287.257,00	4.380,75	1,53	UNIDADE	10	0	0,00
2280	CAPACITAÇÃO TÉCNICA DAS ENTIDADES EM PROGRAMAS HABITACIONAIS.	110.000,00	44.817,15	40,74	UNIDADE	150	134	89,33
TOTAL		**81.789.622,00**	**21.268.581,07**	**26,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

QUADRO 142 – FINALÍSTICO - 0098

PROGRAMA – CIDADE PARA TODOS	
Objetivo:	MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DE CIDADES EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS, REDUZIR OS RISCOS AMBIENTAIS E DE PROLIFERAÇÕES DE DOENÇAS ENDÊMICAS ORIUNDAS DE AUSÊNCIA DE URBANIZAÇÃO MEDIANTE SUA URBANIZAÇÃO E SUA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, INTEGRANDO-AS AO TECIDO URBANO E A CIDADE LEGALMENTE CONSTITUÍDA.
Justificativa:	A EXTENSÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS URBANOS PARA ESSA CLIENTELA SERÁ UM PODEROSO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DE DESIGUALDADES SOCIAIS, POIS ALEM DA HABITAÇÃO AS NECESSIDADES BÁSICAS DA POPULAÇÃO CONSISTEM NOS SERVIÇOS URBANOS, TAIS COMO, REDE DE ÁGUA TRATADA, REDE DE ENERGIA ELÉTRICA, SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO ESGOTO, INFRA-ESTRUTURA DO SISTEMA VIÁRIO E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E COMUNITÁRIOS, A METODOLOGIA E A CONCEPÇÃO DOS PROGRAMAS PODEM VARIAR CONFORME AS MODALIDADES DE INTERVENÇÃO, PODENDO OS MESMOS, SEREM COMBINADOS PARA MELHOR ATENDER A DEMANDA.
Estratégia:	O GOVERNO ESTADUAL COORDENARÁ AÇÕES SETORIAIS DE HABITAÇÃO, SANEAMENTO AMBIENTAL, INFRA-ESTRUTURA, E SERVIÇOS URBANOS, A FIM DE PRODUZIR GANHOS DE ESCALA NO EQUACIONAMENTO DE PROBLEMAS URBANOS, ESPECIALMENTE OS VOLTADOS ÀS POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA; A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS URBANOS NAS REGIÕES CRÍTICAS DEPENDE ESSENCIALMENTE DO EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DESSES INVESTIMENTOS; A ALAVANCAGEM DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS E INTERNOS EM COMPLEMENTAÇÃO AOS RECURSOS DE CONTRAPARTIDA DO ESTADO E MUNICÍPIOS CONTARÁ COM O APOIO DO GOVERNO FEDERAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
AUMENTO DA INCLUSÃO SOCIAL URBANA	NÚMERO DA POPULAÇÃO BENEFICIADA COM MELHORIA URBANA / NÚMERO DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS X 100	0	dez/2009	20

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1210	IMPLANTAÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS.	43.942.158,00	1.755.119,97	3,99	UNIDADE	15	0	0,00
2281	ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR MUNICIPAL.	30.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00

2282	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE LOTES URBANOS.	1.000.000,00	640.250,40	64,03	UNIDADE	2.500	638	25,52
TOTAL		**44.972.158,00**	**2.395.370,37**	**5,33**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

QUADRO 143 - SERVIÇO AO ESTADO - 0120

PROGRAMA – LIQUIDAÇÃO DE ENTES ESTATAIS	
Objetivo:	PROMOVER A LIQUIDAÇÃO EXTRA-JUDICIAL DOS ENTES ESTATAIS, AUTORIZADA E REGULAMENTADA EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.
Justificativa:	EM FUNÇÃO DE AUTORIZAÇÃO LEGAL E CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES, OBJETIVANDO A LIQUIDAÇÃO DE EMPRESAS DETENTORAS DE CAPITAL SOCIAL, ORIUNDO DA INTEGRALIZAÇÃO DOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL, FAZ-SE NECESSÁRIA A INSCRIÇÃO DE PROGRAMA QUE GARANTA O RECEBIMENTO DOS SALDOS INSCRITOS NOS CORRESPONDENTES ATIVOS E O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES REGISTRADAS NOS PASSIVOS DAS EMPRESAS EM FASE DE LIQUIDAÇÃO.
Estratégia:	A SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO, POR MEIO DE SUA ESTRUTURA OPERACIONAL COM O APOIO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA, PROCEDERÁ A LIQUIDAÇÃO DA EMPRESA DE ACORDO COM OS PRECEITOS LEGAIS.
Prazo de Execução:	2008-2011

AÇÃO		**METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS**			**METAS FÍSICAS**			
		RECURSOS (R$)						
N.°	**Descrição**	**Autorizado**	**Empenhado**	**% Util.**	**Unid. Medida**	**Prev.**	**Exec.**	**% Exec.**
6016	LIQUIDAÇÃO CODETINS.	2.000,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	45	0	0,00
6017	LIQUIDAÇÃO CASETINS.	20.000,00	15.920,00	79,60	PERCENTUAL	40	0	0,00
TOTAL		**22.000,00**	**15.920,00**	**72,36**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

QUADRO 144 – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0123

PROGRAMA – GESTÃO DAS CIDADES – MORAR BEM	
Objetivo:	PROMOVER O PLANEJAMENTO E A FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS E DESENVOLVIMENTO URBANO, COORDENANDO OS PROGRAMAS POR MEIO DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES, OBJETIVANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E A INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DA POPULAÇÃO.
Justificativa:	A SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO, OBEDECENDO AOS DISPOSITIVOS DA LEI ESTADUAL Nº 1.950 DE 07 DE AGOSTO DE 2008, REGULAMENTADA POR MEIO DO DECRETO ESTADUAL Nº 3.460 DE 12 DE AGOSTO DE 2008 QUE ESTABELECE A SUA ESTRUTURA OPERACIONAL, DEFININDO SUA FINALIDADE E DELIMITANDO SUAS COMPETÊNCIAS QUE NORTEIAM A GESTÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL E DESENVOLVIMENTO URBANO, É RESPONSÁVEL PELA INTEGRAÇÃO DAS CIDADES AO DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO DO ESTADO. PARA TANTO, O ESCOPO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS GRAFADOS NESTA UNIDADE GESTORA, OBJETIVAM O CUMPRIMENTO DA MISSÃO INSTITUCIONAL INTERDEPENDENTE DA FORMULAÇÃO DAS DIRETRIZES, APOIO LOGÍSTICO E SUPORTE NOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, NO QUE SE REFERE AOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO, CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DO PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS. A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, COMANDO METODOLÓGICO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, FORTALECERÁ A REALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS E CONTRIBUIRÁ EFETIVAMENTE PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS, SEDIMENTANDO A GESTÃO FOCADA EM RESULTADOS E MELHORIA DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO BENEFICIÁRIO.
Estratégia:	A COORDENAÇÃO DA GESTÃO DA MORADIA E DESENVOLVIMENTO URBANO DAR-SE-Á POR INTERMÉDIO DA SEHAB EM CONJUNTO COM SUA VINCULADA AHDU, OTIMIZANDO OS RECURSOS DOS FUNDOS ESPECIAIS, COM VISTAS AO FINANCIAMENTO DOS PROGRAMAS, EFETIVANDO A PARCERIA COM AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, PRINCIPALMENTE DOS MUNICÍPIOS E ENTIDADES PRIVADAS ALIADAS NO PROPÓSITO DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO. FUNDAMENTALMENTE A SUSTENTABILIDADE DO PROGRAMA DAR-SE-Á PELA CAPACITAÇÃO CONTINUADA DOS ATORES INTERNOS E EXTERNOS; COM BANCO DE DADOS ESTRUTURADO, INFORMATIZADO E ATUALIZADO EM TEMPO REAL, FACILITANDO O GERENCIAMENTO ÁGIL DAS AÇÕES. PARA TANTO, A READEQUAÇÃO FÍSICA DO ÓRGÃO É PARTE DA POLÍTICA ESTRUTURANTE PARA CUMPRIMENTO DAS DEMANDAS CRESCENTES NO ATENDIMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DOS PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL, PACTUADOS COM O GOVERNO DO ESTADO POR MEIO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS CELEBRADOS EM 2007/2008, COM CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO ATÉ 2011. A DIVULGAÇÃO PERIÓDICA DAS INFORMAÇÕES DO SETOR, PROMOVERÁ A CONSCIENTIZAÇÃO E A PREPARAÇÃO DA SOCIEDADE PARA A CONCRETIZAÇÃO DO OBJETIVO DO PROGRAMA QUE SERÁ EFETIVADO COM A ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, AGREGANDO A SOCIEDADE ORGANIZADA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA. SERÃO ENVOLVIDOS DEMAIS ÓRGÃOS DO GOVERNO ESTADUAL DE ACORDO COM A TRANSVERSALIDADE DAS AÇÕES E RESPECTIVAS FUNÇÕES, DEFINIDAS SUAS ATRIBUIÇÕES EM REGULAMENTAÇÃO PRÓPRIA.
Prazo de Execução:	2009-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1213	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO HABITACIONAL E DESENVOLVIMENTO URBANO.	221.800,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	30	0	0,00
1214	REESTRUTURAÇÃO FÍSICA DO ÓRGÃO SEDE.	0,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	70	0	0,00
1215	ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO D EINTERESSE SOCIAL.	275.850,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
2283	DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS DA POLÍTICA HABITACIONAL E DESENVOLVIMENTO URBANO.	1.975.242,00	1.242.286,99	62,89	UNIDADE	3	1	33,33
2284	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DA GESTÃO HABITACIONAL E DESENVOLVIMENTO URBANO.	20.000,00	9.956,60	49,78	PERCENTUAL	30	8	26,67
2285	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA GESTÃO HABITACIONAL E DESENVOLVIMENTO URBANO.	145.000,00	13.792,50	9,51	UNIDADE	60	13	21,67
TOTAL		**2.637.892,00**	**1.266.036,09**	**47,99**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
135.630.716,00	30.170.307,94	22,24	105.460.408,06

3.1.29 SECRETARIA DE SAÚDE

Essa Secretaria Estadual de Saúde não possui orçamento, suas atividades são desenvolvidas por meio do Fundo de Saúde, que tem UG e orçamento próprio. Desta forma, a execução dos programas e ações desta importante função de governo será demonstrada no item que trata sobre os fundos.

Não obstante, o Decreto n.° 3.460, de 12 de agosto de 2008, definiu suas competências como sendo:

a) formular políticas de saúde pública, coordenar, executar, fiscalizar e controlar suas ações;

b) cuidar da ação preventiva em geral;

c) realizar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica;

d) promover, proteger e recuperar a saúde individual e coletiva e responsabilizar-se pela saúde ambiental;

e) exercer a vigilância e a proteção da saúde, especialmente, quanto à educação para prevenir o uso de drogas lícitas e ilícitas;

f) divulgar à sociedade informações sobre todos os serviços de saúde realizados e a forma de utilização dos mesmos;

g) prestar assistência ambulatorial e hospitalar;

h) fabricar e inspecionar a produção química, farmacêutica e correlata;

i) fornecer medicamentos de sua fabricação aos Órgãos da área da saúde e entidades públicas e particulares que prestem assistência médica à população;

j) promover treinamento, cursos e estágios aos estudantes e profissionais vinculados às atividades de saúde;

k) fomentar, no âmbito de sua atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico.

3.1.30 DEFENSORIA PÚBLICA

A Lei Complementar n.º 41, de 22 de dezembro de 2004, dispôs sobre a organização da Defensoria Pública do Estado do Tocantins e adotou outras providências, sendo posteriormente alterada pela Lei Complementar n° 46, de 03 de abril de 2006, e a Lei Complementar n.º 48, de 07 de setembro de 2006. Em 2009, essas leis foram revogadas pela Lei Complementar n° 55, de 27 de maio de 2009, que dispôs sobre a organização da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, alterada pela Lei Complementar nº. 58, de 17 de setembro de 2009. Ainda em 2009, a Lei Complementar nº. 60, de 27 de outubro de 2009, dispõe sobre a revisão geral dos subsídios dos Defensores Públicos e altera a Lei Complementar n° 55.

A Defensoria Pública promove orientação jurídica e a defesa dos necessitados, em todas as áreas do Direito. No Tocantins, a Defensoria Pública atende nas áreas: Criminal, Cível, Família, Criança e Adolescente, juizados Especiais Cíveis e Criminais, Fazenda e Registros Públicos. Requer a gratuidade da justiça, acompanha os atos processuais, promove a conciliação entre as partes em conflito de interesses, interpõe recurso e promove a revisão criminal.

As suas atribuições foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos Programas de Apoio Administrativo, Finalístico e Gestão de Políticas Publicas. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 24.890.162,00,** com execução de **R$ 20.074.501,85**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 145 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	2.308.356,00	2.232.985,05	96,73	75.370,95
Manutenção de Serviços de Transportes	384.607,00	362.743,97	94,32	21.863,03
Manutenção de Recursos Humanos	15.903.700,00	15.000.644,80	94,32	903.055,20
Ações de Informática	410.966,00	403.975,07	98,30	6.990,93
TOTAL	**19.007.629,00**	**18.000.348,89**	**94,70**	**1.007.280,11**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Defensoria Pública.

QUADRO 146 – FINALÍSTICO - 0127

PROGRAMA – ACESSO A JUSTIÇA INTEGRAL E GRATUITA

Objetivo:	PRESTAR ASSISTÊNCIA JURÍDICA, JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, INTEGRAL E GRATUITA AO CIDADÃO QUE NÃO TENHA CONDIÇÃO DE PAGAR OS HONORÁRIOS DE UM ADVOGADO E AS CUSTAS PROCESSUAIS SEM PREJUÍZO DO SUSTENTO PRÓPRIO E DE SUA FAMILIA, CONTRIBUINDO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA JUSTIÇA, PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E PARA ASSEGURAR O EXERCÍCIO DA CIDADANIA.
Justificativa:	A DEFENSORIA PÚBLICA FOI CRIADA PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988 PARA PRESTAR ASSISTÊNCIA AOS MAIS POBRES, VISANDO PROPICIAR O ACESSO DO CIDADÃO, SEM CONDIÇÕES ECONÔMICAS AOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS, OBSERVA-SE QUE O CRESCIMENTO DA COBERTURA DO SERVIÇO DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS, EM TODO O PAÍS, NÃO FOI SUFICIENTE PARA ACOMPANHAR O CRESCIMENTO DA COBERTURA DO PODER JUDICIÁRIO. NESTE CONTEXTO, A DEFENSORIA NO ESTADO ENCONTRA-SE EM UM NÍVEL CONSIDERADO MÉDIO BAIXO, NECESSITANDO AMPLIAR SEU ATENDIMENTO, SENDO ASSIM É NECESSÁRIO CRIAR MAIS PROGRAMAS DIRECIONADOS EM INSERIR A POPULAÇÃO NO CONTEXTO SOCIAL, DE UMA SOCIEDADE QUE SE QUEIRA JUSTA.
Estratégia:	A OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA CONSISTE EM AÇÕES COM MECANISMOS E INSTRUMENTOS EFICAZES, MULTISETORIAIS E PARTICIPATIVO, NA FORMA DE EXECUÇÃO DIRETA COM AS DIVERSAS ESFERAS GOVERNAMENTAIS, ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, POR MEIO DE PARCERIAS E TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. ESTRATÉGIAS QUE VISAM: GARANTIR A QUALIDADE AOS SERVIÇOS OFERECIDOS AO CIDADÃO ECONOMICAMENTE DESFAVORECIDO; PROMOVER O ATENDIMENTO SÓCIO-JURÍDICO FIXO E ITINERANTE EM TODO O ESTADO; ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E ATENDIMENTO EMERGENCIAL, QUANDO NECESSÁRIO, E OUTROS SERVIÇOS DE DIREITOS GARANTIDOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE EFICÁCIA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	SOMATÓRIO DA TAXA DAS AÇÕES DIVIDIDO PELA QUANTIDADE DAS AÇÕES	12,8	31/07/2008	76

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1229	INSTALAÇÃO DE OUVIDORIA GERAL DA DEFENSORIA PUBLICA.	9.220,00	4.900,00	53,15	UNIDADE	1	1	100,00
1255	DEFENSORIA PÚBLICA INTINERANTE.	231.486,00	195.205,41	84,33	UNIDADE	8	6	75,00
2431	ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM DEFESA DOS DIREIOTOS HUMANOS.	630.760,00	437.639,84	69,38	UNIDADE	30.000	4.936	16,45
2432	CONCESSÃO DE BOLSA-ESTÁGIO A ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO.	155.623,00	121.856,55	78,30	UNIDADE	85	46	54,12
2433	ATENDIMENTO SÓCIO-JURÍDICO INTEGRAL AO USUÁRIO DOS SERVIÇOS DA DEFENSORIA PÚBLICA.	225.993,00	214.293,23	94,82	UNIDADE	70.000	160.168	228,81
2434	ATENDIMENTO EMERGENCIAL AOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DA DEFENSORIA PÚBLICA.	82.675,00	22.101,38	26,73	UNIDADE	15.000	15.000	100,00
TOTAL		**1.335.757,00**	**995.996,41**	**74,56**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Defensoria Pública.

QUADRO 147 – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0128

PROGRAMA – GESTÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA	
Objetivo:	FORTALECER A INSTITIIÇÃO EM PAPEL POLÍTICO E SOCIAL, RELEVANTE PARA O CONTEXTO NACIONAL, BEM COMO, MANTER RELAÇÕES INSTITUCIONAIS CONSTANTES COM OS DEMAIS PODERES, ATÉ MESMO COM INSTITUIÇÕES SIMILARES EM NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL, CONTRIBUINDO PARA A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO DE SUA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.
Justificativa:	O PROGRAMA VISA ESTRUTURAR AS UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA NOS MUNICIPIOS,PROMOVENDO A QUALIDADE NOS ATENDIMENTOS, DIVULGANDO OS SERVIÇOS PRESTADOS PELA INSTITUIÇÃO, ENVOLVENDO ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS EM PROGRAMAS SÓCIO-EDUCATIVOS PARA OS MUNICIPIOS DE DIFÍCIL ACESSO E DE BAIXA RENDA PER CAPTA, PROPORCIONANDO A COMUNICADE LOCAL ACESSO AOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS, OBJETIVANDO AMENIZAR OS PROBLEMAS REGIONAIS APRESENTADOS COMO: MOROSIDADE NOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS, DIFICULDADE DA POPULAÇÃO AO ACESSO À JUSTIÇA, ALTO ÍNDICE DE CRIMINALIDADE, ENTRE OUTROS PROBLEMAS IDENTIFICADOS PELA POPULAÇÃO DE CADA LOCALIDADE TOCANTINENSE.
Estratégia:	O PROGRAMA SERÁ IMPLEMENTADO POR MEIO DE PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS, COOPERAÇÃO TÉCNICA COM OS SETORES PÚBLICOS: FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, ALÉM DO SETOR PRIVADO E COMUNIDADE EM GERAL. O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA COMPREENDENDO CONSTRUÇÕES, REFORMAS, MELHORIAS E AMPLIAÇÕES NAS ESTRUTURAS FÍSICAS DA SEDE DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL E DAS UNIDADES DE ATENDIMENTOS INSTALADAS EM DIVERSOS MUNICIPIOS DO TOCANTINS, BEM COMO, AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA ATENDER AS COMARCAS NO INTERIOR DO ESTADO , AS COORDENADORIAS E A SEDE ADMINISTRATIVA DA DEFENSORIA; APARELHAR E EQUIPAR COM MOBILIÁRIOS AS REFERIDAS UNIDADES; E MODERNIZAR O SISTEMA DA INFORMAÇÃO COM INSTRUMENTOS TECNOLÓGICOS INDISPENSÁVEIS AO DESEMPENHO DOS SERVIÇOS DA INSTITUIÇÃO. PROMOVER CURSOS E CAPACITAÇÕES PARA OS DEFENSORES PÚBLICOS E SERVIDORES VISANDO MANTER OS PROFISSIONAIS CAPACITADOS E ATUALIZADOS PARA O DESEMPENHO DE SUAS ATRIBUIÇÕES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO	SOMATORIO DAS TAXAS DE TODAS A AÇÕES DIVIDIDO PELA QUANTIDADE DE AÇÕES	17,5	30/09/2008	88

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1230	AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS.	233.411,00	155.995,64	66,83	UNIDADE	11	8	72,73
1231	CONSTRUÇÃO DA SEDE ADMINISTRATIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA EM PALMAS.	2.560.000,00	236.230,24	9,23	PERCENTUAL	40	2	5,00
1232	CONSTRUÇÃO DE COORDENADORIAS DA DEFENSORIA PÚBLICA NO ESTADO.	299.584,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
1233	ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS.	108.991,00	49.788,91	45,68	PERCENTUAL	40	20	50,00
1234	ESTRUTURAÇÃO DAS COORDENADORIAS DA DEFENSORIA PÚBLICA.	312.896,00	216.542,70	69,21	UNIDADE	2	4	200,00
1235	ESTRUTURAÇÃO TECNOLÓGICA DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO.	325.023,00	157.022,10	48,31	PERCENTUAL	40	20	50,00
1236	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA DEFENSORES PÚBLICOS E SERVIDORES DO QUADRO ADMINISTRATIVO.	40.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
1237	RESTRUTURAÇÃO DA SEDE DA DEFENSORIA PÚBLICA.	108.608,00	41.229,00	37,96	PERCENTUAL	25	10	40,00
2435	CAPACITAÇÃO FUNCIONAL PARA MEMBROS E SERVIDORES DA DEFENSORIA PÚBLICA.	121.439,00	49.088,69	40,42	UNIDADE	150	35	23,33
2436	DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS.	202.354,00	27.838,26	13,76	UNIDADE	10	2	20,00
2437	DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS.	221.270,00	131.224,26	59,31	UNIDADE	50	50	100,00
2438	MANUTENÇÃO DA CORREGEDORIA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA.	13.200,00	13.196,75	99,98	UNIDADE	1	1	100,00
TOTAL		**4.546.776,00**	**1.078.156,55**	**23,71**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Defensoria Pública.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
24.890.162,00	20.074.501,85	80,65	4.815.660,15

3.2. UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDOS ESPECIAIS

A Administração Indireta do Estado do Tocantins é composta por 14 Autarquias, 02 Fundações e 26 Fundos Especiais que atuam nas áreas administrativa, financeira, econômica e social, cujo objetivo é desenvolver as funções do Governo de forma descentralizada, obedecendo aos limites de suas atribuições e competências e observando os cinco macroobjetivos definidos no Plano Plurianual 2008/2011:

3.2.1 AUTARQUIAS

3.2.1.1 INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS – NATURATINS

Originalmente, pela Lei n.° 29, de 21 de abril de 1989, o Chefe do Poder Executivo foi autorizado a criar a Fundação Natureza do Tocantins – NATURATINS, tendo por objetivo propiciar o estudo, a pesquisa e a experimentação no campo da proteção e controle ambiental e utilização racional dos recursos ambientais.

De acordo com esta Lei, a Fundação foi dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira. Nos termos da Lei n.° 29, de 21 de abril de 1989, o Chefe do Poder Executivo Estadual baixou o Decreto n.° 1.100, de 30 de junho de 1989, instituindo a Fundação Natureza do Tocantins, com personalidade jurídica de direito privado, com vistas a atender os objetivos já definidos na própria lei que autorizou a criação, bem como o correspondente Estatuto.

O Decreto n.° 1.024, de 30 de maio de 1990, dispôs sobre a aprovação do Regimento Interno da Fundação Natureza do Tocantins. A Política Ambiental do Estado do Tocantins foi definida pela Lei n.° 261, de 20 de fevereiro de 1991, regulamentadas pelo Decreto n.° 10.459, de 08 de junho de 1994, alterado pelo Decreto n.° 429, de 17 de abril de 1997.

A Lei n.° 858, de 26 de julho de 1996, criou o Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, pessoa jurídica de direito público, constituída sob a forma de autarquia, e que substituiu a Fundação Natureza do Tocantins, sucedendo-a em direitos, obrigações, patrimônio, bem como dotações orçamentárias.

O Decreto n.° 311, de 23 de agosto de 1996, homologou o Regulamento do Instituto Natureza do Tocantins, vigente até a presente data.

Assim, tem-se que a situação atual do NATURATINS – Instituto de Natureza do Tocantins, o define como autarquia, por natureza regida pelas normas de direito público, criada pela Lei n.° 858, de 26 de julho de 1996 e que teve seu Regulamento aprovado pelo Decreto n.° 311, de 23 de agosto de 1996.

A missão precípua do Instituto de Natureza do Tocantins é aquela definida pela Lei n.° 29, de 21 de abril de 1989, qual seja, promover o estudo, a pesquisa e a experimentação no campo da proteção e controle ambiental e utilização racional dos recursos ambientais, para tanto devendo funcionar como órgão técnico do Governo do Estado, propiciando o estabelecimento de normas e padrões de controle ambiental e atuando na fiscalização do cumprimento da legislação pertinente, buscando proporcionar capacitação de pessoal e na prestação de serviços ambientais.

Consoante estatuiu a Lei n.° 858/96 são de competência do Instituto Natureza do Tocantins: 1 – a execução da política ambiental do Estado; 2 – o monitoramento e o controle ambiental; 3 – a fiscalização do cumprimento da legislação ambiental; 4 – a prestação de serviços correlatos que lhe sejam atribuídos resultante de convênios, acordos e contratos.

Com vistas à consecução de seus objetivos, o Instituto poderá: manter intercâmbio com órgãos ou entidades brasileiras ou internacionais; celebrar acordos, convênios, contratos e ajustes com órgãos ou entidades públicas ou privadas; e instalar ou suprimir dependências em todo o território estadual.

As atribuições do Instituto Natureza do Tocantins foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos Programas de Apoio Administrativo, Previdência Social, Finalísticos e de Gestão de Políticas Públicas. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 28.168.311,00,** com execução de **R$ 19.047.187,03**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 148 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.856.843,00	1.028.393,71	55,38	828.449,29
Manutenção de Serviços de Transportes	1.522.839,00	534.177,52	35,08	988.661,48
Manutenção de Recursos Humanos	14.028.747,00	14.002.178,22	99,81	26.568,78
Ações de Informática	672.923,00	353.170,55	52,48	319.752,45
TOTAL	**18.081.352,00**	**15.917.920,00**	**88,04**	**2.163.432,00**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS.

QUADRO 149 - PREVIDÊNCIA SOCIAL - 0196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa de Patrimônio do Servidor Público - PASEP.	37.127,00	37.090,32	99,90	36,68
TOTAL	**37.127,00**	**37.090,32**	**99,90**	**36,68**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS.

QUADRO 150 – FINALÍSTICO – 0050

PROGRAMA – TOCANTINS BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

Objetivo:	FORMULAR E IMPLEMENTAR ESTUDOS E PROJETOS PARA CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, VISANDO A CONSERVAÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA E DOS RECURSOS GENÉTICOS COM A PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, A RECUPERAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS DEGRADADOS, O COMBATE A DESMATAMENTOS ILEGAIS E INCÊNDIOS FLORESTAIS ASSEGURANDO A CONSERVAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS.
Justificativa:	O PROGRAMA SE PROPÕE A TRABALHAR OS PROBLEMAS ELENCADOS DURANTE A OFICINAS DO PPA, SÃO ELES: QUEIMADAS, DESMATAMENTOS ILEGAIS, CAÇA E PESCA PREDATÓRIA; OS ECOSSISTEMAS NATURAIS ABRIGAM UMA IMENSA DIVERSIDADE BIOLÓGICA, PRESTANDO SERVIÇOS ESSENCIAIS PARA VIDA NO PLANETA. A BIODIVERSIDADE É UMA DAS GRANDES RIQUEZAS DO NOSSO ESTADO, DEVENDO SER ESPECIALMENTE PROTEGIDA E CONSERVADA. A NÃO IMPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA PROPICIARÁ O AUMENTO NA PRESSÃO ANTRÓPICA SOBRE OS RECURSOS NATURAIS EM FUNÇÃO DA NECESSIDADE DE ESPAÇO FÍSICO E UTILIZAÇÃO DESTES RECURSOS COMO MATÉRIA-PRIMA, DEVENDO PARA TANTO DEFINIR ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO QUE ESTABELEÇAM ESTRATÉGIAS PARA USO E CONSERVAÇÃO DA MESMA E AÇÕES ESTRUTURANTES IMPRESCINDÍVEIS PARA GARANTIR A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E ORIENTAR O USO DESTES ATIVOS AMBIENTAIS DE FORMA SUSTENTÁVEL.
Estratégia:	A SECRETARIA, DE FORMA DIRETA, DEVERÁ ELABORAR PLANOS E PROGRAMAS QUE ESTABELEÇAM ESTRATÉGIAS PARA O USO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA BIODIVERSIDADE, PROPOR A CRIAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, IMPLANTAR INFRA-ESTRUTURA BÁSICA NESTAS UNIDADES, E RECUPERAR ÁREAS DEGRADADAS NO ENTORNO DAS UC'S E DEMAIS ÁREAS PROTEGIDAS COM VISTAS A FORTALECER AÇÕES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, APOIANDO E FORTALECENDO A GESTÃO DAS UNIDADES EXECUTADA PELO NATURATINS; PARA A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELACIONADAS AO CONTROLE DO DESMATAMENTO E COMBATE A QUEIMADAS DEVERÁ PROPOR PARCERIAS COM ÓRGÃOS DE CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E EXTENSÃO RURAL TANTO ESTADUAL (NATURATINS, CIPAMA E RURALTINS) QUANTO MUNICIPAL (OEMAS, SECRETARIAS DE AGRICULTURA E BRIGADAS DE INCÊNDIOS).
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
HECTARES CRIADAS E CONSOLIDADAS DE UC	HECTARES UC CRIADAS E CONSOLIDADA	-	-	-
HECTARES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO REGULARIZADA	HECTARES UC REGULARIZADA	-	-	-
TAXA DE COBERTURA VEGETAL NO ESTADO	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3005	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE CONSERVAÇÃO E MANEJO DE FAUNA E FLORA.	87.059,00	18.206,40	20,91	UNIDADE	10	7	70,00
3234	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS.	148.484,00	3.539,25	2,38	UNIDADE	4	0,5	12,50
4013	PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS.	436.172,00	90.668,54	20,79	UNIDADE	38	5	13,16
4014	GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS.	983.580,00	464.813,52	47,26	UNIDADE	8	7	87,50
TOTAL		**1.655.295,00**	**577.227,71**	**34,87**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS.

QUADRO 151 – FINALÍSTICO – 0052

PROGRAMA – ÁGUAS DO TOCANTINS	
Objetivo:	IMPLEMENTAR O SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS, PROMOVER A RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS E O EQUACIONAMENTO DOS CONFLITOS, COM O ENVOLVIMENTO E A PARTICIPAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS NO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DAS ÁGUAS.
Justificativa:	O PROGRAMA PROPOSTO VISA ATENDER AOS PROBLEMAS IDENTIFICADOS DURANTE AS OFICINAS DO PPA REALIZADAS EM 14 REGIÕES DO ESTADO, SENDE ELES: ASSOREAMENTO DOS CORPOS DE ÁGUAS, SECAS EXTREMAS, DESMATAMENTOS E POLUIÇÃO AMBIENTAL; E OUTROS IDENTIFICADOS PELA EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA, COMO: O COMPROMETIMENTO DA QUALIDADE E QUANTIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS EM AMBIENTES URBANOS E RURAIS; A AUSÊNCIA DE DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS PARA TOMADA DE DECISÕES; A OCUPAÇÃO DESORDENA DO SOLO NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS; O POUCO CONHECIMENTO DOS ATORES ENVOLVIDOS COM A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NAS BACIAS. A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS, COM BASE NOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DEFINIDAS NA POLÍTICA ESTADUAL, PRESSUPÕE A MINIMIZAÇÃO DOS CONFLITOS DE USOS, OCASIONADAS PELOS INTERESSES CONCORRENTES E O PLANEJAMENTO RACIONAL COM VISTAS A GARANTIR A TODOS O ACESSO À ÁGUA EM QUANTIDADE E QUALIDADE SATISFATÓRIAS, INCENTIVANDO AÇÕES CONSERVACIONISTAS DE USO DO SOLO E DA ÁGUA, ALÉM DE FOMENTAR OS USOS MÚLTIPLOS. A NÃO IMPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA ACARRETARÁ DANOS A QUALIDADE DAS ÁGUAS, REFLETINDO NA QUALIDADE DE VIDA DA COMUNIDADE, BEM COMO, A MANUTENÇÃO DA QUANTIDADE DAS ÁGUAS, COM PREJUÍZOS AOS PROCESSOS PRODUTIVOS IMPLANTADO EM TODO O ESTADO. O ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE LOCAL, NA BUSCA POR SOLUÇÕES E O INTERESSE DOS USUÁRIOS DAS ÁGUAS EM MINIMIZAR OS CONFLITOS DE USOS SÃO FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA, JÁ A QUANTIDADE DE RECURSOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA O MESMO PODERÁ SER UM FATOR DESFAVORÁVEL A SUA IMPLEMENTAÇÃO.
Estratégia:	A ESTRATÉGIA DO PROGRAMA PREVÊ PARCERIAS ENTRE MUNICÍPIOS, USUÁRIOS DE ÁGUA E SOCIEDADE CIVIL, BEM COMO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E CAPACITAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS DA BACIA, CUJO OBJETIVO PRINCIPAL É A SUSTENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS E DO SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS. PARA ESSE PROGRAMA SÃO NECESSÁRIAS DIÁRIAS PARA AS VIAGENS DOS SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELAS ATIVIDADES. OS PRODUTOS ORIUNDOS DAS AÇÕES DESSE PROGRAMA TERÃO DIVULGAÇÃO EM MASSA E SERÃO ACESSÍVEIS VIA PORTAL WEB E OUTROS MEIOS DE DIVULGAÇÃO DE FÁCIL ACESSO DO PÚBLICO ALVO. AS AÇÕES SERÃO EXECUTADAS COM O APORTE INSTITUCIONAL, TÉCNICO E OPERACIONAL DA SRHMA, COMPLEMENTADAS QUANDO FOR NECESSÁRIO, COM SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, PARCEIROS LOCAIS E ESTADUAIS ENVOLVIDOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ESTAÇÃO HIDROMETEREOLÓGICA ESTRUTURADA	EHE = SOMATÓRIO DAS ESTAÇÕES HIDROMETEOROLÓGICAS ESTRUTURADAS	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4408	IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS.	97.677,00	7.677,67	7,86	UNIDADE	9	1	11,11
TOTAL		**97.677,00**	**7.677,67**	**7,86**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS.

QUADRO 152 – FINALÍSTICO – 0060

PROGRAMA – CONTROLE AMBIENTAL	
Objetivo:	REALIZAR LICENCIAMENTO, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS E DEGRADADORAS DO MEIO AMBIENTE, COBERTURA VEGETAL E OS RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DO TOCANTINS.
Justificativa:	EM ATENDIMENTO À LEI 261/91 QUE DISPÕES SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE.
Estratégia:	TODAS AS ATIVIDADES QUE UTILIZAM RECURSOS NATURAIS DEVERÃO SER LICENCIADAS E SUAS ATIVIDADES SERÃO ACOMPANHADAS PELO MONITORAMENTO E DEVIDAMENTE FISCALIZADAS PARA CUMPRIREM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO TOCANTINS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS E DEGRADORAS REGULARIZADAS	(NUMEROS DE EMPREENDIMENTOS EM FUNCIONAMENTO / NUMERO DE EMPREENDIMENTOS LICENCIADOS) X 100	28	01/07/2008	83

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4019	LICENCIAMENTO AMBIENTAL.	1.920.761,00	484.113,39	25,20	UNIDADE	2.102	2.418	115,03
4022	FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL.	1.454.855,00	258.314,70	17,76	UNIDADE	6.740	3.563	52,86
4023	MONITORAMENTO AMBIENTAL.	1.251.894,00	25.857,20	2,07	UNIDADE	35	30	85,71
TOTAL		4.627.510,00	768.285,29	16,60	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS.

QUADRO 153 – FINALÍSTICO – 0061

PROGRAMA – PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Objetivo:	CONSOLIDAR A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO COLABORADORA NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE AMBIENTAL, SOB A ÓTICA DA EDUCAÇÃO FORMAL, NÃO-FORMAL E DA COMUNICAÇÃO SOCIAL.
Justificativa:	O PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL /PEEA É UM INSTRUMENTO DE GESTÃO QUE COLABORA NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE AMBIENTAL, FUNDAMENTAL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO, ENVOLVENDO DIVERSOS ATORES SOCIAIS COMO CO-RESPONSÁVEIS NA FORMAÇÃO DE UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL, VISANDO À FORMAÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA DOS CIDADÃOS. O TOCANTINS VEM IMPLEMENTANDO GRADUALMENTE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PEEA. ENTRETANTO ESSAS AÇÕES SÃO INSUFICIENTES PARA ATENDER A DEMANDA DO ESTADO, NECESSITANDO DE MAIS APORTE TÉCNICO E FINANCEIRO A FIM DE FORTALECER O PROCESSO EDUCATIVO, A MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO DOS INDIVÍDUOS TORNANDO-OS APTOS A AGIR INDIVIDUAL E COLETIVAMENTE RESOLVENDO OS PROBLEMAS AMBIENTAIS.
Estratégia:	ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO COLETIVA DE FORMA ARTICULADA, QUE FAÇAM AS PESSOAS REPENSAREM SUAS POSTURAS DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE, PROPICIANDO OS CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS À COMPREENSÃO DO MEIO AMBIENTE, DE MODO A FOMENTAR UMA CONSCIÊNCIA SOCIAL QUE PRODUZA ATITUDES E COMPORTAMENTOS SUSTENTÁVEIS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL, POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS CONTÍNUOS EM PARCERIA COM AS INSTITUIÇÕES QUE COMPÕEM A COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL /CIEA TO E DIVERSAS REDES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL; FORTALECER AS DIRETORIAS REGIONAIS DE ENSINO OFERECENDO, BIMESTRALMENTE, CAPACITAÇÃO AOS TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PELAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES, ABORDANDO A TEMÁTICA AMBIENTAL COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA EM PARCERIA COM OS ÓRGÃOS AMBIENTAIS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS COM AÇÕES ESTRATÉGICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	(Nº DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS / TOTAL DE MUNICÍPIOS DO ESTADO) X 100	-	-	-
TAXA DE ESCOLAS COM FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇAO AMBIENTAL	(NÚMERO DE ESCOLAS ATENDIDAS / TOTAL DE ESCOLAS DO ESTADO) X 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% til.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4026	IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO-FORMAL.	195.390,00	38.020,25	19,46	UNIDADE	160	203	126,88
TOTAL		195.390,00	38.020,25	19,46	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS.

QUADRO 154 – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – 0076

PROGRAMA – GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	
Objetivo:	PLANEJAR A EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS SETORIAIS, ALÉM DE COORDENAR, AVALIAR E CONTROLAR OS DEMAIS PROGRAMAS A PARTIR DA GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA.
Justificativa:	ATENDER AS NECESSIDADES DE FORTALECIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO TOCANTINENSE, OBSERVANDO A LEI Nº 261 DE 20 DE FEVEREIRO DE 1991 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE MEIO AMBIENTE.
Estratégia:	IMPLEMENTAR MUNICIPALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL DE FORMA INTEGRADA, COM A DESCENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS, A PARTIR DA CAPACITAÇÃO TÉCNICA, UTILIZAÇÃO DE HARDWARE E SOFTWARE NOS PROCEDIMENTOS DE COLETA E PROCESSAMENTO DOS DADOS DE CAMPO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3006	MUNICIPALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL.	91.900,00	17.033,85	18,54	UNIDADE	69	15	21,74
3007	CAPACITAÇÃO TÉCNICA.	440.948,00	115.966,81	26,30	UNIDADE	195	18	9,23
4028	IMPLANTAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DE UNIDADES REGIONAIS.	1.868.823,00	709.766,57	37,98	UNIDADE	19	15	78,95
4029	GERAÇÃO DE ÍNDICES DE ICMS ECOLÓGICO PARA MUNICÍPIOS.	48.727,00	30.433,95	62,46	UNIDADE	139	129	92,81
4030	IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO, JORNALISMO E PUBLICIDADE.	930.962,00	820.724,36	88,16	UNIDADE	300	542	180,67
4031	GESTÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS – SEIA.	92.600,00	7.040,25	7,60	UNIDADE	10	13	130,00
TOTAL		**3.473.960,00**	**1.700.965,79**	**48,96**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
28.168.311,00	19.047.187,03	67,62	9.121.123,97

3.2.1.2 AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ATR

A Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR, foi criada em 02 de janeiro de 2007, por meio da Lei Estadual n.º 1.758, sob a forma de autarquia sob regime especial, dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, tem personalidade jurídica de Direito Público, revestida de poder de polícia, vinculada ao Gabinete do Governador, sendo regida por Regulamento Próprio (Decreto Estadual n.º 3.133, de 10 de setembro de 2.007), e o seu regimento estabelecido por meio da Resolução – ATR n.° 036, de 10 de dezembro de 2009.

Compete à ATR a regulação dos serviços públicos prestados no Estado do Tocantins, de sua competência ou a ele delegados por outros entes da Federação, em decorrência de legislação, convênio ou contrato, que deve ser exercida, em especial nas seguintes áreas: geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; terminais aeroportuários, hidroviários e rodoviários; comunicações; saneamento, compreendidos o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a drenagem, a coleta e a disposição de resíduos sólidos; petróleo, seus derivados, e álcool combustível; mineração; transporte intermunicipal de passageiros; inspeção de segurança de veículos; serviços ou uso de bens públicos e outras atividades que caracterizem a prestação de serviço em regime de delegação.

Suas atividades foram desenvolvidas através de ações estruturadas em nos Programas de Apoio Administrativo e de Gestão de Políticas Públicas. Para esses programas foram autorizado recursos da ordem de **R$ 5.066.925,00**, com execução de **61,27**, ou seja, **R$ 3.104.547,23**, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

QUADRO 155 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	753.327,00	517.925,50	68,75	235.401,50
Manutenção de Serviços de Transportes	136.173,00	104.034,48	76,40	32.138,52
Manutenção de Recursos Humanos	2.254.425,00	2.183.945,77	96,87	70.479,23
Ações de Informática	108.500,00	29.270,74	26,98	79.229,26
TOTAL	**3.252.425,00**	**2.835.176,49**	**87,17**	**417.248,51**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR.

QUADRO 156 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0053

PROGRAMA - REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS

Objetivo:	REGULAMENTAR, CONTROLAR E FISCALIZAR CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E AUTORIZADAS QUE EXERÇAM SERVIÇOS, USO DE BENS PÚBLICOS E OUTRAS ATIVIDADES QUE CARACTERIZEM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.
Justificativa:	FACE À IMPLEMENTAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO, PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, SE FAZ NECESSÁRIO ASSEGURAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS NO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA VISANDO À SATISFAÇÃO DO CIDADÃO.
Estratégia:	AS AÇÕES DE REGULAÇÃO, NORMALIZAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS, SERÃO IMPLEMENTADAS ATRAVÉS DE CONVÊNIOS, PARCERIAS COM ESTADOS, MUNICÍPIOS E SETORES PRIVADOS, COM AS DIVERSAS AGÊNCIAS NACIONAIS DE REGULAÇÃO. AS AÇÕES SERÃO CONDUZIDAS, FAZENDO COM QUE ESSAS INFORMAÇÕES CHEGUEM AOS USUÁRIOS, A FIM DE SANAR AS DEFICIÊNCIAS, AUSÊNCIAS DESSAS AÇÕES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	(QUANTIDADE DE CONTRATOS REGULADOS) / (QUANTIDADE DE CONTRATOS COM REGULAÇÃO DELEGADA NO PERÍODO) - (POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS ATENDIDA COM SERVIÇOS PÚBLICOS REGULADOS) / (POPULAÇÃO TOTAL DO ESTADO)	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4114	DESENVOLVIMENTO DA FISCALIZAÇÃO.	767.000,00	235.083,03	30,65	UNIDADE	18	18	100,00
4115	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS NA ÁREA DE SANEAMENTO, TRANSPORTE E ENERGIA ELÉTRICA.	970.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4116	DIVULGAÇÃO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS.	19.500,00	12.975,00	66,54	UNIDADE	3	3	100,00
4117	CAPACITAÇÃO DOS TÉCNICOS DOS MUNICÍPIOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
4403	DISPONIBILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE OUVIDORIA.	33.000,000	21.312,71	64,58	UNIDADE	1	1	100,00
4404	REALIZAÇÃO DE CURSOS PARA OS SERVIDORES DA ATR.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	4	0	0,00
4405	REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS / USUÁRIOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00

4406	PROMOÇÃO DE FÓRUNS DE DEFESA DOS CIDADÃOS / USUÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS REGULADOS.	25.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
TOTAL		**1.814.500,00**	**269.370,74**	**14,85**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
5.066.925,00	3.104.547,23	61,27	1.962.377,77

3.2.1.3 ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DO TOCANTINS – ETSUS

A Escola Técnica de Saúde Dr. Gismar Gomes, criada pelo Decreto n.º 1.564, de 19 de agosto de 2002, e instituída sob o modelo de gestão autárquica em regime especial disposto pela Lei n.º 1.369, de 27 de março de 2003, alterada pela Lei n.º 2.243, de 04 de dezembro de 2009, Decreto n.º 3.804, de 23 de setembro de 2009, que dispõe sobre a estrutura operacional da Escola Técnica de Saúde do Tocantins – ETSUS, combinado com os Decretos n.º 3.454 e n.º 3.456, ambos do dia 08 de agosto de 2008, que dispõem, respectivamente, que a Assessoria de Comunicação e o NUSCIN têm suas unidades setoriais nas respectivas estruturas operacionais dos órgãos e entidades, Decreto n.º 1.914, de 19 de novembro de 2003, que aprovou seu Estatuto, publicado no Diário Oficial do Estado n.º 1.570, datado de 27 de novembro de 2003, Ato de Nomeação n.º 2902 – NM, de 15 de agosto de 2008, Ato de Exoneração n.º 2.975 – EX, de 09 de setembro de 2009 e Ato de Nomeação n.º 3.025 – NM, de 10 de setembro de 2009, que nomeia Aldenira Freitas Campos Gomes, para exercer o cargo de Presidente da Escola Técnica de Saúde Dr. Gismar Gomes.

As atividades desta Autarquia foram desenvolvidas em conformidade com o que dispõe o Decreto n.º 2.404, de 26 de abril de 2005, utilizando os recursos do Fundo Estadual de Saúde, que trata da descentralização da execução orçamentária e financeira do referido fundo.

A Escola Técnica de Saúde Dr. Gismar Gomes é uma autarquia sob regime especial, vinculada à Secretaria da Saúde, dotada de personalidade jurídica de Direito Público e autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com sede e foro em Palmas, Capital do Tocantins, atuação em todo o território do Estado e prazo de duração indeterminado. A Escola pode estabelecer parcerias mediante cooperação associativa de natureza técnico-científico-financeira com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras. As implementações das ações são de forma gradual e progressiva, compatibilizando a operacionalização com a disponibilidade orçamentário-financeira.

A ETSUS tem como missão "promover a formação de recursos humanos em nível básico, técnico e pós-técnico, desenvolvendo competências que atendam às demandas dos serviços de saúde e mercado de trabalho, possibilitando a melhoria de vida da comunidade tocantinense".

As atribuições da Escola Técnica de Saúde do Tocantins foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa Finalístico – Desenvolvimento Técnico em Saúde. Para esse programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 70.000,00**, com execução de **16,23%**, ou seja, **R$ 11.358,05**, como demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 157 – FINALÍSTICO - 0024

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO TÉCNICO EM SAÚDE	
Objetivo:	PROMOVER A QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM NÍVEL BÁSICO, TÉCNICO E PÓS-TÉCNICO.
Justificativa:	AS MUDANÇAS DA CONFIGURAÇÃO POLÍTICA DO SETOR SAÚDE (PACTO DA SAÚDE) EXIGEM CLARAMENTE NO QUE SE REFERE ÀS NECESSIDADES DE OFERTA E DE QUALIDADE DE RECURSOS HUMANOS, O QUE TRAZ ENORMES PREJUÍZOS A SAÚDE PÚBLICA E AO ESTABELECIMENTO DE UMA REDE DE PROMOÇÃO A SAÚDE. PARA SUPRIR A DEMANDA EXISTENTE EM DETERMINADAS ÁREAS, O ESTADO DO TOCANTINS CONTA COM A ETSUS QUE POSSUI POTENCIALIDADES E COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS AO LONGO DESSES ANOS QUE FORTALECEM SUA POSIÇÃO DE ESCOLA PROFISSIONAL A SERVIÇO DO SUS, EM TERMOS DE FORMAÇÃO BÁSICA, TÉCNICA E PÓSTÉCNICA. NESTE SENTIDO A ETSUS PRIMA POR UMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM VISTA À PROMOÇÃO DE UM ATENDIMENTO MAIS HUMANIZADO E DE MELHOR QUALIDADE.
Estratégia:	IMPLEMENTAR ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DE TODA EQUIPE E PRESTADORES DE SERVIÇOS DA ETSUS. ORGANIZAR FÍSICA E ADMINISTRATIVAMENTE OS CURSOS: TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL, TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, TÉCNICO EM ANÁLISES CLÍNICAS, TÉCNICO EM RADIOLOGIA, TÉCNICO EM VIGILÂNCIA DA SAÚDE, TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO, TÉCNICO EM HEMOTERAPIA, TÉCNICO DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE, TÉCNICO EM GESSO, TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA E PÓS-TÉCNICO EM INSTRUMENTAÇÃO CIRÚRGICA QUE SERÃO REALIZADOS EM PALMAS E ALGUNS DESCENTRALIZADOS DE ACORDO COM A DEMANDA DE CADA REGIÃO. ORGANIZAR FÍSICA E ADMINISTRATIVAMENTE OS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL QUE SERÃO REALIZADOS EM PALMAS E ALGUNS DESCENTRALIZADOS DE ACORDO COM A DEMANDA DE CADA REGIÃO. AMPLIAR A FROTA DE VEÍCULOS DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE. COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS SERÃO ATRAVÉS DE LICITAÇÃO DE ACORDO COM AS NORMAS DO ESTADO. PROMOVER A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, COMO TAMBÉM A AQUISIÇÃO DOS MATERIAIS ADMINISTRATIVOS GERAIS DE ACORDO COM AS NORMAS DO ESTADO PARA OTIMIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DA ETSUS. ARTICULAÇÃO DA DIRETORIA FINANCEIRA DA ETSUS COM A SECAD E SEFAZ, PARA GERAR FOLHA DE PAGAMENTO DA ETSUS. REALIZAR A MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E COMPRA DE ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA, SOFTWARES E OUTROS PARA O DESENVOLVIMENTO PLENO DAS ATIVIDADES ESCOLARES. ARTICULAÇÃO COM ÓRGÃOS DAS ESFERAS FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL E OUTROS PARA AMPLIAÇÃO DA SEDE EM PALMAS E EXPANSÃO DOS PÓLOS DE ARAGUAÍNA E GURUPI.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ALCANCE DA QUALIFICAÇÃO E DA FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	TOTAL DE SERVIDORES DO SUS E DA COMUNIDADE HABILITADOS	2.465	03/09/2009	3.042

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4231	REALIZAÇÃO DE CURSOS TÉCNICOS E PÓS-TÉCNICOS – ETSUS.	70.000,00	11.358,05	16,23	UNIDADE	1	5	500,00
TOTAL		**70.000,00**	**11.358,05**	**16,23**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Escola Técnica de Saúde do Tocantins – ETSUS.

3.2.1.4 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN

O Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN - TO, foi criado pela Lei n.º 308/1991, de 17 de outubro de 1991, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins n.º 105, de 03 de dezembro de 1991, entidade da administração indireta sob a forma de autarquia estadual, vinculada á Secretaria da Segurança Pública.

O Decreto n.º 8.209, de 23 de junho de 1993, dispõe sobre o Regimento Interno da Autarquia. A Lei n.° 1.950, de 07 de agosto de 2008, dispõe sobre a estrutura operacional e quadro de cargos em comissão do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN – TO, regulamentada pelo Decreto n.º 3.803, de 23 de setembro de 2009, combinado com os Decretos nº.' 3.454 e n.° 3.456, de 08 de agosto de 2008, que dispõem, respectivamente, que a Assessoria de Comunicação e o Núcleo Setorial de Controle Interno têm suas unidades setoriais nas respectivas estruturas operacionais dos órgãos e entidades.

Conforme prevê o art. 22 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1.997, no âmbito do Estado, o Departamento Estadual de Trânsito é o órgão máximo para planejar, dirigir, fiscalizar, controlar, coordenar e executar os serviços relativos ao trânsito. E para cumprimento destes objetivos deve-se valer dos seguintes serviços: Engenharia de Tráfego; Médico e Psicotécnico; Registro de Veículos; Habilitação de Condutores; Fiscalização e Policiamento; Segurança e Prevenção de Acidentes; Supervisão e Controle de Aprendizagem para Condutores; Campanhas Educacionais de Trânsito e Controle e Análise de Estatísticas.

As atribuições do Departamento Estadual de Trânsito foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: 01 de Apoio Administrativo, 01 de Previdência Social e 02 Finalísticos. Para esses programas, foram autorizados recursos na ordem de **R$ 38.681.552,00**, com execução de **62,74,** ou seja, **R$ 24.268.883,37**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 158 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	5.700.243,00	3.731.254,58	65,46	1.968.988,42
Manutenção de Serviços de Transportes	2.060.000,00	402.155,95	19,52	1.657.844,05
Manutenção de Recursos Humanos	11.973.518,00	11.884.114,16	99,25	89.403,84
Ações de Informática	5.861.000,00	3.205.857,96	54,70	2.655.142,04
TOTAL	**25.594.761,00**	**19.223.382,65**	**75,11**	**6.371.378,35**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.

QUADRO 159 - PREVIDÊNCIA SOCIAL - 0196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa de Patrimônio do Servidor Público - PASEP.	486.020,00	443.398,32	91,23	42.621,68
TOTAL	**486.020,00**	**443.398,32**	**91,23**	**42.621,68**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.

QUADRO 160 – FINALÍSTICO - 0037

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO E EFICIÊNCIA DOS PROCESSOS DO DETRAN

Objetivo:	MODERNIZAR OS MACRO-PROCESSOS DE GESTÃO, INTEGRAR A SOCIEDADE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE TRÂNSITO PARA O DEVIDO CUMPRIMENTO DA LEI E HARMONIZAR O TRÂNSITO, TORNANDO-O MAIS SEGURO PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS, CICLISTAS, PEDESTRES E PÚBLICO EM GERAL.
Justificativa:	COM O NOVO APARELHAMENTO DO ORGAO, A CONSTRUCAO, AQUISICAO E AMPLIACAO DE PRÉDIOS PARA A SEDE EM PALMAS E NO INTERIOR DO ESTADO; A CAPACITACAO DOS SERVIDORES EM TODOS OS NIVEIS PRETENDE-SE DAR MAIOR EFICIENCIA NO ATENDIMENTO AOS USUARIOS, DESBUROCRATIZANDO OS PROCESSOS E AUMENTO A AGILIDADE DOS MESMOS.
Estratégia:	CAPACITAÇÃO AO LONGO DOS QUATRO ANOS DOS SERVIDORES COM CURSOS ESPECIFICOS PARA CADA ÁREA DE TRABALHO COM PROFISSIONAIS E EMPRESAS DE CAPACIDADE ILIBADA. CONDUÇÃO DE AÇÕES PELO DETRAN EM PARCEIRA COM OS MUNICÍPIOS, POLÍCIA MILITAR E SEGURANCA PÚBLICA DO TOCANTINS, SECRETARIA DA FAZENDA, DESCENTRALIZANDO AS AÇÕES DO ÓRGÃO E DOTANDO-O DE MAIOR MOBILIDADE PARA NORMATIZAR, ARRECADAR E FAZER CUMPRIR A LEGISLAÇÃO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
RAPIDEZ E EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS	NÚMERO DE ATENDIMENTO / NÚMERO DE USUÁRIOS X 100	25	jul/2008	15

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3043	CONSTRUÇÃO DE PISTA SINALIZADA PARA APLICAÇÃO DE PROVAS PRÁTICAS DE MOTOS.	444.000,00	0,00	0,00	PORCENTAGEM	50	0	0,00
3044	AMPLIAÇÃO DA SEDE DO DETRAN.	1.190.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
3045	AQUISIÇÃO DE PRÉDIOS PARA AS CIRETRANS.	260.000,00	182.727,80	70,28	UNIDADE	1	1	100,00
3046	CONSTRUÇÃO DA CIRETRAN.	1.488.000,00	924.313,26	62,12	PORCENTAGEM	24	23,90	99,58
4081	EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA FORMAÇÃO DOS SERVIDORES.	95.000,00	56.364,90	59,33	UNIDADE	60	123	205,00
TOTAL		**3.477.000,00**	**1.163.405,96**	**33,46**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.

QUADRO 161 – FINALÍSTICO - 0038

PROGRAMA - TRÂNSITO SEGURO

Objetivo:	IMPLEMENTAR PROJETOS EFETIVOS DE EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO NO TRÂNSITO, DISPONIBILIZANDO À COMUNIDADE CONHECIMENTOS ESSENCIAIS A CONVIVÊNCIA RESPONSÁVEL E SEGURA NO TRÂNSITO.
Justificativa:	A IMPLEMENTACAO DESTES PROJETOS VISA A CONSCIENTIZACAO DA POPULACAO EM GERAL PARA UM TRANSITO MAIS SEGURO E HARMONIOSO PARA TODOS.
Estratégia:	EM PARCERIAS COM OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO TOCANTINS, ENTIDADES LIGADAS AO TRANSITO E A POPULAÇÃO EM GERAL, IMPLEMENTAREMOS OS PROJETOS DURANTE OS QUATRO ANOS SEGUINTES COM A META DE DIMINUIR O NUMERO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO NO TOCANTINS	NÚMERO MAIS RECENTE - NÚMERO DESEJADO X 100 / NÚMERO MAIS RECENTE	2.261	jul/2008	1.583

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3047	IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA DE TRÂNSITO.	700.000,00	0,00	0,00	PORCENTAGEM	30	0	0,00
4082	EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO.	980.000,00	110.257,00	11,25	UNIDADE	18	5	27,78
4083	REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS.	1.834.309,00	666.068,83	36,31	UNIDADE	10	3	30,00
4084	BANCA EXAMINADORA MÓIVEL.	520.000,00	500.619,78	96,27	UNIDADE	1	1	100,00
4085	FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO.	5.089.462,00	2.161.750,83	42,48	UNIDADE	18	18	100,00
TOTAL		**9.123.771,00**	**3.438.696,44**	**37,69**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
38.681.552,00	24.268.883,37	62,74	14.412.668,63

3.2.1.5 AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - ADAPEC

A Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC/TO - foi criada pela Lei n.° 1.027, de 10 de dezembro de 1.998.

Suas atividades de Sanidade Animal e Vegetal são fundamentadas respectivamente na Lei n.° 1.082, de 1º de julho de 1.999, regulamentadas pelo Decreto Estadual n.° 860, de 11 de Novembro de 1.999, que dispõe sobre a defesa da sanidade animal no Estado do Tocantins e no Decreto Estadual n.° 1.634, de 28 de novembro de 2.002, que dispõe sobre o regulamento da defesa sanitária vegetal no Estado do Tocantins e o Decreto n.° 3.561, de 13 de novembro de 2.008, que aprova o regulamento das normas higiênico sanitárias para elaboração e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal no Estado do Tocantins.

Tem como missão planejar, coordenar e executar a Política Estadual de Defesa Agropecuária com a finalidade de promover à vigilância, a normatização, a fiscalização, a inspeção e a execução das atividades de defesa animal e vegetal.

O objetivo primordial da ADAPEC/TO é o controle zoofitossanitário dentro do Estado do Tocantins, expandindo por suas fronteiras, atingindo seu público-alvo: “toda a cadeia produtiva do setor agropecuário”.

A entidade utiliza como ferramenta para a implantação das ações as seguintes estratégias:

- planejar, coordenar, normatizar e executar as ações de defesa agropecuária do Estado, compatibilizando-as com as diretrizes da política agropecuária nos âmbitos Estadual e Federal;

- promover estudos que subsidiem o planejamento na área da defesa agropecuária;

- promover a integração das ações nas áreas de defesa agropecuária nas diversas esferas do governo;

- propor e definir a elaboração de convênios com os setores públicos e privados para a execução de serviços de defesa agropecuária, no âmbito Estadual e Federal;

- promover a capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos na área de defesa agropecuária;

- promover a realização de conferências, simpósios e outros conclaves científicos na área de defesa agropecuária;

- manter intercâmbio de informações técnicas e cientificas com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais que se dediquem às atividades de defesa agropecuária.

As atribuições da ADAPEC/TO são desenvolvidas em ações estruturadas nos Programas de Apoio Administrativo e Finalísticos. Para essas ações foram autorizados recursos na ordem de **R$ 45.392.618,00**, com execução de **82,81%,** ou seja, **R$ 37.590.833,60**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 162 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	3.228.263,00	2.563.499,38	79,41	664.763,62
Manutenção de Serviços de Transportes	496.481,00	279.135,81	56,22	217.345,19
Manutenção de Recursos Humanos	27.815.237,00	27.807.756,79	99,97	7.480,21
Ações de Informática	130.575,00	51.179,03	39,20	79.395,97
TOTAL	**31.670.556,00**	**30.701.571,01**	**96,94**	**968.984,99**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC.

QUADRO 163 – FINALÍSTICO - 0012

PROGRAMA - DEFESA E INSPEÇÃO SANITÁRIA ANIMAL	
Objetivo:	PROMOVER O SISTEMA DE DEFESA, INSPEÇÃO E SANIDADE ANIMAL, GARANTINDO A OFERTA DE PRODUTOS DENTRO DOS PADRÕES DE SANIDADE E A SUA COMERCIALIZAÇÃO COM A QUALIDADE NECESSÁRIA PARA O CONSUMIDOR FINAL, PREVENINDO, CONTROLANDO E/OU ERRADICANDO ENFERMIDADES INFECTOCONTAGIOSAS DE REBANHO, CARÊNCIAS E PARASITÁRIAS.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS POSSUI DIVISAS COM 06 (SEIS) ESTADOS DA FEDERAÇÃO E UMA LOGÍSTICA PRIVILEGIADA PARA O ESCOAMENTO DE ANIMAIS, PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, SENDO NECESSÁRIO A CONSTANTE VIGILÂNCIA ATIVA E PASSIVA DOS PROGRAMAS SANITÁRIOS E O FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA, E GARANTIR PRODUTOS DENTRO DOS PADRÕES DE SANIDADE E INSPEÇÃO VISANDO UM PRODUTO FINAL DE MAIOR QUALIDADE PARA O CONSUMIDOR, BUSCANDO COM ISSO NOVOS MERCADOS CONSUMIDORES E CONSEQUENTEMENTE UMA MAIOR GERAÇÃO DE RENDA E EMPREGOS, BEM COMO UM ESPECIAL CUIDADO COM A SAÚDE PÚBLICA. O SISTEMA DE VIGILÂNCIA CONSISTE PRINCIPALMENTE NA INSPEÇÃO VETERINÁRIA EM ABATEDOUROS, INSPEÇÃO A PROPRIEDADES RURAIS, FISCALIZAÇÃO EM EVENTOS COM AGLOMERAÇÕES DE ANIMAIS, FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZAM PRODUTOS VETERINÁRIOS E BIOLÓGICOS, FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO DE ANIMAIS, PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, ATENDIMENTO A NOTIFICAÇÕES DE SUSPEITAS DE OCORRÊNCIAS DE ENFERMIDADES DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA, RASTREABILIDADE, RÁPIDO ATENDIMENTO A EMERGÊNCIA SANITÁRIA, CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO DE PROPRIEDADES, AVALIAÇÃO SOROEPIDEMIOLÓGICO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE DE ESTUDO E/OU DIAGNÓSTICOS DE ENFERMIDADES. ISTO POSTO, E VISUALIZANDO QUE OS PROCEDIMENTOS DE DEFESA ANIMAL FAZEM PARTE DO ALICERCE DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO, NÃO MAIS OBSERVADO COMO APENAS UM COMPONENTE ISOLADO DO SISTEMA, E CONSIDERANDO QUE TANTO O MERCADO INTERNO E O MERCADO DE EXPORTAÇÃO SÃO CADA DIA MAIS EXIGENTE, TRANSFORMANDO AS BARREIRAS SANITÁRIAS EM EMPECILHOS COMERCIAIS, SE FAZEM NECESSÁRIAS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO, CONTROLE E/OU ERRADICAÇÃO DE ENFERMIDADES E UMA INSPEÇÃO VETERINÁRIA NOS ESTABELECIMENTOS QUE PRODUZAM E MANIPULAM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, PRESERVANDO A QUALIDADE SANITÁRIA DOS PRODUTOS, ATRAVÉS DE PRÁTICAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA.
Estratégia:	O PROGRAMA UTILIZA A ESTRUTURA FÍSICA DA AUTARQUIA E CONTINGENTE DOS SEUS MÉDICOS VETERINÁRIOS (INSPETORES AGROPECUÁRIOS), JUNTAMENTE COM OS TÉCNICOS AGROPECUÁRIOS (FISCAIS AGROPECUÁRIOS), QUE ATRAVÉS DE TREINAMENTOS SÃO MUNICIADOS DO APARATO TÉCNICO PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE FISCALIZAÇÃO, VIGILÂNCIA, INSPEÇÃO, SUPERVISÃO, PREVENÇÃO, CONTROLE E/OU ERRADICAÇÃO DE ENFERMIDADES, MONITORAMENTO, LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO, ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO (DEFESA AGROPECUÁRIA). AS ATIVIDADES TAMBÉM SERÃO REALIZADAS NAS TRINTA BARREIRAS FIXAS ZOOSANITÁRIAS, 15 BARREIRAS VOLANTES E 10 BARREIRAS FLUVIAIS. A ADAPEC POSSUI 139 ESCRITÓRIOS LOCALIZADOS EM TODOS OS MUNICÍPIOS DO ESTADO. O PROGRAMA SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA DE DEFESA INSPEÇÃO E SANIDADE ANIMAL E AS AÇÕES SERÃO GERENCIADAS PELAS COORDENADORIAS E PELAS GERÊNCIAS DOS PROGRAMAS SANITÁRIOS. A ADAPEC-TO CONTARÁ COMO PARCEIROS O MAPA, A INICIATIVA PRIVADA, O SEBRAE, O SENAR, O CRMV, SOVETO, ENTRE OUTROS; A PARCERIA SERÁ FIRMADA EM TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CONVÊNIOS. TODAS AS ATIVIDADES SÃO REGISTRADAS E/OU COMPILADAS EM RELATÓRIOS E FORMULÁRIOS ESPECÍFICOS PARA CONTROLE DAS MESMAS, BEM COMO UM BANCO DE DADOS PARA ATENDER AS SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÕES PERTINENTES A DEFESA NO ESTADO, VISANDO UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO RÁPIDO E BUSCANDO UMA MAIOR CONFIABILIDADE DOS MERCADOS CONSUMIDORES. AS AÇÕES CONTIDAS NO PROGRAMA RECEBERÃO O APOIO DE OPERAÇÃO ATRAVÉS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA ENTIDADE COMO TELEFONES, INTRANET, SISTEMA DE REDE DE COMPUTADORES, VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS TÉCNICOS COMO GPS, MICROCOMPUTADORES, APARELHOS AUDIOVISUAIS DATA SHOW, TELEFONIA CELULAR, ENTRE OUTROS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	SOMA DO TOTAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL EXPORTADO POR ANO	22,28	dez/2009	40
ÍNDICE DE VACINAÇÃO CONTRA FEBRE AFTOSA NO ESTADO	REBANHO VACINADO DIVIDIDO PELO TOTAL DO ESTADO, MULTIPLICADO POR CEM	99,32	nov/2009	99,21

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4049	INSPEÇÃO SANITÁRIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.	109.767,00	39.021,25	35,55	UNIDADE	397	483	121,66
4050	CERTIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS APROVADOS NO SISBOV.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	11	0	0,00
4051	MANUTENÇÃO DA REDE DE LABORATÓRIO ANIMAL DA ADAPEC.	103.000,00	26.137,99	25,38	UNIDADE	4	3	75,00
4052	RECADASTRAMENTO NOS MUNICÍPIOS DE PROPRIEDADES	130.000,00	103.813,80	79,86	UNIDADE	8	4	50,00

	RURAIS.							
4053	REALIZAÇÃO DO CONTROLE SANITÁRIO DAS DOENÇAS DOS ANIMAIS DE PRODUÇÃO.	7.965.096,00	4.518.374,86	56,73	km²	272.577	272.577	100,00
TOTAL		**8.307.863,00**	**4.687.347,90**	**56,42**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC.

QUADRO 164 – FINALÍSTICO - 0045

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA ADAPEC	
Objetivo:	PROMOVER A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ÓRGÃO PARA ASSEGURAR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO AOS SERVIDORES E A QUALIDADE DO ATENDIMENTO AOS PRODUTORES E COMERCIANTES RURAIS.
Justificativa:	A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO POR MEIO DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PROMOVE MELHOR QUALIDADE AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DEVE ENFOCAR SEMPRE A SIMPLIFICAÇÃO DOS SEUS PROCESSOS E PROCEDIMENTOS DE FORMA A TORNAR-SE UMA ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL COM A BUSCA DE MELHORES RESULTADOS NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS ATENDENDO AO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PARA UM ATENDIMENTO DE QUALIDADE AOS CIDADÃOS.
Estratégia:	A COORDENAÇÃO E GERENCIAMENTO DESTE PROGRAMA FICARÃO A CARGO DA ADAPEC, POR MEIO DE SUAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE ACORDO COM SUAS COMPETÊNCIAS. SERÁ CONSTRUÍDA A SEDE DA ADAPEC E ALGUMAS UNIDADES LOCAIS DE SERVIÇOS NO INTERIOR DO ESTADO, COM ELABORAÇÃO DO PROJETO, LICITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA SOB RESPONSABILIDADE DA SEINF. TAMBÉM SERÁ AMPLIADA E REALIZADA A MANUTENÇÃO DA FROTA QUE FAZ ATENDIMENTO ÀS UL-S, SERÁ IMPLEMENTADO UM PROJETO DE INFORMATIZAÇÃO QUE INTEGRARÁ TODAS AS UNIDADES, ADQUIRIDOS TRAILERS PARA APOIAR AS AÇÕES DAS BARREIRAS FITOSSANITÁRIAS VOLANTES, APARELHAMENTO DAS UNIDADES DE SERVIÇOS E REALIZADA A CAPACITAÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES EM RELAÇÃO AS ATIVIDADE-MEIO DESTA ENTIDADE.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE RECLAMAÇÕES CONTRA SERVIDORES DA ADAPEC	SOMATÓRIO DO NÚMERO DE RECLAMAÇÕES APURADAS CONTRA SERVIDORES DA ADAPEC NO DISQUE-DENÚNCIA DIVIDIDO PELO NÚMERO DE SERVIDORES DO ÓRGÃO MULTIPLICADO POR CEM	3,24	dez/2009	0,4

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
1204	CONSTRUÇÃO DA SEDE DA ADAPEC.	800.000,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	40	0	0,00
3013	CONSTRUÇÃO DOS PRÉDIOS DAS UNIDADES DE SERVIÇOS.	180.000,00	9.374,00	5,21	UNIDADE	4	0	0,00
3014	INFORMATIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SERVIÇOS.	339.000,00	151.854,74	44,79	UNIDADE	24	24	100,00
4054	CAPACITAÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES.	109.000,00	38.500,81	35,32	UNIDADE	70	12	17,14
TOTAL		**1.428.000,00**	**199.729,55**	**13,99**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC.

QUADRO 165 – FINALÍSTICO - 0048

PROGRAMA - EDUCAÇÃO SANITÁRIA E COMUNICAÇÃO	
Objetivo:	PROMOVER A EDUCAÇÃO SANITÁRIA AGROPECUÁRIA PARA A COMPREENSÃO E ADOÇÃO DAS NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES PELOS INTEGRANTES DAS CADEIAS PRODUTIVAS, CONTRIBUINDO NA MELHORIA DA QUALIDADE E SEGURANÇA HIGIÊNICO-SANITÁRIA NA PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS PARA O CONSUMO HUMANO.
Justificativa:	A EDUCAÇÃO SANITÁRIA É UM PROCESSO ATIVO E CONTÍNUO DE UTILIZAÇÃO DE MEIOS, MÉTODOS E TÉCNICAS CAPAZES DE EDUCAR E DESENVOLVER CONSCIÊNCIA CRÍTICA NO PÚBLICO-ALVO, QUE PASSA A ATUAR COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO, RESULTANDO EM COMPORTAMENTO FAVORÁVEL À SAÚDE ANIMAL, SANIDADE VEGETAL E À SEGURANÇA E QUALIDADE DOS PRODUTOS E INSUMOS AGROPECUÁRIOS, ASSEGURANDO, DESSA FORMA, A SAÚDE PÚBLICA. O PROGRAMA VISA MOBILIZAR A COMUNIDADE E INTEGRANTES DA CADEIA PRODUTIVA PARA AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA EM DEFESA AGROPECUÁRIA ATRAVÉS DA DIFUSÃO, POR INTERMÉDIO DOS DIFERENTES MEIOS DE COMUNICAÇÃO, DE INFORMAÇÕES DE CARÁTER EDUCATIVO SOBRE DEFESA AGROPECUÁRIA.
Estratégia:	ESSE PROGRAMA SERÁ GERENCIADO PELA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA. A FORMA DE EXECUÇÃO SERÁ DIRETA COM RECURSOS ORDINÁRIOS E DE CONVÊNIOS FEDERAIS (EVENTUALMENTE).

	ALGUMAS AÇÕES DO PROGRAMA SERÃO EXECUTADAS ATRAVÉS DE TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES. NA ÁREA DE DEFESA ANIMAL: SENAR E VALLÉE - TERMO DE COOPERAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS; CRMV, SEAGRO, VALLÉE, SFA-TO/MAPA ATRAVÉS DE PARCERIAS EM CAPACITAÇÕES E EVENTOS. EM DEFESA VEGETAL: PARCERIAS COM INPEV, ANDEF, UNITINS AGRO, UFT, AEATO, CREA EM EVENTOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE ENVOLVIMENTO DO PÚBLICO ALVO	SOMATÓRIA DO NÚMERO DE PARTICIPANTES ASSINANTES DA LISTA DE FREQÜÊNCIA NOS EVENTOS DIVIDIDO PELO PÚBLICO ALVO MULTIPLICADO POR CEM	61,65	2008	80

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4055	CAPACITAÇÃO TÉCNICA EM DEFESA AGROPECUÁRIA.	243.344,00	33.954,50	13,95	UNIDADE	477	518	108,60
4056	REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA.	398.912,00	78.045,14	19,56	UNIDADE	43	24	55,81
4057	DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS DE DEFESA AGROPECUÁRIA.	1.022.019,00	609.834,44	59,67	UNIDADE	8	6	75,00
TOTAL		**1.664.275,00**	**721.834,08**	**43,37**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC.

QUADRO 166 – FINALÍSTICO - 0073

PROGRAMA - DEFESA E INSPEÇÃO SANITÁRIA VEGETAL	
Objetivo:	PROMOVER A SANIDADE E INSPEÇÃO VEGETAL PARA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO FITOSSANITÁRIO DO ESTADO POR MEIO DO MONITORAMENTO DE PRAGAS REFERENCIADAS OU REGULAMENTADAS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), DA FISCALIZAÇÃO VEGETAL INTERNA E DAS FRONTEIRAS DO ESTADO, PARA IMPEDIR A INTRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE PRAGAS NAS CULTURAS TOCANTINENSES, E DO CONTROLE DO TRÂNSITO DE VEGETAIS E SUAS PARTES E DAS DETERMINAÇÕES DA LEGISLAÇÃO DE AGROTÓXICOS E AFINS E DO SISTEMA DE SEMENTES E MUDAS.
Justificativa:	COMO UMA DAS ÚLTIMAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS A SEREM EXPLORADAS E O POTENCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS, COM UMA POSIÇÃO LOGISTICAMENTE PRIVILEGIADA PARA O ESCOAMENTO DOS PRODUTOS PRIMÁRIOS VINCULADOS AS EXCELENTES CONDIÇÕES CLIMÁTICAS PREDOMINANTES, DESPONTA COMO UM IMPORTANTE CELEIRO AGRÍCOLA NACIONAL QUIÇÁ PARA ATENDER A DEMANDA MUNDIAL POR ALIMENTOS E ENERGIA RENOVÁVEL. DITO ISTO, E VISUALIZANDO QUE OS PROCEDIMENTOS DE DEFESA VEGETAL FAZEM PARTE DO ALICERCE DA PRODUÇÃO E NÃO MAIS OBSERVADO COMO APENAS UM COMPONENTE ISOLADO DO SISTEMA, E CONSIDERANDO QUE TANTO O MERCADO INTERNO, MAS O MERCADO DE EXPORTAÇÃO É CADA DIA MAIS EXIGENTE, TRANSFORMANDO AS BARREIRAS NÃO TARIFÁRIAS (BARREIRAS FITOSSANITÁRIAS) EM EMPECILHOS COMERCIAIS, SE FAZEM NECESSÁRIAS ATIVIDADES QUE MINIMIZEM A ENTRADA E DISPERSÃO DE PRAGAS, PRESERVANDO A QUALIDADE SANITÁRIA DOS PRODUTOS, ATRAVÉS DE PRÁTICAS DE CONTROLE DE TRÂNSITO DE VEGETAIS, PROFILAXIA E CONTROLE DE PRAGAS, E PARALELAMENTE O INCREMENTO NOS MECANISMOS QUE ATENDAM A LEGISLAÇÃO VIGENTE NO TOCANTE AOS AGROTÓXICOS E AFINS E DO SISTEMA DE SEMENTES E MUDAS, CONSOLIDANDO UM PROCESSO PRODUTIVO LIVRE DE PRAGAS, COM ABERTURA DE MERCADOS, PREOCUPADO COM A SAÚDE DA POPULAÇÃO E DO MEIO AMBIENTE.
Estratégia:	O PROGRAMA UTILIZA A ESTRUTURA FÍSICA DA AUTARQUIA E CONTINGENTE DOS SEUS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS (INSPETORES AGROPECUÁRIOS), JUNTAMENTE COM OS TÉCNICOS AGROPECUÁRIOS (FISCAIS AGROPECUÁRIOS), QUE ATRAVÉS DE TREINAMENTOS SÃO MUNICIADOS DO APARATO TÉCNICO PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE FISCALIZAÇÃO, VIGILÂNCIA, INSPEÇÃO, SUPERVISÃO, CONTROLE DE PRAGAS, MONITORAMENTO, LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO, ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO (DEFESA AGROPECUÁRIA). AS ATIVIDADES TAMBÉM SERÃO REALIZADAS NAS BARREIRAS FITOSSANITÁRIAS, ATRAVÉS DAS 30 BARREIRAS FIXAS, 15 BARREIRAS VOLANTES E 10 BARREIRAS FLUVIAIS. NESTE CONTEXTO TAMBÉM É EVIDENCIADO TODO O SEGMENTO DE CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA VEGETAL, ONDE OS PROCEDIMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO SEGUEM OS DETERMINADOS PELA INSTÂNCIA SUPERIOR DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA), QUE PRECONIZA A SUPERVISÃO DE DOCUMENTAÇÕES SANITÁRIAS COMO: PERMISSÃO DE TRÂNSITO DE VEGETAIS - PTV, CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM - CFO, CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM CONSOLIDADO - CFOC, BEM COMO DOCUMENTOS DE CONTROLE ESTADUAL: AUTORIZAÇÃO INTERNA DE TRANSPORTE DE MUDAS DE ABACAXI, LAUDO DE INSPEÇÃO DE CAMPO DE ABACAXI, DECLARAÇÃO DE DESINFECÇÃO, DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SANITÁRIAS, CONTROLE INTERESTADUAL DE TRÂNSITO DE VEGETAIS, TERMO DE NOTIFICAÇÃO, AUTO DE INFRAÇÃO, TERMO DE APREENSÃO, AUTO DE DESTRUIÇÃO E RECIBOS. TAMBÉM É EVIDENCIADO O QUE ESTABELECE AS LEGISLAÇÕES QUE REGEM O SISTEMA DE PRODUÇÃO DE SEMENTES E MUDAS, JUNTAMENTE COM AS DETERMINAÇÕES DOS AGROTÓXICOS E AFINS, COM O CONTROLE DA HORA DA VENDA DOS PRODUTOS ATÉ A DEVOLUÇÃO DAS EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS. AS AÇÕES CONTIDAS NO PROGRAMA RECEBERÃO O APOIO DE OPERAÇÃO ATRAVÉS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA ENTIDADE COMO TELEFONES, INTRANET, SISTEMA DE REDE DE COMPUTADORES, VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS TÉCNICOS COMO

	GPS, MICROCOMPUTADORES, APARELHOS AUDIOVISUAIS DATA SHOW, TELEFONIA CELULAR, ENTRE OUTROS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE PRODUTOS DE CULTIVO TEMPORÁRIO NO TO	SOMA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE PRODUTOS DE CULTIVO TEMPORÁRIO	1,5	2009	1,5
DIAGNÓSTICO DE PHAKOPSORA PACHYRHIZI (FERRUGEM ASIÁTICA)	NÚMERO DE DIAGNÓSTICOS RELATADOS OFICIALMENTE DA OCORRÊNCIA, EM TERRITÓRIO TOCANTINENSE, DA PRAGA FERRUGEM DA SOJA	350	2009	100
EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS ENCAMINHADAS À DESTINAÇÃO FINAL	SOMA DA QUANTIDADE DE EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS ENCAMINHADAS	113.000	2009	45.000

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4058	FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO E DA DEVOLUÇÃO DAS EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS.	220.000,00	77.547,50	35,25	UNIDADE	1.390	1.504	108,20
4059	REALIZAÇÃO DO CONTROLE DE PRAGAS.	2.101.924,00	1.202.803,56	57,22	HECTARE	40.000	60.000	150,00
TOTAL		**2.321.924,00**	**1.280.351,06**	**55,14**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
45.392.618,00	37.590.833,60	82,81	7.801.784,40

3.2.1.6 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO TOCANTINS - RURALTINS

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS, Autarquia Pública Estadual, foi criada por meio da Lei n.º 20, de 21 de abril de 1.989, com a finalidade de prestar assistência técnica e extensão rural aos produtores rurais do Estado.

Tem como missão promover a construção do desenvolvimento rural sustentável, com base nos princípios da agroecologia, através de ações de assistência técnica e extensão rural e mediante processos educativos e participativos, objetivando o fortalecimento e a expansão da agricultura familiar e de suas organizações, de modo a incentivar o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade tocantinense.

Suas atribuições foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: 01 de Apoio Administrativo, 01 de Previdência Social e 02 Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 44.871.184,00**, com execução de **66,32%,** ou seja, **R$ 29.758.833,33**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 167 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.555.591,00	1.036.949,94	66,66	518.641,06
Manutenção de Serviços de Transportes	1.917.842,00	626.665,43	32,68	1.291.176,57
Manutenção de Recursos Humanos	17.980.982,00	17.975.440,42	99,97	5.541,58
Ações de Informática	515.679,00	41.671,59	8,08	474.007,41
TOTAL	**21.970.094,00**	**19.680.727,38**	**89,58**	**2.289.366,62**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS.

QUADRO 168 - PREVIDÊNCIA SOCIAL - 0196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa do Patrimônio do Servidor Público – PASEP.	35.422,00	13.003,77	36,71	22.418,23
TOTAL	**35.422,00**	**13.003,77**	**36,71**	**22.418,23**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS.

QUADRO 169 – FINALÍSTICO - 0063

PROGRAMA - VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR - ORGANIZAR, PRODUZIR E AGREGAR

Objetivo:	CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO ATRAVÉS DE INICIATIVAS QUE ENVOLVAM ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS, PESQUEIRAS, DE EXTRATIVISMO E OUTRAS, TENDO COMO CENTRO O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, BENEFICIANDO-OS INCLUSIVE COM O FINANCIAMENTO PARA O ACESSO À TERRA E A ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS, OBJETIVANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS RURAIS.
Justificativa:	A AGROPECUÁRIA É O SUSTENTÁCULO DA ECONOMIA TOCANTINENSE. NESTE CONTEXTO, A AGRICULTURA FAMILIAR REPRESENTA CERCA DE 80% DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. ENTRETANTO, OS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE SÃO BAIXOS EM VIRTUDE DO BAIXO NÍVEL TECNOLÓGICO. UMA DAS CAUSAS IDENTIFICADA NOS ENCONTROS REGIONAIS É A ASSISTÊNCIA TÉCNICA INSUFICIENTE EM ALGUNS MUNICIPIOS E AUSENTE EM OUTROS.
Estratégia:	AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICAS AOS AGRICULTORES FAMILIARES SERÃO DESENVOLVIDAS PELAS UNIDADES LOCAIS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS - ULES, APOIDAS PELAS SUPERVISÕES REGIONAIS E ESCRITÓRIO CENTRAL. AS ULES SERÃO FORTALECIDAS COM RECURSOS: HUMANOS TANTO QUANTITATIVO QUANTO QUALITATIVAMENTE, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, VEÍCULOS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTOS DOS TRABALHOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL.SERÃO UTILIZADAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS VISANDO FORTALECER OS AGRICULTORES FAMILIARES E SUAS ORGANIZAÇÕES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA	(N° DE FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA / N° DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS FAMILIARES) X 100	-	-	-
RENDA FAMILIAR MÉDIA ANUAL	RENDA FAMILIAR MÉDIA = (RENDAMONETÁRIA + RENDA NÃO MONETÁRIA)/NÚMERO DE AGRICULTORES	-	-	-
ÍNDICE DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS FAMILIARES COM ACESSO AO CRÉDITO	(N° DE FAMÍLIAS QUE ACESSARAM O CRÉDITO / N° DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS FAMILIARES) X 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4033	CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE AGROECOSSISTEMAS.	1.200.670,00	177.540,55	14,79	UNIDADE	2.725	236	8,66
4034	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL AOS PRODUTORES RURAIS.	2.810.380,00	1.283.454,82	45,67	UNIDADE	33.328	32.694	98,10
4035	AQUISIÇÃO DE PRODUTO ALIMENTÍCIO DA AGRICULTURA FAMILIAR - COMPRA DIRETA LOCAL.	7.677.150,00	5.608.887,19	73,06	UNIDADE	2.858	2.210	77,33
4037	PROMOÇÃO DE FEIRA E ENCONTRO DA AGRICULTURA FAMILIAR.	674.730,00	126.217,14	18,71	UNIDADE	16	13	81,25
4039	CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES.	1.194.233,00	105.306,68	8,82	UNIDADE	13.986	2.762	19,75
4040	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES.	1.172.474,00	52.739,75	4,50	UNIDADE	1.018	148	14,54
4044	INCENTIVO A PRODUÇÃO E CONSUMO DE HORTALIÇAS - QUINTAL VERDE.	1.549.813,00	20.278,53	1,31	UNIDADE	117.617	94.608	80,44
TOTAL		**16.279.450,00**	**7.374.424,66**	**45,30**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS.

QUADRO 170 – FINALÍSTICO - 0074

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO RURALTINS	
Objetivo:	MELHORAR A QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO USUÁRIO E ADEQUAR OS MEIOS E MÉTODOS AS NOVAS TÉCNICAS A SEREM UTILIZADAS.
Justificativa:	NECESSIDADE DE UM MELHOR ATENDIMENTO AO PÚBLICO ALVO, ADQUIRINDO EQUIPAMENTOS E MELHORANDO AS CONDIÇÕES DAS INSTALAÇÕES, PROPORCIONANDO MAIS QUALIDADE E UM MELHOR ATENDIMENTO AO PÚBLICO USUÁRIO.
Estratégia:	ESTE PROGRAMA SERÁ EXECUTADO PELA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS. AS CONSTRUÇÕES E REFORMA DE ESCRITÓRIOS (ESTADUAL, REGIONAIS E LOCAIS) SERÃO FEITAS ATRAVÉS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO. AS AQUISIÇÕES DE VEÍCULOS, MÓVEIS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA ENTRE OUTROS SERÃO FEITAS ATRAVÉS DE LICITAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3008	CONSTRUÇÃO DE ESCRITÓRIOS ESTADUAL, REGIONAIS E LOCAIS.	4.704.836,00	2.439.973,95	51,86	UNIDADE	1	0	0,00
3009	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCRITÓRIOS LOCAIS.	136.885,00	14.788,49	10,8	UNIDADE	4	4	100,00
3010	APARELHARAMENTO E REAPARELHARAMENTO DOS ESCRITÓRIOS DO RURALTINS.	1.744.497,00	235.915,08	13,52	UNIDADE	95	48	50,53
TOTAL		**6.586.218,00**	**2.690.677,52**	**40,85**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
44.871.184,00	29.758.833,33	66,32	15.112.350,67

3.2.1.7 INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DO TOCANTINS – ITERTINS

O Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS, entidade de direito público interno, constituído sob a forma de autarquia, com patrimônio próprio, autonomia técnica, administrativa e financeira, vinculada à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, criado pela Lei n.° 87, de 27 de outubro de 1.989, tem às atribuições de suas unidades administrativas definidas no Regimento Interno, Decreto n.º 3.537, de 30 de outubro de 2.008.

O ITERTINS a fim de desenvolver as competências definidas em lei, deve:

I. promover:

a) o aproveitamento racional das terras públicas estaduais que se prestem à exploração extrativa, pecuária ou agrícola;

b) ação discriminatória administrativa ou arrecadação sumária das terras devolutas do Estado do Tocantins, incorporando-as ao Patrimônio do Estado;

c) medição, demarcação de área e levantamento socioeconômico, visando à regularização fundiária;

II. elaborar e implantar projetos de assentamento em terras públicas;

III. estudar, elaborar e implantar medidas destinadas ao aperfeiçoamento dos projetos de assentamento, de modo a garantir melhores condições de vida aos beneficiários;

IV. estabelecer com os órgãos federais, estaduais e municipais, uma política de parceria nas ações de capacitação de recursos humanos, fundiários, de assentamento de agricultores em projetos de reforma agrária e cadastro;

V. estudar medidas de aperfeiçoamento da política agrária estadual;

VI. estabelecer cooperação técnica com os municípios e representação de agricultores no que diz respeito a planejamento, desenvolvimento e execução da política agrária;

VII. elaborar o plano estadual de zoneamento agrário com base em levantamento das condições ecológicas, demográficas, geográficas, econômicas e sociais que caracterizem sistemas e estruturas agrárias vigentes nas diversas regiões do Estado e permitam o conhecimento da adequada destinação, forma de uso, classificação da terra e a seleção dos tipos de extrativismo, de cultivo e de criação de maior rendimento, em função dos respectivos mercados consumidores;

VIII. realizar os cadastros das propriedades rurais incluindo o inventário e a avaliação das terras de domínio público, bem como a revisão das

alienações e concessões das mesmas, recenseando ainda os posseiros e lavradores que desejam o acesso à terra;

IX. colaborar com outras entidades na conservação do meio ambiente e dos recursos naturais;

X. elaborar estatísticas agrárias;

XI. promover a apreensão de documentos falsos de terras e tomar medidas cabíveis para a punição dos responsáveis;

XII. arrecadar as importâncias correspondentes à alienação de terras e aos emolumentos;

XIII. guardar e conservar os livros fundiários;

XIV. criar condições para o progresso das áreas rurais mais atrasadas através da execução de projetos, planos e programas de desenvolvimento.

Sua finalidade precípua é a emissão de títulos definitivos de propriedades rurais, pois o Estado apresenta grande parte de suas terras ocupadas de forma irregular e aleatória, portanto seu público-alvo são os proprietários rurais de terras.

O ITERTINS, para realizar seus objetivos legais, poderá celebrar convênios, acordos ou ajustes com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras. Mediante autorização especifica do Governador do Estado, poderá contrair empréstimos com instituições financeiras nacionais ou internacionais.

Suas atribuições foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: 01 de Apoio Administrativo, 01 de Previdência Social e 02 Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 10.939.241,00**, com execução de **40,97%,** ou seja, **R$ 4.481.797,13**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 171 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	437.700,00	172.453,27	39,40	265.246,73
Manutenção de Serviços de Transportes	135.627,00	99.038,45	73,02	36.588,55
Manutenção de Recursos Humanos	2.696.014,00	2.513.386,25	93,23	182.627,75
Ações de Informática	40.000,00	25.376,18	63,44	14.623,82
TOTAL	**3.309.341,00**	**2.810.254,15**	**84,92**	**499.086,85**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS.

QUADRO 172 - PREVIDÊNCIA SOCIAL - 0196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa do Patrimônio do Servidor Público – PASEP.	5.500,00	4.300,83	78,20	1.199,17
TOTAL	**5.500,00**	**4.300,83**	**78,20**	**1.199,17**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS.

QUADRO 173 – FINALÍSTICO - 0025

PROGRAMA - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ESTADUAL

Objetivo:	AUMENTAR O NÚMERO DE IMÓVEIS REGULARIZADOS, PERMITINDO ASSIM, AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR RURAL MAIOR ACESSO ÀS LINHAS DE CRÉDITO, BEM COMO, OBJETIVA ATUALIZAR O CADASTRO NACIONAL DE IMÓVEIS RURAIS.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS TEM UM GRANDE NÚMERO DE PROPRIEDADES RURAIS NECESSITANDO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, PARA QUE O PRODUTOR RURAL CONSIGA ACESSAR O CRÉDITO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E OS PROGRAMAS VOLTADOS PARA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA. BEM COMO O ACESSO AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL. DESTA FORMA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ESTÁ DIRETAMENTE RELACIONADA COM O AUMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO ESTADO.
Estratégia:	A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO ESTADO É A FINALIDADE PRECÍPUA DO ITERTINS, ONDE TODAS AS SUAS AÇÕES CONVERGEM PARA O SEU ATINGIMENTO. PARA ALCANÇARMOS A NOSSA META TORNA-SE NECESSÁRIO, A ARRECADAÇÃO E MATRÍCULA DAS TERRAS DEVOLUTAS PELO ESTADO, SEGUIDA DA MEDIÇÃO, DEMARCAÇÃO E VISTORIA OCUPACIONAL PARA COMPOR OS PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, CULMINANDO COM A EFETIVAÇÃO DA ENTREGA DO DOCUMENTO TITULATÓRIO. SABENDO-SE QUE A NOSSA AÇÃO DE CADASTRO RURAL TORNOU-SE NECESSÁRIA, UMA VEZ QUE ESTÁ SENDO CELEBRADO UM CONVÊNIO ENTRE OS ÓRGÃOS ESTADUAIS DE TERRAS, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA E BID. NA AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO HÁ PARCERIAS COM OUTROS ÓRGÃOS COMO: NATURATINS/SEPLAN/SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE/PGE.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE TÍTULOS EMITIDOS	Nº DE TÍTULOS DEFINITIVOS EMITIDOS / Nº DE IMÓVEIS A SEREM EMITIDOS X 100	1.497	2007	40

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4006	ARRECADAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS.	9.000,00	2.284,19	25,38	HECTARE	113.000	172.002	152,21
4007	REALIZAÇÃO DA VISTORIA OCUPACIONAL DE IMÓVEIS RURAIS.	90.660,00	79.039,33	87,18	UNIDADE	1.090	1.011	92,75
4008	REALIZAÇÃO DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS.	1.942.300,00	516.118,39	26,57	HECTARE	366.462	127.600	34,82
4009	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS.	3.962.000,00	189.624,30	4,79	HECTARE	2.000	0	0,00
4011	REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO FUNDIÁRIO.	954.110,00	355.711,94	37,28	HECTARE	1.596.000	590.345	36,99
TOTAL		**6.958.070,00**	**1.142.778,15**	**16,42**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS.

QUADRO 174 – FINALÍSTICO - 0026

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO ITERTINS

Objetivo:	PROMOVER MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA ALCANÇAR UM ATENDIMENTO DE QUALIDADE AOS PRODUTORES RURAIS.
Justificativa:	PROPORCIONAR UM ESPAÇO FÍSICO ADEQUADO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES PERTINENTES. SENDO QUE A QUESTÃO FUNDIÁRIA É O INÍCIO DO PROCESSO PRODUÇÃO DO ESTADO.
Estratégia:	A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ITERTINS SE DEU PRIMEIRAMENTE COM A CONSTRUÇÃO DA SEDE

	DEFINITIVA LOCALIZADA EM PALMAS-TO, NO ENDEREÇO AANE 40 QI 09 LOTES 01 E 02, JÁ A PRÓXIMA FASE, SERÁ O APARELHAMENTO DOS RESPECTIVOS SETORES, AMBOS DE ACORDO COM A LEI 8.666/93, COM ELABORAÇÃO DOS PROJETOS, PROCESSO DE LICITATÓRIO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
GRAU DE SATISFAÇÃO	Nº DE PESSOAS ATENDIDAS / Nº PESSOAS A SEREM ATENDIDAS X 100	7.169	2007	11.614

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3002	AMPLIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE TOPOGRAFIA E CARTOGRAFIA.	40.330,00	0,00	0,00	PORCENTAGEM	15	0	0,00
3003	AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO ITERTINS.	368.400,00	368.400,00	100,00	UNIDADE	3	4	133,33
3004	AMPLIAÇÃO DA REDE DE INFORMAÇÃO.	257.600,00	156.064,00	60,58	PORCENTAGEM	35	19,25	55,00
TOTAL		**666.330,00**	**524.464,00**	**78,71**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
10.939.241,00	4.481.797,13	40,97	6.457.443,87

3.2.1.8 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS – JUCETINS

A Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS - foi criada pela Medida Provisória n.º 07, de 1º de janeiro de 1.989, sendo uma entidade da Administração Indireta, constituída sob a forma de autarquia com personalidade jurídica de direito público, possuí sede e foro na capital do Estado, com jurisdição em todo o território nacional. É vinculada ao Governo do Estado do Tocantins por meio da Secretaria de Indústria e Comércio, e subordina-se tecnicamente ao Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC. O Registro de Empresas está estruturado de acordo com a Lei Federal n.º 8.934/1994 (Lei do Registro de Empresas), que dispõe sobre registro público de empresas e atividades afins.

Esta entidade autárquica obedece também a três Decretos, o de n.º 3.460, de 12 de agosto de 2008, que dispõe sobre a organização dos órgãos e entidades do Poder Executivo e adota outras providências, o qual evidencia a estrutura operacional, com a denominação das unidades setoriais da JUCETINS; e os outros dois Decretos Estaduais de n.º 3.454 e n.° 3.456, ambos do dia 8 de agosto de 2008.

A missão da Junta Comercial do Tocantins é constituir e manter um arquivo organizado e protegido referente aos atos de constituição, alteração, extinção e todos os demais documentos de interesse das empresas

mercantis, sendo que os mesmos devem conter a forma e o conteúdo definidos na legislação pertinente. Deve também prestar um serviço de excelência, disponibilizando as informações requeridas e efetuando os registros solicitados dentro de um prazo inferior ao estabelecido na legislação.

Com o intuito de melhorar a compreensão sobre os propósitos desta entidade, torna-se necessária a descrição de seu objetivo, sua justificativa, seu público-alvo, a base legal e a estratégia de implementação do seu Programa de Normatização e Fiscalização da Atividade Empresarial.

Tem como objetivo a obtenção de um controle dos registros públicos das empresas mercantis no Estado.

Suas atribuições foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas de Apoio Administrativo, Previdência Social e Finalístico. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 4.804.361,00**, com execução de **70,09%**, ou seja, **R$ 3.367.181,04**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 175 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.020.000,00	553.607,06	54,28	466.392,94
Manutenção de Serviços de Transportes	180.000,00	76.195,83	42,33	103.804,17
Manutenção de Recursos Humanos	2.414.361,00	2.405.107,63	99,62	9.253,37
Ações de Informática	270.000,00	126.168,42	46,73	143.831,58
TOTAL	**3.884.361,00**	**3.161.078,94**	**81,38**	**723.282,06**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS.

QUADRO 176 - PREVIDÊNCIA SOCIAL - 0196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa do Patrimônio do Servidor Público – PASEP.	20.000,00	13.443,10	67,22	6.556,90
TOTAL	**20.000,00**	**13.443,10**	**67,22**	**6.556,90**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS.

QUADRO 177 – FINALÍSTICO - 0083

PROGRAMA - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS	
Objetivo:	OBTER CONTROLE DOS REGISTROS PÚBLICOS DE EMPRESAS MERCANTIS NO ESTADO.
Justificativa:	REALIZAR E DISPONIBILIZAR REGISTRO PÚBLICO DAS EMPRESAS MERCANTIS E ATIVIDADES AFINS SUBORDINADO AS NORMAS GERAIS PRESCRITAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE, EXERCIDO EM TODO O TERITÓRIO ESTADUAL.

Estratégia:	ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REGISTROS MERCANTIS, CADASTRAR AS EMPRESAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS EM FUNCIONAMENTO NO ESTADO E MANTER ATUALIZADAS AS INFORMAÇÕES PERTINENTES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
EMPRESAS REGISTRADAS	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3048	INTERLIGAÇÃO DA REDE DE COMPUTADORES.	20.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	3	100,00
3049	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE QUALIDADE.	18.000,00	5.580,00	31,00	UNIDADE	80	80	100,00
3050	ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO ESTADUAL DE EMPRESAS.	20.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	6.500	6.500	100,00
3051	INFORMATIZAÇÃO DAS UNIDADES DA JUCETINS.	26.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	3	100,00
3201	CONSTRUÇÃO DA SEDE DA JUCETINS.	340.000,00	0,00	0,00	m²	250	0	0,00
3244	AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS.	33.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	3	100,00
4086	VEICULAÇÃO DE INFORMAÇÃO.	10.000,00	0,00	0,00	TIRAGEM	2.000	2.000	100,00
4087	REGISTRO DE EMPRESAS.	408.000,00	187.079,00	45,85	UNIDADE	6.500	4.780	73,54
4092	IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS.	25.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
TOTAL		**900.000,00**	**192.659,00**	**21,41**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
4.804.361,00	3.367.181,04	70,09	1.437.179,96

3.2.1.9 INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO TOCANTINS – IPEM

Criado em 1998, pela Lei Estadual n.º 998, de 14 de julho de 1998, o Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Tocantins compõe a estrutura governamental na condição de autarquia vinculada à Secretaria de Indústria e Comercio. Sua estrutura organizacional foi instituída pelo Decreto n.º 3.460/2008 combinado com o Decreto n.º 3.456, que dispõe sobre núcleos setoriais de controles internos, bem como o Decreto n.° 3.454, que institui as assessorias de comunicação do Estado.

O Instituto de Pesos e Medidas do Tocantins - IPEM cumpre no exercício de suas funções junto a sociedade uma importante missão de atuar como instituição de defesa dos interesses dos consumidores e de apoio ao desenvolvimento industrial e comercial no que tange à metrologia legal e a qualidade dos bens ofertados à sociedade.

As atribuições do Instituto foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa de Apoio Administrativo e no Programa Finalístico - Controle e Qualidade. Para esses programas foram autorizados recursos no valor de **R$3.357.887,00**, com execução de **94,09%,** ou seja, **R$ 3.159.466,20**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 178 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.149.070,00	1.087.837,89	94,67	61.232,11
Manutenção de Serviços de Transportes	453.600,00	392.574,35	86,55	61.025,65
Manutenção de Recursos Humanos	1.094.037,00	1.047.168,08	95,72	46.868,92
Ações de Informática	340.000,00	330.051,77	97,07	9.948,23
TOTAL	**3.036.707,00**	**2.857.632,09**	**94,10**	**179.074,91**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Tocantins – IPEM.

QUADRO 179 – FINALÍSTICO - 0078

PROGRAMA - CONTROLE E QUALIDADE

Objetivo:	LICENCIAR, AFERIR E FISCALIZAR OS INSTRUMENTOS METROLÓGICOS, BEM COMO ASSEGURAR A QUALIDADE DOS BENS E SERVIÇOS PRODUZIDOS E OU COMERCIALIZADOS NO ESTADO.
Justificativa:	AS CONSTANTES RECLAMAÇÕES DOS CONSUMIDORES EM RELAÇÃO AOS PESOS, MEDIDAS E A QUALIDADE DOS PRODUTOS E SERVIÇOS OFERTADOS NO ESTADO, BEM COMO PROPICIAR O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DE AFERIÇÃO DE INSTRUMENTOS METROLÓGICOS, QUE EXIGE QUE O IPEM FISCALIZE PARA ASSEGURAR A QUALIDADE DE BENS E SERVIÇOS OFERECIDOS À POPULAÇÃO TOCANTINENSE.
Estratégia:	OS OBJETIVOS DO PROGRAMA SERÃO ALCANÇADOS COM APORTE DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA DESCENTRALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO. ATRAVÉS DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA FIRMADO COM O INMETRO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
INSTRUMENTOS FISCALIZADOS	INSTRUMENTOS FISCALIZADOS / INSTRUMENTOS INSTALADOS X 100	59,50	Dez/2008	100,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3018	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DO IPEM.	780,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
3019	APARELHAMENTO DAS INSTALAÇÕES DA SEDE DO IPEM.	4.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4435	FISCALIZAÇÃO METROLÓGICA E CONTROLE DA QUALIDADE.	316.400,00	301.834,50	95,40	UNIDADE	10.370	12.366	119,25
TOTAL		**321.180,00**	**301.834,50**	**93,98**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Tocantins – IPEM.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
3.357.887,00	3.159.466,59	94,09	198.420,41

3.2.1.10 AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO - ADTUR

A Agência de Desenvolvimento Turístico – ADTUR, autarquia sob regime especial, dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com personalidade jurídica de direito público, foi instituída pela Lei n.º 1.630, de 05 de dezembro de 2.005, está vinculada à Secretaria da Indústria e Comércio e possuí sua estrutura operacional estabelecida pelo Decreto n.° 3.875, de 12 de novemvro de 2009, e ainda os Decretos n.° 3.454 e n.° 3.456.

Tem como finalidade promover e sustentar o turismo no Estado, observando suas potencialidades e singularidades, para a formatação e comercialização dos produtos e estruturação dos serviços turísticos em nível regional, nacional e internacional.

Para atingir sua finalidade, a ADTUR tem como missão tornar a atividade turística um importante instrumento de desenvolvimento econômico para o Estado por meio da elaboração e gestão de políticas públicas que promovam o turismo como atividade sustentável. E tem como visão, para os próximos cinco anos, ser o órgão norteador da atividade turística do Estado, reconhecido como referência em gestão pública.

Municípios com potencial turístico, organizações públicas e privadas do setor turístico e trabalhadores do turismo é o seu público-alvo, que procuram a solução de problemas causados pelo baixo índice de aproveitamento do potencial turístico do Estado.

Suas atribuições foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: 01 de Apoio Administrativo, 02 Finalísticos e 01 de Gestão de Políticas Públicas. Para esses programas foram autorizados recursos na ordem de **R$ 20.679.106,00**, com execução de **23,40%**, ou seja, de **R$ 4.838.650,93**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 180 - APOIO ADMINISTRATIVO – 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	425.658,00	206.797,71	48,58	218.860,29
Manutenção de Serviços de Transportes	311.341,00	89.429,09	28,72	221.911,91
Manutenção de Recursos Humanos	2.553.902,00	2.495.779,24	97,72	58.122,76

Ações de Informática	150.000,00	19.093,40	12,73	130.906,60
TOTAL	**3.440.901,00**	**2.811.099,44**	**81,70**	**629.901,56**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Agência de Desenvolvimento Turístico – ADTUR.

QUADRO 181 – FINALÍSTICO - 0066

PROGRAMA - ECOTURISMO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	
Objetivo:	PROPICIAR GERAÇÃO DE RENDA E INCLUSÃO SOCIAL ÀS COMUNIDADES DO ENTORNO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.
Justificativa:	O TURISMO DE NATUREZA PODE CONTRIBUIR DE FORMA SUSTENTÁVEL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL, ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE EMPREGOS, UTILIZAÇÃO DOS PRODUTOS TURÍSTICOS E VALORIZAÇÃO DOS SABERES LOCAIS.
Estratégia:	REALIZAR PARCERIA COM ÓRGÃOS DE PODER PÚBLICO MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL, EMPRESAS, INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS, ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E PESSOAS SINGULARES, ATRAVÉS DA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS, ACORDOS E PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO; COMPATIBILIZAR AS ATIVIDADES DE TURISMO E NATUREZA COM AS CARACTERÍSTICAS ECOLÓGICAS E CULTURAS DE CADA LOCAL, RESPEITANDO AS RESPECTIVAS CAPACIDADES DE CARGA; IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS ECOMUSEOLÓGICOS E DE SINALIZAÇÃO ADEQUADA ÀS FUNÇÕES DE RECEPÇÃO, INFORMAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E VISITAS TURÍSTICAS , ATRAVÉS DE INFRAESTRUTURA EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS; INCENTIVAR PRÁTICAS TURÍSTICAS, DE LAZER E RECREIO NÃO NOCIVAS PARA O MEIO NATURAL E COMPATÍVEIS COM A SUA PRESERVAÇÃO; DIVULGAR AS MANIFESTAÇÕES TRADICIONAIS E ETNOGRÁFICAS LOCAIS QUE CONTRIBUAM PARA A DIVULGAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL COMO FORMA DE AFIRMAÇÃO DE IDENTIDADE CULTURAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
SATISFAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL COM O ECOTURISMO	POPULAÇÃO SASTISFEITA / POPULAÇÃO LOCAL X 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3056	FOMENTO A PROJETOS DE BASE COMUNITÁRIA.	855.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	4	0	0,00
3057	PRODUÇÃO DO MANUAL OPERACIONAL DAS ATIVIDADES DE VISITAÇÃO E ECOTURISMO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.	454.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	6	0	0,00
4097	IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ECOTURISMO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.	4.325.000,00	3.571,00	0,08	UNIDADE	10	3	30,00
TOTAL		**5.634.000,00**	**3.571,00**	**0,06**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Agência de Desenvolvimento Turístico – ADTUR.

QUADRO 182 – FINALÍSTICO - 0068

PROGRAMA - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	
Objetivo:	PROMOVER O TURISMO COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA, PELA ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS, DIVERSIFICAÇÃO DA OFERTA, QUALIFICAÇÃO DO PRODUTO E AUMENTO DE SUA INSERÇÃO COMPETITIVA NO MERCADO E PROPORCIONANDO CONDIÇÕES FAVORÁVEIS AO INVESTIMENTO E À EXPANSÃO DA INICIATIVA PRIVADA.
Justificativa:	O SEGMENTO DO TURISMO VEM SE CONSTITUINDO NO TOCANTINS UMA IMPORTANTE ATIVIDADE NA GERAÇÃO DE OCUPAÇÃO E RENDA, BEM COMO NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS COMUNIDADES LOCAIS. O TURISMO É UMA FERRAMENTA QUE PODE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE FORMA HARMÔNICA COM A CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. O POTENCIAL TURÍSTICO DO ESTADO É INCONTESTÁVEL. OS ATRATIVOS NATURAIS E CULTURAIS PODEM SER TRANSFORMADOS EM PRODUTOS ÚNICOS E COM ALTO PODER COMPETITIVO EM NÍVEL DE MERCADOS INTERNOS E EXTERNOS. DESENVOLVER O TURISMO NAS REGIÕES ONDE EXISTA OFERTA E DEMANDA PRESSUPÕE PROVER OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE INFRAESTRUTURA ADEQUADA PARA A EXPANSÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA E DE MELHORIA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS OFERTADOS. ESSA É UMA CONDIÇÃO FUNDAMENTAL PARA A QUALIDADE DOS PRODUTOS TURÍSTICOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA INICIATIVA PRIVADA.
Estratégia:	AS AÇÕES SERÃO DESENVOLVIDAS EM PARCERIA COM O MINISTÉRIO DO TURISMO E OUTROS ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO ESTADUAL E MUNICIPAL, ALÉM DA INICIATIVA PRIVADA E O TERCEIRO SETOR, SENDO CONSOLIDADAS ATRAVÉS DE CONVÊNIOS. AS AÇÕES DEMANDAM A EXECUÇÃO DE OFICINAS, SEMINÁRIOS E

	CURSOS ONDE OS PARTICIPANTES SERÃO SELECIONADO ATRAVÉS DE PROCESSOS CHAMADA PÚBLICA. HAVERÁ A CONTRAÇÃO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR OS CURSOS, PARA AÇÕES DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO BEM COMO PARA A REALIZAÇÃO DAS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA E ADEQUAÇÃO DOS ATRATIVOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE PRODUTOS TURÍSTICOS COM POTENCIAL COMPETITIVO	NÚMERO DE PRODUTOS OFERTADOS / NÚMERO DE PRODUTOS COMERCIALIZADOS	3	25/10/2007	5
AUMENTO DOS POSTOS DE TRABALHO GERADOS PELO TURISMO	POSTOS DE TRABALHO GERAL / POSTOS DE TRABALHO DO TURISMO	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3058	IMPLANTAÇÃO DA SINALIZAÇÃO TURÍSTICA.	4.088.102,00	1.496,25	0,04	UNIDADE	93	0	0,00
3245	IMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DA TEMPORADA DE PRAIA E FÉRIAS.	1.452.220,00	1.194.222,00	82,23	UNIDADE	25	35	140,00
4098	IMPLEMENTAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA.	668.000,00	13.710,00	2,05	UNIDADE	14	2	14,29
4100	QUALIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS.	3.291.800,00	221.591,80	6,73	UNIDADE	1.020	1.900	186,27
4103	PROMOÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL DO TURISMO.	1.007.502,00	380.609,51	37,78	UNIDADE	46	32	69,57
4104	ESTRUTURAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA.	266.604,00	35.340,72	13,26	UNIDADE	56	8	14,29
TOTAL		**10.774.228,00**	**1.846.970,28**	**17,14**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Agência de Desenvolvimento Turístico – ADTUR.

QUADRO 183 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0070

PROGRAMA - PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO	
Objetivo:	TORNAR EFICIENTE E EFICAZ A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE TURISMO, MATERIALIZANDO UM CONJUNTO DE DIRETRIZES, ESTRATÉGIAS, PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES VISANDO A INTEGRAÇÃO DOS SEUS PROCESSOS DE GESTÃO, BEM COMO A TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO METODOLÓGICO.
Justificativa:	O PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO PERMITE O DESENVOLVIMENTO DE FORMA EFICAZ E EFICIENTE DAS AÇÕES FINALÍSTICAS SUBSIDIANDO ATINGIR O RESULTADO ESPERADO DESTA ATIVIDADE ECONÔNICA NO AUMENTO DO PIB DO ESTADO.
Estratégia:	O PROGRAMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO SERÁ DESENVOLVIDO DE FORMA PARTICIPATIVA COM AS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA LOCAL (CONSELHOS E FÓRUNS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE TURISMO) ALÉM DAS PARCERIAS COM O MINISTÉRIO DO TURISMO, NATURATINS, INICIATIVA PRIVADA E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3059	ELABORAÇÃO DO PLANO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO.	525.523,00	120.710,46	22,97	UNIDADE	5	1	20,00
4105	IMPLEMENTAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DA POLÍTICA DO TURISMO.	15.954,00	2.395,50	15,02	UNIDADE	41	22	53,66
4106	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA TURÍSTICA.	217.500,00	37.808,73	17,38	UNIDADE	2	1	50,00
4107	DIVULGAÇÃO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS.	36.000,00	8.920,00	24,78	UNIDADE	70	93	132,86

4108	QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DO ÓRGÃO.	35.000,00	7.175,52	20,50	UNIDADE	60	10	16,67
TOTAL		**829.977,00**	**177.010,21**	**21,33**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Agência de Desenvolvimento Turístico – ADTUR.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
20.679.106,00	4.838.650,93	23,40	15.840.455,07

3.2.1.11 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DERTINS

O Departamento de Estradas de Rodagem – DERTINS - tem a finalidade precípua de definir no campo econômico a política do Sistema Rodoviário Estadual, visando integrar as diversas regiões no intuito de maximizar o desenvolvimento estadual.

Tem a competência de:

- desenvolver ações e estratégias da política viária do Estado;
- gerenciar a malha viária estadual;
- desenvolver projetos;
- construir, restaurar e conservar estradas;
- operacionalizar o Sistema Rodoviário Estadual.

Suas atribuições foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas: 01 de Apoio Administrativo e 04 Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 650.634.334,00**, utilizando desse montante **83,58%**, ou seja, **R$ 543.789.689,15**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 184 - APOIO ADMINISTRATIVO – 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	5.206.404,00	4.607.423,87	88,50	598.980,13
Manutenção de Serviços de Transportes	23.633.828,00	20.582.115,47	87,09	3.051.712,53
Manutenção de Recursos Humanos	30.296.819,00	30.206.697,79	99,70	90.121,21

Ações de Informática	838.311,00	302.942,51	36,14	535.368,49
TOTAL	**59.975.362,00**	**55.699.179,64**	**92,87**	**4.276.182,36**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins – DERTINS.

QUADRO 185 - FINALÍSTICO - 0019

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	
Objetivo:	CONTRIBUIR PARA O AUMENTO DO PADRÃO DE VIDA DAS COMUNIDADES REGIONAIS, POR MEIO DA MELHORIA DO ACESSO AOS MERCADOS, ÀS OPORTUNIDADES DE TRABALHO, À INFRA-ESTRUTURA E AOS SERVIÇOS SOCIAIS, AO MESMO TEMPO EM QUE ASSEGURA O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E A PROTEÇÃO DE ECOSSISTEMAS FRÁGEIS, SEMPRE CONTANDO COM A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA SELEÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS, GARANTIDAS A TRANSPARÊNCIA E A GOVERNABILIDADE.
Justificativa:	FORMULADO EM 1999 COMO UMA CONTINUIDADE DO PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CONSERVAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA DO ESTADO (3714-BR). A PARTIR DE 2002 O PROJETO EVOLUIU-SE PARA UMA MAIOR ABRANGÊNCIA EM TERMOS DE ÁREAS DE ATUAÇÃO, VISTO QUE A INTEGRAÇÃO DE AÇÕES DE PLANEJAMENTO, MEIO AMBIENTE E INFRA-ESTRUTURA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL SÃO INTERDEPENDENTES NA BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. ABORDA A QUESTÃO DO TERRITÓRIO E PRIORITARIAMENTE QUATRO REGIÕES DO ESTADO: SUDESTE (ARRAIAS, TAGUATINGA, DIANÓPOLIS, NATIVIDADE E PARANÂ), NORTE (BICO DO PAPAGAIO), NORDESTE (GOIATINS E PEDRO AFONSO) E LESTE (JALAPÃO).
Estratégia:	SERÁ EXECUTADO DE FORMA MULTISETORIAL, ENVOLVENDO A SEPLAN, A SEINF E O DERTINS. SERÃO ESTABELECIDOS TRÊS MACRO-COMPONENTES: A) PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL; B) CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO TERRITORIAL; E C) MELHORAMENTO E CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
IMPACTO DA MELHORIA GERENCIAL NA APLICAÇÃO DE RECURSOS POR KM CONSERVADOS	1º - KM CONSERVADOS / VOLUME DE RECURSOS X 100 = KM CONSERVADOS ANO-BASE; 2º - KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE / VOLUME DE RECURSOS X 100 = KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE; 3º - KM CONSERVADOS ANO ANÁLISE / KM CONSERVADOS ANO-BASE X 100.	100	2007	115

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3023	REFORMA DE RESIDÊNCIAS RODOVIÁRIAS.	154.418,00	115.395,00	74,73	UNIDADE	8	0	0,00
3024	REFORÇO INSTITUCIONAL DO DERTINS.	1.920.842,00	1.034.724,48	53,87	UNIDADE	1	0,75	75,00
3025	APARELHAMENTO DA SUPERINTENDÊNCIA TÉCNICA DO DERTINS.	173.236,00	173.220,50	99,99	UNIDADE	14	0	0,00
3026	FABRICAÇÃO, FORNECIMENTO E MONTAGEM DE SUPERESTRUTURA PARA PONTES PRÉ-MOLDADAS.	3.399.919,00	2.958.211,74	87,01	UNIDADE	1.500	516,60	34,44
3027	MELHORAMENTO DE RODOVIAS VICINAIS - REGIÕES NORDESTE E JALAPÃO.	5.931.051,00	325.976,50	5,50	km	1.825	450	24,66
3028	PROJETO PILOTO DE CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS.	287.500,00	67.500,00	23,48	km	250	0	0,00
3029	MELHORAMENTO DE RODOVIAS VICINAIS - REGIÃO SUDESTE.	5.528.138,00	4.440.013,21	80,32	km	144	242,94	168,71
3030	MELHORAMENTO DE RODOVIAS VICINAIS - REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO.	6.146.409,00	4.670.897,17	75,99	km	429	146,48	34,14
3236	MELHORAMENTO DE RODOVIAS ESTADUAIS COLETORAS.	866.453,00	0,00	0,00	km	340	0	0,00
TOTAL		**24.407.966,00**	**13.785.938,60**	**56,48**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins – DERTINS.

QUADRO 186 – FINALÍSTICO - 0079

PROGRAMA - PAVIMENTAR PARA MELHORAR	
Objetivo:	DAR CONTINUIDADE AOS TRABALHOS DE PAVIMENTAÇÃO DA MALHA VIÁRIA DO ESTADO, PARA MELHORAR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS REGIÕES ATÉ OS CENTROS CONSUMIDORES; PROMOVER SEGURANÇA E MELHOR TRAFEGABILIDADE PARA O USUÁRIO; OFERECER INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA PARA ATRAIR MAIS INVESTIMENTOS PARA O ESTADO; PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DOS MUNICÍPIOS, OFERECENDO MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA PARA A POPULAÇÃO.
Justificativa:	VERIFICOU-SE A NECESSIDADE DE MANTER O PROGRAMA "PAVIMENTAR PARA MELHORAR" BASEADO NOS 13 ENCONTROS REGIONAIS DO PPA, ONDE FORAM LEVANTADOS PROBLEMAS COMO: A DEFICIÊNCIA NA PAVIMENTAÇÃO URBANA, AS DIFICULDADES NO ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO E LOCOMOÇÃO.
Estratégia:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS TÉCNICAS ESPECIALIZADAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS RODOVIÁRIOS E ESTUDOS AMBIENTAIS, IMPLANTAÇÃO DE MEDIDAS AMBIENTAIS COMPENSATÓRIAS E EXECUÇÃO DE PLANOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS, EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS E PAVIMENTAÇÃO URBANA, ALÉM DA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA SUPERVISÃO DE PONTES E ESTRUTURAS DIFERENCIADAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE RODOVIA PAVIMENTADA	EXTENSÃO DE RODOVIA PAVIMENTADA / EXTENSÃO DA MALHA VIÁRIA TOTAL	37,02	2006	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3032	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS.	14.252.196,00	13.186.334,36	92,52	m²	875.000	283.642,93	32,42
3033	ELABORAÇÃO DE PROJETOS RODOVIÁRIOS.	6.134.357,00	4.989.049,81	81,33	km	227	263,31	116
3034	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA.	2.625.973,00	2.619.421,99	99,75	UNIDADE	1	1,50	150,00
3035	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS AMBIENTAIS.	735.019,00	432.971,24	58,91	UNIDADE	6	3	50,00
3036	PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS.	331.824.618,00	301.825.596,89	90,96	km	200	168,79	84,40
3037	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS.	111.005.889,00	86.024.832,51	77,50	m	700	722,75	103,25
4076	EXECUÇÃO DE MEDIDAS DE CONTROLE AMBIENTAL.	2.899.652,00	2.470.592,64	85,20	UNIDADE	2	1,13	56,50
TOTAL		**469.477.704,00**	**411.548.799,44**	**87,66**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins – DERTINS.

QUADRO 187 – FINALÍSTICO - 0080

PROGRAMA - CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA	
Objetivo:	MANTER A MALHA VIÁRIA DO ESTADO EFICIENTE, OFERECENDO PROTEÇÃO E SEGURANÇA AOS USUÁRIOS, PERMITINDO A TRAFEGABILIDADE E FACILITANDO O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO COM CUSTOS MENORES E OFERECER APOIO E COOPERAÇÃO AOS MUNICÍPIOS E OUTRAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS.
Justificativa:	NECESSIDADE DE MANTER A MALHA VIÁRIA ESTADUAL EM BOAS CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE, UMA VEZ QUE SÃO ELEVADOS OS INVESTIMENTOS PARA PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS, ALÉM DA CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO AOS MUNICÍPIOS QUE NÃO TEM CONDIÇÕES DE MANTER A MALHA VIÁRIA COLETORA.
Estratégia:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS TÉCNICAS ESPECIALIZADAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE RESTAURAÇÃO, EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DAS RODOVIAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE RODOVIA CONSERVADA	EXTENSÃO DE RODOVIAS NÃO PAVIMENTADAS ATENDIDAS / EXTENSÃO DE RODOVIAS NÃO PAVIMENTADAS	39,59	2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3038	RESTAURAÇÃO DAS RODOVIAS EXISTENTES.	0,00	0,00	0,00	km	80	0	0,00
3039	ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE RESTAURAÇÃO.	0,00	0,00	0,00	km	80	0	0,00
4077	CONSERVAÇÃO DAS RODOVIAS EXISTENTES.	93.481.149,00	62.588.828,47	66,95	km	500	1.001,17	200,23
4078	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
TOTAL		**93.481.149,00**	**62.588.828,47**	**66,95**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins – DERTINS.

QUADRO 188 – FINALÍSTICO - 0081

PROGRAMA - SEGURANÇA RODOVIÁRIA	
Objetivo:	VIABILIZAR JUNTO À POLÍCIA MILITAR FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIO PARA CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL; CONSTRUÇÃO, REFORMA, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO DE POSTOS DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA E DO BATALHÃO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL; AÇÕES QUE POSSIBILITEM A FISCALIZAÇÃO DO TRÁFEGO, SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA E GARANTIR A SEGURANÇA NECESSÁRIA AOS USUÁRIOS DAS RODOVIAS ESTADUAIS.
Justificativa:	FAZ-SE NECESSÁRIA A IMPLANTAÇÃO DESTE PROGRAMA PARA ASSEGURAR A DURABILIDADE DAS RODOVIAS COM CONTROLE DE PESO ATRAVÉS DAS BALANÇAS RODOVIÁRIAS, A SEGURANÇA RODOVIÁRIA POR MEIO DE FISCALIZAÇÃO DAS DIMENSÕES DOS VEÍCULOS DE GRANDE PORTE ATRAVÉS DAS AUTROIZAÇÕES ESPECIAIS DE TRÂNSITO, SEGURANÇA DOS USUÁRIOS COIBINDO O TRÁFEGO DE VEÍCULOS IRREGULARES, EXCESSO DE VELOCIDADE E DEMAIS INFRAÇÕES NAS RODOVIAS ATRAVÉS DA ATUAÇÃO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL.
Estratégia:	CONSTRUÇÃO DOS POSTOS, AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MOTOS, AQUISIÇÃO DE CONTROLADORES DE ALCOOLEMIA, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E DE COMUNICAÇÃO, LOCAÇÃO DE RADARES, CONFECÇÃO E COLOCAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, TREINAMENTO E CUSTEIO DE PESSOAL E OUTRAS ATIVIDADES CORRELATAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE POSTOS EM FUNCIONAMENTO	POSTOS EXISTENTES/ POSTOS DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA EM FUNCIONAMENTO	0	2007	26

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3040	CONSTRUÇÃO DE POSTOS DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA E DA SEDE DO BATALHÃO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL.	3.000.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
3041	CONSTRUÇÃO DE BASES PARA BALANÇAS RODOVIÁRIAS MÓVEIS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	4	0	0,00
3219	CRIAÇÃO DE POSTOS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
4079	SEGURANÇA RODOVIÁRIA.	166.943,00	166.943,00	100,00	UNIDADE	10	1	10,00
4080	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DOS POSTOS DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA.	87.210,00	0,00	0,00	UNIDADE	25	0	0,00
4412	MANUTENÇÃO DOS POSTOS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL E DA SEDE DO BATALHÃO.	38.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
4413	REFORMA DOS POSTOS DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	26	0	0,00
TOTAL		**3.292.153,00**	**166.943,00**	**5,07**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins – DERTINS.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
650.634.334,00	543.789.689,15	83,58	106.844.644,85

3.2.1.12 INSTITUTO SOCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO – PRODIVINO

O Decreto n.º 324, de 18 de setembro de 1.996, criou o programa Banco da Gente; o Decreto n.° 325, de 18 de setembro de 1.996, criou o Programa Social Divino Espírito Santo e o Decreto n.° 711, de 05 de janeiro de 1.999, incorpora o Programa Banco da Gente ao Programa Social Divino Espírito Santo e posteriormente a Lei n.° 983, de 09 de maio de 1.999, que criou o Instituto Social Divino Espírito Santo, com o Decreto n.° 2.721, de 18 de abril de 2.006, que dispõe sobre a estrutura do Prodivino; o Decreto n.° 1.693, de 20 de Janeiro de 2.003, e o Decreto n.° 864, de 14 de Novembro de 1.999, que regulamenta a Lei n.° 856, de 25 de Junho de 1.996, que diz que o Prodivino é o gestor do FUNDES; o Decreto n.° 3.454, de 08 de agosto de 2008, que dispõe sobre a Assessoria de Comunicação - ASCOM e o Decreto n.° 3.456, que dispõe sobre a organização operacional, composição e funcionamento dos Núcleos Setoriais de Controle Interno.

O objetivo desta entidade dotada de personalidade jurídica autárquica da administração indireta do governo estadual, consiste no desenvolvimento de ações sociais, gerindo os recursos do FUNDES, responsável por injetar no mercado, recursos para micro-créditos e empréstimos aos funcionários públicos estadual para viabilizar novos empreendimentos, com isto gerando emprego e renda.

As atribuições deste Instituto foram desenvolvidas através de ações estruturadas nos Programas de Apoio Administrativo e de Previdência Social, fonte 0100 e fonte 0240. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 4.398.094,00**, com percentual de execução de **83,64%**, ou seja **R$ 3.678.656,91**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 189 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	549.310,00	447.153,63	81,40	102.156,37
Manutenção de Serviços de Transportes	90.435,00	42.468,68	46,96	47.966,32
Manutenção de Recursos Humanos	3.349.649,00	3.095.775,76	92,42	253.873,24
Ações de Informática	406.200,00	93.122,55	22,93	313.077,45
TOTAL	**4.395.594,00**	**3.678.520,62**	**83,69**	**717.073,38**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Instituto Social Divino Espírito Santo – PRODIVINO.

QUADRO 190 - PREVIDÊNCIA SOCIAL - 0196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Contribuição para o Programa de Patrimônio do Servidor Público - PASEP.	2.500,00	136,29	5,45	2.363,71
TOTAL	**2.500,00**	**136,29**	**5,45**	**2.363,71**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Instituto Social Divino Espírito Santo – PRODIVINO.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
4.398.094,00	3.678.656,91	83,64	719.437,09

3.2.1.13 AGÊNCIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO TOCANTINS – AHDU

A Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Estado do Tocantins – AHDU/TO, instituída pela Lei n.° 1.226, de 06 de junho de 2.001, posteriormente revogada pela Lei n.° 1.757, de 02 de janeiro de 2.007, é autarquia sob regime especial, dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com personalidade jurídica de Direito Público, tendo como finalidade a implementação das políticas de habitação e desenvolvimento urbano do Estado do Tocantins, integradas e abrangentes, compatíveis com o desenvolvimento sustentado dos aglomerados urbanos, cabendo-lhe, dentre outros:

I- a gestão do patrimônio imobiliário urbano pertencente ao Estado;

II- a execução de projetos e empreendimentos habitacionais, inclusive na zona rural;

III- fomentar as iniciativas públicas e privadas que tenham por finalidade a melhoria tecnológica e a redução de custos da habitação popular;

IV- operacionalizar a política de desenvolvimento urbano;

V- organização de banco de dados sobre habitação.

A Lei n.° 1.950, de 7 de agosto de 2008, dispõe sobre a organização da estrutura básica do Poder Executivo e adota outras providências, e o Decreto n.° 3.460, de 12 de agosto de 2008, dispõe sobre a organização dos órgãos e entidades do Poder Executivo e adota outras providências.

Sua missão está pautada na gestão eficiente do Tesouro Imobiliário do Estado, beneficiando a toda população.

O principal objetivo da gestão imobiliária é assegurar a administração, manutenção, guarda e disponibilização legal do patrimônio imóvel do Estado do Tocantins, aproveitado estrategicamente em função das macrodiretrizes nacional e estadual, fundamentado na melhoria da qualidade de vida coletiva e gestão eficiente das cidades.

As atribuições da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Tocantins foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas em 01 programa de Apoio Administrativo e 01 programa Finalístico, sendo que para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 6.451.500,00**, com execução de **R$ 4.770.470,08**, que corresponde a **73,94%** desse montante, conforme demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 191 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00
Manutenção de Serviços de Transportes	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
Manutenção de Recursos Humanos	180.500,00	169.833,49	94,09	10.666,51
Ações de Informática	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
TOTAL	**262.500,00**	**169.833,49**	**64,70**	**92.666,51**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano – AHDU.

QUADRO 192 – FINALÍSTICO - 0098

PROGRAMA – CIDADE PARA TODOS

Objetivo:	MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DE CIDADES EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS, REDUZIR OS RISCOS AMBIENTAIS E DE PROLIFERAÇÕES DE DOENÇAS ENDÊMICAS ORIUNDAS DE AUSÊNCIA DE URBANIZAÇÃO MEDIANTE SUA URBANIZAÇÃO E SUA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, INTEGRANDO-AS AO TECIDO URBANO E A CIDADE LEGALMENTE CONSTITUÍDA.
Justificativa:	A EXTENSÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS URBANOS PARA ESSA CLIENTELA SERÁ UM PODEROSO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DE DESIGUALDADES SOCIAIS, POIS ALEM DA HABITAÇÃO AS NECESSIDADES BÁSICAS DA POPULAÇÃO CONSISTEM NOS SERVIÇOS URBANOS, TAIS COMO, REDE DE ÁGUA TRATADA, REDE DE ENERGIA ELÉTRICA, SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO ESGOTO, INFRA-ESTRUTURA DO SISTEMA VIÁRIO E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E COMUNITÁRIOS, A METODOLOGIA E A CONCEPÇÃO DOS PROGRAMAS PODEM VARIAR CONFORME AS MODALIDADES DE INTERVENÇÃO, PODENDO OS MESMOS, SEREM COMBINADOS PARA MELHOR ATENDER A DEMANDA.
Estratégia:	O GOVERNO ESTADUAL COORDENARÁ AÇÕES SETORIAIS DE HABITAÇÃO, SANEAMENTO AMBIENTAL, INFRA-ESTRUTURA, E SERVIÇOS URBANOS, A FIM DE PRODUZIR GANHOS DE ESCALA NO EQUACIONAMENTO DE PROBLEMAS URBANOS, ESPECIALMENTE OS VOLTADOS ÀS POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA; A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS URBANOS NAS REGIÕES CRÍTICAS DEPENDE ESSENCIALMENTE DO EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DESSES INVESTIMENTOS; A ALAVANCAGEM DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS E INTERNOS EM COMPLEMENTAÇÃO AOS RECURSOS DE CONTRAPARTIDA DO ESTADO E MUNICÍPIOS CONTARÁ COM O APOIO DO GOVERNO FEDERAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
AUMENTO DA INCLUSÃO SOCIAL URBANA	NÚMERO DA POPULAÇÃO BENEFICIADA COM MELHORIA URBANA / NÚMERO DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS X 100	0	dez/2009	20

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4252	ADMINISTRAÇÃO DO TESOURO IMOBILIÁRIO DO ESTADO.	4.797.912,00	4.287.715,99	89,37	UNIDADE	384	142	36,98
4253	ADMINISTRAÇÃO DO TESOURO IMOBILIÁRIO DO ESTADO / TERRA NUA.	1.391.088,00	312.920,60	22,49	UNIDADE	240	0	0,00
TOTAL		6.189.000,00	4.600.636,59	74,34	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano – AHDU.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
6.451.500,00	4.770.470,08	73,94	1.681.029,92

3.2.1.14 INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - IGEPREV

O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Tocantins – RPPS-TO, cujo gestor é o IGEPREV-TOCANTINS, foi instituído pela Lei n.° 1.246, de 6 de setembro de 2001. Essa lei além de adotar outras providências como a reestruturação da autarquia determinou que os recursos do IGEPREV constituíssem um patrimônio próprio desvinculado de qualquer fundo estadual e que a gestão desses recursos, bem como a política de investimentos do órgão previdenciário, fossem acompanhadas pelo Conselho de Administração, executada pela Diretoria Executiva e fiscalizada pelo Conselho Fiscal e pelo Tribunal de Contas do Estado. Para consolidar essa previsão legal foi editada a Lei Complementar n.º 36, de 28 de novembro de 2003, que institui o Fundo de Previdência do Estado do Tocantins - FUNPREV.

A Lei n.° 1.614/2005 alterou a Lei n.º 1.246/2001, especificamente, para adequar as novas regras instituídas pela Emenda Constitucional n.º 41/2003 e a Emenda Constitucional n.º 47/2005.

Recentemente, foi editada a Lei n.º 1.940, de 1º de julho de 2008, com o objetivo de reorganizar a estrutura operacional do gestor do RPPS-TO, recompondo os Conselhos de Administração e Fiscal, de modo que a formação dos colegiados se dê paritariamente em cumprimento à legislação previdenciária federal, bem assim, atendendo solicitações das entidades de classes representativas dos servidores públicos estaduais e vinculados ao RPPS-TO.

O Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV-TOCANTINS, reorganizado na conformidade da Lei n.°1.614/2005 e suas alterações, tem a função de gerir o Regime Próprio de Previdência do Estado do Tocantins – RPPS-TO, da seguinte forma:

a) gerir os ativos financeiros originados das contribuições e demais receitas previdenciárias, visando à maximização desses ativos por meio de aplicações no mercado de capitais, em conformidade com as normas específicas, com a finalidade de cumprir suas obrigações previdenciárias;

b) gerir o passivo previdenciário oriundo dos direitos aos benefícios de aposentadorias, reserva remunerada, reforma segurados, bem como pensão por morte aos dependentes, com a finalidade de assegurar aos beneficiários os meios de subsistência nos eventos de idade, morte e invalidez.

Quanto a execução orçamentária não houve destinação de recursos para esta Unidade Gestora, sendo todas as suas atividades desenvolvidas por meio do Fundo de Previdência do Estado do Tocantins - FUNPREV.

3.2.2 FUNDAÇÕES PÚBLICAS

3.2.2.1 FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO TOCANTINS

A Fundação Cultural do Estado do Tocantins, entidade de direito público, com prazo de duração indeterminada, criada pela Lei n.º 1.311, de 04 de abril de 2002, vinculada à Secretaria da Educação e Cultura, cujo Estatuto foi criado por meio do Decreto n.º 1.466, de 04 de abril de 2002.

Tem por missão, fomentar, planejar, coordenar, executar, difundir e acompanhar as ações culturais do Poder Público Estadual, mediante recursos públicos bem como estabelecer parcerias através de convênios, contratos e acordos de cooperação técnica cultural com entidades públicas ou privadas nacionais e internacionais.

As atribuições da Fundação Cultural foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa de Apoio Administrativo e Finalístico. Para esse programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 20.411.464,00**, com execução de **75,40%**, ou seja, **R$ 15.391.107,17**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 193 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.115.600,00	773.666,94	69,35	341.933,06
Manutenção de Serviços de Transportes	199.900,00	127.078,87	63,57	72.821,13
Manutenção de Recursos Humanos	3.626.212,00	3.613.458,46	99,65	12.753,54

Ações de Informática	176.000,00	140.594,00	79,88	35.406,00
TOTAL	**5.117.712,00**	**4.654.798,27**	**90,95**	**462.913,73**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Fundação Cultural do Estado do Tocantins.

QUADRO 194 – FINALÍSTICO – 0006

PROGRAMA – DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DO ESTADO DO TOCANTINS	
Objetivo:	POSSIBILITAR, ESTIMULAR E DESENVOLVER ATIVIDADES CULTURAIS EM TODO O ESTADO DO TOCANTINS VISANDO A DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA E ACESSO AOS BENS CULTURAIS. VALORIZAÇÃO DAS DIVERSIDADES DAS EXPRESSÕES CULTURAIS DO ESTADO E ESTÍMULO AO INTERCÂMBIO ENTRE OS MUNICÍPIOS TOCANTINENSES. PROMOÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA CULTURA E FORTALECIMENTO DAS BASES CULTURAIS DE SUSTENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO TOCANTINS.
Justificativa:	NECESSIDADE DE DEMOCRATIZAR A CULTURA E POSSIBILITAR AO PÚBLICO ALVO O ACESSO AOS BENS CULTURAIS DO ESTADO.
Estratégia:	REALIZAÇÃO DE PROJETOS QUE CONTEMPLEM O ESTÍMULO, O ESTUDO, A PESQUISA, O REGISTRO E A DOCUMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS E ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS COM ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS PARA VIABILIZAR AÇÕES NAS ÁREAS DE: LIVRO E LEITURA, ARTES CÊNICAS E O CIRCO, ARTES VISUAIS E AUDIOVISUAIS, MÚSICA CLÁSSICA E ERUDITA, ARTE POPULAR, PATRIMÔNIO TANGÍVEL, IMATERIAL E MEMÓRIAS COLETIVAS, INVESTIGAÇÃO, PESQUISA E DIAGNÓSTICOS, DIFUSÃO CULTURAL, CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice A.tua	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA CULTURA	SOMATÓRIA DAS TAXAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CADA AÇÃO/NÚMERO DE AÇÕES.	75	31/12/2009	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3087	REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE NATIVIDADE – PROGRAMA MONUMENTA.	1.066.222,00	1.060.951,64	99,51	UNIDADE	7	7	100,00
3235	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS CULTURAIS MULTIFUNCIONAIS.	272.379,00	217.313,20	79,78	UNIDADE	16	12	75,00
4221	PRESERVAÇÃO DAS TRADIÇÕES CULTURAIS INDÍGENAS.	135.773,00	72.616,40	53,48	UNIDADE	49	26	53,06
4222	CIRCULAÇÃO DO PROJETO BR ARTE E CULTURA.	175.300,00	32.351,85	18,46	UNIDADE	25	0	0,00
4223	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL.	951.530,00	276.910,13	29,10	UNIDADE	32	9	28,13
4224	DIVULGAÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS.	1.875.598,00	1.279.369,75	68,21	UNIDADE	35	23	65,71
4226	FOMENTO AS CULTURAS POPULARES E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS.	10.735.257,00	7.731.995,34	72,02	UNIDADE	413	297	71,91
4227	MANUTENÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS.	38.000,00	32.307,37	85,02	UNIDADE	40	34	85,00
4228	MANUTENÇÃO DOS CENTROS CULTURAIS MULTIFUNCIONAIS.	43.693,00	32.493,22	74,37	UNIDADE	5	3	60,00
TOTAL		**15.293.752,00**	**10.736.308,90**	**70,20**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Fundação Cultural do Estado do Tocantins.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
20.411.464,00	15.391.107,17	75,40	5.020.356,83

3.2.2.2 FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL DO TOCANTINS

A Fundação de Medicina Tropical do Tocantins foi criada em setembro de 2001, pela Lei n.° 1.243 e publicada do Diário Oficial do Estado n.° 1.080, de 11 de setembro de 2001. A partir de então, as seguintes legislações compõem o histórico legal da instituição:

- Lei Complementar n.° 31, de 04 de abril de 2002, dispõe sobre a Fundação de Medicina Tropical, revogando a Lei n.° 1.243/2001;
- Lei Complementar n.° 49, de 02 de janeiro de 2007, que altera a Lei Complementar n.° 31/2002;
- Decreto n.° 1.669, de 27 de dezembro de 2002, que aprova o Estatuto da Fundação de Medicina Tropical;
- Decreto n.° 3.230, de 04 de dezembro de 2007, que altera o Estatuto da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins;
- Decreto n.° 3.460, de 12 de agosto de 2008, que dispões sobre a organização dos órgãos e entidades do poder Executivo;
- Lei n.° 2.145, de 17 de setembro de 2009, que altera a Lei n.° 1.950, de 07 de agosto de 2008, dispondo sobre a organização da estrutura básica do Poder Executivo;
- Decreto n.° 3.856, de 04 de novembro de 2009, que dispõe sobre a estrutura operacional da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins.

A Fundação de Medicina Tropical do Tocantins tem a finalidade de promover políticas, estratégias, estudos, pesquisas, ações, intercâmbio científico e projetos que visem à prevenção, ao tratamento e à erradicação de doenças tropicais infecto-contagiosas. A sua missão é desenvolver atividades de ensino e pesquisa voltadas ao conhecimento em medicina tropical, suas relações com a sociedade, o ambiente e o saber tradicional.

As atribuições da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos Programa de Apoio Administrativo e Finalísticos. Para esse programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 69.000,00**, com execução de **1,41%**, ou seja, **R$ 972,62**, como demonstrados no quadro a seguir.

QUADRO 195 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais - FMT	5.000,00	972,62	19,45	4.027,38
TOTAL	**5.000,00**	**972,62**	**19,45**	**4.027,38**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins.

QUADRO 196 – FINALÍSTICO - 0003

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO DE ENSINO EM MEDICINA TROPICAL

Objetivo:	CRIAR INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ENSINO NO ÂMBITO DA SAÚDE. PROPORCIONAR ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO, CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÕES PERIÓDICAS, DE MANEIRA INTEGRADA COM DIVERSOS SETORES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E DEMAIS CENTROS DE PESQUISAS, BUSCANDO A RESOLUÇÃO DE SEUS PROBLEMAS E NECESSIDADES. FORMAR CAPITAL INTELECTUAL COM VISÃO CRÍTICA PARA APOIO A GESTÃO E A ATIVIDADES FINS.
Justificativa:	NECESSIDADE DE INFRA-ESTRUTURA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ENSINO EM MEDICINA TROPICAL, DEVIDO À DIFICULDADE DE ACESSO AOS CENTROS FORMADORES E ELEVADO CUSTO RELACIONADO QUANTO À IMPORTAÇÃO DE CURSOS. CARÊNCIA DE PROFISSIONAIS COM TITULAÇÃO E/OU CAPACITAÇÃO QUE POSSAM ATUAR NA PESQUISA, ENSINO E SERVIÇOS, COM VISÃO CRÍTICA PARA DETECÇÃO E RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS REGIONAIS. DIFICULDADE DE CONTRATAÇÃO E FIXAÇÃO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA POR QUESTÕES REGIONAIS E OU FINANCEIRAS.
Estratégia:	ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO, VIABILIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS OBRAS, IMPLANTAÇÃO ATRAVÉS DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS NECESSÁRIOS E ADAPTAÇÃO PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO. CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS POR MEIO DE PARCERIAS, INTERCÂMBIOS, CONVÊNIOS, ESTÁGIOS E OUTROS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA	SOMATÓRIA DAS TAXAS DE CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO. ____X100 NÚMERO DE TAXAS	-	-	-
ÍNDICE DE GESTÃO DO ENSINO	SOMATÓRIA DAS TAXAS DE FORMAÇÃO DE CAPITAL INTELECTUAL, CAPACITAÇÃO PARA PROFISSIONAIS EM SAÚDE E DESENVOLVIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO. ____X100 NÚMERO DE TAXA	128	31/12/2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4071	DESENVOLVIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE MEDICINA TROPICAL.	40.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	20	0	0,00
TOTAL		**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins.

QUADRO 197 – FINALÍSTICO – 0005

PROGRAMA – INFORMAÇÃO EM SAÚDE

Objetivo:	CRIAR INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE; PROPORCIONAR ECONOMICIDADE E QUALIDADE AO TRABALHO DA FMT, PELA CRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS FACILITADORAS DE PROCESSOS NA ÁREA DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA; PROMOVER O DESENVOLVIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA REGIÃO PELA DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS, ATUALIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE POR MEIO DE CONGRESSOS, FÓRUNS E SEMINÁRIOS, GARANTINDO A RETROALIMENTAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE E INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA; APOIAR E DIVULGAR AÇÕES DE PESQUISA E ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE NACIONAIS, INTERNACIONAIS E OUTROS SETORES DA SOCIEDADE; ASSIM COMO INSTRUMENTAR, CAPACITAR, DESENVOLVER E FORTALECER O CORPO TÉCNICO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE; AVALIAR COM OS DEMAIS SETORES SOCIAIS E INSTITUCIONAIS OS PROGRAMAS, AÇÕES, TECNOLOGIAS E SITUAÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO TOCANTINENSE.
Justificativa:	NECESSIDADE DE INFRA-ESTRUTURA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE. NECESSIDADE DE CRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS FACILITADORAS DE PROCESSOS NA ÁREA DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA; DE DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS, ATUALIÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE POR MEIO DE CONGRESSOS, FORUNS E SEMINARIOS; DE RETROALIMENTAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE E INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA; DE APOIO E DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DE PESQUISA E ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE NACIONAIS, INTERNACIONAIS E OUTROS SETORES DA SOCIEDADE; ASSIM COMO DE INSTRUMENTAÇÃO, CAPACITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DO CORPO TÉCNICO DA ÁREA DE

	INFORMAÇÃO EM SAÚDE.
Estratégia:	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS, LICITAÇÃO PARA VIABILIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS OBRAS. IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO ATRAVÉS DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS, REALIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS, ATUALIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE POR MEIO DE CONGRESSOS, FÓRUNS E SEMINÁRIOS; RETROALIMENTAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE E INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA; APOIO E DIVULGAÇÃO (BOLETINS TÉCNICO-CIENTÍFICO, BOLETINS COMUNITÁRIOS, VÍDEOS, PERIÓDICOS, LIVROS, REVISTAS) DAS AÇÕES DE PESQUISA E ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE NACIONAIS, INTERNACIONAIS E OUTROS SETORES DA SOCIEDADE; ASSIM COMO INSTRUMENTAÇÃO, CAPACITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DO CORPO TÉCNICO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA	SOMATÓRIA DAS TAXAS DE CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO. _____X 100 NÚMERO DE TAXAS	33	31/12/2007	100
ÍNDICE DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE	SOMATÓRIA DAS TAXAS DE TRATAMENTO DE INFROMAÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS E CULTURAIS NA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE. _____X100 NÚMERO DE TAXAS	100	31/12/2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4074	PROMOÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS E CULTURAIS NO ÂMBITO DA SAÚDE.	12.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4075	TRATAMENTO DE INFORMAÇÃO.	12.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	4	0	0,00
TOTAL		**24.000,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
69.000,00	972,62	1,41	68.027,38

3.2.3 FUNDOS ESPECIAIS

3.2.3.1 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUMCB

O Fundo de Modernização e Aparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – FUMCB, tem por aporte a Taxa de Serviço de Bombeiros – TSB, criada pela Lei n.º 1.754/2006, tendo como fato gerador o exercício do poder de polícia prestado pelos órgãos da administração do Corpo de Bombeiros Militar ao contribuinte ou posto à sua disposição, que exija vistoria, análise, aprovação de projetos, atividade preventiva, visando a preservação de vidas, de patrimônio ou da ordem pública, bem como outros serviços prestados pela corporação de bombeiros, e é instituído pela Lei n.º 1.755/2006, destinado a prover a corporação de materiais permanentes, equipamentos, reequipamento e de instalações operacionais e a atender despesas de custeio.

As atribuições do Fundo de Modernização e Aparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – FUMCB foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa Finalístico - Modernização e Aparelhamento Contra Sinistros. Para essas ações foram autorizados recursos da ordem de **R$ 646.248,00**, com execução de **42,98%**, ou seja, **R$ 277.753,02**, como demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 198 – FINALÍSTICO - 0103

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO CONTRA SINISTROS	
Objetivo:	PROVER O CBMTO COM VIATURAS, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES FÍSICAS E PROMOVER A AMPLIAÇÃO DO EFETIVO E ASCENSÃO DA CARREIRA PROFISSIONAL.
Justificativa:	O ENFRENTAMENTO A SINISTROS NO TOCANTINS TEM SE DESENCADEADO DE FORMA CONTUNDENTE, PRINCIPALMENTE COM O RECRUDESCIMENTO DAS SECAS, QUEIMADAS E DAS INUNDAÇÕES PROVOCADOS PELAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS A NÍVEL GLOBAL. AO CORPO DE BOMBEIROS COMPETE A REALIZAÇÃO DE AÇÕES COM VISTAS À PRESERVAÇÃO DA ORDEM E DA SALUBRIDADE PÚBLICAS, SENDO CONTEMPLADO COM UM RAZOÁVEL APORTE DE RECURSOS ORIUNDOS DO TESOURO ESTADUAL E FEDERAL, PROPICIANDO O DESENVOLVIMENTO DE DIVERSAS AÇÕES, PORÉM DE FORMA AINDA INSUFICIENTE. DESSA FORMA, O FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO DO CBMTO, TRADUZ-SE NUM INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO DA CORPORAÇÃO, PROPICIANDO A OTIMIZAÇÃO DO APARELHAMENTO E MANUTENÇÃO DO ÓRGÃO E AMPLIANDO SUA CAPACIDADE DE PREVENÇÃO E RESPOSTA FRENTE ÀS SUAS DEMANDAS OPERACIONAIS, DE SALVAMENTO, RESGATE, PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS E DESASTRES, DESCENTRALIZANDO, AINDA, O SEU ATENDIMENTO ATRAVÉS DA AMPLIAÇÃO E ASCENSÃO DO SEU CONTINGENTE PROFISSIONAL.
Estratégia:	A ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO DESSE PROGRAMA SERÁ CUSTEADO COM RECURSOS PRÓPRIOS ATRAVÉS DE ARRECADAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADO PELA APROVAÇÃO E VISTORIAS DE PROJETOS DE PREVENÇÃO, COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO E VISTORIA PARA EMISSÃO DE CERTIFICADO, COM O INTUITO DE MAXIMIZAR A CAPACIDADE DE PREVENÇÃO E RESPOSTAS A SINISTROS, MDIANTE A AMPLIAÇÃO DO EFETIVO COM A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS; AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
VARIAÇÃO PERCENTUAL DO ATIVO PERMANENTE DO CBMTO	PERCENTUAL OBTIDO = VALOR (R$) DO ATIVO PERMANENTE EM 2009 MENOS VALOR (R$) DO ATIVO PERMANENTE EM 2008 * 100 / VALOR (R$) DO ATIVO PERMANENTE 2008 .	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3089	CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DO CBMTO.	80.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
3228	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.	92.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	1	100,00
4237	REAPARELHAMENTO DO CBMTO.	254.430,00	77.159,97	30,33	UNIDADE	10	7	70,00
4238	MANUTENÇÃO DO CBMTO.	219.818,00	200.593,05	91,25	UNIDADE	10	10	100,00
TOTAL		**646.248,00**	**277.753,02**	**42,98**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Modernização e Aparelhamento do CBMTO.

3.2.3.2 FUNDO ESPECIAL DE COMBATE AS CALAMIDADES PÚBLICAS

O Fundo Especial de Combate as Calamidades Públicas destina-se ao atendimento da despesa total ou parcial com o planejamento e a promoção da defesa permanente contra as calamidades públicas. De acordo com a definição estabelecida pela Lei nº 1.528, de 22 de dezembro de 2004, estado de calamidade pública é o reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocado por desastres que causem graves danos à comunidade, afetando a vida e a incolumidade pública.

As atribuições do Fundo Especial de Combate as Calamidades Públicas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa Finalístico - Prevenção e Atendimento a Sinistros e Emergências. Para estas ações foram autorizados recursos da ordem de **R$ 183.500,00**, com execução de **59,68%**, ou seja, de **R$ 109.506,60**, como demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 199 – FINALÍSTICO - 0110

PROGRAMA - PREVENÇÃO E ATENDIMENTO A SINISTROS E EMERGÊNCIAS	
Objetivo:	CRIAR E CAPACITAR COORDENADORIAS MUNICIPAIS DE DEFESA CIVIL- CONDECS PARA AUMENTAR A COBERTURA DE ATENDIMENTO A SINISTROS E EMERGÊNCIAS E MINIMIZAR DESASTRES.
Justificativa:	O ESTADO DE TOCANTINS TEM CRESCIDO ACENTUADAMENTE, TANTO EM TERMOS POPULACIONAIS QUANTO ECONÔMICOS, ALIADO A ESTE CRESCIMENTO TEM SURGIDO PROBLEMAS EM MESMA PROPORÇÃO, AUMENTANDO OS RISCOS E CONSEQUENTEMENTE A DEMANDA DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA E DE DESASTRES. COMO A DEFESA CIVIL CABE A PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA ENFRETAMENTO DE DESASTRES, RESPOSTAS E ARTICULAÇÃO DA RECONSTRUÇÃO DOS CENÁRIOS AFETADOS. SEGUNDO HISTÓRICO DE DESSASTRES DO ÓRGÃO, NOS ÚLTIMOS 10 ANOS A DEFESA CIVIL ENFRETOU DIVERSOS DESASTRES SENDO QUE NAS REGIÕES ONDE EXISTE MAIOR PRECIPITAÇÃO HIDRICA JÁ OCORRERAM VÁRIAS DESASTRES COMO: ENCHENTES, ENXURRADAS, ALAGAMENTOS E VENDAVAIS. NA REGIÃO CENTRAL E SUL OS DESASTRES DE MAIOR DESTAQUE SÃO: ACIDENTES AUTOMOBISTICOS E INCÊNCDIOS FLORESTAIS. NAS REGIÕES DE MENOR PRECIPITAÇÃO HÍDRICA DO ESTADO EXISTEM GRANDES PREVALÊNCIAS DE ESTIAGEM, SECA E INCÊNDIOS FLORESTAIS. A FALTA DE ESTRUTURAÇÃO O POUCO EMPENHO DO MUNICÍPIO NA IMPLEMENTAÇÃO DAS CONDECS E MUDANÇA CONSTANTE DE SEUS TÉCNICOS, PARA O ENFRETAMENTO DOS DESASTRES NO ESTADO, PODERÁ OCASIONAR A FALTA DE MECANISMOS DE RESPOSTA RÁPIDA GERANDO O AGRAVAMENTO DAS CONSEQUÊNCIAS DOS DESASTRES. A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS COM VISTAS A IDENTIFICAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DOS DESASTRES, A OPERACIONALIZAÇÃO DOS COMITÊS: DE PREVENÇÃO E RESPOSTAS AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS, DE ACIDENTES COM PRODUTOS PERIGOSOS E URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE DESASTRES, BEM COMO A CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE CONDECS, FACILITARÁ O DESENVOLVIMENTO DO ÓRGÃO.
Estratégia:	ESSE PROGRAMA ARTICULARÁ COM ÓRGÃOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS E ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS EXISTENTES EM TODO O ESTADO. ATRAVÉS DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE ORTALECIMENTO DO SISTEMA DE DEFSA CIVIL; PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO AO DESATRES E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO. A EXECUÇÃO SERÁ COM RECURSOS ORDINÁRIOS E DE CONVÊNIOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PORCENTAGEM DE CIDADES TOCANTINENSES COM CONDECS IMPLANTADAS E CAPACITADAS	(Nº DE CONDECS CAPACITADAS EM 2009 *100 / QTD DE MUNICIPIOS TOCANTINENSES) MENOS (Nº DE CONDECS CAPACITADAS EM 2008 * 100 / QTD DE MUNICIPIOS TOCANTINENSES).	-	-	-
PORCENTAGEM DE CIDADES TOCANTINENSES COM CONDECS	(Nº DE CONDECS EM 2009 *100 / QTD DE MUNICIPIOS TOCANTINENSES) MENOS (Nº DE CONDECS EM 2008 * 100 / QTD DE MUNICIPIOS TOCANTINENSES)	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4234	FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE DEFESA CIVIL.	97.000,00	56.644,60	58,40	UNIDADE	30	9	30,00
4235	PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO AOS DESASTRES.	36.500,00	31.342,00	85,87	UNIDADE	62	62	100,00
4236	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO.	50.000,00	21.520,00	43,04	UNIDADE	15	7	46,67
TOTAL		**183.500,00**	**109.506,60**	**59,68**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Especial de Combate às Calamidades Públicas.

3.2.3.3 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - FUNDES

O FUNDES foi criado pela Lei n.° 867 de 16 de outubro de 1.996, posteriormente revogada pela Lei n.º 1.197, de 13 de dezembro de 2000, e ainda, alterada pela Lei n.° 2.215, de 11 de novembro de 2009; Lei n.º 1.271,

de 04 de dezembro de 2001, que determina que o Presidente do PRODIVINO é o gestor do FUNDES; Decreto n.º 1.351, de 09 de novembro de 2001 e Decreto nº. 1.923, de 26 de novembro de 2003 o Decreto n.º 3.454, de 08 de agosto de 2008, que dispõe sobre a Assessoria de Comunicação - ASCOM e o Decreto n.º 3.456, que dispõe sobre a organização operacional, composição e funcionamento dos Núcleos Setoriais de Controle Interno.

O FUNDES é gerido pelo presidente do Instituto Social Divino Espírito Santo – PRODIVINO, e tem como missão principal à concessão, de empréstimos pessoais e financiamento de unidades habitacionais aos servidores públicos do estado do Tocantins.

Consideramos ainda a concessão de microcréditos ao setor informal, objetivando inclusive, possibilitar a este setor a formalização de suas atividades.

Os recursos disponibilizados no FUNDES, financiam também, empreendimentos de maior vulto, sobretudo na área de agronegócios, possibilitando o incremento das atividades econômicas geradoras de emprego e renda no Tocantins.

As atribuições do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas em 05 Programas Finalísticos. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 11.082.612,00**, com execução de **85,79%**, ou seja, de **R$ 9.507.748,46**, como demonstrado nos quadros a seguir.

QUADRO 200 – FINALÍSTICO - 0016

PROGRAMA - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	
Objetivo:	VIABILIZAR RECURSOS FINANCEIROS AOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS, CONCEDENDO EMPRÉSTIMO E FINANCIANDO A AQUISIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS.
Justificativa:	EVITAR QUE SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAL CONTRAIAM EMPRÉSTIMOS A JUROS ALTOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE CRÉDITO E AGIOTAGEM, E MINIMIZAR O ELEVADO NÚMERO DE SERVIDORES DESPROVIDOS DE CASA PRÓPRIA E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA.
Estratégia:	* AS PROPOSTAS DE EMPRÉSTIMO DEVERÃO SER PLEITEADAS JUNTO AOS RECURSOS HUMANOS DO ÓRGÃO ONDE OS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAL (EFETIVO E COMISSIONADO) SÃO LOTADOS, E OS RH'S ENVIARÃO AO INSTITUTO SOCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO - PRODIVINO. * A ANÁLISE E CONCESSÃO DOS EMPRÉSTIMOS FICARÃO A CARGO DA COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DO PRODIVINO. * SÃO REQUISITOS BÁSICOS PARA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS, O SERVIDOR QUE TENHA 12 MESES DE PROVIMENTO NO CARGO E SUA MARGEM CONSIGNÁVEL ABSORVA O VALOR DAS PARCELAS DO EMPRÉSTIMO PLEITEADO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
DÉFICIT HABITACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAL	(NÚMERO DE SERVIDORES COMTEMPLADOS / NÚMERO DE SERVIDORES CADASTRADOS) X 100	66,7	2003	70
TAXA DE SERVIDORES CONTEMPLADOS	(TOTAL DE SERVIDORES CONTEMPLADOS / TOTAL DE SERVIDORES SOLICITANTES) X 100	84,9	2002	90

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4179	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS.	6.181.100,00	6.163.138,87	99,71	UNIDADE	300	673	224,33

4180	FINANCIAMENTO A AQUISIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS.	30.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	85	0	0,0
TOTAL		**6.211.100,00**	**6.163.138,87**	**99,23**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social.

QUADRO 201 – FINALÍSTICO - 0017

PROGRAMA - BANCO DA GENTE	
Objetivo:	VIABILIZAR RECURSOS FINANCEIROS PARA PROMOVER A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, APOIANDO FINANCEIRAMENTE OS MICRO PRODUTORES URBANOS E RURAIS, ASSISTINDO O CRÉDITO.
Justificativa:	A FALTA DE CAPITAL FINANCEIRO PARA ATENDER NECESSIDADES DE INVESTIMENTO E CAPITAL DE GIRO, É MOTIVO DE MUITOS PEQUENOS NEGÓCIOS NÃO INICIAREM OU SE DESENVOLVEREM. ESTE PROGRAMA VISA ATENDER PEQUENOS EMPREENDEDORES INCENTIVANDO A CRIAÇÃO DE EMPREGO E RENDA E ACOMPANHANDO O EMPREENDEDOR DESDE A CONCESSÃO ATÉ A QUITAÇÃO DO FINANCIAMENTO.
Estratégia:	* CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO A PROJETOS DE PEQUENOS EMPREENDEDORES FORMAIS E INFORMAIS, ONDE O PROPONENTE APRESENTARÁ PROPOSTA PARA ANÁLISE AOS AGENTES DE CRÉDITO LOCAIS. * A EXECUÇÃO DO PROGRAMA FICA A CARGO DO INSTITUTO SOCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO - PRODIVINO, ATRAVÉS DA DIRETORIA DO BANCO DA GENTE. * O PRODIVINO CONTARÁ COM AGENTES E GERENTES SUPERVISORES PARA CAPTAÇÃO DAS PROPOSTAS, ANÁLISE E CONCESSÃO DO CRÉDITO, E AINDA, COM APOIO DO PARCEIRO RURALTINS QUE EMITIRÃO PARECERES E PROJETOS TÉCNICOS DE VIABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS JÁ INSTITUÍDOS EM SUAS AÇÕES. * O MONITORAMENTO SERÁ EXECUTADO ATRAVÉS DO CONCEITO DE "MICRO CRÉDITO ASSISTIDO", OU SEJA, OS AGENTES DE CRÉDITO E OS GERENTES REGIONAIS ACOMPANHARÃO OS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS DESDE SUA CONCESSÃO À LIQUIDAÇÃO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE LIBERAÇÃO DE CRÉDITO	(TOTAL DE FINANCIAMENTOS LIBERADOS / TOTAL DE FINANCIAMENTOS SOLICITADOS) X 100	77,8	2009	90

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3082	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES GERENCIAIS REGIONAIS DO BANCO DA GENTE.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
3243	AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4181	MONITORAMENTO DO PROJETO EMPREENDEDOR FINANCIADO.	68.250,00	12.076,50	17,69	UNIDADE	750	485	64,67
4182	FINANCIAMENTO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA PREFEITURAS, ASSOCIAÇÕES, COOPERATIVAS E UNIDADE AGROINDUSTRIAL PRODUTIVA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	10	0	0,00
4183	VISTORIA DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS FINANCIADOS.	31.500,00	1.889,25	6,00	UNIDADE	257	10	3,89
4184	APOIO FINANCEIRO PARA PROJETO DE EMPREENDEDORES DO SETOR PRODUTIVO.	4.189.853,00	3.330.643,84	79,49	UNIDADE	3.170	1.251	39,46
TOTAL		**4.289.603,00**	**3.344.609,59**	**77,97**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social.

QUADRO 202 – FINALÍSTICO - 0034

PROGRAMA - INCLUSÃO PRODUTIVA	
Objetivo:	CRIAR OPORTUNIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA DE FORMA SUSTENTÁVEL ATRAVÉS DE UNIDADES PRODUTIVAS PARA PESSOAS E FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA PRIORITARIAMENTE AS ASSISTIDAS POR PROGRAMAS SOCIAIS.
Justificativa:	NO TOCANTINS, MAIS DE 80% DOS MUNICÍPIOS POSSUI POPULAÇÃO INFERIOR A 10.000 HAB, DESSAS PESSOAS, 5,88% RECEBEM ATÉ ½ SALÁRIO MÍNIMO DE RENDA MENSAL E 21,42% NÃO POSSUEM RENDIMENTOS (IBGE/PNAD/2000). CONTRARIANDO ESTA REALIDADE SOCIAL CONSTATADA, O ESTADO POSSUI RICO POTENCIAL PRODUTIVO QUE NECESSITA SER EXPLORADO E RACIONALIZADO PARA O DESENVOLVIMENTO DESSAS COMUNIDADES CARENTES. A ESCASSEZ DE EMPREGO E RENDA GERA FORTE DEPENDÊNCIA DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO PODER PÚBLICO, TORNANDO-SE COMUNS PEDIDOS DE CESTAS BÁSICAS, PASSAGENS, REMÉDIOS E OUTRAS SOLICITAÇÕES. DAÍ, A NECESSIDADE DE IMPLANTAÇÃO E REVITALIZAÇÃO

	DAS UNIDADES PRODUTIVAS NOS MUNICÍPIOS, ATRAVÉS DO PROGRAMA INCLUSÃO PRODUTIVA, MINIMIZANDO A VULNERABILIDADE SOCIAL BEM COMO A DESONERAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Estratégia:	AS AÇÕES SERÃO DESENVOLVIDAS TENDO COMO CRITÉRIO DE ELEGEBILIDADE A VOCAÇÃO ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS, DE FORMA DIRETA, TENDO COMO PARCEIROS AS PREFEITURAS, ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES AFINS, ENTRE OUTROS. OS MESMOS FARÃO A TRIAGEM DAS FAMÍLIAS A SEREM CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA, SENDO QUE O CRITÉRIO DE INSERÇÃO DAS FAMÍLIAS ELABORADO A PARTIR DOS ÍNDICES OFICIAIS QUE MEDEM O NÍVEL DE POBREZA E RESPECTIVO GRAU DE RISCO SOCIAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE UNIDADES PRODUTIVAS IMPLANTADAS E IMPLEMENTADAS EM RELAÇÃO AS METAS	TOTAL DE UNIDADES PRODUTIVAS IMPLANTADAS DIVIDIDO PELA META ESTIPULADA	16	2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4186	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO A EMPREENDEDOR ASSISTIDO POR PROGRAMA SOCIAL.	474.509,00	0,00	0,00	UNIDADE	348	0	0,00
TOTAL		**474.509,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social.

QUADRO 203 - FINALÍSTICO - 0097

PROGRAMA – HABITAÇÃO PARA TODOS NÓS	
Objetivo:	CONTRIBUIR PARA A REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO E QUALITATIVO, VIABILIZANDO O ACESSO À MORADIA DIGNA.
Justificativa:	COM A DIVISÃO DO ESTADO DE GOIÁS, OS MUNICÍPIOS INCORPORADOS AO ESTADO DO TOCANTINS,APRESENTAVAM DEMASIADA CARÊNCIA HABITACIONAL, SITUAÇÃO AGRAVADA COM O PROCESSO MIGRATÓRIO CHEGANDO AO DÉFICIT DE 70.000 UNIDADES HABITACIONAIS (FONTE MIN.DAS CIDADES/2000). ATÉ 2002 OS PROGRAMAS HABITACIONAIS DESENVOLVIDOS NO ESTADO ERAM CONCENTRADOS E VINCULADOS A POLÍTICAS CLIENTELISTAS, NÃO INTEGRADAS E DESCONTÍNUAS. APÓS ESSE PERÍODO, INSTITUI-SE NO ESTADO A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL DESCENTRALIZADA E DEMOCRÁTICA QUE SERÁ CONSOLIDADA A PARTIR DO PROGRAMA HABITAÇÃO PARA TODOS NÓS, ONDE A INCLUSÃO SOCIAL, A PARTICIPAÇÃO POPULAR E A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DO RECURSO PÚBLICO, DARÁ CUMPRIMENTO AO COMANDO CONSTITUCIONAL E PLENO ATENDIMENTO À LEI Nº 10.257/2001 QUE REGE O ESTATUTO DAS CIDADES GARANTINDO O EXERCÍCIO DA CIDADANIA.
Estratégia:	O GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS POR MEIO DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANOSEHAB, ESTARÁ DESENVOLVENDO A POLÍTICA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, EM PARCERIA COM O GOVERNO FEDERAL, PREFEITURAS, ASSOCIAÇÕES, COMUNIDADES E MOVIMENTOS DE LUTA PELA MORADIA, ATENDENDO O MÁXIMO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO INADEQUADA DE MORADIA: CASAS DE ADOBE/LONA/PALHA/MADEIRA OU EM ÁREAS DE RISCO. ESSAS PARCERIAS DOS ENVOLVIDOS NA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA E TÉCNICA NA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA, NA CAPACITAÇÃO DO CORPO TÉCNICO, NO APOIO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS QUANTO À ELABORAÇÃO/EXECUÇÃO DO PROJETO TÉCNICO SOCIAL, FISCALIZAÇÃO DAS ETAPAS INERENTES AO PROGRAMA E AINDA A MOBILIZAÇÃO, FORTALECIMENTO E ORGANIZAÇÃO DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS SERÃO EFETIVADAS POR MEIO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E/OU OUTROS INSTRUMENTOS LEGAIS, SENDO FUNDAMENTAIS PARA A CONSECUÇÃO DO OBJETIVO DO PROGRAMA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL CONSIDERADA A EVOLUÇÃO NACIONAL	NÚMERO DE FAMÍLIAS CONTEMPLADAS COM UNIDADES HABITACIONAIS E CHEQUE MORADIA / DÉFICIT HABITACIONAL NO TOCANTINS X 100	28,14	dez/2007	48

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4402	GERENCIAMENTO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE CRÉDITOS HABITACIONAIS.	32.400,00	0,00	0,00	UNIDADE	1.600	0	0,00
TOTAL		**32.400,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social.

QUADRO 204 – FINALÍSTICO – 0102

PROGRAMA – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
Objetivo:	PROMOVER A GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO DE MODO A ATENDER ANUALMENTE JOVENS E ADULTOS TOCANTINENSES DIRETAMENTE EM PROGRAMAS DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO.
Justificativa:	EMBORA O GOVERNO DO ESTADO E DA UNIÃO VENHAM PAULATINAMENTE INVESTINDO NA IMPLANTAÇÃO DE UMA REDE PARA ESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, AINDA É INSIPIENTE O ESFORÇO DIANTE DA GRANDE DEMANDA DO MERCADO DE TRABALHO E DAS POTENCIALIDADES EXISTENTES NO ESTADO DO TOCANTINS. A NÃO IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA IMPLICARÁ NA ESCASSEZ DE FALTA DE UMA MÃO DE OBRA QUALIFICADA, LOGO EM IMPEDIMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO. POR ISSO, É IMPORTANTE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO.
Estratégia:	AS AÇÕES SERÃO REALIZADAS DE FORMA DIRETA COM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TENDO COMO REFERÊNCIA AS NECESSIDADES REGIONAIS. O ACOMPANHAMENTO IN LOCO E ELABORAÇÃO DE PLANO DE TRABALHO PARA CADA UMA DAS AÇÕES, SERÃO ALGUNS DOS INSTRUMENTOS UTILIZADOS NO GERENCIAMENTO DAS AÇÕES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE UNIDADE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MANTIDAS	IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MANTIDAS EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MANTIDAS EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MANTIDAS EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MANTIDAS EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MANTIDAS EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-
TAXA DE UNIDADE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONSTRUÍDAS	IC=TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONSTRUÍDA EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONSTRUÍDA EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONSTRUÍDA EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONSTRUÍDA EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONSTRUÍDA EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-
TAXA DE UNIDADE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL REFORMADA	IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL REFORMADA EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL REFORMADA EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL REFORMADA EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL REFORMADA EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL REFORMADA EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-
PORCENTAGEM DE JOVENS E ADULTOS ATENDIDOS DIRETAMENTE EM PROGRAMAS DE FORMAÇÃO P	I= TAXA DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS X= NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS Y= NÚMERO DE VAGAS PREENCHIDAS I= (X / Y) X 100 NÚMERO DE VAGAS OFERECIDA DIVIDIDO (/) NÚMERO DE VAGAS PREENCHIDAS VEZES (X) 100	-	-	-
TAXA DE UNIDADE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUPERVISIONADAS	IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUPERVISIONADAS EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUPERVISIONADAS EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUPERVISIONADAS EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUPERVISIONADAS EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUPERVISIONADAS EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4401	GERENCIAMENTO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE CRÉDITOS EDUCATIVOS A ESTUDANTES CARENTES.	75.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1.500	0	0,00
TOTAL		75.000,00	0,00	0,00	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
11.082.612,00	9.507.748,46	85,79	1.574.863,54

3.2.3.4 FUNDO DE FARDAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

O Fundo de Fardamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins é destinado a prover as despesas com fardamento do pessoal em atividade. O Fundo foi criado pela Lei n.°1873, de dezembro de 2007, e tem como aporte R$ 65,80 por membro do Corpo de Bombeiros Militar, doações e resultados de aplicação dos valores do Fundo no mercado financeiro.

As atribuições do Fundo de Fardamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins foram desenvolvidas através da Ação Fornecimento de Fardamento. Para a mesma foi autorizado recurso da ordem de **R$ 212.205,00**, com execução de **53,00%** , ou seja, de **R$ 112.465,03**, como demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 205 - FINALÍSTICO - 0008

PROGRAMA - DEFESA CONTRA SINISTROS	
Objetivo:	GARANTIR A POPULAÇÃO DO TOCANTINS UMA PROTEÇÃO GLOBAL FRENTE AOS DESASTRES DE QUALQUER NATUREZA.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS TEM CRESCIDO MUITO NA ÚLTIMA DÉCADA E JUNTO COM ESSE CRESCIMENTO HOUVE UM AUMENTO POPULACIONAL, NAS MESMAS PROPORCÕES AUMENTARAM OS RISCOS E A DEMANDA DE ATENDIMENTO AS EMERGÊNCIAS E DESASTRES. COMO AO CORPO DE BOMBEIROS COMPETE O PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES PREVENTIVAS, EMERGENCIAIS OU DE SOCORRO,ASSISTENCIAIS E RECUPERATIVAS NO ÂMBITO DA DEFESA CIVIL, DEVENDO DAR ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR A VÍTIMAS DE ACIDENTES E SINISTROS. ENTRETANTO, JUNTO A ESSE CRESCIMENTO TEM AUMENTADO O NÚMERO DE ACIDENTES, SEGUNDO DADOS ESTATÍSTICOS DO ORGÃO O AUMENTO PERCENTUAL DOS ÚLTIMOS 4 (QUATRO) ANOS FOI DE 61% EM RELAÇÃO A 2005. A FALTA DE IMPLANTAÇÃO DESSE PROGRAMA PROVOCA VÁRIAS CONDIÇÕES DESFAVORÁVEIS COMO: A NÃO REDUÇÃO DE TEMPO RESPOSTA, AGILIDADE, MEIOS DE COMUNICAÇÃO, DIFICULDADE NA FORMAÇÃO DOS BOMBEIROS NA MAIS DIVERSA ATIVIDADE VOLTADOS PARA A SOCIEDADE E OUTROS. PORTANTO, ESSA IMPLANTAÇÃO MINIMIZARÁ ESSAS CONDIÇÕES DESFAVORÁVEIS.
Estratégia:	A ESTRATÉGIA A SER IMPLEMENTADA CONSISTE NA EXECUÇÃO DAS AÇÕES SENDO ELAS: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO E COMBATE A INCÊNDIOS; CAPACITAÇÕES; MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO; CAMPANHAS DE ORIENTAÇÕES A SINISTROS; MATERIAL DIDÁTICO; APARELHAMENTO DAS UNIDADES; CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES E AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PARA O ATENDIMENTO DA DEMANDA REPRIMIDA EXISTENTE NO ESTADO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
VARIAÇÃO PERCENTUAL DE ATENDIMENTOS PRESTADOS À POPULAÇÃO	PERCENTUAL OBTIDO = Nº DE ATENDIMENTOS PRESTADOS EM 2009 MENOS Nº DE ATENDIMENTOS PRESTADOS EM 2008 * 100 / Nº DE ATENDIMENTOS PRESTADOS EM 2008.	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4424	FORNECIMENTO DE FARDAMENTO	212.205,00	112.465,03	53,00	UNIDADE	9.282	1.994	21,48
TOTAL		**212.205,00**	**112.465,03**	**53,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Fardamento do Corpo de Bombeiros.

3.2.3.5 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR – FUMPM

O referido Fundo foi criado ainda em 2000, sendo que somente no exercício de 2002 iniciou sua execução. Em 2009 foram contempladas as ações de "Realização de Concurso Público, Aparelhamento da Polícia Militar, e Manutenção das Unidades da Polícia Militar", tanto no âmbito administrativo como operacional da segurança pública, que possibilitaram à Instituição promover a satisfação do cidadão tocantinense com um alto índice de segurança, motivado pela melhoria da qualidade em serviços prestados pela corporação, qualidade essa que foi alcançada através do aparelhamento adquirido e a devida manutenção básica das Unidades da PM/TO adquirido, visando à modernização e o aumento operacional de sua atuação frente à sociedade.

As atribuições desse Fundo foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa Finalístico - Polícia Militar na Defesa Social. Para esse programa foram autorizados recursos no montante de **R$ 3.951.000,00**, com percentual de execução de **19,26%**, ou seja, **R$ 760.802,28**, conforme demonstrado no quadro abaixo.

QUADRO 206 – FINALÍSTICO - 0007

PROGRAMA - POLÍCIA MILITAR NA DEFESA SOCIAL	
Objetivo:	DEFENDER A SOCIEDADE CONTRA OS ATENTADOS DE TODA NATUREZA, ESPECIALMENTE CONTRA A VIDA, O PATRIMÔNIO, AS LIBERDADES INDIVIDUAIS E À CIDADANIA EM TODOS OS SEUS ASPECTOS.
Justificativa:	A VIOLÊNCIA TEM SE CONSTITUÍDO NUM DOS MAIS GRAVES PROBLEMAS QUE AFETAM A NAÇÃO BRASILEIRA, SENDO NECESSÁRIO QUE O PODER PÚBLICO INJETE NAS POLÍCIAS, DE FORMA A MODERNIZAR OS SEUS DIVERSOS SETORES DE GESTÃO TANTO O INSTITUCIONAL COMO DO CONHECIMENTO, UMA VEZ QUE AS NECESSÁRIAS EFICIÊNCIA E EFICÁCIA ESTÃO ATRELADAS ÀS CONDIÇÕES DE TRABALHO AFETAS AOS RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS. É NECESSÁRIO QUE O PODER PÚBLICO OFEREÇAM UMA MELHOR ESTRUTURA FÍSICA E ORGANIZACIONAL AOS SETORES ESSENCIAIS DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DE MODO A GARANTIR SEGURANÇA NO ENFRENTAMENTO DAS DEMANDAS CRIMINAIS E SOCIAIS, QUE A CADA DIA SE TORNAM MAIS VULTOSAS E COMPLEXAS. NO ESTADO DO TOCANTINS, EMBORA A SITUAÇÃO ATUAL NÃO SEJA ALARMANTE, A VIOLÊNCIA TEM SE MANIFESTADO CRESCENTE, PRINCIPALMENTE NA PRÁTICA DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO, O QUE TEM CONDUZIDO EM UM CLIMA INCÔMODO POR PARTE DA POPULAÇÃO, SENDO NECESSÁRIO, POIS, A ADOÇÃO DE UM CONJUNTO DE MEDIDAS, CONSTANTES DESTE PROGRAMA, A FIM DE EVITAR QUE O ESTADO TENHA A NECESSIDADE DE ADOTAR MEDIDAS EXTREMAS DE REPRESSÃO NO FUTURO, A EXEMPLO DO QUE ACONTECE EM OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO, ONDE A CRIMINALIDADE FUGIU AO CONTROLE DO PODER PÚBLICO.
Estratégia:	ESTE PROGRAMA SERÁ IMPLEMETADO ATRAVÉS DE CONVÊNIOS FIRMADOS COM O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ, COM O APOIO DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SENASP, E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS COM O INTUITO DE REDUZIR A CRIMINALIDADE E PROPORCIONAR SEGURANÇA A SOCIEDADE TOCANTINENSE, ATRAVÉS DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO DOS POLICIAIS, AMPLIAÇÃO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DOS POLICIAIS, AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, DA REDE DE COMUNICAÇÃO, DO ARMAMENTO, ASSISTÊNCIA BIO-PSICO-SOCIAL AOS PROFISSIONAIS DA PM, APARELHAMENTO DAS UNIDADES

	DA PM, AUMENTO DE EFETIVO POR MEIO DE CONCURSO PÚBLICO, IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DA PM, INFORMATIZAÇÃO DAS UNIDADES DA PM E REFORMAS DAS UNIDADES DA PM.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
VARIAÇÃO PERCENTUAL MÉDIA DOS CRIMES VIOLENTO CONTRA PESSOA	Nº DE CRIMES ATUAIS / Nº TOTAL DE CRIMES DO ANO ANTERIOR(2007) * 100-100	163,75	Dez/2007	30
VARIAÇÃO % DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO PRATICADOS POR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	Nº DE CRIMES ATUAIS/Nº DE CRIMES DO ANO ANTERIOR(2007)*100-100	-9,78	Dez/2007	-40

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3200	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.	2.116.000,00	102.247,66	4,83	UNIDADE	4	1	25,00
3233	APARELHAMENTO DA POLÍCIA MILITAR.	900.000,00	39.201,61	4,36	UNIDADE	420	27	6,43
4230	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DA POLÍCIA MILITAR.	935.000,00	619.353,01	66,24	UNIDADE	442	157	35,52
TOTAL		**3.951.000,00**	**760.802,28**	**19,26**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Modernização da Polícia Militar.

3.2.3.6 FUNDO DE FARDAMENTO DA POLÍCIA MILITAR – FUNFARDA

As atribuições do Fundo de Fardamento da Polícia Militar foram desenvolvidas por meio de uma ação estruturada no Programa Finalístico - Polícia Militar na Defesa Social, com a finalidade de aquisição de fardamento aos integrantes da Polícia Militar, conforme demonstrado no quadro abaixo.

QUADRO 207 – FINALÍSTICO - 0007

PROGRAMA - POLÍCIA MILITAR NA DEFESA SOCIAL	
Objetivo:	DEFENDER A SOCIEDADE CONTRA OS ATENTADOS DE TODA NATUREZA, ESPECIALMENTE CONTRA A VIDA, O PATRIMÔNIO, AS LIBERDADES INDIVIDUAIS E À CIDADANIA EM TODOS OS SEUS ASPECTOS.
Justificativa:	A VIOLÊNCIA TEM SE CONSTITUÍDO NUM DOS MAIS GRAVES PROBLEMAS QUE AFETAM A NAÇÃO BRASILEIRA, SENDO NECESSÁRIO QUE O PODER PÚBLICO INJETE NAS POLÍCIAS, DE FORMA A MODERNIZAR OS SEUS DIVERSOS SETORES DE GESTÃO TANTO O INSTITUCIONAL COMO DO CONHECIMENTO, UMA VEZ QUE AS NECESSÁRIAS EFICIÊNCIA E EFICÁCIA ESTÃO ATRELADAS ÀS CONDIÇÕES DE TRABALHO AFETAS AOS RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS. É NECESSÁRIO QUE O PODER PÚBLICO OFEREÇAM UMA MELHOR ESTRUTURA FÍSICA E ORGANIZACIONAL AOS SETORES ESSENCIAIS DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DE MODO A GARANTIR SEGURANÇA NO ENFRENTAMENTO DAS DEMANDAS CRIMINAIS E SOCIAIS, QUE A CADA DIA SE TORNAM MAIS VULTOSAS E COMPLEXAS. NO ESTADO DO TOCANTINS, EMBORA A SITUAÇÃO ATUAL NÃO SEJA ALARMANTE, A VIOLÊNCIA TEM SE MANIFESTADO CRESCENTE, PRINCIPALMENTE NA PRÁTICA DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO, O QUE TEM CONDUZIDO EM UM CLIMA INCÔMODO POR PARTE DA POPULAÇÃO, SENDO NECESSÁRIO, POIS, A ADOÇÃO DE UM CONJUNTO DE MEDIDAS, CONSTANTES DESTE PROGRAMA, A FIM DE EVITAR QUE O ESTADO TENHA A NECESSIDADE DE ADOTAR MEDIDAS EXTREMAS DE REPRESSÃO NO FUTURO, A EXEMPLO DO QUE ACONTECE EM OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO, ONDE A CRIMINALIDADE FUGIU AO CONTROLE DO PODER PÚBLICO.
Estratégia:	ESTE PROGRAMA SERÁ IMPLEMETADO ATRAVÉS DE CONVÊNIOS FIRMADOS COM O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ, COM O APOIO DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SENASP, E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS COM O INTUITO DE REDUZIR A CRIMINALIDADE E PROPORCIONAR SEGURANÇA A SOCIEDADE TOCANTINENSE, ATRAVÉS DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO DOS POLICIAIS, AMPLIAÇÃO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DOS POLICIAIS, AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, DA REDE DE COMUNICAÇÃO, DO ARMAMENTO, ASSISTÊNCIA BIO-PSICO-SOCIAL AOS PROFISSIONAIS DA PM, APARELHAMENTO DAS UNIDADES DA PM, AUMENTO DE EFETIVO POR MEIO DE CONCURSO PÚBLICO, IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DA PM, INFORMATIZAÇÃO DAS UNIDADES DA PM E REFORMAS DAS UNIDADES DA PM.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
VARIAÇÃO PERCENTUAL MÉDIA DOS CRIMES VIOLENTO CONTRA PESSOA	Nº DE CRIMES ATUAIS / Nº TOTAL DE CRIMES DO ANO ANTERIOR(2007) * 100-100	163,75	Dez/2007	30
VARIAÇÃO % DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO PRATICADOS POR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	Nº DE CRIMES ATUAIS/Nº DE CRIMES DO ANO ANTERIOR(2007)*100-100	-9,78	Dez/2007	-40

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4215	FORNECIMENTO DE FARDAMENTO.	1.750.000,00	624.351,15	35,68	UNIDADE	75.000	15.660	20,88
TOTAL		**1.750.000,00**	**624.351,15**	**35,68**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Fardamento da Polícia Militar.

3.2.3.7 FUNDO ESTADUAL DE MODERNIZAÇÃO JURÍDICA

A Lei Ordinária n.º 1.260, de 18 de outubro de 2001, criou o Fundo Estadual de Modernização Jurídica - FEMJ, e suas atribuições de gestão estão vinculadas à Procuradoria Geral do Estado - PGE.

O objetivo desta unidade amparada juridicamente pela Procuradoria Geral do Estado, com recursos destinados a financiar as atividades do Centro de Estudos Joaquim Cavalcante Lima; por meio da organização e patrocínio de cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, estudos, treinamentos e atividades correlatas; organização e elaboração de coletânea de artigos e jurisprudências; divulgação de matéria doutrinária, legislativa e jurisprudencial; promoção do intercâmbio com entidades públicas e privadas; aquisição de revista e demais elementos de estudos e outras consoante preceitua o Art. 1º da referida Lei.

As atribuições do Fundo Estadual de Modernização Jurídica foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa de serviços ao Estado - Defesa dos Interesses Jurídicos e Patrimoniais do Estado. Para este programa foram autorizados recursos no valor de **R$ 460.000,00,** com execução de **R$ 73.360,00**, como demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 208 - SERVIÇO AO ESTADO - 0015

PROGRAMA - DEFESA DOS INTERESSES JURÍDICOS E PATRIMONIAIS DO ESTADO	
Objetivo:	DEFENDER O ESTADO DO TOCANTINS JUDICIAL E EXTRA-JUDICIAL COM O INTUITO DE PRESERVAR SUA INTEGRIDADE SÓCIO-ECONÔMICA E PATRIMONIAL, BEM COMO DEFENDER O CHEFE DO PODER EXECUTIVO.
Justificativa:	O ESTADO ATRAVÉS DE SEUS ÓRGÃOS É, CONSTANTEMENTE, ACOMETIDO DE UM GRANDE NÚMERO DE PROCESSOS NA ÁREA JURÍDICA, CARECENDO, PORTANTO, DA REPRESENTAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, NA PESSOA DO PROCURADOR GERAL JUNTAMENTE COM OS DEMAIS PROCURADORES QUE LHE ASSESSORAM, SEM A QUAL O ESTADO SOFRERIA DANOS MATERIAIS, PATRIMONIAIS E FINANCEIROS IRREPARÁVEIS, UMA VEZ QUE AAS AÇÕES CORRERIAM A REVELIA, TORNANDO-SE INVIÁVEL A ADMINISTRAÇÃO.
Estratégia:	O PROGRAMA SERÁ IMPLEMENTADO ATRAVÉS DAS COORDENADORIAS DESTA PROCURADORIA, COM RECURSOS ORDINÁRIOS DO ESTADO. APESAR DE TER AÇÕES DE CARÁTER CONTÍNUO, EXISTEM PROJETOS COM TEMPO DETERMINADO DE IMPLANTAÇÃO. O PROJETO DE DEMARCAÇÃO DOS LIMITES DIVISÓRIOS DO ESTADO SERÁ IMPLEMENTADO PELO SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE PROCESSOS EXECUTADOS	NÚMERO PROCESSOS EXECUTADOS / TOTAL PROCESSOS PROGRAMAADOS X 100	38,41	30/06/2008	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3202	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROCURADOR DO ESTADO.	200.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4060	ATUALIZAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DA PGE.	81.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	20	0	0,00
4061	DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS JURÍDICAS.	30.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	900	0	0,00
4062	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES LOTADOS NA PGE.	79.000,00	72.324,00	91,55	UNIDADE	60	32	53,33
4063	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS JOAQUIM C. LIMA.	70.000,00	1.036,00	1,48	UNIDADE	1	0,01	1,00
TOTAL		**460.000,00**	**73.360,00**	**15,95**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual de Modernização Jurídica.

3.2.3.8 FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Em 20 de Setembro de 2001, instituída pela Lei n.º 1.250, foi criado o Fundo Estadual da Defesa dos Interesses Difusos – FID, vinculado a Secretaria da Cidadania e Justiça destinada a prover os recursos necessários ao desenvolvimento da política estadual de defesa dos interesses difusos, sendo dirigente o chefe do Poder Executivo ao qual o órgão se vincula, na qualidade de Presidente.

A Lei Estadual n.º 1.482, de 29 de junho de 2004, alterou a Lei n.º 1.250, de 20 de setembro de 2001, do Fundo Estadual da Defesa dos Interesses Difusos – FID o qual passou a denominar-se Fundo Estadual de Defesa do Consumidor, destinando-se a prover os recursos necessários ao desenvolvimento da política estadual de defesa do consumidor e harmonia na relação de consumo, mantendo inalterado, os demais artigos da Lei anterior.

O PROCON tem como missão gerir a Política Nacional das Relações de Consumo, que tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à dignidade, saúde, segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo.

O Fundo Estadual de Defesa do Consumidor destina-se a prover os recursos necessários ao desenvolvimento da política estadual de defesa do consumidor e da harmonia na relação de consumo, sobretudo quanto financiamento de programas e projetos de conscientização, proteção e defesa do consumidor, aquisição de equipamentos e materiais, treinamento de servidores, promoções e eventos relativos à educação, pesquisa e divulgação de informações do interesse do consumidor, edição de material técnico-educativo e implantação dos Núcleos Regionais de Defesa do Consumidor.

Em conformidade com o artigo 2º da Lei n.º 1.250, de 20 de setembro de 2001, constituem receitas do referido fundo:

I - o produto:

a) das condenações judiciais de que tratam os arts. 11 e 13 da Lei Federal 7.347, de 24 de julho de 1985;

b) da indenização prevista no art. 100 da Lei Federal 8.078, de 11 de setembro de 1990;

II - os valores destinados ao Estado em virtude da aplicação da multa:

a) administrativa, no âmbito da defesa do consumidor e da harmonia da relação de consumo;

b) administrativa, no âmbito da defesa dos interesses difusos;

c) estabelecida no art. 57 da Lei Federal 8.078, de 11 de setembro de 1990;

d) oriunda do descumprimento de:

1. decisão judicial proferida em matéria de direito do consumidor;

2. obrigação assumida em ajustamento de conduta;

III - as dotações orçamentárias que lhe forem destinadas;

IV - as doações, legados e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, desde que destinadas especificamente ao FID;

V - os recursos provenientes de convênios e acordos firmados pela Secretaria da Justiça em matérias desta Lei;

VI - as transferências do Fundo Federal de Defesa do Consumidor e do Fundo Nacional dos Direitos Difusos.

Todos os recursos do Fundo são geridos pelo seu Conselho Gestor que é presidido pelo Secretário da Cidadania e Justiça e composto por um representante da Secretaria da Fazenda, do Ministério Público Estadual, e do Conselho das Associações de Moradores de Palmas - CONAM.

As atribuições do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa Finalístico Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor. Para este programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 3.952.659,00**, com execução de **R$ 1.142.082,52,** conforme demonstrado no quadro abaixo.

QUADRO 209 – FINALÍSTICO - 0106

PROGRAMA - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	
Objetivo:	PRESTAR AOS CONSUMIDORES TOCANTINENSES ORIENTAÇÃO PERMANENTE SOBRE SEUS DIREITOS E GARANTIAS, AMPLIANDO AS AÇÕES DO PROCON-TO.
Justificativa:	A EFETIVAÇÃO DA DEFESA DO CONSUMIDOR É REALIZADA PELO PROCON EM TRÊS EIXOS PRINCIPAIS: ATENDIMENTO, FISCALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO. ASSIM, TODAS AS AÇÕES PROPOSTAS NESTE PROGRAMA VISAM DAR EFETIVIDADE À DEFESA DO CONSUMIDOR TOCANTINENSE MELHORANDO A QUALIDADE DO ATENDIMENTO, EXPANDINDO AS AÇÕES DE FICALIZAÇÃO E DISSEMINANDO A EDUCAÇÃO DE CONSUMIDORES E FORNECEDORES, COM VISTAS À MELHORIA DO MERCADO DE CONSUMO.
Estratégia:	MELHORANDO O ATENDIMENTO ATRAVÉS DA MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DOS NÚCLEOS REGIONAIS DE DEFESA DO CONSUMIDOR, CRIANDO UM BANCO DE DADOS E CADASTRO DE RECLAMAÇÕES ATUALIZADOS, DIVULGANDO AS AÇÕES DO ÓRGÃO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, CONFECCIONANDO MATERIAL EDUCATIVO, AMPLIANDO A FROTA DE VEÍCULOS DO PROCON-TO PARA QUE A FISCALIZAÇÃO POSSA APURAR DENÚNCIAS E EVITAR ABUSOS NAS DIVISAS DO ESTADO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE RECLAMAÇÕES RECEBIDAS	% SOBRE NUMERO DE RECLAMAÇÕES ANTERIORES	3.359	31/12/2006	25.506

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3092	IMPLANTAÇÃO DOS NÚCLEOS REGIONAIS DO PROCON-TO.	1.159.154,00	409.864,13	35,36	UNIDADE	2	0	0,00
3240	AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS.	721.000,00	194.263,86	26,94	UNIDADE	5	4	80,00
4266	REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO.	532.000,00	182.978,20	34,39	UNIDADE	10.062	23.644	234,98
4267	REALIZAÇÃO DE EVENTOS COMEMORATIVOS E EDUCATIVOS DO PROCON-TO.	213.197,00	43.021,97	20,18	UNIDADE	13	13	100,00
4270	CONFECÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO E EDUCATIVO.	140.000,00	22.834,99	16,31	UNIDADE	100.000	50.000	50,00
4411	MANUTENÇÃO DOS NÚCLEOS REGIONAIS DE ATENDIMENTO.	1.187.308,00	289.119,37	24,35	UNIDADE	11	8	72,73
TOTAL		**3.952.659,00**	**1.142.082,52**	**28,89**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor.

3.2.3.9 FUNDO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Fundo Estadual da Criança e do Adolescente foi criado pela Lei Estadual n.º 1.110, de 02 de dezembro de 1999, a qual elencou suas atribuições de gestão e vinculou a Secretaria do Trabalho e Ação Social.

Em janeiro de 2007, por força do Decreto Estadual n.º 2.319 de 03 de janeiro de 2007, houve nova reestruturação na estrutura básica e operacional, vinculando o Fundo Estadual para Criança e Adolescente e o Conselho da Criança e do Adolescente à Secretaria da Cidadania e Justiça.

O Fundo Estadual da Criança e do Adolescente tem como missão planejar, estruturar e executar a Política Estadual de Atenção Integral à Infância e Adolescência, adotando as medidas necessárias à promoção dos direitos e garantias previstos no Estatuto da Criança e Adolescente.

As atribuições desse fundo foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas em Programas Finalísticos. Para estes programas foram

autorizados recursos da ordem de **R$ 5.688.818,00**, sendo executado o valor de **R$ 3.777.205,94**, conforme demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 210 - FINALÍSTICO - 0129

PROGRAMA – ARTICULAÇÃO DO SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Objetivo:	GARANTIR A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ATRAVÉS DA REALIZAÇÃO DE EVENTOS, ESTUDOS, CAMPANHAS E PESQUISAS NO CAMPO DA PROMOÇÃO, CONTROLE SOCIAL E DEFESA, BEM COMO O MONITORAMENTO E A CAPACITAÇÃO PERMANENTE DOS ATORES DO SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, PROPORCIONANDO APERFEIÇOAMENTO DE SUAS ATIVIDADES LABORAIS.
Justificativa:	CONSIDERANDO A LEI ESTADUAL Nº 1.110 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1999 E A LEI ESTADUAL Nº 1.763 DE 02 DE JANEIRO DE 2007, É ATRIBUIÇÃO DIRETA DO ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE A ARTICULAÇÃO DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO E DEFESA DOS DIREITOS INFANTO-JUVENIS. ALÉM DISSO, É FUNÇÃO DESTE ÓRGÃO A IMPLEMENTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES E A MANUTENÇÃO FÍSICO-ESTRUTURAL DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDCA, O DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS, O APOIO FINANCEIRO E A REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE MONITORAMENTO, CAPACITAÇÃO E SUPORTE AOS ATORES DO SISTEMA, DENTRE OS QUAIS AOS SERVIDORES, AOS CONSELHEIROS DE DIREITOS E TUTELARES, A AMPLIAÇÃO DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE OS CONSELHOS E A SOCIEDADE, POR MEIO DA REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS E PUBLICAÇÕES.
Estratégia:	REALIZAR PESQUISAS PARA O MAPEAMENTO DAS DEMANDAS INSTITUCIONAIS E SITUACIONAIS SOBRE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA; IMPLEMENTAR O CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PARA O MELHOR DESEPENHO DE SUAS FUNÇÕES; APOIAR TÉCNICAMENTE OS CONSELHOS MUNICIPAIS E TUTELARES, BEM COMO AS DEMAIS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL; CAPACITAR OS ATORES DOS SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DOTANDO-OS DE CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DESEMPENHO DE SUAS ATRIBUIÇÕES.
Prazo de Execução:	2009-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE ARTICULAÇÃO DO SISTEMA DE GARANTIAS	SOMATÓRIO DAS TAXAS DAS AÇÕES DIVIDIDO PELA QUANTIDADE DE AÇÕES	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3221	IMPLEMENTAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CEDCA.	96.000,00	4.965,00	5,17	PORCENTAGEM	40	0	0,00
4416	REALIZAÇÃO DE PESQUISAS SOBRE O SISTEMA DE GASRANTIAS DE DIREITOS.	494,00	0,00	0,00	UNIDADE	10	0	0,00
4417	APOIO TÉCNICO AS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL.	1.001.344,00	809.818,68	80,87	UNIDADE	47	30	63,83
4418	CAPACITAÇÃO DOS ATORES DO SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	12.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	500	0	0,00
TOTAL		**1.109.838,00**	**814.783,68**	**73,41**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual da Criança e Adolescente.

QUADRO 211 - FINALÍSTICO - 0130

PROGRAMA – ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO	
Objetivo:	PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EGRESSOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO E SUAS FAMÍLIAS, ATRAVÉS DE UM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO HUMANO, EFICIENTE, EFETIVO E EFICAZ EM UNIDADES DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E EMILIBERDADE, ESTIMULANDO AS POTENCIALIDADES PESSOAIS, A SUPERAÇÃO DA PRÁTICA INFRACIONAL E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PROJETO DE VIDA COM PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS E DA COMUNIDADE.
Justificativa:	A NECESSIDADE DE GARANTIA DE ATENDIMENTO DIGNO AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NO TOCANTINS, ALIADA A ALGUNS CASOS DE REINCIDÊNCIA E AO SURGIMENTO DE NOVAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO CENÁRIO TOCANTINENSE, JUSTIFICAM A EXECUÇÃO DESTE PROGRAMA. ALÉM DISSO, É ATRIBUIÇÃO DA SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA, POR MEIO DA SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, GARANTIR AO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL CONDIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE VIDA QUE FAVOREÇA SUA AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO, ESTIMULE SUAS POTENCIALIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS E

	PROPORCIONE O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FORMAL, ESPORTE, ESPIRITUALIDADE E LAZER, FOMENTANDO A VIVÊNCIA COMUNITÁRIA E A PROFISSIONALIZAÇÃO.
Estratégia:	ATENDER AS FAMÍLIAS, OS ADOLESCENTES NA FASE FINAL DO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E OS ADOLESCENTES EGRESSOS; GARANTIR ALIMENTAÇÃO AOS ADOLESCENTES INFRATORES EM CUMPRIMENTO AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMILIBERDADE E OS SERVIDORES DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO; IMPLANTAR, AMPLIAR E MANTER AS UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO ATENDENDO AOS PARÂMETROS ARQUITETÔNICOS DO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - SINASE, PROPICIANDO AOS SOCIOEDUCANDOS, SOCIOEDUCADORES E SERVIDORES EM GERAL ESTRUTURA ADEQUADA.
Prazo de Execução:	2009-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	SOMATÓRIO DA TAXA DE IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO, TAXA DE AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO E TAXA DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EGRESSO E FAMÍLIA DIVIDIDO POR 3	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3222	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO.	3.292.906,00	2.270.826,82	68,96	PORCENTAGEM	90	30	33,33
3223	AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO.	183.500,00	3.454,92	1,88	PORCENTAGEM	120	10	8,33
4419	ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EGRESSO DAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS E FAMÍLIAS.	3.600,00	3.244,11	90,11	UNIDADE	180	40	22,22
4420	ALIMENTAÇÃO DOS ADOLESCENTES E SERVIDORES DAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO E SEMI-LIBERDADE.	699.800,00	535.356,86	76,50	UNIDADE	391	391	100,00
4421	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO.	399.174,00	149.539,55	37,46	UNIDADE	5	5	100,00
TOTAL		**4.578.980,00**	**2.962.422,26**	**64,70**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual da Criança e Adolescente.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
5.688.818,00	3.777.205,94	66,40	1.911.612,06

3.2.3.10 FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM, instituído pela Lei Estadual n.° 1.141, de 08 de março de 2000, órgão vinculado à Secretaria de Cidadania e Justiça, por força do disposto no art. 5°, inciso I, “b” do Decreto n.° 1.717, de 13 de março de 2003, posteriormente sendo revogado pelo Decreto n.° 2.751, de 22 de maio de 2006.

Suas atribuições foram desenvolvida por meio de ações estruturadas no Programa Finalístico Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R$ 625.000,00**, não sendo executado devido à demora na liberação dos Anexos III solicitados, ou até mesmo a não liberação dos mesmos por parte da SEPLAN, não sendo possível executar as ações inicialmente previstas, e desta

forma realizar às atividades necessárias ao desenvolvimento das políticas voltados a Promoção dos Direitos das Mulheres.

QUADRO 212 - FINALÍSTICO - 0116

PROGRAMA - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	
Objetivo:	COMBATER A VIOLÊNCIA EM TODOS OS NÍVEIS CONTRA A MULHER, ATRAVÉS DA CONSCIENTIZAÇÃO A RESPEITO DOS SEUS DIREITOS, FISCALIZANDO A APLICAÇÃO DA PENAS PREVISTAS EM LEI.
Justificativa:	A VIOLENCIA CONTRA A MULHER ESTÁ PRESENTE NO ESTADO, ENTÃO A IMPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA PERMITIRÁ A REDUÇÃO DESTE TIPO DE VIOLENCIA, CAPACITANDO AS CONSELHEIRAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS, PROMOVENDO EVENTOS DE DIVULGAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO, COMO TAMBÉM A MENUTENÇÃO E FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA DO CEDIM.
Estratégia:	CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS ESTADUAIS E MUNICIPAIS; PROMOÇÃO DE EVENTOS DE DIVULGAÇÃO; CONSCIENTIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA DOS CEDIM.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
Nº DE MULHERES VÍTIMAS DE AGRESSÃO	QUANTIDADE DE OCORRÊNCIA * PERCENTUAL DE CRESCIMENTO PREVISTOS	6.993	31/12/2006	12.884

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4256	PROMOÇÃO DE EVENTOS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES.	142.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	4	0	0,00
4257	MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA.	202.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	4	0	0,00
4258	MANUTENÇÃO E REAPARELHAMENTO DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER.	210.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4259	CAPACITAÇÃO DAS CONSELHEIRAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.	39.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	25	0	0,00
4436	MANUTENÇÃO E REORGANIZAÇÃO DO BANCO DE DADOS.	32.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**625.000,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher.

3.2.3.11 FUNDO ESTADUAL ANTIDROGAS

O Conselho Estadual Antidrogas era vinculado à Secretaria da Juventude, e por meio do Decreto Estadual n.º 2.447, de 21 de junho de 2005, passou a ser vinculado à Secretaria de Cidadania e Justiça.

O Conselho Estadual Antidrogas tem por finalidade:

I – aprovar a Política Estadual Antidrogas;

II – exercer orientação normativa sobre as atividades de repressão ao uso indevido, ao tráfico ilícito e a produção não autorizada; de prevenção ao uso indevido desses mesmos produtos; relacionadas com o tratamento, recuperação e reinserção social dos dependentes;

III – acompanhar e avaliar a gestão dos recuros recebidos pelo Governo ou por ele alocados; o desempenho dos planos e programas da Política Estadual Antidrogas.

As atribuições do Fundo Estadual Antidrogas foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no programa Tocantins sem Drogas. Para esse programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 421.000,00**, conforme demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 213 - FINALÍSTICO - 0108

PROGRAMA - TOCANTINS SEM DROGAS	
Objetivo:	ENFRENTAR A QUESTÃO DAS DROGAS DE MODO ABRANGENTE DESDE A PREVENÇÃO PRIMÁRIA, ACOMPANHAMENTO PESSOAL E FAMILIAR, TRATAMENTO E/OU PROCESSO DE RECUPERAÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL.
Justificativa:	O PROBLEMA DE USO DE DROGAS ESTÁ AFETANDO GRANDE PARTE DA POPULAÇÃO TOCANTINENSE; ATENDENDO A DEMANDA DA SOCIEDADE, QUE ENTENDE QUE É DEVER DO ESTADO ESTABELECER MECANISMOS DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS, É NECESSÁRIO A EXISTÊNCIA DE UMA POLÍTICA ESTADUAL ANTIDROGAS, OBEDECENDO AS DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS DA POLÍTICA NACIONAL ANTIDROGAS.
Estratégia:	AS AÇÕES DO PROGRAMA SERÃO EXECUTADAS DE FORMA DIRETA, DE MANEIRA QUE POSSAM ENFRENTAR A OFENSIVA DAS DROGAS, NO QUE SE REFERE AO SEU COMBATE, PREVENÇÃO, REPREENSÃO AO USO INDEVIDO E O OFERECIMENTO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA AO DEPENDENTE QUÍMICO E SUA REINSERÇÃO SOCIAL. PARA ISSO SERÁ INCENTIVADA A CRIAÇÃO E O FORTALECIMENTO DE CONSELHOS MUNICIPAIS ANTIDROGAS EM TODOS OS MUNICÍPIOS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE COMBATE ÀS DROGAS, ENVOLVENDO A SOCIEDADE, A FAMÍLIA E TODOS OS SEGMENTOS ORGANIZADOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE ESTUDANTES USUÁRIOS DE DROGAS	REDUÇÃO PERCETUAL SOBRE ÍNDICE ANTERIOR - (%)	19,8	31/12/2005	16,04

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4280	REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE PREVENÇÃO E DIFUSÃO DAS POLÍTICAS SOBRE DROGAS.	125.500,00	5.331,00	4,25	UNIDADE	8	4	50,00
4281	APOIO TÉCNICO PARA OS CONSELHOS MUNICIPAIS ANTI-DROGAS.	20.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	7	0	0,00
4414	CAPACITAÇÃO DOS MULTIPLICADORES DE POLÍTICAS PREVENTIVAS AO USO DE DROGAS.	117.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	190	0	0,00
4415	MONITORAMENTO DO PROGRAMA TOCANTINS SEM DROGAS.	158.500,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**421.000,00**	**5.331,00**	**1,27**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual Antidrogas.

3.2.3.12 FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Lei n.º 780, de 02 de outubro de 1995, regulamenta o art. 143 da Constituição Estadual, que cria o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, e o § 5º do art. 142, da Constituição do Estado do Tocantins, que institui o Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia, e o Decreto n.° 3.460, de 12 de agosto de 2008, que dispõe sobre a organização dos órgãos e entidades do poder executivo e adota outras providências.

O Fundo de Ciência e Tecnologia tem como missão institucional fomentar a realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento de interesses do Estado; prover o assessoramento aos órgãos e instituições estaduais na elaboração de políticas, planos e programas para o desenvolvimento da ciência e tecnologia; formar, manter e expandir a base técnico-científica do Estado;

promover a criação e acionar os mecanismos de fomento necessários à pesquisa e ao desenvolvimento, bem como da difusão de tecnologias existentes e adequadas às condições regionais; promover o desenvolvimento da infra-estrutura de ciência e tecnologia do Estado.

As atribuições do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos Programas de Gestão de Políticas Públicas e Finalísticos. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 38.122.242,00**, com execução de **R$ 19.216.463,23**, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

QUADRO 214 – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – 0096

PROGRAMA – GESTÃO EM C T I	
Objetivo:	PROMOVER A GESTÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, PROPICIANDO O AVANÇO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E HUMANO.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS VEM PAULATINAMENTE SE CONSOLIDANDO EM TODOS OS ASPECTOS E, EM CTI, AINDA NÃO SE VISUALIZA UM SISTEMA ESTADUAL TOTALMENTE CONSOLIDADO. DESTA FORMA, É NECESSÁRIO DESENVOLVER UM PLANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA NORTEAR AS DIRETRIZES EM CTI.
Estratégia:	A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA SE DARÁ DE FORMA DIRETA PELA INSTITUIÇÃO GESTORA, COM APOIO TÉCNICO E INSTITUCIONAL DA ESFERA FEDERAL E EM COMUM ACORDO COM AS ENTIDADES COM VOCAÇÃO CIENTIFICA E TECNOLÓGICA DO ESTADO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA ANUAL DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES VOLTADAS A CT&I	C= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE AÇÕES REALIZADAS EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE AÇÕES REALIZADAS EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3083	ELABORAÇÃO DO PLANO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO EM CTI.	12.500,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
3237	IMPLANTAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA.	22.009,00	4.601,90	20,91	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**34.509,00**	**4.601,90**	**13,34**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia.

QUADRO 215 – FINALÍSTICO – 0102

PROGRAMA – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
Objetivo:	PROMOVER A GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO DE MODO A ATENDER ANUALMENTE JOVENS E ADULTOS TOCANTINENSES DIRETAMENTE EM PROGRAMAS DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO.
Justificativa:	EMBORA O GOVERNO DO ESTADO E DA UNIÃO VENHAM PAULATINAMENTE INVESTINDO NA IMPLANTAÇÃO DE UMA REDE PARA ESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, AINDA É INSIPIENTE O ESFORÇO DIANTE DA GRANDE DEMANDA DO MERCADO DE TRABALHO E DAS POTENCIALIDADES EXISTENTES NO ESTADO DO TOCANTINS. A NÃO IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA IMPLICARÁ NA ESCASSEZ DE FALTA DE UMA MÃO DE OBRA QUALIFICADA, LOGO EM IMPEDIMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO. POR ISSO, É IMPORTANTE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO.
Estratégia:	AS AÇÕES SERÃO REALIZADAS DE FORMA DIRETA COM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TENDO COMO REFERÊNCIA AS NECESSIDADES REGIONAIS. O ACOMPANHAMENTO IN LOCO E ELABORAÇÃO DE PLANO DE TRABALHO PARA CADA UMA DAS AÇÕES, SERÃO ALGUNS DOS INSTRUMENTOS UTILIZADOS NO GERENCIAMENTO DAS AÇÕES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE UNIDADE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MANTIDAS	IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MANTIDAS EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MANTIDAS EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MANTIDAS EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MANTIDAS EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MANTIDAS EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-
TAXA DE UNIDADE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONSTRUÍDAS	IC=TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONSTRUÍDA EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONSTRUÍDA EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONSTRUÍDA EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONSTRUÍDA EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONSTRUÍDA EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-
TAXA DE UNIDADE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL REFORMADA	IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL REFORMADA EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL REFORMADA EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL REFORMADA EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL REFORMADA EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL REFORMADA EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-
PORCENTAGEM DE JOVENS E ADULTOS ATENDIDOS DIRETAMENTE EM PROGRAMAS DE FORMAÇÃO P	I= TAXA DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS X= NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS Y= NÚMERO DE VAGAS PREENCHIDAS I= (X / Y) X 100 NÚMERO DE VAGAS OFERECIDA DIVIDIDO (/) NÚMERO DE VAGAS PREENCHIDAS VEZES (X) 100	-	-	-
TAXA DE UNIDADE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUPERVISIONADAS	IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUPERVISIONADAS EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUPERVISIONADAS EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUPERVISIONADAS EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUPERVISIONADAS EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE UNIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUPERVISIONADAS EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3084	PROMOÇÃO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES DA SECT.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
3086	REFORMA DE CENTROS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.	1.243.825,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
3232	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO RPOFISSIONAL.	42.008,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
4189	IMPLEMENTAR O IC-JÚNIOR.	48.000,00	1.800,00	3,75	UNIDADE	100	6	6,00
4190	CONCESSÃO DE BOLSAS DE QUALIFICAÇÃO.	685.644,00	420.100,00	61,27	UNIDADE	143	56	39,16
4191	CONCESSÃO DE CRÉDITOS EDUCATIVOS A ESTUDANTES CARENTES.	11.425.000,00	6.302.190,02	55,16	UNIDADE	5.516	1.903	34,50
4192	FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	231.344,00	109.978,03	47,54	UNIDADE	14	2	14,29

	PROFISSIONAL.							
4193	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.	14.409.580,00	11.979.582,32	83,14	UNIDADE	3	2	66,67
4195	SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.	79.000,00	48.502,50	61,40	UNIDADE	13	12	92,31
TOTAL		**28.164.401,00**	**18.862.152,87**	**66,97**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia.

QUADRO 216 – FINALÍSTICO – 0124

PROGRAMA – POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
Objetivo:	POPULARIZAR O CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA QUE OS CIDADÃOS POSSAM CONHECER E SE BENEFICIAR DAS DESCOBERTAS, PRODUTOS E SERVIÇOS PRODUZIDOS PELA COMUNIDADE CIENTÍFICA.
Justificativa:	APESAR DE O ESTADO DO TOCANTINS FAZER PARTE DA REDE NORTE E NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, EVIDENCIA-SE A BAIXA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, BEM COMO REDUZIDA SENSIBILIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO POR PARTE DA SOCIEDADE CIVIL QUANTO AOS BENEFÍCIOS GERADOS PELA PRODUÇÃO CIENTÍFICA. CONSEQÜENTEMENTE OCORRE A PRECÁRIA UTILIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, FATO QUE LEVA À NECESSIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA QUE DESENVOLVA AÇÕES QUE POPULARIZEM A CT&I DE FORMA LÚDICA, CLARA E ACESSÍVEL A TODOS OS PÚBLICOS, QUE POR SUA VEZ, PODERÃO TER CONHECIMENTO E USUFRUIR DESTAS DESCOBERTAS.
Estratégia:	REALIZAR PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS, FAZER CONTRATOS E PROJETOS PARA A PROMOÇÃO DE EVENTOS E AÇÕES QUE DIVULGUEM O CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO À SOCIEDADE UTILIZANDO PARA ISSO OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO BEM COMO A CRIAÇÃO DE MUSEUS E OUTROS ESPAÇOS POPULARES QUE ESTIMULEM O INTERESSE E VIABILIZE O ACESSO DA POPULAÇÃO AO SABER E AINDA INVESTIR NA CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO BÁSICA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE INTERESSE POPULAR POR C&T	IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE PESSOAS INTERESSADAS EM C&T EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE PESSOAS INTERESSADAS EM C&T EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE PESSOAS INTERESSADAS EM C&T EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE PESSOAS INTERESSADAS EM C&T EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE PESSOAS INTERESSADAS EM C&T EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS CONTEMPLADAS EM EVENTOS DE C&T	IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE PESSOAS CONTEMPLADAS NA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE PESSOAS CONTEMPLADAS NA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE PESSOAS CONTEMPLADAS NA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE PESSOAS CONTEMPLADAS NA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE PESSOAS CONTEMPLADAS NA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-
TAXA DE EVENTOS DE C&T REALIZADOS NOS MUNICÍPIOS	IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE EVENTOS REALIZADOS EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE EVENTOS REALIZADOS EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE EVENTOS REALIZADOS EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE EVENTOS REALIZADOS EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE EVENTOS REALIZADOS EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4196	PROMOÇÃO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS.	120.000,00	35.646,75	29,71	UNIDADE	30	8	26,67
4197	CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS.	41.950,00	0,00	0,00	UNIDADE	26	0	0,00
4198	CONTRIBUIÇÃO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS.	208.050,00	91.721,80	44,09	UNIDADE	15	10	66,67

4199	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MOMENTO CIÊNCIA.	20.240,00	4.600,00	22,73	UNIDADE	48	0	0,00
TOTAL		**390.240,00**	**131.968,55**	**33,82**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia.

QUADRO 217 – FINALÍSTICO – 0125

PROGRAMA – DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	
Objetivo:	DINAMIZAR O SISTEMA DE CT&I PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TOCANTINS.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS CONTA COM UM SISTEMA ESTADUAL DE CT&I EM CONSOLIDAÇÃO. IDENTIFICA-SE A CARÊNCIA DE PROFISSIONAIS COM REQUISITOS ESPECÍFICOS VOLTADOS À PRODUÇÃO DE CT&I, O QUE GERA REDUZIDA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, PROVOCANDO DEFICIÊNCIAS NOS SETORES PRODUTIVOS. AS INSTITUIÇÕES VOLTADAS À PRODUÇÃO CIENTÍFICA BUSCAM A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS PARA A CT&I, DESTA FORMA, É NECESSÁRIO UM PROGRAMA QUE IMPLANTE E DESENVOLVA POLÍTICAS PÚBLICAS QUE VISEM DINAMIZAR O REFERIDO SISTEMA, COM VISTAS A PROMOVER A PRODUÇÃO, DIFUSÃO E UTILIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS E TECNOLOGIAS QUE PERMITAM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO. AS AÇÕES EM CT&I DEVEM SER ESTRATÉGICAS/INTEGRADORAS CAPAZES DE SUBSIDIAR O AVANÇO TECNOLÓGICO NOS SETORES PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E ERCIÁRIO, DETECTANDO DEMANDAS, DESENVOLVENDO PRODUTOS E NORTEANDO AÇÕES GOVERNAMENTAIS.
Estratégia:	PROMOVER AÇÕES QUE ESTIMULEM A INTEGRAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES LOCAIS QUE DESENVOLVEM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, BEM COMO BUSCAR E ESTIMULAR PARCERIAS ESTRATÉGICAS COM ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS, PRIVADOS E ICTS REGIONAIS E NACIONAIS QUE AUXILIEM NO FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES TOCANTINENSES, VIA PROGRAMAS E PROJETOS QUE TRAGAM BENEFÍCIOS PARA O ESTADO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA ANUAL DE ATRAÇÃO DE PESQUISADORES DOUTORES	IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE PESQUISADORES DOUTORES ATRAÇÃO PARA O ESTADO EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE PESQUISADORES DOUTORES ATARÇÃO PARA O ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE PESQUISADORES DOUTORES ATRAÍDOS PARA O ESTADO EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) NÚMERO DE PESQUISADORES DOUTORES ATRAÍDOS PARA O ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE PESQUISADORES DOUTORES ATRAÍDOS PARA O ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-
TAXA DE INVESTIMENTO FINANCEIRO VOLTADAS PARA APLS	FÓRMULA: IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= VALOR INVESTIDO EM DESENVOLVIMENTO DAS APLS NO ESTADO DO TOCANTINS EM MOMENTO ATUAL Y= VALOR INVESTIDO EM DESENVOLVIMENTO DAS APLS NO ESTADO DO TOCANTINS EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE PESQUISAS VOLTADAS PARA APLS NO ESTADO DO TOCANTINS EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE PESQUISAS VOLTADAS PARA APLS NO ESTADO DO TOCANTINS EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE PESQUISAS VOLTADAS PARA APLS NO ESTADO DO TOCANTINS EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-
TAXA DE INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA INSTALADAS	FÓRMULA: IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE EMPRESAS BASE TECNOLÓGICA EXISTENTES NO ESTADO EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA EXISTENTES NO ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE EMPRESAS BASE TECNOLÓGICA EXISTENTES NO ESTADO EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) NÚMERO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA EXISTENTES NO ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA EXISTENTES NO ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-
TAXA DE PESQUISAS REALIZADAS NO ESTADO DO TOCANTINS	FÓRMULA: IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE PESQUISAS REALIZADAS EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE PESQUISAS REALIZADAS EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE PESQUISAS REALIZADAS NO ESTADO EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE PESQUISAS REALIZADAS NO ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE PESQUISAS REALIZADAS NO ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-
TAXA DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA APOIADAS NO ESTADO	FÓRMULA: IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE EMPRESAS BASE TECNOLÓGICA APOIADAS NO ESTADO EM MOMENTO ATUAL	-	-	-

TAXA DE PESSOAS QUALIFICADAS EM SERVIÇOS DE BASE TECNOLÓGICA	Y= NÚMERO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA APOIADAS NO ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE EMPRESAS BASE TECNOLÓGICA APOIADAS NO ESTADO EM MOMENTO ATUAL EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) NÚMERO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA APOIADAS NO ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA APOIADAS NO ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100. FÓRMULA: IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE PESSOAS QUALIFICADAS EM SERVIÇO DE BASE TECNOLÓGICA NO ESTADO DO TOCANTINS EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE PESSOAS QUALIFICADAS EM SERVIÇO DE BASE TECNOLÓGICA NO ESTADO DO TOCANTINS EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE PESSOAS QUALIFICADAS EM SERVIÇO DE BASE TECNOLÓGICA NO ESTADO DO TOCANTINS EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) NÚMERO DE PESSOAS QUALIFICADAS EM SERVIÇO DE BASE TECNOLÓGICA NO ESTADO DO TOCANTINS EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE PESSOAS QUALIFICADAS EM SERVIÇO DE BASE TECNOLÓGICA NO ESTADO DO TOCANTINS EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-
TAXA ANUAL DE IMPLANTAÇÃO DE LABORATÓRIOS NAS INSTITUIÇÕES DE CIÊNCIA, TECNOLOG	FÓRMULA: IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE LABORATÓRIOS IMPLANTADOS NAS INSTITUIÇÕES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE LABORATÓRIOS IMPLANTADOS NAS INSTITUIÇÕES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE LABORATÓRIOS EXISTENTES NAS INSTITUIÇÕES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) NÚMERO DE LABORATÓRIOS EXISTENTES NAS INSTITUIÇÕES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE LABORATÓRIOS EXISTENTES NAS INSTITUIÇÕES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3203	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS ESTRUTURANTES.	5.546.132,00	32.733,28	0,59	UNIDADE	4	0	0,00
3238	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS VOCACIONAIS TECNOLÓGICOS.	364.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	2	0	0,00
3239	IMPLANTAÇÃO DE PARQUES TECNOLÓGICOS.	47.500,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4200	FOMENTO AO CENTRO DE PESQUISA – UNITINSAGRO.	12.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4201	INCENTIVO FINANCEIRO AS EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA.	556.708,00	0,00	0,00	UNIDADE	5	0	0,00
4202	FOMENTO A PROJETOS DE PESQUISA CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS.	2.068.232,00	171.268,52	8,28	UNIDADE	8	3	37,50
4204	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS.	11.250,00	0,00	0,00	UNIDADE	5	0	0,00
TOTAL		**8.605.822,00**	**204.001,80**	**2,37**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia.

QUADRO 218 – FINALÍSTICO – 0126

PROGRAMA – TOCANTINS DIGITAL	
Objetivo:	PROMOVER A UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO COMO MECANISMO DE INCLUSÃO SOCIAL E DIGITAL DA POPULAÇÃO TOCANTINENSE.
Justificativa:	A ATENÇÃO À DIRETRIZ DO GOVERNO FEDERAL DE QUE NÃO HÁ DESENVOLVIMENTO SEM INCLUSÃO SOCIAL, LEVOU O GOVERNO DO ESTADO A LANÇAR PROGRAMAS E AÇÕES QUE TÊM COMO OBJETIVO COMUM OFERECER ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, E AO ACERVO DE INFORMAÇÕES E CONHECIMENTOS, CONTRIBUINDO PARA A INCLUSÃO SOCIAL DOS CIDADÃOS TOCANTINENSES. VISA TAMBÉM PROMOVER A GESTÃO DE RECURSOS LOGÍSTICO E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, DEMOCRATIZANDO O ACESSO, MELHORANDO A QUALIDADE DE VIDA E PROPICIANDO O CONTROLE SOCIAL DO ESTADO E CONTRIBUINDO PARA A MELHORIA DA EDUCAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS.

Estratégia:	A IMPLEMENTAÇÃO DESTE PROGRAMA SE DARÁ A PARTIR DA SINERGIA ENTRE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, PRIVADAS E SOCIEDADE CIVIL, COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA QUE POSSIBILITE O ACESSO, VIA BANDA LARGA, ÀS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO. SERÁ FOMENTADA A OFERTA DE PRODUTOS E SERVIÇOS POR MEIO DA INTERNET E DAS MÍDIAS INSTALADAS EM PONTOS PÚBLICOS A SEREM IMPLANTADOS NOS DIVERSAS CIDADES DO ESTADO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE USUÁRIOS CONTEMPLADOS COM ACESSO À INTERNET	IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS PELAS REDES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS DE ALTA VELOCIDADE EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS PELAS REDES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS DE ALTA VELOCIDADE EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELAS REDES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS DE ALTA VELOCIDADE EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELAS REDES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS DE ALTA VELOCIDADE EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELAS REDES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS DE ALTA VELOCIDADE EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-
TAXA DE IMPLANTAÇÃO DE PONTOS PÚBLICOS PARA ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	IC= TAXA DE CRESCIMENTO X= NÚMERO DE PONTOS PÚBLICOS IMPLANTADOS PARA ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM MOMENTO ATUAL Y= NÚMERO DE PONTOS PÚBLICOS IMPLANTADOS PARA ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM MOMENTO ANTERIOR IC= (X ¿ Y / Y) X 100 NÚMERO DE PONTOS PÚBLICOS IMPLANTADOS PARA ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM MOMENTO ATUAL MENOS (-) O NÚMERO DE PONTOS PÚBLICOS IMPLANTADOS PARA ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM MOMENTO ANTERIOR. O RESULTADO DA SUBTRAÇÃO É DIVIDIDO (/) PELO NÚMERO DE PONTOS PÚBLICOS IMPLANTADOS PARA ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM MOMENTO ANTERIOR MULTIPLICADO (X) POR 100.	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3241	IMPLANTAÇÃO DA CIDADE DIGITAL.	74.600,00	13.738,11	18,42	UNIDADE	1	0	0,00
3242	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS POPULARES DE INCLUSÃO DIGITAL E INFORMAÇÃO.	852.670,00	0,00	0,00	UNIDADE	21	0	0,00
TOTAL		**927.270,00**	**13.738,11**	**1,48**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
38.122.242,00	19.216.463,23	50,41	18.905.778,77

3.2.3.13 FUNDO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO - FUNCASE

O Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo – FUNCASE tem como missão assegurar a captação de recursos para garantir a continuidade efetiva da política de capacitação, promovendo a implantação e

manutenção do Sistema de Capacitação Funcional dos Servidores do Poder Executivo – SICAP em virtude da necessidade de melhoria da qualidade de atendimento aos usuários dos serviços públicos.

As atribuições do Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa de Apoio Administrativo e no Programa de Gestão de Políticas Públicas – Modernização da gestão pública. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 869.491,00**, com execução de **56,89%,** ou seja, **R$ 494.629,05**, como demonstrado nos itens a seguir.

QUADRO 219 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	329.924,00	284.771,52	86,31	45.152,48
Manutenção de Serviços de Transportes	12.300,00	282,77	2,30	12.017,23
Ações de Informática	93.500,00	50.616,08	54,13	42.883,92
TOTAL	**435.724,00**	**335.670,37**	**77,04**	**100.053,63**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo.

QUADRO 220 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0055

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO DA GESTÂO PÚBLICA

Objetivo:	BUSCAR O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO SERVIDOR E SOCIEDADE ATREAVÉS DA GESTÃO INSTITUCIONAL, DE LOGÍSTICA E DE RECURSOS HUMANOS.
Justificativa:	NO DIAGNÓSTICO ELABORADO POR OCASIÃO DOS ENCONTROS REGIONAIS REALIZADOS NO ESTADO, FORAM IDENTIFICADOS, DENTRE OUTROS, PROBLEMAS DE DEFICIÊNCIA GERENCIAL, AUSÊNCIA DO SETOR PÚBLICO, CENTRALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E BUROCRACIA. NA BUSCA DE SOLUÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DESSES PROBLEMAS, FOI CONCEBIDO O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA, SOB A ÓTICA DA MODERNA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÉGIDE DA VONTADE POLÍTICA DO GOVERNO ESTADUAL, SURGINDO COM ISSO A NECESSIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM NOVO MODELO GERENCIAL VOLTADO PARA O CUMPRIMENTO DE METAS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS, TENDO COMO PRINCÍPIOS BÁSICOS A GESTÃO PARTICIPATIVA, A GERÊNCIA DE PROCESSOS, A TRANSPARÊNCIA, A MELHORIA CONTÍNUA DOS SERVIÇOS E A GARANTIA DA SATISFAÇÃO DO CIDADÃO. O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA APRESENTA COMO CONDICIONANTES FAVORÁVEIS À SUA IMPLEMENTAÇÃO, DENTRE OUTROS, A FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA ENTRE O ESTADO DO TOCANTINS E O GOVERNO FEDERAL, NO TOCANTE À IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DO PORTE DO PNAGE - PROGRAMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO DOS ESTADOS E DO GESPÚBLICA - PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA E DESBUROCRATIZAÇÃO, AMBOS VOLTADOS PARA A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E CONSEQUENTEMENTE, PARA A EXCELÊNCIA DA PERFORMANCE DA MÁQUINA PÚBLICA. A NÃO-PRIORIZAÇÃO DO PROGRAMA PROPOSTO E SUAS AÇÕES ESTRUTURANTES PODERÁ ACARRETAR EM CONSEQÜÊNCIAS IMPREVISÍVEIS QUANTO À VIDA ÚTIL DOS SISTEMAS DESATUALIZADOS QUE ORA OPERAMOS E, EM FACE DA MODERNIZAÇÃO PREVISTA PARA O ESTADO, EM ENTRAVES E DANOS SIGNIFICATIVOS PARA AS AÇÕES FINALÍSTICAS EXECUTADAS PELOS DEMAIS ÓRGÃOS E UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, DEPENDENTES DIRETAMENTE DA EFICIÊNCIA DA ATIVIDADE-MEIO PARA O ALCANCE DOS SEUS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS.
Estratégia:	APERFEIÇOAMENTO E MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS, DOS MODELOS E SISTEMAS DE GESTÃO, DOS SISTEMAS DE PESSOAL E DE PATRIMÔNIO, BEM COMO O APRIMORAMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS PARA O EXERCÍCIO DE UMA FUNÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE, REGIDA PELOS PRINCÍPIOS DA TRANSPARÊNCIA, RESPONSABILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO, FORMATANDO ASSIM UMA GESTÃO PÚBLICA ORIENTADA PARA RESULTADOS E PARA O CIDADÃO, ATRAVÉS DE PARCERIAS COM A SEPLAN, SEFAZ E OUTROS ÓRGÃOS DE GESTÃO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	(TOTAL DE CIDADÃOS SATISFEITOS / TOTAL DE CIDADÃOS ATENDIDOS) * 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4094	CAPACITAÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO TOCANTINS.	433.767,00	158.958,68	36,65	UNIDADE	3.300	2.013	61,00
TOTAL		433.767,00	158.958,68	36,65	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Capacitação dos Servidores do Poder Executivo.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
869.491,00	494.629,05	56,89	374.861,95

3.2.3.14 FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO TOCANTINS

O Fundo de Previdência do Estado do Tocantins foi instituído pela Lei Complementar n.º 36, de 28 de novembro de 2003, destinado:

I - à captação e aplicação dos recursos financeiros necessários ao implemento do Regime Próprio de Previdência Social do Tocantins - RPPS - TO;

II - ao pagamento dos benefícios previdenciários do RPPS;

III - a atender aos gastos de custeio e de capital do IPETINS;

IV - à compensação financeira entre os diversos regimes de previdência social;

V - à restituição, quando ordenada, de contribuições previdenciárias arrecadadas na vigência desta Lei.

As atribuições do Fundo de Previdência do Estado do Tocantins foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos programas – Apoio Administrativo, Previdência Social e Serviço ao Estado. Para estes programas foram destinados recursos da ordem de **R$ 365.105.373,00**, com execução de **35,65%**, ou seja, de **R$ 130.165.797,38**, conforme demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 221 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	4.425.000,00	1.343.887,57	30,37	3.081.112,43

Manutenção de Serviços de Transportes	305.000,00	38.734,21	12,70	266.265,79
Manutenção de Recursos Humanos	3.110.000,00	2.533.043,53	81,45	576.956,47
Ações de Informática	2.780.000,00	617.823,78	22,22	2.162.176,22
TOTAL	**10.620.000,00**	**4.533.489,09**	**42,69**	**6.086.510,91**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Previdência do Estado do Tocantins.

QUADRO 222 - PREVIDÊNCIA SOCIAL - 0196

Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários a servidores estaduais inativos e pensionistas e seus dependentes.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Reserva Financeira para o Regime Próprio de Previdência Social	187.005.153,00	0,00	0,00	187.005.153,00
Pagamento de Benefícios pelo Regime Próprio de Previdência Social	163.480.220,00	122.018.677,60	74,64	41.461.542,40
TOTAL	**350.485.373,00**	**122.018.677,60**	**34,81**	**228.466.695,40**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Previdência do Estado do Tocantins.

QUADRO 223 - SERVIÇO AO ESTADO - 0039

PROGRAMA - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

Objetivo:	OFERECER INFRA-ESTRUTURA PARA PROPORCIONAR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO AOS SERVIDORES PÚBLICOS; OFERECER MELHOR ATENDIMENTO E MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA À POPULAÇÃO.
Justificativa:	CONSTRUÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO E MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO.
Estratégia:	PROGRAMA PREVIAMENTE IMPLANTADO, EXECUÇÃO DE MANEIRA DIRETA ATRAVÉS DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS, LAUDOS, EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÕES, REFORMAS E MANUTENÇÕES DAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS E PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE METROS QUADRADOS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS CONSTRUÍDOS	NÚMERO DE METROS QUADRADOS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS CONSTRUÍDOS	23.818,75	2009	19.695,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3246	CONSTRUÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DA UNIDADE GESTORA DO RPPS-TO.	4.000.000,00	3.613.630,69	90,34	m²	2.818	2.546,05	90,35
TOTAL		**4.000.000,00**	**3.613.630,69**	**90,34**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Previdência do Estado do Tocantins.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
365.105.373,00	130.165.797,38	35,65	234.939.575,62

3.2.3.15 FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE - FUNSAÚDE

O FUNSAÚDE, por intermédio da Secretaria da Administração, tem como missão garantir aos segurados e dependentes a assistência à saúde, por meio dos serviços de medicina preventiva e curativa e serviços odontológicos.

As atribuições do Fundo de Assistência à Saúde foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos Programas de Apoio Administrativo e de Gestão de Políticas Públicas - Modernização da Gestão Pública. Para estas ações foram autorizados recursos da ordem de **R$ 101.737.000,00**, com execução de **98,64%,** ou seja, **R$ 100.354.234,62**, como demonstrado nos quadros a seguir.

QUADRO 224 - APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	8.485.500,00	8.358.189,44	98,50	127.310,56
Manutenção de Serviços de Transportes	27.000,00	11.435,39	42,35	15.564,61
Manutenção de Recursos Humanos	1.443.000,00	1.353.633,99	93,81	89.366,01
Ações de Informática	134.400,00	101.217,70	75,31	33.182,30
TOTAL	**10.089.900,00**	**9.824.476,52**	**97,37**	**265.423,48**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins.

QUADRO 225 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0055

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO DA GESTÂO PÚBLICA	
Objetivo:	BUSCAR O APERFEIÇOAMENTO DA COORDENAÇÃO, GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES VOLTADAS À GESTÃO INSTITUCIONAL, DA LOGÍSTICA E DOS RECURSOS HUMANOS, PROMOVENDO A MELHORIA NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL.
Justificativa:	NO DIAGNÓSTICO ELABORADO POR OCASIÃO DOS ENCONTROS REGIONAIS REALIZADOS NO ESTADO, FORAM IDENTIFICADOS, DENTRE OUTROS, PROBLEMAS DE DEFICIÊNCIA GERENCIAL, AUSÊNCIA DO SETOR PÚBLICO, CENTRALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E BUROCRACIA. NA BUSCA DE SOLUÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DESSES PROBLEMAS, FOI CONCEBIDO O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA, SOB A ÓTICA DA MODERNA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÉGIDE DA VONTADE POLÍTICA DO GOVERNO ESTADUAL, SURGINDO COM ISSO A NECESSIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM NOVO MODELO GERENCIAL VOLTADO PARA O CUMPRIMENTO DE METAS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS, TENDO COMO PRINCÍPIOS BÁSICOS A GESTÃO PARTICIPATIVA, A GERÊNCIA DE PROCESSOS, A TRANSPARÊNCIA, A MELHORIA CONTÍNUA DOS SERVIÇOS E A GARANTIA DA SATISFAÇÃO DO CIDADÃO. O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA APRESENTA COMO CONDICIONANTES FAVORÁVEIS À SUA IMPLEMENTAÇÃO, DENTRE OUTROS, A FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA ENTRE O ESTADO DO TOCANTINS E O GOVERNO FEDERAL, NO TOCANTE À IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DO PORTE DO PNAGE - PROGRAMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO DOS ESTADOS E DO GESPÚBLICA - PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA E DESBUROCRATIZAÇÃO, AMBOS VOLTADOS PARA A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E CONSEQUENTEMENTE, PARA A EXCELÊNCIA DA PERFORMANCE DA MÁQUINA PÚBLICA. A NÃO-PRIORIZAÇÃO DO PROGRAMA PROPOSTO E SUAS AÇÕES ESTRUTURANTES PODERÁ ACARRETAR EM CONSEQÜÊNCIAS IMPREVISÍVEIS QUANTO À VIDA ÚTIL DOS SISTEMAS DESATUALIZADOS QUE ORA OPERAMOS E, EM FACE DA MODERNIZAÇÃO PREVISTA PARA O ESTADO, EM ENTRAVES E DANOS SIGNIFICATIVOS PARA AS AÇÕES FINALÍSTICAS EXECUTADAS PELOS DEMAIS ÓRGÃOS E UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, DEPENDENTES DIRETAMENTE DA EFICIÊNCIA DA ATIVIDADE-MEIO PARA O ALCANCE DOS SEUS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS.
Estratégia:	APERFEIÇOAMENTO E MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS, DOS MODELOS E SISTEMAS DE GESTÃO, DOS SISTEMAS DE PESSOAL E DE PATRIMÔNIO, BEM COMO O APRIMORAMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS PARA O EXERCÍCIO DE UMA FUNÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE, REGIDA PELOS PRINCÍPIOS DA TRANSPARÊNCIA, RESPONSABILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO, FORMATANDO ASSIM UMA GESTÃO PÚBLICA ORIENTADA PARA RESULTADOS E PARA O CIDADÃO, ATRAVÉS DE PARCERIAS COM A SEPLAN, SEFAZ E

	OUTROS ÓRGÃOS DE GESTÃO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	(TOTAL DE CIDADÃOS SATISFEITOS / TOTAL DE CIDADÃOS ATENDIDOS) * 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3225	CONSTRUÇÃO DA SEDE DO PLANSAÚDE.	0,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	50	0	0,00
4093	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO TOCANTINS.	91.647.100,00	90.529.758,10	98,78	UNIDADE	1.440.000	1.809.979	125,69
4282	RESERVA DE SEGURANÇA	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-
TOTAL		**91.647.100,00**	**90.529.758,10**	**98,78**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
101.737.000,00	100.354.234,62	98,64	1.382.765,38

3.2.3.16 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - FUNGESP

O Fundo de Modernização da Gestão Pública – FUNGESP foi instituído pela Lei n.° 1.594, de 04 de julho de 2.005.

O FUNGESP tem como missão assegurar a realização de projetos que visem a modernização da gestão pública com a realização de projetos; aquisição, desenvolvimento, criação e aplicação de novas tecnologias e metodologias voltadas para a modernização administrativa; melhoria tecnológica na área de administração de Recursos Humanos; ampliação do acervo da biblioteca dos servidores públicos estaduais e realização de outras atividades relacionadas à melhoria da gestão pública.

As atribuições do Fundo de Modernização da Gestão Pública foram desenvolvidas por meio das ações estruturadas no Programa de Gestão de Políticas Públicas - Modernização da Gestão Pública. Para essas ações foram autorizados recursos da ordem de **R$ 8.740.000,00**, com execução de **49,78%**, ou seja, de **R$ 4.350.454,04,** como demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 226 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0055

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO DA GESTÂO PÚBLICA	
Objetivo:	BUSCAR O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO SERVIDOR E SOCIEDADE ATREAVÉS DA GESTÃO INSTITUCIONAL, DE LOGÍSTICA E DE RECURSOS HUMANOS.
Justificativa:	NO DIAGNÓSTICO ELABORADO POR OCASIÃO DOS ENCONTROS REGIONAIS REALIZADOS NO ESTADO, FORAM IDENTIFICADOS, DENTRE OUTROS, PROBLEMAS DE DEFICIÊNCIA GERENCIAL, AUSÊNCIA DO SETOR PÚBLICO, CENTRALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E BUROCRACIA. NA BUSCA DE SOLUÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO

	DESSES PROBLEMAS, FOI CONCEBIDO O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA, SOB A ÓTICA DA MODERNA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÉGIDE DA VONTADE POLÍTICA DO GOVERNO ESTADUAL, SURGINDO COM ISSO A NECESSIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM NOVO MODELO GERENCIAL VOLTADO PARA O CUMPRIMENTO DE METAS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS, TENDO COMO PRINCÍPIOS BÁSICOS A GESTÃO PARTICIPATIVA, A GERÊNCIA DE PROCESSOS, A TRANSPARÊNCIA, A MELHORIA CONTÍNUA DOS SERVIÇOS E A GARANTIA DA SATISFAÇÃO DO CIDADÃO. O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA APRESENTA COMO CONDICIONANTES FAVORÁVEIS À SUA IMPLEMENTAÇÃO, DENTRE OUTROS, A FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA ENTRE O ESTADO DO TOCANTINS E O GOVERNO FEDERAL, NO TOCANTE À IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DO PORTE DO PNAGE - PROGRAMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO DOS ESTADOS E DO GESPÚBLICA - PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA E DESBUROCRATIZAÇÃO, AMBOS VOLTADOS PARA A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E CONSEQUENTEMENTE, PARA A EXCELÊNCIA DA PERFORMANCE DA MÁQUINA PÚBLICA. A NÃO-PRIORIZAÇÃO DO PROGRAMA PROPOSTO E SUAS AÇÕES ESTRUTURANTES PODERÁ ACARRETAR EM CONSEQÜÊNCIAS IMPREVISÍVEIS QUANTO À VIDA ÚTIL DOS SISTEMAS DESATUALIZADOS QUE ORA OPERAMOS E, EM FACE DA MODERNIZAÇÃO PREVISTA PARA O ESTADO, EM ENTRAVES E DANOS SIGNIFICATIVOS PARA AS AÇÕES FINALÍSTICAS EXECUTADAS PELOS DEMAIS ÓRGÃOS E UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, DEPENDENTES DIRETAMENTE DA EFICIÊNCIA DA ATIVIDADE-MEIO PARA O ALCANCE DOS SEUS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS.
Estratégia:	APERFEIÇOAMENTO E MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS, DOS MODELOS E SISTEMAS DE GESTÃO, DOS SISTEMAS DE PESSOAL E DE PATRIMÔNIO, BEM COMO O APRIMORAMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS PARA O EXERCÍCIO DE UMA FUNÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE, REGIDA PELOS PRINCÍPIOS DA TRANSPARÊNCIA, RESPONSABILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO, FORMATANDO ASSIM UMA GESTÃO PÚBLICA ORIENTADA PARA RESULTADOS E PARA O CIDADÃO, ATRAVÉS DE PARCERIAS COM A SEPLAN, SEFAZ E OUTROS ÓRGÃOS DE GESTÃO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	(TOTAL DE CIDADÃOS SATISFEITOS / TOTAL DE CIDADÃOS ATENDIDOS) * 100	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3053	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA O PODER EXECUTIVO ESTADUAL.	7.000.000,00	4.207.281,65	60,10	UNIDADE	2	0	0,00
3054	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE CONSIGNAÇÃO.	120.000,00	83.812,22	69,84	PERCENTUAL	86	0	0,00
3224	MICROFILMAGEM E DIGITALIZAÇÃO DOS DOSSIÊS FUNCIONAIS E DOS PRONTUÁRIOS MÉDICOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO.	1.000.000,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	60	0	0,00
4095	APARELHAMENTO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECAD.	550.000,00	59.360,17	10,79	UNIDADE	8	1	12,50
4096	GESTÃO PATRIMONIAL.	70.000,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	28	0	0,00
TOTAL		**8.740.000,00**	**4.350.454,04**	**49,78**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2008 do Fundo de Modernização da Gestão Pública.

3.2.3.17 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO

O Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário – FUNSEFAZ foi instituído pela Lei n.° 1.387, de 9 de julho de 2003, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins n.° 1.472, de 10 de julho de 2003.

Tem como objetivo financiar o programa de Modernização da Administração Fiscal da Secretaria da Fazenda, com vistas a assegurar os resultados colimados e criar condições para promover sua efetividade. Este fundo é administrado pela própria SEFAZ.

As atribuições do Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa de Gestão de Políticas Públicas. Para este programa foram destinados recursos da ordem de **R$ 3.036.827,00** com execução de **R$ 753.931,15**, conforme demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 227 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0021

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRAÇÃO FISCAL	
Objetivo:	DOTAR A SECRETARIA DA FAZENDA DE CONDIÇÕES TÉCNICAS, TECNOLÓGICAS, INSTRUMENTAIS E DE INSTALAÇÕES, OBJETIVANDO O INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO, APRIMORANDO A EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA PARA O MELHOR ATENDER AO CIDADÃO.
Justificativa:	A SECRETARIA DA FAZENDA ESTÁ REALIZANDO ESFORÇOS NO SENTIDO DE APRIMORAR O PLANEJAMENTO, O QUE IRÁ PROPORCIONAR MAIOR AGILIDADE NA GESTÃO DE SUA ADMINISTRAÇÃO, BEM COMO MELHORAR O DESEMPENHO DOS SERVIDORES E A SEGURANÇA NO ACESSO AS INFORMAÇÕES, NECESSÁRIAS AO BOM ATENDIMENTO AO CIDADÃO, OBJETIVANDO O CONSTANTE CRESCIMENTO DA ARRECADAÇÃO.
Estratégia:	IMPLEMENTAR AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E COLOCÁ-LAS EM FUNCIONAMENTO; DOTAR AS DELEGACIAS, POSTOS FISCAIS E AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO E SEDE DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS NECESSÁRIOS PARA O SEU FUNCIONAMENTO; CONTRATAR CONSULTORIA PARA REDESENHAR PROCESSOS E DESENVOLVER SISTEMAS INTEGRADOS DE INFORMAÇÕES; INTERLIGAR AS UNIDADES DA SEFAZ; CONSTRUIR, REFORMAR, MANTER E MOBILIAR A SEDE E UNIDADES DA SEFAZ; FIRMAR CONVÊNIOS E PARCERIAS COM ÓRGÃOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS PARA IMPLEMENTAR AS AÇÕES DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL; TODAS AS AÇÕES SERÃO REALIZADAS DENTRO DAS NORMAS VIGENTES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ICMS AÇÃO FISCAL EM AUDITORIA DE EMPRESAS	-	6,76	2009	15
PARTICIPAÇÃO DO ICMS AÇÃO FISCAL DE MERCADORIAS TRÂNSITO	-	1,56	2009	5
VOLUME DE RECEITA TRIBUTÁRIA PARCELADA	(ESTOQUE DE VALORES PARCELADOS / RECEITA TRIBUTÁRIA ARRECADADA) X 100	38,67	2009	0
RECEITA TRIBUTÁRIA RECUPERADA	(RECEBIMENTO DE DÉBITOS VENCIDOS / ESTOQUE DE DÉBITOS VENCIDOS) X 100	2,37	2009	3
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	(QUANTIDADE DE SISTEMAS DESENVOLVIDOS E IMPLEMENTADOS / QUANTIDADE DE SISTEMAS PLANEJADOS) X 100	80	2009	100
PREVISÃO E REALIZAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA	(RECEITA REALIZADA / RECEITA ORÇADA) X 100	95,62	2009	98
ALCANCE DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	(QUANTIDADE DE SERVIDORES CAPACITADOS E TREINADOS/QUANTIDADE TOTAL DE SERVIDOR) X 100	52	2009	100
OMISSÃO IPVA	-	82,43	2009	5
RECEITA TRIBUTÁRIA SUSPENSA POR CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO	-	3,15	2009	100
QUANTIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE COBRANÇA	(QUANTIDADE TOTAL DAS AÇÕES DE COBRANÇA / QUANTIDADE TOTAL DE DÉBITOS VENCIDOS) X 100	90	2009	95

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3090	SISTEMATIZAÇÃO DE TRABALHO DE INTELIGÊNCIA E CONTRA-INTELIGÊNCIA DA SEFAZ.	100.000,00	0,00	0,00	PERCENTAGEM	15	0	0,00
4241	MODERNIZAÇÃO DA ESCOLA DE GESTÃO FAZENDÁRIA.	50.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4242	MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA SECRETARIA DA FAZENDA.	2.136.827,00	574.659,25	26,89	UNIDADE	361	406	112,47
4243	CAPACITAÇÃO CONTINUADA DE SERVIDORES.	600.000,00	171.416,20	28,57	UNIDADE	1.100	847	77,00
4244	SISTEMATIZAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO DA SEFAZ.	150.000,00	7.855,70	5,24	PERCENTAGEM	15	5,24	34,93
TOTAL		**3.036.827,00**	**753.931,15**	**24,83**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário – FUNSEFAZ.

3.2.3.18 FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

O Fundo Estadual de Saúde do Tocantins (FES/TO) foi instituído pela Lei n.º 429, de 28 de julho de 1992. Em 2004, após ampla discussão e com o apoio do Ministério da Saúde, foi revisado e submetido à Assembléia Legislativa um projeto de lei propondo sua alteração, tendo sido aprovado pela Lei n.º 1.508, de 18 de novembro de 2004, revogando-se a Lei n.º 429/1992. Sua missão consiste em viabilizar, desenvolver e garantir o cumprimento das Políticas de Saúde, através de ações individuais e coletivas de promoção, prevenção e recuperação da saúde visando à melhoria da qualidade de vida da população do Estado do Tocantins.

O Decreto n.° 2.405, de 26 de abril de 2005, dispõe sobre o Sistema de Transferência de Recursos Fundo a Fundo.

As atribuições do Fundo Estadual de Saúde foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas nos Programas de Apoio Administrativo, Finalísticos e Gestão de Política Públicas. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 658.722.565,00**, com execução de **R$ 606.424.871,73**, conforme demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 228 - APOIO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DA SAÚDE – SESAU - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	4.598.851,00	3.416.697,98	74,29	1.182.153,02
Manutenção de Serviços de Transportes	2.974.559,00	1.451.415,35	48,79	1.523.143,65
Manutenção de Recursos Humanos	319.322.446,00	319.108.498,41	99,93	213.947,59
Ações de Informática	765.859,00	329.332,61	43,00	436.526,39
TOTAL	**327.661.715,00**	**324.305.944,35**	**98,98**	**3.355.770,65**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual de Saúde.

QUADRO 229 - APOIO ADMINISTRATIVO DA FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL - FMT - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais – FMT	562.049,00	533.024,26	94,84	29.024,74
Manutenção de Serviços de Transportes – FMT	213.500,00	110.500,93	51,76	102.999,07
Manutenção de Recursos Humanos – FMT	2.399.182,00	2.398.668,92	99,98	513,08
Manutenção da Representação da Fundação de Medicina Tropical	15.101,00	9.666,72	64,01	5.434,28
Ações de Informática – FMT	185.500,00	26.694,00	14,39	158.806,00
TOTAL	**3.375.332,00**	**3.078.554,83**	**91,21**	**296.777,17**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual de Saúde.

QUADRO 230 - APOIO ADMINISTRATIVO DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DO TOCANTINS - ETSUS - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução dos programas.

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais – ETSUS	198.000,00	110.253,92	55,68	87.746,08
Manutenção de Serviços de Transportes – ETSUS	45.000,00	22.054,14	49,01	22.945,86
Manutenção de Recursos Humanos – ETSUS	2.004.774,00	1.960.128,58	97,77	44.645,42
Ações de Informática – ETSUS	45.000,00	19.906,60	44,24	25.093,40
TOTAL	**2.292.774,00**	**2.112.343,24**	**92,13**	**180.430,76**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual de Saúde.

QUADRO 231 – FINALÍSTICO - 0001

PROGRAMA - VIGILÂNCIA E PROTEÇÃO À SAÚDE

Objetivo:	FORTALECER O SISTEMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, DAS SECRETARIAS ESTADUAL E MUNICIPAIS DE SAÚDE, PARA REDUZIR A MORBIMORTALIDADE, BEM COMO OS FATORES DE RISCO ASSOCIADOS À SAÚDE.
Justificativa:	DEVIDO A INSUFICIÊNCIA DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA EM SAUDE, NÃO É POSSÍVEL TER O CONHECIMENTO OPORTUNO DOS EVENTOS DE RELEVÂNCIA PARA A SAÚDE E A TOMADA DE DECISÃO PARA O DESENCADEAMENTO DAS MEDIDAS DE INTERVENÇÃO NECESSÁRIAS, OCASIONANDO O SURGIMENTO DE EPIDEMIAS E/OU SURTOS QUE PODERIAM SER EVITADOS. PARA A SUA EFETIVAÇÃO EXISTEM INSTRUMENTOS DE GESTÃO (PLANO DIRETOR DE REGIONALIZAÇÃO - PDR E A PROGRAMAÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE (PAP-VS), DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS AOS MUNICÍPIOS E AO ESTADO DENTRE OUTROS. ENTRETANTO, A DEFICIÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS, A AUSÊNCIA DE REGIONAIS DE SAÚDE, A FALTA DE SENSIBILIZAÇÃO E DE CONHECIMENTOS POR PARTE DE ALGUNS PROFISSIONAIS E GESTORES, REPRESENTAM UMA GRANDE DIFICULDADE QUE PRECISA SER SUPERADA.
Estratégia:	DIRETA OU DESCENTRALIZADA, CABENDO À SESAU PRESTAR ASSESSORIA TÉCNICA, CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO EM SERVIÇO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E SUPERVISÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA DESENVOLVIDAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
% DE MUNICÍPIOS SUPERVISIONADOS, MONITORADOS E/OU COOPERADOS TECNICAMENTE	Nº DE MUNICÍPIOS SUPERVISIONADOS, MONITORADOS E/OU COOPERADOS/ TOTAL DE MUNICÍPIOS DO ESTADO X 100	100	31/12/2009	100
APOIO A DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA	NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM PLANO DE AÇÃO ELABORADO EM VISA / NÚMERO DE MUNICÍPIOS DO ESTADO X 100	56	31/12/2009	70
EXAMES REALIZADOS NO LACEN E LABORATÓRIO DE SAÚDE PÚBLICA DE ARAGUAÍNA	NÚMERO DE EXAMES REALIZADOS NO LACEN	85.968	31/12/2009	196.000
% DE INSPEÇÕES SANITÁRIAS REALIZADAS	Nº DE INSPEÇÕES+REINSPEÇÕES REALIZADAS/ Nº DE ESTABELECIMENTOS CADASTRADOS NO SINAVISA SUJEITOS À INSPEÇÃO SANITÁRIA PELA VISA ESTADUAL X 100	56	31/12/2009	70

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3063	CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS.	1.255.571,00	720.237,20	57,36	UNIDADE	4	2	50,00
4118	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIO E INSUMOS DAS VIGILÂNCIAS.	564.050,00	474.230,02	84,08	UNIDADE	194	330	170,10
4119	REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO PARA ATUAÇÃO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE.	1.922.108,00	1.310.604,90	68,19	UNIDADE	321	338	105,30
4120	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA E PROTEÇÃO À SAÚDE NOS MUNICÍPIOS E ESTADO.	4.544.080,00	3.976.172,44	87,50	UNIDADE	139	139	100,00

4121	AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O GERENCIAMENTO DO RISCO SANITÁRIO.	182.924,00	130.997,52	71,61	UNIDADE	610	586	96,07
4122	APOIO À DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA AO NÍVEL MUNICIPAL.	12.039,00	12.039,00	100,00	UNIDADE	139	79	56,83
4123	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO ESTADO.	433.664,00	340.822,29	78,59	UNIDADE	11	7	63,64
TOTAL		**8.914.436,00**	**6.965.103,37**	**78,13**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual de Saúde.

QUADRO 232 – FINALÍSTICO - 0002

PROGRAMA - SANGUE É VIDA	
Objetivo:	ASSEGURAR A QUALIDADE E AUTO-SUFICIÊNCIA EM SANGUE, COMPONENTES, E GARANTIR A ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DE DOENÇAS DE COAGULAÇÃO SANGUÍNEA E DE MÁ FORMAÇÃO DE HEMÁCEAS.
Justificativa:	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS AMBULATÓRIOS E LABORATÓRIOS DE COAGULOPATIAS E HEMATOLOGIA NO HEMOCENTRO COORDENADOR DE PALMAS E HEMOCENTRO REGIONAL DE ARAGUAÍNA PARA O ATENDIMENTO E DIAGNÓSTICO DE PACIENTES COM COMPLEXIDADES HEMATOLÓGICAS, PARA QUE ESTES TENHAM AMPARO NO PRÓPRIO ESTADO, POIS ESTES SE DESLOCAM PARA OUTRAS REGIÕES, SENDO QUE O ESTADO TEM POTENCIAL PARA SER UM CENTRO DE REFERÊNCIA. MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA HEMORREDE, EVITANDO A INSUFICIÊNCIA DE DOADORES DE SANGUE QUE PROVOCARIAM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA NA REDE HOSPITALAR, JÁ QUE COM A CONCLUSÃO DO HOSPITAL GERAL DE PALMAS E O AUMENTO DA COMPLEXIDADE HOSPITALAR A DEMANDA SE AMPLIARÁ, SENDO NECESSÁRIA UMA MAIOR MOBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO. ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES HEMOTERÁPICAS E DISPONIBILIDADE DE CAPACITAÇÕES AOS SERVIDORES.
Estratégia:	SERÁ DE FORMA DIRETA, OU SEJA, O HEMOCENTRO COORDENADOR ATRAVÉS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS E COMPRAS DIRETA COORDENARÃO AS UNIDADES BENEFICIADAS. ESTAS PARTICIPARÃO NO PLANEJAMENTO E ENCAMINHARÃO RELATÓRIOS MENSAIS DE PRODUÇÃO E DE ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES ATENDIDOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE FIDELIZAÇÃO DE DOADORES	NÚMERO DE DOADORES DE REPETIÇÃO / NÚMERO TOTAL DE DOADORES X 100	59,42	31/12/2009	70

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3064	ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DA HEMORREDE DO TOCANTINS.	226.834,00	112.460,98	49,58	UNIDADE	3	2	66,67
4124	MANUTENÇÃO DA HEMORREDE DO TOCANTINS.	1.018.882,00	775.775,21	76,14	UNIDADE	15	15	100,00
4125	CAPTAÇÃO DE DOADORES VOLUNTÁRIOS DE SANGUE E MEDULA ÓSSEA.	60.987,00	12.127,50	19,89	PERCENTUAL	120	48	40,00
4126	QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DA HEMORREDE DO TOCANTINS.	78.628,00	46.189,67	58,74	UNIDADE	15	15	100,00
4127	MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA HEMORREDE DO TOCANTINS.	893.768,00	239.210,39	26,76	UNIDADE	15	15	100,00
4128	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA HEMOREDE DO TOCANTINS.	91.700,00	41.139,47	44,86	PERCENTUAL	30	40	133,33
TOTAL		**2.370.799,00**	**1.226.903,22**	**51,75**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual de Saúde.

QUADRO 233 – FINALÍSTICO - 0003

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO DE ENSINO EM MEDICINA TROPICAL	
Objetivo:	CRIAR INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ENSINO NO ÂMBITO DA SAÚDE. PROPORCIONAR ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO, CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÕES PERIÓDICAS, DE MANEIRA INTEGRADA COM DIVERSOS SETORES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E DEMAIS CENTROS DE PESQUISAS, BUSCANDO A RESOLUÇÃO DE SEUS PROBLEMAS E NECESSIDADES. FORMAR CAPITAL INTELECTUAL COM VISÃO CRÍTICA PARA APOIO A GESTÃO E A ATIVIDADES FINS.
Justificativa:	NECESSIDADE DE INFRA-ESTRUTURA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ENSINO EM MEDICINA TROPICAL, DEVIDO À DIFICULDADE DE ACESSO AOS CENTROS FORMADORES E ELEVADO CUSTO RELACIONADO QUANTO À IMPORTAÇÃO DE CURSOS. CARÊNCIA DE PROFISSIONAIS COM TITULAÇÃO E/OU CAPACITAÇÃO QUE POSSAM ATUAR NA PESQUISA, ENSINO E SERVIÇOS, COM VISÃO CRÍTICA PARA DETECÇÃO E RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS REGIONAIS. DIFICULDADE DE CONTRATAÇÃO E FIXAÇÃO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA POR QUESTÕES REGIONAIS E OU FINANCEIRAS.
Estratégia:	ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO, VIABILIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS OBRAS, IMPLANTAÇÃO ATRAVÉS DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS NECESSÁRIOS E ADAPTAÇÃO PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO. CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS POR MEIO DE PARCERIAS, INTERCÂMBIOS, CONVÊNIOS, ESTÁGIOS E OUTROS.

Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA	SOMATÓRIA DAS TAXAS DE CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO. ____X100 NÚMERO DE TAXAS	-	-	-
ÍNDICE DE GESTÃO DO ENSINO	SOMATÓRIA DAS TAXAS DE FORMAÇÃO DE CAPITAL INTELECTUAL, CAPACITAÇÃO PARA PROFISSIONAIS EM SAÚDE E DESENVOLVIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO. ____X100 NÚMERO DE TAXA	128	31/12/2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3020	COMPLEXO DE ENSINO CONSTRUÍDO.	10.000,00	0,00	0,00	PORCENTAGEM	20	0	0,00
4070	CAPACITAÇÃO PARA PROFISSIONAIS EM SAÚDE.	514.820,00	179.949,65	34,95	UNIDADE	180	594	330,00
4071	DESENVOLVIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE MEDICINA TROPICAL.	351.144,00	95.462,01	27,19	UNIDADE	20	5	25,00
TOTAL		**875.964,00**	**275.411,66**	**31,44**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual de Saúde.

QUADRO 234 – FINALÍSTICO - 0004

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA EM MEDICINA TROPICAL	
Objetivo:	CRIAR INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA. PROMOVER O CONHECIMENTO, A INVESTIGAÇÃO E A DETECÇÃO DOS FATORES DETERMINANTES E CONDICIONANTES DA SAÚDE INDIVIDUAL E COLETIVA. DESENVOLVER E APRIMORAR METODOLOGIAS, ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES QUE VISEM A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO, TRATAMENTO E CONTROLE DAS DOENÇAS E AGRAVOS. INTEGRAR AS ATIVIDADES DE PESQUISA COM A PÓS-GRADUAÇÃO E DEMAIS CAPACITAÇÕES DO PROGRAMA DE ENSINO, NO PROCESSO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA. FORMAR E FORTALECER GRUPOS DE PESQUISADORES QUE DESENVOLVAM LINHAS DE INVESTIGAÇÃO LOCAIS E/OU MULTICÊNTRICAS PARA ATENDER NECESSIDADES EM SAÚDE. PRODUZIR MATERIAIS E INSUMOS A PARTIR DE RECURSOS NATURAIS REGIONAIS DE FORMA SUSTENTÁVEL. REALIZAR VISITAS TÉCNICAS DE/E PARA OUTRAS INSTITUIÇÕES COM A FINALIDADE DE INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, VISANDO À IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE PESQUISA.
Justificativa:	NECESSIDADE DE INFRAESTRUTURA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA EM MEDICINA TROPICAL REGIONAL. NECESSIDADE DE CARACTERIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES DETERMINANTES E CONDICIONANTES NA SAÚDE INDIVIDUAL E COLETIVA. MELHOR APROVEITAMENTO DA BIODIVERSIDADE DA REGIÃO. APOIO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE OFERECIDOS À POPULAÇÃO NA BUSCA DE MAIOR EFETIVIDADE E QUALIDADE. NECESSIDADE DE FORMAR E FORTALECER GRUPOS DE PESQUISADORES QUE DESENVOLVAM LINHAS DE INVESTIGAÇÃO LOCAIS E/OU MULTICÊNTRICAS. NECESSIDADE DE TROCA DE EXPERIÊNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS ENTRE INSTITUIÇÕES DE PESQUISA.
Estratégia:	ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO, VIABILIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS, IMPLANTAÇÃO DAS ESTRUTURAS LABORATORIAIS ATRAVÉS DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS NECESSÁRIOS E ADAPTAÇÃO PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO. REALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS, INTERCÂMBIOS E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS. FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE PESQUISA. ADEQUAÇÃO DAS METODOLOGIAS NECESSÁRIAS PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA EM MEDICINA TROPICAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA	SOMATÓRIA DAS TAXAS DE CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÕES E INSTALAÇÕES ESPECIAIS. _____X 100 NÚMERO DE TAXAS	63	31/12/2007	100
ÍNDICE DE GESTÃO DA PESQUISA	SOMATÓRIA DAS TAXAS DE REALIZAÇÃO DE PESQUISA E EXPANSÃO INTERINSTITUCIONAL. _____X100 NÚMERO DE TAXAS	100	31/12/2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3102	CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO DE PESQUISA EM MEDICINA TROPICAL.	40.000,00	0,00	0,00	PORCENTAGEM	5	0	0,00
3226	IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO DE	20.000,00	0,00	0,00	PORCENTA	5	0	0,00

	PESQUISA EM MEDICINA TROPICAL.				GEM			
3227	ADEQUAÇÕES E INSTALAÇÕES ESPECIAIS.	0,00	0,00	0,00	PORCENTAGEM	10	0	0,00
4072	EXPANSÃO INTERINSTITUCIONAL.	94.150,00	36.344,05	38,60	UNIDADE	20	20	100,00
4073	REALIZAÇÃO DE PESQUISA EM MEDICINA TROPICAL.	339.000,00	82.845,77	24,44	UNIDADE	10	6	60,00
TOTAL		**493.150,00**	**119.189,82**	**24,17**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual de Saúde.

QUADRO 235 – FINALÍSTICO - 0005

PROGRAMA - INFORMAÇÃO EM SAÚDE	
Objetivo:	CRIAR INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE; PROPORCIONAR ECONOMICIDADE E QUALIDADE AO TRABALHO DA FMT, PELA CRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS FACILITADORAS DE PROCESSOS NA ÁREA DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA; PROMOVER O DESENVOLVIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA REGIÃO PELA DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS, ATUALIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE POR MEIO DE CONGRESSOS, FÓRUNS E SEMINÁRIOS, GARANTINDO A RETROALIMENTAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE E INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA; APOIAR E DIVULGAR AÇÕES DE PESQUISA E ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE NACIONAIS, INTERNACIONAIS E OUTROS SETORES DA SOCIEDADE; ASSIM COMO INSTRUMENTAR, CAPACITAR, DESENVOLVER E FORTALECER O CORPO TÉCNICO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE; AVALIAR COM OS DEMAIS SETORES SOCIAIS E INSTITUCIONAIS OS PROGRAMAS, AÇÕES, TECNOLOGIAS E SITUAÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO TOCANTINENSE.
Justificativa:	NECESSIDADE DE INFRA-ESTRUTURA PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE. NECESSIDADE DE CRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS FACILITADORAS DE PROCESSOS NA ÁREA DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA; DE DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS, ATUALIÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE POR MEIO DE CONGRESSOS, FORUNS E SEMINARIOS; DE RETROALIMENTAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE E INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA; DE APOIO E DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DE PESQUISA E ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE NACIONAIS, INTERNACIONAIS E OUTROS SETORES DA SOCIEDADE; ASSIM COMO DE INSTRUMENTAÇÃO, CAPACITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DO CORPO TÉCNICO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE.
Estratégia:	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS, LICITAÇÃO PARA VIABILIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS OBRAS. IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO ATRAVÉS DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS, REALIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS, ATUALIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE POR MEIO DE CONGRESSOS, FÓRUNS E SEMINÁRIOS; RETROALIMENTAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE E INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA; APOIO E DIVULGAÇÃO (BOLETINS TÉCNICO-CIENTÍFICO, BOLETINS COMUNITÁRIOS, VÍDEOS, PERIÓDICOS, LIVROS, REVISTAS) DAS AÇÕES DE PESQUISA E ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE NACIONAIS, INTERNACIONAIS E OUTROS SETORES DA SOCIEDADE; ASSIM COMO INSTRUMENTAÇÃO, CAPACITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DO CORPO TÉCNICO DA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA	SOMATÓRIA DAS TAXAS DE CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO. _____X 100 NÚMERO DE TAXAS	33	31/12/2007	100
ÍNDICE DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE	SOMATÓRIA DAS TAXAS DE TRATAMENTO DE INFROMAÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS E CULTURAIS NA ÁREA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE. ____X100 NÚMERO DE TAXAS	100	31/12/2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3021	CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO DE INFORMAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA FMT.	591.000,00	0,00	0,00	PORCENTAGEM	10	0	0,00
3022	IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO DE INFORMAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA FMT.	62.000,00	0,00	0,00	PORCENTAGEM	10	0	0,00
4074	PROMOÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS E CULTURAIS NO ÂMBITO DA SAÚDE.	31.000,00	3.900,00	12,58	UNIDADE	1	0	0,00
4075	TRATAMENTO DE INFORMAÇÃO.	37.000,00	23.646,00	63,91	UNIDADE	4	3	75,00
4429	MANUTENÇÃO DO COMPLEXO DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE.	2.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
TOTAL		**723.000,00**	**27.546,00**	**3,81**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual de Saúde.

QUADRO 236 – FINALÍSTICO - 0024

PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO TÉCNICO EM SAÚDE	
Objetivo:	PROMOVER A QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM NÍVEL BÁSICO, TÉCNICO E PÓS-TÉCNICO.
Justificativa:	AS MUDANÇAS DA CONFIGURAÇÃO POLÍTICA DO SETOR SAÚDE (PACTO DA SAÚDE) EXIGEM CLARAMENTE NO QUE SE REFERE ÀS NECESSIDADES DE OFERTA E DE QUALIDADE DE RECURSOS HUMANOS, O QUE TRAZ ENORMES PREJUÍZOS A SAÚDE PÚBLICA E AO ESTABELECIMENTO DE UMA REDE DE PROMOÇÃO A SAÚDE. PARA SUPRIR A DEMANDA EXISTENTE EM DETERMINADAS ÁREAS, O ESTADO DO TOCANTINS CONTA COM A ETSUS QUE POSSUI POTENCIALIDADES E COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS AO LONGO DESSES ANOS QUE FORTALECEM SUA POSIÇÃO DE ESCOLA PROFISSIONAL A SERVIÇO DO SUS, EM TERMOS DE FORMAÇÃO BÁSICA, TÉCNICA E PÓSTÉCNICA. NESTE SENTIDO A ETSUS PRIMA POR UMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM VISTA À PROMOÇÃO DE UM ATENDIMENTO MAIS HUMANIZADO E DE MELHOR QUALIDADE.
Estratégia:	IMPLEMENTAR ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DE TODA EQUIPE E PRESTADORES DE SERVIÇOS DA ETSUS. ORGANIZAR FÍSICA E ADMINISTRATIVAMENTE OS CURSOS: TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL, TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, TÉCNICO EM ANÁLISES CLÍNICAS, TÉCNICO EM RADIOLOGIA, TÉCNICO EM VIGILÂNCIA DA SAÚDE, TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO, TÉCNICO EM HEMOTERAPIA, TÉCNICO DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE, TÉCNICO EM GESSO, TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA E PÓS-TÉCNICO EM INSTRUMENTAÇÃO CIRÚRGICA QUE SERÃO REALIZADOS EM PALMAS E ALGUNS DESCENTRALIZADOS DE ACORDO COM A DEMANDA DE CADA REGIÃO. ORGANIZAR FÍSICA E ADMINISTRATIVAMENTE OS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL QUE SERÃO REALIZADOS EM PALMAS E ALGUNS DESCENTRALIZADOS DE ACORDO COM A DEMANDA DE CADA REGIÃO. AMPLIAR A FROTA DE VEÍCULOS DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE. COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS SERÃO ATRAVÉS DE LICITAÇÃO DE ACORDO COM AS NORMAS DO ESTADO. PROMOVER A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, COMO TAMBÉM A AQUISIÇÃO DOS MATERIAIS ADMINISTRATIVOS GERAIS DE ACORDO COM AS NORMAS DO ESTADO PARA OTIMIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DA ETSUS. ARTICULAÇÃO DA DIRETORIA FINANCEIRA DA ETSUS COM A SECAD E SEFAZ, PARA GERAR FOLHA DE PAGAMENTO DA ETSUS. REALIZAR A MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E COMPRA DE ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA, SOFTWARES E OUTROS PARA O DESENVOLVIMENTO PLENO DAS ATIVIDADES ESCOLARES. ARTICULAÇÃO COM ÓRGÃOS DAS ESFERAS FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL E OUTROS PARA AMPLIAÇÃO DA SEDE EM PALMAS E EXPANSÃO DOS PÓLOS DE ARAGUAÍNA E GURUPI.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ALCANCE DA QUALIFICAÇÃO E DA FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	TOTAL DE SERVIDORES DO SUS E DA COMUNIDADE HABILITADOS	143	01/08/2008	3.042

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3204	AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA ETSUS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4292	FORMAÇÃO TÉCNICA E PÓS-TÉCNICA EM SAÚDE – ETSUS.	1.835.000,00	768.361,87	41,87	UNIDADE	13	5	38,46
4293	CAPACITAÇÃO DO CORPO INTEGRANTE DA ETSUS.	10.000,00	8.330,00	83,30	UNIDADE	85	50	58,82
4294	REALIZAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.	207.000,00	20.101,00	9,71	UNIDADE	6	4	66,67
TOTAL		**2.052.000,00**	**796.792,87**	**38,83**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual de Saúde.

QUADRO 237 – FINALÍSTICO - 0058

PROGRAMA - SAÚDE PARA TODOS	
Objetivo:	CONTRIBUIR PARA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA, VISANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS E A REDUÇÃO DOS CONDICIONANTES QUE AFETAM A SAÚDE DA POPULAÇÃO.
Justificativa:	CONSIDERANDO QUE O ESTADO E MUNICÍPIOS, ENQUANTO PROVEDORES DAS CONDIÇÕES INDISPENSÁVEIS AO PLENO EXERCÍCIO DO DIREITO A SAÚDE, NO ÂMBITO INDIVIDUAL E COLETIVO ASSEGURANDO A POPULAÇÃO ACESSO UNIVERSAL E IGUALITÁRIO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE. A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE POR MEIO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA E EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA Nº 648/06 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE QUE DEFINE E REGULAMENTA A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA, COMO EIXO ESTRUTURANTE NA REORIENTAÇÃO DO MODELO DE ATENÇÃO A SAÚDE, NESTE SENTIDO O ESTADO VEM DESENVOLVENDO AÇÕES CONJUNTAS INTRA E INTERSETORIAIS, ESTABELECENDO METAS E PRIORIDADES PARA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO BÁSICA, VISANDO A REDUÇÃO DOS CONDICIONANTES QUE AFETAM A SAÚDE DA POPULAÇÃO.
Estratégia:	DESENVOLVER AS POLÍTICAS DA ATENÇÃO BÁSICA E PROMOÇÃO DA SAÚDE POR MEIO DOS CICLOS DE VIDA: CRIANÇA, ADOLESCENTE, MULHER, IDOSO, ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, HIPERTENSÃO E DIABETES E DAS ESTRATÉGIAS: SAÚDE DA FAMÍLIA, SAÚDE BUCAL E PRISIONAL, ACOMPANHADAS E AVALIADAS PELO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA. DE ACORDO COM A PORTARIA 648/06.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS NA ATENÇÃO BÁSICA	NÚMERO DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS EM DETERMINADO PERÍODO / NÚMERO DE PROFISSIONAIS CADASTRADOS X 100	86	25/01/2010	70
MÉDIA ANUAL DE CONSULTAS MÉDICAS NAS ESPECIALIDADES BÁSICAS POR HABITANTE	NÚMERO DE CONSULTAS MÉDICAS NAS ESPECIALIDADES BÁSICAS EM DETERMINADO LOCAL E PERÍODO / A POPULAÇÃO TOTAL NO MESMO LOCAL E PERÍODO	1,72	25/01/2010	2
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS ACOMPANHADOS E MONITORADOS NA ATENÇÃO BÁSICA	NÚMERO DE MUNICÍPIOS ACOMPANHADOS E MONITORADOS EM UM DETERMINADO PERÍODO / TOTAL DE MUNICÍPIOS DO ESTADO X 100	97	25/01/2010	80

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4129	FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NO ESTADO DO TOCANTINS.	125.988,00	85.173,07	67,60	UNIDADE	417	220	52,76
4130	DIVULGAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE CARÁTER EDUCATIVO E INFORMATIVO DE HÁBITOS SAUDÁVEIS DE VIDA.	178.492,00	149.719,91	83,88	PERCENTUAL	150	128	85,33
4131	QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA.	510.585,00	330.326,74	64,70	UNIDADE	900	3.584	398,22
4132	ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NO TOCANTINS.	491.312,00	387.939,23	78,96	PERCENTUAL	110	175	159,09
TOTAL		**1.306.377,00**	**953.158,95**	**72,96**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual de Saúde.

QUADRO 238 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0064

PROGRAMA - GESTASUS	
Objetivo:	PROVER A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO TOCANTINS PASSANDO PELA REDEFINIÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE ENQUANTO PRIORIDADE DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL, PELA REDEFINIÇÃO, MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL, GERENCIAL DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE, POR NOVOS MODELOS DE GESTÃO E DOS COLEGIADOS DE GESTÃO REGIONAIS QUE VENHAM DAR CONTA DA PROMOÇÃO, EDUCAÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO, BEM COMO OUVIDORIA, REGULAÇÃO, CONTROLE, E AVALIAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO TRABALHO NO ÂMBITO DO SUS PARA UM MELHOR DESEMPENHO DOS SERVIÇOS OFERTADO À POPULAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS.
Justificativa:	A IMPLEMENTAÇÃO DESSA ESTRATÉGICA VISA REORIENTAR O MODELO DE ATENÇÃO À SAÚDE, DE FORMA MAIS EFICIENTE E EFICAZ, CONSOLIDANDO A MISSÃO DA INSTITUIÇÃO ENQUANTO ÓRGÃO FORMADOR DE POLITICAS DE SAÚDE PUBLICA, COORDENADOR, NORMATIZADOR, REGULADOR DE COOPERAÇÃO TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS NO PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.
Estratégia:	APOIO INTEGRADO À GESTÃO ATRAVÉS CO-GESTÃO, CO-FINANCIAMENTO, HUMANO, ENVOLVENDO AS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO E CONTROLE SOCIAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
-	-	-	-	-

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4133	IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA.	355.565,00	212.571,46	59,78	UNIDADE	45	45	100,00
4134	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DESEMPENHO E DA REGULAÇÃO DO TRABALHO NAS UNIDADES SOB A GESTÃO DA SESAU.	54.530,00	20.926,25	38,38	UNIDADE	3	1	33,33
4135	QUALIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DE GESTÃO E REGULAÇÃO DO TRABALHO NO ÂMBITO DO SUS.	28.888,00	12.853,50	44,49	UNIDADE	3	1	33,33
4136	FOMENTAR A ESTRUTURAÇÃO DE NÚCLEOS DE GESTÃO E REGULAÇÃO DO TRABALHO.	59.021,00	1.390,00	2,36	UNIDADE	3	1	33,33
4137	DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE GESTÃO DA SAÚDE.	772.672,00	441.326,06	57,12	UNIDADE	6	5	83,33
4138	MANUTENÇÃO DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB.	90.840,00	47.223,83	51,99	UNIDADE	11	11	100,00

4139	IMPLEMENTAR A EDUCAÇÃO PERMANENTE DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM ÁREAS DE GESTÃO ESTRATÉGICA PARA O SISTEMA DE SAÚDE DO TOCANTINS.	1.666.119,00	882.699,38	52,98	UNIDADE	150	74	49,33
4140	CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS E GESTORES DE SAÚDE.	234.965,00	200.788,84	85,45	UNIDADE	400	341	85,25
4141	DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE.	44.948,00	10.713,98	23,84	UNIDADE	1	0	0,00
4142	PROMOÇÃO DE INTERAÇÃO ENTRE ENSINO DA SAÚDE E SERVIÇOS DO SUS.	7.200,00	0,00	0,00	UNIDADE	7	0	0,00
4143	PROMOVER A DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO EM EDUCAÇÃO E SAÚDE.	48.531,00	29.154,75	60,07	UNIDADE	18	18	100,00
4144	SISTEMATIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO SUS NO ESTADO.	114.921,00	99.118,55	86,25	UNIDADE	4	2	50,00
4145	DIVULGAÇÃO DE AÇÕES EDUCATIVAS E DE INFORMAÇÃO À POPULAÇÃO DO TOCANTINS.	1.659.544,00	1.278.244,49	77,02	PERCENTUAL	12	12	100,00
4146	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE OUVIDORIA DA SAÚDE.	252.707,00	193.681,29	76,64	UNIDADE	4	4	100,00
4147	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE.	131.241,00	109.832,84	83,69	UNIDADE	8	8	100,00
4422	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE.	45.000,00	38.532,00	85,63	UNIDADE	54	54	100,00
TOTAL		**5.566.692,00**	**3.579.057,22**	**68,68**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual de Saúde.

QUADRO 239 – FINALÍSTICO - 0072

PROGRAMA - REMÉDIO PARA TODOS	
Objetivo:	AQUISIÇÃO, MANUTENÇAO E APOIO PARA GARANTIR AOS USUÁRIOS DO SUS SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA INTEGRAL ATRAVÉS DO ATENDIMENTO HUMANIZADO, FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE QUALIDADE E ÊNFASE NO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS.
Justificativa:	AS UNIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA ESTADUAL (PALMAS, PORTO NACIONAL, GURUPI, ARAGUAÍNA,AUGUSTINÓPOLIS E DIANÓPOLIS) NECESSITAM DE ESTRUTURAÇÃO FÍSICA ADEQUADA E ADMINISTRATIVA PARA A MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO DA REGIÃO.
Estratégia:	REESTRUTURAÇÃO FÍSICA E ADMINISTRATIVA DAS UNIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA ESTADUAL EXISTENTES E IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES EM AUGUSTINÓPOLIS E DIANÓPOLIS; COOPERAÇÃO TÉCNICA E SUPERVISÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS ASSISTÊNCIAS FARMACÊUTICAS MUNICIPAIS; ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PROTOCOLOS CLÍNICOS E DIRETRIZES TERAPÊUTICAS PARA TRATAMENTOS COM MEDICAMENTOS PADRONIZADOS PELA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA ESTADUAL; PARCERIAS COM OS CONSELHOS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL DE SAÚDE, COLEGIADOS DE GESTÃO, ÁREAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE SAÚDE E INSTITUIÇÕES DIVERSAS (MINISTÉRIO PÚBLICO, UNIVERSIDADES, ONGS E ETC.), ALÉM DE PARCERIAS COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE COM RECURSO FINANCEIROS, VISANDO A MELHORIA DO ACESSO DA POPULAÇÃO DE FORMA HUMANIZADA A MEDICAMENTOS E SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA ESTADUAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS DIVIDIDO PELO NÚMERO DE MUNICÍPIOS EXISTENTES X 100	89	25/01/2010	80
TAXA DE PACIENTES ATENDIDOS	NÚMERO DE PACIENTES ATENDIDOS DIVIDIDO PELO NÚMERO DE PACIENTES CADASTRADOS X 100	92	25/01/2010	70

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4148	ATENDIMENTO A DEMANDAS DE MEDICAMENTOS, PRODUTOS NUTRACÊUTICOS E INSUMOS ESTRATÉGICOS.	2.352.816,00	1.344.440,45	57,14	UNIDADE	579	407	70,29
4149	APOIO AOS MUNICÍPIOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS.	2.190.397,00	2.034.889,50	92,90	UNIDADE	139	117	84,17
4150	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO COMPONENTE DE MEDICAMENTOS DE DISPENSAÇÃO EXCEPCIONAL.	6.348.315,00	4.501.479,32	70,91	UNIDADE	44.400	41.039	92,43

4151	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA REDE PÚBLICA.	225.705,00	140.834,18	62,40	UNIDADE	4	4	100,00
TOTAL		**11.117.233,00**	**8.021.643,45**	**72,16**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual de Saúde.

QUADRO 240 – FINALÍSTICO - 0077

PROGRAMA - VIDASUS	
Objetivo:	REALIZAR AÇÕES DE PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO, REABILITAÇÃO E AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO DAS DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS E DE SEUS FATORES DE RISCO, CONTRIBUINDO PARA A REDUÇÃO DA MORBIMORTALIDADE DESTES. CRIAR E/OU ESTRUTURAR UNIDADES DE SAUDE DO SUS NO ESTADO DO TOCANTINS, COM CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E CONDIÇÕES DE RESOLVER OS PROBLEMAS DE SAÚDE DA POPULAÇÃO, CONTRIBUINDO PARA A PRODUÇÃO E OFERTA DE NOVOS SERVIÇOS, APOIANDO ASSIM A DESCENTRALIZAÇÃO DE SAÚDE. OFERECER CONSULTAS, EXAMES, INTERNAÇÕES HOSPITALARES À POPULAÇÃO DO ESTADO. OFERECER CAPACITAÇÕES A GESTORES E PROFISSIONAIS INERENATES A ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE.
Justificativa:	AS DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS SÃO AS QUE APRESENTAM MAIOR TAXA DE MORTALIDADE E CADA VEZ SE APRESENTAM EM IDADES MAIS PRECOSES, FAZ-SE NECESSÁRIO O DESENVOLVIMENTO DE ACÕES ESPECÍFICAS DE PREVENÇÃO, INFORMAÇÃO E DETECÇÃO QUE PERMITAM DIMINUIR SEUS EFEITOS NEGATIVOS, ALÉM DE REDUZIR OS CUSTOS PARA O SISTEMA DE SAÚDE DO ESTADO. ROTATIVIDADE DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE E GESTORES DO ESTADO. O BAIXO NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO DA REDE AMBULATORIAL; A CENTRALIZAÇÃO DA OFERTA DE CONSULTAS E EXAMES ESPECIALIZADOS, A AUSÊNCIA DE ALGUNS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E A INEXISTÊNCIA DA REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE.
Estratégia:	OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, EM CONFORMIDADE COM OS COLEGIADOS DE GESTÃO, COM CO-GESTÃO, CO-FINANCIAMENTO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE CENTRAIS DE REGULAÇÃO EM FUNCIONAMENTO	NÚMERO TOTAL DE CENTRAIS DE REGULAÇÃO EM FUNCIONAMENTO X 100 / NÚMERO TOTAL DE CENTRAIS DE REGULAÇÃO PREVISTAS PARA O ESTADO	100	25/01/2010	70
PERCENTUAL DE SERVIÇOS CONTRATUALIZADOS	NÚMERO DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS CONTRATUALIZADOS X 100 / NÚMERO DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS PREVISTOS	120	25/01/2010	90
PERCENTUAL DE SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO IMPLANTADOS	NÚMERO DE SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO IMPLANTADOS X 100 / NÚMERO DE SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO PREVISTOS	64	25/01/2010	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3067	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO TOCANTINS.	737.693,00	60.000,00	8,13	UNIDADE	9	0	0,00
3069	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE ESPECIALIDADES MÉDICAS E LABORATORIAIS.	277.545,00	65.842,48	23,72	UNIDADE	3	1	33,33
4152	CONTRATUALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.	76.943.203,00	74.682.328,25	97,06	UNIDADE	141	170	120,57
4153	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.	246.216,00	123.797,82	50,28	UNIDADE	102	85	83,33
4154	ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS ENCAMINHADOS PARA TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO ESTADUAL.	2.121.948,00	1.893.590,02	89,24	UNIDADE	1.384	4.263	308,02
4155	PROMOÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS.	7.825.484,00	6.469.146,99	82,67	UNIDADE	13	7	53,85
4156	MANUTENÇÃO DA REDE PRÓPRIA DE SERVIÇOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE.	143.308.868,00	126.082.201,91	87,98	UNIDADE	22	22	100,00
4157	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS.	6.643.495,00	6.571.672,38	98,92	UNIDADE	36	36	100,00
4158	OPERACIONALIZAÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR.	3.019.489,00	3.014.236,17	99,83	UNIDADE	3	2	66,67
4423	ABASTECIMENTO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS PARA AS UNIDADES AMBULATORIAIS E HOSPITALARES.	50.849.152,00	36.000.406,73	70,80	UNIDADE	22	22	100,00
TOTAL		**291.973.093,00**	**254.963.222,75**	**87,32**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual de Saúde.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
658.722.565,00	606.424.871,73	92,06	52.297.693,27

3.2.3.19 FUNDO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

O Fundo de Defesa Agropecuária - FUNPEC, criado pela Lei n.º 503, de 28 de dezembro de 1992, a partir do Decreto n.º 1.029, de 1º de setembro de 2000, passa a ser operacionalizado pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins.

Suas atividades de Sanidade Animal e Vegetal são fundamentadas respectivamente na Lei n.º 1.082, de 1º de julho de 1999, regulamentadas pelo Decreto Estadual n.º 860, de 11 de novembro de 1999, que dispõe sobre a defesa da sanidade animal no Estado do Tocantins e no Decreto Estadual n.º 1.634, de 28 de novembro de 2002, que dispõe sobre o regulamento da defesa sanitária vegetal no Estado do Tocantins e o Decreto n.º 3.561, de 13 de novembro de 2008, que aprova o Regulamento das normas Higiênico Sanitárias para elaboração e Comercialização de Produtos Artesanais Comestíveis de Origem Animal no Estado do Tocantins.

As atribuições do Fundo de Defesa Agropecuária foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas em 03 Programas Finalísticos. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 4.682.000,00**, com execução de **R$ 3.495.783,19**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 241 – FINALÍSTICO - 0012

PROGRAMA - DEFESA E INSPEÇÃO SANITÁRIA ANIMAL	
Objetivo:	PROMOVER O SISTEMA DE DEFESA, INSPEÇÃO E SANIDADE ANIMAL, GARANTINDO A OFERTA DE PRODUTOS DENTRO DOS PADRÕES DE SANIDADE E A SUA COMERCIALIZAÇÃO COM A QUALIDADE NECESSÁRIA PARA O CONSUMIDOR FINAL, PREVENINDO, CONTROLANDO E/OU ERRADICANDO ENFERMIDADES INFECTOCONTAGIOSAS DE REBANHO, CARÊNCIAS E PARASITÁRIAS.
Justificativa:	O ESTADO DO TOCANTINS POSSUI DIVISAS COM 06 (SEIS) ESTADOS DA FEDERAÇÃO E UMA LOGÍSTICA PRIVILEGIADA PARA O ESCOAMENTO DE ANIMAIS, PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, SENDO NECESSÁRIO A CONSTANTE VIGILÂNCIA ATIVA E PASSIVA DOS PROGRAMAS SANITÁRIOS E O FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA, E GARANTIR PRODUTOS DENTRO DOS PADRÕES DE SANIDADE E INSPEÇÃO VISANDO UM PRODUTO FINAL DE MAIOR QUALIDADE PARA O CONSUMIDOR, BUSCANDO COM ISSO NOVOS MERCADOS CONSUMIDORES E CONSEQUENTEMENTE UMA MAIOR GERAÇÃO DE RENDA E EMPREGOS, BEM COMO UM ESPECIAL CUIDADO COM A SAÚDE PÚBLICA. O SISTEMA DE VIGILÂNCIA CONSISTE PRINCIPALMENTE NA INSPEÇÃO VETERINÁRIA EM ABATEDOUROS, INSPEÇÃO A PROPRIEDADES RURAIS, FISCALIZAÇÃO EM EVENTOS COM AGLOMERAÇÕES DE ANIMAIS, FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZAM PRODUTOS VETERINÁRIOS E BIOLÓGICOS, FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO DE ANIMAIS, PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, ATENDIMENTO A NOTIFICAÇÕES DE SUSPEITAS DE OCORRÊNCIAS DE ENFERMIDADES DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA, RASTREABILIDADE, RÁPIDO ATENDIMENTO A EMERGÊNCIA SANITÁRIA, CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO DE PROPRIEDADES, AVALIAÇÃO SOROEPIDEMIOLÓGICO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE DE ESTUDO E/OU DIAGNÓSTICOS DE ENFERMIDADES. ISTO POSTO, E VISUALIZANDO QUE OS PROCEDIMENTOS DE DEFESA ANIMAL FAZEM PARTE DO ALICERCE DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO, NÃO MAIS OBSERVADO COMO APENAS UM COMPONENTE ISOLADO DO SISTEMA, E CONSIDERANDO QUE TANTO O MERCADO INTERNO E O MERCADO DE EXPORTAÇÃO SÃO CADA DIA MAIS EXIGENTE, TRANSFORMANDO AS BARREIRAS SANITÁRIAS EM EMPECILHOS COMERCIAIS, SE FAZEM NECESSÁRIAS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO, CONTROLE E/OU ERRADICAÇÃO DE ENFERMIDADES E UMA INSPEÇÃO VETERINÁRIA NOS ESTABELECIMENTOS QUE PRODUZAM E MANIPULAM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, PRESERVANDO A QUALIDADE SANITÁRIA DOS PRODUTOS, ATRAVÉS DE PRÁTICAS DE VIGILÂNCIA

	SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA.
Estratégia:	O PROGRAMA UTILIZA A ESTRUTURA FÍSICA DA AUTARQUIA E CONTINGENTE DOS SEUS MÉDICOS VETERINÁRIOS (INSPETORES AGROPECUÁRIOS), JUNTAMENTE COM OS TÉCNICOS AGROPECUÁRIOS (FISCAIS AGROPECUÁRIOS), QUE ATRAVÉS DE TREINAMENTOS SÃO MUNICIADOS DO APARATO TÉCNICO PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE FISCALIZAÇÃO, VIGILÂNCIA, INSPEÇÃO, SUPERVISÃO, PREVENÇÃO, CONTROLE E/OU ERRADICAÇÃO DE ENFERMIDADES, MONITORAMENTO, LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO, ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO (DEFESA AGROPECUÁRIA). AS ATIVIDADES TAMBÉM SERÃO REALIZADAS NAS TRINTA BARREIRAS FIXAS ZOOSANITÁRIAS, 15 BARREIRAS VOLANTES E 10 BARREIRAS FLUVIAIS. A ADAPEC POSSUI 139 ESCRITÓRIOS LOCALIZADOS EM TODOS OS MUNICÍPIOS DO ESTADO. O PROGRAMA SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA DE DEFESA INSPEÇÃO E SANIDADE ANIMAL E AS AÇÕES SERÃO GERENCIADAS PELAS COORDENADORIAS E PELAS GERÊNCIAS DOS PROGRAMAS SANITÁRIOS. A ADAPEC-TO CONTARÁ COMO PARCEIROS O MAPA, A INICIATIVA PRIVADA, O SEBRAE, O SENAR, O CRMV, SOVETO, ENTRE OUTROS; A PARCERIA SERÁ FIRMADA EM TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CONVÊNIOS. TODAS AS ATIVIDADES SÃO REGISTRADAS E/OU COMPILADAS EM RELATÓRIOS E FORMULÁRIOS ESPECÍFICOS PARA CONTROLE DAS MESMAS, BEM COMO UM BANCO DE DADOS PARA ATENDER AS SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÕES PERTINENTES A DEFESA NO ESTADO, VISANDO UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO RÁPIDO E BUSCANDO UMA MAIOR CONFIABILIDADE DOS MERCADOS CONSUMIDORES. AS AÇÕES CONTIDAS NO PROGRAMA RECEBERÃO O APOIO DE OPERAÇÃO ATRAVÉS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA ENTIDADE COMO TELEFONES, INTRANET, SISTEMA DE REDE DE COMPUTADORES, VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS TÉCNICOS COMO GPS, MICROCOMPUTADORES, APARELHOS AUDIOVISUAIS DATA SHOW, TELEFONIA CELULAR, ENTRE OUTROS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	SOMA DO TOTAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL EXPORTADO POR ANO	22,28	dez/2009	40
ÍNDICE DE VACINAÇÃO CONTRA FEBRE AFTOSA NO ESTADO	REBANHO VACINADO DIVIDIDO PELO TOTAL DO ESTADO, MULTIPLICADO POR CEM	99,32	nov/2009	99,21

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4046	REALIZAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE INSUMOS PECUÁRIOS, DAS AGLOMERAÇÕES E DO TRÂNSITO DE ANIMAIS, SEUS PRODUTOS E SUBPRODUTOS.	442.000,00	197.542,40	44,69	UNIDADE	107.230	114.092	106,40
TOTAL		**442.000,00**	**197.542,40**	**44,69**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Defesa Agropecuária.

QUADRO 242 – FINALÍSTICO - 0045

PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA ADAPEC	
Objetivo:	PROMOVER A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ÓRGÃO PARA ASSEGURAR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO AOS SERVIDORES E A QUALIDADE DO ATENDIMENTO AOS PRODUTORES E COMERCIANTES RURAIS.
Justificativa:	A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO POR MEIO DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PROMOVE MELHOR QUALIDADE AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DEVE ENFOCAR SEMPRE A SIMPLIFICAÇÃO DOS SEUS PROCESSOS E PROCEDIMENTOS DE FORMA A TORNAR-SE UMA ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL COM A BUSCA DE MELHORES RESULTADOS NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS ATENDENDO AO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PARA UM ATENDIMENTO DE QUALIDADE AOS CIDADÃOS.
Estratégia:	A COORDENAÇÃO E GERENCIAMENTO DESTE PROGRAMA FICARÃO A CARGO DA ADAPEC, POR MEIO DE SUAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE ACORDO COM SUAS COMPETÊNCIAS. SERÁ CONSTRUÍDA A SEDE DA ADAPEC E ALGUMAS UNIDADES LOCAIS DE SERVIÇOS NO INTERIOR DO ESTADO, COM ELABORAÇÃO DO PROJETO, LICITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA SOB RESPONSABILIDADE DA SEINF. TAMBÉM SERÁ AMPLIADA E REALIZADA A MANUTENÇÃO DA FROTA QUE FAZ ATENDIMENTO ÀS UL-S, SERÁ IMPLEMENTADO UM PROJETO DE INFORMATIZAÇÃO QUE INTEGRARÁ TODAS AS UNIDADES, ADQUIRIDOS TRAILERS PARA APOIAR AS AÇÕES DAS BARREIRAS FITOSSANITÁRIAS VOLANTES, APARELHAMENTO DAS UNIDADES DE SERVIÇOS E REALIZADA A CAPACITAÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES EM RELAÇÃO AS ATIVIDADE-MEIO DESTA ENTIDADE.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE RECLAMAÇÕES CONTRA SERVIDORES DA ADAPEC	SOMATÓRIO DO NÚMERO DE RECLAMAÇÕES APURADAS CONTRA SERVIDORES DA ADAPEC NO DISQUE-DENÚNCIA DIVIDIDO PELO NÚMERO DE SERVIDORES DO ÓRGÃO MULTIPLICADO POR CEM	3,24	dez/2009	0,4

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4047	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SERVIÇOS.	3.950.000,00	3.180.013,19	80,51	PERCENTUAL	13.900	13.900	100,00
TOTAL		3.950.000,00	3.180.013,19	80,51	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Defesa Agropecuária.

QUADRO 243 – FINALÍSTICO - 0073

PROGRAMA - DEFESA E INSPEÇÃO SANITÁRIA VEGETAL	
Objetivo:	PROMOVER A SANIDADE E INSPEÇÃO VEGETAL PARA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO FITOSSANITÁRIO DO ESTADO POR MEIO DO MONITORAMENTO DE PRAGAS REFERENCIADAS OU REGULAMENTADAS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), DA FISCALIZAÇÃO VEGETAL INTERNA E DAS FRONTEIRAS DO ESTADO, PARA IMPEDIR A INTRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE PRAGAS NAS CULTURAS TOCANTINENSES, E DO CONTROLE DO TRÂNSITO DE VEGETAIS E SUAS PARTES E DAS DETERMINAÇÕES DA LEGISLAÇÃO DE AGROTÓXICOS E AFINS E DO SISTEMA DE SEMENTES E MUDAS.
Justificativa:	COMO UMA DAS ÚLTIMAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS A SEREM EXPLORADAS E O POTENCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS, COM UMA POSIÇÃO LOGISTICAMENTE PRIVILEGIADA PARA O ESCOAMENTO DOS PRODUTOS PRIMÁRIOS VINCULADOS AS EXCELENTES CONDIÇÕES CLIMÁTICAS PREDOMINANTES, DESPONTA COMO UM IMPORTANTE CELEIRO AGRÍCOLA NACIONAL QUIÇÁ PARA ATENDER A DEMANDA MUNDIAL POR ALIMENTOS E ENERGIA RENOVÁVEL. DITO ISTO, E VISUALIZANDO QUE OS PROCEDIMENTOS DE DEFESA VEGETAL FAZEM PARTE DO ALICERCE DA PRODUÇÃO E NÃO MAIS OBSERVADO COMO APENAS UM COMPONENTE ISOLADO DO SISTEMA, E CONSIDERANDO QUE TANTO O MERCADO INTERNO, MAS O MERCADO DE EXPORTAÇÃO É CADA DIA MAIS EXIGENTE, TRANSFORMANDO AS BARREIRAS NÃO TARIFÁRIAS (BARREIRAS FITOSSANITÁRIAS) EM EMPECILHOS COMERCIAIS, SE FAZEM NECESSÁRIAS ATIVIDADES QUE MINIMIZEM A ENTRADA E DISPERSÃO DE PRAGAS, PRESERVANDO A QUALIDADE SANITÁRIA DOS PRODUTOS, ATRAVÉS DE PRÁTICAS DE CONTROLE DE TRÂNSITO DE VEGETAIS, PROFILAXIA E CONTROLE DE PRAGAS, E PARALELAMENTE O INCREMENTO NOS MECANISMOS QUE ATENDAM A LEGISLAÇÃO VIGENTE NO TOCANTE AOS AGROTÓXICOS E AFINS E DO SISTEMA DE SEMENTES E MUDAS, CONSOLIDANDO UM PROCESSO PRODUTIVO LIVRE DE PRAGAS, COM ABERTURA DE MERCADOS, PREOCUPADO COM A SAÚDE DA POPULAÇÃO E DO MEIO AMBIENTE.
Estratégia:	O PROGRAMA UTILIZA A ESTRUTURA FÍSICA DA AUTARQUIA E CONTINGENTE DOS SEUS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS (INSPETORES AGROPECUÁRIOS), JUNTAMENTE COM OS TÉCNICOS AGROPECUÁRIOS (FISCAIS AGROPECUÁRIOS), QUE ATRAVÉS DE TREINAMENTOS SÃO MUNICIADOS DO APARATO TÉCNICO PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE FISCALIZAÇÃO, VIGILÂNCIA, INSPEÇÃO, SUPERVISÃO, CONTROLE DE PRAGAS, MONITORAMENTO, LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO, ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE ATUAÇÃO (DEFESA AGROPECUÁRIA). AS ATIVIDADES TAMBÉM SERÃO REALIZADAS NAS BARREIRAS FITOSSANITÁRIAS, ATRAVÉS DAS 30 BARREIRAS FIXAS, 15 BARREIRAS VOLANTES E 10 BARREIRAS FLUVIAIS. NESTE CONTEXTO TAMBÉM É EVIDENCIADO TODO O SEGMENTO DE CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA VEGETAL, ONDE OS PROCEDIMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO SEGUEM OS DETERMINADOS PELA INSTÂNCIA SUPERIOR DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA), QUE PRECONIZA A SUPERVISÃO DE DOCUMENTAÇÕES SANITÁRIAS COMO: PERMISSÃO DE TRÂNSITO DE VEGETAIS - PTV, CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM - CFO, CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM CONSOLIDADO - CFOC, BEM COMO DOCUMENTOS DE CONTROLE ESTADUAL: AUTORIZAÇÃO INTERNA DE TRANSPORTE DE MUDAS DE ABACAXI, LAUDO DE INSPEÇÃO DE CAMPO DE ABACAXI, DECLARAÇÃO DE DESINFECÇÃO, DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SANITÁRIAS, CONTROLE INTERESTADUAL DE TRÂNSITO DE VEGETAIS, TERMO DE NOTIFICAÇÃO, AUTO DE INFRAÇÃO, TERMO DE APREENSÃO, AUTO DE DESTRUIÇÃO E RECIBOS. TAMBÉM É EVIDENCIADO O QUE ESTABELECE AS LEGISLAÇÕES QUE REGEM O SISTEMA DE PRODUÇÃO DE SEMENTES E MUDAS, JUNTAMENTE COM AS DETERMINAÇÕES DOS AGROTÓXICOS E AFINS, COM O CONTROLE DA HORA DA VENDA DOS PRODUTOS ATÉ A DEVOLUÇÃO DAS EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS. AS AÇÕES CONTIDAS NO PROGRAMA RECEBERÃO O APOIO DE OPERAÇÃO ATRAVÉS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA ENTIDADE COMO TELEFONES, INTRANET, SISTEMA DE REDE DE COMPUTADORES, VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS TÉCNICOS COMO GPS, MICROCOMPUTADORES, APARELHOS AUDIOVISUAIS DATA SHOW, TELEFONIA CELULAR, ENTRE OUTROS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE PRODUTOS DE CULTIVO TEMPORÁRIO NO TO.	SOMA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE PRODUTOS DE CULTIVO TEMPORÁRIO	1,5	2009	1,5
DIAGNÓSTICO DE PHAKOPSORA PACHYRHIZI (FERRUGEM ASIÁTICA)	NÚMERO DE DIAGNÓSTICOS RELATADOS OFICIALMENTE DA OCORRÊNCIA, EM TERRITÓRIO TOCANTINENSE, DA PRAGA FERRUGEM DA SOJA	350	2009	100
EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS ENCAMINHADAS À DESTINAÇÃO FINAL	SOMA DA QUANTIDADE DE EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS ENCAMINHADAS	113.000	2009	45.000

AÇÃO	METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS	METAS FÍSICAS
	RECURSOS (R$)	

N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4048	FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO DE VEGETAIS.	290.000,00	118.227,60	40,77	UNIDADE	5.835	16.068	275,37
TOTAL		**290.000,00**	**118.227,60**	**40,77**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Defesa Agropecuária.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
4.682.000,00	3.495.783,19	74,66	1.186.216,81

3.2.3.20 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O Fundo Estadual de Desenvolvimento Econômico – FDE, foi criado pela Lei n.° 1.746, de 15/12/2006, alterada pela Lei n.° 2.273, de 29/12/2009, o qual é administrado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico - CDE instituído pela mesma lei, cujo Regimento Interno foi estabelecido pelo Decreto nº 3.012, de 26/04/2007. Cabe destacar que os recursos orçamentários do FDE são geridos pela Secretaria da Indústria e Comércio, Decretos n.º 2.915, de 02/01/2007, n.º 3.460, de 12/08/2008, cuja estrutura foi recentemente alterada pelo Decreto n.º 3.831, de 15/10/2009, os Decretos n.º 3.454 e n.° 3.456, de 08/08/2008, que vinculam as estruturas operacionais da ASCOM e do NUSCIN, respectivamente, à estrutura operacional da SIC.

O Decreto nº 3.831 de 15/10/2009 manteve inalteradas as competências e a estrutura operacional estabelecida no Decreto anterior, promovendo apenas a redução na quantidade de vagas disponíveis, que passaram de 78 para 53 vagas.

O Fundo Estadual de Desenvolvimento Econômico tem a missão de subsidiar o desenvolvimento econômico do Estado, mediante a arrecadação de recursos que possibilitem a execução de ações que objetivem o crescimento econômico e que contribuam efetivamente para a geração de emprego e renda da população tocantinense.

O Fundo Estadual de Desenvolvimento Econômico – FDE, é administrado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico – CDE, que é o órgão responsável pela concessão e administração dos programas de benefícios fiscais do Estado do Tocantins.

As atribuições do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas em 03 Programas Finalísticos e 01 de Gestão de Políticas Públicas. Para estes programas foram autorizados recursos da ordem de **R$ 10.797.421,00,** com execução de **R$ 1.982.860,17,** conforme demonstrado nos quadros a seguir.

QUADRO 244 – FINALÍSTICO - 0111

PROGRAMA - TOCANTINS COMPETITIVO	
Objetivo:	FOMENTAR O EMPREGO DE TECNOLOGIAS ADEQUADAS E A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DA PRODUÇÃO POSSIBILITANDO GERAR CAPACIDADE COMPETITIVA AOS SETORES INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS, QUE ATUAM NO ESTADO DO TOCANTINS, RESULTANDO EM MELHORIAS NA GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA, ARRECADAÇÃO FISCAL E ERRADICAÇÃO DA INFORMALIDADE.
Justificativa:	A ECONOMIA DO ESTADO AINDA SE BASEIA NO SETOR PRIMÁRIO COM BAIXO EMPREGO DE MODERNAS TECNOLOGIAS E MÉTODOS DE GESTÃO PRODUTIVA. O GOVERNO ESTADUAL DEVE CONTRIBUIR PARA A SUPERAÇÃO DESTE QUADRO BUSCANDO DISPONIBILIZAR RECURSOS PÚBLICOS E OUTROS MEIOS QUE POSSIBILITEM AOS EMPREENDEDORES O ACESSO A TAIS TECNOLOGIAS E INSTRUMENTOS MODERNOS, GARANTINDO-LHES MAIS POSSIBILIDADE DE SOBREVIVÊNCIA NESSE MERCADO CADA VEZ MAIS COMPETITIVO. PRETENDE-SE TAMBÉM PROMOVER E DIVULGAR AS NOSSAS POTENCIALIDADES ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS, SEMINÁRIOS, CONGRESSOS E OUTROS EVENTOS.
Estratégia:	DIAGNOSTICAR OPORTUNIDADES E POTENCIALIDADES DE NEGÓCIOS; PROMOVER A IMPLANTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE CENTROS PRODUTIVOS E PEQUENOS NEGÓCIOS, ATRAVÉS DE PRESTAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA, CAPACITAÇÃO, PROMOÇÃO DO ACESSO A LINHAS DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO DE CAPITAL FIXO E DE GIRO PARA IMPLANTAÇÃO, RECUPERAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PRESTADORES DE SERVIÇO, OFERECIDAS POR INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E FOMENTO VINCULADAS AO ESTADO; PATROCÍNIO PARA REALIZAÇÃO DE FEIRAS, ATRAVÉS DE PARCERIAS COM AS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSE, ETC.; PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS PARA DIVULGAÇÃO DOS PRODUTOS TOCANTINENSES E FACILITAÇÃO DO ACESSO A NOVAS TECNOLOGIAS E GESTÃO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
INDICE DE EFICÁCIA	RELAÇÃO ENTRE AS METAS REALIZADAS E AS METAS PLANEJADAS	0,46	31/12/2009	25,00

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3230	PROJETO ZIG ZAG – REVITALIZAÇÃO DE NOVAS UNIDADES.	2.470.701,00	227.533,60	9,21	UNIDADE	30	4	13,33
4109	IMPLANTAÇÃO DOS POSTOS DE INFORMAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI - NO TOCANTINS.	50.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	4	0	0,00
TOTAL		**2.520.701,00**	**227.533,60**	**9,03**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Desenvolvimento Econômico.

QUADRO 245 – FINALÍSTICO - 0114

PROGRAMA - ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS	
Objetivo:	ATRAIR INVESTIDORES PARA IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE INTERESSE ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO, PROMOVENDO A DIVULGAÇÃO DAS POTENCIALIDADES E OPORTUNIDADES QUE O ESTADO OFERECE PRINCIPALMENTE NO SETOR DE LOGÍSTICA, INCENTIVOS FISCAIS E OUTROS, COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.
Justificativa:	O NOSSO ESTADO DISPÕE DE RECURSOS NATURAIS E POTENCIAL LOGÍSTICO QUE LHE CONFEREM GRANDES POSSIBILIDADES NOS MERCADOS INTERNO E EXTERNO. PORÉM, NA ATUAL ETAPA DO SEU DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO A POUCA DISPONIBILIDADE DE POUPANÇA INTERNA EXIGE A ATRAÇÃO DE INVESTIDORES COM CAPITAL E TECNOLOGIA CAPAZES DE OCUPAR ESSE ESPAÇO.
Estratégia:	REALIZAR MISSÕES EMPRESARIAIS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, RODADAS DE NEGÓCIOS, SEMINÁRIOS E CONGRESSOS TANTO NO ESTADO QUANTO NOS CENTROS DESENVOLVIDOS DO PAÍS E DO EXTERIOR, ONDE HAJA POTENCIAIS INVESTIDORES E MANIFESTAÇÃO DE INTERESSES PARA EMPREENDIMENTOS QUE POSSAM CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO. PREVÊ-SE RECORRER A PALESTRAS, EVENTOS EMPRESARIAIS, INSTRUMENTOS DE MÍDIA, VISITAS TÉCNICAS A INDÚSTRIAS, DEPARTAMENTOS COMERCIAIS DE EMBAIXADAS, PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS E OUTROS EVENTOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE EFICÁCIA	RELAÇÃO ENTRE AS METAS REALIZADAS E AS METAS PLANEJADAS	38,65	04/01/2010	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4111	ACOMPANHAMENTO DAS EMPRESAS BENEFICIADAS POR PROGRAMA DE INCENTIVOS.	80.000,00	3.346,50	4,18	UNIDADE	200	197	98,50
4433	INCENTIVOS A IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ESTRATÉGICOS.	1.633.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	25	25	100,00
TOTAL		1.713.000,00	3.346,50	0,20	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Desenvolvimento Econômico.

QUADRO 246 – FINALÍSTICO - 0117

PROGRAMA - ESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL	
Objetivo:	IMPLANTAR, VIABILIZAR, REVITALIZAR E MANTER AS ESTRUTURAS DE SUPORTE E LOGÍSTICA PARA RECEBER PLANTAS INDUSTRIAIS EM DISTRITOS JÁ EXISTENTES OU A SEREM INSTALADOS, COM IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA QUE VENHA DAR SUPORTE E VIABILIDADE AOS INVESTIDORES, GARANTINDO CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA ATRAÇÃO, INSTALAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS NO TOCANTINS.
Justificativa:	O TOCANTINS AINDA NÃO DISPÕE DE INFRA-ESTRUTURA EM TERMO DE DISTRITOS E ÁREAS DESTINADAS A EMPREENDIMENTOS COM OFERTA DE LOGÍSTICA, TECNOLOGIAS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA ABRIGAR INVESTIMENTOS DOS MAIS DIFERENTES SEGUIMENTOS PRODUTIVOS. APRESENTA-SE COMO NECESSÁRIA A AÇÃO DO ESTADO NO PREPARO DESSAS CONDIÇÕES ESTRUTURANTES PARA ATRAIR EMPRESAS, POSSIBILITAR E ACELERAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.
Estratégia:	PREPARAR A INFRA-ESTRUTURA PARA PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM DIVERSAS REGIÕES DO ESTADO, INCLUINDO OFERTA DE ENERGIA, ILUMINAÇÃO, ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIOS, ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS PARA DISTRITOS E/OU LOCAIS ONDE SEJA NECESSÁRIO, SISTEMA VIÁRIO PAVIMENTADO, SINALIZAÇÃO, ACOSTAMENTOS, PÁTIOS, ESTACIONAMENTOS, ALAMBRADOS, GUARITAS, SISTEMAS DE SEGURANÇA, COMUNICAÇÃO, SAÚDE, CRECHES, ÁREAS DE LAZER, ARMAZÉNS OU GALPÕES; PROMOÇÃO DO ACESSO A LINHAS DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO DE CAPITAL FIXO E DE GIRO PARA IMPLANTAÇÃO, RECUPERAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PRESTADORES DE SERVIÇO, OFERECIDAS POR INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E FOMENTO VINCULADAS AO ESTADO. É PREVISTA A CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS E/OU CONVÊNIOS COM O SETOR PRIVADO. AS EXECUÇÕES SERÃO FEITAS POR APLICAÇÃO DIRETA OU CONVÊNIO COM PREFEITURAS OU INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS DE CLASSE SEM FINS LUCRATIVOS, NA FORMA DA LEI.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE EFICÁCIA	RELAÇÃO ENTRE AS METAS REALIZADAS E AS METAS PLANEJADAS	24,72	04/01/2010	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3060	ESTRUTURAÇÃO OU MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.	225.000,00	0,00	0,00	PERCENTUAL	60	0	0,00
3061	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PARA APOIO EMPRESARIAL.	225.120,00	0,00	0,00	UNIDADE	3	0	0,00
3062	REESTRUTURAÇÃO DE PRÉDIOS PARA APOIO EMPRESARIAL.	151.600,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
3229	IMPLANTAR DISTRITOS INDUSTRIAIS OU ÁREAS EMPRESARIAIS.	4.107.000,00	1.003.794,82	24,44	PERCENTUAL	129	26	20,16
TOTAL		4.708.720,00	1.003.794,82	21,32	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Desenvolvimento Econômico.

QUADRO 247 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0118

PROGRAMA - PROGRAMA DE GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS	
Objetivo:	COORDENAR, AVALIAR E CONTROLAR A EXECUÇÃO DAS AÇÕES E PROGRAMAS FINALÍSTICOS DA SECRETARIA, MENSURANDO OS RESULTADOS E FAZENDO AS CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS SOBRE NECESSIDADES DE READEQUAÇÕES DOS MESMOS DE MODO A PROMOVER O SEU APERFEIÇOAMENTO CONTÍNUO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS SEGMENTOS INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS.
Justificativa:	A SECRETARIA NECESSITA DE AVALIAÇÕES, DIAGNÓSTICOS ATUALIZADOS, ESTUDOS E PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS SEUS PROGRAMAS E AÇÕES PARA DESENVOLVER UM PROCESSO CONTÍNUO DE MELHORIAS DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS. TENDO POR FINALIDADE SEU PERMANENTE APERFEIÇOAMENTO, A PRODUÇÃO DE DADOS COMPATÍVEIS SERVIRÁ PARA SUBSIDIAR A REVISÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES E A ELABORAÇÃO DE PLANOS SETORIAIS VOLTADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.
Estratégia:	SERÃO REALIZADOS ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÕES PERIÓDICAS DOS PROGRAMAS E AÇÕES DA SECRETARIA, ATRAVÉS DE ANÁLISES DE DESEMPENHOS E RESULTADOS ALCANÇADOS PELOS MESMOS, DE FORMA A OFERTAR SUBSÍDIOS AOS GESTORES PARA TOMADAS DE DECISÃO SOBRE AS FORMAS DE GESTÃO OU EVENTUAIS NECESSIDADES DE REDIMENSIONAMENTO OU REDIRECIONAMENTO AS DAS POLÍTICAS SETORIAIS. ESSAS ATIVIDADES SERÃO EXECUTADAS POR TÉCNICOS DA UNIDADE GESTORA. AS ATIVIDADES QUE TIVEREM MAIOR COMPLEXIDADE PODERÃO SER OBJETO DE PARCERIAS COM OS ÓRGÃOS DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO, DE FISCALIZAÇÃO DAS SUAS EXECUÇÕES OU, CONTRATADAS INSTITUIÇÕES OU ESPECIALISTAS ATRAVÉS DE CONVÊNIO OU CONSULTORIA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE EFICÁCIA	RELAÇÃO ENTRE AS METAS REALIZADAS E AS METAS PLANEJADAS	-	31/12/2009	25

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4113	DIVULGAÇÃO DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS.	124.600,00	6.000,00	4,82	UNIDADE	1	1	100,00
4434	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E FINALÍSTICAS FDE	1.730.400,00	742.185,25	42,89	UNIDADE	1	1	100,00
TOTAL		**1.855.000,00**	**748.185,25**	**40,33**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Desenvolvimento Econômico.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	Executado	% Exec.	Saldo
10.797.421,00	1.982.860,17	18,36	8.814.560,83

3.2.3.21 FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Lei n.º 567, de 9 de julho de 1993, criou o Fundo Estadual do Bem-Estar Social, vinculado à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, tendo sua denominação alterada para Fundo Estadual de Assistência Social, por meio da Lei n.º 808, de 19 de dezembro de 1995, com suas atribuições embasadas em seu Artigo 4º. Consequentemente as referidas leis foram extintas através da Lei n.º 1.211, de 03 de abril de 2001. Posteriormente, esta foi revogada apenas em seus arts. 1º ao 5º pela Lei n.º 2.092/2009, sendo que suas ações, programas e projetos, foram absorvidos pela Lei n.° 2.093/2009, que por fim revogou totalmente a Lei n.º 1.211/2001. Sendo que a

Estrutura do Órgão foi disposta por meio do Decreto n.° 3.793, de 23 de setembro de 2009, e, também, a organização operacional, composição e funcionamento do Núcleo Setorial de Controle Interno por meio do Decreto n.° 3.456, de 08 de agosto de 2008, e, por fim, a Assessoria de Comunicação estabelecida por meio do Decreto n.° 3.454, de 08 de agosto de 2008.

O objetivo desta Unidade amparada juridicamente pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, por meio das deliberações e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Estadual de Assistência Social é de assegurar a participação da comunidade na elaboração e implementação de programas na área social. Promover e desenvolver ações de atendimento às necessidades humanas e sociais, melhorando, assim as condições de vida das famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade social, priorizando atendimento às crianças, aos adolescentes, aos idosos, às pessoas portadoras de deficiências e trabalhadores empregados e desempregados.

As atribuições da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, executadas na Unidade Orçamentária FEAS, foram desenvolvidas por meio de 27 ações integrando 05 Programas Finalísticos e 01 Programa de Gestão de Políticas Públicas com 05 ações. Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de R$ **38.349.267,00**, com execução de **57,25**%, ou seja, R$ **21.955.351,91**, como demonstrados nos quadros a seguir.

QUADRO 248 – FINALÍSTICO - 0031

PROGRAMA - PIONEIROS MIRINS	
Objetivo:	PROMOVER A FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL, ADVINDOS DE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA, ATRAVÉS DE ATIVIDADES DIVERSIFICADAS COMO: REFORÇO ESCOLAR, PRÁTICAS ESPORTIVAS, E ARTÍSTICAS, ATIVIDADES PSICOMOTORAS, MOMENTO CÍVICO E CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO, ENVOLVENDO ASSIM A ÉTICA E OS VALORES SOCIAIS E MORAIS.
Justificativa:	O PROGRAMA PIONEIROS MIRINS PROPORCIONA ÀS CRINAÇAS E ADOLESCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL FORMAÇÃO EDUCACIONAL COMPLEMENTAR COM VISTAS À MELHORIA DO DESEMPENHO ACADÊMICO.
Estratégia:	O PROGRAMA SERÁ IMPLEMENTADO ATRAVÉS DO RECADASTRAMENTO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA; REALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS COM OS MUNICÍPIOS QUE FICARÃO RESPONSÁVEIS PELA DISPONIBILIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DOS NÚCLEOS; REALIZAÇÃO DE AÇÕES COMO: CONCESSÃO DO BENEFÍCIO, REALIZAÇÃO DE EVENTOS, MANUTENÇÃO DOS NÚCLEOS, OFERTA DE ALIMENTAÇÃO, UNIFORME E MATERIAL DIDÁTICO AOS ALUNOS DO PROGRAMA E IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NOS NÚCLEOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE ANALFABETISMO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE ENTRE 10 E 14 ANOS	TAXA DE ANALFABETISMO DIVULGADA	8,6	2001	6
TAXA DE EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL	TAXA DE EVASÃO ESCOLAR DIVULGADA	5,3	2006	4

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3070	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PARA O PROGRAMA PIONEIROS MIRINS.	860.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	4	0	0,00
3231	REALIZAÇÃO DE EVENTOS DO PROGRAMA PIONEIROS MIRINS.	360.000,00	4.500,00	1,25	UNIDADE	1	1	100,00
4159	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS PIONEIROS MIRINS.	22.793.200,00	13.097.015,65	57,46	UNIDADE	46.700	42.474	90,95
4160	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DO PROGRAMA PIONEIROS MIRINS.	140.000,00	20.234,25	14,45	UNIDADE	139	43	30,94

4161	MANUTENÇÃO DOS NÚCLEOS DO PROGRAMA PIONEIROS MIRINS.	2.079.800,00	1.503.756,32	72,30	UNIDADE	208	200	96,15
TOTAL		**26.233.000,00**	**14.625.506,22**	**55,75**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual de Assistência Social.

QUADRO 249 – FINALÍSTICO - 0032

PROGRAMA - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
Objetivo:	ATENDER FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL POR OCORRÊNCIA DE ABANDONO, MAUS TRATOS FÍSICOS E, OU, PSÍQUICOS, ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL, USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL, SITUAÇÃO DE RUA E DE TRABALHO INFANTIL.
Justificativa:	A REALIDADE NACIONAL NOS APRESENTA FAMÍLIAS EM DIFERENTES SITUAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS, AGRAVADAS PRINCIPALMENTE PELAS DISPARIDADES REGIONAIS, QUE PODEM PROVOCAR VIOLAÇÕES DOS DIREITOS DE SEUS MEMBROS, EM ESPECIAL, DE SUAS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, IDOSOS E PESSOA COM DEFICIÊNCIA. HÁ TAMBÉM, OUTROS FENÔMENOS RESULTANTES DOS PROCESSOS DE EXCLUSÃO: MORADORES DE RUA, MIGRANTES, IDOSOS ABANDONADOS. PERCEBE-SE QUE ESTAS SITUAÇÕES, NEM SEMPRE DECORRENTES DA AUSÊNCIA DE RENDA, SE AGRAVAM NAS PARCELAS DA POPULAÇÃO COM MAIORES ÍNDICES DE DESEMPREGO E POBREZA. A SITUAÇÃO ATUAL DO ESTADO DO TOCANTINS NOS MOSTRA EM PESQUISA RECENTEMENTE REALIZADA PELO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICO - DIEESE, APONTA A INCIDÊNCIA DE QUASE SESSENTA MIL CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE EXPLORAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL. EM RELAÇÃO À CRIANÇA E O ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL, SEGUNDO LEVANTAMENTO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT, HÁ OCORRÊNCIA DE VINTE OITO PONTOS VULNERÁVEIS NO ESTADO, SENDO QUE 90% DESTES SE ENCONTRAM NA BR 153. EXISTE TAMBÉM NO ESTADO CERCA DE 178.614 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, APROXIMADAMENTE 40% É PÚBLICO ALVO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. NO ESTADO AINDA HÁ REGISTRO DE QUINZE INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA - ILP, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PESSOAS IDOSAS QUE SE ENCONTRAM COM REFERENCIA E, OU EM SITUAÇÃO DE AMEAÇA, NECESSITANDO SEREM RETIRADOS DO SEU NÚCLEO FAMILIAR OU COMUNITÁRIO. DESSA FORMA, EM CONSONÂNCIA COM A NOB/SUAS NO ITEM 23 GESTÃO DO ESTADO, LETRA "L" , É PRIORIDADE REALIZAR AS AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, E O NÃO CUMPRIMENTO PODEM LEVAR AO ACIRRAMENTO DA DESIGUALDADE E DA POBREZA E CONSEQÜENTEMENTE O AUMENTO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS. ASSIM, AS LINHAS DE ATUAÇÃO COM AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO DEVEM ABRANGER DESDE O PROVIMENTO DE SEU ACESSO A SERVIÇOS DE APOIO E SOBREVIVÊNCIA, ATÉ SUA INCLUSÃO EM REDES SOCIAIS DE ATENDIMENTO E DE SOLIDARIEDADE.
Estratégia:	A ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGUNDO A LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS, É DIREITO DO CIDADÃO E DEVER DO ESTADO, É POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL NÃO CONTRIBUTIVA, QUE PROVÊ OS MÍNIMOS SOCIAIS, REALIZADA ATRAVÉS DE UM CONJUNTO INTEGRADO DE AÇÕES DE INICIATIVA PÚBLICA E DA SOCIEDADE, PARA GARANTIR O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES BÁSICAS E TEM POR OBJETIVO A PROTEÇÃO À FAMÍLIA, À MATERNIDADE, À INFÂNCIA, À ADOLESCÊNCIA E À VELHICE. DESTA FORMA, OS PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS APRESENTAM CRITÉRIOS DE EXIGIBILIDADE DIFERENCIADOS. O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI) VISA ATENDER CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATÉ 16 ANOS, EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL. O SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, PRIMEIRO SERVIÇO A SER OFERTADO PELO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS, ATENDENDO ESTE PÚBLICO ALVO VÍTIMAS DE ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL. NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL TAMBÉM É ATENDIDO PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VÍTIMA DE MAUS TRATOS, ABANDONO E EM REGIME DE ABRIGO QUE SE ENCONTRAM COM OS VÍNCULOS FAMILIARES ROMPIDOS OU FRAGMENTADOS. JÁ O ATENDIMENTO DAS PESSOAS IDOSAS, QUE, SEGUNDO O ESTATUTO DO IDOSO, ACIMA DE 60 ANOS, SÃO ATENDIDAS NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA, VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E EM SITUAÇÃO DE ROMPIMENTO DOS VÍNCULOS FAMILIARES. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS É DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ENTRETANTO OS MUNICÍPIOS QUE ESTÃO SOB A GESTÃO DO ESTADO, A EXECUÇÃO DOS RECURSOS É DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. SEGUNDO A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL O MONITORAMENTO DEVERÁ SER REALIZADO NO ÂMBITO DAS 3 ESFERAS DE GOVERNO. ESTÁ EM DISCUSSÃO O SISTEMA ESTADUAL DE MONITORAMENTO COM A ELABORAÇÃO DE UM INSTRUMENTAL PARA AVALIAÇÃO DE TODOS OS SERVIÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS OFERECIDOS NO MUNICÍPIO.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANCIA CO-FINANCIADOS	QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA CO-FINANCIADAS	1	2006	15
PERCENTUAL DE APAE CO-FINANCIADA	QUANTIDADE DE APAE CO-FINANCIDA / QUANTIDADE DE APAE EXISTENTE NO ESTADO X 100	63	2006	100
TAXA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES RETIRADAS DO TRABALHO INFANTIL	QUANTIDADE DE CRIANÇAS BENEFICIÁRIAS DO PETI / NÚMERO DE CRIANÇAS NA CONDIÇÃO DE TRABALHO INFANTIL X 100	44	2006	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3071	ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL.	420.160,00	389.859,76	92,79	UNIDADE	6.552	110	1,68
3072	IMPLEMENTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.	68.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
4162	ENFRENTAMENTO À VIOLAÇÃO DOS DIREITOS.	80.000,00	52.589,09	65,74	UNIDADE	20	20	100,00
4163	IMPLEMENTAÇÃO DO ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA.	303.000,00	36.313,32	11,98	UNIDADE	28	3	10,71
4164	IMPLEMENTAÇÃO DE ATENDIMENTO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA.	1.282.510,00	910.847,62	71,02	UNIDADE	34	28	82,35
TOTAL		2.153.670,00	1.389.609,79	64,52	-	-	-	-

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual de Assistência Social.

QUADRO 250 – FINALÍSTICO - 0033

PROGRAMA - PROVIDA	
Objetivo:	REDUZIR A DESNUTRIÇÃO NO ESTADO POR MEIO DE AÇÕES QUE PROMOVAM A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, NA REALIZAÇÃO DO DIREITO DE TODOS AO ACESSO REGULAR E PERMANENTE A ALIMENTOS DE QUALIDADE, EM QUANTIDADE SUFICIENTE, SEM COMPROMETER O ACESSO A OUTRAS NECESSIDADES ESSENCIAIS, TENDO COMO BASE PRÁTICAS ALIMENTARES PROMOTORAS DE SAÚDE QUE RESPEITEM A DIVERSIDADE CULTURAL, ECONÔMICA E SOCIALMENTE SUSTENTÁVEL.
Justificativa:	NO ESTADO DO TOCANTINS EXISTE UM ALTO ÍNDICE DE DESNUTRIÇÃO, SEGUNDO O SISTEMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - SISVAN EM 2006, O ÍNDICE FOI DE 6.01%, ENTRE CRIANÇAS E GESTANTES, O MESMO ÍNDICE CHEGA AO PERCENTUAL DE 20% NAS REGIÕES SUDESTE E EXTREMO NORTE. A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS, PRECONIZA UM ÍNDICE INFERIOR A 10%. A IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL VISAM ERRADICAR A DESNUTRIÇÃO NO ESTADO, PROPORCIONANDO CONHECIMENTO, CAPACITAÇÃO, AVALIAÇÃO, FORMULAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS QUE ASSEGUREM ATENDIMENTO NUTRICIONAL A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, CONTRIBUINDO PARA O ACESSO PERMANENTE A ALIMENTOS SAUDÁVEIS RESPEITANDO AS CARACTERÍSTICAS E HÁBITOS ALIMENTARES DE CADA REGIÃO.
Estratégia:	PARA CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA SERÃO IMPLEMENTADAS AÇÕES QUE PREVÊEM A AQUISIÇÃO, ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CONSELHOS DE ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PROMOÇÃO DE EVENTOS, CAPACITAÇÃO DE ORGANISMOS SOCIAIS, ALÉM DA UTILIZAÇÃO DE PLANTAS NÃO-CONVENCIONAIS NA ALIMENTAÇÃO, VISANDO O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, PARA TANTO SERÃO FIRMADAS PARCERIAS COM ALGUNS ÓRGÃOS COMO: ENTIDADE NÃO GOVERNAMENTAIS, PREFEITURAS MUNICIPAIS, SEDUC, SEPLAN, RURALTINS, FUNASA, BANCO DO BRASIL, CAIXA ECONÔMICA, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, CONSÓRCIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL DO BICO DO PAPAGAIO - CONSAD, A RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO E DO PROVIDA, ATRAVÉS DO DESLOCAMENTO DE SUA EQUIPE ATE OS MUNICÍPIOS ALVO. A RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS E DE FORNECER INFRA-ESTRUTURA LOCAL PARA REALIZAÇÃO DAS AÇÕES BEM COMO MOBILIZAR EQUIPES LOCAIS E SOCIEDADE PARA AS MESMAS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS E GESTANDES DESNUTRIDAS	ÍNDICE INFORMADO PELO SISVAN	6,01	2006	5

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3073	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO ALIMENTAR.	279.575,00	4.855,98	1,74	UNIDADE	27	1	3,70
3074	REALIZAÇÃO DE PESQUISA EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.	35.000,00	9.850,00	28,14	UNIDADE	32	12	37,50
4165	MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO ALIMENTAR.	220.000,00	78.564,96	35,71	UNIDADE	25	16	64,00
4166	ASSISTÊNCIA ÀS COMUNIDADES TRADICIONAIS PARA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NÃO-CONVENCIONAIS.	20.000,00	5.276,25	26,38	UNIDADE	8	8	100,00
4167	ASSISTÊNCIA ÀS ESCOLAS PARA UTILIZAÇÃO DE PLANTAS NÃO-	20.000,00	5.859,00	29,30	UNIDADE	8	8	100,00

	CONVENCIONAIS NA MERENDA ESCOLAR.							
4168	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ORIENTAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL.	655.175,00	275.062,98	41,98	UNIDADE	122	200	163,93
4169	SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA FAMÍLIAS COM INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.	4.749.990,00	3.630.890,16	76,44	UNIDADE	14.488	15.000	103,53
TOTAL		**5.979.740,00**	**4.010.359,33**	**67,07**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual de Assistência Social.

QUADRO 251 – FINALÍSTICO - 0034

PROGRAMA - INCLUSÃO PRODUTIVA	
Objetivo:	CRIAR OPORTUNIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA DE FORMA SUSTENTÁVEL ATRAVÉS DE UNIDADES PRODUTIVAS PARA PESSOAS E FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA PRIORITARIAMENTE AS ASSISTIDAS POR PROGRAMAS SOCIAIS.
Justificativa:	NO TOCANTINS, MAIS DE 80% DOS MUNICÍPIOS POSSUI POPULAÇÃO INFERIOR A 10.000 HAB, DESSAS PESSOAS, 5,88% RECEBEM ATÉ ½ SALÁRIO MÍNIMO DE RENDA MENSAL E 21,42% NÃO POSSUEM RENDIMENTOS (IBGE/PNAD/2000). CONTRARIANDO ESTA REALIDADE SOCIAL CONSTATADA, O ESTADO POSSUI RICO POTENCIAL PRODUTIVO QUE NECESSITA SER EXPLORADO E RACIONALIZADO PARA O DESENVOLVIMENTO DESSAS COMUNIDADES CARENTES. A ESCASSEZ DE EMPREGO E RENDA GERA FORTE DEPENDÊNCIA DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO PODER PÚBLICO, TORNANDO-SE COMUNS PEDIDOS DE CESTAS BÁSICAS, PASSAGENS, REMÉDIOS E OUTRAS SOLICITAÇÕES. DAÍ, A NECESSIDADE DE IMPLANTAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS NOS MUNICÍPIOS, ATRAVÉS DO PROGRAMA INCLUSÃO PRODUTIVA, MINIMIZANDO A VULNERABILIDADE SOCIAL BEM COMO A DESONERAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Estratégia:	AS AÇÕES SERÃO DESENVOLVIDAS TENDO COMO CRITÉRIO DE ELEGEBILIDADE A VOCAÇÃO ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS, DE FORMA DIRETA, TENDO COMO PARCEIROS AS PREFEITURAS, ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES AFINS, ENTRE OUTROS. OS MESMOS FARÃO A TRIAGEM DAS FAMÍLIAS A SEREM CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA, SENDO QUE O CRITÉRIO DE INSERÇÃO DAS FAMÍLIAS ELABORADO A PARTIR DOS ÍNDICES OFICIAIS QUE MEDEM O NÍVEL DE POBREZA E RESPECTIVO GRAU DE RISCO SOCIAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
PERCENTUAL DE UNIDADES PRODUTIVAS IMPLANTADAS E IMPLEMENTADAS EM RELAÇÃO ÀS METAS	TOTAL DE UNIDADES PRODUTIVAS IMPLANTADAS DIVIDIDO PELA META ESTIPULADA	16	2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3075	CAPACITAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DOS PROJETOS DE INCLUSÃO PRODUTIVA.	60.000,00	1.311,35	2,19	UNIDADE	122	200	163,93
3076	REVITALIZAÇÃO DE UNIDADES DE INCLUSÃO PRODUTIVA.	155.000,00	35.770,62	23,08	UNIDADE	7	4	57,14
3077	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE INCLUSÃO PRODUTIVA.	538.840,00	400.000,87	74,23	UNIDADE	7	3	42,86
3078	PROMOÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO EMPREENDEDORISMO.	399.000,00	321.444,01	80,56	UNIDADE	20	15	75,00
3217	TROCA SOLIDÁRIA.	72.000,00	33.915,55	47,10	UNIDADE	50	31	62,00
TOTAL		**1.224.840,00**	**792.442,40**	**64,70**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual de Assistência Social.

QUADRO 252 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0035

PROGRAMA - GESTÃO DAS POLÍTICAS DA SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
Objetivo:	FORMULAR E COORDENAR POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE GESTORES TÉCNICOS E CONSELHEIROS; REALIZAR EVENTOS E PESQUISAS SOCIAIS; ELABORAR ESTUDOS, PESQUISA E PROJETOS TÉCNICOS; MONITORAR, AVALIAR E DIVULGAR PROGRAMAS E AÇÕES; BEM COMO, IMPLANTAR SISTEMA DE INFORMAÇÃO QUE CONTRIBUA PARA O APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Justificativa:	O NOVO SISTEMA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRAZ MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS A PARTIR DA LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS - LEI Nº 8.742 DE 07/12/1993 E DA NOB-SUAS, QUE ESTABELECEM DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PNAS. ESSES INSTRUMENTOS LEGAIS DISCIPLINAM RESPONSABILIDADES E COMPETÊNCIAS DAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO DE FORMA COMPARTILHADA. O ESTADO ASSUME A GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, DENTRO DO SEU ÂMBITO DE COMPETÊNCIA TENDO A

	RESPONSABILIDADE DE ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES E APOIO TÉCNICO PARA A ESTRUTURAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS MUNICÍPIOS. QUANTO A POLÍTICA PÚBLICA DO TRABALHO O ESTADO TAMBÉM ASSUME NO ÂMBITO DE SUA COMPETÊNCIA A RESPONSABILIDADE DE ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO, EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E AÇÕES QUE CONTRIBUAM PARA REDUÇÃO ÍNDICE DE DESEMPREGO, AMPLIAÇÃO DAS POSSIBILIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHADOR. NESSE SENTIDO A IMPLANTAÇÃO DESTE PROGRAMA PREVENIRÁ O OCASIONAMENTO DE DISFUNÇÕES NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS E NA PRECARIZAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DO CORPO TÉCNICO E, AINDA, POSSIBILITARÁ AMPLIAÇÃO DA ATUAÇÃO DAS ENTIDADES DE CONTROLE SOCIAL NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Estratégia:	A SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL CRIOU NO ÂMBITO DA SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL O NÚCLEO DE GESTÃO DO SUAS, ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 105 EM 30 DE MAIO DE 2007, QUE COORDENARÁ A GESTÃO DE POLÍTICAS DO SUAS, PROPORCIONANDO ASSESSORIA TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PAS. O NÚCLEO SERÁ RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDAMENTADO NA REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA A PARTIR DAS REFERÊNCIAS: VIGILÂNCIA SOCIAL, PROTEÇÃO SOCIAL E DEFESA SOCIAL E INSTITUCIONAL. O CUMPRIMENTO DAS REFERÊNCIAS ACIMA MENCIONADAS SERÁ EFETIVADO A PARTIR DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA, IMPLANTAÇÃO DE OUVIDORIA, SISTEMA DE INFORMAÇÃO, CAPACITAÇÕES, ARTICULAÇÕES REGIONAIS E MUNICIPAIS, APOIO ÀS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL, REALIZAÇÃO DE PESQUISAS, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL E OUTROS SERVIÇOS QUE FORTALEÇAM OS DIREITOS SÓCIO-ASSISTÊNCIAS. NO ÂMBITO DO TRABALHO O PLANEJAMENTO E A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES SERÃO DESENVOLVIDAS DE FORMA INTEGRADA PELA DIRETORIA DE MONITORAMENTO E ESTATÍSTICA, EM PARCERIA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO, AS DIRETORIAS DE GESTÃO DOS NÚCLEOS DO SINE, DE EMPREGOS E PROGRAMAS ESPECIAIS, DE QUALIFICAÇÃO E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA E COM O CONSELHO ESTADUAL DE RELAÇÕES DO TRABALHO. O MINISTÉRIO DO TRABALHO AINDA SERÁ PARCEIRO NO CO-FINANCIAMENTO DA QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS E GESTORES, BEM COMO NO FORNECIMENTO DE DADOS ESTATÍSTICOS ATRAVÉS DO CADASTRO GERAL DE EMPREGO E DESEMPREGO - CAGED, E DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DAS AÇÕES DE EMPREGO - SIGAE. A SUPERINTENDÊNCIA DO TRABALHO, ATRAVÉS DA DIRETORIA DE MONITORAMENTO E ESTATÍSTICA, CABERÁ O GERENCIAMENTO, A EXECUÇÃO E A ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO DO PROGRAMA, BEM COMO O MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE ESTÍMULO AO EMPREGO E INCLUSÃO PRODUTIVA E O DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTOS PARA AVALIAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
ÍNDICE DE EXECUÇÃO DA METAS FÍSICAS DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS	SOMATÓRIA DOS PERCENTUAIS DE EXECUÇÃO DAS METAS FÍSICAS DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS / PELO NÚMERO DE PROGRAMAS FINALÍSTICOS	65,52	2007	80
ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS METAS FINANCEIRAS DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS	SOMATÓRIA DOS PERCENTUAIS DE EXECUÇÃO DAS METAS FINANCEIRAS DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS / PELO NÚMERO DE PROGRAMAS FINALÍSTICOS	59,03	2007	80

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3081	IMPLANTAÇÃO DE OUVIDORIA.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	0	0,00
3101	IMPLANTAR O SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO SUAS.	68.850,00	7.840,00	11,39	UNIDADE	1	0	0,00
4170	EDUCAÇÃO CONTINUADA DOS TRABALHADORES DO SUAS.	329.610,00	73.988,25	22,45	UNIDADE	200	600	300,00
4171	FORTALECIMENTO ÀS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL.	562.430,00	280.074,37	49,80	UNIDADE	4	4	100,00
4172	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL.	308.500,00	111.305,63	36,08	UNIDADE	139	40	28,78
TOTAL		**1.269.390,00**	**473.208,25**	**37,28**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual de Assistência Social.

QUADRO 253 – FINALÍSTICO - 0044

PROGRAMA - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Objetivo:	PROMOVER AÇÕES DE PREVENÇÃO ÀS SITUAÇÕES DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL PARA ASSEGURAR O FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS FAMILIARES, COMUNITÁRIOS E EMANCIPAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA.
Justificativa:	PARA CONSOLIDAR E FORTALECER A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA DE DIREITO DO CIDADÃO E DEVER DO ESTADO, FOI PENSADO UM NOVO MODELO DE GESTÃO QUE VEM SENDO IMPLEMENTADO NO DECORRER DE DOIS ANOS, O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-SUAS, QUE ASSEGURA A CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS UNIVERSAIS, ESTABELECENDO NOVAS DIRETRIZES E REORGANIZANDO SEUS PROGRAMAS, PROJETOS, SERVIÇOS E BENEFÍCIOS. BASEADO NESSA PERSPECTIVA DE AVANÇOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL, CAPAZ DE PROMOVER DE FORMA INTEGRADA ÀS DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS O PROCESSO DE PROMOÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL DOS CIDADÃOS BRASILEIROS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, DESPROVIDOS DE MEIOS PARA A SUA SOBREVIVÊNCIA, POR IMPERAR AS DESIGUALDADES E A DISPARIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.PARA TANTO, O SUAS É UM MODELO DE GESTÃO QUE REORGANIZA UMA ESTRUTURA

	DESCENTRALIZADA, PARTICIPATIVA E DEMOCRÁTICA, CONSTITUINDO UMA REDE DE SERVIÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS, QUE SE RELACIONA COM AS DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS. A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA É FUNDAMENTAL PARA GARANTIR A PROMOÇÃO E O ACESSO DAS FAMÍLIAS AOS BENS E SERVIÇOS OFERTADOS PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS, PORTANTO, A AUSÊNCIA DESTES SERVIÇOS PREVENTIVOS QUE ABRANGEM A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA PODERÁ ACIRRAR O CICLO INTERGERACIONAL DA POBREZA. SUGESTÕES: DEMONSTRAR A REALIDADE SOCIAL DO ESTADO NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO BÁSICA, CITAR ÍNDICES QUE EVIDENCIAM ESSA REALIDADE; APRESENTAR AS CONDIÇÕES FAVORÁVEIS OU DESFAVORÁVEIS QUE CONTRIBUAM OU NÃO PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA.
Estratégia:	AS AÇÕES SERÃO DESENVOLVIDAS POR MEIO DE PARCERIAS COM A UNIÃO, OS MUNICÍPIOS E COM A REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS, POR MEIO DO APRIMORAMENTO DA GESTÃO MEDIANTE OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO, CAPACITAÇÃO E APOIO TÉCNICO, ATRAVÉS DE PROGRAMAS, PROJETOS, SERVIÇOS, TRANSFERÊNCIA DE RENDA E INCLUSÃO PRODUTIVA. SUGESTÕES: DESCREVER OS CRITÉRIOS DE EXIGIBILIDADE PARA ACESSO AOS PRODUTOS E BENEFÍCIOS DO PROGRAMA; RESPONSABILIDADE PELO GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES; FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES, EXPLICITANDO OS AGENTES E PARCEIROS; MECANISMOS (SISTEMAS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO) PARA ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL IMPLANTADOS	QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS COM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL IMPLANTADOS	44	2007	93

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4174	IMPLEMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERTADOS NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS.	130.000,00	1.717,50	1,32	UNIDADE	139	0	0,00
4175	PROMOÇÃO DA GESTÃO DO CADASTRO ÚNICO DOS PROGRAMAS SOCIAIS.	167.000,00	102.458,63	61,35	UNIDADE	139	60	43,17
4176	PROMOÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO AO IDOSO.	395.582,00	206.846,16	52,29	UNIDADE	139	26	18,71
4177	PROMOÇÃO DO ACESSO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.	14.424,00	4.299,93	29,81	UNIDADE	139	45	32,37
4178	REALIZAÇÃO DE CO-FINANCIAMENTO À GESTÃO MUNICIPAL PARA A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.	781.621,00	348.903,20	44,64	UNIDADE	139	92	66,19
TOTAL		**1.488.627,00**	**664.225,42**	**44,62**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Estadual de Assistência Social.

VALOR TOTAL DAS AÇÕES A CARGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Autorizado	**Executado**	**% Exec.**	**Saldo**
38.349.267,00	21.955.351,91	57,25	16.393.915,09

3.2.3.22 FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DO TOCANTINS

O Fundo Social de Solidariedade do Estado do Tocantins foi criado pela Lei n.º 1.524, de 17 de dezembro de 2004, vinculado a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, destinado ao atendimento da despesa, total ou parcial, com o implemento de políticas, ações, projetos e serviços sociais a cargo do Secretário Extraordinário para Políticas Governamentais de Desenvolvimento Social, que tenham por finalidade:

- A melhoria da qualidade de vida dos segmentos mais carentes da população;
- A solidariedade educativa com resgate da dignidade humana, à capacitação profissional e à geração de emprego e renda;
- A ampliação de parcerias com entidades públicas e privadas;
- A coordenação e a execução complementares das ações e serviços voltados para a proteção aos carentes, à família, à maternidade, à criança, ao adolescente e às pessoas portadoras de necessidades especiais; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de necessidades especiais e a promoção de sua integração à vida comunitária e a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- Apoiar técnica e financeiramente os serviços, programas e projetos de enfrentamento da pobreza; em conjunto com os municípios, às ações assistenciais em caráter de emergência.

As atribuições do Fundo Social de Solidariedade do Estado do Tocantins foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa Finalístico - Tocantins Solidário. Para esse programa foram autorizados recursos da ordem de **R$ 7.177.373,00**, com execução de **27,67%**, ou seja, **R$ 1.985.694,51**, como demonstrados a seguir.

QUADRO 254 – FINALÍSTICO - 0041

PROGRAMA - TOCANTINS SOLIDÁRIO	
Objetivo:	PROMOVER ATENDIMENTO EMERGENCIAL A FAMÍLIAS E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL, CONTRIBUINDO PARA QUE ESTAS ESTABELEÇAM OS ALICERCES DA CIDADANIA PLENA.
Justificativa:	A DÍVIDA SOCIAL PROVOCADA POR DÉCADAS DE AUSÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS, ECONÔMICAS E DE SAÚDE PÚBLICA EFICIENTES, FAVORECEU PARA QUE TENHAMOS BAIXO NÍVEL EDUCACIONAL, ALTO ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DE RENDA E DEFICIENTE ATENDIMENTO NA SAÚDE PÚBLICA. DADA A FRAGILIDADE SOCIAL E ECONÔMICA DE PARTE SIGNIFICATIVA DA SOCIEDADE TOCANTINENSE, É QUE AÇÕES SOLIDÁRIAS E EMERGÊNCIAS SÃO FUNDAMENTAIS PARA MINIMIZAR OS EFEITOS DESTA DÍVIDA SOCIAL.
Estratégia:	O PROGRAMA DEVE ATENDER PRIORITARIAMENTE PESSOAS OU FAMÍLIAS SOCIAIS E ECONOMICAMENTE VULNERÁVEIS, BEM COMO A COMUNIDADE EM GERAL EM CASO DE CALAMIDADE PÚBLICA. O ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES SERÁ POR DEMANDA E POR CONSTATAÇÃO DAS NECESSIDADES EM OBSERVÂNCIA AOS CRITÉRIOS DE PRIORIDADE JÁ ESTABELECIDOS. A SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL EXECUTARÁ DIRETAMENTE AS AÇÕES QUE CUMPRAM O OBJETIVO DO PROGRAMA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE MUNICÍPIOS EM ESTADO DE CALAMIDADE ATENDIDOS PELA SETAS	QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA SETDS / QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS DOS QUAIS FORAM DECRETADOS ESTADO DE CALAMIDADE	100	2007	100

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4232	ATENDIMENTO EMERGENCIAL A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	6.672.373,00	1.825.974,64	27,37	UNIDADE	139	139	100,00
4233	MANUTENÇÃO DA CASA DE APOIO VERA LÚCIA.	505.000,00	159.719,87	31,63	UNIDADE	1	1	100,00
TOTAL		**7.177.373,00**	**1.985.694,51**	**27,67**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo Social de Solidariedade do Estado do Tocantins.

3.2.3.23 FUNDO ESTADUAL DE DEFENSORIA PÚBLICA

A Lei n.º 1.251, de 20 de setembro de 2001, criou o Fundo Estadual de Defensoria Pública, e suas atribuições de gestão estão vinculadas à Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

O objetivo desta unidade é prover os recursos necessários ao desenvolvimento das ações de Defensoria Pública por meio da aquisição de equipamentos, implantação e implementação de Núcleos Regionais de Defensoria Pública, treinamento de servidores, promoções e eventos científicos e educativos e edição de material técnico-educativo.

As atribuições do Fundo Estadual de Defensoria Pública foram desenvolvidas por meio da ação estruturada no Programa Finalístico, como demonstrado no quadro abaixo.

QUADRO 255 – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0128

PROGRAMA – GESTÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA	
Objetivo:	FORTALECER A INSTITIIÇÃO EM PAPEL POLÍTICO E SOCIAL, RELEVANTE PARA O CONTEXTO NACIONAL, BEM COMO, MANTER RELAÇÕES INSTITUCIONAIS CONSTANTES COM OS DEMAIS PODERES, ATÉ MESMO COM INSTITUIÇÕES SIMILARES EM NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL, CONTRIBUINDO PARA A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO DE SUA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.
Justificativa:	O PROGRAMA VISA ESTRUTURAR AS UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA NOS MUNICIPIOS,PROMOVENDO A QUALIDADE NOS ATENDIMENTOS, DIVULGANDO OS SERVIÇOS PRESTADOS PELA INSTITUIÇÃO, ENVOLVENDO ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS EM PROGRAMAS SÓCIO-EDUCATIVOS PARA OS MUNICIPIOS DE DIFÍCIL ACESSO E DE BAIXA RENDA PER CAPTA, PROPORCIONANDO A COMUNICADE LOCAL ACESSO AOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS, OBJETIVANDO AMENIZAR OS PROBLEMAS REGIONAIS APRESENTADOS COMO: MOROSIDADE NOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS, DIFICULDADE DA POPULAÇÃO AO ACESSO À JUSTIÇA, ALTO ÍNDICE DE CRIMINALIDADE, ENTRE OUTROS PROBLEMAS IDENTIFICADOS PELA POPULAÇÃO DE CADA LOCALIDADE TOCANTINENSE.
Estratégia:	O PROGRAMA SERÁ IMPLEMENTADO POR MEIO DE PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS, COOPERAÇÃO TÉCNICA COM OS SETORES PÚBLICOS: FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, ALÉM DO SETOR PRIVADO E COMUNIDADE EM GERAL. O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA COMPREENDENDO CONSTRUÇÕES, REFORMAS, MELHORIAS E AMPLIAÇÕES NAS ESTRUTURAS FÍSICAS DA SEDE DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL E DAS UNIDADES DE ATENDIMENTOS INSTALADAS EM DIVERSOS MUNICIPIOS DO TOCANTINS, BEM COMO, AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA ATENDER AS COMARCAS NO INTERIOR DO ESTADO , AS COORDENADORIAS E A SEDE ADMINISTRATIVA DA DEFENSORIA; APARELHAR E EQUIPAR COM MOBILIÁRIOS AS REFERIDAS UNIDADES; E MODERNIZAR O SISTEMA DA INFORMAÇÃO COM INSTRUMENTOS TECNOLÓGICOS INDISPENSÁVEIS AO DESEMPENHO DOS SERVIÇOS DA INSTITUIÇÃO. PROMOVER CURSOS E CAPACITAÇÕES PARA OS DEFENSORES PÚBLICOS E SERVIDORES VISANDO MANTER OS PROFISSIONAIS CAPACITADOS E ATUALIZADOS PARA O DESEMPENHO DE SUAS ATRIBUIÇÕES.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO	SOMATORIO DAS TAXAS DE TODAS A AÇÕES DIVIDIDO PELA QUANTIDADE DE AÇÕES	17,5	30/09/2008	88

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
4425	APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS DA DEFENSORIA PÚBLICA.	59.000,00	16.210,00	27,47		3	1	33,33
TOTAL		**59.000,00**	**16.210,00**	**27,47**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 – Processo de Prestação de Contas/2009 da Fundo Estadual de Defensoria Pública.

3.2.3.24 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

A Lei n.º 1.226, de 06 de junho de 2001, que instituiu a Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano, em seu Art. 6º, criou o Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental do Estado do Tocantins.

Tem como base legal: Lei n.º 1.128, de 1º de fevereiro de 2000 - institui o projeto orla e adota outras providências; Lei nº 1.363, de 31 de dezembro de 2002 - dispõe sobre aporte ao capital da sociedade orla participações e investimentos s.a. em bens imóveis que especifica; Lei n.º 1.757, de 2 de janeiro de 2007 - Dispõe sobre a Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano e adota outras providências; Lei n.º 1.950, de 7 de agosto de 2008 - Dispõe sobre a organização da estrutura básica do Poder Executivo e adota outras providências; Decreto n.º 3.460, de 12 de agosto de 2008 - Dispõe sobre a organização dos órgãos e entidades do Poder Executivo e adota outras providências.

A missão do Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental, é conferir suporte financeiro às ações da Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano, no que tange às obras de infra-estrutura, paisagismo e preservação ambiental do Projeto Orla, de maneira a disciplinar a ocupação e o uso do solo nas margens do Lago de Palmas, de forma a assegurar a conservação dos ecossistemas locais, a harmonia social e a melhoria da qualidade de vida da população.

As atribuições do Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa Finalístico – Cidade para Todos. Para este programa foram autorizados recursos na ordem de **R$ 5.475.832,00,** com execução de **68,86%** do montante autorizado.

QUADRO 256 – FINALÍSTICO - 0098

PROGRAMA – CIDADE PARA TODOS	
Objetivo:	MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DE CIDADES EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS, REDUZIR OS RISCOS AMBIENTAIS E DE PROLIFERAÇÕES DE DOENÇAS ENDÊMICAS ORIUNDAS DE AUSÊNCIA DE URBANIZAÇÃO MEDIANTE SUA URBANIZAÇÃO E SUA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, INTEGRANDO-AS AO TECIDO URBANO E A CIDADE LEGALMENTE CONSTITUÍDA.
Justificativa:	A EXTENSÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS URBANOS PARA ESSA CLIENTELA SERÁ UM PODEROSO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DE DESIGUALDADES SOCIAIS, POIS ALEM DA HABITAÇÃO AS NECESSIDADES BÁSICAS DA POPULAÇÃO CONSISTEM NOS SERVIÇOS URBANOS, TAIS COMO, REDE DE ÁGUA TRATADA, REDE DE ENERGIA ELÉTRICA, SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO ESGOTO, INFRA-ESTRUTURA DO SISTEMA VIÁRIO E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E COMUNITÁRIOS, A METODOLOGIA E A CONCEPÇÃO DOS PROGRAMAS PODEM VARIAR CONFORME AS MODALIDADES DE INTERVENÇÃO, PODENDO OS MESMOS, SEREM COMBINADOS PARA MELHOR ATENDER A DEMANDA.
Estratégia:	O GOVERNO ESTADUAL COORDENARÁ AÇÕES SETORIAIS DE HABITAÇÃO, SANEAMENTO AMBIENTAL, INFRA-ESTRUTURA, E SERVIÇOS URBANOS, A FIM DE PRODUZIR GANHOS DE ESCALA NO EQUACIONAMENTO DE PROBLEMAS URBANOS, ESPECIALMENTE OS VOLTADOS ÀS POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA; A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS URBANOS NAS REGIÕES CRÍTICAS DEPENDE ESSENCIALMENTE DO EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DESSES INVESTIMENTOS; A ALAVANCAGEM DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS E INTERNOS EM COMPLEMENTAÇÃO AOS RECURSOS DE CONTRAPARTIDA DO ESTADO E MUNICÍPIOS CONTARÁ COM O APOIO DO GOVERNO FEDERAL.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
AUMENTO DA INCLUSÃO SOCIAL URBANA	NÚMERO DA POPULAÇÃO BENEFICIADA COM MELHORIA URBANA / NÚMERO DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS X 100	0	dez/2009	20

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3205	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS VIAS.	2.201.569,00	1.190.613,66	54,08	m²	15.000	85.368	569,12
3206	IMPLANTAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIIÇÃO DE ÁGUA.	252.423,00	81.385,47	32,24	m	16.000	3.318	20,74
3207	CONSTRUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL.	1.759.090,00	1.703.572,31	96,84	m	29.000	7.325	25,26
3208	INSTALAÇÃO DE REDE ELÉTRICA.	114.335,00	34.335,44	30,03	m	13.000	6.650	51,15
3209	INSTALAÇÃO DE REDE DE ESGOTO.	550.000,00	401.163,03	72,94	m	13.000	10.000	76,92
3210	ABERTURA DE VIAS DE ACESSO.	0,00	0,00	0,00	m²	18.000	0	0,00
3211	DEMARCAÇÃO DE MACROPARCELAMENTO.	120.015,00	60.015,67	50,01	UNIDADE	8	3	37,50
3212	CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS E MELHORIA URBANA.	268.400,00	171.316,92	63,83	UNIDADE	3	0	0,00
3213	IMPLANTAÇÃO DE MICROPARCELAMENTO.	180.000,00	128.271,77	71,26	UNIDADE	8	3	37,50
4261	RESSARCIMENTO DO CANCELAMENTO DE CONTRATO DE LOTES.	30.000,00	0,00	0,00	UNIDADE	6	0	0,00
TOTAL		**5.475.832,00**	**3.770.674,27**	**68,86**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Desenvolvimento Urbano e Preservação Ambiental.

3.2.3.25 FUNDO DE APOIO A MORADIA POPULAR

A Lei n.° 1.128, de 1° de fevereiro de 2000, que instituiu o Projeto Orla, em seu art. 5º, criou o Fundo de Apoio a Moradia Popular, inicialmente vinculado à AD-Tocantins que, através do Decreto n.º 1.303, de 27 de setembro de 2001, passou a vincular-se a Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Estado, tendo como finalidade a edificação de moradias, a melhoria das condições habitacionais das famílias de baixa renda e a reinclusão social.

O Fundo de Apoio à Moradia Popular é destinado à edificação de moradias e à melhoria das condições habitacionais. Sua missão é promover a melhoria da qualidade de vida da sociedade e a gestão eficiente das cidades, utilizando como estratégia a captação de recursos com o objetivo de contribuir para o fortalecimento dos programas habitacionais, beneficiando as famílias de baixa renda com a reinclusão social.

As atribuições do Fundo de Apoio a Moradia Popular foram desenvolvidas por meio de ações estruturadas no Programa Finalístico – Habitação para Todos Nós. Para esse programa foram autorizados recursos na ordem de **R$ 600.000,00,** com execução de **29,14%** do montante disponibilizado.

QUADRO 257 – FINALÍSTICO - 0097

PROGRAMA – HABITAÇÃO PARA TODOS NÓS	
Objetivo:	CONTRIBUIR PARA A REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO E QUALITATIVO, VIABILIZANDO O ACESSO À MORADIA DIGNA.
Justificativa:	COM A DIVISÃO DO ESTADO DE GOIÁS, OS MUNICÍPIOS INCORPORADOS AO ESTADO DO TOCANTINS,APRESENTAVAM DEMASIADA CARÊNCIA HABITACIONAL, SITUAÇÃO AGRAVADA COM O PROCESSO MIGRATÓRIO CHEGANDO AO DÉFICIT DE 70.000 UNIDADES HABITACIONAIS (FONTE MIN.DAS CIDADES/2000). ATÉ 2002 OS PROGRAMAS HABITACIONAIS DESENVOLVIDOS NO ESTADO ERAM CONCENTRADOS E VINCULADOS A POLÍTICAS CLIENTELISTAS, NÃO INTEGRADAS E DESCONTÍNUAS. APÓS ESSE PERÍODO, INSTITUI-SE NO ESTADO A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL DESCENTRALIZADA E DEMOCRÁTICA QUE SERÁ CONSOLIDADA A PARTIR DO PROGRAMA HABITAÇÃO PARA TODOS NÓS, ONDE A INCLUSÃO SOCIAL, A PARTICIPAÇÃO POPULAR E A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DO RECURSO PÚBLICO, DARÁ CUMPRIMENTO AO COMANDO CONSTITUCIONAL E PLENO ATENDIMENTO À LEI Nº 10.257/2001 QUE REGE O ESTATUTO DAS CIDADES GARANTINDO O EXERCÍCIO DA CIDADANIA.
Estratégia:	O GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS POR MEIO DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANOSEHAB, ESTARÁ DESENVOLVENDO A POLÍTICA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, EM PARCERIA COM O GOVERNO FEDERAL, PREFEITURAS, ASSOCIAÇÕES, COMUNIDADES E MOVIMENTOS DE LUTA PELA MORADIA, ATENDENDO O MÁXIMO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO INADEQUADA DE MORADIA: CASAS DE ADOBE/LONA/PALHA/MADEIRA OU EM ÁREAS DE RISCO. ESSAS PARCERIAS DOS ENVOLVIDOS NA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA E TÉCNICA NA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA, NA CAPACITAÇÃO DO CORPO TÉCNICO, NO APOIO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS QUANTO À ELABORAÇÃO/EXECUÇÃO DO PROJETO TÉCNICO SOCIAL, FISCALIZAÇÃO DAS ETAPAS INERENTES AO PROGRAMA E AINDA A MOBILIZAÇÃO, FORTALECIMENTO E ORGANIZAÇÃO DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS SERÃO EFETIVADAS POR MEIO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E/OU OUTROS INSTRUMENTOS LEGAIS, SENDO FUNDAMENTAIS PARA A CONSECUÇÃO DO OBJETIVO DO PROGRAMA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL CONSIDERADA A EVOLUÇÃO NACIONAL	NÚMERO DE FAMÍLIAS CONTEMPLADAS COM UNIDADES HABITACIONAIS E CHEQUE MORADIA / DÉFICIT HABITACIONAL NO TOCANTINS X 100	28,14	dez/2007	48

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS RECURSOS (R$)			METAS FÍSICAS			
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3214	IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS URBANAS.	360.000,00	144.007,00	40,00	UNIDADE	4	0	0,00
3215	CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE MÚLTIPLO USO.	240.000,00	30.848,37	12,85	UNIDADE	3	0	0,00
TOTAL		**600.000,00**	**174.855,37**	**29,14**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Apoio a Moradia Popular.

3.2.3.26 FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE POPULAR

A Lei n.° 1.935, de 17 de junho de 2008, criou o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social, vinculado à Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEHAB é destinado a programas, projetos e ações que contemplem:

I – aquisição, construção, conclusão e melhoria de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;

II – produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;

III – urbanização, equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas como interesse social;

IV – implantação e melhoria de saneamento ambiental, infra-estrutura urbana e equipamentos urbanos complementares aos programas habitacionais;

V – aquisição de materiais para construção e reforma de moradias;

VI – intervenção em imóveis deteriorados, visando a recuperação para fins habitacionais de interesse social;

VII – produção e aquisição de imóveis para locação social, inclusive sob forma de arrendamento residencial;

VIII – estudos e pesquisas voltados ao conhecimento das necessidades habitacionais e ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de métodos de gestão e tecnologias, a fim de melhorar a qualidade e redução dos custos das unidades habitacionais;

IX – capacitação dos beneficiários e agentes promotores, com vistas à implementação dos programas e das ações previstos nesta Lei;

X – aquisição de terrenos e glebas destinados a projetos habitacionais;

XI – aquisição de imóveis tombados, visando a sua recuperação para fins habitacionais de interesse social;

XII – outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Gestor do FEHIS/TO ou pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

Não houve execução orçamentária no Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social no exercício de 2009.

QUADRO 258 – FINALÍSTICO - 0097

PROGRAMA – HABITAÇÃO PARA TODOS NÓS	
Objetivo:	CONTRIBUIR PARA A REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO E QUALITATIVO, VIABILIZANDO O ACESSO À MORADIA DIGNA.
Justificativa:	COM A DIVISÃO DO ESTADO DE GOIÁS, OS MUNICÍPIOS INCORPORADOS AO ESTADO DO TOCANTINS,APRESENTAVAM DEMASIADA CARÊNCIA HABITACIONAL, SITUAÇÃO AGRAVADA COM O PROCESSO MIGRATÓRIO CHEGANDO AO DÉFICIT DE 70.000 UNIDADES HABITACIONAIS (FONTE MIN.DAS CIDADES/2000). ATÉ 2002 OS PROGRAMAS HABITACIONAIS DESENVOLVIDOS NO ESTADO ERAM CONCENTRADOS E VINCULADOS A POLÍTICAS CLIENTELISTAS, NÃO INTEGRADAS E DESCONTÍNUAS. APÓS ESSE PERÍODO, INSTITUI-SE NO ESTADO A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL DESCENTRALIZADA E DEMOCRÁTICA QUE SERÁ CONSOLIDADA A PARTIR DO PROGRAMA HABITAÇÃO PARA TODOS NÓS, ONDE A INCLUSÃO SOCIAL, A PARTICIPAÇÃO POPULAR E A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DO RECURSO PÚBLICO, DARÁ CUMPRIMENTO AO COMANDO CONSTITUCIONAL E PLENO ATENDIMENTO À LEI Nº 10.257/2001 QUE REGE O ESTATUTO DAS CIDADES GARANTINDO O EXERCÍCIO DA CIDADANIA.
Estratégia:	O GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS POR MEIO DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANOSEHAB, ESTARÁ DESENVOLVENDO A POLÍTICA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, EM PARCERIA COM O GOVERNO FEDERAL, PREFEITURAS, ASSOCIAÇÕES, COMUNIDADES E MOVIMENTOS DE LUTA PELA MORADIA, ATENDENDO O MÁXIMO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO INADEQUADA DE MORADIA: CASAS DE ADOBE/LONA/PALHA/MADEIRA OU EM ÁREAS DE RISCO. ESSAS PARCERIAS DOS ENVOLVIDOS NA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA E TÉCNICA NA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA, NA CAPACITAÇÃO DO CORPO TÉCNICO, NO APOIO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS QUANTO À ELABORAÇÃO/EXECUÇÃO DO PROJETO TÉCNICO SOCIAL, FISCALIZAÇÃO DAS ETAPAS INERENTES AO PROGRAMA E AINDA A MOBILIZAÇÃO, FORTALECIMENTO E ORGANIZAÇÃO DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS SERÃO EFETIVADAS POR MEIO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E/OU OUTROS INSTRUMENTOS LEGAIS, SENDO FUNDAMENTAIS PARA A CONSECUÇÃO DO OBJETIVO DO PROGRAMA.
Prazo de Execução:	2008-2011

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL CONSIDERADA A EVOLUÇÃO NACIONAL	NÚMERO DE FAMÍLIAS CONTEMPLADAS COM UNIDADES HABITACIONAIS E CHEQUE MORADIA / DÉFICIT HABITACIONAL NO TOCANTINS X 100	28,14	dez/2007	48

AÇÃO		METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS			
		RECURSOS (R$)						
N.°	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.	Unid. Medida	Prev.	Exec.	% Exec.
3216	CONSTRUÇÃO DE MORADIA POPULAR.	1.077.840,00	0,00	0,00	UNIDADE	60	0	0,00
TOTAL		**1.077.840,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

FONTE – PPA 2008-2011 - Processo de Prestação de Contas/2009 do Fundo de Habitação de Interesse Popular.

4 – CONSIDERAÇÕES SOBRE MATÉRIAS ECONÔMICA, ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA E SOCIAL

Visando garantir o cumprimento das políticas públicas o Plano de Governo, composto por programas, ações, atividades e projetos, foi elaborado dando prioridade a melhoria da gestão pública, a recuperação da infraestrutura de serviços essenciais e o desenvolvimento econômico e social.

Em estrita observância aos princípios da administração pública, direcionou-se a execução orçamentária no montante de **R$ 3.706.959.482,38** às áreas administrativo-financeira, social e econômica, nos valores e percentuais a seguir demonstrados no Gráfico n.° 10.

GRÁFICO 10 – Percentual de utilização dos recursos por área Econômica, Administrativo-Financeira e Social

A Gestão da Política de Governo, no exercício de 2009, teve como ponto de partida à busca de um Estado como referência em **modernidade, democracia e desenvolvimento humano**, baseando-se no instrumento de gestão para o quadriênio 2008-2011, que define a linha estratégica estruturada em cinco macroobjetivos, envolvendo, por meio de estratégias de desenvolvimento, as diversas áreas administrativo-financeira, social e econômica.

FIGURA 1 – Macroobjetivos

- **Consolidar o Tocantins como estado competitivo, propiciando a atração e manutenção de investimentos nos diversos setores da economia, com ênfase na multimodalidade de transporte, agronegócio e turismo.**
- **Buscar a ocupação adequada dos espaços visando a harmonização na expansão produtiva e social ao desenvolvimento tecnológico e à preservação ambiental.**
- **Promover o desenvolvimento social do estado do Tocantins, garantindo acesso da população a serviços públicos de qualidade, especialmente em áreas essenciais como saúde e educação.**
- **Ampliar e preservar a qualidade de vida dos cidadãos, proporcionando elevado grau de auto-estima em todos os tocantinenses.**
- **Desenvolver uma cultura moderna de gestão pública, transparente, democrática e orientada para resultados.**

Assim, o Governo do Estado do Tocantins adotou as seguintes estratégias de desenvolvimento:

- Fortalecimento das atividades econômicas sustentáveis, com ênfase no agronegócio e na infraestrutura econômica, aumentando as oportunidades de emprego e renda em todas as cidades e regiões do Estado;

- Desenvolvimento humano e social, garantia dos direitos humanos, valorização do cidadão e sua identidade regional e cultural;

- Gestão pública moderna, transparente, democrática e orientada para resultados, aproximando governo estadual à sociedade, aos governos municipais e federal, e às instituições públicas e privadas, visando estabelecer boas práticas de governança;

- Preservação, conservação e uso adequado dos recursos naturais, com gestão das águas em busca do desenvolvimento sustentável.

4.1 ÁREA ECONÔMICA

No caso da área econômica, as ações do governo tiveram como objetivo consolidar o Estado do Tocantins como estado competitivo, propiciando a atração e manutenção de investimentos nos diversos setores da economia, com ênfase na multimodalidade de transporte, agronegócio e turismo.

Objetivos Estratégicos

- Dotar o Tocantins da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento econômico, fortalecendo as atividades que incrementarão a multimodalidade de transportes;
- Apoiar parcerias público e privadas voltadas para a a consolidação e estruturação do sistema multimodal de transportes;
- Consolidar o Estado do Tocantins como pólo agroindustrial, fortalecendo o agronegócio de forma sustentável;
- Fortalecer as atividades de turismo, gerando alternativas de emprego e renda, a partir das vocações locais;
- Estimular o desenvolvimento do estado com a promoção de mecanismos de fomento à produção,
- Promover políticas e ações coordenadas, voltadas para a atração de investimentos no setor produtivo.

Para a implementação dos programas da área econômica foram alocadas dotações orçamentárias que representam uma execução de recursos no total de **R$ 614.274.406,65**, conforme discriminação no quadro a seguir:

QUADRO 242– PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NA ÁREA ECONÔMICA

PROGRAMAS		UNIDADE EXECUTORA	RECURSOS (R$)		
Nº	NOME		AUTORIZADO	EXECUTADO	%
0012	DEFESA E INSP SANITÁRIA ANIMAL	AG. DE DEFESA AGROP E FUNDO D AGROPECUÁRIA	8.749.863,00	4.884.890,30	55,83
0017	BANCO DA GENTE	FUNDO DE DES ECONÔMICO E SOCIAL	4.289.603,00	3.344.609,59	77,97
0019	DESENV. REGIONAL SUSTENTÁVEL	SEC PLANEJ., INFRA-EST E DEP ESTR RODÁGEM	35.167.688,00	17.649.999,14	50,19
0025	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ESTADUAL	PROCURADORIA GERAL E INSTITUTO DE TERRAS	6.958.070,00	1.142.778,15	16,42
0029	INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	3.777.871,00	1.560.814,50	41,31
0030	ENERGIZAÇÃO URBANA	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	7.521.743,00	1.703.875,26	22,65
0040	ELETRIFICAÇÃO RURAL	SEC. DA INFRA-ESTR E FUNDO DE PREVIDÊNCIA	10.520.551,00	5.764.286,61	54,79
0048	EDUCAÇÃO SANITÁRIA E COMUNICAÇÃO	AG. DEFESA AGROPECUÁRIA	1.664.275,00	721.834,08	43,37
0050	TOCANTINS BIODIVERSIDADE E FLORESTAS	NATURATINS / SEC. DE RECURSOS HÍDRICOS	6.953.663,00	577.227,71	8,30
0060	CONTROLE AMBIENTAL	NATURATINS	4.627.510,00	768.285,29	16,60
0063	VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR - ORGANIZAR, PRODUZIR E AGREGAR	SEC. DA AGRICULTURA / RURALTINS	18.069.225,00	7.944.091,50	43,96
0066	ECOTURISMO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	AG. DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	5.634.000,00	3.571,00	0,06
0068	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	AG. DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	10.774.228,00	1.846.970,28	17,14
0071	PROGRAMA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO – PED	SEC. DA INFRA-ESTRUTURA / DERTINS	999.500,00	189.500,00	18,96

0073	DEFESA E INSPEÇÃO SANITÁRIA VEGETAL	AG. DE DEF. AGROP. / FUND. DEF. AGROPECUÁRIO	2.611.924,00	1.398.578,66	53,55
0079	PAVIMENTAR PARA MELHORAR	DERTINS	469.477.704,00	411.548.799,44	87,66
0080	CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	DERTINS	93.481.149,00	62.588.828,47	66,95
0085	GESTÃO DA POLÍTICA DO AGRONEGÓCIO - TOCANTINS RURAL	SEC. DA AGRICULTURA	3.526.169,00	2.180.157,46	61,83
0090	INFRA-ESTRUTURA HÍDRICAS PARA USO MÚLTIPLOS	SEC. DE RECUROS HÍDRICOS	128.011.804,00	85.178.469,24	66,54
0111	TOCANTINS COMPETITIVO	SEC. DA IND E COMÉRCIO/FUNDO DES. ECONÔMICO	4.206.604,00	539.002,10	12,81
0114	ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS	SEC. DA IND E COMÉRCIO/FUNDO DES. ECONÔMICO	4.756.992,00	468.006,96	9,84
0117	ESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL	SEC. DA IND. E COMÉRCIO/FUNDO DES. ECONÔMICO	5.710.720,00	1.003.794,82	17,58
0119	FOMENTO AO CAPITAL DE EMPRESAS ESTATAIS	RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SEPLAN	0,00	0,00	0,00
0123	GESTÃO DAS CIDADES – MORAR BEM	SEC. DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	2.637.892,00	1.266.036,09	47,99
TOTAL			**840.128.748,00**	**614.274.406,65**	**73,12**

Fonte - Anexo11 Geral do Estado

4.2 ÁREAS ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

No campo administrativo e financeiro as medidas implementadas obedeceram ao norteamento definido no Macroobjetivo que busca desenvolver uma cultura moderna de gestão pública, transparente, democrática e orientada para resultados.

Objetivos Estratégicos

- Fortalecer o planejamento através de articulação permanente, integração das ações de governo, gestão voltada para atendimento às necessidades dos cidadãos, com monitoramento sistemático e avaliação de resultados.
- Aproximar o Governo dos cidadãos, garantindo serviços públicos e atendimento de qualidade, prestados por servidores qualificados, motivados e comprometidos com o serviço público;
- Manter continuamente os parâmetros estabelecidos na legislação fiscal e orçamentária na alocação e execução dos recursos públicos.
- Aprimorar o processo de planejamento participativo, estabelecendo metodologias que facilitem a participação da sociedade e de instituições não governamentais na formulação das políticas públicas.

Com base nesses objetivos estratégicos foram desenvolvidos importantes programas para consolidar os avanços nas áreas administrativa e financeira, com execução de dotações orçamentárias no valor de **R$ 2.544.925.483,81,** discriminados no quadro a seguir:

QUADRO 243 – PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NAS ÁREAS ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

PROGRAMAS		UNIDADE EXECUTORA	RECURSOS (R$)		
Nº	NOME		AUTORIZADO	EXECUTADO	%
0005	INFORMAÇÕES EM SAÚDE	FUNDO EST DE SAÚDE E FUNDAÇÃO MED TROPICAL	747.000,00	27.546,00	3,69
0014	GESTÃO POL. DE CONTR. INT. P EXECUTIVO	CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO	5.038,00	3.036,00	60,26
0015	DEFESA DOS INT. JUR. E PATRIMONIAIS	PROC GERAL E FUNDO EST DE MOD JURÍDICA	21.663.965,00	21.273.383,32	98,20
0018	GESTÃO PARA RESULTADOS	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO	2.993.762,00	290.014,09	9,69
0021	MODERNIZ. ADMINISTRAÇÃO FISCAL	SEC DA FAZENDA E FUNDO MOD E DESENV FAZENDÁRIO	19.537.633,00	5.165.613,10	26,44
0022	GESTÃO FISCAL E DE EXECUÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL	RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEFAZ	479.453.352,00	463.895.354,77	96,76
0023	PROGRAMA EST. DE EDUCAÇÃO FISCAL	SECRETARIA DA FAZENDA	154.559,00	73.091,25	47,29
0026	MODERN. INSTITUCIONAL DO ITERTINS	INST DE TERRAS DO EST DO TOCANTINS	666.330,00	524.464,00	78,71
0027	QUALIDADE DA ESTRUTURA FÍSICA E EQUIPAMENTOS	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	74.037.573,00	39.504.485,57	53,36
0035	GESTÃO DAS POLÍTICAS DA SEC. TRAB. E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	SEC TRAB E DES SOCIAL E FUNDO EST DE ASSIST SOCIAL	3.593.900,00	1.916.636,87	53,33
0037	MODERNIZAÇÃO E EFICIÊNCIA DOS PROCESSOS DO DETRAN	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	3.477.000,00	1.163.405,96	33,46
0039	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	SEC. DA INFRA-ESTRUTURA E FUNDO DE PREVIDÊNCIA	25.810.571,00	23.665.953,36	91,69
0045	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA ADAPEC	ADAPEC / FUNDO DEFESA AGROPECUÁRIA	5.378.000,00	3.379.742,74	62,84
0049	VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	SEC. DA EDUCAÇAO	457.675.556,00	410.750.040,28	89,75
0053	REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS	AGÊNCIA TOC. DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	1.814.500,00	269.370,74	14,85
0055	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	SEC. DE ADM. / FUNDOS DE MOD. GESTÃO PÚBLICA; CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES; ASSIST. À SAÚDE	102.062.840,00	95.517.074,06	93,59
0062	APRIMORAMENTO DA GESTÃO EDUCACIONAL	SEC. DA EDUCAÇÃO	26.417.950,00	24.688.006,19	93,45
0064	GESTASUS	FUNDO EST. DE SAÚDE	5.566.692,00	3.579.057,22	64,29
0070	PROGRAMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	829.977,00	177.010,21	21,33
0074	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO RURALTINS	RURALTINS	6.586.218,00	2.690.677,52	40,85
0076	GESTAO DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE	NATURATINS	3.473.960,00	1.700.965,79	48,96
0078	CONTROLE E QUALIDADE	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS	321.180,00	301.834,50	93,98
0083	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS	JUCETINS	900.000,00	192.659,00	21,41
0086	GESTÃO DA GOVERNADORIA	GABINETE DO GOVERNADOR / VICE-GOVERNADORIA	10.975.800,00	7.316.554,61	66,66
0092	GESTÃO DO ATENDIMENTO AO HOMEM DO CAMPO - NOSSO CLIENTE - CIDADÃO RURAL	SEC. DA AGRICULTURA	4.342.753,00	2.439.082,88	56,16
0093	DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES GOVERNAMENTAIS	SEC. DA COMUNICAÇÃO	38.107.924,00	31.749.595,27	83,31
0103	MODERNIZAÇAO E APARELHAMENTO CONTRA SINISTROS	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS	646.248,00	277.753,02	42,98
0104	MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL E REAPARELHAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA	SEC. DA SEGURANÇA PÚBLICA	19.051.776,00	4.025.155,99	21,13

0115	INFORMAÇÃO PARA O PLANEJAMENTO	SEC. DO PLANEJAMENTO	385.000,00	20.308,76	5,28
0118	GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS	SEC. DA IND. E COMÉRCIO/FUNDO DESENV. ECONÔMICO	3.031.383,00	1.518.738,22	50,10
0120	LIQUIDAÇÃO DE ENTES ESTATAIS	SEC. DE HABIT. E DESENVOLVIMENTO URBANO	22.000,00	15.920,00	72,36
0131	GESTÃO DAS POLÍTICAS DE INFRA-ESTRUTURA	SEC. DA INFRA-ESTRUTURA	2.015.444,00	1.328.409,28	65,91
0132	GESTÃO DAS POLÍTICAS DE GOVERNO	SEC. DO GOVERNO	1.055.634,00	911.351,35	86,33
0195	APOIO ADMINISTRATIVO	DIVERSOS ÓRGÃOS	1.357.663.437,00	1.272.043.141,66	93,69
0196	PREVIDÊNCIA SOCIAL	DIVERSOS ÓRGÃOS	351.071.942,00	122.530.050,23	34,90
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	REC. SOB SUPERVISÃO DA SEPLAN	0,00	0,00	0,00
TOTAL			**3.031.536.897,00**	**2.544.925.483,81**	**83,95**

Fonte - Anexo11 Geral do Estado

4.3 ÁREA SOCIAL

A linha de ação do Governo no campo social norteou-se pelo balizamento definido em três macroobjetivos, sendo traçado como objetivos estratégicos

Macroobjetivo: Buscar a ocupação adequada dos espaços visando a harmonização da expansão produtiva e social ao desenvolvimento tecnológico e à preservação ambiental.

Objetivos Estratégicos

- Fomentar e promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a formação de recursos humanos qualificados, de forma integrada com o projeto de desenvolvimento do Estado e de suas regiões;
- Garantir a sustentabilidade do desenvolvimento econômico e social do Estado, mediante ações que promovam a reutilização das áreas desmatadas, a recuperação de áreas degradadas e nascentes garantindo a preservação do meio ambiente;
- Desenvolver a consciência ambiental na população para uso sustentável e melhor aproveitamento dos recursos naturais;
- Preparar o Tocantins para absorver investimentos de grandes culturas oriundos do biocombustível, energéticos e créditos de carbono, de acordo com as características regionais.
- Prover as cidades e a área rural do Tocantins da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento social e bem-estar de seus cidadãos, compatíveis com a expansão produtiva e respeito ao meio ambiente.
- Apoiar os municípios tocantinenses na definição de uma política de desenvolvimento urbano, voltada para organização humanizada dos espaços, principalmente nas regiões de maior impacto das atividades econômicas.

Macroobjetivo: Promover o desenvolvimento social do Estado do Tocantins, garantindo acesso da população a serviços públicos de qualidade, especialmente em áreas essenciais como saúde e educação.

Objetivos Estratégicos

- Promover, em todo o estado do Tocantins, a inclusão social direcionada para a garantia de direitos e a emancipação dos cidadãos;
- Reduzir a criminalidade, propiciando maior qualidade e agilidade nas investigações, através de novas metodologias e tecnologias, visando fortalecer a credibilidade e respeito da sociedade para com os órgãos de segurança.
- Ampliar o acesso aos serviços de promoção e defesa dos direitos humanos, especialmente aos grupos em situação de vulnerabilidade.
- Operacionalizar as ações e serviços de saúde, com ênfase na estruturação das unidades ambulatoriais e hospitalares, implantação de centros de especialidades médicas e laboratoriais para atendimento de serviços de média e alta complexidade;
- Promover ações de forma continuada visando à melhoria da qualidade do ensino, com aprimoramento da gestão educacional, capacitação continuada de professores, assessoramento pedagógico, monitoramento do processo de aprendizagem e permanência do aluno na escola.

Macroobjetivo: Ampliar e preservar a qualidade de vida dos cidadãos, proporcionando elevado grau de auto-estima em todos os tocantinenses.

Objetivos Estratégicos

- Garantir que o Estado do Tocantins seja um lugar seguro para se viver, investir e produzir, fortalecendo os diversos poderes constituídos e a estabilidade das relações econômicas, políticas e sociais.
- Desenvolver ações visando fortalecer os direitos socioassistencias, especificamente de proteção à família, à maternidade, à infância, a adolescência e à velhice.
- Criar condições favoráveis de estímulo ao emprego e inclusão produtiva, voltadas para a população em situação de risco social e extrema pobreza, ofertando serviços de formação e qualificação profissional, acesso ao microcrédito, articulação institucional e assistência técnica.
- Consolidar a identidade do estado e de suas regiões, por meio de ações que revelem, fortaleçam e disseminem suas diversas manifestações culturais e esportivas, alavancando o orgulho de ser e pertencer ao Tocantins;
- Realizar ações de estímulo ao desenvolvimento de uma juventude cidadã, consciente do seu futuro, protegendo-a do uso de drogas ou envolvimentos ilíticitos, através de atividades de formação profissional, psicológica, culturais e esportivas, facilitando sua socialização e tornando-o mais preparado para sua inserção na sociedade e no mercado de trabalho.

No exercício de 2009 foram implementados programas importantes para consolidar os avanços da atual situação social do Estado do Tocantins. Nesses programas foram alocadas dotações orçamentárias que representam uma execução de recursos no total de **R$ 547.759.591,92,** discriminados no quadro a seguir:

QUADRO 244 – PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NA ÁREA SOCIAL

PROGRAMAS		UNIDADE EXECUTORA	RECURSOS (R$)		
Nº	NOME		AUTORIZADO	EXECUTADO	%
0001	VIGILÂNCIA E PROT. À SAÚDE	FUNDO EST DE SAÚDE	8.914.436,00	6.965.103,37	78,13
0002	SANGUE É VIDA	FUNDO EST DE SAÚDE	2.370.799,00	1.226.903,22	51,75
0003	DESENV. ENS. EM MEDICINA TROPICAL	FUNDO EST DE SAÚDE	915.964,00	275.411,66	30,07
0004	DESENV PESQ EM MED TROPICAL	FUNDO EST DE SAÚDE	493.150,00	119.189,82	24,17
0006	DESENVIMENTO DA CULTURA	FUNDAÇÃO CULTURAL	15.293.752,00	10.736.308,90	70,20
0007	POLÍCIA M. NA DEFESA SOCIAL	P MILITAR, CORPO DE BOMB, FUNDOS E FUNDAÇÃO	20.544.912,00	12.969.900,18	63,13
0008	DEFESA CONTRA SINISTROS	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	2.072.082,00	924.821,10	44,63
0016	ASSIST. FINANC. AO SERV. PÚBLICO	FUNDO DE DES ECONÔMICO E SOCIAL	6.211.100,00	6.163.138,87	99,23
0024	DESENVOLVIMENTO TÉCNICO EM SAÚDE	FUNDO EST SAÚDE E ESC TÉCNICA DE SAÚDE	2.122.000,00	808.150,92	38,08
0028	ESTÍMULO AO EMPREGO	SEC DO TRAB E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	3.568.966,00	1.342.943,89	37,63
0031	PIONEIROS MIRINS	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	26.233.000,00	14.625.506,22	55,75
0032	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.153.670,00	1.389.609,79	64,52
0033	PROVIDA	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.979.740,00	4.010.359,83	67,07
0034	INCLUSÃO PRODUTIVA	FUNDO DES ECON E FUNDO EST DE ASSIST SOCIAL	1.699.349,00	792.442,40	46,63
0036	SANEAMENTO BÁSICO	SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA	20.681.598,00	8.284.924,28	40,06
0038	TRÂNSITO SEGURO	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	9.123.771,00	3.438.696,44	37,69
0041	TOCANTINS SOLIDÁRIO	FUND SOC. DE SOLIDARIEDADE	7.177.373,00	1.985.694,51	27,67
0043	ESPORTE PARA TODOS	SEC. ESPORTE	15.088.291,00	5.299.890,49	35,13
0044	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	FUND. EST. DE ASSIST. SOCIAL - FEAS	1.488.627,00	664.225,42	44,62
0052	ÁGUAS DO TOCANTINS	NATURATINS / SEC. DE RECURSOS HÍDRICOS	7.426.696,00	3.533.212,34	47,57
0056	JOVEM CIDADÃO	SEC. DA JUVENTUDE	24.808.920,00	15.443.011,47	62,25
0058	SAÚDE PARA TODOS	FUND. EST. DE SAÚDE	1.306.377,00	953.158,95	72,96
0059	GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE E DE RECURSOS HÍDRICOS	SEC. DE RECURSOS HÍDRICOS	5.399.854,00	665.810,03	12,33
0061	PROGRAMA EST. DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	NATURATINS	985.405,00	230.308,68	23,37
0065	ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	SEC. DA EDUCAÇÃO	1.077.696,00	897.647,25	83,29
0067	ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	SEC. DA EDUCAÇÃO	18.022.096,00	8.454.726,95	46,91
0069	MELHORIA DO DESEMPENHO ACADÊMICO	SEC. DA EDUCAÇÃO	128.730.477,00	99.446.705,74	77,25
0072	REMÉDIO PARA TODOS	FUNDO EST. DE SAÚDE	11.117.233,00	8.021.643,45	72,16
0077	VIDASUS	FUNDO EST. DE SAÚDE	291.973.093,00	254.963.222,75	87,32
0081	SEGURANÇA RODOVIÁRIA	DERTINS	3.292.153,00	166.943,00	5,07
0096	GESTÃO EM CTI	FUNDO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	34.509,00	4.601,90	13,34
0097	MORADIA	SEC. DE HABITAÇÃO / FUNDO DE A. A MORADIA	83.499.862,00	21.443.436,44	25,68

0098	DESENVOLVIMENTO URBANO	SEC. DE HABITAÇÃO / FUNDO DE DESENV. URBANO	56.636.990,00	10.766.681,23	19,01
0100	ADMINISTRAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO SISTMEMA PENITENCIÁRIO	SEC. DA CIDADANIA E JUSTIÇA	8.593.119,00	3.920.464,22	45,62
0102	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	FUNDO EST. DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	28.239.401,00	18.862.152,87	66,79
0105	SEGURANÇA CIDADÃO: INTELIGÊNCIA E ESTRATÉGIA CONTRA A CRIMINALIDADE	SEC. DA SEGURANÇA PÚBLICA	6.597.492,00	2.411.799,34	36,56
0106	PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	FUNDO EST. DE DEFESA DO CONSUMIDOR	3.952.659,00	1.142.082,52	28,89
0107	PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	SEC. DA CIDADANIA E JUSTIÇA	4.124.286,00	2.679.545,13	64,97
0108	TOCANTINS SEM DROGAS	FUNDO EST. ANTIDROGAS	421.000,00	5.331,00	1,27
0110	PREVENÇÃO E ATENDIMENTO A SINISTROS E EMERGÊNCIAS	FUNDO EST. DE COMBATE ÀS CALAMIDADES PÚBLICAS	183.500,00	109.506,60	59,68
0116	PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	FUNDO EST. DOS DIREITOS DA MULHER	625.000,00	0,00	0,00
0122	DESENVOLVIMENTO DA IRRIGAÇÃO	SEC. DOS RECURSOS HIDRÍCOS E MEIO AMBIENTE	6.659.612,00	5.397.101,39	81,04
0124	POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	390.240,00	131.968,55	33,82
0125	DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	8.605.822,00	204.001,80	2,37
0126	TOCANTINS DIGITAL	FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	927.270,00	13.738,11	1,48
0127	ACESSO À JUSTIÇA INTEGRAL E GRATUITA	DEFENSORIA PÚBLICA	1.335.757,00	995.996,41	74,56
0128	GESTÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA	DEFENSORIA PÚBLICA E FUNDO ESTADUAL DEFENSORIA PÚBLICA	4.605.776,00	1.094.366,55	23,76
0129	ARTICULAÇÃO DO SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLELESCENTE	FUNDO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	1.109.838,00	814.783,68	73,41
0130	ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	FUNDO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	4.578.980,00	2.962.422,26	64,70
TOTAL			**867.393.693,00**	**547.759.591,92**	**63,15**

Fonte - Anexo11 Geral do Estado

4.4 SÍNTESE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Demonstraremos a seguir as principais metas físicas e de qualidade alcançadas nas diversas áreas de atuação do Estado - **econômica, administrativa, financeira e social** -, cuja síntese teve por base os dados constantes da Mensagem do Governador, elaborada pela SEPLAN, e do Balanço Social apresentado pela SEFAZ.

Os resultados são decorrentes da implementação de ações organizadas por eixos programáticos voltados para: 1) atração e manutenção de investimentos nos diversos setores da economia: 2) busca contínua do desenvolvimento tecnológico e da preservação ambiental; 3) garantia de acesso da população a serviços públicos de qualidade; 4) ampliação e preservação da qualidade de vida e da auto-estima dos cidadãos tocantinenses; e 5) modernização da gestão pública, tudo em conformidade com os respectivos macroobjetivos estratégicos definidos para o período do Plano Plurianual 2008/2011, como se observa a seguir:

4.4.1 CONSOLIDAR O ESTADO DO TOCANTINS COMO ESTADO COMPETITIVO, PROPICIANDO A ATRAÇÃO E MANUTENÇÃO DE INVESTIMENTOS NOS DIVERSOS SETORES DA ECONOMIA, COM ÊNFASE NA MULTIMODALIDADE DE TRANSPORTES, AGRONEGÓCIO E TURISMO

- O governo investiu em 2009 na função agricultura R$ 108 milhões, contribuindo para o crescimento da produção agrícola e, com isso, gerando renda para o produtor rural.

- O produtor rural movimentou para o Tocantins, recursos econômicos na ordem de 3,6 bilhões de reais, demonstrando, assim, a pujança do agronegócio e sua importância para a economia estadual e nacional, em 2009.

- As políticas públicas elaboradas pelo Governo Estadual tiveram como objetivo atender as necessidades do produtor, seguindo as tendências estabelecidas pelo mercado mundial. A difusão de conhecimento e tecnologias, somada à vinda de grandes empreendimentos agrícolas para o Estado, favoreceu a produção rural tocantinense. Atualmente, o Tocantins representa o Corredor Centro Norte de Exportação com a construção da ferrovia norte-sul e integração multimodal de transportes, por onde será escoada mais de 10% da produção nacional advinda do Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Bahia, Piauí, Pará e Maranhão. Os bons resultados da pecuária, da soja, do arroz, do feijão, e de tantas outras culturas, confirmam que grande parte da riqueza originada no Estado possui raízes no campo e que muito dependem da boa atuação do Poder Público para o fortalecimento do setor produtivo.

- A inauguração da Ceasa foi marcada pelo lançamento oficial da campanha estadual do “Ano da Fruticultura no Tocantins”. Funcionando atualmente com 12 boxes empresariais (salas de 50 m²) e 140 miniboxes de pequenos produtores (espaços de 5 a 10m²).

- Além do incentivo à produção de hortifrutigranjeiros, a Ceasa proporcionou a abertura de novas oportunidades para os agricultores e atacadistas do Estado do Tocantins, aumentando a geração de emprego, renda, negócios, comercialização e melhoria na qualidade dos produtos que chegam ao mercado. A implantação da Central de Abastecimento possibilitou a imediata geração de empregos diretos nas atividades diárias dos boxes, atendimentos no escritório, e ainda, mão-de-obra nas cargas e descargas dos caminhões de verduras, frutas e legumes.

- Em quatro meses de funcionamento, a Ceasa movimentou a economia do Estado em aproximadamente R$ 3,8 milhões, por meio do comércio de mais de 3.800 toneladas de hortifrutigranjeiros, abastecendo Palmas, Gurupi, Araguaína e aproximadamente 30 cidades da região central do Tocantins, bem como, outros Estados, como Maranhão, Pará, Minas Gerais, São Paulo e o Distrito Federal. Dentre os produtos comercializados, estão:

melancia, melão, quiabo, jiló, maxixe, mandioca e outros produtos do Estado, além daqueles advindos de fora.

- Visando o aproveitamento de frutas, verduras e legumes, que apresentam boas condições para o consumo humano, a Ceasa firmou parceria com o Programa MESA BRASIL SESC e o Projeto Alimente – Mais amor e menos fome do Governo do Estado. A Central de Abastecimento, através de doações de alimentos, vem contribuindo para melhorar e complementar a dieta alimentar de creches, associações comunitárias, escolas e outras comunidades carentes da região de Palmas, Porto Nacional e Miracema do Tocantins.

- O Ano Estadual da Fruticultura no Tocantins – campanha idealizada pelo governo do Estado por meio da Seagro apresentou resultados satisfatórios. Como principal evento da campanha anual, o Governo Estadual realizou em parceria com o Sebrae - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o IV Seminário de Fruticultura Tocantinense no dia 22/08/2009, no auditório do SENAC, onde foram divulgadas as políticas públicas para o fortalecimento da cadeia produtiva da fruticultura no Tocantins, através do trabalho de planejamento do zoneamento político e agroambiental da fruticultura, com o objetivo de elevar o padrão de qualidade das frutas, enfatizando também, a importância da sustentabilidade da produção, com a aplicação de tecnologias de ponta, evitando os produtos químicos, esforço válido para a produção de alimentos mais saudáveis, que possibilitam conquistar novos mercados e melhores preços.

- Em 2009, o melhoramento genético no setor de bovinocultura de corte e de leite foi realizado em 9.592 vacas, através de Inseminação Artificial em Tempo Fixo – IATF. Esta técnica de Inseminação foi disponibilizada em 164 propriedades de 28 municípios do Estado, a saber: Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Carrasco Bonito, Buriti do TO, Praia Norte, Sampaio, Sito Novo, Itaguatins, Palmas, Paraíso do Tocantins, Aparecia do Rio Negro, Pugmil, Nova Rosalândia, Porto Nacional, Miracema do TO, Barrolândia, Tocantínia, Goianorte, Couto Magalhães, Colméia, Gurupi, Dueré, Sucupira, São Valério, Combinado, Lavandeira e Taguatinga.

- Por meio das ações de fiscalização do comércio de insumos, dos eventos pecuários e o trânsito de animais, bem como seus produtos e subprodutos, foi possível garantir a manutenção da qualidade dos produtos veterinários e biológicos.

- Foram realizadas 414 fiscalizações, sendo 213 em laticínios e 189 em frigoríficos. Essas ações ocorreram em estabelecimentos que estão realizando comércio intermunicipal sem registro no Serviço de Inspeção Estadual ou Federal, em estabelecimentos que estão requerendo registro e naqueles que já possuem registro junto ao Serviço de Inspeção Estadual (SIE).

- Houve também 18.973 fiscalizações em estabelecimentos revendedores de produtos veterinários; 736 eventos pecuários fiscalizados; 87.552 fiscalizações em veículos transportadores de animais e a manutenção do status sanitário do Estado do Tocantins como área livre de Febre Aftosa com vacinação, livre de Peste Suína Clássica, manutenção do conceito “C” no

Plano Nacional de prevenção da Influenza Aviária e de controle e prevenção da Doença de Newcastle, contribuindo, assim, para a manutenção das exportações de carne e abertura de novos mercados estimulando o agronegócio do Tocantins.

- A vacinação anti-aftosa realizada no rebanho bovídeo obteve um índice vacinal de 99,26% em maio e de 99,32% em novembro.

- O Serviço de Inspeção Estadual interditou, no ano passado, um total de 07 estabelecimentos, 06 fábricas de laticínios e 01 entreposto de produtos de origem animal por funcionarem clandestinamente. Durante as fiscalizações de 2009 foram apreendidas 26.120 kg de mussarela, 6.270 litros de leite "in natura", 396 litros de leite pasteurizado, 1.060 kg de queijo coalho, 586 kg de requeijão, 100 kg de manteiga, 600 kg de creme, 180 kg de queijo parmesão, 1.320 kg de queijo ralado, 100 kg de queijo provolone e 429 kg de apresuntado.

- A fiscalização do trânsito de vegetais é executada por 30 barreiras fixas, nas fronteiras com os estados de Goiás, Maranhão, Pará e Bahia, e mais 16 barreiras volantes e 10 barreiras náuticas, que atuam em todo o Estado.

- O Governo do Estado trabalhou a organização gerencial regionalizada de 25 cadeias produtivas do agronegócio dos seguintes produtos agropecuários: mandioca, grãos, oleaginosas, pupunha, oleráceas, silvicultura, fruticultura, flores tropicais, pecuária de corte, bovinocultura de leite, piscicultura, apicultura e avicultura, garantindo o suporte das políticas públicas ao desenvolvimento da produção agropecuária, seu acompanhamento e obtenção dos seguintes resultados: Instalação de uma usina de álcool de mandioca e amiláceos na Fazenda dos Padres (investimento privado), município de Porto Nacional, com capacidade de produzir 8m³ de álcool fino por dia. Houve também fortalecimento dos produtores rurais com incentivos também à produção de biodiesel.

- Houve, ainda, aumento expressivo das áreas de plantio de grãos, produção e produtividade, especialmente, de amendoim, feijão e sorgo. No Tocantins, a produção de amendoim teve um aumento de 34,1% na última colheita. Na safra 2007/2008, foram produzidas 6,3 mil toneladas, em uma área de 2.096 hectares. Na safra 2008/2009, esta produção subiu para 8,4 toneladas, numa área correspondente a 2,7 mil hectares. Os maiores produtores de amendoim do Estado são os municípios de Guaraí, com 52% da produção e Gurupi, com 20,9%.

- Crescimento significativo da produtividade do milho e do arroz, bem como, da exportação da soja produzida no Tocantins, que coloca o Estado em posição de superação num período de crise econômica mundial.

- De acordo com dados estatísticos da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), a produção de soja no Tocantins é recorde, sendo responsável por 60,57% do total produzido na Região Norte do país em 2009. A soja representa 80,17% das exportações no Estado.

- Em 2009, foram monitorados por técnicos da Seagro, em parceria com Adapec e Ruraltins, 23.700 hectares de soja; 1.450 hectares de feijão phaseolus; 7.430 hectares de feijão vignia, totalizando 32.580 hectares de áreas cultivadas com grãos nas várzeas tropicais, nos municípios de Lagoa da Confusão, Formoso do Araguaia, Pium, Dueré e Cristalândia.

- Houve fortalecimento dos projetos rurais sustentáveis de olericultura e aumento do plantio de florestas, contribuindo para o crescimento da economia e da produção de energia sustentável no Tocantins.

- Produção de 205.003 toneladas de frutas e aproximadamente 1.000.000 hastes de Flores Tropicais.

- Incentivo à criação e consumo de peixe no Tocantins, com repasse de aproximadamente 2,2 milhões de alevinos e larvas de tambaqui para piscicultores do Estado, aumentando a produção e a renda de cerca de 480 produtores organizados em associações e comunidades rurais.

- Por meio das ações desempenhas pela Seagro, o Estado do Tocantins foi contemplado, em 2009, com 24 projetos de financiamento de terras do PNCF, beneficiando 844 famílias nos diversos municípios do Estado, compreendendo investimentos do Governo Federal na ordem de R$ 33,7 (trinta e três milhões, setecentos e sessenta mil reais). Tais projetos oportunizaram a permanência dos agricultores e seus filhos no campo, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.

- Conforme dados da SEPLAN/DPIE, em 2009, as exportações e o saldo da balança comercial atingiram, respectivamente, 280.218 e 152.644 em unidade de US$ 1.000 FOB.

- Durante o período de 5 a 9 de maio, a realização da Feira de Exposição Agrotecnológica – AGROTINS, atraiu aproximadamente 42 mil pessoas visitaram a feira, contribuindo para a movimentação de R$ 58 milhões em volume de negócios, ultrapassando em mais de 30% o montante total da edição passada. Foram realizadas 750 atividades de capacitação, dentre palestras, clínicas tecnológicas, dinâmicas e dias de campo. Ao todo, mais de quatro mil pessoas receberam orientações envolvendo a produção orgânica. Estima-se uma movimentação financeira em torno de R$ 7 milhões de reais na economia da região, principalmente, com as despesas da iniciativa privada (expositores), como fretes, seguros, empresas aéreas, locação de veículos, empresas de marketing, bares, restaurantes, hotéis, postos de combustíveis, serviços e outros, bem como, a geração de 550 empregos temporários diretos na implantação do evento.

- O controle da produção de mudas de abacaxi teve como ponto principal a liberação de mais de 5 milhões de mudas para comercialização e aumento da área de produção. Foi realizado o monitoramento de uma área superior a 1.000ha para o controle da mosca-das-frutas, praga que atinge culturas como manga e melancia, com possibilidade de implantação de área de mitigação de risco para exportação.

- Na fiscalização do comércio e do uso dos agrotóxicos, mediante a cobrança do cumprimento da legislação quanto ao uso correto e seguro dos produtos agrotóxicos, bem como, a devolução das embalagens vazias de agrotóxicos nas unidades de recebimento, obtivemos como resultado o recolhimento de 112.760kg de embalagens retiradas do campo, que levam como conseqüência a preservação do meio ambiente e da saúde da população.

- O Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS prestou assistência técnica e extensão rural, assistindo a 31.985 produtores rurais e capacitando 2.454 agricultores familiares.

- Os técnicos do Instituto citado também facilitaram o processo de captação de recursos dos produtores rurais. Foram elaborados 5.793 projetos de crédito rural, com montante financeiro previsto de R$ 100,8 milhões, para beneficiar 5.793 produtores rurais, dos quais 91% são agricultores familiares. Desse montante, já foram liberados R$ 48,5 milhões.

- Foram adquiridos 4.798 produtos diretamente da agricultura familiar, o equivalente a uma produção de 2,5 milhões de quilos de produtos, pela compra direta local, aplicando-se recursos no montante de R$ 7,2 milhões, beneficiando, assim, 173.882 pessoas.

- Incentivou-se a produção e o consumo de hortaliças, possibilitando o beneficiamento de 96.082 famílias, com orientação e implantação de 11.567 hortas caseiras, comunitárias e escolares.

- Em 2009, foi iniciada a construção da sede do escritório central do Ruraltins, com previsão de conclusão em 2010. O novo prédio propiciará melhores condições de trabalho e de atendimento ao produtor rural.

- Realizou-se o atendimento de 16.678 famílias de agricultores rurais, fortalecendo e desenvolvendo os assentados da reforma agrária (INCRA e Crédito Fundiário) e não assentados (agricultores tradicionais), dando-lhes acesso ao crédito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, aplicando R$ 160 milhões.

- O Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS) aprovou projetos territoriais do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais – PRONAT. Foram beneficiados os seguintes projetos dos territórios de identidade APA: Cantão, Médio Araguaia, Jalapão, Bico do Papagaio e sudeste do Estado.

- No Cantão, houve aplicação de R$ 756 mil, incluindo como beneficiária, dentre outros, a Escola Agroecológica de Araguacema; no Médio Araguaia, R$ 624 mil, no apoio à atividade de bovinocultura de leite e na complementação de equipamentos para indústria de ração; Jalapão, R$ 1,27 milhões, com a construção de módulos da Escola Família Agrícola do Jalapão, dentre outros; no Bico do Papagaio houve aplicação de R$ 1,47 milhões, direcionada para o setor apícola e para a construção de módulos dormitório e cantina da Escola família Agrícola em Esperantina; e no Sudeste, R$ 1,48

milhões para os setores de cachaça de alambique, casas de farinha móvel, viveiro de mudas, dentre outros.

- O Instituto de Terras do Estado do Tocantins – ITERTINS desenvolveu as seguintes atividades: diagnóstico fundiário numa área de 590.345ha; Arrecadação de 171.620ha de imóveis rurais; demarcação de 40.730ha de terras públicas; vistoria ocupacional em 79.039ha de imóveis rurais. Assim, foram beneficiadas 427 famílias com a expedição de títulos definitivos de domínio de terras em ocupação, oportunizando o acesso às linhas de crédito destinadas ao setor agropecuário, disponíveis nas instituições bancárias.

- Foi doada uma área para implantação do Centro Nacional de Pesquisa em Aqüicultura e Sistemas Agrícolas – CNPASA, da Embrapa, no Tocantins.

- A pavimentação e conservação das rodovias já existentes foram priorizadas. Foram conservados 1.120km de revestimento primário da malha rodoviária estadual e pavimentados 168 km de estradas, ao passo que 22 obras de pavimentação estão sendo executadas.

- Dentro do programa de pavimentação de vias urbanas, em 2009, mais de 17 cidades tocantinenses foram contempladas com serviços de terraplenagem e pavimentação asfáltica. Ao todo foram mais de 400 mil metros de vias urbanas pavimentadas e um investimento de mais de 20 milhões, oriundos do governo do Estado e governo federal com repasse da Caixa Econômica.

- Foi construído um total de 2.033,65 metros entre pontes e galerias celulares, com destaque para a construção da ponte sobre o rio Tocantins em Barra do Ouro, a 467 km de Palmas.

- A construção da ponte sobre o Rio Tocantins, em Barra do Ouro possui 1.133m de extensão na Rodovia TO-425 e vai interligar os municípios de Barra do Ouro, Campos Lindos, Filadélfia e toda a região de Araguaína à região central do Estado. Com mais de 30% de avanço físico executado, encontra-se em andamento a construção das estacas, blocos e pilares, e a concretagem das vigas protendidas da superestrutura da ponte. Atualmente, a obra gera cerca de 200 empregos diretos e 150 indiretos. Após a inauguração, a ponte vai alavancar a exportação dos produtos regionais, diminuindo os custos provenientes das taxas e do tempo de espera para travessia na balsa. O investimento foi iniciado em maio de 2009 e está previsto para ser concluído até o final de 2011;

- Teve início, ainda, a construção da ponte que ligará Lajeado a Miracema, com 609m de extensão. Também é parte da obra os serviços de terraplenagem e pavimentação asfáltica de 1,88 km, referente aos acessos às rodovias TO-010 e TO-445. Orçada em aproximadamente R$ 95 milhões, a ponte está sendo construída com recursos do governo do Estado e governo federal, através do Ministério da Integração Nacional, uma vez que é uma antiga reivindicação dos usuários das estradas tocantinenses. Depois de

concluída, a obra vai proporcionar o acesso rápido e de baixo custo à região Norte do Tocantins, e às regiões Norte e Nordeste do País.

- Além disso, iniciou-se o processo de despesa para a construção da ponte sobre o rio Araguaia, ligando Xambioá a São Geraldo, no Pará. A ponte facilitará o escoamento de vários produtos, inclusive o de cimento produzido pela Empresa Votorantin, com previsão de produção de 850 mil toneladas/ano de cimento.

- No final do ano de 2009, foi autorizado a pavimentação em mais de 100 km de estradas que irão beneficiar diretamente os municípios de Barrolândia, Miranorte, Dois Irmãos e região.

- As obras que ligam o município de Barrolândia ao km 14 da TO 080 e que liga Palmas a Paraíso estão sendo executadas com recursos do governo do Estado, já a TO-342, ligando Miranorte a Dois Irmãos, está sendo construída com recursos dos governos federal e estadual. O valor da obra ultrapassa a casa dos 70 milhões de reais;

- Em 2009, o governo do Estado preocupou-se, ainda mais, em melhorar e elevar a qualidade de vida das populações por meio PDRS – Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável. Na região Sudeste, o investimento foi de aproximadamente R$ 4,5 milhões, com melhorias em 242,94km das estradas vicinais integrantes do programa nos municípios de Almas, Chapada da Natividade, Dianópolis, Novo Alegre, Paranã, São Valério e Taguatinga.

- Na região do Bico do Papagaio o investimento foi de R$ 4,7 milhões em 146,48km das estradas vicinais integrantes do PDRS nos municípios de Angico, Araguatins, Augustinópolis, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Itaguatins, Praia Norte, Sampaio e São Bento do Tocantins.

- Nas regiões Nordeste e Jalapão os investimentos foram de R$ 325,97 mil na elaboração dos projetos redoviários para execução de obras de melhorias nas estradas vicinais quatorze municípios da Região Nordeste e dos oito da Região do Jalapão integrantes do programa.

- Entre construções de novos prédios, reformas, manutenções e ampliações foram contabilizadas mais de 70 obras. As obras foram nas mais variadas áreas, com destaque para construção, reforma e ampliação de novas unidades de ensino, o que modernizou a rede estadual de educação que passou a contar com completas e equipadas instalações, como bibliotecas, espaços recreativos e de lazer, além de laboratórios de informática.

- O número de consumidores com energia na zona rural também aumentou expressivamente com o programa Luz para Todos. Mais de 6.200 consumidores entre pequenos produtores rurais, assentamentos e escolas foram atendidos por meio desta parceria entre governo do Estado, Celtins e Governo Federal. Além de reduzir as desigualdades no campo, o programa aumenta a geração de renda, principalmente para a família do pequeno

produtor, diminui conseqüentemente os custos com programas sociais e o êxodo rural.

- Foram construídos 9.000m de rede de distribuição de energia urbana em diversas localidades do Estado; havendo ainda a elaboração e execução de 152.854km de projetos de redes de eletrificação rural, beneficiando os setores da agropecuária e agroindústria. Ao todo, em 2009, foi concluída a construção de 161.269 metros de redes de energia.

- No programa infraestrutura hídrica para usos múltiplos houve um avanço na construção de barramentos e investimentos totais acima de R$ 85 milhões, destacando-se, principalmente, a construção de barramentos visando o armazenamento de água para usos múltiplos, em Arraias (Eixo 16); nas regiões sudoeste e sudeste; no projeto Taguatinga (Eixo 20) e implantação de infraestrutura hídrica dos projetos São João, Sampaio e Manuel Alves.

- Implantou-se a infraestrutura básica nos Distritos Industriais I e II, em Palmas e aprovamos o distrito Industrial III, na cidade de Colinas do Tocantins, atraindo e instalando empresas de grande porte no Estado.

- Foi aprovada a Lei n° 2.231/09 que instituiu o Programa de Parcerias Público-Privada do Estado do Tocantins.

- O governo do Tocantins, em uma ação de divulgação e interiorização do Cadastur realizou uma série de “Encontros de Ordenamento e Fortalecimento do Turismo”. Em junho, Dianópolis, Natividade, Rio da Conceição, Aurora, Almas, Lavandeira e Paranã receberam visitas de técnicos da Coordenação de Cadastro e Estatística e Assessoria de Projetos Especiais, para orientação quanto à inscrição no Cadastur e apresentação das seccionais Tocantins da ABIH – Associação Brasileira de Bares e Restaurantes. O objetivo é colocar os empreendimentos no mapa do turismo brasileiro, visto que não são mais cobradas as taxas de inscrição e renovação do Cadastur; além de estimular o associativismo entre as empresas do ramo hoteleiro e gastronômico.

- Com o objetivo de preparar os municípios para compor regiões turísticas, o governo do Estado realizou nos municípios de Almas, Aurora e Rio Sono as oficinas de sensibilização do turismo.

- Almas e Aurora devem compor a Região “Serras Gerais” e Rio Sono, participará da “Encantos do Jalapão”. As oficinas foram ministradas pela coordenadora de promoção e Eventos, Tânia de Roure, que aplicou os conceitos de turismo e sustentabilidade para comunidade, poder público, empresários de meios de hospedagem e gastronomia, representantes de associações e representantes do turismo.

- O Tocantins mais uma vez foi cenário de competição com muita aventura, espírito e respeito ao meio ambiente. Com o apoio do governo do Estado, a “Brasil Wild Extreme 2009 – a Corrida da Sustentabilidade”, percorreu de 5 a 14 de junho a região turística “Encantos do Jalapão”, Taquaruçu e Palmas.

- Com objetivo de desenvolver o turismo no Estado, foram transferidos recursos a 35 municípios para subsidiar a temporada de praia.

- Oportunizou-se a participação no 4º Salão do Turismo, em São Paulo, para a promoção e comercialização dos produtos turísticos do Estado.

- No âmbito da promoção do turismo de natureza em unidades de conservação foram realizadas atividades como: abertura da Trilha no Parque Estadual do Lajeado, permitindo a realização de atividades aos fins de semana; realização do I Fórum de Desenvolvimento Turístico e Socioambiental do Jalapão e inventário Turístico, nas cidades de Almas, Aurora e Natividade.

- Reformulou-se o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do polo Jalapão; foi realizada a capacitação de pessoal nos municípios de Mateiros, Palmas, Porto Nacional, Araguanã, Peixe, Araguatins, Araguacema e Caseara e, a promoção e divulgação dos roteiros turísticos tocantinenses no mercado.

4.4.2 BUSCAR A OCUPAÇÃO ADEQUADA DOS ESPAÇOS VISANDO A HARMONIZAÇÃO DA EXPANSÃO PRODUTIVA E SOCIAL AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

- Com a finalidade de conduzir o Tocantins no caminho da preservação ambiental, aliado ao crescimento econômico, o governo do Estado, por meio do Naturatins, investiu, no ano de 2009, cerca de R$ 16,5 milhões em ferramentas e políticas públicas ambientais voltadas para a regularização ambiental de empreendimentos e propriedades rurais, educação, fiscalização, monitoramento e planejamento ambiental, e ainda na gestão das Áreas Protegidas.

- No que se refere à regularização florestal, foram analisados: mais de 4 mil processos e emitidos 659 Certificados de Regularidade Florestal; 659 termos de responsabilidade de Averbação de Reserva Legal; 442 Autorizações de exploração Florestal; e 202 Autorização de queima controlada, além de produção e doação de mudas para a reposição de áreas degradadas.

- Foram analisados, em 2009, 637 processos e emitidos 383 atos administrativos no que se refere a portarias de Outorgas, Declaração de Uso Insignificante e anuências prévias. Números que superam os anos anteriores, sendo que, em 2008, foram emitidos 258 e em 2007 o total foi de 252 atos.

- Entre as atividades de educação ambiental, ferramenta essencial na construção de valores e hábitos ambientalmente corretos, foram realizadas cerca de 250 ações, envolvendo os 139 municípios tocantinenses. Dentre elas, destacam-se as oficinas com materiais reciclados, palestras educativas focando temas como queimadas, lixo, água e solo; implantação dos Protocolos

Municipais de Controle e Combate ao Uso do Fogo; contratação de brigadistas; apoio à implantação dos fóruns municipais de lixo e cidadania, entre outros.

- Para a regularização ambiental de empreendimentos, o Naturatins emitiu mais 1.378 atos administrativos (Licenças Prévias, Instalação e Operação); emitiu 1031 licenças em 2009, havendo um acréscimo de 33% em comparação ao ano anterior.

- Além de promover a regularização ambiental, o governo do Estado atua também no sentido de coibir as práticas contra o meio ambiente. Os bons resultados são observados por meio das ações de fiscalização empreendidas pelas Unidades Regionais do Naturatins distribuídas no Estado, somando-se as apreensões de 10.925 quilos de pescados, 42.757 metros de redes malhadeiras, 3.027 metros cúbicos de madeira por transporte irregular; e a captura de 693 animais silvestres, dentre eles caças abatidas e animais em cativeiro vítimas de tráfico.

- As ações do Naturatins se estendem também ao Monitoramento Ambiental nas três agendas: verde (floresta), azul (água) e marrom (empreendimentos). De acordo com dados registrados, foram realizadas inúmeras atividades, destacando a análise de 145 processos e emissão de suas respectivas Declarações do Bioma Amazônia; monitoramento e acompanhamento do cumprimento dos PBA's da Investco e do programa de recuperação executado pelo projeto Survivor Tocantins, entre outros.

- Para assegurar a manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais no âmbito das áreas protegidas do Estado, foram desenvolvidas ações educativas com as comunidades do entorno e voluntários. Além desse trabalho, também foram desenvolvidas projetos de proteção da fauna e flora do cerrado e programas ambientais municipais. Ações estas que contribuem para a pontuação dos repasses ao ICMS – Ecológico destinado aos municípios tocantinenses.

- Com a implantação de projetos de conservação e manejo da fauna e flora, o Governo revitalizou o Projeto Quelônio do Tocantins, com soltura no início de novembro, na base de Araguatins, de cerca de 8.000 filhotes e na base de Brejinho de Nazaré, mais 1.500 foram introduzidos no balneário dos Ipês, chegando ao final do exercício de 2009, com uma meta alcançada de 60.000 solturas de tartarugas e tracajás.

- No âmbito da inclusão social e digital e da qualificação do cidadão tocantinense para o mercado de trabalho, foram investidos quase R$ 250 mil na estruturação dos pólos de EaD, na compra de equipamentos, mobiliários e material de consumo e instalados computadores no LABIN do pólo da UAB e e-Tec Brasil no município de Cristalândia.

- As principais ações executadas foram: concessão de crédito educativo, por meio do Proeducar, de aproximadamente R$ 4,7 milhões, beneficiando 5.516 alunos carentes; seleção de projetos para problemas prioritários de saúde e o fortalecimento da gestão do Sistema Único Saúde - SUS no Estado do Tocantins, atendendo ao programa PPSUS.

- Lançamento da Semana Nacional de Ciências e Tecnologia, com a participação de 1.700 alunos e professores.

- Realização de curso para elaboração de projetos FINEP/União Européia, onde participaram professores pesquisadores, representantes do Sistema S e técnicos da SECT.

- Fortalecimento do sistema de ciência e tecnologia, por meio da entrega de obras de reestruturação dos centros de pesquisas de Canguçu e Unidade Demonstrativos Quelônios localizado na APA da Ilha do Bananal.

- Aprovação, pela FINEP, do Projeto Tecnologias Sociais, no valor de R$ 2,3 milhões, que tem por objetivo realizar ações de fortalecimento das cadeias produtivas solidárias, com processos formativos relativos à economia solidária, autogestão, educação associativa, práticas produtivas e inclusão social.

- Criação da Companhia de Gás do Tocantins – Tocantinsgás, com o objetivo de explorar com exclusividade o serviço público de distribuição e comercialização de gás canalizado.

- A companhia criada na modalidade de Sociedade de Economia Mista terá o seu capital constituído com recursos do Orçamento Geral do Estado do Tocantins, representado por trezentas mil ações sem valor nominal, sendo 50% ordinárias de uma única classe, com direito a voto, e 50% preferenciais de uma única classe, sem direito a voto. Para implantação da Companhia, foi autorizado em lei, a subscrição, por parte do Estado, de ações ordinárias com direito a voto em quantidade suficiente para manter o controle da companhia.

- A Tocantinsgás tem como objetivo, também, explorar outras formas de distribuição de gás natural ou manufaturado, inclusive comprimido ou liquefeito, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, residências, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outra finalidade e usos, possibilitados pelos avanços tecnológicos, em toda área compreendida no território do Estado.

- As atividades previstas pela companhia são implantação e operação de redes de distribuição, estações ou unidades de armazenamento, regulagem, compressão, liquefação, gaseificação e transvasamento de gás em qualquer parte do Estado do Tocantins, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado.

- O público alvo da Tocantinsgás é composto por empresários dos ramos industrial, comercial e de serviços.

4.4.3 PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS, GARANTINDO ACESSO DA POPULAÇÃO A SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE, ESPECIALMENTE EM ÁREAS ESSENCIAIS COMO SAÚDE E EDUCAÇÃO

- Na Saúde, em 2009, os recursos investidos ultrapassaram o limite constitucional de 12% alcançando um percentual de 15,67%, o que corresponde a cerca de R$ 100 milhões a mais de investimentos.

- O governo do Estado adotou medidas, em 2009, que visaram à implementação da saúde pública, através de mecanismos de modernização com o Pacto Pela Saúde, continuando a fortalecer o envolvimento dos gestores municipais nas tomadas de decisão ao manter as 15 Regiões de Saúde e os Colegiados de Gestão Regionais, garantindo o alcance das metas priorizadas como o fortalecimento da atenção básica integrada com a vigilância em saúde, reduzindo a mortalidade infantil e materna, além de proporcionar a consolidação do SUS – Sistema Único de Saúde, mantendo atuantes os serviços de média e alta complexidade já desenvolvidos, ampliando e implementando outros que vem ao encontro das necessidades de cada região.

- Foram realizadas, no ano de 2009, um total de 46 (quarenta e seis) atas de registros de preços. Destas, originaram um valor estimado de R$ 243,3 milhões, sendo licitados pelo valor total de R$ 92,9 milhões, obtendo economicidade no valor de R$ 150,3 milhões, ou seja, economia de 61,81%.

- Destacam-se, também, a entrega do Laboratório do Hospital de Referência de Miracema; a inauguração do 1º abrigo de Resíduos do Hemocentro de Palmas; a entrega de 15 Aparelhos de Ultrassonografia para os Hospitais do Estado.

- Houve a realização do 1º AcolheSUS – Acolhimento aos 139 novos Secretários Municipais de Saúde, orientando quanto as suas responsabilidades e compromissos assumidos na nova Gestão de Saúde, com os seguintes temas: Fundos Municipais de Saúde, Organização das Ações e Serviços de Saúde de média e alta complexidade nas Unidades Ambulatoriais e Hospitalares, as Ações Integradas da Atenção Primária e Vigilância em Saúde; Gestão da Educação Permanente; Mesa de Negociação quanto a Política Desenvolvida da Regulação do Trabalho; A Responsabilidade Sanitária da Gestão através do Pacto pela Saúde e seus desdobramentos pelo Pacto pela Vida, Pacto em Defesa do SUS e o Pacto de Gestão.

- Realização de 43 reuniões nos Colegiados de Gestão Regionais pertencentes as 15 Regiões de Saúde para as discussões de Políticas de Saúde; entrega de Aparelhos de Mamografia e ultrassonografia no Hospital de Referência de Augustinópolis; recuperação e bem estar de pacientes, por meio da Pedagogia Hospitalar no Hospital Geral de Palmas – HGP; entrega de 20 incubadoras neonatais no valor de R$ 500 mil para o HMDR - Hospital e Maternidade Dona Regina, em Palmas; de nove automóveis para a Sede da Secretaria de Estado da Saúde, em Palmas; de duas mesas cirúrgicas para

Hospital Regional de Araguaína – HRA; de 10 microscópios bacteriológicos para a Diretoria de Vigilância Epidemiológica e a instalação de dois focos cirúrgicos móveis para o HGP - Hospital Geral de Palmas.

- Um bom resultado foi obtido no trabalho para redução dos casos de dengue. Segundo levantamento feito pela Gerência de Dengue e Febre Amarela da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU - os casos de DENGUE caíram 89% em relação ao ano de 2008, no Tocantins.

- Implantação de Protocolos de Enfermagem nos Hospitais de Referência da rede estadual, nos hospitais de pequeno porte e hospitais municipais com a padronização dos procedimentos de enfermagem.

- Foi realizada, em parceria com a UNICEF, a Oficina Sobre Atenção à Gestante e a Criança, onde o Estado do Tocantins aprovou a adesão de 131 municípios com a garantia do SELO UNICEF. Na Amazônia, o Selo é a contribuição do UNICEF para a Agenda Criança Amazônia, compromisso firmado pelos Governadores Estaduais pela garantia dos direitos de todas as crianças e adolescentes na Amazônia Legal, por meio da construção conjunta de um Plano de Ação que vise à integração, articulação e cooperação em políticas públicas entre os três níveis de governo, o empresariado e a sociedade civil.

- Entrega de aparelho de monitoramento cardíaco para o Hospital Regional de Araguaína – HRA; reforma nas instalações físicas nos Prédios do Complexo Regulador e no anexo da assistência farmacêutica e implantação de 13 Brinquedotecas nos Hospitais Referências do Estado.

- No segmento de atenção básica, vários compromissos foram realizados como a pactuação do Estado junto ao Ministério da Saúde para redução de 5% da mortalidade infantil. Nesse sentido, foi elaborado o Plano Estadual de Redução da Mortalidade Infantil, visando a implementação de ações que contribuirão para diminuir o índice de mortalidade infantil.

- Com relação aos indicadores de saúde da atenção básica houve superação da meta pactuada para população cadastrada pela Estratégia de Saúde da Família, de 77% para 96,39%. Outro indicador refere-se à proporção de nascidos vivos de mães com 4 ou mais consultas pré-natais, onde foi pactuado 88%, obtendo alcance de 89%; e ainda a proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas pré-natal, onde foi pactuado 41,17% , com alcance de 51,52%.

- O governo do Estado e 13 municípios prioritários assinaram o pacto pela redução da mortalidade infantil no Estado. Os municípios são: Araguaína, Araguatins, Augustinópolis, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Esperantina, Formoso do Araguaia, Gurupi, Miracema do Tocantins, Palmas, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Tocantinópolis.

- Adesão dos servidores médicos e paramédicos na padronização, através de protocolos, de medicamentos estabelecidos para a racionalização das prescrições e economicidade dos mesmos evitando perdas.

- Ampliado o numero de 05 para 08 leitos, adequando a unidade à Portaria SAS nº. 440, de 16 de junho de 2006, que altera o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo – UTI Tipo II Pediátrico do Hospital Geral de Palmas – HGP.

- Aumento do número de salas de cirurgia no HGP, contando agora 06 salas em plenas condições de funcionamento;

- Adesão das Maternidades à Rede Norte-Nordeste de Saúde Perinatal. Em Palmas, os Hospitais Dona Regina e Cristo Rei; em Araguaína, o Hospital Dom Orione e em Gurupi, o Hospital de Referência.

- Realização, no período de 15 a 18 de dezembro, da Oficina de Consenso Técnico e Político e o Curso de Gestão Clinica com a participação de Gestores Hospitalares e profissionais que atuam na UTI – Neonatal e Obstetrícia, em Belém-PA onde foram capacitados 5 profissionais da rede hospitalar e dois gestores.

- Implantação de um moderno sistema de informações de diagnósticos que emite e disponibiliza laudos de exames em tempo real, via internet, para todos os laboratórios conveniados com o Estado. O Tocantins é o primeiro estado da Região Norte e o 11º do país a aderir ao novo sistema, desenvolvido e implantado pelo Departamento de Informática do SUS (Datasus), ligado ao MS – Ministério da Saúde.

- O Governo entregou instrumentos cirúrgicos para 17 hospitais regionais, sendo 85 caixas cirúrgicas, com investimento aproximado de R$ 445 mil. As unidades hospitalares também foram beneficiadas com mais de 800 equipamentos de informática e investimento aproximado de R$ 3 milhões. Os instrumentais cirúrgicos foram entregues aos Hospitais de Referência Estadual e serão utilizados em nove tipos de procedimentos, principalmente para cirurgias gerais, cardíacas, otorrinolaringologia, obstetrícia e ginecologia, entre outras.

- Pelo 3º ano consecutivo, o governo do Tocantins, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, recebe premiação na área de Vigilância em Saúde do Brasil, na Mostra Nacional de Experiências Bem-Sucedidas – 9ª Expoepi em Epidemiologia, Prevenção e Controle de Doenças, fruto do excelente trabalho de um grupo de técnicos e assessores extremamente coeso, responsável e compromissado com a saúde da população tocantinense.

- O Governo continuará a aplicar os recursos próprios em gastos com ações e serviços públicos de saúde, de acordo com o estabelecido na EC 29/00 e pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 322, de 08 de maio de 2003.

- Outro fator de relevância é o alcance de mais de 70% de cobertura na 2ª etapa da Campanha de Vacinação contra Poliomielite, em parceria com os municípios. Com mais de 74 mil doses aplicadas foi possível imunizar 73,67% das crianças menores de cinco anos.

- Destaca-se também a capacitação de técnicos da atenção básica, realizando 71 eventos entre cursos, capacitação e oficinas, nas áreas técnicas de saúde bucal, da criança, adolescente, mulher, do idoso, prisional, Estratégia de Saúde da Família - ESF, alimentação e nutrição, hipertensão e diabetes e promoção da saúde e monitoramento e avaliação, abrangendo um total de 3.757 profissionais de vários municípios.

- Em razão da parceria entre o Governo do Estado e o Ministério Público, outra doença que vem sendo monitorada mediante projetos voltados para divulgação dos sinais, sintomas e tratamento: é a Doença de Chagas. Foi realizado o 1º Treinamento sobre Vigilância do Óbito em relação aos manuais e fichas de investigação, com a participação de 13 municípios do Estado.

- Foram realizadas inspeções sanitárias em 12 Sistemas de Abastecimento de Água em 10 municípios. Nesta área também foram realizados 156 eventos de capacitações com um investimento de mais de R$ 1 milhão.

- Na assistência farmacêutica, foram aplicados mais de R$ 6 milhões para realização de 36.000 atendimentos a pacientes pelo Componente de Medicamentos de Dispensação Excepcional.

- No Hospital Maternidade Dona Regina, foi implantado o ambulatório de odontologia para nascidos na Unidade e que tiveram passagem pela Unidade Intermediária – UI ou pela Unidade de tratamento intensivo – UTI, logo após o parto.

- Além das melhorias nos serviços hospitalares, priorizou-se também a qualificação de servidores com realização de cursos e especializações, a exemplo da implantação da residência multiprofissional em saúde da família e a capacitação de 465 profissionais do Hospital Regional de Porto Nacional em Acolhimento com Avaliação e classificação de Risco PNH/QUALISUS.

- Os profissionais da área de gestão estratégica da saúde também foram contemplados com a qualificação de 873 técnicos, com o investimento aproximado de R$ 882 mil. Toda esta estrutura física e material permitiu que o Estado realizasse, pela primeira vez, uma cirurgia de reimplante de mão, sendo considerada de grande sucesso.

- Outro destaque foi para a implantação do Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea no Núcleo de Hemoterapia de Gurupi e a capacitação de 85% dos servidores da Hemorrede do Tocantins, com um investimento de aproximadamente R$ 41 mill. Todo esse investimento se reflete no atendimento acima de 90% das demandas transfusionais do Estado, em que aproximadamente 50% dos doadores de sangue são voluntários.

- Destaque ainda para a qualificação dos técnicos com a promoção de pós-graduação Lato Sensu: Vigilância em Saúde; Controle de Zoonoses II; Assistência Farmacêutica; e Gestão em Assistência Farmacêutica. Assim, o programa de ensino na área de medicina tropical ultrapassou a meta física

prevista inicialmente, alcançando 299,5% do que foi previsto para 2009, com um investimento de aproximadamente R$ 275 mil.

- Durante 2009, buscou-se, em todo o momento, estar em sintonia com as políticas de saúde do governo federal, não medindo esforços para atingir patamares de excelência nas questões relativas à qualidade de vida e saúde da população tocantinense, sendo aplicados, em 2009, na função saúde um montante de R$ 603,3 milhões.

- Ressalta-se o percentual de 15,67%, aplicados na função saúde, prioridade desse Governo, bem acima do limite constitucional de 12%, garantindo a recuperação e a ampliação da infraestrutura de serviços essenciais na área da saúde, bem como o suprimento contínuo de insumos e medicamentos nas unidades hospitalares.

- Os principais investimentos do Estado do Tocantins na política educacional, em 2009, podem ser evidenciados com o desenvolvimento de ações voltadas para a preservação da diversidade cultural dos povos indígenas e das manifestações culturais locais por meio da educação escolar, ofertada a mais de 5.000 alunos das 7 etnias, distribuídos em 94 unidades escolares localizadas nas aldeias.

- Outras ações foram: a valorização dos servidores que atuam nas escolas indígenas, por meio da realização do vestibular para 50 profissionais; realização de 2 etapas do Curso de Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena para 78 profissionais e de uma etapa do Curso de Magistério Indígena no nível médio, para 115 professores. Os investimentos aplicados superaram os R$1,1 milhões.

- Além disso, houve o fortalecimento do regime de colaboração entre estado e municípios, apoiando as Secretarias Municipais de Educação, prestando assistência técnica e pedagógica na elaboração de planos sobre a proposição das políticas educacionais no âmbito do município, bem como na formação continuada dos professores nos Programas oferecidos pelo Ministério da Educação, com a finalidade de atingir as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

- Com o propósito de contribuir para a melhoria no acesso à educação, foram investidos mais de R$ 45 milhões com o transporte escolar de 20.423 alunos residente na zona rural e a aquisição de 140 ônibus escolares que foram distribuídos para os 139 municípios com o objetivo de garantir o acesso e a permanência dos alunos residentes na zona rural.

- Com o objetivo de garantir a autonomia administrativa e o suporte às ações pedagógicas, foram beneficiadas 532 escolas, com recursos financeiros na ordem de R$ 17 milhões, destinados a manutenção e aquisição de materiais e equipamentos.

- Capacitação de 443 alfabetizadores na Metodologia do Brasil Alfabetizado, o qual garantiu o atendimento de 8.000 alfabetizandos, em parceria com todos os municípios.

- Adequação, construção e aparelhamento de unidades escolares, dotando-as de meios necessários à segurança dos usuários e elementos favoráveis à aprendizagem, atendendo aos alunos, servidores e comunidade local.

- Ampliação do tempo de permanência do aluno na escola por intermédio da implantação de escolas em período integral, oferecendo oficinas, acesso às tecnologias e uma segunda língua. As Escolas de "Tempo Integral" contam também com o repasse de recursos para manutenção e alimentação escolar diferenciados. Atualmente, são beneficiados mais de 3.000 educandos, matriculados em 13 unidades escolares da Rede Estadual de Ensino.

- Com a mudança de governo, em setembro 2009, houve um incentivo maior à promoção da profissionalização, responsabilização e valorização dos profissionais da educação, por meio de reajuste salarial de 5% para os servidores, a partir de 1º de outubro de 2009; oferta de cursos de Formação Continuada para 6.305 gestores e técnicos; curso de Especialização em Língua Portuguesa, Matemática, Língua Inglesa e Espanhola, para 260 Professores do Ensino Médio.

- Qualificação de 3.333 Professores do Ensino Fundamental na metodologia dos Programas do Circuito Campeão, Correção de Fluxo, Gestar I e II, e no Curso de Especialização em Língua Portuguesa e Matemática; formação inicial para 2.250 servidores administrativos; oficinas sobre doenças relacionadas ao trabalho visando a promoção da saúde dos profissionais da educação.

- Além destes, foram ministrados cursos de formação inicial e de formação técnica de nível médio, para 2.600 servidores das redes estadual e municipais, em alimentação escolar, secretariado escolar, infra-estrutura escolar e multimeios didáticos.

- Em 2009, foi realizada a 5a edição do Salão do Livro do Tocantins que beneficiou 20 mil servidores com o cartão-livro, os recursos aplicados na realização do evento e com o cartão-livro foram de R$ 8,9 milhões.

- O suprimento de 2.198 vagas nas diversas áreas do ensino fundamental e médio em todo o Estado, com a realização de concurso público para professores da educação básica da rede estadual de ensino.

- Fortalecimento da educação ambiental nos sistemas de ensino, por meio da realização das conferências infanto-juvenil pelo meio ambiente e capacitação dos professores e técnicos das Coordenadorias de Educação na Diversidade das Diretorias Regionais de Ensino, por intermédio de palestras e oficinas. As conferências propiciaram o debate entre os jovens sobre as mudanças ambientais globais e subsídios para a prática pedagógica dos professores. Foram criadas e diagramadas duas cartilhas de educação ambiental que deverão compor em 2010 o acervo das bibliotecas escolares.

- O governo do Estado, por intermédio da Secretaria da Educação e Cultura, realizou obras de ampliações de espaço físico, construção ou coberturas de quadras em 54 unidades escolares beneficiando municípios de diversas regiões com recursos superiores a R$ 4,7 milhões. Nas obras de reforma, foram investidos mais de R$ 5,5 milhões beneficiando 28 escolas.

- Para garantir a melhoria na qualidade do ensino e no rendimento dos alunos, foram investidos mais de R$ 5,5 milhões na realização de múltiplas atividades voltadas para a promoção, qualificação e valorização de mais de 12 mil servidores da educação.

- Execução de projetos do FNDE em 16 municípios tocantinenses, na formação de alunos da rede pública em iniciação profissional e efetivando a gestão de bolsas de auxílio estudantil para mais de 200 alunos.

- O total de recursos destinados à Educação em 2009 foi na ordem de R$ 651,2 milhões.

- O Programa Pioneiros Mirins foi reestruturado com foco no desenvolvimento de atividades pisicopedagógicas. Para tanto, foi criada a Fundação Pioneiros Mirins que conta com um conselho diretor, formado por representantes das Secretarias de Educação e Cultura, Esportes, Cidadania e Justiça, Juventude, Saúde, Trabalho e Desenvolvimento Social, além de representantes da sociedade civil organizada. Além disso, há possibilidade de buscarmos recursos junto às entidades públicas e privadas para implementarmos novas ações.

- Em 2009, o DETRAN investiu mais de R$ 500 mil na realização de diversas atividades de educação para o trânsito e Campanhas Educativas, as quais contribuíram para uma melhora significativa na qualidade da educação voltada para a conscientização da comunidade no que tange a conhecimentos essenciais à convivência responsável e segura no trânsito.

- Foram realizadas 202 Bancas Examinadoras Móveis nas 18 regiões do Estado com atendimento aproximado de 50 mil pessoas e investimentos superiores a R$ 500 mil.Também foram realizadas fiscalizações e visitas técnicas nos Centros de Formação de Condutores – CFC's, clínicas médicas e psicológicas, despachantes, fábricas de placas e veículos.

- Entre as diversas melhorias obtidas no âmbito da segurança pública no estado do Tocantins, destacam-se: a entrega de 06 viaturas caracterizadas para atendimento de delegacias especializadas da capital e definição de ações para criação do serviço aero-policial no âmbito da secretaria da segurança pública do Tocantins com aquisição de uma aeronave do tipo helicóptero.

- O ano foi marcado pela inovação, do ponto de vista da atuação policial, com ênfase ao uso de armas NÃO-LETAL, impondo a policia civil uma filosofia pragmática e protetiva da dignidade da pessoa humana em suas ações, uma vez que se estará procurando disseminar um novo paradigma procedimental, baseado na utilização de tecnologia não-letal, como forma de se

fazer valer a autoridade estatal e concomitantemente se preservar a integridade física daqueles que se opõem à ordem pública. Desta forma foram adquiridos: 800 cartuchos calibre 12, plástico, com projétil detonante e carga lacrimogênea (CS), 150 espargidores de espuma pimenta – 165 mm, 90 espargidores de espuma pimenta, 78 granadas explosivas de luz e som com corpo de borracha, 40 granadas indoor explosiva de pimenta (OC) com corpo de borracha.

- A realização de várias conferências estaduais nas 13 regionais da polícia civil, que culminou na primeira Conferência Nacional de Segurança Pública que realizou-se, no período de 27 a 30 de agosto de 2009, em Brasília, e propôs o debate amplo em torno da temática da segurança pública, com foco na formulação e consolidação de um novo paradigma, conforme a proposta do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI, marcando assim o início de um processo inédito de participação e diálogo social em âmbito nacional.

- Realização de convênio entre a Delegacia Especializada em Investigação de Crimes contra o Patrimônio, DEPATRI e representantes da empresa de telecomunicações BrasilTelecom, cuja intenção é contribuir com a Secretaria da Segurança Pública, através da DEPATRI, propondo uma parceria para coibir o furto de pulsos telefônicos, além de receptação e o contrabando de cabos telefônicos no Estado.

- Lançamento de campanha para diminuir índices de criminalidades e incentivar denúncias de violência praticada contra grupos minoritários foi o principal objetivo da campanha educativa “A Paz é a gente que faz”. A proposta da secretaria da segurança pública em lançar uma campanha educativa de prevenção à violência praticada contra mulheres, idosos, negros, homossexuais, índios e, especialmente, crianças e adolescentes, considerados como grupos minoritários, foi além de ser uma simples campanha publicitária, uma forma de capacitação de policiais para atuarem no combate aos crimes praticados contra essas classes.

- Homologação do resultado e nomeação dos candidatos classificados no certame da Polícia Civil do Estado.

- Aperfeiçoamento de 225 profissionais da polícia científica como peritos criminais papiloscopistas e auxiliares de autópsia. O curso foi realizado na AESP/TO e teve duração de nove dias letivos com uma carga horária de 90h/aulas.

- Em parceria com o governo Federal, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), foram investidos mais de R$ 2 milhões só em cursos e treinamentos para formação, qualificação e valorização profissional de mais de 300 servidores.

- Foi construída uma unidade de segurança pública em Araguacema com seis celas prisionais e recursos aplicados na ordem de R$ 500 mil.

- Ainda em parceria com a SENASP, o governo estadual, em 2009, beneficiou 15 unidades da polícia civil com aquisição de armamentos e munições para uso policial e equipamentos para atender aos serviços administrativos, o que possibilitou melhorias no desempenho das atividades da polícia civil, sendo os recursos aplicados na ordem de R$ 750 mil.

- A Polícia Militar, em 2009, com o Programa "Polícia Militar na Defesa Social", investiu mais de R$ 9 milhões em ações de aquisição de veículos, fardamento para os policiais, locação da frota de veículos, manutenção das unidades da PM e outras, as quais contribuíram para uma melhor qualidade nos serviços prestados à população.

- Visando o fortalecimento da instituição e a descentralização do seu atendimento, foram realizadas as três etapas do concurso público para o Curso de Formação de Oficiais – CFO, com oferta de 40 vagas. Foram aplicados mais de R$ 100 mil e o resultado final está previsto para o primeiro quadrimestre de 2010.

- Com o Programa de Resistência às Drogas e à Violência nas Escolas (PROERD), realizado em escolas de todo o Estado, públicas e privadas, foram formados cerca de 20 mil alunos do Ensino Fundamental.

- Está em fase de implantação, em Palmas, o Centro de Internação Provisório - CEIP com capacidade para 20 adolescentes autores de atos infracionais, onde ficarão internados por 45 dias com acompanhamento de psicólogos, pedagogos e terapeutas ocupacionais favorecendo meios de ressocialização e a construção de um novo projeto de vida. Para tanto, foram investidos mais de R$ 2 milhões.

- O Corpo de Bombeiros Militar, com o objetivo de garantir os serviços de proteção à vida e aos bens da comunidade, atualmente conta com um efetivo de 452 profissionais e está presente diretamente em cinco Municípios: Araguaína, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional, em companhias operacionais que realizam atividades de resgate, buscam salvamento e combate a incêndio.

- Buscando a excelência na prestação dos serviços, o Corpo de Bombeiros Militar investiu mais de R$ 600 mil em ações de aquisição de equipamentos de salvamentos e combate a incêndios, aquisição de viaturas para salvamento e resgate, capacitação dos profissionais, campanhas educativas de prevenção e preparação a desastres e outras.

- Foram investidos R$ 338,9 milhões em segurança pública.

4.4.4 AMPLIAR E PRESERVAR A QUALIDADE DE VIDA DOS CIDADÃOS, PROPORCIONANDO ELEVADO GRAU DE AUTO-ESTIMA EM TODOS OS TOCANTINENSES

- No setor habitacional, o Estado do Tocantins, em parceria com Governo Federal, produziu 1.335 Unidades Habitacionais (UH) com recursos oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, sendo: 800 unidades habitacionais para Quebradeiras de Coco; 347 unidades habitacionais para região do Jalapão e 24 unidades habitacionais para o município de Araguatins.

- Em andamento encontram-se 60 projetos pulverizados em diversos municípios, por meio dos seguintes programas: PPI - Programa de Prioridades de Intervenção de Favelas, Pró-Moradia/FGTS, FNHIS e Morar Melhor, destacando a região do BICO DO PAPAGAIO (São Miguel, Axixá, Buriti, Carrasco Bonito, Praia Norte e Sítio Novo), JALAPÃO (Lizarda, São Félix, Mateiros e Ponte Alto do TO).

- Foram beneficiadas 104 entidades, sendo 85 Prefeituras Municipais e 19 Associações de diversos segmentos da sociedade tocantinense, possibilitando a celebração de convênios e aceleração das etapas dos contratos das Cartas de Crédito FGTS/ Operações de Coletivas (Resolução 460) e PAC (Pró-Moradia).

- Destacamos o lançamento da Campanha Moradia Digna. O evento foi prestigiado por um público de 605 participantes com 246 inscrições confirmadas, sendo: 115 prefeituras, 67 associações e 64 órgãos governamentais e instituições não governamentais além da presença de prefeitos, vereadores, demais autoridades e representantes da sociedade civil organizada.

- Em 2009, houve o acompanhamento social às famílias beneficiadas pelos Programas: Pró-Moradia, PPI – Programa de Prioridade em Intervenção e Resolução 460, com a promoção de reuniões e palestras sobre Educação Ambiental e Saúde Bucal e implantação do projeto Artesanato com o coco de babaçu com a Comunidade das Quebradeiras de Coco.

- Com recursos do Pró-Moradia, foram entregues 116 unidades habitacionais para o Município de Araguatins e 48 unidades habitacionais para Tupiratins.

- Por meio do Programa Cheque-Moradia, foi entregue em 2009, nas modalidades construção, reforma e subsídio complementar, um montante de R$ 637 mil.

- No setor de regularização fundiária, houve o desmembramento de 28 áreas públicas municipais, originando 638 lotes unifamiliares para atender à Resolução 460 do Governo Federal, nos municípios de Paraíso do Tocantins e Gurupi.

- Em Palmas, a Secretaria de Habitação realizou nas quadras ASR-SE 45 e ALC-NO 33 o micro parcelamento e laudo hidrogeológico com registro em cartório regularizando 1.498 imóveis, sendo 688 na emissão de autorização para escritura e 810 na emissão de títulos de propriedade, correspondendo ao atendimento de aproximadamente 5.000 pessoas.

- Também na capital, foi aprovada e registrada a expedição das respectivas certidões de registro da ALC-NO 43 para construção de 1.815 apartamentos pela Caixa Econômica Federal e 38 Lotes comerciais na ACSU-SE 130.

- Foram executadas as etapas/fases de definição de áreas para a construção da sede própria do CIRETRAN de Araguaína; do Hospital Geral de Gurupi; da Escola Estadual de Xambioá; do Hospital de Pequeno Porte de Alvorada e Acompanhamento do Processo do loteamento VILA DERTINS em Gurupi.

- Na função habitação foram investidos R$ 21,2 milhões.

- Foram realizados cursos de apicultura em sete municípios beneficiando 30 pessoas por município. Nos municípios capacitados a unidade já foi instalada e os materiais necessários para execução do projeto foram entregues. Este Projeto fornece subsídios para o manejo de apiários, produção e comercialização de mel, cera, própolis e pólen. Atualmente, 27 municípios do Estado contam com as unidades, que beneficiam cerca de 600 famílias.

- Foi entregue, em 2009, no município de Crixás, uma fábrica de temperos que contribui com a geração de renda de 15 famílias. Além da fábrica, as famílias foram capacitadas e contam o acompanhamento de uma engenheira de alimentos que repassa orientações sobre a fabricação e manipulação de alimentos, noções de higiene e gestão de negócios. Mais três municípios contam com essa iniciativa: Brejinho de Nazaré, Araguatins e Dois Irmãos.

- Por meio da ação de promoção da economia solidária e empreendedorismo foi realizado o co-financiamento a 12 entidades em diversos municípios como: Miracema, Porto Nacional, Colinas e Barrolândia. Esse repasse auxiliou no desenvolvimento de projetos de geração de renda como: corte e costura, marcenaria, bordado, culinária, manicure e pedicure. Essas entidades beneficiam juntas certa de 2.000 pessoas.

- Realizou-se, em 2009, oficina de alimentação saudável, em Porto Nacional, na Comunidade de Saúde Desenvolvimento e Educação - COMSAUDE - beneficiando 300 pessoas.

- O governo do Estado ofereceu a oficina de alimentação saudável realizada na Escola Municipal Jorge Amado, localizada no Setor Santa Fé, em Palmas, destinada às mães de alunos e merendeiras. Abordou o aproveitamento integral dos alimentos em aulas teóricas e práticas para 100 pessoas, estendendo o trabalho a duas comunidades quilombolas no município de Porto Alegre: Comunidade São Joaquim e Comunidade Lajinha.

- Em 2009, realizou-se a VII Conferência Estadual de Assistência Social nos dias 14, 15 e 16 de outubro, quando se reuniram em Palmas 500 representantes dos municípios. A Conferência trouxe como tema: "Participação e Controle Social no Suas" e discutiu as demandas dos municípios que fazem parte da rede socioassistencial do Suas – Sistema Único de Assistência Social. O evento contou com a participação da Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social, representantes dos Conselhos Nacional e Estadual de Assistência Social, secretarias municipais de Assistência Social, conselheiros municipais, usuários do SUAS e representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

- As ações de enfrentamento a violação dos direitos, Implementação do Atendimento a Pessoa Idosa e Implementação do Atendimento a Pessoa com Deficiência co-financiam, por meio de convênios, 28 APAEs e quatro instituições que atendem pessoas com deficiência e 25 instituições que atendem idosos, totalizando 2.750 beneficiados. Essas ações reduziram o registro de violência, elevou a auto-estima da comunidade, recuperou a esperança das pessoas por uma vida melhor, melhorou a convivência social e resgatou a cidadania dos idosos e deficientes por meio da garantia dos seus direitos básicos. O trabalho foi feito por meio de supervisão, monitoramento, acompanhamento e assessoria técnica do programa, desenvolvimento de ações de proteção, promoção e inclusão social das pessoas idosas, deficientes e de suas famílias.

- A Casa de Apoio Vera Lucia, em Palmas, manteve hospedagem para acompanhantes de doentes em tratamento nos hospitais públicos, incluindo alimentação.

- Por meio do Projeto Leite é Saúde e Ciranda Alimentar (convênio com prefeituras e entidades) houve um repasse financeiro para atender 44 municípios, distribuindo 12.000 litros de leite. O programa Ciranda Alimentar atende 1.100 crianças em creches combatendo a fome e a desnutrição.

- Já o Projeto Alimente atende diariamente cerca de 1.800 pessoas por semana. Foram investidos mais de R$ 3 milhões em projetos como: Leite é Saúde, Alimente – Mais amor e menos fome, Ciranda Alimentar e outros que visam promover a segurança alimentar e nutricional das famílias de baixa renda, com atendimento para cerca de 15 mil famílias ao ano.

- Também foram realizadas 24 Oficinas de Educação Alimentar e Nutricional em diversos municípios e em 8 Comunidades Quilombolas, com o objetivo de oferecer práticas alimentares saudáveis, incentivar e valorizar o plantio/consumo de alimentos regionais, totalizando 630 participantes e recurso aplicados de R$ 260 mil.

- Com o objetivo de criar oportunidades de geração de renda de forma sustentável, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social impulsiona projetos de Apicultura, Piscicultura, Agroindústria, Confecção e outros. As famílias envolvidas recebem os equipamentos, materiais de consumo, capacitações e acompanhamento técnico com orientações necessárias para alavancar a produção.

- Em 2009, foram investidos mais de R$ 8,3 milhões em qualificação profissional e mais de R$ 46 milhões em Assistência Social.

- O Programa Banco da Gente/Microcrédito tem sido um veículo de fortalecimento e fomento de micro e pequenos empreendedores informais. Concedeu, no ano de 2009, 1.251 operações de crédito, com um investimento superior a R$ 3 milhões. Com empréstimos no valor médio de R$ 2.446,56 milhões por operação, atendeu costureiras, jardineiros, salgadeiras, cabeleireiros, artesãos, serralheiros, marceneiros e outras profissões, com juros praticados na casa dos 0,5% ao mês, viabilizando para estes trabalhadores (uma vez que este público não é, geralmente, atendido pelo sistema bancário comercial) acesso ao crédito sem burocracia;

- No ano de 2009, foram processados 673 empréstimos para servidores públicos estaduais, com um investimento na ordem de R$ 6 milhões. Houve também alteração das normas de concessão de crédito ao servidor público estadual, elevando o limite máximo do valor do empréstimo aos servidores efetivos e comissionados, que era de R$ 10 mil para R$ 20 mil.

- Com o objetivo de incentivar as atividades esportivas de recreação e lazer, o governo do Estado, por meio da Secretaria do Esporte, atendeu a todos os municípios tocantinenses mediante a distribuição de materiais esportivos com recursos aplicados de R$ 110 mil.

- Foram realizados e apoiados diversos eventos de esporte e lazer em todas as regiões do Estado, tais como: XII Circuito de Corrida de Rua do Tocantins, Jogos Abertos do Tocantins, IX Meia Maratona do Tocantins, Campeonato Estadual de Clubes e outros, com recursos de R$ 500 mil.

- Foram implantadas 16 escolinhas de iniciação esportiva, em parceria com os municípios, as quais oferecem atividades de iniciação e treinamento nas diversas modalidades esportivas e atenderam cerca de 2.500 crianças e adolescentes, com investimentos de cerca de R$ 64 mil.

- Convênio entre o Ministério dos Esportes e o governo do Estado no valor de R$ 1,1 milhão, sendo o Estado do Tocantins o único a receber recursos para o programa Pintando a Liberdade.

- Foi realizado no dia 08 de dezembro de 2009, o I Encontro de Gestores Públicos Esportivos do Tocantins, no Auditório do Palácio Araguaia em Palmas, com a participação de cerca de 200 pessoas entre Prefeitos, Secretários, Diretores de Esportes e demais profissionais do segmento esportivo, com a proposta de reunir informações reais da situação do setor esportivo em cada um dos 139 municípios do Tocantins. Teve como objetivo conhecer a realidade local (cada gestor apresentou um diagnóstico da infraestrutura municipal), apontando caminhos que possam ajudar no desenvolvimento das atividades do setor esportivo e por fim elaborar um Plano de Desenvolvimento do Esporte para os próximos dez anos.

- Realização dos Jogos Abertos do Tocantins que promovem o intercâmbio social e esportivo entre os representantes dos 139 municípios;

integra jovens, dirigentes e atletas das diferentes regiões; difunde a prática de várias modalidades esportivas, criando hábitos saudáveis evitando assim a ociosidade por parte dos jovens, auxiliando à família. Realizado em oito etapas, o X Jogos Abertos do Tocantins, nas modalidades de Handebol, Voleibol, Futsal (masculino e feminino), contou com a participação de vários municípios reunidos em cidades-sede, beneficiando mais de 2.280 atletas e técnicos, com um público de cerca de 3.670 pessoas.

- O total de recursos destinados ao desporto e lazer, em 2009, foi na ordem de R$ 5,3 milhões.

- Com os serviços do Balcão da Cidadania, foram beneficiadas mais de 67 mil pessoas de diversos municípios, quanto à emissão de documentação civil básica (identidade, CPF, registro civil, carteira de trabalho, fotos e cópia de documentos) com investimentos na ordem de R$ 1 milhão.

- O Tocantins aderiu à Campanha Nacional de Sub-registro realizando mais de 700 atendimentos, com emissão de segunda via de certidões (nascimento e casamento) em diversos municípios, contribuindo para a formação de uma sociedade cidadã.

- Com relação à proteção e defesa dos direitos do consumidor, foram investidos mais de R$ 200 mil em fiscalização, orientação e divulgação por meio de campanhas, palestras, blitzen e curso de capacitação, visando à formação de cidadãos conscientes quanto aos seus direitos e deveres.

- A parceria entre governo federal e o governo do Estado, através da Fundação Cultural, garantiu recursos para a implantação, reestruturação e modernização das bibliotecas públicas municipais no Tocantins. Em 2009, foram implantadas 22 bibliotecas e modernizadas mais quatro.

- A coordenação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado e a Biblioteca Professora Darcy Cardeal, da Fundação Cultural do Tocantins, ministraram curso para auxiliar de biblioteca em 11 cidades tocantinenses. Foram 10 municípios que receberem visitas técnicas e mais de 30 municípios receberam kits de livros para enriquecer os acervos das bibliotecas locais.

- Realização da edição 2009 da Bolsa de Publicações Doutor Maximiano da Matta Teixeira. A Bolsa tem como objetivo publicar obras inéditas, escritas em língua portuguesa, por autores tocantinenses. Foram duas obras selecionadas na categoria de Não-Ficção, sendo publicadas 1.500 cópias de cada.

- Em 2009, foi inaugurado o Museu de Natividade – TO e instalada a exposição museológica com oficinas e exposição como forma de preservação da memória do município de Natividade e do Estado.

- O governo estadual também comprou o prédio que sediará o Museu Histórico de Arraias com envolvimento da comunidade e órgãos públicos locais para instalação do Museu.

- Desenvolvimento do projeto Sússia como forma de preservar e divulgar a forma de expressão cultural Sússia. Também foi desenvolvido o projeto Capim Dourado – Trançando a Tradição na comunidade Quilombola de Mumbuca, comunidade do município de Mateiros, como forma de preservar e divulgar a forma tradicional de colheita, armazenagem e confecção do artesanato produzido com o capim dourado.

- Iniciou-se, em 2009, a restauração do Museu Histórico do Tocantins- Palacinho com projeto museológico adaptado, realizado em parceria com o IPHAN, bem como a do antigo prédio da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins.

- A Fundação Cultural do Tocantins participou pelo 5º ano consecutivo do X FICA - Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental, na Cidade de Goiás - GO, com exposições de artes plásticas, fotográfica, artesanato e com uma mostra de vídeos.

- A Galeria de Artes Mauro Cunha, da Fundação Cultural, recebeu sete exposições, em Palmas, além das realizadas em espaços alternativos das cidades de Gurupi, Augustinópolis, Araguaína e Natividade.

- Em 2009, houve o lançamento de editais de Incentivo às Artes Cênicas – Montagem e Circulação de Espetáculos, bem como foi realizado o Painel Funarte de Regência de Coral em parceria com a Funarte.

- O governo do Estado assinou o Decreto regulamentador da Lei 1.402/2003, que institui o “Programa de Incentivo à Cultura Pró-Cultura”. O Pró-Cultura propiciará, dentre outros benefícios, a participação do Tocantins no Programa Mais Cultura do governo federal e garantirá recursos, assegurando percentual para investimentos na área, com o Fundo Cultural. Os projetos contemplados pelo Pró-Cultura receberão patrocínio do Estado em até 80% do seu valor total, sejam eles apresentados por pessoas físicas ou entidades públicas.

- Em dezembro de 2009, foi realizada a II Conferência Estadual de Cultura, a qual contou com a participação de trabalhadores da cultura, produtores e gestores culturais de todo o Estado, contando com a realização de debates sobre as políticas públicas de cultura a serem realizadas nos próximos anos.

- O governo do Estado, por intermédio da Fundação Cultural, realizou e apoiou diversos eventos estaduais e nacionais divulgando a cultura tocantinense e proporcionando o acesso aos bens culturais e a valorização da diversidade étnica e regional, com investimento na ordem de R$ 7 milhões.

- Os investimentos em cultura, no ano de 2009, foram de R$ 15,4 milhões.

- No que diz respeito ao trabalho da Secretaria da Juventude, foram desenvolvidas ações de qualificação social e profissional, bem como estratégias que possibilitem a inserção do jovem no mercado de trabalho. Um

trabalho feito em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego – TEM, investindo mais de R$ 12 milhões em programas como Projovem Trabalhador e o Juventude Cidadã.

- Em 2009, o Projovem Trabalhador qualificou 4 mil jovens de 79 municípios. Destes, cerca de 1.630 foram inseridos no mercado de trabalho. O Programa Juventude Cidadã beneficiou mais de 1.800 jovens de 70 municípios do Estado, contribuindo para a elevação da escolaridade e o desenvolvimento do protagonismo juvenil.

- Foram concedidas cerca de 300 bolsas a estudantes universitários de instituições de ensino superior não gratuita, com aplicação de recursos superiores a R$ 400 mil.

- Com objetivo de oportunizar a primeira experiência profissional, foram aplicados mais de R$ 1 milhão em capacitações e bolsas-estágio para cerca de 250 jovens secundaristas e universitários.

- Foram instalados 88 Telecentros Comunitários, mediante parcerias com o governo federal, por meio do Ministério das Comunicações e prefeituras, para inclusão digital da população de diversos municípios tocantinenses. Os telecentros contam com salas de aula e telessalas, 11 computadores ligados à internet, via satélite de alta velocidade, kit multimídia e mobiliário completo, além de espaços para dança e áreas de lazer que servem como ferramentas no desenvolvimento de atividades da escola da juventude.

4.4.5 DESENVOLVER UMA CULTURA MODERNA DE GESTÃO PÚBLICA TRANSPARENTE, DEMOCRÁTICA E ORIENTADA PARA RESULTADOS

- O Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins – PLANSAÚDE, possibilitou a realização de mais 1 milhão de procedimentos médicos e odontológicos, internações, exames e outros procedimentos simples.

- O Plansaúde atende, atualmente, 8,92% da população do Estado, chegando a 111.807 (cento e onze mil e oitocentos e sete pessoas), sendo 39.479 titulares e 72.328 dependentes diretos e indiretos. Desde que foi implantado, em julho de 2004, o Plansaúde já alcançou números expressivos, com a realização de mais de 6 milhões de atendimentos, abrangendo consultas, internações, exames laboratoriais, atendimentos odontológicos, procedimentos especiais, procedimentos cirúrgicos, arteriais e medicamentos, entre outros. Mensalmente, o Plansaúde realiza aproximadamente 150 mil atendimentos.

- O governo estadual, por meio do PLANSAÚDE, injeta na economia do Estado cerca de R$ 8,36 milhões mensais, que correspondem a mais de R$ 100 milhões ao ano, resgatando assim o compromisso assumido

com a assistência médica-odontológica aos servidores públicos e seus dependentes.

- O PLANSAÚDE conta com a rede credenciada de prestadores vinculados à Unimed - Confederação Centro-Oeste e Tocantins, composta por 700 médicos, 394 odontólogos, 36 hospitais, 70 laboratórios, 153 clínicas e 322 Unimed's singulares.

- O Serviço de Atendimento Rápido ao Cidadão É PRA JÁ vem ampliando o acesso do cidadão às informações e aos serviços públicos. Pesquisas semanais realizadas com usuários comprovam o índice médio de satisfação de 99,2 % nas duas unidades – média de 86% dos entrevistados apontam como ótimo o serviço prestado.

- Só em 2009, foram realizados na unidade de Araguaína 231.785 atendimentos e, na unidade de Gurupi, 161.002 atendimentos. Já foram investidos nas unidades do É PRA JÁ, desde sua implantação, cerca de R$ 2,01 milhões. No ano de 2009, especificamente, foram investidos R$ 477,90 mil.

- Implantação do Programa de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA. Tem por objetivo promover a adesão de órgãos e entidades do poder executivo estadual ao Programa, visando contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão. Fizeram adesão: Secretaria da Administração, Secretaria da Saúde, Secretaria da Educação e Cultura, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO e o Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS.

- A Secretaria da Saúde recebeu o certificado de Adesão ao Programa GESPÚBLICA do Ministério de Planejamento, que visa aperfeiçoar o gerenciamento, o planejamento e a operacionalização dos serviços públicos em prol do cidadão, através da modernização e desburocratização do setor público;

- Por meio da Escola de Governo, no exercício 2009, foram realizadas 37 ações de capacitação funcional para 2.013 servidores, distribuídos em 64 turmas. Os eventos abrangeram palestras setoriais e cursos voltados para o desenvolvimento de competências gerenciais, específicas, técnico-administrativas e de informática para os níveis superior, médio e fundamental. Foram investidos R$ 17,5 milhões em capacitação.

- Dentro da Política de Fortalecimento de Recursos Humanos, o governo estadual adotou várias medidas visando sempre a excelência dos serviços prestados e a democratização da ação governamental, dentre as quais podem ser destacadas: reajuste da data-base em 7%, sendo, 5% para outubro de 2009 e 2% para maio de 2010, beneficiando 30 mil servidores efetivos dos quadros funcionais, incluindo civis e militares.

- Concessão do reajuste de 25% aos servidores do quadro-geral e profissionais da saúde, mediante acordo entre governo e entidades sindicais de

representações dos servidores. O reajuste foi parcelado em 11,8034% para a folha de pagamento de outubro de 2009 e 11,8034% para a folha de pagamento de agosto de 2010.

- Definição de realinhamento e reescalonamento dos cargos integrantes das carreiras da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, que além da revisão da data-base, tiveram seus subsídios equiparados ao do Estado de Goiás até 2011. As novas tabelas de subsídios dos militares terão efeitos financeiros em: 1º de julho de 2010; 1º de dezembro de 2010; 1º de julho de 2011 e 1º de dezembro de 2011, sendo que ao final da aplicação dos reajustes já aprovados, os profissionais terão em relação à tabela em vigor um reajuste com variação entre 35,88% até 93,48%, dependendo do Posto/Graduação.

- Instituição do Ressarcimento de Despesas de Atividade de Defesa Agropecuária – REDAD aos cargos de fiscal agropecuário ou inspetor agropecuário, pertencentes do quadro-geral.

- Criação de 200 cargos de agente prisional no quadro-geral, com atribuições de vigilância de presos, controle e fiscalização, alimentação de presos e outras relacionadas à segurança das instalações carcerárias.

- Realização de concursos públicos do poder executivo estadual para os quadros geral, da Secretaria de Saúde e da Educação em fase de conclusão. O concurso do quadro geral ofereceu 6.352 vagas; o concurso do quadro da saúde ofereceu 1.218 vagas e o da Educação, 2.198 vagas com objetivo principal equalizar as necessidades de pessoal da máquina pública e diminuir os índices de desemprego.

- O ano de 2009 também foi marcado pela inauguração da sede própria do IGEPREV, obra que, iniciada em abril de 2008, já recebe as últimas adequações para a mudança definitiva. Outra marca do Instituto foi a criação do Comitê de Investimentos, criado pela presidência em 26 de outubro de 2009, através da Portaria 106, sendo um órgão consultivo cuja finalidade é assessorar a diretoria executiva nas tomadas de decisões relacionadas à gestão de ativos do IGEPREV.

- O IGEPREV conta hoje com, aproximadamente, 30 mil segurados ativos e 5.700 beneficiários, entre aposentados e pensionistas, oriundos de todos os Poderes e instituições do Estado.

- Dentre as atividades desenvolvidas em 2009, destacam-se: a migração dos inativos e pensionistas das folhas dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas para a folha do IGEPREV; a criação e apreciação da política de investimentos para o ano de 2010, em atendimento à resolução 3790/09.

- Destaca-se ainda a realização da compensação previdenciária entre o RPPS/TO e RGPS/INSS, que constitui recursos do Fundo Previdenciário; combate a fraudes por meio do recadastramento de aposentados e pensionistas com vistas a coibir o pagamento indevido ao

segurado/beneficiário em razão de falecimento ou perda do direito ao benefício como casamento, implemento de maioridade, cessação da invalidez, entre outros.

- A Secretaria da Fazenda lançou a campanha Tocantins Nota na Mão, com objetivo de estimular o cidadão tocantinense por meio de campanhas educativas para exigir a emissão da nota fiscal, tendo como forma de incentivos benefícios que serão revertidos ao próprio cidadão.

- Participação nas Conferências Regionais do Meio Ambiente e realização do Primeiro Concurso de Redação do Estado com a temática "Educação Fiscal no Contexto Ambiental", envolvendo alunos das redes públicas e particulares do ensino fundamental atingindo as 13 Regionais de Ensino do Estado.

- Realização de capacitação para professores e servidores públicos em 12 polos regionais por meio do curso *Disseminador da Educação Fiscal,* beneficiando 649 alunos com parceria entre Secretaria da Fazenda, Escola de Administração Fazendária – ESAF, Secretaria da Educação e Cultura, Receita Federal, Auditoria-Geral da União, com o objetivo de desenvolver a consciência fiscal nos polos de Araguatins, Tocantinopolis, Araguaína, Colinas do Tocantins, Guaraí, Pedro Afonso, Paraíso do Tocantins, Palmas, Gurupi, Dianópolis, Arraias, e Taguatinga.

- O governo está ampliando a rede de disseminadores de educação fiscal do Estado, contribuindo para que a educação fiscal seja universalizada em todos os polos regionais e os Disseminadores desenvolvam atividades voltadas à formação do pleno exercício da cidadania nas várias frentes de trabalho que atuam: escolas, repartições públicas, ONG, associações e sociedade em geral, trabalhando os direitos e deveres do cidadão, despertando a responsabilidade social de todos os tocantinenses.

- Realização de estudos para elaboração da resolução referente ao reajuste dos coeficientes tarifários do serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado do Tocantins, juntamente com o levantamento dos Terminais Rodoviários, visando a propositura de convênios para administração dos Terminais.

- Implantação do SIGERRE - Sistema de Gerência em Regulação, com o intuito de gerir os setores de regulação, fiscalização e controle dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado do Tocantins.

- Realização de ações de fiscalização nos sistemas de abastecimento de água das cidades, visando a verificação da qualidade da água distribuída para a população, com vistas a manter a segurança na manutenção dos padrões de potabilidade e manter melhorias na prestação dos serviços de esgotamento sanitário.

- Realização de fiscalização da qualidade dos serviços de distribuição de energia elétrica no Estado do Tocantins com aplicação, quando

necessário, de Auto de Infração por transgressão dos Indicadores de Continuidade;

- Verificou-se uma notável aplicação de notificações e autos de infração a diversas empresas permissionárias e autorizatárias dos serviços de transportes interestaduais, intermunicipais e de transportes alternativos em virtude de descumprimento da legislação, ocasionando multas no valor estimado de R$ 300 mil.

- A Secretaria de Governo implantou o Programa Gestão da Política de Governo com ações inovadoras junto aos municípios e consolidou uma equipe de assessoria técnica aos municípios, elaborando projetos de captação de recursos para 58 municípios; prestando orientações jurídicas nas eleições municipais, e assessoria aos prefeitos e vereadores quando em visita à capital.

- Suporte na estruturação da Cooperativa dos Moveleiros de Guaraí, que hoje se encontra instalada e em funcionamento, gerando renda para 20 cooperados e mais de 100 empregos diretos.

- O jornal institucional impresso - "TOCANTINS – Trabalho e Compromisso com Você" foi implantado em novembro/2009, produzido pela equipe da Secretaria da Comunicação e Assessorias de Comunicação dos demais órgãos, com tiragem de 20 mil cópias, e circulação mensal, sendo distribuído nos 139 municípios do Estado do Tocantins com objetivo de divulgar as principais ações do Governo.

- Revisão do Plano Plurianual 2008-2011, da Lei n° 2.050, e a elaboração da Lei Orçamentária Anual – Lei n° 2051, ambas de 7 de dezembro de 2009, onde estão previstos para os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos o montante de R$ 5,7 bilhões.

- Na região sudeste, o Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS, contou com a articulação da Secretaria do Planejamento e Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na mobilização para instalação de 20 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS. Estes conselhos, no âmbito do PDRS, irão preparar os futuros Planos de Desenvolvimento Rural.

- Representantes municipais da área de gestão e administração das políticas públicas dos municípios participaram dos Seminários de Planejamento e Orçamento Municipal. Ao todo, 400 técnicos municipais das áreas do planejamento, orçamento, administração, controle interno, assessores técnicos, além de prefeitos e vereadores participaram de processo de capacitação nas áreas de elaboração do Plano Plurianual e do Orçamento, captação de recursos, e do Sistema de Convênios do Governo Federal - SISCONV.

- Foram conduzidos estudos dos recursos naturais e uso do território tocantinense, denominados de *Mapeamento da Dinâmica da Cobertura e Uso da Terra e Mapeamento das Regiões Fitoecológicas e*

Inventário Florestal. Nesses estudos, pesquisou-se a Dinâmica Socioeconômica do Centro do Estado e o mapeamento final da cobertura e uso da terra para os anos 1990, 2000, 2005 e 2007 do norte do Estado. Os resultados poderão ser empregados no planejamento de políticas de ordenamento territorial, proteção e conservação ambiental, usos múltiplos e conservação de recursos hídricos e infraestrutura produtiva.

- Elaborou-se o Anuário Estatístico do Tocantins – 2009, que contém dados estatísticos na forma impressa e na internet, em seus aspectos geográficos, econômicos, demográficos, sociais e de infraestrutura.

- No setor de pesquisas macroeconômicas, o principal produto foi o calculo do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Tocantins, fruto de parceria entre a Secretaria do Planejamento e o IBGE.

- O governo do Estado do Tocantins obteve financiamento de US$ 375 milhões do Banco Mundial, US$ 165 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Esses recursos serão utilizados no Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável (PDRIS) e no Programa de Perenização dos Rios da Região Sudoeste do Estado (Prodoeste). As cartas-consultas dos projetos já passaram pela aprovação da Secretaria de Assuntos Internacionais e da Comissão de Financiamentos Externos – Cofiex.

- No PDRIS estão previstos: melhoria da gestão pública; promoção e fortalecimento do sistema produtivo; conservação e uso sustentável dos recursos naturais, e melhoria da eficiência do sistema de transportes.

- A Secretaria do Planejamento está coordenando o planejamento estratégico do Tocantins para os próximos 30 anos. Serão definidas a visão de futuro, os objetivos estratégicos, as metas de desenvolvimento e a criação de indicadores de resultados. Este planejamento será feito por gestores e técnicos das Secretarias, a fim de alinhar os conceitos de planejamento por resultados e projetar ações para o alcance efetivo de resultados a curto, médio e longo prazos. As diretrizes visam atender aos princípios de sustentabilidade ampla e da governança. Para isso, são considerados como essenciais os fatores econômicos, políticos e ambientais do desenvolvimento. Além disso, será necessário submeter as propostas de governo a um processo de negociação com instituições públicas, privadas e, sobretudo, com a sociedade civil.

- Com responsabilidade e transparência na gestão fiscal, o Governo do Estado administrou suas finanças públicas, no exercício financeiro de 2009, objetivando o desempenho da arrecadação, buscando o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições estabelecidas na legislação vigente.

- As receitas arrecadadas no ano de 2009, compreendidas as receitas correntes, as de capital e intra-orçamentárias, excluídas as deduções do FUNDEB e as restituições, totalizaram R$ 4,39 bilhões. Com relação à previsão anual, foi alcançado um índice de realização de 93,21%.

- Merecem destaque os superávits apresentados pelas rubricas: Receitas de Contribuições (8,20%), Receita Patrimonial (22,83%) e Outras Receitas Correntes (24,94%).

- Sobre Operações de Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços - ICMS é o componente mais significativo da receita tributária estadual, no ano de 2009 foram arrecadados R$ 919,56 milhões, correspondendo a 96,03% do previsto para o exercício. O ICMS incide sobre operações realizadas por empresas que atuam em diversos segmentos econômicos, destacando-se o segmento combustível que representou 31,64% do total da arrecadação de ICMS, seguido pela Indústria, 28,54%, Comércio, 27,47%, Energia, 11,69% e Outros com 0,67%.

- As Receitas de Capital atingiram R$ 460,85 milhões, sendo compostas por: Operações de Crédito (67,32%), Transferências de Capital (28,03%), Alienação de Bens (3,78%) e Amortização de Empréstimos (0,86%).

- A Receita Corrente Líquida - RCL é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês de referência e nos 11 anteriores, conforme preceitos do §3° do art. 2° da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. É utilizada como parâmetro na determinação de limites da despesa total com pessoal, dívida pública, das garantias e contra garantias e das operações de crédito. No exercício de 2009, correspondeu ao volume de R$ 3,4 bilhões.

- A despesa liquidada, no exercício de 2009, correspondeu a R$ 4,0 bilhões, equivalendo a 86,23% do orçamento inicialmente fixado para o exercício. As Despesas Correntes agregam os gastos de caráter permanente e continuado da atividade governamental, liquidadas, no exercício, o valor de R$ 3,15 bilhões, correspondendo a 96,22% do orçamento inicial para o período.

- As despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino atingiram 26,12% da Receita Líquida de Impostos. As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, no exercício de 2009, corresponderam a 44,06% em relação à Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial que é de 46,55%.

- A Dívida Consolidada Líquida no valor R$ 374,9 corresponde ao total da dívida consolidada, deduzidos do ativo disponível, os haveres financeiros líquidos e os restos a pagar processados. Esta dívida corresponde a 11,01% da RCL. Essa relação é bem inferior ao limite fixado na Resolução n° 40, do Senado Federal, em seu art. 3°, inciso I.

- No exercício de 2009, o resultado primário atingiu o valor de R$ 252,1 milhões, superando, portanto, a meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o referido exercício de R$ 65,26 milhões.

- A CGE realizou o controle dos atos de gestão dos administradores públicos estaduais, por intermédio da fiscalização, inspeção e auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; o exame da Prestação de Contas Anual do Governador, bem como do Balanço Geral do Estado; e a análise e avaliação dos processos de Prestação de Contas Anual e

dos Relatórios de Gestão de todos os Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, bem como emissão de 73 Relatórios de Auditoria e 73 Pareceres/Certificados de Regularidade.

- A Controladoria elaborou 73 pronunciamentos e colhimento de assinaturas dos Secretários/Presidentes dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual e fez o encaminhamento de 73 processos das prestações de contas anual dos órgãos e entidades do Poder Executivo, ao Tribunal de Contas do Estado.

- A CGE fez também o acompanhamento gerencial de controle dos processos analisados na Controladoria-Geral pelo próprio NUSCIN da CGE, totalizando 953 análises em tempo hábil e análise de 1.191 processos de outros órgãos/entidades.

- Realizou 102 visitas de supervisão técnica aos Núcleos Setoriais de Controle Interno dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, objetivando o aperfeiçoamento do controle das atividades financeiras, patrimoniais e operacionais.

- Emitiu 365 pareceres para embasamento de decisões administrativas nas unidades orçamentárias; 81 Ordens de Serviços para as unidades orçamentárias; acompanhamento de 298 convênios recebidos e de 886 convênios concedidos.

- Foram realizados, pela CGE, 4.937 atendimentos aos agentes de Controle Interno sendo: 673 presenciais, 4024 via telefone e 276 e-mail, para respostas a consultas formuladas pelos agentes de controle interno das unidades orçamentárias, a respeito de interpretação de normas e de procedimentos administrativos.

- Capacitação de 241 técnicos do controle interno.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório Gerencial das Contas do Governo do Estado do Tocantins tem como objetivo precípuo certificar, para efeito do artigo 40, inciso VII da Constituição Estadual, as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo, mostrando, por meio de dados e informações técnicas, os resultados alcançados com a aplicação dos recursos públicos nas funções, subfunções, programas e ações de governo.

Não obstante tenha ocorrido mudança de gestão no executivo estadual durante o exercício de 2009, as ações programadas não sofreram interrupção ou paralisação. A desaceleração da máquina administrativa sentida às vésperas do julgamento do processo de cassação do então Governador Marcelo Miranda foi compensada pelo ritmo acelerado imprimido pelo atual Governador Carlos Henrique Amorim, destacando-se o caráter participativo de uma gestão municipalista, de coalizão, apoiada por praticamente todos os partidos, quando, com ações suprapartidárias e sensibilidade às causas sociais, foram fortalecidos os processos de industrialização do Estado, de incentivo ao agronegócio, de estruturação da malha viária, de gestão das áreas da saúde, educação, segurança pública, habitação, esporte, turismo e assistência social.

Com responsabilidade e transparência na gestão fiscal, o Governo administrou suas finanças buscando sempre o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e obediência a limites e condições estabelecidos na legislação vigente.

As receitas arrecadadas no ano de 2009 totalizaram R$ 4,39 bilhões, alcançando um índice de realização de 93,21%. As despesas liquidadas totalizaram R$ 4,06 bilhões, correspondendo a 86,2% do orçamento fixado para o exercício.

As despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino atingiram 26,12% da receita líquida de impostos, superando em 1,12% o percentual mínimo de aplicação previsto no art. 212 da Constituição Federal. Na Saúde, os recursos aplicados alcançaram um percentual de 15,67%, ultrapassando em 3,67% o mínimo previsto constitucionalmente (E.C. 29/2000).

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais corresponderam a 44,06% da Receita Corrente Líquida – RCL, ficando situada 2,49% abaixo do limite prudencial previsto no art. 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Dívida Consolidada Líquida, no valor de R$ 374,9 milhões, correspondente a 11,01% da Receita Corrente Líquida, é bem inferior ao limite fixado na Resolução n° 40 do Senado Federal, em seu art. 3°, inc. I.

O Resultado Primário atingiu o valor de R$ 252,1 milhões, superando bastante a meta de R$ 65,26 milhões estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

O alcance desses resultados mostram a eficiência das equipes de execução lotadas nas diversas Secretarias, Autarquias e Fundações, destacando-se, também, os primorosos trabalhos de planejamento, orçamento e controle desenvolvidos, respectivamente, pelos técnicos da Secretaria do Planejamento, da Secretaria da Fazenda e da Controladoria-Geral do Estado.

Assim, tendo em vista que foram evidenciados eficientes resultados na gestão orçamentária, financeira e patrimonial, esta Controladoria-Geral, pelo seu corpo técnico, opina pela regularidade das presentes contas, as quais referendo sob aspectos formais, contábeis e operacionais.

GABINETE DO SECRETÁRIO, em Palmas, aos 30 dias do mês de março de 2010.

JACQUES SILVA DE SOUSA
Secretário-Chefe